

cescontexto

"Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em torno do legado de Erik Olin Wright"

Atas do Congresso Internacional

Organização

Elísio Estanque

Daniel Neves Costa

Nº 29

Julho, 2021

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação/Coordination: Ana Raquel Matos e Antonieta Reis Leite

ISSN 2182-908X

© Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2021

Índice

<i>Elísio Estanque, Daniel Neves Costa</i>	
Introdução e Agradecimentos	2
<i>Kristina Dietz, Bettina Engels</i>	
Radical transformation: Creating alternatives to capitalism in the countryside	7
<i>Catarina Ribeiro</i>	
A Mina do Lousal: memórias da classe operária no presente do complexo mineiro	18
<i>Christopher Wimmer</i>	
The Dividing Line of Dignity: Fragmentation and Consciousness within the Marginalized Class in Germany.....	31
<i>Daniel Francisco</i>	
Nantes: da reinvenção identitária à “utopia realista”	46
<i>Danielle Pereira de Araújo</i>	
Quando a classe média branca teve medo: disputas de classe e raça em torno das cotas raciais no ensino superior público paulista.....	69
<i>Davilson Marques Cunha, João Aparecido Gonçalves Pereira</i>	
Governo Bolsonaro, classes sociais e reforma da previdência no Brasil.....	76
<i>Davilson Marques Cunha, Marcia Leite Borges</i>	
Estado, classes sociais e desigualdades econômicas: contribuições sociológicas de Erik Olin Wright para análise e compreensão da realidade brasileira	84
<i>Elizardo Scarpatti Costa, Jaime Aja Valle</i>	
Dimensiones sociales de los marcos regulatorios laborales en Brasil y España.....	92

<i>Fabien Tarrit</i>	
Erik Olin Wright (1947-2019): classes and utopia	114
<i>Giovanilton André Carretta Ferreira, Viviane Mozine Rodrigues, Renan Lubanco Assis, Nathalia Nogarolli Bonadiman</i>	
Estado capitalista em transformação, territórios corporativos e os impactos sobre as comunidades tradicionais: área de estudo litoral centro norte do estado do Espírito Santo, Brasil	128
<i>Isabel Roque</i>	
Classe, Precariedade e Mobilização Social em Call Centres Portugueses	142
<i>Jonas Augusto da Silva Freitas</i>	
A permanência da precarização do trabalho da mulher no século XXI.....	157
<i>Jonas Vossolo</i>	
This is no democracy, we want “Real Democracy” - “New” democratic alternatives born from the Crisis in Portugal 2011-2014	163
<i>José Espirito Santo, Domingos Vaz</i>	
Sobre a Construção Social do Estatuto do Lugar? O contributo de Erik Olin Wright para a análise localizada de classes e replicações	194
<i>Kemilly Bianca Mello, Etiene Siqueira Rocha, Igor José Siquieri Savenhago, Wilson José Alves Pedro</i>	
Empreendedorismo Feminino sob o Olhar da Inovação Social.....	205
<i>Marcia Leite Borges, Davilson Marques Cunha</i>	
Pessoas com Deficiência: a (in)acessibilidade da sociedade brasileira	219
<i>Margarida de Cássia Campos, Ângela Maria de Sousa Lima</i>	
Cotas para Estudantes LGBTQ+ no Brasil: Desafios no Processo de Democratização no Ensino Superior	226

<i>Maria João Fernandes Carvalho</i>	
A Utopia no Horizonte do Estado capitalista em Transformação.....	236
<i>Mauro Serapioni</i>	
Imaginar utopias reais para a redução das desigualdades de saúde nos países da Europa do sul	246
<i>Mónica Soares</i>	
Podem as utopias reais transformar o capitalismo? Reflexões a partir da experiência de centros coletivos autogeridos, aldeias ecológicas e cooperativas integrais em Portugal e em Espanha	258
<i>Niccolò Bertuzzi, Paola Imperatore, Emanuele Leonardi</i>	
The Fridays for Future in Italy: Constituency, Networks and Frame	272
<i>Nobuyuki YAMADA</i>	
<i>How Will Capitalism End? the Reality of a Real Utopia and Post-Capitalist Strategies ...</i>	290
<i>Priscila Freire, Virgínia Ferreira</i>	
<i>Desigualdade de gênero na educação: a classe social na perspectiva interseccional</i>	305
<i>Raquel Ribeiro</i>	
<i>Uma casa de sonho para viver ou investir? Financeirização da habitação em Portugal e desigualdades económicas e territoriais</i>	318
<i>Sandra Ribeiro Graça</i>	
<i>Redes Empresariais: “Nova” lógica de relacionamento sob o espaço fragmentado da produção capitalista ou na expressão de O. Wright “ativos organizacionais”</i>	334
<i>Sara Čović</i>	
<i>The Antagonism of the Precariat</i>	348

Sílvia Ferreira

The double movements of society in the context of neoliberal capitalist societalization and the social and solidarity economy 361

Vasco Almeida

Contributo da Economia Budista para a Ciência Social Emancipatória 378

Vitor Schettino Tresse

Doenças Negligenciadas e Custos Sociais: Quando a Garantia do Direito à Saúde Depende do Poder Aquisitivo do Enfermo 391

Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt Proni, Marcelo Weishaupt Proni

A interdição de uma “Utopia Real” no Brasil 404

Apresentação e agradecimentos

Esta publicação da Cescontexto apresenta uma seleção de ‘papers’ apresentados ao colóquio que organizámos no CES nos dias 23 e 24 de janeiro de 2020, dedicado a prestar homenagem ao saudoso e iminente sociólogo Erik Olin Wright, justamente no momento em que passou um ano sobre o seu desaparecimento percoce. Reunimos então, em Coimbra, um conjunto muito significativo de cientistas sociais, provenientes das mais diversas origens, que imprimiram a este evento um verdadeiro carácter internacional, dessa forma fazendo jus ao espírito internacionalista que inspirou o nosso homenageado ao longo da sua vida e carreira académica. Tendo a iniciativa de organizar este encontro surgido no momento exato em que decorria uma assembleia de investigadores do CES, quando fomos confrontados com a trágica notícia da morte de Erik Wright, interessa realçar que tal decisão foi norteadada, em primeiro lugar, pelo estado emocional que nos atingiu, dadas as relações de amizade e a sólida ligação que desde a década de 1970 mantivemos com este brilhante sociólogo. Em segundo lugar, a enorme influência teórica e política que, desde esse tempo, as ideias deste pensador crítico, eloquente e engajado, marcaram sucessivas gerações de intelectuais e ativistas sob influência do pensamento marxista e que acompanharam, muitas vezes apaixonadamente, as inúmeras controvérsias teóricas onde Erik Wright foi protagonista (nomeadamente os debates ideológicos que se seguiram à nossa revolução do 25 de Abril de 1974) exigia, naturalmente, uma manifestação de reconhecimento por parte dos cientistas sociólogos portugueses, em particular aqueles que, desde a fundação do CES e da Revista Crítica de Ciências Sociais, deram expressão ao neomarxismo personificado por este académico americano, ou que dialogaram com essa perspetiva.

A diversidade de linhas de análise que decidimos propor na organização deste colóquio procurou ser coerente com a multiplicidade de dimensões em que se desdobrou o pensamento e a agenda de pesquisa de Erik Wright ao longo de cerca de cinco décadas. Daí que as principais áreas temáticas e mesas subtemáticas se tenham organizado segundo os seguintes subtemas: Utopias Reais; Análise de Classes; Igualdade de Género; Desigualdades Económicas; O Estado Capitalista em Transformação. Foi, pois, no quadro destas diferentes áreas de investigação e de reflexão socio-política que acolhemos a diversidade de contributos da comunidade de cientistas sociais que tivemos o prazer de acolher no âmbito deste encontro internacional.

Compete-nos, assim, agradecer a todas e todos as/os colegas, sociólogos, economistas, juristas, cientistas políticos e muitos outros do campo das letras e humanidades, da filosofia, literatura, poesia, cultura, etc., em especial as dezenas de investigadores jovens, quer os que frequentam programas de doutoramento e mestrado nas nossas instituições quer os que vieram das mais diversas proveniências geográficas, nacionais e internacionais.

Agradecemos em especial o apoio da equipa do CES que, com a toda a sua disponibilidade e competência, nos ajudaram a fazer deste evento uma iniciativa bem sucedida e da qual a Comissão Organizativa muito se orgulha. Agradecemos a todos/as os/as investigadores/as, séniores e juniores, do CES, bem como os seus órgãos dirigentes (Direção, Presidência do Conselho Científico e Diretor Emérito) que desde a primeira hora foram inexcedíveis na solidariedade e apoio aos trabalhos desta equipa. E por fim, uma palavra especial de agradecimento às e aos estudantes do curso de sociologia da FEUC que, a título voluntário, se entregaram com entusiasmo e competência ao trabalho logístico de apoio no andamento dos trabalhos. A todas e todos o nosso obrigado.

A Comissão Organizadora: Elísio Estanque e Pedro Góis (coord.), Graça Capinha, Madalena Duarte, Cláudia Pato e Daniel Neves Costa.

Radical transformation: Creating alternatives to capitalism in the countryside

Kristina Dietz,¹ Freie Universität Berlin, Department for Political and Social Sciences
kristina.dietz@fu-berlin.de

Bettina Engels,² Freie Universität Berlin, Department for Political and Social Sciences
bettina.engels@fu-berlin.de

Abstract: This paper draws on E. O. Wright's theory of transformation to examine how radical emancipatory transformation in the countryside can be achieved. The topic is particularly important, given that current authoritarian politics and the global political economy tend to transform rural social relations and politics towards an increase of social inequalities, the non-recognition of social and political rights and anti-democratic rule. Analytically, Wright has identified three variants of radical transformation and related strategies: ruptural, interstitial, and symbiotic transformations. The guiding questions of the paper are: How can radical transformation in the countryside be achieved? Who are the actors that have an interest in challenging dominant rural social structures and have the capacity to do so? The main argument is that radical transformation in the countryside is feasible and indeed happens.

In the 20th century a series of social upheavals led to significant changes of social structures, institutions and rights in the rural world. At the beginning of the 21st century potentials for radical transformation and the capacity of rural social groups to bring it about seems to have diminished. Based on E.O. Wright's work, radical transformation is understood in this paper as the creation of an emancipatory alternative to capitalism. With regard to rural societies this implies overcoming class relations manifested in differentiated positions in the production process and thus differentiated access to and ownership of resources. It also implies prevailing over any form of labour oppression, e.g. modern forms of bondage or servitude and the dismantling of inequalities of access to the necessary material and social means of live. Regarding politics, an emancipatory alternative to capitalism is inevitably radically democratic: Political institutions need to guarantee equal access to democratic decision-making processes, that are collectively defined.

Empirically different historical and contemporary rural struggles and alternative models of social production and reproduction in rural areas are investigated: the Mexican revolution, the Longo Mai cooperatives, the global peasant movement La Via Campesina, and an anti-mining movement in Colombia demanding rights for democratic participation. The analysis is based on secondary data derived from literature review as well as in the case of the Colombian anti-mining movement on primary data gathered in several field research between 2015 and 2019. The paper reveals that real utopias in the countryside are feasible and do happen, and that they are many-faced; they may feature a range of institutions, be brought forth by different actors

¹ Researcher at the Institute for Latin American Studies, Freie Universität Berlin.

² Researcher/ politologist, Department of Social and Political Sciences, Freie Universität Berlin.

who deploy a variety of strategies, with varying outcomes, scale, and scope. It is demonstrated that the depth and scope of transformation is likely to depend on the strategies; however, actors never choose their strategies in a vacuum but are constrained by conditions that enable or hinder certain actions; and structural conditions, and other actors, opponents to radical transformation in particular, furthermore influence how profound and lasting transformation eventually will be.

The paper is structured as follows. First the concept of radical transformation is introduced, and the different variants of radical transformation are highlighted. Next, the occurrence of these variants in rural areas is discussed and illustrated with historical and contemporary examples of rural struggles. In the final section the analytical and political implications of the distinction of the three variants, and on their respective strengths and weaknesses are discussed.

Keywords: Radical transformation; Real utopias; Rural struggles; Emancipation

Introduction

In the twentieth century, a series of social upheavals led to significant changes in class structures as well as social and political institutions in the rural world. Until the 1970s, as a result of persistent rural struggles or their impending emergence, different variants of agrarian reforms were carried out in many countries in Latin America, Asia, Africa, and Southern and Eastern Europe. In some cases, rural social upheavals contributed to revolutionary transformations, for instance in China and Vietnam. In virtually all these struggles, peasants and peasant movements played a central role, either as a driving force or in support of revolutionary movements or parties. Even though in many cases, such as in Cuba, Mozambique, Vietnam and China, more far-reaching aims such as the liberation from feudal, colonial or imperial rule propelled the struggles, land-based claims regarding rights, access, distribution, autonomy, political power and tenure were also essential. Though not all, and often not in a comprehensive and enduring way, many of these claims were successfully enforced. For example, after the Mexican Revolution of 1910-17, the post-revolutionary ruling class was obliged to issue agrarian reform which radically transformed rural class relations, due to the massive participation of the peasantry in the revolutionary overthrow of the old regime (Wolf 1969; Vergara-Camus 2012).

Examples from various geographical and historical contexts prove that the peasantry can be a subject and driver of social transformation. The social relations that characterize rural societies today are the result of both capital's penetration of the countryside and of social action, namely class struggles (Edelman and Wolford 2017). The increased interest in peasant studies and critical agrarian studies in the second half of the twentieth century refers to the rural class struggles of the previous decades. In light of these struggles and of the emergence of peasant guerrilla organizations in countries such as Colombia, Ethiopia and the Philippines, by the 1970s the peasantry was considered an important historical agent for change (Paige 1975; Skocpol 1982).

In this chapter, we explore strategies of radical, that is emancipatory, social transformation in the countryside. Which actors strive to challenge dominant rural social structures? What strategies do they deploy in order to do so? To answer these questions, we introduce the theoretical basics to which scholars in critical agrarian studies refer with regard to the peasantry's potential to drive forward a radical transformation in social and political-economic structures, and we sum up how this has been discussed recently in the field. Subsequently, we

present three different strategies applied by actors who are engaged in creating alternatives to capitalism in the countryside. In the concluding section, we discuss these strategies with regard to their scope, premises and interlinkages. We argue that radical transformation is occurring through the gradual change of institutions, which in the long run may have considerable effects on the structures that capitalism builds upon.

Overcoming capitalism in the countryside: classical and contemporary debates

Questions related to how capitalism in rural societies can be overcome have been at the centre of both classical and contemporary debates within critical agrarian studies. The political agency of rural dwellers, particularly the peasantry, and alliances between rural and urban classes in bringing forth social, political and economic change have thereby been central.

In classical Marxism, many writers (see Kay and Akram-Lodhi 2020) considered the peasantry as ‘a form of social life over which changes pass but which contributes nothing to the impetus of these changes’ (Moore 1996, 453). Most prominently, this view was expressed by Karl Marx himself in his well-known portrayal of French peasants, whom he compared to a ‘sack of potatoes’:

The small-holding peasants form an enormous mass whose members live in similar conditions but without entering into manifold relations with each other. (...) Thus the great mass of the French nation is formed by the simple addition of homologous magnitudes, much as potatoes in a sack form a sack of potatoes. In so far as there is merely a local interconnection among these small-holding peasants, and the identity of their interests begets no community, no national bond and no political organization among them, they do not form a class. They are consequently incapable of enforcing their class interest in their own name [...] They cannot represent themselves, they must be represented (Marx (1978 [1852]), VII, 126).

Similarly, Friedrich Engels (1993 [1894]), in his reflection on the peasants’ contribution to the achievement of socialism in France and Germany, considered the peasantry as being a sharply differentiated yet isolated and apathetic population. Peasants did, however, constitute an essential share of the population, and a force of production and power at the end of the nineteenth century. Thus, Engels noted that without the support of the peasantry, a lasting radical transformation towards socialism would not be feasible (ibid., 498). In order to obtain political power, the task for the socialist parties was thus to organize the peasants and mobilize their support with a political programme reflecting the needs and interests of the agrarian population, therewith facilitating the creation of a worker–peasant alliance.

Karl Kautsky (1899) and Vladimir Lenin (1899) also emphasized the structuring forces of capitalism on rural social transformation, but recognized the agency of the rural classes themselves in transformation processes. For Lenin (2017 [1917]), the one and only pathway to transformation was a strong workers party that would seize power, build a government and lead the revolution. Party members, trained in revolutionary tactics, would be the principal actors to put transformation into effect. Although Kautsky (1899) did not assign an active role to the peasants in a coming revolution, he nevertheless argued that due to their double identity as workers and property-owning smallholders, peasants might under certain circumstances join revolutionary movements and proletarian parties (see Watts 2020).

Nowadays, the time for revolutions seems to be over. A revolution is a rapid and fundamental transformation of dominant class and state structures that is mostly carried out by class-based revolts from below; it occurs particularly in moments of crisis and the breakdown of the pre-existing social and political order (Skocpol 1979). Revolutions are profound and wide-reaching; but they are difficult to accomplish and maybe even more difficult to maintain.

Historical evidence points out that the efforts of revolutionary transformations are likely to be contested by powerful adversaries from both inside and outside.

Nonetheless, in view of recent struggles over land and labour, debates are vibrant within critical agrarian studies over the potentials for emancipatory social transformation and the peasantry's capacity to bring it about. Henry Bernstein (2010), for instance, emphasizes that rural life in times of capitalist globalization is highly precarious, and that rural social classes are fragmented due to the differentiation of economic positions, gender, caste, generation, ethnicity and race. In consequence, Bernstein argues, the peasantry – as a rural class and a political force for transformation – has virtually disappeared. The contradictions that permeate the fragmentation of the rural classes hamper the emergence of class consciousness and class struggle. Accordingly, Bernstein raises a doubt that claims for land and labour can unfold the systemic significance and strength needed for transformations of the capitalist mode of production in agriculture (Bernstein 2006, 456).

In contrast, other scholars emphasize that many of the most visible alternatives to capitalism in the countryside stem from land-related issues and agrarian struggles against neoliberalism, dispossession and the further commodification of land, food and labour (e.g. McMichael 2006; Edelman and Wolford 2017). They argue that the rise of peasant movements in the late twentieth century and the increasing struggles over land in response to land grabbing and the resource boom is not a game of mortal combat played by a doomed-to-die peasantry, but an indication 'of the incompleteness of the transition to capitalism in agriculture' (Edelman and Borras 2016, 3). Collective claims in current rural class struggles span from demanding land rights and redistributive agrarian reforms to other pressing issues of rural life: access to decent work, autonomy, political rights, environmental justice, and the recognition of ethnic and gendered identities and rights. Within these struggles, alternatives are created in multiple ways and by various actors: by establishing cooperative forms of rural labour through the introduction of new socially and ecologically just modes of production or by promoting food sovereignty (see Calvário and Kallis 2017); and by alliances between urban and rural classes within and across national boundaries, global networks of peasant movements and/or regional autonomy movements.

Eroding capitalism in the countryside

The authors whose work builds the fundament of critical agrarian studies were concerned with the political-economic development of societies in general, i.e. how social transformation occurs and particularly how capitalism has emerged and shall be overcome. In this chapter, by contrast, we deal with concrete present attempts to create alternatives in the countryside. Overcoming capitalism is not confined to revolutions, but can be accomplished by a variety of strategies, depending on the respective context. It

involves conscious and combined efforts to build a new kind of economic reality. It can be engaged in here and now, in any place or context. It requires an expansive vision of what is possible, a careful analysis of what can be drawn upon to begin the building process, the courage to make a realistic assessment of what might stand in the way of success, and the decision to go forward with a mixture of creative disrespect and protective caution (Gibson-Graham 2006: xxxvi).

Of course, strategies vary in scope and depth, and they are by no means exclusive. Though not all are compatible in equal ways, a promising track might be flagged by a multiplicity of often interlinked strategies.

Erik Olin Wright has written comprehensively on strategies for overcoming contemporary capitalism. According to him, 'the central task of emancipatory politics is to create social

institutions [...] that eliminate forms of oppression' (Wright 2010, 5) in all areas of society: economy, social coexistence and politics. With regard to the economy, an emancipatory alternative would consist of the creation of non-hierarchical relations of production. This implies overcoming class relations manifested in differentiated positions in the production process and thus differentiated access to and ownership of resources (such as land, machinery and technology, seeds and labour). Cooperatives or collectives set an example for institutions that build on the principal of non-hierarchical relations of production. On a societal level, institutions to promote emancipatory alternatives are founded on a radical egalitarian idea of justice, namely the dismantling of inequalities of access to the necessary material and social means of life, not only based on class but also on gender, ethnicity, caste, generation and race. Wright (2010, 11) highlights the importance of equal access to education and health care, as discrimination and exclusion based on status can lead to economic marginalization and inequalities. He also underlines that an emancipatory alternative to capitalism needs to be radically democratic: political institutions need to guarantee equal access to democratic decision-making processes that are collectively defined in the first place.

We understand institutions as relatively enduring social arrangements. Institutions constrain or enable social action and human well-being. There is always variable scope for actors to engage in institutional innovation, reinforcement or transformation. Institutions also involve generally unquestioned routines and practices, formal and informal norms, political rules, regulations and sanctioning mechanisms (such as the legal protection of property rights). Institutions that push forward radical transformation in the countryside to the effect of dismantling capitalism are, for instance, collective land use rights, restrictions of private property and of capitalist market regulations, and cooperative labour processes. Institutions do not change on their own, but their alteration is brought about by social and particular collective action. Whether, in which way and with which outcomes institutional change occurs depends on the interaction of the political context, the social actors and the institutions themselves (Mahoney and Thelen 2010). Radical institutional reconfigurations provoked by exogenous shocks or by a revolution that creates new institutions through a sharp break with the existing structures and institutions are the exception rather than the rule. Even in case of considerable shifts of political power, institutions are generally not abolished and new ones created; rather, most commonly, existing institutions are transformed. So, the disillusioning observation is that revolutions similar to prominent historical cases such as Mexico and Vietnam, which radically reconfigure agrarian social structures and institutions, hardly occur at present. The encouraging finding is that institutional change unfolds incrementally, with considerable effects in the long run (Mahoney and Thelen 2010, 2-3).

In the following, we present three kinds of strategies that are of particular importance for anti-capitalist struggles in the countryside: changing institutions and discourses at transnational scales, resisting and building alternatives, and escaping and creating alternatives in the interstices. These strategies are certainly not unique; we have selected them as they represent three distinct variants of how actors presently engage to create alternatives to capitalism in the countryside.

Changing institutions and discourses at transnational scales

An important strategy of social movements and civil society organizations to expand the 'room for manoeuvre' for antagonizing capitalist logics in rural economies has been the transformation of existing institutional forms (such as land rights, food regimes) and the creation of new models and discourses in order to counter dominant views and concepts. This strategy aims to enhance well-being and living conditions for rural dwellers within capitalism,

to advance autonomy and democratic power, and thus to expand the potential for building alternatives beyond capitalism. Since the 1990s, social movements and their organizations are increasingly pursuing this strategy in transnational action networks.

La Via Campesina is presently the best-known transnational agrarian movement campaigning for agrarian reform and peasant rights. It was created in 1993 by agrarian movements from around the world. Today, the movement has 182 member organizations from 81 countries; land and peasant rights represent their common ground (LVC 2018). La Via Campesina advocates for peasants' rights in all areas of rural life: land and territory, housing, standards of living, freedom from discrimination and oppression, seeds and traditional agricultural knowledge, and access to the means of production. Key demands also address gender equality, climate justice, the right to biological diversity, the dignity of migrant workers, international solidarity and food sovereignty. La Via Campesina's principal strategies are campaigning and lobbying for institutional change, particularly within the United Nations, mobilization for protest events (marches, sit-ins, and so on), and creating and diffusing alternative agricultural knowledge.

Around 1999-2000, La Via Campesina, together with other allies, launched the Global Campaign for Agrarian Reform as a counter-campaign to market-led agrarian reforms promoted by the World Bank, the International Monetary Fund and others. The campaign succeeded in bringing land issues and land reforms back onto the international agenda, though in many countries it failed to shift land policies away from the neoliberal paradigm (Borras 2008). Another strategic element of this campaign was the introduction and politicization of a new perspective on food questions that offers the possibility to challenge the narratives of the ineffectiveness of small-scale farming and the promotion of market-led solutions to accomplish food security: 'food sovereignty'. With the concept of food sovereignty, La Via Campesina politicizes the corporate food regime and offers an alternative way to interpret and solve food crises. The movement associates the concept with the promotion of peasant farming as a socio-ecological alternative and necessity for food security (McMichael and Schneider 2011).

In November 2018, after six years of negotiation in an Open-Ended Intergovernmental Working Group, the UN Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas (UNDROP) was adopted by the Human Rights Council. One month later it was ratified by the UN General Assembly (UN 2018). In this way, with its strategies of cross-national campaigning and international lobbying, La Via Campesina has successfully promoted the creation of new institutions at the transnational scale. UNDROP functions as an important frame that actors can refer to in order to promote institutional change at the national and local scales; such institutional change may then allow for the general enhancement of rural life, and for the consolidation of the peasantry as a collective actor that can challenge dominant rural social structures.

Resisting and building alternatives

A ubiquitous response to the adverse effects of capitalism on rural well-being is to resist it. Resistance generally means the mobilization of social protest action. It may aim to disrupt the processes of capital valorization, to challenge the raising of costs by political and economic elites, to defend one's own rights, or to prevent a particular project or programme (such as the expansion of monocultural agro-industrial production) or the enactment of a law. Social protest occurs when antagonistic interests clash and when rural dwellers perceive, interpret and assess these antagonisms to be unjust or a threat to their existence. Although often stated, not every act of resistance leads to social and political change in an emancipatory sense. However, there are many examples of resistance that are combined with strategies of empowerment,

politicization and the creation of economic alternatives, which do contribute to promoting alternatives.

A well-known example is the resistance of the Brazilian Landless Rural Workers Movement (*Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra*, MST). MST was founded in 1984 in response to the increasing rural exodus and unequal land distribution. Its members are landless people, small farmers without secure access to land, wage labourers and urban poor without a solid income or access to the labour market. The movement's principal aims are access to land and the redistribution of land ownership. Its central means of action are occupations of large landholdings. Until today, MST has achieved the settlement of more than 400 000 families on more than seven million hectares of land nationwide. Another 90 000 families live and work on occupied land (Karriem 2009).

For MST, land occupations are not just a means of distributing land, but are embedded in class struggles and the creation of alternatives. In addition to securing access to land for landless families, the creation of a collective consciousness through education and politicization are central pillars of MST's struggle. Self-administered schools enable members to benefit from (political) education and to develop political leadership skills. In broad alliances, MST mobilizes against free trade agreements, the World Trade Organization, the use of genetically modified seeds and for food sovereignty. Regarding the latter, MST promotes the development and dissemination of alternative, cooperative and agro-ecological forms of production that build the basis for an alternative rural economy.

Though MST has not yet achieved any effective change in formal institutions regarding land tenure and agrarian politics in Brazil, through the occupations it has significantly improved the lives of nearly half a million families by securing access to land for them. In addition to this, through political education and the promotion of agro-ecological and collective forms of production, MST has, with its combined strategy of resistance, substantially contributed to the establishment of alternatives to capitalism in rural areas.

Escaping and creating alternatives in the interstices

In a commentary on a controversy between Henry Bernstein and Philip McMichael on the relevance of food and agriculture in relation to capitalist developments today, Harriet Friedmann (2016, 682-3) has argued that alternative ways of living in the countryside might emerge in the interstices of decaying capitalist societies. In fact, escaping – the creation of new forms of social empowerment and social life in the niches and margins of capitalist societies – has historically been an important response to capitalism in the countryside. Examples of utopian communities or rural cooperatives that aim for self-sufficiency, equity and reciprocity exist worldwide. They emerge where people want change and transformation but the balance of power hardly allows it, and where they do not pose a direct threat to dominant classes and elites, at least initially. Escaping does not necessarily entail efforts to transform capitalism. However, there are many examples of 'escaping' where people create alternatives to demonstrate that such alternatives can exist and are feasible, and to act out of the interstices in cooperation with others for the accomplishment of radical transformation and the erosion of capitalism's constraining conditions.

An example of this is the European cooperative Longo Mai (Provençal for 'May it last long'), which was created in the aftermath of the congress 'European Pioneer Settlements', held in Basel, Switzerland, in December 1972. In the adopted resolution, the participants declared that they would leave capitalist industrial society to its fate and build a social alternative beyond the logics of capital, markets and alienated labour in those remote rural

areas of Europe particularly hit by capitalism in terms of the decimation of farms and the disappearance of peasants, for instance large parts of the French Haute-Provence.

Today about 200 people live and work in Longo Mai cooperatives in France, Austria, Germany, Switzerland, Costa Rica and the Ukraine. Together they cultivate several hundred hectares of land, produce food and wine, and run a sheep's wool spinning mill as well as various smaller facilities for processing their own agricultural products. Longo Mai's approach includes strengthening self-sufficiency and grassroots democracy, and building micro-economies. In a radical departure from the capitalist system, it advocates social and ecological agriculture as well as equitable working conditions, and aims to overcome the separation of productive and unproductive labour (Schwab 2013).

Longo Mai's aim was never to confine itself to the creation of enclaves where the rules of capitalism are suspended; rather, it also strives to intervene socially in order to change the conditions outside. In 1978, the cooperative created the crisis fund for the European mountain regions, with the aim of stopping out-migration from these areas. In 1981, an independent radio station was established in Provence in order to create a counter-public. An important field of action is European agricultural policy. In 2008, together with other initiatives, Longo Mai initiated a campaign for free seeds: 'Sowing the Future – Harvesting Diversity'. The campaign was a reaction to an EU draft law, according to which only registered seed could be used in the EU. As a result of the campaign, international and regional platforms for seed exchange were initiated that continue to operate to this day.

Conclusion

Our endeavour in this chapter has been to explore strategies of radical, that is emancipatory, social transformation in the countryside. The three strategies presented reveal that the potential of agrarian struggles to promote alternatives to capitalism is anything but limited to peasant revolts and to seeing the peasantry as an alleged homogenous actor spurring revolution. In contrast, more often than not, social change happens over time through the gradual change of institutions, which may be more or less radical, and is brought forth by different actors who deploy a variety of strategies, with varying premises, outcomes, scales and scope.

Through its transnational campaigns, the lobbying of international organizations, the creation of counter-discourses and mobilization for trans-local protest events – namely the coordination of protest action at different localities at the same time – La Via Campesina contributes to institutional change both at the transnational and national levels, as new international institutions function as a reference for demands and frames at the national scale. Through (media) campaigns, the network demonstrates that alternatives to agrarian capitalism exist and are feasible. For this strategy of changing institutions to be effective, it depends on a broad network of actors and groups worldwide that are able to build up sufficient political pressure. Furthermore, at least some supporters from within existing institutions are needed in order to achieve change. Although such changes and demonstrations might not shake the very base of the capitalist system and sometimes even run the risk of stabilizing it through legitimization, they nevertheless change the rules of capitalism, so that the room for manoeuvre for rural social actors who strive for emancipatory transformation expands.

In order to secure livelihoods and income for landless people and to achieve a socially just distribution of land, land occupations, combined with the creation of economic alternatives and the politicization of its members, have become tools of resistance for MST. As with La Via Campesina, this strategy of resisting and building alternatives from below will also not contribute to any profound changes in rural social structures. It can, however, help to enable people to try out strategies for change in the first place, which can then be disseminated and

learned by others. Resisting and applying alternative practices of production require patience, and the strength to withstand periods of uncertainty and to ward off counterattacks by political and economic elites. Alliances and cooperations with the wider public – including parts of the media, political parties and other strong member organizations – are therefore necessary. In the case of MST, a long-lasting and strong relationship with the Brazilian workers party did exist, though this has declined in recent years, also due to the co-optation of MST leaders.

In contrast, creating alternatives in the interstices of capitalist societies seems to be more feasible, as niches are perceived as not posing any significant risk to existing political and economic power relations. Independent of how this strategy of escaping and building alternatives is perceived by political and economic elites, it fulfils an important role model function, demonstrating that alternatives can and do exist and are – with limitations – feasible, and thereby they challenge the institutions of agrarian capitalism. Furthermore, out of the interstices, cooperatives intervene directly at various scales in order to bring forth institutional change and push for new practices (such as seed exchange platforms), which contribute to changes within existing institutions and to the conditions of production and reproduction in rural societies.

The three strategies and examples discussed in this chapter do not operate in isolation, but are interlinked. Organizations such as MST and Longo Maí are, for instance, members of La Via Campesina. This applies for many other initiatives at the local or national level that strive for transformation, and which are also linked to broader networks. In this sense, numerous actors all over the world are engaged in what Wright (2019) calls ‘eroding capitalism’, namely building emancipatory alternatives in the countryside using different strategies that combine grassroots-centered initiatives with transnational movement actions, and in some cases more top-down state-centered strategies.

In light of these examples, it comes into view that eroding agrarian capitalism is not confined to the profound disruption of an existing political and economic system (revolution), but is facilitated by changing discourses and reference frames; by the de facto improvement of access to and control over the means of production (particularly land); and in the form of niches that have radiating impacts. Obviously, these are just three examples of what is possible, each with its strengths and weaknesses.

In whatever way, radical transformation towards alternatives to capitalism occurs, and it has an impact on rural social relations and well beyond. One might argue that presently, political-economic power relations are more in favour of transformation towards authoritarianism than towards emancipation. But conditions, though they are hard to change in the short run, are not set in stone; they can be transformed through social action. After all, social change, in the true sense of the word, is not a state of affairs but a never-ending process.

References

- Bernstein, H. (2006), Is There an Agrarian Question in the 21st Century?, *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, 27, 449-60.
- Bernstein, H. (2010), *Class Dynamics of Agrarian Change*, Halifax: Fernwood.
- Borras, S. J. (2008), La Vía Campesina and its Global Campaign for Agrarian Reform, *Journal of Agrarian Change*, 8, 258-89.

- Calvário, R.; Kallis, G. (2017), Alternative Food Economies and Transformative Politics in Times of Crisis: Insights from the Basque Country and Greece, *Antipode*, 49, 597-616.
- Edelman, M.; Borrás, J. (2016), *Political Dynamics of Transnational Agrarian Movements*, Winnipeg: Fernwood Publishing.
- Edelman, M.; Wolford, W. (2017), Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice, *Antipode*, 49, 959-76.
- Engels, F. 1993 [1894], *The Peasant Question in France and Germany. First published in Die Neue Zeit, 1894-95*, Moscow: Progress Publishers.
- Friedmann, H. (2016), Commentary: Food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation, *The Journal of Peasant Studies*, 43, 671-92.
- Gibson-Graham, J. K. (2006), *Postcapitalist Politics*, Minneapolis: University of Minneapolis Press.
- Karriem, A. (2009), The rise and transformation of the Brazilian landless movement into a counter-hegemonic political actor: A Gramscian analysis, *Geoforum*, 40, 316-25.
- Kautsky, K. (1899), *Die Agrarfrage: Eine Uebersicht über die Tendenzen der modernen Landwirtschaft und die Agrarpolitik der Sozialdemokratie*, Stuttgart: Dietz.
- Kay, C.; Akram-Lodhi, A. H. (2020), The diversity of classical agrarian Marxism, in Akram-Lodhi, H.; Dietz, K.; Engels, B.; McKay, B. (eds), *The Edward Elgar Handbook of Critical Agrarian Studies*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Lenin, V. I. (1899), *The Development of Capitalism in Russia. The Process of the Formation of a Home Market for Large-Scale Industry*, Moscow: Progress Publishers.
- Lenin, V. I. (2017 [1917]), *The State and Revolution*, London: Aziloth Books.
- LVC (2018), Members, La Via Campesina.
- Mahoney, J.; Thelen, K. (2010), A Theory of Gradual Institutional Change, in Mahoney, J.; Thelen, K. (ed), *Explaining institutional change: ambiguity, agency, and power*, New York, NY: Cambridge University Press, 1-37.
- Marx, K. (1978 [1852]), *Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon*, Peking: Foreign Languages Press.
- McMichael, P. (2006), Reframing Development: Global Peasant Movements and the New Agrarian Question, *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*, 27, 471-83,.
- McMichael, P.; Schneider, M. (2011), Food Security Politics and the Millennium Development Goals, *Third World Quarterly*, 32, 119-39.
- Moore, B. J. (1996), *Social Origins of Dictatorship and Democracy*, Boston: Beacon.

Paige, J. M. (1975), *Agrarian Revolution. Social Movements and Export Agriculture in the Underdeveloped World*, New York: The Free Press.

Schwab, A. (2013), *Landkooperativen Longo Mai. Pioniere einer gelebten Utopie*, Zürich: Rotpunkt.

Skocpol, T. (1979), *States and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*, Cambridge: Cambridge University Press.

Skocpol, T. (1982), What Makes Peasants Revolutionary?, *Comparative Politics*, 14, 351-75.

UN (2018), United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas, United Nations.

Vergara-Camus, L. (2012), The legacy of social conflicts over property rights in rural Brazil and Mexico: Current land struggles in historical perspective, *The Journal of Peasant Studies*, 39, 1133-58.

Watts, M. (2020), The Agrarian Question, in Akram-Lodhi, H.; Dietz, K.; Engels, B.; McKay, B. (eds), *The Edward Elgar Handbook of Critical Agrarian Studies*, Cheltenham: Edward Elgar.

Wolf, E. (1969), *Peasant wars of the twentieth century*, New York: Harper & Row.

Wright, E. O. (2010), *Envisioning Real Utopias*, London: Verso.

Wright, E. O. (2019), *How to be an anti-capitalist in the 21st century*, London: Verso.

A Mina do Lousal: memórias da classe operária no presente do complexo mineiro

Catarina Ribeiro,³ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
catarinafreitasribeiro@gmail.com

Resumo: O *dark tourism*, conceito utilizado para descrever práticas turísticas assentes na visita a lugares ligados à morte e ao sofrimento, releva-se um pertinente ponto de partida para compreender a forma como se aborda o passado nas dinâmicas turísticas. A estreita ligação com o passado que demarca os lugares associados a esta prática turística é um dos mais consistentes pontos de entrada para uma análise aprofundada ao *dark tourism*. O presente artigo surge para abrir caminho a uma reflexão sobre a herança do passado no *dark tourism* nacional. Para desenvolver este contributo, procurou-se um lugar com características que o potenciam enquanto espaço que pode ser integrado nesta prática turística: que esteja aberto ao público, gerido por uma entidade, e com intervenientes do passado disponíveis para contar a sua história. Com um passado ligado ao trabalho pesado, gerida pela Associação Centro Ciência Viva do Lousal e com alguns ex-trabalhadores ainda a habitarem a aldeia mineira, foi selecionada a Mina do Lousal para desenvolver a presente reflexão sobre a preservação da memória dos trabalhadores no presente do complexo mineiro.

Palavras-chave: Mina do Lousal; Memória; Classe operária; Consumo de lugares; *Dark Tourism*

‘*Dark tourism*’: contributos para o entendimento da prática turística

No avanço turístico a que hoje assistimos, novas dinâmicas têm surgido como práticas turísticas emergentes. Ainda que possam figurar entre as mais antigas dinâmicas turísticas, acabam por vir à tona quando confrontadas com os novos “desígnios turísticos” (Fortuna, 2016: 11).

Um caso que se afigura particularmente desafiante para pensar à luz dos renovados desafios da indústria turística é o *dark tourism*.⁴ No contexto internacional, diversos contributos têm sido avançados para denominar esta dinâmica turística. A primeira grande abordagem ao *dark tourism* surge no trabalho de MacCannell. Para descrever o contacto com espaços considerados negativos e pesados, o autor utiliza o termo *negative sightseeing* (1999: 40). Anos mais tarde, Rojek (1993: 136) descreveu a comercialização de locais onde celebridades ou um largo número de pessoas se depararam com a morte como *black spot tourism*.

A dinâmica turística foi pela primeira vez cunhada como *dark tourism* e amplamente difundida como tal a partir de 1996, através do trabalho de Foley e Lennon. Para os autores, o

³ Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

⁴ Utiliza-se a expressão inglesa por ser a mais amplamente divulgada pelos especialistas que trabalham esta dinâmica turística, ainda que, como será apresentado neste artigo, existam outras terminologias utilizadas para descrever este tipo de Turismo.

termo *dark tourism* serve para descrever “o consumo de locais de morte e de desastre reais e comodamente preparados para serem consumidos” (1996: 198).

Também em 1996, Seaton avançou com o rótulo *thanatourism* para descrever a escolha de viajar para um lugar com o intuito de estabelecer um encontro real ou simbólico com a morte. *Morbid tourism* é o termo utilizado por Blom (2000: 26) para rotular as práticas turísticas focadas na morte que atraem um largo número de pessoas.

No meio de todas as denominações que têm sido desenvolvidas desde que o *dark tourism* passou a ser abordado enquanto prática turística, o termo que mais tem despertado aprofundamento, críticas e posicionamentos divergentes é também o que é mais utilizado, principalmente pela abrangência da expressão: *dark tourism*. Mas para que se entendam as especificidades das críticas à terminologia mais recorrentemente utilizada, é fundamental identificar quais as principais tipologias e características que podem ser incluídas nesta modalidade.

Seaton (1996: 15) apresenta um relevante contributo para conceber cinco tipos de *dark travel activities*: 1) testemunhar atos públicos de morte; 2) visitar locais onde morreram pessoas; 3) visitar memoriais ou lugares ligados ao internamento; 4) conhecer lugares de representação simbólica da morte; 5) visitar locais onde decorrem encenações de morte. Nesta linha de aprofundamento do conceito, também Stone (2006: 148) apresenta um importante avanço: as variáveis que permitem aprofundar o entendimento sobre os lugares de *dark tourism*. As quatro variáveis que Stone teorizou permitem entender que a mesma experiência turística pode ser o resultado de diferentes motivações: 1) a espontaneidade ou a premeditação da visita a estes lugares; 2) a distinção entre os lugares reais ou que foram propositadamente construídos; 3) a motivação para conhecer estes lugares reside ou não na curiosidade sobre a morte; 4) a motivação para visitar estes locais está ligada a questões políticas, de educação ou de entretenimento.

Avançando com as teorizações sobre a escuridão do *dark tourism*, Stone (2006: 152-157) apresenta uma reflexão sobre a *darkness* de diferentes casos desta prática com base nos traços, características e perceções destes lugares. Stone destaca, assim, sete tipos de *dark attractions*: 1) *dark fun factories*, altamente turísticas que têm como principal propósito o entretenimento; 2) *dark exhibitions*, espaços destinados a potenciar oportunidades educativas e de reflexão; 3) *dark fun dungeons*, lugares associados à justiça, como antigas prisões, adaptados para serem visitáveis; 4) *dark resting places*, como é o caso dos cemitérios, muitas vezes visitados devido à sua relevância arquitetónica; 5) *dark shrines*, locais ou pontos próximos de lugares onde ocorreram mortes, que se tornaram numa espécie de memoriais; 6) *dark conflict sites*, como campos de batalha, que têm na sua base objetivos comemorativos e educativos, sendo também um produto turístico com forte potencial; 7) *dark camps of genocide*, que relatam e divulgam as maiores atrocidades da História.

Há algo particularmente interessante nas contribuições de Seaton (1996) e Stone (2006): evidenciam ainda mais a diversidade que demarca o *dark tourism*. Revelam que estes lugares são, de facto, um património difícil, principalmente por existirem tantos significados distintos por parte de quem promove e por parte de quem consome estes lugares. Esta disputa de significados torna esta prática turística tanto objeto de valorização, como objeto de crítica. O reconhecimento da sua antiguidade ou a sua relação de interdependência com consumo na sociedade contemporânea são, assim, os dois principais pontos de discussão sobre a disputa de significados no *dark tourism*.

Uma das grandes linhas de pensamento para o entendimento do *dark tourism* na atualidade reside numa abordagem que defende os seus benefícios: o valor educativo e o valor cultural. Estes dois valores estão desde logo ligados à *thanatopic tradition* que demarca esta atividade turística (Seaton, 1996), sendo um fenómeno que surgiu na Idade Média, tendo-se intensificado

no final do século XVIII e no início do século XIX. Esta estreita ligação com o passado, evidenciada no trabalho de Seaton, é uma das grandes contribuições do *dark tourism* para a sociedade, desempenhando, nesta conceção, o papel de porta de entrada no entendimento dos desastres do passado. Funciona, assim, como o “entendimento de desastres e de eventos macabros do passado que perturbaram projetos de vida” (Stone e Sharpley, 2008: 588).

A vertente educativa do *dark tourism* está também na base da estruturação de muitas das críticas apontadas à vertente comercial. Bowman e Pezzullo (2009: 95) denominam esta dicotomia como autenticidade *versus* mercantilização, criticando a rigidez com que se procura a forma certa de praticar *dark tourism*.

Nesta linha de defesa do papel educativo, Stone projeta mais um importante contributo para o entendimento do valor educativo do *dark tourism*. Refere que as adaptações de lugares ligados a esta prática turística servem para construir significados da morte passada para compreender o presente e o futuro (2012). No entendimento que Stone propõe, os lugares de *dark tourism* são encarados como “lugares de memória” (Nora: 2008): são símbolos da História, testemunhos de outros tempos que perpetuam nos nossos dias.

A ideia de viagem como um laboratório cultural de Löfgren (1999:7), ajuda a sustentar o trabalho que Kidron (2013) desenvolveu sobre o papel do *dark family tourism* no entendimento das memórias dos descendentes do Holocausto em Israel, ajudando também a consolidar a vertente cultural do *dark tourism*. Esta vertente pode passar também por aquilo que Kang, Scott, Lee e Ballantyne denominam, no seu trabalho sobre o April 3rd Peace Park, na ilha de Jeju, como uma “obrigação interna” (2012: 262).

A posição que Strange e Kempa assumiram quando abordaram as prisões como destinos turísticos (2003) ajuda a identificar o que será um desafio para a mediação entre a vertente educativa e cultural e a vertente comercial do *dark tourism*: o cenário mais obscuro destes lugares seria fechá-los aos visitantes, em vez de se enfrentar o desafio contínuo de interpretar o encarceramento, punição e isolamento forçado. Uma posição que pode ancorar-se à de Stone e Sharpley (2008) quando encaram a prática do *dark tourism* como uma forma de resgatar a morte para o discurso público através da contemplação, a uma distância segura, por parte dos indivíduos, da própria morte e da morte dos outros. É, em síntese, o momento em que a morte se torna real para quem visita estes lugares (Stone e Sharpley, 2008).

O olhar sobre esta dinâmica tem vindo a intensificar-se a par da perseverança da indústria turística que se refaz a partir de renovadas necessidades: mais turistas, mais lugares a explorar. E, como já reforçado, é precisamente neste conluio que as grandes discussões em torno da definição desta prática turística se têm estruturado: a forma como se encara o consumo de um passado pesado.

Como apresentado anteriormente, as divergências que se encontram na definição do conceito atribuísem a três principais vertentes que integram esta prática turística: a vertente educativa, que entende esta prática turística com base na sua função educativa, como forma de contemplar os desastres do passado e educar para o futuro; a vertente cultural, ligada à recordação do passado e à celebração dos que partiram; e a vertente comercial, que passa pela exploração e utilização de espaços já existentes ou da criação ou recriação de espaços que remetem para os desastres do passado para a obtenção de receitas.

‘Dark tourism’: reflexão e consumo do passado

A descoberta e o conhecimento sobre os “momentos mais insensíveis e arrogantes da História” (Bowman e Pezzullo, 2009: 189) é uma das características do *dark tourism*, sendo, assim, inegável a sua articulação com o passado. As práticas de *dark tourism*, ainda que complexas e com variadas especificidades, são uma importante porta de entrada para entender o diálogo do

Turismo com o passado, o presente e o futuro. O *dark tourism* passa, assim, pelo “entendimento de desastres e de eventos macabros do passado que perturbaram projetos de vida” (Stone e Sharpley, 2008: 588). Perante este caráter reflexivo, pode afirmar-se também que ajudará a entender o presente e a perspetivar o futuro, pois permite o acesso à herança e aos propósitos dos lugares visitáveis e enquadrados nesta prática turística. É, portanto, uma prática que, com recurso ao passado, levanta questões no presente como também no futuro.

A ligação do *dark tourism* à História tem levantado alguns questionamentos, sendo o mais tenso aquele que contrapõe a autenticidade com a mercantilização dos lugares associados a esta prática, sendo exemplo desta dicotomia a reconfiguração de, por exemplo, campos de concentração para que possam tornar-se turisticamente visitáveis. Nesta linha de análise da autenticidade e da mercantilização, Bowman e Pezzullo (2009: 195) consideram que o argumento de que o *dark tourism* só pode ser “sério ou frívolo, educacional ou entretenimento” negligencia as diferentes formas como os turistas percebem e exploram estes espaços. Através das contribuições de Franklin (2003), que clarificam que estas visitas podem assumir a forma de conexão com a identidade nacional através do luto e do lamento, Bowman e Pezzullo (2009: 197) sustentam a posição de que diferentes indivíduos encontram diferentes formas de interagir com estes lugares e com o passado, presente e futuro.

O contributo de Kidron (2013) para o entendimento das memórias dos descendentes do Holocausto em Israel introduz o aprofundamento de uma dimensão pertinente da temporalidades do *dark tourism*: o *dark family tourism*, que tem como propósito a descoberta em família de lugares de sofrimento que marcaram o lar e entendendo as raízes que esse passado tem no quotidiano (2013: 176). Trata-se de imaginar estas viagens como um laboratório, durante as quais se criam memórias familiares (Kidron, 2013: 179), sendo a copresença nestes espaços de diferentes gerações um momento autêntico, em que os elementos mais novos procuram “emoções que permitam identificação, vínculo e sociabilidade familiar” (Kidron, 2013: 188).

Além desta experiência familiar de confronto entre o passado e o presente, o *dark tourism* traz ainda um contacto com o futuro, principalmente por abordar um momento que se desenha na história do ser humano: a morte. Neste sentido, importa destacar que esta dinâmica turística propicia uma forma de confronto da própria morte e da morte dos outros, permitindo que seja transportada para o discurso público e que seja feita presente, numa contemplação com distância segura (Stone e Sharpley, 2008: 585-589). Salientam ainda que o *dark tourism* pode ter mais relação com a vida do que com a morte (2008: 590), evidenciando, desta forma, a sua proximidade com o que virá, o futuro.

Temporalidades no ‘dark tourism’

O passado é um dos principais contributos para a construção das narrativas que hoje imperam nos lugares de *dark tourism*. Um passado que se torna num recurso competitivo destes lugares face a outros que também procuram atrair atenções e reflexões sobre outros tempos. Assim, o conceito de “presente flexível” de Fortuna, Barreira, Bezerra e Gomes (2013: 264), aplicado pelos autores na caracterização da revalorização patrimonial em Coimbra e em Fortaleza, pode ser uma das forma de explicar as dinâmicas temporais do *dark tourism*, na medida em que os lugares associados a esta prática investem, na atualidade, na sua História com o objetivo de os tornarem atrativos e certificando “um dado sentido de antiguidade” (2013: 264). A “simultaneidade de tempos e de ritmos”, que demarca o conceito de “presente flexível”, apoia a consolidação da ideia de que, no campo do *dark tourism*, as adaptações destes lugares ao presente servem para construir narrativas sobre o passado, sendo conservados para serem modernos e modernizando-se para serem antigos (Fortuna, Barreira, Bezerra e Gomes, 2013:

264). Todavia, os contornos comerciais apontados ao *dark tourism* podem subjugar estes lugares ao “princípio de sujeição de lugares de alto sentido patrimonial da vida humana a desígnios turísticos” (Fortuna, 2016:11) que, potenciados por “poderosos investimentos do turismo global”, são sujeitos “à promoção da narrativa do sofrimento humano que lhes está associada” (Fortuna, 2012: 33).

Ainda que sob a pressão comercial, os lugares de *dark tourism* não devem deixar de figurar na vida social. Assim, numa sociedade que “consome cada vez mais, voluntária e involuntariamente, a morte e o sofrimento” (Stone e Sharpley, 2008: 580), a forma como estes lugares são resgatados e consumidos no tempo presente deve, de facto, passar por uma narrativa que não conduza à banalização do sofrimento no presente e no futuro. Fortuna adianta que este caminho da banalização é “revelador da necessidade de se pensarem medidas ajustadas para que o que se insinua como património do futuro”, alertando que “sempre que sejam entregues à retórica do mercado turístico da nostalgia e do património, o risco é que esses bens e ambientes possam ver subvertidos os significados a transmitir”. Defende também que “sem boas práticas e bons usos sociais, a insistência no património tem apenas o efeito de fazer esmorecer a nossa crença num futuro decente” (2016: 12).

Estando clara a ligação entre os lugares de *dark tourism*, o passado e a vida no presente e no futuro, as diferentes posições adotadas têm apontado também indícios sobre a forma como deve decorrer esta articulação desta prática turística com as diferentes temporalidades. Não existindo um modelo ideal para a comunicação, consumo e comercialização destes lugares, existe, no entanto, uma clara preocupação perante a forma como estes lugares são preparados e consumidos. A preservação de lugares históricos faz parte da vida social, como faz também parte da indústria turística. Aceitando esta dualidade, importa procurar caminhos para que se compreenda não só os impactos negativos da mercantilização, como também os benefícios da preservação e difusão da memória no presente e futuro.

O aprofundamento científico do *dark tourism* contribuirá também para clarificar a forma como este resgata os assuntos do passado e os coloca em confronto com o presente e o futuro. Esta temporalidade é um importante apoio para entender a forma como os desastres e a morte afetaram e afetam a vida de sobreviventes e das suas famílias, e para sustentar que os indivíduos que, de forma mais distante, também lidam com a morte e o sofrimento apresentado nestes lugares. Pode referir-se, em suma, que ainda que se assuma o risco de o *dark tourism* ter cada vez mais um peso comercial e que a sua mercantilização pode afetar a sua vertente educativa, é inegável o seu papel cultural e social para a compreensão e sensibilização sobre períodos negros do passado, no presente e no futuro.

A Mina do Lousal: a relevância para um aprofundamento do ‘dark tourism’ em Portugal

A Mina do Lousal integra a freguesia de Azinheira dos Barros e São Mamede de Sádão, situada no concelho de Grândola, distrito de Setúbal.⁵ O complexo mineiro laborou entre 1900 e 1988, sendo a exploração de pirite, mineral rico em enxofre e ferro, o fundamental ponto de interesse. No Lousal foram identificadas 18 massas e exploradas 14. A Mina tem 16 pisos, o mesmo número dos bairros que acolhiam os mineiros e suas famílias. Os 124 hectares da aldeia mineira

⁵ Os dados que se apresentam sobre a Aldeia Mineira do Lousal foram retirados de plataformas e documentos oficiais (que se apresentam nas referências bibliográficas), da visita acompanhada aos espaços do Centro Ciência Viva do Lousal e também da entrevista à subcoordenadora da área do Património, Margarida Oliveira.

são, desde 1937, propriedade da empresa belga SAPEC – S.A., que é até hoje detentora da aldeia mineira. A empresa chega a Portugal no final dos anos 20, sendo Antoine Velge quem dá início ao percurso do grupo em Portugal. A empresa, que tinha a produção de adubos como a base do seu negócio, começa por administrar a Mina de Aljustrel e, percebendo a riqueza da Faixa Piritosa Ibérica como fonte de matéria-prima para o seu negócio, acaba por fazer a conceção mineira, mas também a aquisição do território, da Aldeia Mineira do Lousal. Frédéric Velge, filho de Antoine Velge, foi quem esteve mais tempo na linha frente da empresa durante grande parte do destino da mina, no período fértil e após o encerramento.

Pouco tempo após o fecho da mina, a SAPEC cria a Fundação Frédéric Velge para avançar com um projeto RELOUSAL, em colaboração com a Câmara Municipal de Grândola. Este plano integrado para a revitalização da povoação mineira do Lousal tinha como objetivo explorar as “potencialidades museológicas, turísticas, formativas e lúdicas” da aldeia mineira: “as instalações de superfície, os trabalhos de exploração subterrânea e a céu aberto e o manancial de história e de informação técnica e sociocultural” (Memorando RELOUSAL, 2012). A execução deste projeto assentava em três grandes componentes: 1) a recuperação ambiental, estando em curso um projeto de tratamento que reduz a acidez das águas contaminadas; 2) a recuperação e valorização de diversas formas do património edificado; 3) iniciativas para integrar novamente a população.

Os primeiros grandes projetos resultantes deste plano de revitalização foram o Museu Mineiro, o Centro de Artesanato, um Mercado reabilitado, um Hotel Rural de quatro estrelas e ainda um Restaurante Regional. Esta atualização do património mineiro, começa a ganhar maior dinamismo com a abertura ao público do Museu Mineiro em maio de 2001, que funciona na antiga Central Elétrica. As visitas ao espaço eram acompanhadas por antigos trabalhadores da mina.

Em outubro de 2004, é dado mais um avanço para na prossecução da revitalização da antiga mina: as entidades responsáveis pela recuperação do complexo mineiro apresentam uma candidatura à Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica para a criação de um Centro Ciência Viva no Lousal. O projeto foi promulgado em 2006, dando início à cooperação com outras entidades para a conceção dos conteúdos científicos a explorar no centro: com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, o Instituto Superior Técnico e o Grupo Português de Computação Gráfica. Foi em articulação com estas instituições que começaram a ser criados os conteúdos para o centro, nomeadamente propostas de módulos educativos nas áreas da Geologia, Biologia, Física e Química e também nas áreas a computação gráfica e realidade virtual.

Seguiu-se a criação da Associação Centro Ciência Viva do Lousal, entidade que gere atualmente o centro. Esta associação é, então, criada, tendo na sua composição a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, a Câmara Municipal de Grândola, a Fundação Frédéric Velge, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. A Fundação Frédéric Velge e a Câmara Municipal de Grândola assumem as responsabilidades de financiamento do Centro Ciência Viva do Lousal, e as duas instituições universitárias ficam com responsabilidades relacionadas com os órgãos de gestão e corpos sociais da associação. A cargo da Associação Centro Ciência Viva do Lousal fica a gestão de todos os espaços museológicos visitáveis.

É em junho de 2010 que o Centro Ciência Viva do Lousal abre ao público, mantendo-se em pleno funcionamento desde então. Perante a exigência do novo acolhimento de público, a equipa do centro foi reforçada. Da equipa que arrancou com o projeto em 2010 permanecem quatro elementos: o diretor executivo, o presidente e duas monitoras. A atual equipa é composta pelo diretor executivo, pelo presidente, por seis monitores, duas pessoas responsáveis pelo acolhimento, uma coordenadora geral, uma administrativa e uma assistente operacional. A

maioria da equipa tem formação superior em áreas como Sociologia, Geologia, a Biologia, Engenharia Química ou Educação Ambiente. Dois dos elementos da equipa são familiares de antigos trabalhadores da mina

As âncoras da herança mineira no presente do Lousal

O Centro Ciência Viva do Lousal é composto por três grandes polos: o edifício central, o Museu Mineiro e a Galeria Mineira Waldemar. A entrada no núcleo central demarca desde logo onde estamos: apresenta uma maquete em madeira da aldeia mineira, que permite perceber a extensão e organização do território. Apresenta-se ainda um modelo que permite perceber a extensão subterrânea da mina, assinalando as galerias e poços existentes. As paredes do espaço de acolhimento promovem a história da mina: a sua riqueza, a história dos proprietários, o projeto de revitalização e os antigos trabalhadores.

Este edifício central – que tinha diversas funções no passado, como servir de oficina – denominado por Centro de Ciência Viva, acolhe o Auditório; o *Banho de Ciência*, espaço onde no passado tomavam banho os trabalhadores, dedicado agora a explorar e explicar várias dimensões da ciência e da tecnologia; um espaço destinado às crianças, *Mina pr'a Gente Pequena*; o módulo *Na Onda da Física*; a exposição *Sem Terra Não Há Carochas*, dedicada à exploração das matérias-primas e à problemática da sustentabilidade, à qual temos acesso a partir de uma entrada que simula a galeria mineira que é visitável; o projeto *Home Sapiens – A Ciência Lá em Casa*, situada num antigo armazém ao lado do edifício principal, que ainda preserva os antigos carris. O núcleo central reserva ainda espaço para o acolhimento de exposições temporárias.

O Museu Mineiro situa-se onde outrora residiu a Central Elétrica. Na época ativa, servia para a produção de ar comprimido e de eletricidade, que era distribuída para a iluminação pública da aldeia. É o lugar onde se aborda a arqueologia industrial no âmbito mineiro. Praticamente todo o edificado é original, à exceção de um pequeno acrescento. Estão em exposição motores, compressores, maquetes de minas, vários objetos de trabalho – alguns doações de antigos trabalhadores –, vários relatórios de funcionamento da mina (informações sobre registos de compras, contratações ou acidentes) e um espaço que simula a antiga enfermaria.

A Galeria Mineira Waldemar é o ponto de contacto direto dos visitantes com o passado subterrâneo da mina. O programa de musealização da galeria obedeceu a um projeto da União Europeia, mas a SAPEC financiou praticamente toda a intervenção.

É a única galeria visitável da mina, um troço de 300 metros, a 30 metros de profundidade. Os restantes 40 quilómetros de galerias estão inundados até ao 2.º piso. Waldemar foi o nome escolhido em homenagem a uma das primeiras pessoas que fez conceção mineira logo no início do século XX.

Foi a primeira entrada na mina, recuperada para ser visitável ao abrigo da 3.ª fase do projeto RELOUSAL, estando aberta ao público desde 2015. Até à chegada à mina são feitas três paragens para realçar pontos-chave para a compreensão a visita: 1) no edifício onde decorria, nomeadamente, a britagem primária e o esmagamento da pirite; 2) na escombreira, para abordar os vestígios de pirite e a contaminação do solo; 3) na zona das lagoas, para abordar a existência de águas à superfície. No que diz respeito às intervenções na mina, a altura não foi modificada, foram feitos ajustes para torná-la segura e visitável, foi instalada eletricidade e colocados elementos decorativos ligados ao imaginário mineiro. Ao longo do percurso no interior da mina são abordados temas ligados à biodiversidade, evolução tecnológica e industrial, quotidiano dos mineiros e saúde, nomeadamente para referir a única doença profissional reconhecida pela SAPEC, a silicose.

Todo o Centro Ciência Viva do Lousal é bilingue (português e inglês) e recebe visitas de grupos, de famílias, de escolas, ou individuais. Recebem também alunos internacionais, maioritariamente interessados no trabalho de reabilitação ambiental. As visitas de grupo são orientadas de acordo com o objetivo da visita, sendo a temática dos georrecursos a mais explorada.

Além dos três principais espaços, há mais duas possibilidades de visita ao Lousal: a visita ao sistema de tratamento de águas ácidas e um percurso de 23 quilómetros no âmbito da geologia e da arqueologia pré-histórica.

As informações que até agora se expuseram permitem compreender os pontos do passado mineiro que são abordados no presente do Lousal. Os espaços visitáveis são o resultado de uma articulação entre as diferentes entidades que integram a Associação Centro Ciência Viva do Lousal, nomeadamente a SAPEC, que, com a extinção da Fundação Frédéric Velge, passa a assumir o papel da entidade, e as previamente mencionadas instituições de Ensino Superior, que operacionalizam os conteúdos científicos deste Centro Ciência Viva. A todos estes contributos para a construção dos discursos sobre o passado mineiro, acresce ainda a colaboração de ex-trabalhadores da mina em momentos e iniciativas pontuais: no Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, celebrado a 18 de abril; no Dia Internacional dos Museus, assinalado a 18 de maio; no âmbito das Jornadas Europeias do Património, que ocorrem no último fim-de-semana de setembro; e no Dia de Santa Bárbara, padroeira dos mineiros, celebrado a 4 de dezembro.

O envolvimento dos antigos trabalhadores não se cinge às dinâmicas do Centro. Há um centro comunitário, que presta apoio em diversas vertentes, e há também a Associação de Solidariedade Social dos Reformados, Pensionistas e Idosos das Minas do Lousal. Estes e outros espaços servem hoje os cerca de 350 habitantes, número pequeno quando cruzado com registos de outros tempos, que apontavam para os 3000 habitantes, sendo uma grande parte deles trabalhadores da mina. Para além da existência destes lugares de encontro, os ex-trabalhadores viram chegar, em 2013, a possibilidade de adquirirem parcelas da aldeia mineira. A SAPEC anunciou nesse ano que passaria a ser possível, para quem ainda residisse na aldeia, a comprar a sua casa.

Os dados aqui apresentados são reveladores das dinâmicas de conservação do passado no tempo presente da Aldeia Mineira do Lousal. Por um lado, revelam as adaptações do espaço para ser utilizado e visitado nos nossos dias; por outro, revelam as pontes que têm sido feitas com a população mineira que ainda habita a aldeia.

A Mina do Lousal reúne, assim, três características que a tornam num lugar de interesse para olhar a dinâmica do *dark tourism* em Portugal: é um lugar em pleno funcionamento, gerido por uma associação que a mantém de portas abertas 6 dias por semana e praticamente todos os dias do ano; é um símbolo do trabalho duro, de transformações económicas e pesadas heranças políticas; e conta com a presença de diversos intervenientes – a SAPEC e os ex-trabalhadores – nos discursos do presente.

Histórias de quem construiu o passado e de quem partilha o presente da Mina

Para se aprofundar a presença do passado mineiro do Lousal no discurso do presente, considerou-se de elevado interesse procurar no campo contributos de antigos trabalhadores e dos trabalhadores do Centro Ciência Viva do Lousal, de forma a reunir os seus entendimentos sobre a forma como a memória mineira prevalece. Para tal, foram realizadas entrevistas com elementos dos principais grupos de todo este processo de comunicação do passado: uma

entrevista com um elemento da equipa do Centro Ciência Viva do Lousal e duas entrevistas a dois ex-trabalhadores da mina.⁶

Margarida Oliveira: “Queremos destacar o que se passou na mina”

A entrevista com a subcoordenadora da área do Património do Centro Ciência Viva do Lousal dividiu-se em duas partes: uma no arranque da visita aos espaços do complexo mineiro e outra no último dia de trabalho de campo, após a conversa com os antigos trabalhadores.⁷ Para responder ao mote do presente artigo, a entrevista assentou fundamentalmente em dois principais temas: o que se procura preservar no centro e como é hoje estabelecida a ligação com os antigos trabalhadores da mina.

No arranque da conversa, Margarida Oliveira destacou o papel determinante do projeto que trouxe nova vida à aldeia mineira:

É com o nascer do RELOUSAL que, efetivamente, se percebe que a valorização e consequente musealização de diversos espaços vai naturalmente enriquecer toda a área e que ajuda ao turista a compreender o que foi o passado e a tomar conhecimento desta identidade mineira.

O projeto de revitalização abriu caminho, como anteriormente referido, para que a Aldeia Mineira do Lousal tivesse a possibilidade de ser preservada. No que diz respeito à preservação do património, Margarida Oliveira adianta que

para manter a identidade original do Lousal, para preservar essa identidade – primeiro para homenagear quem cá trabalhou e seus familiares que ainda estão vivos –, para que o visitante chegue ao Lousal e perceba “o edifício da britagem está aqui e sempre aqui esteve, foi este o local”, para manter essa memória, as torres estão na paisagem, a escombreira mantém-se.

No atual Centro Ciência Viva do Lousal, “as paredes respiram património, as paredes falam de património”, destaca a subcoordenadora da área do Património. Assim que se chega perto da corta mineira é possível ver o grande edifício onde decorria a britagem, assim como o malacate ao lado desta, no topo da escombreira. O passadiço que se estende no exterior do centro clarifica que o espaço é transitável e aberto a visitas.

Margarida Oliveira adianta que, apesar de ser “uma realidade completamente isolada”, cerca de 20 mil visitantes chegam anualmente ao Centro Ciência Viva do Lousal. Visitantes que vão desde grupos escolares a familiares de antigos trabalhadores, porque “viveu aqui muita gente e estão espalhados por aí”, adianta quando lembra um visitante que recordou os avós, habitantes do Lousal, numa visita na companhia da filha.

Os relatos e histórias que chegam de visitantes que têm uma ligação mais próxima ao Lousal, como familiares de trabalhadores, são informações incluídas nos discursos, porque “quando não se nasce aqui não se vivencia da mesma maneira”, adianta a também monitora do centro.

No que diz respeito aos relatos na primeira pessoa no presente da mina, o espaço já foi apresentado ao público por ex-trabalhadores. No entanto, “houve a necessidade, porque as visitas começaram a ser cada vez mais procuradas, de integrar outro know-how, tecnicamente

⁶ As entrevistas foram realizadas entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro de 2019.

⁷ Esta organização da ida ao campo permitiu alinhar as informações recolhidas junto da entidade promotora com as restantes entrevistas, de forma a confrontar dados delas extraídos com a realidade atual do centro.

superior em termos académicos e houve a necessidade de contratar pessoas”, explica Margarida Oliveira.

Atualmente colaboram regularmente com o Centro Ciência Viva dois antigos trabalhadores: Jaime Anselmo, ex-eletricista, e Manuela Silva, ex-enfermeira. Além de marcarem presença na mina nas datas que assinalam algumas efemérides importantes, colaboram também em seminários a nível regional e nacional, “para enriquecer o nosso contributo”, concluiu. Sobre o facto de nem todos quererem partilhar o que era a vida na mina, questão que surge a propósito da inexistência de legendagem em algumas fotografias, a subcoordenadora da área do Património adianta que “É-lhes muito difícil recordar aqueles momentos de trabalho que foi duro, de ver colegas a morrer ao lado. Que foi muito, muito, muito difícil e não gostam”. O Centro Ciência Viva respeita e compreende o resguardo dos antigos trabalhadores.

José Luís Machado: “Falta muita fotografia ainda”

José Luís Machado é o Presidente da Associação de Solidariedade Social de Reformados, Pensionistas e Idosos das Minas do Lousal, espaço que escolheu para a realização da entrevista. A associação é o ponto de encontro para os habitantes da aldeia, um espaço de convívio, de encontro, muito simples. Foi eletricitista na mina, tendo começado a trabalhar aos 14 anos, tal como o avó materno e o pai. Desceu à mina pela primeira vez aos 18 anos, regra da empresa. “Foi uma novidade e foi um choque”, afirma, realçando que “era um mundo novo”. Sobre a dureza do trabalho, conta que “aquela tristeza era quando alguém ficava mal lá em baixo e morria”, destacando o espírito de união, mas também as fatalidades de trabalhar debaixo de terra.

A ligação que tem à Aldeia Mineira do Lousal é de toda a vida. Foi ali criado e ali cresceu. E ali vive, depois de ter comprado a sua casa e respetivo terreno à SAPEC.

A SAPEC está também muito presente na vida da associação: presta apoio para que a associação continue de portas abertas, garantindo o pagamento das despesas com eletricidade e água. José Luís Machado reitera que este apoio é promessa antiga: “prometeram que, enquanto a família fosse viva, pagavam a luz e a água à associação”. Quanto à reconfiguração do complexo mineiro, avança que “num sentido está certo”, considerando que o centro é a casa mãe desde que a Mina do Lousal fechou. Indica, no entanto, que “falta qualquer coisa para dizer o que era a mina em si”, identificando a falta de fotografias. Quando questionado sobre o facto de muitas pessoas não quererem ser identificadas nas fotografias indica como possível causa o medo: “podem falar de muita coisa, mas a nível disso têm medo de dizer que era assim que era assado e depois terem problemas”, provável consequência direta de tempos duros.

Manuel João Vaz: “O Lousal antigamente era muito mais bonito do que é hoje”

À semelhança de José Luís Machado, também Manuel João Vaz foi eletricitista e começou o percurso na mina aos 14 anos. Desceu pela primeira vez ao fundo, “na jaula”, termo utilizado pela comunidade mineira para descrever o elevador, a 13 de outubro de 1974. “Não se via nada com o pó, nada!”, relembra acrescentando também o som que demarcava o interior da mina: “gritava-se ao ouvido, não se sabia o que é que o outro dizia com o barulho ensurdecador”. Quando chegou ao fundo foi recebido por um colega, que lhe disse, “mais um, não?”.

Além do grande envolvimento que teve na mina, não apenas enquanto trabalhador, mas porque era também sindicalista, nos primórdios do RELOUSAL recebia grupos em visita. Com

a evolução e profissionalização do projeto, que resultou na abertura do Centro Ciência Viva do Lousal e na criação de novos conteúdos científicos sobre a mina e os georrecursos, o acompanhamento passou para a estar nas mãos dos monitores. Sobre estas mudanças, Manuel João Vaz afirma que “a ciência é muito importante, ninguém tem dúvidas. A ciência é muito, muito importante. Mas para mim, e para muita gente, a ciência não é mais importante que a cultura.”. A comoção faz-se notar na voz do ex-trabalhador quando aborda o passado: “a mina foi a nossa mãe, a mina deu-nos tudo. Mas ao mesmo tempo a mina foi a nossa madrasta”. Sobre a recuperação do complexo mineiro, mais precisamente da Galeria Mineira Waldemar, destaca que “não tem fumo, não tem calor, não tem som, ruídos, barulho”, realçando que, para si, “falta explicação”. O orgulho mineiro faz com que o que vive, e viveu na mina, seja de enorme intensidade, rematando que “ninguém sabe, nem os cientistas, como é que um mineiro pode ter saudade de voltar à mina. Ninguém sabe. Eu acho que só o orgulho de ter sido, é a única explicação que eu dou”.

A recuperação da memória a partir do dark tourism

A possibilidade de percorrer lugares onde outrora se viveram histórias pesadas dá-nos ferramentas para compreender e respeitar o passado. Quando estes lugares estão sob a alçada de entidades que se responsabilizam pela sua apresentação ao público, a compreensão e o respeito adquirem uma renovada importância. Isto porque ao gerir e preservar um espaço está-se também a construir um discurso em seu redor, que muitas vezes não se centra apenas no passado direto, mas também em acrescentos de temas que remetem para aquela realidade. No caso da Mina do Lousal, é o resultado de um equilíbrio entre o trabalho da equipa do Centro de Ciência Viva, a empresa proprietária da aldeia mineira, a SAPEC e a colaboração de ex-trabalhadores. Um equilíbrio que pode não reunir consensos sobre a forma como se conta a história, mas que tem permitido que a herança mineira seja ainda hoje preservada.

Os avanços na abordagem sociológica ao *dark tourism* abriram caminho a uma reflexão cada vez mais aprofundada sobre a forma como se vive o passado do ponto de vista turístico, principalmente em lugares ligados à dureza da vida. A Mina do Lousal relevou-se um interessante ponto de partida para analisar a partir da mobilização do conceito de *dark tourism*, tendo permitido compreender que passado se assinala na mina e como é vista esta estratégia por quem lá trabalhou.

É um projeto impulsionador do passado no presente, que ainda hoje envolve aqueles que fizeram a rotina da mina. Este envolvimento da comunidade mineira torna-o, indubitavelmente, num pertinente objeto de estudo do ponto de vista sociológico, principalmente pelos discursos disputados sobre o passado na mina.

A partir dos excertos das entrevistas é possível compreender que há interpretações distintas do que dever ser o Lousal no presente: com mais fotografias do passado, com mais descrições da vida na mina ou com foco na exploração de outras temáticas adjacentes ao património mineiro do Lousal. Ainda que com ligeiras divergências, os três entrevistados transmitem nos seus discursos que o passado do Lousal é fundamental no tempo presente, para educar e honrar a herança mineira.

Referências bibliográficas

- Blom, Thomas (2000), “Morbid tourism-a postmodern market niche with an example from Althorp”. *Norsk Geografisk Tidsskrift*, 54(1), 29-36.
- Bowman, Michael S., e Pezzullo, Phaedra C. (2009), “What’s so ‘dark’ about ‘dark tourism’?: Death, tours, and performance”. *Tourist Studies*, 9(3), 187-202.
- Centro Ciência do Lousal (2019), “Centro de Ciência Viva do Lousal – Mina de Ciência. Página consultada a 11.01.2020, em <https://www.lousal.cienciaviva.pt/>.
- Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (2012), “Memorando RELOUSAL”. Página consultada a 11.01.2020, em http://www.cienciaviva.pt/img/upload/Memorando_Relousal_CCVLousal_2012.pdf
- Foley, Malcolm e Lennon, John (1996), “JFK and Dark Tourism: A fascination with assassination”. *Journal of International Heritage Studies*, 2(4), 198-211.
- Fortuna, Carlos (2012). “Património, turismo e emoção”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, 23-40. Consultado a 29.07.2019, em <http://journals.openedition.org/rccs/4898>.
- Fortuna, Carlos; Barreira, Irllys Alencar, Bezerra; Roselane, e Gomes, Carina Sousa (2012) “O passado e as cidades: revalorizações patrimonialistas em Fortaleza e Coimbra”, in Carlos Fortuna e Rogério Proença Leite (orgs.), *Diálogos urbanos: territórios, culturas, patrimónios*. Coimbra: Almedina, 261-311.
- Fortuna, Carlos (2016). “Património com Futuro... Ou sobre a resiliência das cidades”. *Revista Património*, 4, 6-13. Consultado a 29.07.2019, em <http://hdl.handle.net/10316/41846>.
- Franklin, Adrian (2003), *Tourism: An Introduction*, Londres: Sage. [1.^a ed.]
- Kang, Eun-Jun; Scott, Noel; Lee, Timothy Jeonly e Ballantyne, Roy (2012), “Benefits of visiting a ‘dark tourism’ site: The case of the Jeju April 3rd Peace Park, Korea”. *Tourism Management*, 33(2), 257-265.
- Kidron, Carol A. (2013), “Being there together: Dark family tourism and the emotive experience of copresence in the holocaust past”. *Annals of Tourism Research*, 41, 175-194.
- Löfgren, Orvar (1999), *On Holiday: A History of Vacationing*. Berkeley: University of California Press. [1.^a ed.]
- MacCannell, Dean (1999), *The Tourist: A New Theory of the Leisure Class*. Berkeley: University of California Press. [3.^a ed.; orig. 1976]
- Nora, Pierre (2008), *Pierre Nora en Les lieux de mémoire*. Montevideo: Ediciones Trilce. Tradução de Laura Masello.
- Rojek, Chris (1993), *Ways of escape: Modern transformations in leisure and travel*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Seaton, A. V. (1996), “Guided by the Dark: from thanatopsis to thanatourism”. *Journal of Heritage Studies*, 2(4), 234-244.

Stone, Philip R. (2006). "A dark tourism spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions". *Turizam: međunarodni znanstveno-stručni časopis*, 54(2), 145-160.

Stone, Philip R. e Sharpley, Richard (2008), "Consuming dark tourism: A thanatological perspective". *Annals of Tourism Research*, 35(2), 574-595.

Stone, Philip R. (2012), "Dark tourism and significant other death: Towards a model of mortality mediation". *Annals of tourism research*, 39(3), 1565-1587.

Strange, Carolyn e Kempa, Michael (2003), "Shades of Dark Tourism: Alcatraz and Robben Island". *Annals of Tourism Research*, 30(2), 386-403.

The Dividing Line of Dignity: Fragmentation and Consciousness within the Marginalized Class in Germany

Christopher Wimmer,⁸ Humboldt Universität zu Berlin
info@christopherwimmer.de

Abstract: The marginalized live at the lower end of society. They are not exploited first and foremost – since they even lack the necessary capital. Even worse: they fall out of all structures of society. They live below the dividing line of dignity. This line marks ideas of the social order and forms a dualism of the acceptable and the unacceptable, of the normal and the deviant. I show which ideas and perceptions prevail among people living under this dividing line. Three habitus types can be found within the class. I also show how people perceive their position, how they deal with it and what consciousness they have of their situation. The perception of others and of oneself in the class of the marginalized can be understood as symbolic boundaries.

Keywords: Symbolic boundaries; Class society; Dividing Lines; Dignity

Introduction

In recent years, social science in Germany has increasingly focused on debates about the new underclasses (FES, 2006), as well as questions of fear of social exclusion (*Abstiegsangst*) (Nachtwey, 2016) and (re-)precarization of the working class (Lindner, 2008). Debates about the superfluous (Bude, 2008) and the lower third of the two-thirds society (Glotz, 1984) are currently supplemented by a growing number of poverty studies (cf. Butterwegge, 2016; Schneider, 2015). At present, debates about social inequality are increasingly taking place in Germany under the banner of “new class politics” (Candeias, 2009; Friedrich, 2018; Riexinger, 2018).

Within social structure analysis, subject-oriented approaches are becoming more important (Sachweh, 2010; 2013). The aim is to bring social structure analysis and inequality studies closer to the actors' relevance to everyday life and to identify those areas that are important for people's social identification processes. These approaches succeed in taking actors seriously in their own statements and see this as a starting point for sociological research. In this paper I would like to follow this claim. Empirically, I rely on ten biographical life course interviews that were conducted between 2009 and 2015 as part of the project *Reproduction of Social Inequality in Germany* (Rehbein *et al.*, 2015). The focus should be on the lowest of the social classes found by Rehbein's research team in the current Federal Republic of Germany: the marginalized class.

⁸ Political journalist and blogger in Berlin, working for Jungle World, Neues Deutschland, Der Freitag and others.

To do that, I'll do the following: I'll start with some words on the conceptional and theoretical framework given by Boike Rehbein and his team. Then I'll shortly talk about the dividing line of dignity which separates the marginalized class from the rest of society. However, the focus is on the empirical results. Besides some similarities there are three different habitus types within the class. The re- and devaluations that take place within the class can be understood as symbolic boundaries. The conclusion summarizes the basic considerations and describes some challenges for the class consciousness.

The four social classes in Germany

In my research I move conceptually within the framework that Boike Rehbein and his team have given, therefore a few introductory and classifying words (Rehbein *et al.*, 2015: 43): The close connection between work and class position is central in Rehbein's consideration of class. Work creates identity and meaning for the actors and thus conveys the class position. How work is seen and through the focus on performance, the classes are separated from one another. Almost insurmountable dividing lines can be found in whether work is understood as an expression of necessity or expressivity – or whether people are completely liberated from work because of their ownership of capital. On this basis, four classes are analysed that characterize the current German society: the exalted, the established, the fighters, and the marginalized. Table 1 illustrates this class division:

Table 1: The four social Classes in the Germany

Classes	Dividing Line of Work
The Exalted	<i>Freed from wage labour</i>
The Established	<i>Dividing line of expressivity</i>
The Figthers	<i>Dividing line of necessity</i>
The Marginalized	<i>Dividing line of dignity</i>

At the 'social top' there is the class of the exalted. They are just about 0.1 percent of the total population and are characterised by an excess of total capital. They do not define themselves through work, as they do not need it to make a living. So they are therefore *freed from wage labour* and do not have to do anything with the rest of society. Their wealth allows them to detach themselves from the 'bond of need' that Hegel spoke of.

The established follow with a maximum of 15 percent and a lot of total capital. They see work as part of a comprehensive life project. For them, work is self-realization and the expression of a good life. Culture, education and creativity are part of that life. The established find their identity through wage labour. They describe the lower classes as limited and uneducated and are separated from them by the *dividing line of expressivity*. Here one finds many liberal professions such as lawyers or doctors.

The majority of the population (65 percent) represents the class of fighters. They have sufficient total capital. Work is a necessity for them, they are therefore under the *dividing line of the expressivity of work*, but above *the dividing line of dignity*. Work is necessary, but it makes a dignified life possible. Their self-image of being the cornerstone of society is usually associated with social adaptation and a tendency towards normality. Especially the fighters value themselves and others according to their supposed contribution to society. This contribution is made within the framework of the division of labour. The profession is therefore of central importance. (Even those who do not currently have a profession orient themselves to their future or past work activity.) The class of fighters is made up of two quite different lines of tradition. One group has its historical roots in the petty bourgeoisie, the other in the classic working class. Since there is (horizontal) mobility between these two groups, they form an overall class.

The marginalized class, which consists of about 15 percent of the population⁹ has little total capital. The rest of society classifies them as lazy and unsuitable for work. They are excluded from formally regulated wage labour. Yet this – a job – is the greatest wish of the marginalized. With their self-image of being garbage and leprosy of society, *the dividing line of dignity* corresponds. The marginalized find themselves below this dividing line.¹⁰ The marginalized are either unemployed or they do work that is considered as undignified by the society. The reaction of the marginalized to be degraded by society is mostly resignation, but partly also rebellion and attempts at adaptation.

The dividing line of dignity

The three dividing lines found in empirical work constitute the classes. Class ends at these these dividing lines – where social mobility is (no longer) possible. The classes “are characterized by the fact that they are self-contained as if they were surrounded by concrete walls” (Rehbein and Souza, 2014, 114. Own translation). In the countries of the global South, class boundaries are practically inscribed in society, like in the architecture of cities. But even in the West these borders are hardly surmountable. No homeless person drinks a beer together with a CEO. No beggar in front of a supermarket can have a sensible conversation about life planning with a student – who also can be badly placed materially. These people live in different worlds, each with its own everyday life, own language and own mentality.

Especially the dividing line of dignity is of interest here. Of course, the term “dignity” is problematic, as the common sense understands it as a diffuse mixture of substantial values such as pride or honesty. But it is precisely the association of dignity with achievement or individuality – which may not be that surprising in capitalist societies – that helps to uncover fundamental social mechanisms. Also – or precisely because – the term is primarily an 'empty signifier', the term becomes “interesting precisely because it materializes the objective respect for every human being who possesses [this dignified] dispositions and can consequently contribute useful things to the common good as a productive worker under the conditions of capitalist competition” (Ibid.: 196. Own translation).

The dividing line of dignity thus marks ideas of social order. It normalizes a dualism of the possible and the impossible, the acceptable and the unacceptable, the normal and the

⁹ As Oliver Nachtwey (2016: 136) points out, just as many people as that (15.8 percent of the German population) live in relative poverty, i.e. they receive less than 60 percent of the average equivalised income.

¹⁰ In Germany, this threshold has also been fixed by the so called Agenda 2010 reforms. Anyone who receives unemployment benefit (*Hartz IV*) must deal with stigmatization (Gurr/Unger/Jungbauer-Gans 2018) and distinction struggles in addition to material hardship.

deviant, the own and the other, the belonging and the non-belonging. It is used to classify, sort and naturalize. It includes, excludes, privileges and de-privileges. The dividing line is an expression of relations of power and domination – and helps to reproduce and stabilise them.

Whereas the other dividing lines separate the way of dealing with respectability and work, the dividing line of dignity is the ultimate exclusion. The people who live under this line are denied belonging to an honourable social world characterized by work, diligence, effort, and orderly living. In material terms, respectability at the beginning of the 21st century in Western Europe does not have to mean much more than a home, a job and a rough idea how to shape the future in a self-determined way. Those who do not achieve this themselves lead an undignified life.

Since these goals are understood as those that can be 'achieved', within the dominant hierarchy of values, the blame for the lack of dignity is projected onto the individuals, who are regarded by the rest of society only as a threat. They “experience the contempt that the whole of society reserves to their degraded to varying degrees” (Ibid.: 201. Own translation). This contempt leads to the fact that one “must find and uncover in every request for help the moral misconduct that lies more or less directly at the root of it: this part of carelessness, laziness, depravity that is found in all misery” (Donzelot, 1980: 82. Own translation).

In the research of Boike Rehbein and Jesse Souza, the dividing line of dignity plays a crucial role. But it also appears in other research in very different forms. It can be found more or less directly in Robert Castel's work *From manual workers to wage laborers* (Castel 2003). For Castel, the social question is to be understood as a process of disqualification, vulnerability, decoupling and disregard. For early modernity, the distinction between the poor who are able to work and the poor not able to work was essential. This distinction, this dividing line between the good and the bad poor, excludes people from society who are able to work but who do not – thus making them undignified. It corresponds with boundaries that are marked by settledness, inclusion and participation in gainful employment.

In Marx, too, the dividing line can be found in the distinction between the proletariat and the lumpenproletariat (Marx 2018). Also E.P. Thompson names such dividing line of respectability under which the early proletarians did not want to be pushed and reacted with a series of revolts and rebellions (Thompson 1971).¹¹

In a current variation, the German sociologist Klaus Dörre (2014) finds a “boundary of respectability” that has been formalized by the reforms of the welfare state by the government under the social democrat Gerhard Schröder (1998-2005). Recipients of *Hartz IV* are assigned a place close to dependence on social welfare and thus below the boundary of social respectability.¹²

It is also instructive that Michael Vester *et al.* (2001) also find a boundary of respectability between the underprivileged people's milieu and the respectable people's and workers' milieu. The members of the respectable people's milieu set themselves apart “by a respectable lifestyle and a secure and respected professional position” (Vester *et al.*, 2006: 12. Own translation). They interpret the low educational aspirations and the uncertainties of the life situations of the underprivileged milieu as a lack of character (cf. Vester, 2001: 27). Without school degrees

11 This dividing line is implicitly continued in German sociology without naming it explicitly. Ignorance of this dividing line led to false sociological assumptions and the constant discovery of new terms. Here a few highlights (s.a. Introduction): Ralf Dahrendorf categorized the lower class (the long-time unemployed and criminals [sic!]) as having no mindset of their own (Dahrendorf, 1965: 105-115). Moore and Kleining (1960) exclude groups on the lack of prestige and status. In Bolte's model of society, the so called socially despised are found, separated from the rest of society (Bolte *et al.*, 1975).

12 The cultural scientist Andreas Reckwitz also refers to the dividing line of dignity between the old working class and the new underclasses (Reckwitz, 2017: 352f.).

and vocational training, with previous convictions and a lack of discipline, they were denied the respectable functions within the division of labour.

All this research points out to the importance of this dividing line. With Boike Rehbein and Jesse Souza, the dividing line of dignity even becomes a universal and ontological category (cf. Souza, 2011: 33). Their research has shown that the “class of the declassified below the dividing line of dignity is a worldwide phenomenon. Perhaps it is even the largest class in the world” (Rehbein and Souza, 2014: 198). This dividing line is therefore not identical with capitalist exploitation or the level of development of capitalism. Rather, it is “a universal category in human societies that applies worldwide” (Ibid. Own translation).¹³

Symbolic boundaries

With this dividing line, demarcation and inclusion mechanisms become clear that are more than 'merely' (which would be bad enough) economic structures of exploitation. They are expressions of symbolic boundaries (Lamont 1992; Lamont 2000; Lamont and Molnár 2002). This study focuses – more than Rehbein *et al.* – on these identification and demarcation processes. It refers to those demarcations and categorizations with which actors determine what distinguishes “us” from “the others” and thus contribute to the constitution of social identities (Lamont and Molnar 2002: 168).

Lamont deals with those processes of classification which Bourdieu described as the “forgotten dimension of the class struggle” (Bourdieu, 1984: 484) and which decisively correlate with the dividing line of dignity. Through these demarcations, persons, objects or practices are categorized and separated from each other (Lamont, 1992: 9). They serve to be able to talk about what is, what should be and what should not be. They mark the normal and the deviant, the recognizable and the non-recognizable.¹⁴ Thus, similarity and 'elective affinity' are constructed inwardly and outwardly (Lamont and Molnár, 2002, 168). One's own self is only defined by demarcation. This self-identification and categorization of others thus creates (social) identity. In contrast to milieu studies (Vester *et al.* 2001), symbolic boundaries can explore empirically the mutual classification and demarcation processes they postulate (Rössel & Pape 2009: 58).

The distinction is morally¹⁵ interpreted. The groups are not only perceived as different, but also as not of equal importance. The self is understood as a morally and positively valued social identity. If group membership threatens such a positive self-image – e.g. because the ingroup is stigmatised (e.g. as unemployed) – or the group cannot be left (e.g. as foreigners), actors try to set their own group apart from others by changing the relevant categories. They then tend to emphasise the (real or attributed) group characteristics, which make the ingroup appear in a favourable light and outgroup(s) in a negative light (Crocker and Major, 1989; Tajfel, 1978).

13 A critique of sociology now consists in not being able (or wanting) to perceive that in the various cases of social inequality one and the same category can be used across time and countries.

14 Symbolic boundaries are discursively connected with terms such as carelessness, laziness, depravity. Such boundaries are normative and can also be found empirically.

15 The term 'moral capital' goes back to Elisabeth Lissenberg (1990). For her, this form of capital represents itself above all as a 'moral resource' for social cohesion, social trust and security as well as for attempts at a ('just') solution to conflicts. Against the background of a class theory, however, moral capital is not understood as a universalist 'moral bond' of a society, but as a capital that is acquired and used in symbolic struggles for distinction and reproduction (Sayer, 2005).

In this sense, symbolic boundaries are a necessary but not a sufficient condition for the emergence of social boundaries.¹⁶ Symbolic boundaries become social boundaries when they influence access to resources (Lamont and Molnár, 2002).

The persistence of the social structure in Erik Olin Wright

The (symbolic) boundaries can be understood as *Modus Operandi* and the dividing line as *Modus Operatum*. Both are not just simply existing, but are historical categories and deeply anchored in the social structure of societies. They also reflect class differences that existed before capitalism and have been reproduced ever since. The pre-capitalist social structure was not dissolved completely by the capitalist transformation, but only superimposed and modified. Although the mass of pre-capitalist peasants became workers and employees, they remained relationally in the same place in the social hierarchy. The old nobility transformed itself into the bourgeoisie and retained power in society alongside the material goods. With Michael Vester I therefore assume a “longue duree” (Vester, 2009: 7f.) of historical class identities.

In the work of Erik Olin Wright there are valuable references to go beyond the (symbolic) dimensions and take a closer look at the historicity of social structure. Here they are closely related to the work of Rehbein and Souza, but argued more Marxist and put the capitalist mode of production and class configuration at the centre. Wright also provides valuable clues to the idea that the basic social structure of the pre-capitalist era continues to exist. As a Marxist, he basically describes society as an antagonism between the proletariat and the bourgeoisie. “Capitalists control the accumulation process, determine how the material means of production are to be used, and control the structure of authority within the labor process. Workers, on the other hand, are excluded from the control of authority relations, the material means of production, and the investment process” (Wright, 1979: 73). This constitutes the “two fundamental antagonistic class positions in the capitalist mode of production” (Ibid.).

On this level – the *capitalist* mode of production – such structural analyses have their place. But Wright also looks at the contradictory forms of capitalist class antagonism. Because on the level of the mode of production, the questions of the perceptions of the class members, their habitus and their boundaries cannot be answered.

Therefore, it is important to leave this analytical level and look at the concrete level of the social formation. This refers to the specific *combination* of different modes of production that stand in hierarchical relation to one another (Althusser, 2001: 121-176). A multitude of class positions of the actors therefore appear on this level. From this, Wright has developed the thesis that a social position does not intervene in a *single* class. Within the various modes of production, class positions are contradictory, since they are partly influenced by the contents of the bourgeoisie and the working class.¹⁷ Such analyses must take into account the diversity of historical and institutional circumstances and ideological factors, as well as the relationships between classes and other, non-classist power relations, such as gender relations and racism (cf. Wright, 1985, 10f.).

16 Following Lamont and Molnár (2002: 168), we distinguish between symbolic and social boundaries. Symbolic boundaries are defined as “conceptual distinctions made by social actors to categorise objects, people and practices. [...] They] also separate people into groups and generate feelings of similarity and group membership”. Social boundaries can be understood as “objectified forms of social differences manifested in unequal access to and unequal distribution of resources and social opportunities”. They are thus the objectified or materialized consequences of symbolic boundaries, such as unequal access to material goods and other valued resources such as education or political participation.

17 It can also be used to analyse the existence of pre-capitalist classes within capitalist societies as well as different forms of organization of capitalist relations of production. Thus peasants could be seen as remnants of pre-capitalist classes in capitalist societies (Wright, 1979: 74).

Class analysis thus turns to the subjects in all their contradictoriness. This helps not to homogenize class prematurely and erroneously. Thus a fragmentation and differentiation of the class can be assumed.

Thus, such a relational, differentiated and historical view of class follows also Pierre Bourdieu (1987) and E.P. Thompson (1968). Class in this sense can be understood as a habitualized line of tradition that emerged under concrete socio-economic conditions, but is not definitively determined by them.

The focus chosen here on the subjective side is intended to open up the possibility of looking at concrete experiences and statements of actors and to understand them as an expression of the class position: Class is learned and reproduced in everyday action, thinking and perception. Thompson sums it up as follows (1968: 8–9):

I do not see class as a 'structure' [...], but as something which in fact happens (and can be shown to have happened) in human relationships, [...] The finest-meshed sociological net cannot give us a pure specimen of class, any more than it can give us one of deference or of love. The relationship must always be embodied in real people and a real context. [...] We can see a logic in the responses of similar occupational groups undergoing similar experiences, but we cannot predicate any law. Consciousness of class arises in the same way in different times and places, but never in just the same way.

Sample and first empirical Results

If such a subject-oriented class concept is taken as a basis, the method of class analysis also changes. This is usually limited to quantitative research and usually comes to an end when it has been shown what percentage of the population belongs to any class. These analyses often stop at what Bourdieu called “classes on paper” (Bourdieu, 1987: 7). Accordingly, I rely on qualitative data. Rather than quantitative surveys, these allow to include the systems of meaning, self-perceptions and motivations of the interviewees.

Table 2 gives an overview of the (anonymized) name and the most important socio-structural data of the interviewees:

Table 2: Interview Partners

Name	Gender	Age	Highest Degree	Profession
nna Arthur	F	35	High School	Unemployed
Bettina Bauer	F	33	High School	Unemployed
Carl Cortis	M	50	10 th Grade	Unemployed
Gerda Grün	F	38	Vocational school (Sweden)	Unemployed
Erich Ehlers	M	59	10 th Grade (GDR)	Building Cleaner
Frieda Frei	F	24	Secondary School	Unemployed
Manfred Mischek	M	55	Special School (GDR)	Newsvendor
Heidi Hartung	F	31	Secondary School	Unemployed
Kevin Kleinschläger	M	34	Secondary School	Unemployed
Ludwig Lerther	M	49	10 th Grade (GDR)	Newsvendor

Family and first experiences

The description of the family situation of the interviewees can be a first insight into the internal differentiation: With two exceptions (Anna and Frieda), the parents of the interviewees were all simple wage earners. They worked at bakeries, are saleswomen, suppliers, unskilled workers, cooks and shift workers. The work of the parents of the interviewees usually did not require particularly high qualifications and thus increased the probability of interchangeability. The parents always “did several things” (Gerda).¹⁸ The interviewees do not attribute a contentiousness as (learned) workers to their parents. Pride through and at work seems to be something that was not conveyed to the interview partner by their parents.

The interviewees do not seem to have placed great expectations on their own upbringing. They do not see it as a station for the formation of a own subjectivity, but start more material: “I grew up and I didn't have to starve. I always had clean things”, as Kevin puts it. Manfred formulates it similarly. His upbringing was “normal actually. I am not a criminal, not a violent offender, and that's what I'm going to stay.”

The education is not seen as something positive, but as the basis for the further normalized life. At first glance, however, the school education of the interview partners appears to be quite diverse: there are people with a special school leaving certificate such as Manfred and Bettina with a high school graduation (*Abitur*), no vocational training (Heidi) to skilled workers (Erich). Nevertheless, education and training (and above all the attitude towards them) can be seen as a further stage on the path of reproducing marginalisation in the course of a person's life. In most cases, the interviewees describe their schooling as something they experienced passively: “time simply passed by” as Anna puts it. The school itself is described as a meaningless stage in the life course.

The work situation

Currently, none of the interviewees works in the profession they have learned. Frequent interruptions and changes of occupation can be found as well. This indicates a precarious occupational situation. Since the interruptions and changes of jobs are not chosen by the individuals, this shows the interchangeability of persons due to their low level of qualification.¹⁹ However, this uncertainty goes hand in hand with the interviewees' adherence to the idea of wage labour within the framework of the normal labour relations as a normative regulatory framework. However, the interviews show that this goal is very unlikely and unrealistic for the interviewees to fulfill. They are far away from a regular work situation. But the focus on it is particularly clear in Erich's answers. Several times he emphasizes almost word-for-word how important it is for him to have work – as a part-time cleaner: “I always say that the most important thing is to have work.” What unites the interviewees is an instrumental relationship to wage labour, as it could already be found in school and training. It is primarily a question of finding a job and earning money.

Even though the interviewees' orientation towards gainful employment remains high, we should also consider the other side of wage labour: Unemployment. A common experience of seven of the ten interview partners is their current unemployment. In addition, all of them have already experienced unemployment. In capitalist societies, a lack of work is a central aspect of social disintegration. This becomes particularly clear with Carl. Out of nowhere he begins the

¹⁸ In the following you will find translations of interview passages with the respective name of the interviewee.

¹⁹ This also stands for low chances of advancement – the occupational situation of the parents can serve as a blueprint here.

interview with the statement that he is looking for work: “Yes, I am now almost 50 and looking for work.” In this way, the meaning of wage labour is placed in front of his entire narrative. After he lost his job – which Carl had over several decades and gave his life stability and had a lasting influence on his biography – he now finds no access to the labour market.

Three (Habitus) Types

The biographical stations, which the interviewees pass through and reflect in the interviews, show similarities above all with regard to education and wage labour. However, they show clear differences in the concrete way they deal with their social position. Ideally, three (habitus)types of meaning can be found.

Active action

The first type is characterized by an active dealing with the marginalized situation. This can be reflected on the one hand in active action in one's own situation or on the other in reflection on the situation. Civil society infrastructures and social networks support this process.

All interviewees in this subgroup do not want to focus on dependence on state support, but rather on areas in which they can see themselves as acting and self-determined subjects. For the interviewees there are “endless possibilities, you just have to know where” (Gerda). The existing connection to state support is not interpreted as dependence: subjectively they see themselves as autonomous, whereas objectively they are dependent on welfare state transfer payments. The best example of this is Frieda. She generates her livelihood by begging. This is a socially discredited activity that is understood more as an emergency situation than as a normal phase of life. She herself, however, describes begging just like a wage labour and thus both reinterprets and normalises it. From her apartment near Berlin she travels to the city every morning “at 8.30 a.m.” to beg, returns early in the evening, does some shopping and errands, and wants to “sit in the garden a little, enjoy the sun.” Begging is reinterpreted as a regular working day and the evening at home becomes the official “closing time.” She upgrades her marginalized situation and normalizes it twice in her portrayal: First, she seeks connection to social norms through regular working hours. In addition, she presents her situation as an everyday and regulated normality – which she creates herself. The situation is not a transition that needs to be actively overcome.

The material difficulties are addressed by Gerda. She talks about how she cooks for herself, but quickly restricts her possibilities: “We make stews, I cook everything myself [...], I don't have to have fresh salad on the table every day here or fresh carrots [...], depending on the wallet.” She also actively deals with her everyday material poverty. She generally gets clothes for herself and her children at the flea market or in the donation house:

I am also not too sorry to take second-hand clothes and especially with children who consume very quickly anyway and then I go to the flea market or I go to the fundraising store and what. I don't really care about that. As I said as a person, I should not be less worthy [*würdig*] or have no less self-confidence or so.

Here she specifically mentions the category of dignity.

Striving for normality

The second subgroup is characterized by an unconditional striving for normality. This is expressed in the desire for social integration through gainful employment and not to unfold. Normal is the adjective that occurs most frequently in the interview with Carl. He uses it for

different areas. His upbringing, his school and education, his eating habits: all this is normal. If he were to go on holiday and have a relationship: it should be normal. This results in a “normal life, normal standard of living.” Here it is important not to question social regulations and not to attract attention.

This aspect is clearly addressed by Bettina. She describes herself as: “Actually quite inconspicuous. I always did my thing. That was actually it.” The normalization efforts and strategies are expressed within a set framework. Normality in marginalization is conveyed above all through the factor of wage labour. It forms the central frame of reference for all respondents in this subgroup. Normality is constructed through work. Whoever works is normal, productive and disciplined (Foucault 1977). Bettina's description of normality also runs through the entire interview: Childhood was “normal. Everything as it should be.” The upbringing was also “quite normal somehow.” Interesting here is the perspective from which Bettina reports about herself. She rarely speaks in the first-person perspective, but uses an impersonal “one” [*man*] in several places.

Pure survival

For the third typology pure survival is at the centre of dealing with its marginalized position. Even normality appears as luxury and pure necessity determines everyday life here. With Heidi this becomes extremely clear. She answers the question of the perception of her social position as follows: “Very bad. I have many debts, I am in insolvency. Yes, and I sit here and beg to finance my bread at least, at least my bread.”

The interviewees of this subgroup have no economic capital at all as a reserve that they could use. In addition to poor material resources, there is also a lack of social or cultural capital.

Ludwig also names this concretely. Due to his age, his education, his health and his social environment his life is “over.” One “belongs to the old iron, so to speak, or to the garbage”. He has no longer any aspirations for the future - both in terms of paid work and of life as a whole. The self-designation as old iron or garbage makes it clear that he perceives himself only as a thing and cannot determine his life. Manfred's self-description as “scrap metal” is almost identical. He, too, takes his own life and history as heteronomous. Ludwig then sums up the subgroup's way of dealing with each other:

It is the same with me. Actually like with every other, which belongs to the lower social groups. Um, one tries to survive. That's because now in the current social situation, which is going to get worse or worse, you can only try to survive. At some point there will be a point, uh, there will be a point, uh, or you will actually only vegetate, because uh, there will be a point, uh, and you will live a little longer. But at some point it won't work any more, I know. Then the end of the flagpole is reached. Then the lowest level is really reached.

With Ludwig and Manfred the handling of banal survival goes hand in hand with the internalization of the social devaluation of this class position. Here they differ clearly from the other ways of dealing with the situation, since there this devaluation is not to be found in such a way.

Self-and external positioning: Exclusion and moral boundaries

In addition to these habitual differences, however, the interviewees also have things in common, which primarily refer to their perception of society and their consciousness as a group. Here, perceptions of exclusion and demarcation predominate.

Anna and Bettina see themselves outside society. The inclusion they wish for would have to happen through work. The two interviewees are primarily concerned with belonging at all

and only secondarily with where exactly they want to belong to. They thus describe forms of exclusion and less (class-specific) exploitation.

Manfred, on the other hand, is very conscious of his own position in class society. He describes himself as the “garbage” and “scrap” of society – “underneath it is no longer possible.” He – as well as the four interviewees who were primarily concerned with 'pure survival' – has a negative class consciousness to some extent (cf. Thompson, 1978). Central to this are aspects of lack and misery. In this respect, we can speak of a class on the basis of a shared (negative) experience. However, the interviewees here are in isolation with their (same) consciousness.

The interviewees clearly set themselves apart from the top of society. The boundary becomes clear when the interviewees comment on who they are not. Class boundaries become directly visible here. The ones who are socially above, Kevin said, are “not difficult” to determine. One cannot even talk to these people, they think much of themselves, are isolated and have nothing to do with real problems. The demarcation is primarily done by attributing moral deficiencies to people 'above them'. They are “arrogant”, “amoral” and “disliking.” The incompetent superiors are confronted with their own competence.

In addition, Kevin and Ludwig delineate the economism of the ruling social order from their own moral economy. Morality and decency are found in their own class: “If, for example, a woman asks me whether I have 20, 30 cents, then I give her the money, because I know how valuable 20, 30 cents can be”, says Kevin. This example shows a certain (verbal) solidarity with people with little income or means. This moral economy is separated from the egoism of others.

Another aspect of this self-assessment comes to light when the interviewees are asked about their particular skills. Here, it is primarily statements on skills that do not depend on economic capital and are accessible to all. People often say in almost the same words that you can get along well with people, that you can listen and that they are social and helpful. These abilities, which are primarily aimed at interpersonal relationships, give meaning to one's own situation. The criteria of the meritocratic, capitalist social order are not applied, but one's own are created. The interviewees strive for standards of personal integrity in order to draw moral boundaries. In doing so, they reinforce their own values.

The marginalized people interviewed here follow their own and alternative classification scheme in which they can succeed themselves. While the middle and upper classes strive for categories such as high culture, education, and sophistication as distinguishing features, the marginalized do not have the necessary economic or cultural capital. They may therefore resort to universally existing moral categories such as decency or helpfulness, which – despite the (self-recognized) lack of capital – enable them to position themselves partially above the other classes.

Conclusion: A class consciousness of the marginalized?

There are differences both in the actors' own and in the external positioning. This has consequences for the construction of a 'class consciousness'.

This is least pronounced by Anna, Gerda and Frieda. They are also the active marginalized who try to change their situation through their own actions. The marginalized who fight for 'pure survival' are more aware of their class situation. However, their class consciousness cannot be determined *a priori* (cf. Thompson 1968); rather, it is determined by the multiple everyday practices of the interviewees, which are characterized by mutual exchange and different influences.

Class consciousness is therefore more to be understood as a process category. Even if the interviewees do not cite any structural reasons for their own marginalised position, people from the upper classes are still separated from their own group. The interviewees' class consciousness is empirically proven to be consciousness of their own power of judgement and distinctiveness. As the interviews have shown, it is best understood to see the class boundaries as an expression of moral categories according to which the world is ordered. The interviewees do recognize their own position. The search for dignity or recognition, however, is not necessarily sought in a change in the social situation, but above all in furnishing the status quo. Economic inequalities are recognized as objective and natural and are usually not questioned.

Since the interviewees are aware of their lack of capital, other (moral) criteria are used. The class struggle as a classification struggle which is conducted on different levels and with different means. A relational class thinking gains importance here, because the interviewees define themselves according to who *they certainly are not*: on the one hand they are those with little capital and on the other hand they are certainly not exploiters, certainly not arrogant and certainly not lacking in respect for the dignity of the other marginalized (cf. Rehbein and Souza 2014: 143).

The dividing line of dignity remains crucial. No matter how much the marginalized people try to overcome this border, they remain below it. This is also due to the historical persistence of this dividing line. It can be traced from the exclusion of vagabonds to the present day. It ranges from the able to work beggars of early modernity to the people who are currently ascribed a lack of employability. They do not work, they beg or allegedly receive too generous, passivating social benefits.²⁰ Settlement, gainful employment, diligence, discipline were and are confronted with the respective undignified opposite with which people are marked as abnormal in order to eradicate them, to pedagogize, to discipline, to moralize and to normalize them. These people are not only denied the need for material support, but also the moral foundations. In this way of thinking, it is primarily a question of a problem of character and lifestyle or attitude to life.

The *undignified marginalized* are not necessarily the Marxist reserve army, since this class of the dispossessed at least to a great extent lacks cultural and technical capital in order to be exploited in the working process at all. It can appear as a reserve army or be harnessed as such, but it is not absorbed by it. The symbolic/social function exceeds the economic function. The social structure is more decisive than the division of labour.

The underclass is characterised by failure, delinquency and abnormal behaviour. However, the group of delinquents, as Foucault (1977) called it, is a necessary component of capitalist society, even if it is only a negative example and a constant threat that justifies a surveillance of the population and a militarization of the state apparatus.

20 This thought can also be found in Richard Sennett's book *Respect in a World of Inequality* (2003), in which he sought to answer the question of what *respect* is. In a society, people depend on each other: One has what the others lack, the one can do what the other needs. According to Sennett, the modern welfare state now is characterized by the fact that it would document these relationships of giving and taking with new forms of hierarchization. Especially in Germany, unemployment benefits and job centres degrade 'demanding' people to the passivity of a recipient who can be disposed of by the state. This pushes these people under the dividing line of dignity. Also with Sennett there is a close connection between respectability and work, which creates self esteem. If it is lost, people are only disposable assets and objects that lack recognition, honour and dignity.

References

Althusser, Louis (2001), *Lenin and philosophy, and other essays*. New York: Monthly Review Press.

Bolte, Karl Martin; Kappe, Dieter; Neidhardt, Friedhelm (1975), *Soziale Ungleichheit*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften.

Bourdieu, Pierre (1984), *Distinctions. A Social Critique of the Judgment of Taste*. Harvard: University Press.

Bourdieu, Pierre (1987): “What Makes a Social Class? On The Theoretical and Practical Existence Of Groups”, *Berkeley Journal of Sociology*, 32), 1-17.

Bude, Heinz (2008), *Die Ausgeschlossenen. Das Ende vom Traum einer gerechten Gesellschaft*. München: Hanser.

Butterwegge, Christoph (2016), *Armut in einem reichen Land. Wie das Problem verharmlost und verdrängt wird*. Frankfurt am Main: Campus.

Candeias, Mario (2009), “Unmaking and Remaking of Class. The 'impossible' Precariat between fragmentation and movement”, *RLS policy*, 3.

Castel, Robert (2003), *From manual workers to wage laborers. Transformation of the social question*. New Brunswick, N.J: Transaction Publishers.

Crocker, Jennifer; Major, Brenda (1989), “Social stigma and self-esteem: The self-protective properties of stigma”, *Psychological Review*, 96(4), 608-630.

Dahrendorf, Ralf (1965), *Gesellschaft und Demokratie in Deutschland*. München: Piper.

Donzelot, Jacques (1980), *Die Ordnung der Familie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Dörre, Klaus (2014): “Stigma Hartz IV. Für- und Selbstsorge an der Schwelle gesellschaftlicher Respektabilität” in Brigitte Aulenbacher, Maria Dammayr (eds.): *Für sich und andere sorgen. Krise und Zukunft von Care in der modernen Gesellschaft*. Weinheim: Beltz Juventa, 40-52.

Foucault, Michel (1977), *Discipline and Punish. The Birth of the Prison*. New York: Random House.

Friedrich, Sebastian (ed.) (2018), *Neue Klassenpolitik. Linke Strategien gegen Rechtsruck und Neoliberalismus*. Berlin: Bertz + Fischer.

Friedrich-Ebert-Stiftung (ed.) (2006), *Gesellschaft im Reformprozess*. Bonn.

Glottz, Peter (1984), *Die Arbeit der Zuspitzung. Über die Organisation einer regierungsfähigen Linken*. Berlin: Siedler.

Gurr, Thomas; Unger, Stefanie; Jungbauer-Gans, Monika (2018), “Gehen Sanktionen mit einem höheren Stigmabewusstsein bei Arbeitslosen einher?” *Zeitschrift für Sozialreform*, 64(2), 217-248.

Lamont, Michèle (1992), *Money, morals, and manners. The culture of the French and American upper-middle class*. Chicago: University Press.

Lamont, Michèle (2000), *The dignity of working men. Morality and the boundaries of race, class, and immigration*. New York: Russell Sage Foundation.

Lamont, Michèle; Virág Molnár (2002): “The Study of Boundaries Across the Social Sciences”, *Annual Review of Sociology*, 28, 167-195.

Lindner, Rolf (2008): “Unterschicht. Eine Gespensterdebatte” in Rolf Lindner, Lutz Musner (eds.), *Unterschicht. Kulturwissenschaftliche Erkundungen der Armen in Geschichte und Gegenwart*. Freiburg: Rombach, 9-18.

Lissenberg, Elisabeth (1991), “Incorporation of Moral Capital. Children's Moral Judgments of Crime and Criminals”, *Droit et Société*, 19, 297-307.

Marx, Karl (2018), *The eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. Singapore: Origami Books.

Moore, Harriett; Kleining, Gerhard (1960), “Das soziale Selbstbild der Gesellschaftsschichten in Deutschland”, *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, 12(1), 86-119.

Nachtwey, Oliver (2016), *Die Abstiegs-gesellschaft. Über das Aufbegehren in der regressiven Moderne*. Berlin: Suhrkamp.

Rehbein, Boike; et al. (2015), *Reproduktion sozialer Ungleichheit in Deutschland*. Konstanz: UVK.

Rehbein, Boike; Souza, Jessé (2014), *Ungleichheit in kapitalistischen Gesellschaften*. Weinheim: Beltz Juventa.

Riexinger, Bernd (2018), *Neue Klassenpolitik. Solidarität der Vielen statt Herrschaft der Wenigen*. Hamburg: VSA Verlag.

Rössel, Jörg; Pape Simone, (2009): “Was ist ein typischer Arbeiter? Stereotype über soziale Schichten”, *Gruppendynamik und Organisationsberatung* 41, 57-71.

Sachweh, Patrick (2010), *Deutungsmuster sozialer Ungleichheit. Wahrnehmung und Legitimation gesellschaftlicher Privilegierung und Benachteiligung*. Frankfurt am Main: Campus.

Sachweh, Patrick (2013): “Symbolische Grenzziehungen und subjektorientierte Sozialstrukturanalyse”, *Zeitschrift für Soziologie* 42(1), 7-27.

Sayer, Andrew (2005), *The Moral Significance of Class*. Cambridge University Press.

Schneider, Ulrich (2015), *Kampf um die Armut. Von echten Nöten und neoliberalen Mythen*. Frankfurt am Main: Westend Verlag.

Sennett, Richard (2003), *Respect in a world of inequality*. New York, London: W.W. Norton.

Souza, Jessé (2011), “Jenseits von Zentrum und Peripherie”, *Berliner Journal für Soziologie*, 21(1), 23–38.

Nantes: da reinvenção identitária à “utopia realista”

Daniel Francisco,¹ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
danifran@fe.uc.pt

Resumo: No presente texto pretende dar-se conta da experiência de transformação económica e institucional da cidade francesa de Nantes, que se tornou, a partir dos anos oitenta, “case study” de *governance* urbana e modernização sociocultural. Num multifacetado processo, onde as componentes técnica, política e social dos projetos envolvidos se articularam de forma tensa e complementar, vemos a trama de debates e dissensões, mas também negociações e consensos, da qual emergem elementos de inovação e exercício democrático prefigurando uma realidade afim da do quadro da “utopia real”, tal como definida nos projetos conduzidos por Erik Olin Wright. Destaca-se, entre as múltiplas realizações, a do Metro de superfície (Tramway), peça estruturante da reconfiguração profunda da cidade. Nesse empreendimento encontramos controvérsias e mobilização de atores, articulações entre setores políticos e profissões ligadas ao planeamento urbano, que mediante formas imaginativas de redefinição das infraestruturas coletivas tinham subjacente, de maneira simultaneamente prática e idealística, um sentido de reinvenção identitária. Atores políticos e institucionais, técnicos das áreas da engenharia e renovação urbana, em simultâneo com ativismos oriundos de redes comunitárias “bottom-up”, deram lugar a trâmites de governança, em torno do Tramway e para além dele, cujo impacto na cidade e região ganhou alcance que conferiu à urbe estatuto de que os nantenses parecem, hoje ainda, orgulhar-se.

Palavras-chave: Nantes; Governança; Tramway; Democracia; Utopia

Introdução

Recuperar a génese identitária de uma cidade é proceder à sua ressignificação ou reinvenção, a partir dos problemas e desafios do presente. Considerando a ideia de “utopias reais”, proposta por Erik Olin Wright, procura-se no presente texto retomar a investigação que desenvolvemos em torno da cidade de Nantes, em investigação conducente a dissertação doutoral. Especificamente, questiona-se a dimensão utópica como ferramenta concetual capaz de estimular projetos – no caso, um vasto processo de reestruturação urbana – que devolvam a urbes com rico valor patrimonial e inscrição histórica um novo sentido de modernidade. Esse novo sentido destinou-se, em Nantes, a ir ao encontro de exigências e desafios que, perspetivados para o século XXI, tinham, na mente dos seus proponentes, de corresponder a uma junção, de contornos preferencialmente inovadores, entre o passado, o presente e o futuro. Na verdade, a noção de utopia, pensada hoje, exige equacionar o seu sentido original (Thomas More, 1516) com os desafios e ameaças das comunidades, e de entre elas as cidades, pelo viés do futuro. Neste particular, a imagem utópica e a possibilidade distópica podem funcionar

¹ Daniel Francisco é Professor Auxiliar na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

como indissociáveis, na medida em que a consciência do risco em relação à segunda pode estimular a construção visionária da primeira.

Na obra que, passados cerca de cinco séculos, permanece entre as mais marcantes da civilização ocidental, Thomas More captava a perfídia e maldade dos que se envaideciam com a exibição da sua riqueza, levando os mais humildes a sentir a respetiva pobreza “de forma ainda mais sensível”. O autor realçava essa opulência enquanto traço de um regime de governação equivalente a uma “serpente infernal que se insinua no seio dos mortais e da qual se torna impossível libertarem-se”, manifestando-se “feliz que os utópicos tenham rejeitado essa forma de governo”. Essa exaltação dos “Utópicos” leva o autor a idealizar “o desejo que todo o mundo possa ser tão sábio a ponto de imitá-los (...). Tendo arrancado da mente de seu povo todas as sementes, tanto de ambição quanto de fação, não há perigo de qualquer sublevação da comunidade, ao contrário de outros estados onde a rebelião tem levado à ruína (...); Enquanto forem governados por tais boas leis e viverem em paz na sua cidade, poderão suscitar a inveja de príncipes vizinhos, mas jamais permitirão colocar seu Estado em sublevação ou desordem” (More, 1516: 76 e 182)².

Talvez a construção abstrata da utopia tenha as suas raízes no contraste, chocante, entre a opulência ostentatória e a miséria deplorável. Antes de Adam Smith denunciar a corrosão dos valores morais exprimida na veneração dos ricos e poderosos, com o concomitante desprezo pelos pobres e miseráveis (*The Theory of Moral Sentiments*, Smith, 1790), já o humanismo renascentista de Thomas More sinalizara, na Utopia, que o orgulho egoísta “pensa que sua própria felicidade brilha mais comparando-a com os infortúnios de outras pessoas”. Na realidade, no momento em que o crescimento económico europeu passava pela devastação de povos e culturas, prolongando o saque de recursos preciosos, o Ocidente europeu, impregnado de evolucionismo social (marcante nas ciências humanas, especialmente na antropologia), julgava-se na linha da frente de uma história humana comum. Epopeia universal, esta estaria destinada a sobrepor-se, enquanto indústria, civilização, ciência e técnica à diversidade das comunidades, inferiores e pouco evoluídas, que a colonização europeia encontrava num estado embrionário e atrasado, próximo da natureza. Aqui residia uma boa parte do “fardo do homem branco”, celebrizado no célebre poema de Kipling em 1899. Do ponto de vista intelectual, a *humanitas*, designação para o género humano usada desde o Renascimento, passava a sofrer a concorrência da *anthropos*, ciência do homem aplicada ao “outro”, a quem a *humanitas* descobrira e que passava a tratar como autênticas “histórias naturais” (Nishitani, *apud* Legendre, 2001: 15).

Na Europa e fora dela, estabelecia-se que os óbices da tradição e das autoridades religiosas, das mentalidades antigas e seu imaginário, das identidades herdadas e condições de classe, haviam de desaparecer, numa trajetória que conduziria cada nação ao futuro tecnológico (ilustrado pela metáfora da “máquina”) e à apreensão científica do real, à vida urbana em sociedade e ao indivíduo livre, à democracia e direito formais, suportes duma nova condição humana, abstrata e universal, arrancada aos atavismos e laços de dependência antigos. E todavia, malgrado a ocupação colonial bem sucedida e o industrialismo impante das potências coloniais, não deixou de se retomar e atualizar – no próprio bojo da civilização – a linha reflexiva que vai do humanismo e ao pensamento crítico. Nos primórdios duma modernidade ambígua e voraz, frágil e contraditória no nexos entre mecanização e desumanização, acentuam-se então as oposições entre racionalização e subjetividades, a distância entre as representações

² In: <https://d2y1pz2y630308.cloudfront.net/15471/documents/2016/10/Thomas%20More-Utopia.pdf>

“naturalistas” da realidade social e os seus fundamentos “objetivos”, a exclusão e a dominação, as formas novas de luta das classes do século XIX e a crise do *laço social*, com os fenómenos da anomia, do indiferentismo moral e da burocratização da vida a pautarem a desagregação da *gemeinschaft* (Tönnies), o advento da “lei férrea da oligarquia” (Michels), o cinismo dos mundos do dinheiro (Simmel). É assim que os autores da sociologia nascente, preocupados com o fim da norma religiosa, as perdas na solidariedade, as clivagens de classe, a urbanização insalubre e segregadora, os poderes sofisticados e anónimos, inauguram a temática da crise na teoria moderna. Como a entendiam, a modernidade podia ser trágica, dominada pela burguesia e o dinheiro, marcada por individualismos e injustiças, pela razão instrumental minando a liberdade e a criatividade, ou destruindo valores em prol de condutas meramente estratégicas.

Aparentemente, resultou da própria natureza ambivalente do sistema social, no auge da Revolução Industrial, o caráter crítico da sociologia. Como disse um dos mais emblemáticos nomes da Escola francesa, a sociologia desenvolve-se de forma relutante em relação à modernidade e é, fundamentalmente, a sua consciência crítica. A sociologia dificilmente pertence ao modelo racionalista. É antes amplamente formada contra uma visão política e institucional da vida social. Ela nasceu da consciência da desagregação das sociedades modernas e da ordem social, como uma análise crítica da industrialização, primeiro na Europa, depois na América do Norte e, após a Segunda Guerra Mundial, aos poucos em todas as partes do mundo. Longe de acreditar na sociedade, ela tomou como seus principais objetos de análise conflitos sociais, encontros culturais, crises de personalidade, desigualdades sociais (Touraine, 1974). Daí que, de um modo ou de outro, da ideia de utopia ao próprio caráter utópico do projeto do século XIX, uma das inovações mais importantes do pensamento sociológico tenha sido a de tentar elevar alguns dos seus conceitos ao estatuto de utopia. A utopia não teria apenas de ser fundamentalmente projetada para a contemplação e elaboração académica. Podia ao invés inspirar a ação e ser redigida na linguagem científica, tida por apropriada para encorajar e apoiar essa ação (Kumar, 1991: 60-62).

É neste sentido que, em linha com Erik Wright, a presente abordagem busca traçar um olhar reflexivo sobre um caso – a cidade de Nantes – onde diversos projetos e “players” do jogo político se confrontaram no desenho da cidade, ao mesmo tempo que nesse jogo de poderes foi possível desenvolver propostas de ação que estruturaram um espaço urbano ao encontro dos seus cidadãos e com a sua intervenção (direta e indireta). Prolongando o entendimento do autor homenageado no Congresso que decorreu em Coimbra (23-24 de janeiro de 2020), julgamos interessante associar a ideia de “utopia” a uma ideia pragmática do “real”. Na verdade, ao longo do projeto “Real Utopias”, Erik Wright evidencia e assume a sua evolução teórica, de um marxismo inicialmente marcado pela conceção estruturalista para uma visão crítica do capitalismo, que continuando radical se descolou — no dizer de um dos seus colegas, “Erik moveu-se de uma análise de classe sem utopia para uma utopia sem análise de classe” (Burawoy, 2020: 156). Por outras palavras, a perspetiva crítica de Erik Olin Wright levou-o de uma linha de análise sofisticada, em termos de conceitos marxistas “reconceitualizados” (a teoria das classes), para um registo mais engajado em projetos que, sendo suportados pela ideia de “utopia”, alternativa e igualitária, foram suficientemente empenhados em formas de ação concreta, com força transformadora suficiente para que a “erosão do capitalismo” se tornasse sinónimo de um socialismo construído a partir de dentro e onde essas bolsas alternativas ilustrassem a viabilidade de um bem-estar geral, promovido pela militância de base mas reapropriado pela ação das instituições e do próprio Estado reformista (Wright, 2019).

(...) o espaço político para reformas sociais-democratas foi, pelo menos em parte, aberto porque ruturas mais radicais com o capitalismo eram vistas como possíveis, e essa possibilidade, por sua vez, dependia crucialmente de muita gente acreditar que eram viáveis. A crença na viabilidade do socialismo

revolucionário, especialmente quando apoiado pela grande experiência histórica na URSS e noutros lugares, aumentou a viabilidade da social-democracia reformista como uma forma de compromisso de classe. As condições políticas para o conserto progressivo dos arranjos sociais podem, portanto, depender de forma significativa da existência de visões mais radicais para possíveis transformações. Isso não significa, é claro, que as falsas crenças devam ser sustentadas simplesmente porque se pensa que têm consequências desejáveis, mas sugere que é importante buscar bases sólidas para visões plausíveis de alternativas radicais. (Erik Olin Wright, *The Real Utopias Project*, Madison, 2010)³

Esta visão não deixa de ser interessante, sobretudo vinda de um sociólogo cuja influência teórica veio do marxismo, mas desde cedo incorporou referências weberianas. Por isso, “weberianizar o marxismo” é algo visível nos seus últimos trabalhos em torno das “utopias reais”. E na verdade o que se pretende no registo que aqui se propõe não deixa de evidenciar a visão weberiana, segundo a qual o sentido da ação estará para lá das subjetividades dos protagonistas. Certo é que a reflexão sobre as grandes transformações no espaço da cidade ao longo das últimas quatro décadas não só procura dar visibilidade aos processos de reestruturação no plano simbólico e identitário de Nantes, mas também revelar o papel dos atores, das suas disputas e lideranças em momentos distintos, como fases de um puzzle repleto de antagonismos, mas onde a dinâmica do conflito político e da negociação abriram espaço para ciclos de mudanças profundas. A metamorfose operada desde os anos oitenta pelas elites e a população nantense só foi possível porque se ultrapassaram ciclos de lutas intestinas e se compreendeu a importância de projetos estruturantes em termos das condições materiais de vida das comunidades, que em termos simbólico-identitários recolocaram a cidade e a região num patamar de referência no contexto do próprio país e da Europa.

Nantes: uma identidade multifacetada

As referências habitualmente utilizadas para descrever a identidade nantense remetem para um conjunto heterogêneo de elementos ligados à geografia, dum lado, à cultura e economia, do outro, da chamada cidade *ligérienne*. Elementos que apesar de encadeados de forma coerente na rica história daquela metrópole do Oeste de França, lhe darão uma “personalidade territorial” controversa e contraditória, valendo-lhe epítetos como os de “indeterminável” ou “inrotulável”.

Do ponto de vista histórico, Nantes é a capital tradicional da Bretanha independente (e não Rennes, hoje sede oficial da Região da Bretanha). Cruzamento inter-regional, na confluência da Loire e do Erdre, a cinquenta quilómetros do mar, Nantes foi apartada da ligação administrativa à Bretanha pelo mapa das regiões imposto pelo Estado, nos anos sessenta. Sem identificação clara com a então criada região des *Pays de la Loire*, Nantes foi feita capital dessa região. E aí foi criada uma bifurcação de referências que a cidade teve de enfrentar. Desde então, a questão da identidade *bretã* de Nantes não mais deixou de ser evocada no espaço público, reaparecendo por vezes de forma virulenta no debate político. Reativada com regularidade pelos defensores do “rattachement” à Bretanha, a condição bretã da cidade é contraposta à artificialidade da região dos *Pays de la Loire*, não oferecendo aparentemente dúvidas de que, como realçou um dos meus entrevistados: “elaborou-se uma espécie de salada russa à volta de Nantes com os Pays de la Loire. A Vendeia, teoricamente virada para o Pitou, é inserida nos Pays de la Loire. Como os Pays de la Loire, a Sarthe e a Mayenne são departamentos muito mais administrados pela l’Île de France, ou pela Aquitânia. Fica-se então com uma espécie de identidade administrativa estranha, que tem grandes dificuldades para criar

³ Consultado em 2.11. 2019, em: <<https://www.ssc.wisc.edu/~wright/OVERVIEW.html>>

a sua real identidade”.⁴ A questão é não só a dos laços idiossincráticos de Nantes com a Bretanha, mas igualmente a de saber em que medida Nantes pertence às três regiões vizinhas, ou a nenhuma, sendo evidente que os laços com as áreas próximas não são historicamente fortes.⁵ Cidade de “confluência, reúne um caleidoscópio de identidades. É ao mesmo tempo bretã, angevina e poitevina”.⁶

O significado do debate em torno da questão identitária da cidade não é de menosprezar, porque vai para além do mero exercício de especificação da *personalidade territorial* nantense. Reporta antes a um jogo relacional que remete para os planos político e simbólico da própria metrópole, porquanto se interroga sobre o seu papel no quadro da região Oeste de França. Neste particular, Nantes sofrerá “dificuldades para fazer reconhecer de forma definitiva a sua proeminência. Entalada na armadura estreita e de geografia pouco coerente que constituem os Pays de la Loire, Nantes só muito lentamente tem vindo a impor com clareza a sua condição de capital regional. E em exercício delicado, na verdade, já que tem de evitar ferir as suscetibilidades de Rennes e de Angers” (POLO 3/3/2000, *Les Echos*).

A caracterização política da cidade passa pelo voto em Napoleão III, quando este opera o golpe que lhe dá o poder, em 1851, e no fim do segundo império a cidade é republicana. Mas passa simultaneamente pela forte tradição socialista, inicialmente marxista, que a partir dos anos 70 do século XX se funde com o sindicalismo cristão e os cristãos de esquerda, sob a influência nacional de François Mitterrand, de que Jean-Marc Ayrault, presidente da Câmara a partir de 1989, é em parte herdeiro. Sem dúvida, o desaparecimento da indústria tradicional, nos anos setenta, finaliza uma parte da história de Nantes, tanto do ponto de vista económico como social e político. Desde essa altura, as mutações económicas tornaram “as coisas mais compósitas”.⁷ Enquanto a burguesia historicamente dominante conhece uma forte redução da influência política, a chegada de uma nova geração de dirigentes, à direita e sobretudo à esquerda, modifica substancialmente o tabuleiro político-partidário da cidade.

Ainda assim, para muitos, não se deve deixar de considerar aquele que foi o carácter bloqueado e conflituoso da cidade ao longo do tempo. A ele não são estranhas, antes fortemente representativas, as greves de 1953, 55 e 57, nas quais morreriam dois operários. Tais acontecimentos deram a Nantes imagem de radical e violenta,⁸ arreigada à desavença ideológica e a cada passo envolvida em atmosfera de luta de classes. Na sequência de um século XIX que acentuou as diferenças sociais e multiplicou os violentos confrontos de classe, a imagem tradicional da vida social de Nantes é a da aspereza, ou rudeza, que a presença de um poder burguês forte e exigente radicaliza, ao vincar sistematicamente as hierarquias sociais. Se André Siegfried, o grande politólogo francês, dizia ser Nantes uma “pequena ilha republicana num oceano de Antigo Regime”, é inegável que o veemente catolicismo, a divisão da cidade em paróquias, a omnipresença dos párocos na vida quotidiana, a proximidade e influência de indivíduos como “Monsieur Villepelet”, eminente prelado da cidade, junto da burguesia e das instâncias de decisão política, até meados dos anos sessenta⁹ – “não era raro os edis locais referirem-se ao bispado nas opções que tomavam sobre as grandes decisões

⁴ Alain Weber, entrevista.

⁵ Como os trabalhos do geógrafo Jean Renard mostram.

⁶ Polo, 3/03/2000, *Les Echos*.

⁷ Alain Besson, entrevista.

⁸ Tal como os acontecimentos de Maio de 68 na fábrica de Bouguenais Sud-Aviation, ocupada no início do movimento nacional de protesto laboral.

⁹ Mais especificamente 1966, quando Villepelet é substituído nas suas funções pelo bispo (Monsieur) Vial, cuja imagem junto da direita tradicional vai alterar profundamente a relação herdada, dada a ligação deste prelado a grupos da ação católica operária e a contestação destes a muitas condições de trabalho em várias empresas da cidade. A ponto de Vial ficar conhecido nos meios patronais como “Vialdeck le Rouge”.

políticas” (Virginie Frappart, 2001: 64) –, configuraram um quadro sociológico dominado por valores burgueses e conservadores. Notória é a ligação entre a burguesia local, com as suas famílias e redes, e o arcebispado católico, conservador e reacionário, traço estrutural da sociabilidade política e cultural da cidade.

Um espaço de divisões, fusões e aquisições

Nos anos cinquenta e sessenta, o confronto das lógicas de classe e de posicionamento ideológico é intenso. Greves, manifestações, formas abertas de luta sindical na cidade era comuns e iam sendo expostas, em toda a França, como as mais radicais em termos da luta operária no país. Isso colou a Nantes imagem da urbe industrial e anarco-sindicalista por excelência, que regularmente expõe e exacerba os seus contrastes estruturais.

Entre o vermelho dos trabalhadores e o azul da burguesia, as culturas históricas do republicanismo e anarco-sindicalismo, dum lado, e o conservadorismo monárquico e católico, do outro, Nantes será, no entanto, fundamentalmente, um mosaico de mundividências políticas, que organiza a sua vida sob o signo da forte heterogeneidade social. Esta pressiona a um constante trabalho, social e político, de ajustamento e coexistência de classes e grupos cuja pertença socioideológica anda longe de qualquer harmonia natural.¹⁰ Como descrevem Breteau e Potiron (1986: 8), Nantes é a cidade dos antagonismos, “capaz de receber com igual pompa, em Outubro e depois em Novembro de 1984, uma manifestação laica e um ajuntamento confessional. Caldeirão do ensino católico — vide do integrismo —, é também filha primogénita dos estaleiros navais, da metalurgia e das revoltas operárias. Nantes, vermelha e branca, onde as convicções se exprimem vigorosa e contraditoriamente, para que a vida se desenrole de forma subterrânea, numa espécie de pudor que a província toma facilmente por orgulho”.

Repercutidos nas divergências de política pública — a aposta nos sistemas de transporte coletivo urbano, defendida pela esquerda, contra o investimento nas infraestruturas rodoviárias, afim das políticas governamentais de direita, nos anos sessenta e setenta, por exemplo, ou nas polémicas da educação e cultura, nos anos oitenta —, os antagonismos sociais são em Nantes responsáveis por controvérsias que ficaram famosas. É o caso do “episódio” das *Casas da Cultura* controladas pelos dois sectores políticos, no início da década de oitenta, quando o presidente de câmara PS, Alain Chénard, funda uma nova *Maison de la Culture de Nantes et de son Agglomération (MCN)*, dominada por figuras da esquerda – a começar pelo seu presidente, o socialista Jean Blaise (apelidado de “Malraux”) –, para contrapor à existente *Maison de la Culture de Nantes et de Loire-Atlantique*, financiada em grande parte pelo *Conseil Régional de Loire-Atlantique*, controlado pela direita.¹¹ Ou o caso da intensidade que teve em Nantes a conflitualidade nacional decorrente do debate sobre a “educação livre”. Numa cidade em que o ensino católico foi sempre expressivo, o tema causaria enérgicas divisões entre católicos, o clero e os professores, a Igreja e a câmara PS.¹²

¹⁰ Talvez por essa razão, desde os anos sessenta até à eleição do socialista Jean-Marc Ayrault para a presidência da Câmara Municipal, em 1989, não houve continuidade político-partidária à frente do município. O poder autárquico oscilou entre os eleitos do Partido Radical (André Morice, entre 1965 e 1977), PS (Alain Chénard, de 1977 a 1983, e Jean-Marc Ayrault, de 1989 a Maio de 2012, quando é nomeado Primeiro-Ministro do governo de François Hollande) e RPR (Michel Chauty, de 1983 a 1989).

¹¹ Que responderia depois com a construção da sua própria Casa de Cultura, rebatizada.

¹² Tal como noticiava em 18 de Janeiro de 1988 o *Le Monde*, “c’est à Nantes qu’a éclaté la crise scolaire des années 1983-1984. A la suite d’un conflit homérique entre les autorités de l’enseignement catholique et la municipalité socialiste conduite par Alain Chénard (...) 40 000 personnes se sont trouvés dans la rue.”

As cisões no campo sociocultural e a sua expressão político-partidária na vida local intensificam-se no mandato de Michel Chauty (1983-1989), muito por virtude da sua (não) política cultural, também ela nordeada por razões de carácter político-partidário. O corte de subvenções a vários agentes culturais, conotados a esquerda, decidido pelo “maire”, originaria até manifestações da sociedade civil, acabando por levar Jean Blaise a deslocar a *Maison de la Culture de Nantes et de son Agglomération* para municípios da periferia liderados por autarcas socialistas. Nomeadamente para Saint-Herblain, na altura liderada por Jean-Marc Ayrault, que recebe na sua cidade várias associações culturais quando em Nantes, Chauty lhes corta o financiamento. De resto, além da conflitualidade sociocultural que marcou a vida política local, as repetidas crises sentidas a partir de 1983 no seio do executivo de Michel Chauty dissipam o capital de confiança que a maioria da população, entre a qual os agentes económicos, havia depositado na coligação de direita. Como nos referiu Alain Besson, lembrando um importante traço da cultura local, “esta cidade gosta dos federadores, não gosta das estéreis oposições político-partidárias (...) O nantense é moderado, eventualmente nos anos setenta radical-socialista, mas não acredito bem; ele não gosta que o andamento dos negócios seja interrompido por querelas políticas”.

Em termos de desperdício das possibilidades políticas, nestes anos oitenta, é de referir que o Departamento da *Loire Atlantique* e a Região des *Pays de la Loire* eram liderados por partidos de direita, como habitualmente (o espaço regional e departamental, com o mundo rural que o envolve, é tradicionalmente católico e conservador, votando à direita), em oportunidade única para estas duas entidades se associarem aos objetivos da aglomeração nantense e constituírem, de forma coerente e articulada, um grande espaço de governação conjunta. No entanto, o estilo de liderança de Chauty – de resto mais visto em Paris, no estrangeiro ou na sua casa em Sainte-Marguerite que propriamente em Nantes, onde pouco lhe agradaria estar – e as políticas adotadas não o viriam a permitir. Os próprios poderes económicos se repartiam em múltiplas fações de direita, numa heterogeneidade de culturas e estatutos de poder e riqueza onde pontificavam as incompatibilidades entre as antigas famílias nantenses e a nova geração de recém-chegados. O que imperava era separação dos “tradicionalistas dos modernistas, os herdeiros do patronato familiar local e os gestores integrados em grupos nacionais ou multinacionais e os jovens criadores de empresas”.¹³

A falta de estruturas intermediárias entre o mundo da política e a economia, acumulando com a hostilização a vários agentes económicos da cidade impossibilitou que e desenhasse um efetivo programação do desenvolvimento e concertação socio-institucional duradoura. A agravar, as opções do executivo municipal contrariavam a ala mais liberal da direita nantense, gestores e proprietários empresariais, pais de filhos no ensino superior, intelectuais mobilizados pelas questões da cultura. Para o caso que mais nos interessa, o do Metro, desvalorizado por Chauty, era por um número crescente de entidades e figuras da economia, (Câmaras de Comércio e Indústria, agentes imobiliários, construtores) visto como fator de crescimento e desenvolvimento da cidade, em posição a que o mundo do futebol se aliava — uma das linhas deveria servir o estádio de *La Beaujoire*, casa do FC Nantes. Na sua manifesta “alergia” ao transporte coletivo, o presidente de então (o citado Michel Chauty) chega a lançar, em 1988, uma campanha para estimular os nantenses a levarem o automóvel para o centro da cidade, quando a norma era já, por todo o lado, dissuadir os cidadãos de tal opção. A frustração maior, para o projeto do Tramway, advinha de ser em Nantes que, comparativamente ao resto da França, os maiores investimentos na rede de metro se haviam feito, onde o número de

¹³ Laurens, *Le Monde*, 17/12/1987.

utilizadores mais crescera e as perspectivas de futuro se afiguravam mais risonhas, dada a boa situação financeira do empreendimento, conseguida mesmo após substanciais investimentos.

Por outro lado, o contexto nacional e europeu era já o de uma competição interterritorial que impunha às cidades médias, como Nantes, desafios fundamentais para o posicionamento no “xadrez territorial” e a própria viabilidade socioeconómica. Estes passavam por assumir identidades e perfis urbanos mais dinâmicos e diferenciadores, só possíveis numa ótica de comunicação e debate intergrupar, dirigidos a consensos elementares e políticas sufragáveis de modo transversal ao universo sociopolítico. Necessário se afigurava um quadro de instituições e poderes fornecedores de imagens mobilizadoras, em condições de socializar determinados atores-chave em torno de sentidos ou representações comuns do futuro territorial, afins de alguma noção de destino partilhado ou horizonte de mudança coletivamente empreendido. Tudo isso requeria um trabalho político de aproximação de interesses e pontos de vista, processos formais e informais de mediação e integração de vontades e meios à volta de projetos estratégicos, de modo a despertar e estabilizar um sistema de atores o mais multiparticipado possível. E era o que não havia em Nantes. Os focos de tensão e conflitualidade societal, reproduzindo condições de imobilismo, fragmentação, “desperdício de energias”, traziam ao invés sensações de declínio e bloqueio, percebidas crescentemente como insuportáveis. De modo que no fim da década de 80 existia o “sentimento de um certo vazio a preencher, de uma liderança a confortar ou a recriar”.¹⁴

No final dos anos oitenta, quando “a maior parte das grandes cidades se atribuíam já adjetivos ufanos, tais como a ‘sobredotada’ (Montpellier) ou a ‘Europeia’ (Lille), para se valorizar perante as suas rivais”, Nantes, sétima cidade francesa, não se conseguia pois ainda distinguir por nada de positivo.¹⁵ Facto importante, este da dificuldade nantense em se forjar imagem de prestígio, já que a década de oitenta conhece o primeiro investimento de muitas cidades na criação de imagens de marca. Imagens de marca, quer dizer, representações valorizadas de si próprias, nas quais um certo voluntarismo político, investindo em campanhas ou ações de marketing identitário, procura a identificação dos cidadãos com um coletivo em que se reconhecem certo tipo de valores, referenciais, símbolos. O objetivo é modelar as perceções das comunidades inculcando-lhes uma certa ideia de pertença e “destino comum”, que determinadas lideranças políticas, de forma metonímica,¹⁶ simbolizarão, exprimirão, “incarnarão”, por serem aquelas que estarão à altura de o fazer. O campo da cultura, por exemplo, é tradicionalmente promovido em ordem a este efeito de “relações sociais de proximidade” e reforço da coesão social que a criação de identidades coletivas proporciona (Fortuna: 2013). Também Nantes virá a inscrever-se, com exemplaridade, nesse movimento de valorização simbólica e difusão de imagens elogiosas, mobilizadoras, das cidades, já com Jean-Marc-Ayrault a presidente¹⁷. Ainda assim, é de salientar que tal empreendedorismo do simbólico vai servir-se, mais do que tudo, do impacto (visual, cognitivo, psicológico) e da reconfiguração institucional, territorial e política. O trabalho das “representações” é fortemente alicerçado nos “atos” que os projetos exprimem, não um mero exercício de “comunicação política”.

¹⁴ Laurens, jornal *Le Monde*, 17/12/87.

¹⁵ Rivais, jornal *Le Monde*, 13-14/01/1999.

¹⁶ No caleidoscópio das referências mobilizadas, muitas vezes através de projetos arquitetónicos, festivos ou evocativos que reavivam determinados aspetos do imaginário coletivo, ideias de excelência, singularidade e autonomia fazem-se presentes, incarnando em certos perfis de liderança e promovendo um certo tipo de relacionamento dos líderes políticos com os habitantes.

¹⁷ O socialista Jean-Marc Ayrault, grande mentor da transformação da cidade nos anos noventa, foi eleito pela primeira vez para presidente da Câmara Municipal de Nantes em 1989, depois de ter sido presidente da Câmara da cidade de Saint-Herblain, vizinha da cidade de Nantes e que actualmente faz parte da Comunidade Urbana de Nantes.

Cidade das metáforas verosímeis

À reinvenção política e simbólica que as elites dirigentes imprimiram a Nantes desde o final do século XX terá sido favorável a ausência de uma identidade mais estruturada ou exclusivista. Isso deixou espaço para a construção dos referenciais de modernização e sofisticação que a partir dos anos noventa serão colados à cidade. No limite, a falta de uma identidade forte e englobante terá jogado a favor de Nantes, permitindo outra latitude ao desígnio verbalizado pelo “pacificador” Jean-Marc Ayrault quando, no contexto das eleições locais que o levam a Presidente da Câmara (1989), lança o repto de “*acordar a ‘bela adormecida’*”. Catalogada depois, várias vezes, como cidade francesa com melhor qualidade de vida, suscitadora de amplo reconhecimento nacional e internacional,¹⁸ a Nantes não pode ser obliterada a influência desta reconstrução voluntarista da nova imagem da cidade. Em causa está a transformação de uma urbe que em apenas duas décadas se libertou da associação negativa ao cinzento e à poluição da indústria local para incarnar o estatuto de metrópole dinâmica, moderna, anunciadora do futuro — “Nantes’ a cinzenta’ mudou. A cidade decadente e chuvosa (...) é agora considerada como uma cidade ‘que mexe’”.¹⁹ Em boa parte pelos benefícios que tirou da maior rede de tramway de França, “Nantes refez a sua beleza livrando-se progressivamente da triste capa cinzenta que a cobria para reencontrar a brancura do ‘arenito angevenho’ [angevin].”²⁰ A grande cidade industriosa e mercantil do princípio do século XX, capital da bolacha e da conserva, que foi lentamente definhando ao longo dos anos, deixando fugir a sua indústria para jusante do rio, foi pouco a pouco acordando.” Inegavelmente, conclui-se, foi graças à inventividade cultural que Nantes se reconciliou consigo mesma. Desde o *Festival dos Três Continentes*, descobridor de obras-primas do cinema africano, sul-americano e asiático, até a acontecimentos como *Les Allumées*, festival noturno inspirado nas “noites brancas” parisienses, e às performances urbanas da companhia *Royal de Luxe*, uma prodigiosa vida cultural conquistou o coração dos habitantes e mostrou a nova imagem da cidade ao exterior. As *Folles Journées*, essa grande festa da música clássica, as criações do *Lieu Unique*, laboratório de cultura viva instalado na antiga fábrica LU (bolachas e biscoitos), são apenas o prolongamento da referida efervescência.

Para melhor compreender os contornos desta “metamorfose”, é de salientar que a proximidade com o litoral, aliada à perceção do afastamento dos grandes centros de decisão nacional, terá funcionado como catalisador.²¹ Sem dúvida, há os elementos de apatia, indecisão, fechamento da cidade, que suscitam por vezes explicações de comportamento pela indefinida posição geográfica. Porque não obstante se encontrar a pouco mais de duas horas de Paris (por TGV), Nantes ter-se-á mantido afastada dos centros decisórios do país, pelos quais nutrirá fundas desconfianças. Focada nas suas problemáticas próprias, como as relativas à vida portuária, Nantes será uma “potente, mas discreta cidade comerciante”, “ocupando um lugar à parte no imaginário do Hexágono, como a maioria dos portos. A cidade é mais povoada que Bordéus ou Estrasbrugo, mas não tem o brilho de uma verdadeira grande cidade. A culpa é sem dúvida da sua indecisa situação geográfica... da sua arquitetura hesitante... e da história.”²² Neste particular, Nantes evidenciará uma postura de fidelidade “a si própria e solitária.

¹⁸ Cf. os palmarés anuais da revista *Le Point* ou da *Time Magazine*, em 2003.

¹⁹ Luneau, jornal *Le Monde*, 8/12/03.

²⁰ *Le Point*, 9/01/2004.

²¹ É o que diz Luneau, quando compara o percurso de Nantes com o verificado nas cidades da costa Oeste dos Estados Unidos: “Eu defendo que estamos, exatamente, como nos Estados Unidos quando São Francisco e Los Angeles se terão dito: ‘estamos longe do mundo, estamos longe de tudo’. E hoje são vistos como um Eldorado... as zonas litorais são as zonas mais abençoadas pelos deuses”. (Entrevista pessoal)

²² Houdart (et al.), *Le Point*, 10/01/2003, p. 49.

Pensamos que ela é marítima e terrena, quando na realidade é insular”.²³ Nos anos oitenta, tudo isso parecia atingir o paroxismo, revolvendo das entranhas recalçadas a relação frustrada com a geografia económica e política — “Nantes tem o complexo das metrópoles em perda. Era no século XVIII o maior porto de França e, em muitos domínios, a cidade mais importante de França a seguir a Paris, simultaneamente porta oceânica a dar para a América e desembocadura do rio Royal a ligá-la por embarcações ao coração da Auvergne. Depois do desaparecimento dos navios transatlânticos, já não é sequer um ponto de passagem. Para muitos franceses e os estrangeiros, Nantes é em meados dos anos oitenta uma cidade que apenas lembra o passado (o édito dado em 1598 por Henrique IV nesta cidade pondo fim às guerras de religião, revogado ulteriormente por Luís XIV), um ponto no mapa entre La Rochelle e Saint-Malo. Uma cidade onde não se passa nada” (Bigey, 1993: 174).

Ainda assim, como atrás foi referido, o fim da década de oitenta assistiu a modificações decisivas nesta condição. O efeito de modernidade, modernismo, serenidade e bem-estar ambiental dado pelo Tramway foi auspicioso. Mas a bem sucedida campanha de marketing territorial, protagonizada nos anos 90 pelo novo presidente de câmara, que propagava de forma apelativa a identificação de Nantes com a costa marítima, seria crucial. Com o slogan “*Nantes, Effet Côte Ouest!*”, a imagética territorial do novo executivo fez até esquecer os cinquenta quilómetros que distanciam Nantes do mar. Como diz Besson, “Ayrault conseguiu a proeza de fazer o resto da França acreditar que Nantes está à beira do mar”.²⁴ Tal campanha chama, em particular, a atenção para a presença do rio e do oceano, sublinhando os fatores relativos às vantagens do porto comercial, bem como do lazer ligado à fruição da natureza e das praias.

A ligação à água ressurge, com efeito, como fator endógeno de valorização territorial, mas o empreendimento “representacional” é todo ele dominado pela recuperação orgulhosa dos componentes estruturais da simbologia nantense. Ao lado da cidade que reencontra o rio e o mar há as alegorias culturais do passado marítimo — a que não faltam até os aspetos mais dolorosos do esclavagismo —, reunidos no propósito da atualização ambiciosa e da revivência integradora da memória histórico-cultural. Numa cidade cujos habitantes sempre manifestaram uma íntima ligação e estima relativamente ao passado histórico e arquitetónico, ao presente é devolvido esse património sob a forma de festas, cerimónias, lugares simbólicos convertidos em sítios culturais. Paralelamente às ambições mais infra-estruturais de renovação e modernização da cidade, dominadas já pelo grande projeto de reconversão da Île de Nantes, a cidade ganha uma atualizada iconografia da sua história e cultura. Num discurso tão mais eficaz, do ponto de vista político, quanto articulado com a projeção de determinadas conceções ou visões do futuro da cidade, o que se tratará é de “ordenar” e “embelezar”, de “renovar”, “reconciliar” e “reencontrar” — através das “referências ao património reinventado: reencontrar os traços da história para desenhar a cidade do futuro”.²⁵

O “fermento” das aproximações

Nessa linha, as grandes representações da cidade na retórica autárquica (personalizada na figura do presidente) partem da ideia da centralidade de Nantes, e do respetivo corolário, a irradiação sobre os espaços adjacentes, para legitimar a perspetiva de um território em expansão, a partir do centro e por via da excelência dos grandes “trabalhos”. São eles, por exemplo, renovação do centro da cidade, o “coração”, que se organiza e embeleza; a construção

²³ Pudlowski, *Le Point*, 14/01/1995.

²⁴ André Besson, cit. em Guimard; Robert (2/03/04, *Les Echos*).

²⁵ Frappart, 2001: 228.

da segunda e terceira linha do Tramway (Metro de superfície), obras de recuperação e renovação de locais emblemáticos (a *Cour des 50 Otages*, o *Quai de Versailles*, a *Île Faydeau*, a *Place Bretagne*, entre outros. Desta sorte se posiciona Nantes no centro vital da aglomeração – a Ile de Saint-Anne é rebatizada *Ile de Nantes* –, com o efeito dos grandes equipamentos estruturantes, como o Palácio dos Congressos e, claro, o Metro, a ser chamado a participar diretamente no brilho e estratégias de distinção da cidade.

Com o tempo, este exercício passa a incluir as referências à arquitetura, sobretudo do século XVIII, enquanto meio relegitimado de aceder à reputação internacional, e às mobilidades revitalizadoras da coesão urbana, onde ganha destaque o *Tram*, instrumento essencial de inscrição da cidade e seus dirigentes na modernidade. A tónica é frequentemente a da “reconciliação” – dos nantenses entre si, depois das querelas do período Chauty, do presente com o passado, dos cidadãos com o urbanismo –, na senda da “harmonia” que o presidente quer corporizar. Boa parte do conteúdo, todavia, é reservado à água, a *Nantes la Bleue*, sinónimo dos desejos de “aventura” e “abertura” que a cidade pretende instilar. Porque havendo quem associe a geografia de terra e água de Nantes a uma condição provinciana, distante, fechada, será contrariamente de uma cidade aberta ao mundo que a relação com água permite. Facto é que os nantenses estarão sempre “prêts à s’enflammer s’il est question d’ouverture sur d’autres mondes; comme ils ont toujours été à chaque grande mue de cette cité née à la croisée d’un pont et d’un port”.²⁶ Já o equilíbrio com esta dimensão de “água é o da “terra” e do “verde”, tributária da forte tradição dos parques, jardins e quintais na cidade. Sumariza então Virginie Frappart, “Nantes la Bleue e Nantes la Verte conjugam-se para oferecer uma imagem ‘harmoniosa’ e ‘ecológica’ da cidade, que alia passado – os elementos arquiteturais do século XVIII tornados outros tantos lugares de memória – e a modernidade, com o Tramway, que é em Nantes o símbolo da nova urbanidade e do desenvolvimento sustentável” (Frappart, 2001: 231). Sobre Nantes se publicará, em 2005, uma importante obra coletiva, intitulada *Nantes, de la belle endormie au nouvel Eden à l’Ouest*.²⁷ Quanto ao poder autárquico, socialista de laivos cristãos, fechava e fazia esquecer, com os ganhos políticos associados, o período difícil dos anos 80, marcado pela ausência de quaisquer elementos, materiais ou simbólicos, institucionais ou culturais, federadores dos fortes antagonismos “nanto-nantais”.

Em suma, cidade ambivalente, eventualmente “oportunista” no jogo das adesões identitárias, lealdades e pertenças históricas (Floch, 1996), Nantes veio a construir uma reputação de modernidade social e cultural que a transformou em estudo de caso de diversas disciplinas e temáticas. Numa espécie de princípio dinâmico e evolutivo das relações sociopolíticas, a cultura de negociações, entendimentos, trocas e aproximações entre atores que acompanhou as mutações do espaço urbano – organizado primeiro em realidade intermunicipal (“inter-communal”), no formato do *Syndicat* e do *District*, e depois em quadro metropolitano, enquanto Comunidade Urbana – formou a matriz que trouxe a Nantes reputação de cidade contemporânea, equilibrada, coerente e co-produzida, trabalhada por interdependências funcionais e continuidades políticas.

Na verdade, recaiu sobre a cidade um discurso fortemente “performativo”, oriundo das elites políticas e associativas, imbricado na sucessão de projetos de urbanismo, mobilidade e reconversão urbana, diversificação do tecido produtivo, regeneração ambiental e reforço global da qualidade de vida. Especificamente, a profusão de programas de carácter cultural e

²⁶ Dominique Luneau, *Le Monde*, 8/12/03.

²⁷ Dos autores Isabelle Garat, Patrick Pottier, Thierry Guineberteau, Valérie Jousseume, François Madoré, e publicado pela Anthropos (Paris).

urbanístico, social e tecnológico que acompanhou o discurso “performativo”, de enunciação política e institucional, retirou a este último a condição de simples “marketing territorial” e dá atualmente a Nantes uma forte imagem de marca, que a atratividade demonstrada pelo crescimento demográfico entre 1990 e 1999 (mais 70 mil habitantes, três vezes o crescimento da França), já tido por modelar, comprova. Nantes é a cidade francesa que mais cresceu neste período, no fim do qual os empregos aumentaram em número superior à população, acompanhados pela redução de todos os índices de desigualdade, disparidade e segregação sociais.

A coabitação de tradições sociopolíticas opostas fará de Nantes uma cidade de centrismo político, algo que os resultados eleitorais até 1989 de certo modo foram refletindo. Avaliada como “uma cidade que em eleições nacionais não se posiciona muito à esquerda,”²⁸ há quem considere que é uma cidade de centro esquerda. Isso todavia prende-se a razões ou efeitos de liderança mais recentes, com “um eleitorado católico e uma faixa de eleitores de direita que votam em Ayrault”.²⁹ De qualquer forma, nas explicações comportamentais haverá sempre eco para as palavras do sindicalista Jean Relet, para quem “Nantes era uma cidade industrial com uma classe operária muito forte. Era uma cidade marcada pelo anarco-sindicalismo e, muitas vezes, com conflitos violentos, em Nantes como em Saint-Nazaire. Não se pode ser nantense sem estar marcado, de alguma maneira, por este período de uma classe operária combativa, mas também lúcida, forte e comprometida. Este aspeto marcou fortemente Nantes e continua a fazê-lo”³⁰.

As três grandes correntes políticas da cultura local, oriundas da Igreja católica, movimento operário e burguesia, encontraram pois formas de articulação ou coabitação. O ponto de partida, é certo, é o ascendente das famílias burguesas e seus “notáveis” sobre o poder local, que assegurou durante muito tempo uma certa coerência interna à cidade. Ao relativo isolamento político e ensimesmamento sobre si própria, aos sentimentos de afastamento face ao centro político-institucional parisiense, correspondia uma estruturação interna das relações de poder através dos laços familiares dos “bem-nascidos”. Concretizado em diversos canais de influência e determinação sobre instituições como a Câmara Municipal, a Câmara de Comércio e Indústria, o próprio Tribunal do Comércio e o mais recente Conselho Económico e Social, este ascendente mergulhava as relações políticas na cultura católica conservadora, enquanto as sujeitava a atuações de tipo grupo de *status* weberiano.³¹ Todavia, se foi nessa trama que se decidiram as opções sobre o destino da cidade até aos anos setenta, a partir de então a concentração industrial e a incapacidade de alimentar a dinâmica de crescimento a partir das heranças familiares, os requisitos (eminentemente técnicos) impostos pelo quadro legislativo do Estado às modalidades de ação dos responsáveis locais e os elementos mais figurativos ou narrativos de justificação e legitimação das opções do poder (as “economias de grandeza”, na expressão de Boltanski e Thévenot, viradas agora para as dimensões da “cidade por projetos”³²), fizeram com que a burguesia tradicional e suas dinastias patronais fossem substituídas, nos diferentes sectores (agro-alimentar, naval, comercial), por gestores vindos de

²⁸ Feltin, *L'Express*, 14/09/2000.

²⁹ Cit. por Arnaud, *Le Point*, 23/02/2001.

³⁰ Em entrevista que nos concedeu.

³¹ Veja-se Boltanski e Thévenot, *De la justification – les économies de la grandeur*, Paris: Gallimard, 1991. De elite social que discute entre si os maiores negócios e controla o modelo socioeconómico da cidade, que casa entre si e se coopta na repartição e condução dos negócios mais importantes, que reproduz uma visão do mundo articulada sobre si própria e, neste caso, o mundo rural envolvente, dominado pela mundividência católica bretã e vendeana.

³² Na explicação dos autores, a vida social ocorrerá doravante num mundo reticular, sendo feita de uma “multiplicação de encontros e de conexões temporárias, mas reativáveis, a diversos grupos, e em distâncias sociais, profissionais, geográficas, culturais eventualmente muito grandes. O projeto é a ocasião e o pretexto para a conexão” (Boltanski e Thévenot, 1991: 157).

fora da região e do país,³³ e os agentes políticos adquirissem um estatuto mais profissional, tecnocrático, com obrigações simultâneas de agregação e coordenação em “rede” das forças sociais — muito para além dos clientelismos de classe, grupo de interesse, elite fechada. A nova cultura de gestão urbana implicará a aposta em projetos, redes e laços tecidos de forma flexível e polivalente com diversas forças e interesses chamados a participar e a comprometer-se com cada projeto, num trabalho intenso de mediação e liderança a assumir em primeira mão pela liderança municipal.

Por outro lado, o discurso “encantatório” e “performativo”, dirigido ao esboço de uma “comunidade imaginada” local (Anderson, 2013), não pode ofuscar o trabalho paralelo de ultrapassagem das marcas de divisionismo, ressentimento, fechamento e apatia na cidade, realizado por uma importante rede de atores da “sociedade civil”. Em complementaridade com as instâncias formais de decisão e liderança política, numa ótica de legitimação “cruzada” que laços de confiança pessoal de dirigentes e “personalidades” de ambos os sectores, o político e o social, asseguram, um quadro “híbrido” (formal e informal, institucionalizado e íntimo) de debate e participação de determinados grupos e elites nas grandes decisões urbanas produz uma atmosfera de cidade “co-produzida”, aberta ao concurso colaborante do poder mais difuso na sociedade. A esta imbricação de figuras e sectores do espaço urbano se pode chamar a nova “estrutura de poder” de Nantes. Não exatamente no sentido que lhe dá Floyd Hunter (1953), no seu estudo pioneiro, que é o de uma colusão dissimulada ou obscura dos membros da elite socioeconómica — conscientes dos seus interesses comuns e da utilidade da respetiva concertação de ideias — com os agentes político-institucionais, no quadro mutuamente vantajoso do crescimento urbano,³⁴ mas nos moldes dos anos noventa e da maior abertura e transparência exigidas às configurações de poder. O que em Nantes se fará então é um infundável jogo adaptativo.

A grande viragem, de crisálida a borboleta

Na explanação dos caracteres da cidade, ao lado da indefinição ou vacilação identitária encontra-se a ideia de um espaço que soube sempre reinventar-se, de forma íntima e pessoal, a partir dos seus traumas históricos.³⁵ No rescaldo do fecho dos estaleiros, escrevia-se, sobre a cidade, no espelho das cidades modernas procura talvez o teu rosto *“Nantes la déroutante, Nantes-la-sans-fracas... Tu hésites aussi à choisir entre la rectitude du Nord et la fantaisie du Sud. Garde cette incertitude. C’est comme cela qu’on t’aime, insaisissable, multiple, fantasque”*³⁶. Efetivamente, sendo a economia dos anos 70 muito marcada pelas crises de 74 e 77, que redundaram no declínio das atividades tradicionais, designadamente a construção naval, e num desemprego persistente e dramático, a classe política e os agentes económicos locais, numa lógica progressiva de articulação (dir-se-á, de *proto-governance*), começam desde logo a debruçar-se sobre a revitalização do desenvolvimento local, dando início à procura ativa de empresas para cidade. Num contexto ainda cindido por vários tipos de oposição socio-ideológica, a crise económica serviu de pressão para esforços alargados de coordenação, que serão coroados, a partir dos anos 80, pela aproximação entre as Câmaras de Comércio e

³³ Perdendo-se parte dos patrimónios familiares para os novos grupos económicos, financiadores e controladores da onerosa reconversão urbana e industrial

³⁴ Em tese depois retomada na noção das cidades como “growth machines”.

³⁵ Que passam, além da crise económica e social do fim dos estaleiros navais, também pela desfiguração e destruição causada pelos bombardeamentos da segunda guerra mundial e a sorte dos reféns do exército ocupante, com o fuzilamento de 50 reféns pelos nazis – hoje muito lembrados na toponímia urbana.

³⁶ Scheid, *Le Monde*, 17/12/87.

Indústria de Nantes e da vizinha Saint-Nazaire. Passo determinante para a constituição do quadro metropolitano que ainda hoje vigora, dele emergiu a representação da escala que vai permitir ao território metropolitano, mais tarde, a dimensão necessária para a abordagem das novas vias e temáticas do desenvolvimento.

Neste aspeto, é sobretudo o presidente da Câmara da altura, Michel Chauty, quem chama a atenção para a necessidade de grandes projetos dinamizadores da economia, que passavam pela reinvenção da cidade enquanto tecnopolo e a construção de um palácio de congressos, entre outras grandes realizações, de dimensão já metropolitana.³⁷ Sem dúvida que as características pessoais de uma liderança podem tornar-se decisivas quando ela consegue assumir-se como o elemento pivot de onde irradiam ideias e projetos capazes de incutir confluência e unidade onde antes havia divergência e rivalidade. E é nesse sentido que os horizontes utópicos se podem reverter em realidades concretas. O sentido prático e o voluntarismo de um líder pode ganhar uma força transcendente se souber mobilizar, articular e negociar interesses individuais ou corporativos de efeito nefasto para os desafios difíceis que a cidade enfrentou. Aproximar recursos materiais e infraestruturas com a dimensão simbólica que projete a cidade para o exterior parece ter sido uma aposta ganha nesta experiência de reconversão urbana e metropolitana.

A nível sectorial, a grande mutação foi a de uma economia baseada na indústria pesada para uma economia de serviços, que faz atualmente de Nantes a capital terciária do Oeste de França. Perante a queda brutal da construção naval e as perdas da atividade industrial depois dos “trinta gloriosos anos” de crescimento, extremamente severas para as atividades em que se especializara a região de Nantes (siderurgia e mecânica, por exemplo), afigurou-se urgente reconverter os empregos perdidos noutras formas de atividade, evitando um que poderia ser cenário catastrófico.³⁸ Esse declínio industrial, especialmente da construção naval, sentido mais do que como uma grande crise – “c’était un grand deuil”³⁹, levou então a que a Câmara Municipal, face à incapacidade da burguesia tradicional para o fazer, chamasse a si o desiderato de renovar o tecido industrial, na sequência de uma campanha eleitoral (em 1977), dominada pelas questões do emprego. Matéria nova da política municipal, o desenvolvimento económico tornava-se prioridade na agenda autárquica. Até porque se esgotavam as intervenções do Estado na cidade, com a finalização das obras no estuário da Loire, e em termos de urbanismo ainda não nascera o impulso de modernização que décadas depois viria a fazer boa parte do brilho de Nantes.

É nesta circunstância, marcada pela necessidade de uma nova abordagem política da cidade e seu destino, de renovação das metodologias de governação e dos seus atores, que a entrada de Jean-Marc-Ayrault como Presidente da Câmara se produzirá. O novo Presidente da Câmara demarca-se prontamente das opções políticas do antecessor e do modo vigente de exercício do poder local. Começando por investir na diversificação da política cultural da cidade,⁴⁰ dirigindo-a às múltiplas sensibilidades da população (de esquerda como de direita), apoia sem reservas as iniciativas culturais da sociedade civil, as quais, com o tempo, permitirão à cultura afirmar-se como área na qual Nantes será referência nacional e internacional. Os eventos culturais promovidos ou apoiados pela autarquia passam a assentar diretamente em

³⁷ É este presidente que valoriza “os projetos em gestação (o Tecnopólo, a rede circular, a reorganização do porto, o Palácio dos Congressos, a chegada do TGV), que preparam a entrada no século vinte e um.”, segundo Laurens (*Le Monde*, 17/12/1987).

³⁸ Alain Weber, entrevista.

³⁹Jean-Yves Pailloux, entrevista.

⁴⁰ Segundo Damien Bouchet (2004), “Un an après avoir été élu le budget de la culture monte de 19 millions en 1988 à 278 millions”. *Les “Rendez-vous de L’Erdre” et la municipalité nantaise: les modalités d’une coopération*. Mémoire. Rennes, IEP. Graças nomeadamente “aux Rendez-vous de L’Erdre”, “Les Folles Journées”, le “Festival des Trois Continents” ou ainda “le Festival des Allumés”

referentes identitários nantenses, como é o passado industrial da cidade ou a sua ligação ao rio e à água. Aqui reside seguramente mais um elemento onde é possível reconhecer o potencial de um líder visionário que, embora sem o anunciar, terá colocado em prática um princípio de “utopia realista” cujos frutos são hoje colhidos pelas coletividades locais.

Todo o estilo de liderança autárquica vai centrar-se de facto no trabalho de “pacificação” interna da cidade, na invariável busca de “equilíbrios”, leitmotiv da nova gestão socialista. Um socialismo que, neste contexto há muito se demarcara de qualquer ortodoxia ideológica, visto que o PS francês se orientou desde cedo para o projeto social-democrata europeu. Seguramente que o velho sentido de “utopia” de um Saint Simon – mais do que Marx ou Lenine – terá deixado a sua marca nos interstícios desta orientação reformista. No campo da educação, por exemplo, um dos mais sensíveis e clivados, Ayrault, conhecido como laico assumido, defensor do ensino público, reconhece, porém, a importância do ensino confessional na região. Com esta postura, no domínio da educação como noutros dossiers, vai o presidente socialista impor-se gradualmente como “conciliador”, comprometendo-se por exemplo com uma espécie de entendimento cordial (“bonne entente”) com o ensino católico. Sobre o tema da educação reconhece mais tarde que evoluiu⁴¹. Ayrault declara que “se é certo que desde há longos anos me distanciei da Igreja e evolui para uma forma de agnosticismo, não tenho certezas e por vezes oscilo. Mas não sou tentado pelo ateísmo. Tenho muito respeito por aqueles que têm fé e que se empenham na ação concreta. Os católicos nantenses sabem-no. O clero sabe-o. Há uma relação de confiança. O anticlericalismo primário nunca me interessou. Ao mesmo tempo, preservo a minha independência. Posso muito bem dialogar com ateus, católicos, como com franco-maçães” (in Alain Besson (2004: 229). Com Ayrault vem um discurso que aponta para ambições mais nacionais e já “europeias” de Nantes, assim como uma estratégia que passa pela negociação do crescimento urbano com os agentes privados da economia⁴².

Com esta geração de profissionais surgem projetos que dão sustentação e corpo à mutação urbana, mas também uma mundividência centrada, na política, em entendimentos operacionais e em ação estratégica a várias escalas. Para isso concorrem instituições, estruturas organizativas, dispositivos, mecanismos que mesclam saberes e culturas profissionais (de urbanistas, geógrafos, engenheiros, arquitetos, etc.) com uma praxis política animada por certos desígnios, vontades e *slogans* – “acordar a bela adormecida”, fazer de Nantes uma “bela história”, tornar Nantes cidade referência na Europa, essa “metrópole que não é um perímetro, mas um projeto”, dizia à sociedade Ayrault. Note-se que o programa de Ayrault apresentava-o como o líder de que Nantes precisava para “federar” os diversos atores e forças da cidade em torno de projetos comuns, associando a esse desígnio um modo de exercício do poder virado para o diálogo e a concertação com as múltiplas referências sociais, políticas e económicas na cidade. Ganha a Câmara Municipal, o novo presidente mobilizou oito agências de publicidade para chegar a um “*concept de ville*”. A ideia era a de que se devia evitar uma imagem “*gadget*”, para “*mettre en évidence l’identité de la cité*”.

Em quase todas essas referências estão noções fundamentais de “equilíbrio” e coerência”, chamadas a elevar a um certo nível de generalidade e consenso as tarefas práticas que o novo “maire” se atribuía. De resto, como bem exprime Pinson (2002) na sua análise da importância dos projetos de transporte coletivo urbano e do Tramway de Nantes em particular, para a formação das capacidades de ação política nas cidades e a coesão dos seus sistemas de atores, a grande palavra de ordem é “coerência”. Coerência significa que as necessidades funcionais dos novos territórios (de aglomeração metropolitana) se repercutem numa autêntica

⁴¹ “Entretanto, evolui nesta questão”, afirmou. Cit. Por Feltin, *L’Express*, 14/9/00.

⁴² De quem se vai aproximar por exemplo por via da íntima articulação política e pessoal com a figura de Jean-Joseph Régent.

“tecnologia institucional intermunicipal”, asseguradora de coesão política e integração normativa dos atores. O que daqui ressalta são os objetivos comuns em que se investe, os compromissos que se celebram, os consensos a que apela, as formas de cooperação estimuladas, as solidariedades emergentes, apanágio de uma ação pública realmente territorial e coletivamente produzida, onde o sentido de convergência e comunhão se vão forjando em torno das necessidades práticas de conforto e bem-estar no ambiente urbano.

O que resulta é a gradual formação e institucionalização, em moldes eminentemente flexíveis e interativos, de um tecido de interdependências políticas e técnicas que configura uma autêntica estrutura político-técnica. E se esta lida com conceções e modelos cognitivos, esquemas, políticas (do Estado, por norma) e projetos de diferentes temporalidades e objetivos às vezes contraditórios, não deixa de lhes aplicar os seus próprios dispositivos de regulação, coordenação, tradução local, tributários das rotinas institucionais e pessoais amadurecidas na cidade — atribuídas frequentemente a particularidades identitárias diferenciadoras, como as decorrentes de uma cultura onde se “joga à moda de Nantes”.⁴³ Assim Nantes integra os recursos e oportunidades oriundos do exterior, “somatizando” no tecido urbano e nas suas transformações espaciais as respectivas potencialidades. Enquanto vai dando lugar à ideia de cidade co-produzida, não deixa de colocar o acento de uma certa soberania política intra-muros, de ordem urbana e depois metropolitana, em todas as políticas e programas que o Estado e os seus organismos lhe propõem.

Metamorfose: a reinvenção em espiral

A partir do final dos anos oitenta, entre a perda dolorosa dos estaleiros e a reconversão “terciária” do tecido produtivo, Nantes começa a patentear uma economia com sinais notórios de pujança. Grande pluriatividade acompanha o crescimento demográfico e a extensão do edificado urbano, que em apenas trinta anos aumentou tanto como nos trezentos anteriores — diz, em jeito ilustrativo, Jacques Floch —, metamorfoseando autenticamente a cidade:⁴⁴ “A cidade recuperava a vitalidade económica depois do severo traumatismo causado pelo fecho dos estaleiros navais, em 1986”. Uma das explicações é a de que Nantes aprendeu a conjugar “esforços com a sua antiga rival Saint-Nazaire e assim formar uma metrópole de peso, servida tanto por uma sólida indústria pesada, com a Airbus e a Alstom, como por um tecido extremamente diversificado de pequenas e médias empresas”. Neste particular, a saída da “mono-atividade e o tecido de dinâmicas PME asseguram a Nantes desenvolvimento equilibrado e pouco dependente da conjuntura... paradoxalmente, a ausência de uma identidade histórica e económica forte do pólo nantense joga a seu favor”⁴⁵

Mais recentemente, a cidade deu início a uma colaboração ativa entre as instituições de ensino superior, investigação científica e grupos económicos e políticos locais, criando quatro polos especializados para atrair diversos tipos de empresas à metrópole. Onde, a partir da recuperação socioeconómica, a cidade e a sociedade nantenses viveram mutação decisiva, à confiança ambiente ajudando a vitória do clube local, Football Club de Nantes (conhecidos como os “canaris”, pelo equipamento amarelo) na liga francesa, em 1995, e depois em 2001. Nessa altura, podia ler-se «*La phrase est à déguster comme un bonbon. Chacun la répète, enivré de bonheur : ‘Nantes a retrouvé son rang.’ C’est l’histoire d’une puissante reconquête*

⁴³ O “jeu la nantaise”, associado à equipa do Futebol Clube de Nantes aquando do tempo em que era treinada por José Anigo e foi campeã de França, caracterizado pela predominância das opções de “passe” da bola, em detrimento dos individualismos.

⁴⁴ « *Il y a bien sûr des poches d’une grande difficulté mais, globalement, quand on regarde les indicateurs du développement, ils sont bons*”. (Luneau, entrevista, p.12)

⁴⁵ Le Point, 9/01/04 : 48. Beslu, *L’Express*, 17/10/02.

(...) *Ces trois villes (Nantes, Rennes et Bordeaux), on les ignorait, on les évitait, on les revendique presque maintenant, assuré d'avoir un destin commun. Car désormais Nantes commande, Nantes ordonne, Nantes est fière d'elle-même*.⁴⁶

Dominique Luneau salienta três eventos ‘eletrochoques’ que mudaram a identidade nantense, os quais, embora tenham acontecido antes do mandato de Jean-Marc Ayrault, têm ramificações que permaneceram centrais no seu programa municipal até ao fim. Em 1960, Nantes e Saint-Nazaire foram nomeadas pelo Estado como ‘metrópoles de equilíbrio’, decisão que embora tenha trazido vantagens ocasionais, não superou a lógica de suspeita mútua entre os dois territórios, e só mais tarde a aproximação das duas cidades realmente se concretizou. Ainda assim, essa injunção inicial foi determinante para o quadro socio-territorial que viria a permitir a esta região afirmar-se como um dos mais notáveis espaços de desenvolvimento em França.

O segundo evento catalisador de mutações na cidade foi a decisão, em 1977, de substituir o programa nacional de autoestradas urbanas pelo Tramway, decisão inovadora, que viria a ganhar prémio europeu de urbanismo, e foi prosseguida ao longo das três décadas seguintes com a construção de múltiplas extensões do Metro de superfície. Finalmente, o terceiro evento foi o fecho em 1987 do maior estaleiro naval de Dubigeon, cujo carácter emblemático deixou uma lacuna física e emocional. A reconstrução neste sítio dum cais pedonal irá representar depois a valorização do passado industrial, no quadro de um conjunto de ambiciosos projetos urbanísticos, também eles fixadores de uma imagem dinâmica e otimista da cidade, a par com a atração de múltiplas atividades ligadas à cultura e artes, em grande parte por iniciativa de jovens locais.

Nos anos 80, a identidade tradicional da cidade trabalhadora e de burguesia industrial perdeu-se, após o declínio das principais indústrias. Mas a Câmara Municipal eleita no final da década (1989), presidida por Jean-Marc Ayrault vai dedicar toda a década a construir nova imagem, que irá progressivamente ganhar sustentação nas décadas seguintes. O recurso ao marketing tem aqui papel essencial, mas a nova identidade baseia-se essencialmente num conjunto de projetos de desenvolvimento e regeneração urbana, e também de carácter cultural e económico. O novo presidente de câmara, eleito em 1989, faz assim apelo a oito agências de publicidade para encontrar um “*concept de ville*”. Deviam evitar “*une image gadget*”, para “*mettre en évidence l’identité de la cité*”. Por outro lado, Ayrault queria evitar também as “*images passéistes*”, ligadas à indústria tradicional, e enfatizava a promoção da água como “*élément fédérateur*”, emblema da glória da antiga “Venise de Ouest”. Lançada uma autêntica operação de comunicação interna, que envolveu debates públicos com quase oitocentas pessoas, foi depois apresentado um estudo que, baseado em cerca de mil entrevistas, mostrou a falta de notoriedade de Nantes e o conservadorismo da população⁴⁷. « Nantes, l’Effet Côte Ouest ! » passa a slogan duma campanha de marketing territorial de longo prazo, a que no final se credita enorme sucesso. « *L’homme qui s’est fait le pari de réveiller « la belle endormie » a toutes les chances de réussir, estime Jean-Yves Deleau, délégué général d’Atlanpole* » (Rivais 13-14/1/99, Le Monde).⁴⁸ E se Nantes não apresenta nada de muito espetacular, mostra todavia « *une bonne tenue dans tous les registres* » (Houdart et al 10.1.03 Le Point p.49). « *La réussite nantaise a une explication : la ville, quoique n’excellant nulle part en particulier, tire bien son épingle du jeu dans tous les domaines* ». (Polo 3/3/2000 Les Echos).

⁴⁶ Ysmal Schifres, *Le Figaro*, 25/11/2003.

⁴⁷ Rivais, *Le Monde*, 13-14/01/1999.

⁴⁸ Rivais, op. cit.

Das “águas sórdidas” ao projeto do Tramway

Uma das expressões utilizadas por um dos nossos interlocutores no processo de investigação foi a de que o contexto político e social evidenciado hoje por Nantes não deixa perceber o quanto as suas origens remontam a um cenário de “águas sórdidas”. Estas remetem não só para as múltiplas tensões, clivagens ideológicas e querelas político/partidárias que marcaram os mandatos de vários autarcas nantenses — agravando, em diferentes momentos, a crise identitária e económica pela qual esta cidade passava —, mas para um espaço social fragmentado, sem noção de projeto comum ou destino partilhado. Com efeito, as divisões políticas nacionais reproduziam-se com bastante intensidade em Nantes, num substrato conflitual que seria, em boa medida, a causa maior de paralisia e imobilismo em termos políticos. No entanto, foi este caldo de cultura política local que permitiu, a partir de determinado momento, que diversos atores realçassem a necessidade de ultrapassar as barreiras internas e de pacificar as relações entre grupos, redes e instituições, sem o que o desenvolvimento da cidade estaria comprometido.

O contexto de crise económica e os conflitos “nanto-nantenses” foram, neste sentido, algumas das circunstâncias que, em determinado momento, levaram vários atores da sociedade civil a ultrapassar clivagens político-partidárias e colaborarem num conjunto de projetos nomeadamente em áreas fortes como a política de transportes e o urbanismo, progressivamente interligados. Assim, o tecido institucional da cidade abriu espaço a uma autêntica “cultura de projeto”, a que um modelo concreto de “governance” deu estofos global. As políticas de “déplacement”, de que o Tramway é o grande símbolo, são efetivamente um dos exemplos mais “acabados” e que melhor traduzem esse novo estilo de governação.

O projeto do Metro de superfície e as intervenções urbanísticas que originou foi, indubitavelmente, em Nantes, o primeiro e principal instrumento que permitiu esboçar os modos de funcionamento típicos da noção de “ator coletivo territorial”. No entanto, outros projetos, dignos de nota, foram fruto da cooperação assumida envolvendo várias coletividades e atores, entre os quais a construção da metrópole/área metropolitana, a política cultural, a promoção do ensino superior e investigação e a construção do novo aeroporto.

A aproximação de Nantes a Saint Nazaire operou-se no início da década de 80 e foi impulsionada pelo Estado, que entendeu esse “espaço” como território pertinente de cooperação. Rapidamente as Câmaras de Comércio e os autarcas de ambas as localidades perceberam que os seus interesses poderiam beneficiar com as medidas de descentralização adotadas pelo Estado, intensificando as suas relações. A progressiva partilha de poderes no domínio do «*aménagement du territoire*», inicialmente competência do poder central, entre estas duas localidades mostrou logo efeitos positivos, o que deu azo a relações de trabalho e de confiança entre estas instâncias que viriam a perdurar. Como era público e alvo de notoriedade, o então presidente de câmara (MDC) de Saint-Nazaire (Joël Batteux “*chevènementiste de toujours*, como era considerado»), trabalhava há uma década («*la main dans la main*») com Ayrault, “*néo-jospiniste et son exact contraire*» (Belleret, 20/10/99, Le Monde).

Com o fim dos “Trentes Glorieuses” e como aconteceu no resto do país, o desaparecimento da identidade industrial tradicional da cidade de Nantes surgiu como uma discussão importante. Num tom otimista, o comentário seguinte, do fim dos anos 80, sublinha como os restos da tradição política trabalhadora interagem com os valores cristãos, e reclama o potencial positivo desta articulação.

«Tu as bien changé, Nantes, tu sais ! Hier, tu portais fièrement le bleu de travail. (...) as-tu tout perdu dans ce balayage de l’histoire ? Peut-être non. Le prolo cabochard est toujours là, dans ce fond subtil d’anarchisme qui se méfie du politique et qui est riche d’élans sans calcul. Quand il rencontre son cousin, le fonds chrétien,

plus évident, plus connu, mais tout aussi anticonformiste, cela donne de beaux soleils. » (Scheid, Le Monde, 17/12/87)

O projeto do Tramway e as intervenções urbanísticas que este originou, foi sem dúvida o primeiro e principal instrumento que permitiu a criação um verdadeiro ator “coletivo territorial” em Nantes. O caso dos transportes é, aliás, o domínio onde, em França, alguma capacidade de ação local começou realmente por se manifestar. Em Nantes, como noutras cidades equivalentes, as políticas de transporte e mobilidade urbana constituíram o campo onde várias autarquias e instituições supramunicipais deram o primeiro passo em termos de decisão própria sobre políticas locais, ganhando consciência progressiva das capacidades e vontade de produzir mais autonomamente vários tipos de intervenção local. Mesmo considerando, com Lorrain (1993), que a agonia do modelo de administração territorial francesa era notória muito antes de 1982, é no atraso dramático dos equipamentos de mobilidade urbana nas cidades de “província”, face ao verificado em Paris/Ile-de-France,⁴⁹ que muitos líderes locais veem, a partir do final dos anos setenta, oportunidade para exprimir, ampliar e consolidar o seu poder.

Na realidade, não haveria projetos mais propícios a granjear para os seus promotores imagem de “moderno”, “dinâmico” ou “empreendedor”, pela natureza dos próprios empreendimentos e instrumentos jurídicos e técnicos em causa, jurídicos e técnicos, que os projetos de transporte e mobilidade. Em obra facilmente atribuível à gestão local (nunca o Estado se envolvera no transporte coletivo nas cidades de província) e equipas autárquicas, fortemente dependente da decisão do líder político local e de volumosa intervenção no quadro urbanístico, o mesmo é dizer, no espaço vital das populações, a infraestruturação do Metro não apenas conduziu, inicialmente, ao reativar das velhas linhas abandonadas de diversas cidades regionais como à edificação progressiva de um grande número de novas linhas, num movimento onde a cidade de Nantes haveria de se notabilizar, por ser a primeira e aquela onde o “efeito Tramway” mais consequências traria para a estruturação política e a conceção “de si” da própria cidade.

Sem dúvida, apesar de ser consensual e fundamentada essa opção de política local, o campo dos transportes urbanos em França desencadeou nessa altura forte polémica, à medida que o renascimento da política transportes nestas cidades, a partir dos anos setenta, era acompanhado da degradação da situação financeira das entidades exploradoras, a braços com défices de rentabilidade constantes. Embora o número de utilizadores progredisse a ritmo constante, a necessidade de levar as vias a espaços periurbanos longínquos implicava custos crescentes, pela dispersão demográfica em causa, que tocava não raro em zonas rurais. Isto além de que a decisão de investir preferencialmente nos transportes em sítio dedicado, sendo oportunidade para a requalificação de muitos espaços, passava por um reordenamento dispendioso dos tecidos urbanos e perturbações importantes na paz e fluxos habituais da vida coletiva. Para aumentar a discórdia, a nível nacional o discurso dominante era, como se disse, desde o presidente Pompidou, o de que « *les Français aiment la baignole* » e que « *la ville doit épouser l'automobile* » (Bigey (1993: 16).

Por outro lado, as considerações de estratégia política, em cada cidade, complexificam a análise que pode ser feita sobre este movimento de recuperação do transporte coletivo através dos metros de superfície, vulgo Tramway. A partir de final dos anos setenta — e caracterizada muito pelas leis, medidas sucessivas e cultura de descentralização que tomavam o país de norte a sul — surgiu o ensejo para a nova geração de políticos das fileiras socialistas afirmarem a sua supremacia e capacidade de realização nível local. A responsabilização por todos os

⁴⁹ Os transportes de Paris/Ile-de-France foram historicamente organizados e financiados pelo Estado, através da SNFC e RATP, atingindo elevada densidade e integração nos diferentes tipos de transporte.

projetos, investimentos, opções de desenvolvimento local passaria, sobretudo a partir desse período, a recair em moldes mais diretos e personalizados sobre o « Maire » (presidente da Câmara). O Estado afastava-se do centro da política local (um afastamento mitigado, na realidade), deixando nas mãos das estruturas locais um leque crescente de competências e obrigações. Esta margem de manobra, no entanto, embora tenha reforçado a concentração de poder no líder autárquico, teve impactos diferenciados na assunção dos projetos urbanos. No caso do Tramway, tudo se jogou na forma como os presidentes da câmara assumiram os riscos (sobretudo políticos, mas não só) do seu empreendimento. Perante a enorme intrusão que o Metro de Nantes significava nas práticas urbanísticas e de transporte herdadas, cada presidente ponderou, individualmente ou com os seus mais próximos colaboradores políticos, fatores múltiplos, reconduzíveis, em última instância, à própria carreira política. Daí resultando que nas cidades onde os projetos vieram a ser realmente discutidos, «a sua realização ou não realização deveu-se às circunstâncias, ao resultado das competições eleitorais, ao carácter dos homens, mais do que ao interesse social, económico ou urbanístico » (Michel Bigey, 1993: 12). E nesse contexto foi Nantes que assumiu um papel de piloto, em circunstâncias ainda fortemente precárias e caóticas.

Efetivamente, um dos maiores interesses que os projetos de Tramway revelam, e em Nantes isso é emblemático, é a capacidade progressiva de autoestruturarão de um espaço político-institucional próprio, devidamente multiparticipado por diferentes atores, desde técnicos a políticos, passando pelos utilizadores, mas sobretudo por diferentes estruturas municipais, cuja coordenação e consensos são imprescindíveis para a progressão do projeto, destinado a percorrer em diferentes territórios e municípios. Efetivamente, verificou-se que a questão do transporte coletivo era o primeiro grande domínio que se furtava, gradualmente, à política partidária (muito marcante no início, como vimos), enveredando por vias especificamente funcionais. A tanto obrigava não só o perfil técnico das decisões infraestruturais e de equipamentos, organizadas a partir da entidade exploradora da rede (primeiro o *Syndicat Intercommunal des Transports Publics de l'Agglomération Nantaise*, SITPAN, que juntava nove municípios, e depois a SEMITAN, *Société d'économie mixte des transports en commun de l'agglomération nantaise*⁵⁰) mas sobretudo a adoção generalizada deste meio de transporte pelas populações, com taxas de ocupação sempre crescentes, e de quem todos os inquéritos de opinião revelam a plena satisfação relativamente ao Tramway e seus efeitos na qualidade de vida da metrópole.

Conclusão

A oposição entre interesses municipais, ou territoriais, habitual nestas espacialidades recriadoras de quadros centro-periferia, fácil de exacerbar com as múltiplas instâncias e perímetros de poder político-administrativo em presença, tal como os narcisismos e egoísmos locais, sempre à espreita por detrás de lideranças mais ou menos ambiciosas e agressivas, não teve no caso de Nantes qualquer expressão bloqueadora ou perturbadora. A recomposição do sistema político urbano ocorreu paralelamente à constituição de lógicas metropolitanas de ação, e as redes inicial ou historicamente em presença moldaram-se à nova escala dos problemas e da decisão pública. Por diversos mecanismos, de ordem institucional (a persuasão “forçada” induzida pelas estruturas intermunicipais), de reconversão ideológica (um *aggionamento* das

⁵⁰ Entidade público-privada (*société de économie mixte*, na expressão francesa, próxima de algumas empresas municipais em Portugal), a SEMITAN receberia, com a sua criação, em 1979, a delegação de serviço público para a exploração dos transportes coletivos urbanos da parte do Distrito da Aglomeração Nantense, autoridade organizadora deste tipo de transporte na metrópole.

ideias conduzido pelas imagens de unidade e coesão do universo metropolitano, das leis inescapáveis da competição e atratividade territorial, do pragmatismo e dos resultados operacionais na política, da superação da velha dependência funcional e política do Estado), e fundamentalmente de um trabalho de propedêutica pessoal, feito pelas lideranças política e técnicas, associado à metodologia “flexível” e integradora dos projetos, conseguiu-se a estabilização cooperativa de um quadro muito heterogêneo de atores e poderes — dos quais nada indiciava, à partida, aptidão para a capacidade de gestão territorial que vieram a mostrar.

Sem anular a parte de calculismo estratégico dos intervenientes, o sistema de regulação montado para enquadrar os comportamentos tinha por imperativa a noção de que não havia conflitos tão inconciliáveis que impedissem a formação de compromissos operacionais nas áreas mais importantes. Admitindo que as instituições intermunicipais teriam de prover a cada membro recursos apropriados aos seus objetivos particulares (políticos e autárquicos), os meios de regulação instalados obrigavam cada parte a uma definição clara de posicionamento perante os interesses coletivos, transversais, assumidos como sendo os da metrópole e do “futuro”, com as correlativas assunções de interdependência mecanismos de coordenação. Mas igualmente decisivas foram as lógicas mais informais de convencimento e captação de vontades. Equivalendo a poderosos fatores de integração, levavam cada ator ou elite local a identificar-se com o território mais lato da figuração urbana, nos seus projetos e instâncias representativas, incluindo formas de mobilização de base que tivera efetiva repercussão no desenho de vários projetos. Em cada uma destas dimensões, os procedimentos iam desde o debate de opções políticas e técnicas nas respetivas arenas institucionais até a uma repartição do trabalho sociopolítico por diferentes grupos e líderes localmente conhecidos. De ambos deveriam sair elementos de legitimação das grandes opções metropolitanas, que assim beneficiavam de processos de discussão e tradução institucional, local, sectorial e ideológica dos seus conteúdos.

Que isto tenha um efeito de “horizontalidade” sobre as clássicas hierarquias da política local (dominadas pela figura do presidente da câmara todo-poderoso face às suas equipas ou assembleias municipais, por exemplo), valorizando contributos de proveniências diferenciadas, tanto territorial (das cidades ou municípios pequenos como da grande cidade central), como estatutária (é intenso o trabalho comum de políticos e técnicos em organizações e comissões de projeto ou serviço, dissipando os efeitos de bloqueio ou resistência de cada uma das pertenças socioprofissionais) ou socialmente (a abertura a vários grupos sociais proporcionada por responsabilidades atribuídas e espaços de democracia “participativa”, por vezes em emulação de *think tanks*⁵¹), não oferece dúvida. Tal como não surpreenderá a emergência gradual de conceitualizações ou representações sociais com a tónica colocada em imagens do interesse comum, figurações da identidade coletiva, território de destino operado por forças convergentes, a quem variados sentimentos de afinidade, obrigações mútuas, laços pessoais de gratidão e confiança unem, por cima dos reflexos meramente utilitários, estratégicos e individualistas da troca política e económica tradicional.

Em diversos estudos conduzidos por Erik Olin Wright se colocava a ênfase no papel do ativismo cívico como força decisiva para imprimir dinamismo às instituições quando os cidadãos exigem mais eficácia e transparência na condução dos projetos. Por exemplo, o princípio do «Empowering Participatory Governance», com expressão na rede global de orçamentos participativos (Allegretti e Herzberg, 2004), também se reflete, de certo modo, no caso de Nantes, como acabámos de ver. A erosão do capitalismo a partir de um reformismo radical que estimule diferentes fontes de poder social e espaços de regulação – de “democracia

⁵¹ Assim se apresentava o importante Institut Kérvegan.

económica” – que escapam aos mecanismos de mercado dominantes vai ao encontro das “utopias realistas” e da emancipação social (Wright, 2019: 68-70). A aposta na transparência e no diálogo contante com representantes de base das comunidades mostra como a convergência entre a reorganização das instituições públicas e o engajamento democrático da sociedade civil constituem dimensões inseparáveis de um círculo virtuoso recíproco fundado em desígnios e projetos de “utopias reais” capazes de ganhar substância e contribuir para viabilizar projetos cujo sentido “utópico” combina com o incremento de bem-estar nas coletividades urbanas como acontece no caso de Nantes aqui apresentado.

Referências bibliográficas

Allegretti, Giovanni; Herzberg, Carsten (2004), *Participatory budgets in Europe. Between efficiency and growing local democracy*. Amsterdam: Transnational Institute - TNI Briefing Series.

Anderson, Benedict (2012), *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70.

Bigey, Michel (1993), *Les élus du tramway: mémoires d'un technocrate*. Paris: Lieu commun-Edima.

Boltanski e Chiappello, (1999), *Nouvel Esprit du Capitalisme*, Paris: Gallimard.

Boltanski e Chiappello, *De la justification – les économies de la grandeur*, Paris: Gallimard.

Bouchet, Damien (2004), *Les “Rendez-vous de L’Erdre” et la municipalité nantaise: les modalités d’une coopération*. Mémoire. Rennes: IEP.

Burawoy, Michael (2019), “Afterward”, in Wright, Erik O. (2019), *How to be an Anti-capitalist in the 21st Century*. London/ N. York: Verso, pp. 147-157.

Floch, Jacques (1996), *L’agglomération nantaise. Récits d’acteurs*. La Tour-d’Aigues: Éd. de l’Aube.

Fortuna, Carlos (2013), *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de cultura urbana (reedição em formato e-book)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Hunter, Floyd (1953), *Community Power Structure: A Study of Decision Makers*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1953.

Kumar, Krishan (1991), *Utopianism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Legendre, Pierre (2001), *De la Société comme Texte. Linéaments d’une Anthropologie Dogmatique*. Paris: Fayard.

Pinson, Gilles (2002), “Des villes et des projets. Changement dans l’action publique et institutionnalisation de nouveaux territoires politiques” in Joseph Fontaine; Patrick Hassenteufel (orgs.), *To Change or not to Change. Les changements de l’action publique à l’épreuve du terrain*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 233-254.

Smith, Adam (1790), *Theory of Moral Sentiments* (6th ed/ 2015.). London: A. Strahan.

Touraine, Alain (1974), *Pour La Sociologie*. Paris: Seuil.

Virginie, Frappart (2001), *La mise en mots de la ville contemporaine : représentation et images de Nantes*. Thèse/ Mémoires.

Wright, Erik O. (2010), *Envisioning Real Utopias*. London/ N. York:Verso.

Wright, Erik O. (2019), *How to be an Anti-capitalist in the 21st Century*. London/ N. York:Verso.

Wright, Erik O. (Ed.) (1995), *Associations and Democracy*. Real Utopias Project , Vol 6. London: Verso.

Quando a classe média branca teve medo: disputas de classe e raça em torno das cotas raciais no ensino superior público paulista¹

Danielle Pereira de Araújo, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
daniellearaujo@ces.uc.pt

Resumo: A partir da análise do processo que culminou na rejeição, pelos docentes das universidades estaduais paulistas, do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) em 2013, o presente texto buscará explorar de que forma a narrativa da “inclusão” nas universidades estaduais públicas paulistas naturalizaram as hierarquias de classe e raça tendo como aportes teóricos a abordagem marxista de classe média e o conceito de racismo institucional (Carmichael & Hamilton, 1967).

Palavras-chave: Racismo institucional; Ensino superior; Políticas afirmativas

Introdução

O presente trabalho se propõe a analisar o processo que culminou na rejeição pelos docentes das três universidades estaduais paulistas, do Programa de Inclusão com Mérito do estado de São Paulo (PIMESP) em 2013. Elaborado pelos reitores da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Estadual Júlio de Mesquita (UNESP) e da Universidade de São Paulo (USP), em estreita colaboração com o governo do estado de São Paulo, o PIMESP propunha-se a ser um programa inclusivo no ensino superior, mas com o grande diferencial de priorizar o mérito no processo de seleção do público beneficiário. Buscaremos evidenciar que a defesa do mérito aliada à negação de políticas de ações afirmativa com recorte étnico-racial e rechaço da modalidade de reserva de vagas, se constituíram como estratégias discursivas (re)produzidas pela classe média paulista para rejeitar o PIMESP e mascarar a hierarquia do trabalho, ao mesmo tempo em que reproduziu as lógicas de naturalização do racismo institucional.

A partir das contribuições da abordagem marxista de classe média e do conceito de racismo institucional de Kawme Ture e Charles Hamilton (1992 [1967]), o presente trabalho buscará oferecer uma análise acerca dos conflitos na constituição do que estamos a chamar de agenda “inclusiva” no interior das universidades estaduais paulistas, a partir da apresentação da

¹ Este trabalho resulta do projeto de investigação POLITICS - A política de antirracismo na Europa e na América Latina: produção de conhecimento, decisão política e lutas coletivas. Este projeto recebe financiamento do Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro de Investigação e Inovação da União Europeia, Horizonte 2020 (acordo de subvenção nº ERC-2016-COG725402), e é parte da tese de doutoramento da investigadora intitulada “A cota paulista é mais inteligente”: o Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) e o confinamento racial da classe média branca”, defendido sob a orientação do professor Armando Boito Júnior na Universidade Estadual de Campinas.

proposta do PIMESP em 2013. Buscaremos perceber os principais elementos discursivos na disputa entre docentes e Estado pelo enquadramento do “problema do negro” e por sua solução.

Ações Afirmativas no Brasil: São Paulo na Contramão da Inclusão

Ação afirmativa no ensino superior diz respeito à institucionalização de dispositivos que promovam o acesso e a manutenção de estudantes pertencentes a grupos sociais que historicamente foram privados do acesso à educação superior e, no caso do Brasil, do acesso às universidades públicas. Tais ações remontam ao início dos anos 2000 e têm se desenvolvido nas universidades públicas brasileiras a partir de duas modalidades: reserva de vagas e bonificação. No entanto, o sistema de reserva de vagas (ou cotas, como ficou popularmente conhecido) é a modalidade de ação afirmativa que mais tem sido utilizada pelas universidades públicas brasileiras.

Até 2013, as universidades brasileiras que aderiram às Políticas de ação afirmativa com reserva de vagas totalizavam 70. Desse total, 44% eram estaduais e 56% federais. Segundo levantamento feito por Feres Jr et al (2011), as universidades que adotaram reservas de vagas somavam 84,3% (59), 32,9% (23) haviam instituído acréscimo de vagas e 18,6% (13) adotaram bonificação.

O estabelecimento de Políticas de ação afirmativa no ensino superior público brasileiro nos anos 2000, por meio da Lei Federal nº 12.711/2012 foi um importante marco político para a história da ampliação do acesso ao ensino superior por negros e indígenas no Brasil. Entretanto, as universidades estaduais de São Paulo mantiveram-se por mais de uma década na contramão da tendência nacional: as universidades estaduais do Rio de Janeiro, da Bahia, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul foram as primeiras universidades no Brasil a adotarem as cotas étnico-raciais (entre os anos de 2002 e 2003). Foi também nas universidades estaduais onde mais rapidamente esse tipo de política afirmativa teve expressiva adesão, antes mesmo da criação da Lei federal em 2012 (Feres Júnior *et al.*, 2011).

Parcela majoritária dos docentes das universidades estaduais paulistas insistiu na manutenção do sistema de bonificação (pelo menos até 2017), que consistia no acréscimo de pontos nas provas do vestibular com foco nos egressos de escolas públicas. Entretanto, inúmeros estudos já comprovavam à altura da proposição do PIMESP que esse tipo de sistema alcança resultados inexpressivos (Feres Júnior *et al.* 2013), pouco alterando o quadro de disparidades de acesso entre negros, indígenas e brancos.

A insistência na bonificação parecia ignorar que negros e indígenas correspondiam a 37,5% da população total do estado de São Paulo (IBGE, 2010), entretanto a presença desses grupos nas três universidades não passava dos 16% na UNESP e UNICAMP e dos 14% na USP (VOGT, 2013).

No ano de 2012, frente à pressão dos movimentos sociais (e os impactos dessa mobilização nas eleições daquele ano) e da ampla adoção por parte das universidades brasileiras do sistema de reserva de vagas, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em articulação com os reitores das três universidades públicas estaduais, representantes da Universidade Virtual do Estado de São Paulo² (UNIVESP)² e o

² Criada em 2008 pelo governo de Geraldo Alckmin, a UNIVESP, foi a resposta do governo à falta de vagas nas universidades. UNIVESP então foi criado para suprir a demanda por mais vagas nas universidades estaduais paulistas a baixo custo e investimento, oferecendo ensino superior à distância. Desde a sua criação, a Universidade à distância tem recebido inúmeras críticas, como: a qualidade duvidosa do ensino ofertado, a qualidade da aprendizagem dos estudantes, beneficiamento da iniciativa privada do setor de equipamentos e programas de informática, sucateamento do ensino superior público, desvirtuamento dos fins originais do ensino à distância e uso desse tipo de ensino para legitimar a exclusão uma vez que os

Centro Paula Souza³, finalizaram a proposta do PIMESP, e colocaram para aprovação dos corpos docentes das três universidades. O cenário de conflitos e tensões gerado durante aquele processo de avaliação, em nossa análise, orientado por posições e interesses da classe média branca, parece ainda carecer de estudos que busquem conhecer mais sobre as lógicas que sustentaram a resistência dos docentes à adoção das cotas no ensino superior público paulista.

Em síntese, o PIMESP propunha atingir o percentual de 50% de alunos oriundos de escolas públicas e, desse total, seriam reservadas 35% das vagas para o grupo de pretos, pardos e indígenas (PPI). No entanto, ao passar no vestibular, todos os cotistas teriam que fazer um curso semipresencial, a ser realizado em um instituto que também seria criado tão logo o PIMESP fosse aprovado: o Instituto Comunitário de Ensino Superior (ICES). No referido Instituto o cotista aprovado faria um curso com duração de dois anos e com grade curricular que incluiria disciplinas como “serviços e administração do tempo”, “gerenciamento de projetos”, “profissionalização”, “inovação e empreendedorismo”. O processo de avaliação do PIMESP pelos docentes das três universidades resultou no rechaço da proposta pela UNICAMP e USP, e aprovação parcial pela UNESP⁴.

“A cota Paulista é mais inteligente⁵”: O rechaço do programa de inclusão com mérito no Ensino Superior Público Paulista e o confinamento Racista da Classe Média Branca

Confrontados frente a demanda de implementar políticas que pudessem vir a ampliar as chances de acesso para as populações negras e indígenas ao ensino superior, a alta classe média branca paulista, que tem historicamente ocupado a universidade pública, foi levada a enunciar idéias e percepções a partir das quais entendem: 1) os motivos da ausência de estudantes negros e indígenas no espaço da universidade pública e 2) as soluções para esse problema.

A proposta do Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (PIMESP) foi apresentada no fim do ano de 2012 e em nossa leitura foi a resposta do executivo paulista (em parceria com a burocracia educacional) ao cenário nacional (constitucionalidade das cotas no STF, mobilização do movimento negro).

O PIMESP era problemático primeiramente pela justificativa que o criara. O foco na busca por talentos e experimentação em novas formas de entrada na universidade, colocando como secundário a correção de desigualdades com base em raça e classe, resultaram em um modelo de política totalmente distante dos anseios da militância negra e da Lei Federal de Cotas.

Em segundo lugar, a obrigação dos cotistas cursarem 2 anos de curso no Instituto Comunitário de Ensino Superior antes de entrarem na Universidade, além do currículo proposto no referido Instituto com foco em formação para exercício de funções no setor de

estudantes que cursam Univesp não moram necessariamente em lugares distantes que os impedissem de acessar os cursos presenciais das universidades públicas estaduais paulistas.

³ O Centro Paula Souza é uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI). A instituição administra 219 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) e 66 Faculdades de Tecnologia (Fatecs).

⁴ Pontos extras em cima da nota obtida no vestibular do aluno que vem de escola pública.

⁵ Antes de adentrarmos no texto, válido explicar dois termos que constam no título. Em relação à expressão “a cota paulista é mais inteligente”, ela faz referência ao título de uma matéria publicada no portal Portal Aprendiz do grupo UOL e de autoria de Gilberto Dimenstein, jornalista que dentre outros trabalhos, foi colunista do Jornal Folha de São Paulo por 28 anos, além de ser criador do portal catraca livre (Cf. DIMENSTEIN, 2012). Em relação ao termo “confinamento racial”, é alusivo ao artigo “O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro” do antropólogo José Jorge de Carvalho (Cf. CARVALHO, J. J., 2006).

serviços, não deixava restar dúvidas de que a proposta do PIMESP havia se convertido em um produto inclusivo descafeinado da branquidade com vistas a conciliação dos mais diversos interesses no interior da alta classe média branca paulista. Entretanto, a análise da avaliação dos docentes acerca do Programa nos permite afirmar que as justificativas que orientaram o rechaço do PIMESP estiveram menos relacionadas ao reconhecimento do caráter racista e elitista da proposta e mais articuladas à:

1) reprodução do mito da democracia racial expressos em discursos antirracistas (Hesse, 2004b; Goldberg, 2008; Araújo e Maeso, 2013) ocultados pela defesa de ações focadas em estudantes de escolas públicas;

2) reafirmação da ideologia meritocrática e;

3) reprodução do racismo institucional dissimulado em certo discurso assistencialista/paternalista que concebe os beneficiários das ações afirmativas como sujeitos incompletos e que precisam de intervenções para os tornar sujeitos plenos, cidadãos

A reprodução do mito da democracia racial expresso na negação de que a racialização organiza hierarquicamente a sociedade e as relações sociais, e que dentre várias consequências, tem impedido o acesso de negros e indígenas ao ensino superior público, foi um elemento central nas justificativas dadas pelos docentes para se oporem ao PIMESP:

“[o PIMESP] não reflete a experiência das ações afirmativas consolidadas nas universidades federais [porém concluiu manifestando-se favoravelmente] ao aprimoramento e extensão [do Inclusp e do Pasusp] ressaltando que os critérios para ingresso no ensino superior devem ser embasados em mérito acadêmico e não em qualquer critério que beneficie uma ou outra classe étnica [sic]” (ESCOLA DE ENGENHARIA, 2013).

“[...] Uma questão que deve ser vista é como será identificada a raça do candidato. A autodefinição leva a situações, que já foi comprovado, não ser uma alternativa justa. 2) Por outro lado, dois candidatos de mesma escola, comunidade e situação socioeconômica, sendo um de raça preto ou pardo ou indígena e outro de outra raça (branco, amarelo ou outra). Da forma como esta apresentado a proposta de inclusão não faz sentido, pois se está promovendo a preferência do primeiro candidato, mas a situação de exclusão é a mesma para os dois candidatos. Isso será um racismo institucionalizado e legalizado. Dessa maneira pergunto: É isso que queremos? Veja que o curso preparatório como apresentado pelo PIMESP é importante e válido para o nivelamento, mas independente de raça [...]” (Campus Experimental- Dracena/UNESP. Cf. SÃO PAULO, 2013a).

“[...] A questão da mestiçagem no Brasil, que impede uma definição exata de quem é negro [sic] ou afrodescendente também é tomada como ponto de discussão para os que são contrários às cotas. Por não existir um critério científico que indique ou certifique quem é negro em nosso país, a cota poderia ser aplicada a indivíduos que não se enquadrariam dentro dessa política [...]” (UNICAMP, 2014).

A compreensão do funcionamento das sociedades capitalistas neoliberais, erigidas sobre a ossatura social da escravidão negra, demanda análises que possam interconectar a estrutura de classes e a estrutura racializada a fim de caracterizar a natureza das relações entre essas estruturas e como o racismo institucional é reproduzido.

A invisibilização do elemento cor/raça por meio do artifício da ênfase em egressos da escola pública, numa explícita redução do problema do acesso às universidades a uma questão de renda, deve ser encarada como um dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005) sob os quais o racismo institucional operacionaliza práticas que asseguram a reprodução dos lugares de poder, como é o caso das universidades.

Ao mesmo tempo em que rechaçaram o PIMESP pela preocupação com a definição dos critérios raciais da proposta, os docentes negaram a existência do racismo e conseqüentemente não o consideraram como razão justa para adoção de reserva de vagas étnico-raciais, apelando ao recorte de renda como principal impeditivo da entrada dos jovens negros e indígenas nas universidades:

“[...] O DB [o departamento de botânica] contrário a se levar em conta critério racial para ingresso na universidade. Como o próprio documento do “PIMESP” salienta em sua introdução, ‘No Brasil, a renda familiar é o fator mais determinante do que a cor para o acesso ao Ensino Superior’, portanto não há justificativa convincente para se fazer distinção entre pretos, pardos e índios [sic]. O fator determinante, portanto, é a renda familiar [...]” (Departamento de Botânica. Cf. INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] Mesmo reconhecendo que o critério do mérito deva nortear as ações da universidade, há que se reconhecer a absoluta necessidade de algumas respostas efetiva à angustiante situação de extrema dificuldade de acesso ao ensino público de terceiro grau enfrentada por pessoas de menor nível sócioeconômico [...] Rediscussão dos critérios de distribuição de cotas, que deveriam nortear-se pela situação econômica dos pretendentes, jamais pela cor da pele. A defesa desse argumento parte do princípio que a priorização a partir dos menos favorecidos estenderia, forçosamente, o benefício aos negros. A priorização partindo dos negros, todavia, nem sempre favorecia o conjunto de carentes, uma vez que a cor da pele não é pré-requisito para a pobreza [...]” (Manifestação do Departamento de Medicina Social. Cf. FACULDADE DE MEDICINA, USP, 2013).

“[...] o departamento se põe contrário a alguns itens contemplados na proposta atual: serão 2000 vagas obtidas por classificação pelo ENEM, sendo 50% reservadas a PPIs. Julgamos que as vagas deveriam priorizar o atendimento de metas sociais, e não de metas étnico-sociais como propõe o texto [...]” (Departamento de Ecologia. Cf. INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] De acordo com os dados apurados, destaca-se que a maioria é contra o PIMESP na forma como foi apresentado, com realce contrário para as cotas “raciais” [...] Destaca-se também [...] que a maioria dos participantes é favorável a algum tipo de cota social (baseada no salário mínimo) [...]” (INSTITUTO DE ASTRONOMIA, USP, 2013).

“[...] O Pimesp não atende adequadamente ao objetivo de promover a inclusão social na USP e [...] Peca também por não incluir critérios de renda familiar considerada unanimemente como o principal fator de exclusão, e por assumir metas de curtíssimo prazo (3 anos) que modificam radicalmente o perfil do corpo discente da USP [...] Considera-se, no caso da USP, que o compromisso de alcançar uma meta de 50% de egressos do ensino médio em escola pública em apenas 3 anos seria uma decisão precipitada e de consequências imprevisíveis [...] Que, em qualquer modelo de inclusão social que a USP venha a adotar, o critério de renda familiar [grifo da Congregação] seja considerado de modo explícito e com peso significativo [...]” (INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS, 2013).

Embora reconheçam que existe uma estrutura que condiciona a entrada de alguns grupos na universidade, os docentes apontam que essa estrutura seria determinada apenas por critério sócioeconômico/renda e, portanto, apenas aquele critério deveria ser utilizado para a definição do público beneficiário das políticas inclusivas

A defesa da meritocracia marcou fortemente os discursos dos docentes, tanto entre os que eram a favor do PIMESP, como os que eram contra, evidenciando que a ideologia meritocrática é constituinte da classe média. A recorrência ao mérito nos discursos foi reivindicada para reforçar que qualquer medida afirmativa não deveria abdicar desse valor:

“[...] parece que aprovando o PIMESP (vide organograma) evitamos a proposta racista do governo federal [...] até ponto o ingresso por privilégio é de fato lei? [...] para onde vai o mérito da sigla Pimesp se ela garante ingresso privilegiado na universidade? [...]” (Faculdade de Odontologia. SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

“[...] O Departamento de Didática da FCL concorda que essas políticas [cotas] precisam garantir a qualidade da educação nas universidades paulistas e dar incentivo aos esforços pessoais pelo reconhecimento do mérito dos estudantes” (Faculdade de Ciências e Letras. Cf. SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

“[...] propostas de ingresso por privilégio sejam quais forem elas, acobertam mensagens despóticas e demagógicas travestidas de democracia. Cabe as universidades mostrar aos governos os limites para o arrojo sem ferir princípios como responsabilidade e mérito. Cabe a Unesp mostrar caminhos para inclusão social sem se tornar cúmplice de situações embaraçosas para o mérito que ela tanto cultiva.” (Faculdade de Odontologia- Departamento de Fisiologia e Patologia. Cf. SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

“[...] Que sejam valorizadas prioritariamente as notas obtidas no ENEM e considerada a classificação dos alunos cotistas inscritos no vestibular “[...] sugestões à proposta do PIMESP, a saber: [...] realização periódica de avaliação criteriosa dos acadêmicos ingressantes pelo referido Programa, visando redefinir as ações do PIMESP” (Faculdade de Ciências e Letras. Cf.SÃO PAULO, UNESP, 2013a).

A reivindicação do mérito nos trechos acima parece evidenciar uma umbilical relação entre ideologia meritocrática e raça. Os docentes não mencionam explicitamente que os negros e indígenas não estariam aptos a ingressar na universidade, mas quando exacerbam a explicitação da defesa do mérito parecem criar uma narrativa que contrapõem os beneficiários dos programas afirmativos de um lado e a garantia da meritocracia de outro, criando uma espécie de polo antagônico. Nesse sentido, a ideologia meritocrática nos parece ser informada nesse contexto por um entendimento racializado de quem possui dons e méritos e quem não os possui.

A defesa da meritocracia esteve atrelada à preocupação com o nível dos cotistas, (re)produzindo uma lógica que questionava a competência dos beneficiários das políticas de reserva de vagas:

“Como é bem sabido, no entanto, essas políticas [de cotas] não fazem tábula rasa da qualificação acadêmica, apenas alteram o padrão de seleção dos candidatos [...] Com a política de cotas, a competição por vagas permanecerá– e nos cursos mais procurados, permanecerá muito forte –, porém com efeitos menos injustos do que os verificados hoje” (FFLCH, 2013).

“[...]Caso o sistema de cotas venha realmente a ser implantado, seria interessante um sistema que possibilitasse um apoio a alunos com deficiências de formação [...]” (Manifestação do Departamento de Genética e Biologia Evolutiva. Cf. INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] Como serão selecionados os estudantes que cursarão o ICES [...] o documento indica que todos os alunos deverão ter cursado ensino médio em escolas públicas, mas haverá um número obrigatório de estudantes PPI, o que indica que a seleção não será apenas por mérito [...]” (INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, USP, 2013).

“[...] A utilização do ensino à distância proposto pelo PIMESP, para nivelamento intelectual de alunos formados em escolas mais fracas, não é adequada, pois não são só conhecimentos que são necessários, mas um processo mais amplo de inclusão social e cultural e de convivência no ambiente acadêmico [...]” (FACULDADE DE SAÚDE, USP, 2013).

A desconfiança da “qualidade” dos beneficiários das políticas de cotas expressa 1) uma pré-concepção sobre os cotistas circunscrita por certa narrativa que põe em questionamento a capacidade e o mérito daquele grupo a partida e; 2) na inferiorização de outros códigos linguísticos como, por exemplo, a tradição dos Mestres e Griôs das culturas afro e indígena que tem na oralidade o meio pelo qual transmitem cosmovisões, cosmologias. Esse tipo de conhecimento não é só deslegitimado, como apontam Bordieu & Passeron (1975) e Saes (2006) como também lhes é retirado seu caráter humano e nesse sentido, estamos indo além dos referidos autores quando afirmamos que não há apenas marginalização, mas desumanização dos sujeitos racializados pelas camadas médias brancas.

Considerações Finais

O PIMESP foi rejeitado pela fração da classe média branca abastada não pelo seu caráter racista, mas pelos perigos que apresentava a manutenção da reprodução da alta classe média branca. Contra o PIMESP, os docentes mobilizarão um imaginário ligado às ideias de democracia racial, defesa da escola pública, mas também de (re)produção de certa narrativa acerca dos potenciais beneficiários das políticas afirmativas, narrados como despreparados e deficientes, questionando a legitimidade daqueles em ocupar o espaço da universidade pública.

Nesse sentido, os docentes se opuseram ao PIMESP pelo temor partilhado pela classe média branca, ainda que não explicitamente nomeado, acerca do “perigo da degeneração” da universidade, tanto no sentido racial como no sentido de classe.

A exclusão do negro da educação universitária caminha lado a lado com as altas taxas de desemprego que atingem de modo mais perverso a população negra, principais vítimas do trabalho precarizado e das “instabilidades” do capitalismo. Nesse sentido, não nos identificamos com algumas críticas às políticas de ação afirmativas que analisam a reivindicação por esse tipo de política como um equívoco do movimento já que a criação desse tipo de política, na visão daqueles críticos, amorteceria os conflitos, fragmentaria os grupos e, portanto, cria obstáculos à “luta radical”.

Entendemos que esse tipo de crítica ignora os desdobramentos das políticas afirmativas no que tange à confrontação da gramática jurídico burguesa-racista e a possibilidade de radicalização da luta. Com isso não queremos dizer que as cotas étnicoraciais rompem com a estrutura capitalista e seu ordenamento jurídico, mas em alguma medida há a criação de possibilidades reais de democratização da estrutura burguesa. O fato de a classe média branca do estado de São Paulo ter se debatido e entrado em confronto aberto ao longo de mais de uma década, rejeitando até onde pode a reserva de vagas étnico-raciais no ensino superior, talvez seja uma evidência de que esse tipo de política longe de mero mecanismo de domesticação e fragmentação da luta, pode sim desordenar as “regras do jogo”.

Referências bibliográficas

Araújo, M.; Maeso, S. R. (2013), “A presença ausente do racial: discursos políticos e pedagógicos sobre História, “Portugal” e (pós-)colonialismo”. *Educar em Revista*, 47, 145-171.

Bourdieu, P.; Passeron, J. (1975), *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. [Trad. Reynaldo Bairão]. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A. (Série Educação em Questão).

Carmichael, S.; Hamilton, C. (1992), *V. Black power: the politics of liberation in America*. Vintage Edition.

Feres Júnior, J.; Daflon, V. T.; Barbarela, E.; Ramos, P. (2013a), “Levantamento das políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2013)”. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESP-UERJ, pp. 1-25.

Feres Júnior, J.; Daflon, V. T.; Campos, L. A. (2011a), “A ação afirmativa no ensino superior brasileiro (2011)”. Levantamento das políticas de ação afirmativa (GEMAA), IESPUERJ, pp. 1-22.

Goldberg, D. T. (2008), “The threat of race: reflections on racial neoliberalism”. Oxford: Wiley-Blackwell.

Hesse, B. (2004b), “Discourse on Institutional Racism: the genealogy of a concept”, *In Law, Ian; Philips, Deborah e Turkey, Laura. Institutional Racism in Higher Education*. Stokeon-Trent: Trentham Books, pp. 131-147.

Saes, Décio (2006), “Direitos sociais e transição para o capitalismo o caso da primeira República brasileira (1889 – 1930)”. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 11, 20, 23-51.

Governo Bolsonaro, classes sociais e reforma da previdência no Brasil

Davilson Marques Cunha,¹ Universidade de Coimbra
davilson.cunha@gmail.com

João Aparecido Gonçalves Pereira,² SEDUC - Secretaria Estadual de Educação do Pará.
cidinhopereira@gmail.com

Resumo: O Projeto de Emenda Constitucional nº 06/2019, mais conhecido como Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro, modificou o sistema de previdência social, estabelecendo novas regras de transição e disposições transitórias, o que provocou um intenso e controverso debate político. Durante o processo eleitoral, o então presidenciável Jair Messias Bolsonaro prometeu combater privilégios de renda e salários das classes mais ricas, e bradou veementemente ser contra aposentadoria aos 65 anos, por considerá-la imoral e inaceitável, uma verdadeira sentença de morte ao trabalhador brasileiro. Este discurso falacioso somado a uma turva consciência política de parte significativa do eleitorado brasileiro, lhe possibilitou a eleição. Uma vez eleito presidente, Bolsonaro sem menor constrangimento político, envia para o Congresso Nacional uma proposta de Reforma de Previdência, com proposta de aposentadoria aos 65 anos tão negada durante o pleito eleitoral, e ainda com outras disposições que aumentam a idade de contribuição para sua obtenção. Muito mais que descumprir uma de suas principais promessas de campanha, Bolsonaro propôs regras transitórias que condenam o trabalhador a uma contribuição previdenciária, incompatível com sua perspectiva de vida. Esta mudança de discurso, ou mesmo de paradigma político entre o período eleitoral e a ação de seu governo em si, não é gratuita, e sempre esteve planejada e alinhavada com os setores econômicos que ele falaciosamente prometia combater. Neste horizonte analítico, é importante salientar, o contexto político e econômico de um governo, autointitulado de extrema direita, liberal e conservador, que, mostrou-se muito frágil, na “resistência” às investidas dos grandes grupos e interesses econômicos, numa matéria que estima “economizar” 1 trilhão de reais em 10 anos.

Palavras-chave: Governo Bolsonaro, Classes Sociais; Reforma da Previdência.

Estado, capitalismo global e reforma da previdência

As décadas de 1980 e 1990 são marcadas por importantes acontecimentos econômicos que possibilitaram a organização de vários países dentro de um sistema econômico global de trocas e relações comerciais. Apesar disto, não podemos imputar à Globalização como expressão maior de uma ordem liberal e liberalizante da economia, os determinantes das reformas estruturantes dos estados, no muito um agente potencializador.

¹ Doutorando no programa de Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES).

² Professor de filosofia na SEDUC, Pará – Brasil.

Especificamente sobre a história da Reforma da Previdência, esta surge com a Conferência de Breton Woods (1944), na qual grupos internacionais de regulamentação e supervisão financeira iniciam a busca pela chamada “Estabilidade Financeira”, ou mesmo “Equilíbrio fiscal e atuarial” dos países. Na verdade, este discurso - típico de um mágico ilusionista, que chama a atenção do público para uma determinada direção e realiza o truque em outra - das organismos econômicos globais (Bancos, Seguradoras, etc.) que aparentemente mostram uma preocupação com a melhora das condições econômicas e financeiras dos países, mas, que trazem consigo o objetivo precípua de consolidar uma supremacia dos grandes grupos econômicos e mercados globais sobre os países interferindo na soberania nacional (Simões e Pinel, 2019).

Desde então, estes organismos internacionais orientam as políticas financeiras de cada país ao seu poder financeiro, fazendo com que estes países, seus sistemas políticos e economia se submetam aos interesses do grande capital financeiro privado, como aquelas alinhados no Acordo da Basileia³ e no FX Global Code⁴. Os documentos criados pelos grupos internacionais de poder, revelam-nos a história do pensamento que deu origem às Reformas das Previdências. (Simões e Pinel, 2019).

De modo geral, nestes documentos e normativas, constam que as principais barreiras identificadas e que poderiam colocar em risco a conquista do equilíbrio fiscal e previdenciário de uma nação resultaria invariavelmente da soma de fatores como o envelhecimento das populações, isto é, menos tempo de trabalho e de contribuição e mais tempo de aposentadoria e a consequente diminuição da população produtora, isto é da População Economicamente Ativa (PEA), capaz de produzir e gerar riqueza na sociedade.

A solução sugerida por estes organismos internacionais foi fazer a Reformas na Previdência em vários países. Estas reformas, de cunho liberal, teriam como objetivo prioritários: (i) aumentar o tempo de trabalho para a aposentadoria, isto possibilitaria o aumento da contribuição previdenciária e a consequente redução do tempo de gozo da aposentadoria em relação a expectativa de vida, (ii) aumentar a quantidade de população ativa, que possibilitaria mais tempo de produção de riqueza, associada a redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e do contingente de desempregados.

Segundo Simões e Pinel (2019), estes Grupos Internacionais de Regulamentação e Supervisão Financeira (BIS, FMI, Banco Mundial, G10, etc.) apresentam-se a si mesmos como as instituições mais credenciadas do planeta para *oferecer* assessoria, consultoria e aconselhamento aos países, de forma a orientá-los na construção de sistemas financeiros mais sólidos e robustos (claramente para benefícios das instituições financeiras e não para as populações), em perfeita consonância com a Rede do Sistema Financeiro Internacional. Uma estratégia que foi adotada por estes Grupos Internacionais de Regulamentação e Supervisão Financeira, foi determinar que os financiamentos e os programas de suporte das reformas a serem implantadas neste países, caso objetivem sucesso e solidez, deveriam ser originários de tais grupos e não criados pelos próprios países, isso possibilitou diversas experiências nos países periféricos e semiperiféricos do “domínio financeiro forte sobre nações fracas”.

³ Oficialmente chamado de International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards, também designado por Acordo de Basileia ou Basileia I, foi um acordo firmado em 1988, na cidade de Basileia (Suíça), por iniciativa do Comitê de Basileia e ratificado por mais de 100 países. Este acordo teve como objetivo criar exigências mínimas de capital, que devem ser respeitadas por bancos comerciais, como precaução contra o risco de crédito.

⁴ Lançado em maio de 2017 o FX Global Code ou Código Global de Câmbio, numa tradução livre ao português, é uma normativa que regula e descreve as melhores práticas para o setor e visa aumentar a integridade e a eficácia do mercado global de câmbio.

No Brasil, especialmente no período pós abertura democrática, celebrado com a Constituição de 1988, muito tem-se debatido em torno da necessidade de reformas estruturantes no Estado. A própria Constituição Federal de 1988, que criou um inovador sistema de seguridade social, não deixa de ser um forte instrumento de indução institucional, visto que as mudanças que essa Carta introduziu nas políticas sociais “acarretaram a inclusão dos *outsiders*, mais da metade da população brasileira antes excluída de direitos sociais”, no universo desses direitos (Arretche, 2018:3).

É importante ressaltar que nas décadas seguintes, as transferências realizadas pela previdência social tiveram enorme contribuição para a queda da desigualdade durante o último período de expansão do emprego formal e de valorização do salário mínimo no país (2004-2014), visto que 60% das aposentadorias e pensões pagas pelo sistema público têm no salário mínimo o seu valor de referência (Kerstenetzky, 2017).

Em que pese neste período ter ocorrido importantes conquistas como a estabilização da economia alcançada com o Plano Real (1994), e a expressiva redução das desigualdades sociais, não podemos desconsiderar que a cartilha de organismo internacionais como FMI, Banco Mundial e outros, foi exemplarmente seguida pelos governos Brasileiros de desde FHC, passando por Lula e Dilma. Mesmo governos progressistas, social democratas e de centro esquerda se curvaram diante dos princípios liberais de desenvolvimento.

O contexto social, econômico e político de surgimento e consolidação do Bolsonarismo

No plano geral da opinião pública, podemos definir Bolsonarismo enquanto termo criado para se referir às políticas e ideologia do político Jair Bolsonaro e seu clã. Jair Messias Bolsonaro é um capitão reformado, político e atual presidente do Brasil. Foi deputado federal por sete mandatos entre 1991 e 2018, sendo eleito através de diferentes partidos ao longo de sua carreira. Elegeu-se à presidência pelo Partido Social Liberal (PSL), ao qual foi filiado até novembro de 2019. Três de seus filhos também são políticos: Carlos Bolsonaro (vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Social Cristão), Flávio Bolsonaro (senador fluminense pelo PSL e comandante da legenda no estado) e Eduardo Bolsonaro (deputado federal por São Paulo, também pelo PSL).

Enquanto deputado Federal, Jair Bolsonaro, sempre foi considerado um parlamentar de baixo clero, jamais tendo recebido menção honrosa por sua destacada atuação política, seja por relatórios internos das casas legislativas, seja por organizações que acompanham e avaliam a atuação parlamentar no congresso nacional. De atuação parlamentar pífia e reprovável, sua notoriedade se dava particularmente por suas posições polêmicas sobre temas diversos. Assumidamente opositor ao movimento LGBT e demais minorias, se intitulava defensor da tortura, das Forças Armadas e da intervenção militar, proceder o fechamento do Congresso Nacional e do Superior Tribunal Federal (STF) - corte máxima do judiciário brasileiro-, caso necessário.

De forma mais analítica e esmiuçada, percebemos que o Bolsonarismo é na sua essência um confuso movimento político de caráter conservador, alinhavado as tradições ideológicas dos movimentos de direita comuns nas sociedades ocidentais desde os meados do século XX. Nas práxis política e dos discursos, o Bolsonarismo incorpora o fascismo caboclo, sintetizado pelo Movimento Integralista liderado por Plínio Salgado⁵ na década de 1930, que se soma aos

⁵ Plínio Salgado foi um escritor, jornalista, teólogo e político conservador brasileiro que fundou e liderou a Ação Integralista

remanescentes do nacionalismo verde-oliva e anti-getulista das parcelas conservadoras das forças armadas brasileira, e acrescenta a essas vertentes ideológicas o liberalismo que limita drasticamente a intervenção do Estado na economia.

Enquanto projeto político que objetivou a conquista do poder nacional, o Bolsonarismo se organizou em torno de quatro núcleos políticos estrategicamente organizados. O primeiro e mais discreto, porém, muito funcional são os militares, que desde a redemocratização estavam coadjuvantes no processo político. O segundo núcleo é aquele que podemos denominar como econômico-pragmático⁶, o terceiro é formado pelo seguimento religioso evangélico, e o quarto, liderado pelo conservadorismo “Olavista”, isto é, o movimento que se organiza em torno dos delírios políticos do “filosofo” terraplanista de Olavo de Carvalho. Este núcleo é sem dúvida o mais ideologizado e atua com energia no combate ao marxismo cultural, movimentos sociais populares, estudantis e feministas.

Estado e classes sociais: uma abordagem de Erik Olim Wright à tupiniquim

A obra de Erik O. Wright é notável em seu esforço de análise e compreensão das dinâmicas de classes e suas estruturas. Exponente do marxismo analítico, buscou um aprofundamento de esquemas capazes de mapear as variações nas estruturas de classe das sociedades capitalistas. A formação do pensamento sociológico de Wright se deu na busca de análises mais rigorosas e clarificadas acerca dos problemas sociológicos, normalmente embaciados pelas amarras ideológicas do marxismo ortodoxo. Se de alguma forma o prólogo de que “a luta de classes é o motor da história” pode de alguma forma ser posto em dúvida, ao menos quando contrastado à realidade brasileira ele se torna real e insofismável.

Wright não teve o Brasil e sua realidade social como foco prioritário de sua análise. Todavia, é possível pinçar diversos elementos teóricos de sua vasta obra, que nos possibilitam dialogar sobre a questão da Reforma de Previdência no Brasil. Existe neste caso – ressalvadas as devidas contextualizações de cenários políticos - aquilo que Wright (1994) chamou de relação entre exploradores burocráticos e produtores em economias de comando uma vez, que a capacidade que a elite burocrática do Estado tem de se apropriar do excedente, se baseando em seu controle eficaz sobre os recursos produtivos da sociedade. Isto é, o capitalismo num primeiro momento se beneficia diretamente do precariado, e agora busca se beneficiar/usurpar do último direito do trabalhador. A saber, a sua aposentadoria.

Em seu estado da arte, Wright, deixa clarividente sua compreensão de classe enquanto um conceito intrinsecamente político, uma vez que está sempre presente em si, as relações de dominação, que implicam dominação sobre a atividade dos trabalhadores diretamente dentro

Brasileira, partido nacionalista católico de extrema-direita inspirado nos princípios do movimento fascista italiano. Inicialmente um adepto da ditadura de Getúlio Vargas, foi mais tarde acusado de promover levantes contra o governo, sendo preso e obrigado a se exilar em Portugal. Após retornar ao Brasil, lançou o Partido de Representação Popular (PRP), sendo eleito para representar o Paraná na Câmara dos Deputados em 1958 e reeleito em 1962. Os integralistas também ficaram conhecidos como *camisas-verdes* ou, pejorativamente, como *galinhas-verdes* por seus opositores, em referência à cor dos uniformes que utilizavam, nas cores verde e amarelo. Salgado desenvolveu o que viria a ser a AIB, com a Sociedade de Estudos Paulista (SEP), um grupo de estudo sobre os problemas gerais da nação. Os estudos da SEP resultariam na criação da AIB, em 1932. O movimento integralista tinha adotado algumas características dos movimentos europeus de massa da época, especificamente do fascismo italiano, mas distanciando-se do nazismo porque o próprio Salgado não apoiava o racismo. No entanto, apesar do slogan “*união de todas as raças e todos os povos*”, alguns de seus integrantes, tinham opiniões antissemitas.

⁶ Este núcleo é muito simbolizado pelo senhor Luciano Hang, um empresário do Sul/Sudeste brasileiro, co-fundador e proprietário da Havan, uma das maiores redes de lojas de departamentos do Brasil, tendo sido eleito pela revista Forbes o 21º mais rico do Brasil. A exemplo do Bolsonarismo, ele defende um confuso e contraditório nacionalismo, costumeiramente é visto com ternos nas cores verde e amarelo, suas 143 lojas possuem uma arquitetura que homenageiam a Casa Branca e a Estátua da Liberdade, símbolos americanos.

da própria organização social da produção, de forma mais alargada, aqui entendida como sociedade. Dominação sem apropriação e apropriação sem dominação são estruturas não reprodutivas das relações sociais de produção. As relações de classe são a unidade das relações de apropriação e dominação (Wright, 1994).

Nota-se que na perspectiva de Wright, a exploração depende geralmente da capacidade de o controlador do ativo privar os outros do acesso a este, e como o Estado é na tradição marxista, à serviço das classes dominantes, as bases materiais da exploração, acabam por ser conformarem com as desigualdades na distribuição dos ativos produtivos. As classes dominantes acabam, por controlar a decisões do Estado, flexibilizando e achatando direitos trabalhistas e mantendo inalterado seus privilégios. É preciso, resistir na defesa, que após árduos anos de trabalho precário, a aposentadoria deveria ser um direito inalienável.

É neste cenário de análise do governo Bolsonaro, classes sociais e Reforma da Previdência no Brasil, que julgamos pertinente as análises e contributos de Wright, acerca do Estado e suas crises. O alerta de Wright que a sociedade capitalista atual contém, além da exploração capitalista, formas não capitalistas de exploração, estruturalmente subordinadas ao capitalismo, revela-se congruente ao tema proposto nesta análise.

A assertiva de Wright, que determinadas propriedades institucionais do Estado incorporam um caráter específico de classe, especialmente aquilo que ele denominou de *poder sistêmico* refere-se ao poder de concretizar interesses de classes no sistema social. Ou seja, o padrão de organização social das relações de propriedade, orientação do sistema de produção e operações dos mercados reforça os interesses dos capitalistas independentemente de maquinações políticas, mas, fortemente potencializados por ela.

O destacado Sociólogo brasileiro Jessé Souza⁷, ao desenvolver uma profícua análise sociológica, sobre a realidade brasileira, destaca como esta atua de forma organizada na defesa de seus interesses, e, para além disso, como está se permite manipular pelo o grande capital. Neste jogo político e de luta de classes:

A única classe social que entra no jogo sabendo o que quer é a elite de proprietários. Para a elite, o que conta é a captura do orçamento público via “dívida pública” e juros extorsivos, e ter o Estado como seu “banco particular” para encher o próprio bolso. A reforma da previdência é apenas a última máscara desta compulsão à repetição. Mas as outras classes sociais, manipuladas pela elite e sua imprensa, também participaram do esquema, sempre “contra” seus melhores interesses (Souza, 2019: XX).

Segundo Souza (2019), o conceito de patrimonialismo, ou pelo menos a forma como este se consolidou no pensamento social brasileiro, aponta que o poder, e conseqüentemente a corrupção e a elite má, estão no Estado e em suas estruturas de funcionamento atuam como parasitas, fazendo definhir em suas energias e potencialidades de combate as desigualdades. Ele alerta que o poder em toda sociedade capitalista está no mercado, e desta forma se processa.

A Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro: A quem interessa?

No Brasil, o Projeto de Emenda Constitucional nº 06/2019, mais conhecido como Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro, modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias provocando um intenso e controverso debate político.

⁷ Jessé José Freire de Souza é um sociólogo, professor universitário e pesquisador brasileiro que atua nas áreas de Teoria Social, pensamento social brasileiro e estudos teórico/empíricos sobre desigualdade e classes sociais no Brasil contemporâneo. Autor de livros como *Subcidadania brasileira: Para entender o país além do jeitinheiro brasileiro* (2018), *A radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado* (2016) *A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato* (2017), *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite* (2015).

Enquanto candidato, Bolsonaro, bradou veementemente ser contra aposentadoria aos 65 anos, por considerá-la imoral e inaceitável, prometendo ainda combater privilégios de renda e salários das classes mais ricas. Este discurso somado a uma turva consciência política de parte significativa do eleitorado brasileiro, lhe possibilitou a eleição.

A preocupação com o déficit previdenciário é antiga, e a necessidade de mudanças nas regras de aposentadoria, visando o equilíbrio das contas públicas, não são novidade no Brasil. Este debate de viés político-econômico esteve com grande força presente nos governos dos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016) que de alguma forma fizeram suas reformas, no entanto, não tão estruturantes e prejudicial quanto a que foi aprovado no primeiro ano do Governo Bolsonaro.

Uma vez eleito presidente, Bolsonaro sem menor constrangimento político, envia para o Congresso Nacional uma proposta de Reforma de Previdência, com proposta de aposentadoria aos 65 anos tão negada durante o pleito eleitoral, e ainda com outras disposições que aumentam a idade de contribuição para sua obtenção. Muito mais que descumprir uma de suas principais promessas de campanha, Bolsonaro propôs regras transitórias que condenam o trabalhador a uma contribuição previdenciária, incompatível com sua perspectiva de vida.

Obviamente esta mudança de discurso, ou mesmo de paradigma político entre o período eleitoral e a ação de seu governo em si, não é gratuita, e sempre esteve planejada e alinhavada com os setores econômicos que ele falaciosamente prometia combater. Neste horizonte analítico, é importante salientar, o contexto político e econômico de um governo, autointitulado de extrema direita, liberal e conservador, que, mostrou-se muito frágil, na “resistência” às investidas dos grandes grupos e interesses econômicos, numa matéria que estima “economizar” 1 Trilhão de reais em 10 anos.

Nas suas peças publicitárias, redes sociais e interlocução política, o governo Bolsonaro, busca criar uma cortina de fumaça, visando confundir a opinião pública, ao apresentar sua reforma “*também conhecida como pacote de maldades*” como a solução dos graves problemas econômicos e sociais. Age com terrorismo político ao propagar que sem a reforma da previdência, o futuro das aposentadorias e pensões estará ameaçado, o que acarretaria uma grave estagnação econômica de forma que o Estado não teria condições financeiras honrar seus compromissos, como consequências mais nefastas, teríamos ainda o desemprego, aumento incontrolável da taxa de juros e a dívida pública acarretaria o colapso fiscal de uma nação.

É imperativo reconhecer - e não demanda uma sagacidade política para perceber - que o presidente Bolsonaro, quando ainda na campanha anuncia Paulo Guedes como seu superministério da área Econômica, com amplos, totais e irrestritos poderes para ditar toda a política de seu governo, que ele já estava comprometido, com as vontades do mercado financeiro.

Mas, como o mercado financeiro atuaria como grande beneficiário da Reforma da Previdência? Seguindo o antigo receituário dos organismo econômicos, Paulo Guedes tenta introduzir o famigerado regime da capitalização no Brasil, que modifica substancialmente a lógica de seguridade social, dificultando os benefícios trabalhistas de aposentadoria, e criando as condições para a previdência privada, o que que engordará ainda mais os cofres dos grandes bancos com a retenção e aplicação do saldo do FGTs – Fundo de Garantia dos Trabalhadores, que atualmente é gerido pela CEF – Caixa Econômica Federal, um banco público estatal.

Considerações Finais

Este artigo buscou realçar como o governo Bolsonaro, como essas coalizões de poder exercem sua influência no curso das reformas liberalizantes, agindo para dismantelar os sistemas de seguridade social e institucionalizar os objetivos da austeridade fiscal através de medidas constitucionais. O fato é que longe de ser “neutra”, como apregoam os seus defensores, a reforma da previdência atenta diretamente contra a lógica democrática da cidadania social e, ao contrário de abolir “privilégios”, reforça a desigualdade. Contribuirá em breve, tão logo se façam sentir os seus primeiros efeitos, para ampliar o universo dos excluídos, dos subcidadãos sem qualquer proteção, pois é irrealista supor que os trabalhadores brasileiros manterão sua capacidade contributiva diante de regras tão rígidas de acesso aos benefícios.

O objetivo inconfesso, mas dissimulado pelo discurso do combate aos privilégios, do tão sonhado equilíbrio das contas públicas, de em regime de aposentadorias justo e com igualdade contidos na Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro, escamoteia, seus reais intuítos que acabaram por elevar as desigualdades e injustiças para patamares anteriores a Constituição de 1988, sentenciando à total falta de amparo legal e de garantias sociais milhões de trabalhadores assalariados.

Referências bibliográficas

Arretche, M. (2010), “Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?”, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 53 (3), 587-620.

Arretche, M. (2018), “Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33 (96), 1-23.

Assad, L. (2014), “Uma nova classe social ou o proletariado que se transforma?” *Cienc. Cult.*, 66, 3.

Braga, R. (2013), “Sob a sombra do precariado”. In: Idem. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Bomtempo\Carta Maior.

Figueiredo Santos, J.A. (2005), “Uma classificação socioeconômica para o Brasil”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 58.

Kerstenetzky, C. L. (2017), “Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI”. *Novos Estudos – CEBRAP*, vol. 16 (02),15-34.

Lanzara. A.P.S.; Bruno, S. (2019), “Reforma da Previdência e a seguridade social no Brasil”. *Le Monde Diplomatic Brasil*. Consilutado a 10/12/2019, Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/reforma-da-previdencia-e-a-seguridade-social-no-brasil/>>. Acesso em 10/12/2019.

Poulantzas, N. (1975), *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Tradução de Antônio Roberto Neiva Blundi. Zahar Editores: Rio de Janeiro.

Sampaio Junior, P. D. A. S. (2008), “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”, *Economia-Ensaios*, Uberlândia, 22, 69-98.

Simões, D.; Pinel, F. (2019), “BIS | FMI | G10 | Ordenam Reforma da Previdência nos Países”, *Auditoria Cidadã da dívida*. Consultado a a 10/10/2019, disponível em: <https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/artigo-bis-fmi-g10-ordenam-reforma-da-previdencia-nos-paises/>.

Souza, J. (2019), *O que significa Bolsonaro no poder: Brasil de Fato*. Consultado a 15/12/2019, disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/08/artigo-or-o-que-significa-bolsonaro-no-poder-por-jesse-souza/>>.

Wright, E.O. (2015), *Understanding Class*. London: Verso.

Wright, E.O. (2005), “Foundations of a neo-Marxist class analysis”. In: Wright, Erik Olin. (ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: University Press.

Wright, E.O.. (1997), *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wright, E.O..(1994), “Class analysis of poverty”. In: *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*. London: Verso.

Wright, E.O. (1983), *Clase, crisis y Estado*. Madrid: Siglo XXI.

Wright, E.O. (2016), *Alternatives to Capitalism: Proposals for a Democratic Economy* by Robin Hahnel and Erik Olin Wright. London: Verso.

Wright, E.O. (1998), *A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright*. Dados, 41, 2.

Estado, classes sociais e desigualdades econômicas: contribuições sociológicas de Erik Olin Wright para análise e compreensão da realidade brasileira

Davilson Marques Cunha,⁸ Universidade de Coimbra
davilson.cunha@gmail.com

Marcia Leite Borges,⁹ Universidade de Coimbra
marcia.borges.bb@hotmail.com

Resumo: No Brasil, a Constituição Federal de 1988, apelidada de “cidadã” buscou consolidar uma nação com mais direitos e justiça social. Após quase três décadas de um regime ditatorial, a nova realidade sociopolítica do Brasil passou a exigir uma nova compreensão dos processos políticos, bem como o redimensionamento de algumas categorias de análise sobre a relação Estado, classes sociais e desigualdades econômicas. A obra de Erik O. Wright é notável em seu esforço de análise e compreensão das dinâmicas de classes e suas estruturas. Exponente do marxismo analítico, buscou um aprofundamento de esquemas capazes de mapear as variações nas estruturas de classe das sociedades capitalistas. A formação do pensamento sociológico de Wright e deu na busca de análises mais rigorosas e clarificadas acerca dos problemas sociológicos, normalmente embaciados pelas amarras ideológicas do marxismo ortodoxos. Se de alguma forma o prólogo de que “a luta de classes é o motor da história” pode, de alguma forma, ser posto em dúvidas, ao menos quando contrastado à realidade brasileira, ele se torna real e insofismável. Erik Olin Wright, indo além do entendimento marxista ortodoxo do Estado enquanto executor alinhavado aos interesses dominantes, o concebia enquanto ator primordial dentro do jogo político econômico. Neste interim, defendia estratégias de atuação emancipatórias que poderiam criar alternativas fora do Estado, para então envolvê-lo numa luta em seu interior, que deveria, principalmente por meio da mobilização social regulá-lo, reformá-lo e por fim substituí-lo. Desta forma, é imperativo analisar se com o advento da nova Constituição Federal um novo Estado surgiu, e com ele uma nova realidade sócio-política-econômica com mais direitos, liberdades e justiça social se consolidou? A democracia se fortaleceu e com ela o desenvolvimento nacional foi garantido? Após três décadas, muito já pode ser questionado, e para esta tarefa iremos nos subsidiar das contribuições de EOW para compreensão da realidade brasileira.

Palavras-chave: Estado; Classes Sociais; Desigualdades Económicas; Democracia Brasileira

⁸ Doutorando no programa de Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES).

⁹ Doutoranda no programa de Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES).

Introdução

O Marxismo de Wright se situa dentro da esfera sociologia renegando a tradição marxistas ortodoxas que tratam a realidade como um conjunto de ideias que determinam a realidade social. A partir da reconstituição do marxismo ortodoxo por um viés sociológico buscou constituir um marxismo que não se estruturasse a partir de ideias ortodoxas e sim de um aporte teórico para orientar na reflexão crítica da realidade social e constituir o socialismo.

Assim, o trabalho de Wright é dedicado a uma reconstrução do pensamento marxista, que coaduna dois eixos fundamentais: as relações de classe e as possibilidades de transformação social. A partir das obras fundamentais: *Class, Crisis and the State*, *Understanding Class*, *Alternatives to Capitalism*, atualiza discussões fundamentais do marxismo, como o debate da circunscrição da questão acerca da classe média na estrutura de classes e as possibilidades de emancipação socialista dentro do sistema capitalista.

Wright compreende a análise de classe a partir de distintos processos causais em ação na formação dos aspectos amplos e particulares da desigualdade nas sociedades capitalistas. Considerando análises sociológicas fundamentais como a análise de classe de Weber fundamental a tradição sociológica e rechaçada pela tradição marxista como contributos relevantes para uma compreensão ampliada da sociedade expressa na divisão de classes.

Assim, a tradição marxista pode ser considerada um importante referencial para compreender a realidade social através do método dialético. No entanto, não deve ser considerada como a única forma de observar a realidade e solucionar seus problemas. Em resumo, o marxismo com viés sociológico prescinde a associação a outras perspectivas, aportes e subsídios teóricos metodológicos para proceder a explicação dos fenômenos e processos inerentes a realidade social.

Categoria, conceitos e pressupostos gerais do pensamento sociológico de Erik Olin Wright

Wright conforma um quadro de três grupos de processos causais relevantes para a análise de classes no qual opera uma corrente da teoria sociológica distinta para cada um destes grupos (Wright, 2015).

A primeira linha teórica opera a análise de classes com base nas condições de vida material dos indivíduos. A segunda linha enfatiza os modos pelos quais a estratificação social coloca alguns indivíduos como dominantes ao deterem o poder econômico enquanto outros são dominados por não possuírem este controle. A terceira perspectiva compreende as classes produto dos dispositivos de dominação e exploração, de modo que as posições econômicas conferem a alguns indivíduos o poder e controle sobre outros indivíduos. Assim a primeira perspectiva corresponde a pesquisa de estratificação, a segunda corresponde a perspectiva weberiana e a terceira se conforma a partir da tradição marxista (Wright, 2015).

Uma coisa é reconhecer que há ideias valiosas a serem apropriado de tradições teóricas até hostis; é outra para tentar integrar sistematicamente essas ideias em uma ampla estrutura. Essa é a segunda tarefa deste livro - propor propostas gerais estratégias para integrar ideias-chave de marxistas e não-marxistas correntes de análise de classe. Minha abordagem para conseguir isso vem de uma preocupação de longa data no meu trabalho com a construção tipologias conceituais como uma maneira de esclarecer as diferenças teóricas entre meus argumentos e os de outros que lutam com os mesmos problemas. Por exemplo, em meus primeiros trabalhos empíricos sobre a estrutura eu usei uma tipologia na forma de um diagrama de ramificação de modos alternativos de definir a classe como uma maneira de identificar a cidade específica do conceito marxista (Wright, 2015: 2, tradução nossa).

Há dois conceitos relacionais diferentes de classe estrutural com base no tipo de análise estrutural da natureza das relações nas quais as vidas das pessoas estão inseridas ou suas posições econômicas estão inseridas. Neste sentido, há dois conceitos relacionais diferentes de classe que são possíveis de serem associados para uma análise de classe mais ampla. O objetivo central de sua análise de classe baseada marxismo para Wright é desenvolver alternativas de socialismo para a superação do capitalismo, sem, no entanto, depender de sua derrocada.

Compreende que a análise de classe de Weber dá ênfase nas variações sociais que são operadas dentro do sistema capitalista, de modo que compreende as classes sociais como uma variedade de tipologias de direito de propriedade que operam para a estruturação das relações de classe no que tange a oportunidades e modos de vida que acessíveis para alguns e inacessíveis para outros. (Wright, 2015)

As categorias criadas por Weber permitem compreender as variações do capitalismo a partir da disposição das estruturas de classe dentro do sistema. De modo que existem diversas possibilidades de fragmentação dentro das estruturas de classe que se variam conforme a tipologia dos contratos de trabalho, do tipo de capacitação e treinamento técnico dos trabalhadores. Estas diferentes possibilidades criam diferentes tipos de mercado e por consequência diferentes tipos de capitalismo. Por outro lado, a análise de classe pelo viés da tradição marxista nos permite compreender o capitalismo de maneira ampla. De modo que, permite comparar entre diferentes momentos e ciclos do capitalismo. (Wright, 2015)

Wright (2015) compreende que a abordagem weberiana e a abordagem marxista não são concorrentes, de modo que o marxismo também não ignora as variações que se dão no interior do sistema capitalista. As questões que os marxistas suscitam se coadunam com a abordagem weberiana, a exemplo disso são as análises comparativas entre tipologias de capitalismo, de estruturas de classes, de tipologias de contrato de trabalhos, e todas as relações que envolvem estas variações.

A Tradição Marxista que define as relações pelas quais as classes são relações de produção e produção especificadas. No tipo de formulação marxista clássica, existem diferentes modos de produção são baseados em diferentes tipos de relações de produção e, dentro desses diferentes tipos de relações de produção, diferentes tipos de classes podem ser definidos e no tipo de versão mais simples e de primeira ordem dessa conceitualização. Em cada caso, duas classes básicas são definidas pela natureza da relação social relações que os unem e lhes dei alguns dos nomes já capitalistas e operários, senhores, servos e escravos. Essas são relações de produção diferentes, que definem diferentes tipos de posição de classe na tradição marxiana e depois o diagnóstico de o que é importante nessas relações. No entanto, o que as torna distintas tipos de relações de produção, são formas de exploração e dominação.

A ideia central na análise de classe de Weber compreende as capacidades de mercado em suas relações de mercado em relação as pessoas, definindo assim suas posições de classe. Para Weber as classes realmente existem apenas no capitalismo, rejeitando a ideia de que proprietários de escravos e escravos são classes distintas, são grupos de status distintos, mas não classes. A análise de classes de Weber é restrita às relações sociais que ocorrem nas sociedades de mercado e, em particular, nas sociedades de mercado desenvolvidas, que são sociedades capitalistas. As principais relações que importam para Weber são as relações de mercado que as pessoas trazem ao mercado para vender a outros e, nesse conjunto de trocas de mercado. Weber cria de fato as duas classes básicas que demarcam aquele que vendem sua força de trabalho e aqueles que a compram. Weber acrescenta que algumas pessoas vendem apenas sua força de trabalho bruta outras pessoas vendem força de trabalho qualificada ou força de trabalho credenciada e quando vendem seu trabalho credenciado, elas se envolvem em um relacionamento social no mercado com os empregadores, mas há um tipo diferente de relacionamento em virtude de seu controle sua própria propriedade de suas habilidades. As

relações de mercado de Weber são a principal característica relacional de um sistema econômico que define classes.

Na empreitada de produzir o chamado esquema de classes ou uma análise da estratificação de classes, Wright opera uma crítica ao esquema de classes concebidos pelo marxista grego Poulantzas (1975). Assim, emerge a discussão da problemática da classe média se conformando como central na obra de Erik Olin Wright. Como a classe média se conformaria na estrutura de classes? Estaria do lado da classe dominante ou das classes dominadas. A partir de análises empíricas, construiu uma tipologia de classes (Figueiredo Santos, 1998).

Conforme Figueiredo Santos (1998) no final da década de 1970, houve quatro eixos de análise para compreender a problemática "classe média" na estrutura de classes. Sendo o primeiro, aquela que compreendia a classe média enquanto parte da classe trabalhadora. O segundo enquanto aquele que compreendia como nova pequena burguesia diversas variações de assalariados não-proletários; a terceira de categorias de assalariados localizados como elementos externos a classe trabalhadora conformando-se como uma nova classe chamada de "classe profissional e gerencial"; o quarto eixo analítico compreenderia a classe média como ordenamentos intermediários dentro da estrutura de classes que apresentariam relações contraditórias e complexas dado a este fato. Wright se filiou a este último eixo analítico, através de uma análise de o esquema de classes segmentado em três agrupamentos, já citados anteriormente.

Wright fez a defesa de uma versão estrutural desta última, procedendo a uma análise de três dimensões inter-relacionadas da dominação e subordinação dentro da produção, envolvendo o capital monetário, considerado em termos do fluxo de investimentos dentro da produção e da direção do processo de acumulação no seu conjunto; o capital físico, ou seja, os meios de produção efetivos dentro do processo de produção; e o trabalho, envolvendo as atividades transformativas dos produtores diretos dentro da produção. A relação de classe fundamental entre trabalho e capital foi pensada como polarizada e antagônica ao longo dessas três dimensões. (Figueiredo Santos, 1998:38).

Erik reconfigurou a perspectiva marxista que compreende uma relação social baseada na exploração. A exploração ocorre quando um grupo obtém seu sustento graças ao controle do trabalho de outro grupo. De modo que, não é a renda de um indivíduo que determina sua classe, mas a forma como ela obtém essa renda. Segundo, como a classe depende da extração forçada do trabalho, ela tem uma dimensão necessariamente antagônica. Exige que a classe dominante prejudique o bem-estar de grupos subordinados, o que por sua vez tende a gerar resistência da parte deles. Terceiro, esse antagonismo, sob certas condições, assumirá a forma de um conflito organizado entre classes, a luta de classes.

Algumas questões são suscitadas a partir desta formulação complexa. A primeira questão implica que o avanço do capitalismo acabaria com a classe média. A tradição marxista aponta que os indivíduos pertencentes a classe média se transformariam na classe trabalhadora ou alçariam status de burguesia.

A partir de suas pesquisas, Wright conclui que a classe média não era uma categoria sedimentar que desapareceria de uma forma ou de outra. O capitalismo se estruturou de maneira que estas categorias seriam contempladas por diversos sujeitos de distintas funções e posições sociais no que tange a ganhos econômicos e qualificação de trabalho. Alguns tem sua renda proveniente de salários e outros do controle do próprio trabalho.

Assim, Wright conclui que a classe média como aqueles grupos que possuíam elementos de ambas as classes: capitalista e operária. Os comerciantes compartilham algumas características com os capitalistas, uma vez que possuem os meios de produção, mas também com os trabalhadores, no sentido de que precisam participar ativamente do trabalho de seus negócios. Os gerentes intermediários têm alguns dos poderes dos capitalistas, uma vez que

dominam os trabalhadores, mas, como os trabalhadores, não possuem controle real sobre as decisões de investimento.

A partir desse diagnóstico, Erik conclui que a classe média ocupa posições contraditórias na estrutura de classes. O significado político disso era que essa classe era pressionada, de um lado para o trabalho e, de outro para o capital. Nesse sentido, não seria possível adivinhar de que lado seus membros acabariam optando, o que dependia da combinação de uma série de condições históricas e fatores políticos de diferentes conjunturas.

Estado, classes sociais e desigualdades econômicas no Brasil. Uma interpretação à la Erik Olin Wright

As desigualdades sociais no Brasil são decorrentes de um processo histórico e estrutural que tem origem colonial. A escravidão do Brasil Império a concentração de terra, renda e poder dos grandes latifundiários. No Brasil não foram criadas as condições necessárias para a superação do modelo colonial que possibilitasse a formação de um estado nacional com o caráter democrático e autônomo em relação as potências imperialistas.

O processo de ausência do Estado em relação aos direitos das populações minoritárias em benefício de uma parcela minoritária que ainda concentra o poder econômico e político de uma sociedade há séculos. Assim, a sociedade brasileira está contaminada em todas as dimensões, territorial, política e cultural por sua estrutura colonial que ainda não foi superada. A estrutura colonial baseada na escravidão e o latifúndio, tem como função o provimento da economia externa colonial. Tendo por objetivo final a maximização dos lucros e a posterior transferência para o exterior (Sampaio Junior, 2008).

Neste caso, a estrutura social brasileira estaria marcada pela desigualdade social extrema, onde a pobreza e a crescente precarização da mão de obra no contexto das relações de trabalho estaria subjacente a este processo histórico (Wright, 1994).

O Brasil não conseguiu completar o processo de formação nacional, devido ao fato de não solucionar, no processo de transição da colônia para a nação, os dois maiores problemas estruturais, a segregação social de natureza de classe, gênero e raça e a dependência externa. O capitalismo brasileiro é um tipo particular de capitalismo que se conforma a partir da associação dos aspectos fundamentais: segregação social e dependência externa. Estes provocam uma lacuna no desenvolvimento sócio-econômico, deturpando o funcionamento da competição capitalista e o modo como funciona a luta de classes. A concorrência no Brasil possibilita a classificação do trabalhador, no entanto, não se coaduna em um dispositivo que possibilite ao trabalhador transformar os recursos advindos da produtividade em aumentos de salário real. O tipo de capitalismo que se estrutura no Brasil se conforma como um mecanismo de favorecimento da classe dominante, pois as lacunas expostas no contexto sócioeconômico que estrutura barreiras que impossibilitam o capitalismo brasileiro de progresso técnico (Sampaio Junior, 2008).

O capitalismo brasileiro opera em favor das classes dominantes, sem deixar brechas e possibilidades de incorporação das classes mais baixas, no que tange ao funcionamento da economia. A luta de classes se conforma também se conforma a partir das classes dominantes, de modo que há um modelo baseado na intolerância com que classe dominante brasileira lida com as camadas mais baixas da sociedade, criando mecanismos que impedem a organização e mobilização social em torno de direitos sociais.

A economia mundial globalizada transformou a estrutura e relações de classe no contexto mundial. Neste contexto, há a emergência de sujeitos inscritos em categorias distintas às tradicionais de classe propostas por Marx. Assim, emerge o precariado, considerado uma nova

classe social, para alguns e renegado por correntes marxistas ortodoxas. O precariado é caracterizado sobretudo pelas condições de trabalho precarizadas e sem qualquer segurança, estabilidade e garantias (Assad, 2014).

As relações de trabalho no Brasil se conformam a partir da estrutura colonial brasileira de segregação social de classe, gênero e raça. Assim como na economia global a economia brasileira se (re)configurou a partir de série de setores que se situam dentre as classes médias e a classe trabalhadora.

Visto como uma camada do proletariado ou como nova classe social, o precariado é consequência do neoliberalismo e da globalização do capital. Sucessivas crises do capital, como a crise do México, em 1994, da Rússia em 1998 e a crise econômica de 2008/2009, que começou nos Estados Unidos e se alastrou por vários países da Europa, afetaram principalmente pessoas que constituem o grande contingente de reserva de mão-de-obra. Elas se viram destituídas das garantias sociais relativas ao vínculo empregatício, como estabilidade de emprego e renda e a representação política. (Assad, 2014:17).

Braga (2013) compreende que o precariado vem a ser assim, um setor que se situa dentro da fração do proletariado tendo este setor surgido desde a emergência do sistema capitalista. Assim, o precariado no Brasil se conforma como aquele setor da classe trabalhadora que se encontra em condições degradantes de trabalho que obrigam esses setores a se adaptarem a um processo de produção que estão além das suas próprias condições de produção da força de trabalho. Há uma série de sujeitos que se enquadram nesta classe, de jovens pertencentes a classe trabalhadora iniciantes no mercado de trabalho. Trabalhadores que por falta de qualificação se submetem a trabalhos subalternos apenas pelas garantias trabalhistas, estes ocupam vagas de extrema rotatividade, como é o caso do telemarketing. Outro grupo se enquadra em ocupações informais ou autônomas em troca de maior flexibilidade.

A especificidade da estrutura de classes no país parece materializar-se, de modo particular, na geração de uma grande heterogeneidade socioeconômica em um hipertrofiado segmento de auto-emprego e na constituição de formas exacerbadas de destituição, dentro e fora do universo do trabalho assalariado, quando não de exclusão do sistema social de produção (Figueiredo Santos, 2005: 33).

Esse contexto demonstra a relevância de se amparar em modelos de análise que permitam mensurar as desigualdades econômicas, de modo que a partir da construção de categorias que se baseiem nas posições ocupadas por trabalhadores de distintas e complexas condições sociais em relação ao mercado de trabalho (Wright, 2005). Assim, partir da construção de um quadro analítico que permita verificar como operam as relações de classe em função da produtividade e obtenção de bens.

Wright compreende que o problema do capitalismo se dá na maneira como são alocados os recursos, maximizados os lucros e como são apropriados os lucros. Este processo gera um crescimento ambientalmente destrutivo e o problema acompanhante do consumismo são intrínsecos ao capitalismo. Se esses efeitos negativos do capitalismo crescem sem limites, a discussão colocada se aporta nas nuances, brechas que o consumismo associado pode ser neutralizado sem transcender o próprio capitalismo. Compreende a possibilidade de coexistência do capitalismo com uma forma não destrutiva ambientalmente, da atividade econômica com o consumismo sob controle gerando um sistema sustentável e estável.

Considera que problema central é pensar sobre como criamos um mundo para as próximas gerações, no qual os valores que esperamos realizar na atual comunidade democrática da igualdade são herdados e sustentáveis a longo prazo, que não estão ancorando a sustentabilidade apenas na questão ambiental. Assim, a questão ambiental se torna parte condições necessárias para a sustentabilidade da sociedade justa uma sociedade democrática em uma sólida sociedade heurística. O diagnóstico e a crítica em se concentra está expressa no

capitalismo como um complexo institucional que organiza a maneira como as práticas econômicas acontecem.

Considerações Finais

Wright não teve o Brasil e sua realidade social, como objeto prioritário de sua análise. Todavia, é possível pinçar alguns elementos teóricos de sua vasta obra, que nos possibilitam dialogar sobre os agudos problemas do Brasil, como a relação de classes e exploração econômica. Existe neste caso – *ressalvadas as devidas contextualizações de cenários políticos* - aquilo que Erik Olin Wright (1994) chamou de relação entre exploradores burocráticos e produtores em economias de comando uma vez, que a capacidade que a elite burocrática do Estado tem de se apropriar do excedente se baseia em seu controle eficaz sobre os recursos produtivos da sociedade. Isto é, o capitalismo num primeiro momento se beneficia diretamente do precariado, e agora busca se beneficiar/usurpar do último direito do trabalhador. A saber, a sua aposentadoria, como no episódio da Reforma da Previdência do Governo Bolsonaro.

Em seu estado da arte, Wright, deixa clarividente sua compreensão de classe enquanto um conceito intrinsecamente político, uma vez que está sempre presente em si, as relações de dominação, que implicam dominação sobre a atividade dos trabalhadores diretamente dentro da própria organização social da produção, de forma mais alargada, aqui entendida como sociedade. Dominação sem apropriação e apropriação sem dominação são estruturas não reprodutivas das relações sociais de produção. As relações de classe são a unidade das relações de apropriação e dominação (Wright, 1994).

Nota-se que na perspectiva de Wright, a exploração depende geralmente da capacidade de o controlador do ativo privar os outros do acesso a este, e como o Estado é na tradição marxista, à serviço das classes dominantes, as bases materiais da exploração, acabam por ser conformarem desigualdades na distribuição dos ativos produtivos. As classes dominantes acabam, por controlar a decisões do Estado, flexibilizando e achatando direitos trabalhistas e mantendo inalterado seus privilégios. É preciso, resistir na defesa, que após árduos anos de trabalho precário, a aposentadoria deveria ser um direito inalienável.

Num país eivado de problemas de classe, exploração do trabalho, subjugação dos interesses sociais em detrimento dos econômicos, as análises de Wright revelam-se em importantes contributos sociológicos para compreensão das assimetrias socioeconômicas, desigualdades e injustiças sociais no Brasil.

Referências bibliográficas

Arretche, M. (2010), “Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?”, *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 53 (3), 587-620.

Arretche, M.. (2018), “Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 33 (96), 1-23.

Assad, L. (2014), “Uma nova classe social ou o proletariado que se transforma?” *Cienc. Cult.*, 66, 3.

Braga, R. (2013), “Sob a sombra do precariado”. In: Idem. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Bomtempo\Carta Maior.

Figueiredo Santos, J.A. (2005), “Uma classificação socioeconômica para o Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 58.

Kerstenetzky, C. L. (2017), “Foi um pássaro, foi um avião? Redistribuição no Brasil no século XXI”. *Novos Estudos – CEBRAP*, 16 (02), 15-34.

Lanzara, A.P.S.; Bruno, S. (2019) “Reforma da Previdência e a seguridade social no Brasil”. *Le Monde Diplomatic Brasil*. Consultado a 10/12, 2019, disponível em: <<https://diplomatie.org.br/reforma-da-previdencia-e-a-seguridade-social-no-brasil/>>. Acesso em 10/12/2019.

Poulantzas, N. (1975), *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Tradução de Antônio Roberto Neiva Blundi. Zahar Editores: Rio de Janeiro.

Sampaio Junior, P. D. A. S. (2008), “Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo”, *Economia-Ensaios*, Uberlândia, 22, 69-98.

Simões, D.; Pinel, F. (2019), “BIS | FMI | G10 | Ordenam Reforma da Previdência nos Países”, *Auditoria Cidadã da dívida*. Consultado a 10/10/2019, disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/conteudo/artigo-bis-fmi-g10-ordenam-reforma-da-previdencia-nos-paises/>>.

Souza, J. (2019), *O que significa Bolsonaro no poder: Brasil de Fato*. Consultado a 15/12/2019, disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/08/artigo-or-o-que-significa-bolsonaro-no-poder-por-jesse-souza/>>.

Wright, E.O. (2015), *Understanding Class*. London: Verso.

Wright, E.O. (2005), “Foundations of a neo-Marxist class analysis”. In: Wright, Erik Olin. (ed.). *Approaches to class analysis*. Cambridge: University Press.

Wright, E.O. (1997), *Class counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wright, E.O. (1994), “Class analysis of poverty”. In: *Interrogating inequality: essays on class analysis, socialism and marxism*. London: Verso

Wright, E.O.. (1983), *Clase, crisis y Estado*. Madrid: Siglo XXI.

Wright, E.O. (2016), *Alternatives to Capitalism: Proposals for a Democratic Economy* by Robin Hahnel and Erik Olin Wright. London: Verso.

Wright, E.O.. (1998), *A Teoria e a Tipologia de Classe Neomarxista de Erik Olin Wright*. Dados, vol. 41 n. 2 Rio de Janeiro.

Dimensiones sociales de los marcos regulatorios laborales en Brasil y España¹

Elizardo Scarpatti Costa,² Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
Email: eliscarpatti@hotmail.com

Jaime Aja Valle,³ Universidad de Córdoba (UCO)
Email: jaime.aja@uco.es

Resumen: El propósito de este texto es analizar la (s) reforma (s) laboral (es) en Brasil y España de manera descriptiva y plasmada en un caso particular derivado de la formación histórica del mundo del trabajo regido por los marcos regulatorios de ambos países. Los datos empíricos aquí discutidos se basan en el análisis del cambio en la legislación laboral (pos-reformas) que consideramos importante, apoyados en algunos datos secundarios obtenidos a través de institutos de investigación que catalogaron cambios en el trabajo sobre el terreno. La idea de que las metamorfosis actuales en el mundo del trabajo tienen una tendencia a la precariedad, fragmentación y flexibilidad en las relaciones laborales es un fenómeno social omnipresente, como hemos demostrado a lo largo de este artículo. En una trayectoria marcada por el deterioro de las condiciones de vida de la *classe-que-vive-do-trabalho*, este estudio comparativo demuestra que estas diferencias son menores de lo que imaginamos anteriormente, incluso en el caso de un país miembro de la Unión Europea (capitalismo central) y un Mercosur. país (en desarrollo), las condiciones de vida se acercan, se nivelan por debajo.

Palabras-clave: Reforma laboral; Trabajo precario; Marcos regulatorios laborales; Capitalismo; Clase obrera

Introducción

Las transformaciones en el mundo del trabajo y las relaciones laborales que en él están circunscritas, posibilitan el perfeccionamiento y la revitalización de los marcos teóricos, metodológicos y epistemológicos (Antunes, 2009; Costa y Almada, 2018; De la Garza Toledo, 2000, 2009), siendo imperativo (re) pensar el trabajo en el sentido de sus abordajes también en su forma jurídica, en concreto respecto a las legislaciones laborales nacionales. Si bien es cierto que las investigaciones sociológicas sobre el trabajo, tendencialmente, han apuntado al

¹ Esta investigación fue financiada por el programa de Movilidad de profesores e investigadores Brasil-España, Fundación Carolina.

² Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG). Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Feuc) e pela L'École de Hautes Études en Science Sociales (EHESS). É doutor em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (UC). Pós-Doutorado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e no Central European Labour Studies Institute (Celsi), Eslováquia. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4367-8810>.

³ Professor Associado de Sociologia na Universidade de Córdoba (UCO), Espanha. É Doutor em Ciências Sociais pela mesma Universidade. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1341-3301>

surgimiento de formas precarias de trabajo a nivel global, lo que contradice, en grosso modo, las retóricas de modernización depositadas en las eventuales virtudes de la flexibilidad laboral, a través de reformas laborales nacionales (Costa, 2016, Costa y Costa, 2018), es también verídico que sus efectos están encubriendo situaciones reales de trabajo penalizadoras para la *clase-que-vive-del-trabajo* (Antunes, 1999)⁴.

En este contexto, la realización de investigaciones sobre las nuevas configuraciones del trabajo basadas en una lógica analítica aislada en el contexto nacional puede ser contraproducente, en la medida en que, como nunca en la historia del capitalismo, la dinámica imprimida por los agentes de los mercados financieros, influyen decisivamente en la concepción en la orientación y en los modelos de regulación que las legislaciones nacionales deben tener, proceso que se ha agravado, particularmente, como respuesta a la crisis del capitalismo global de 2008 (Costa, 2016; Harvey, 2011)⁵. Por lo tanto, las nuevas reformas laborales promulgadas por los gobiernos de España, en el año 2012, y de Brasil, en el año 2017, pueden servir de presupuesto analítico, en el sentido de ilustrar esa nueva fase de las relaciones laborales insertadas en el capitalismo globalizado - tomando por referencia los contextos laborales español y brasileño.

Esta investigación se propone discutir los principales aspectos de los marcos regulatorios laborales en el sentido de sus dimensiones sociales, tras la aprobación y la implementación de las reformas laboral del año 2012 en España y de Brasil en 2017, reformas que alteraron significativamente el marco normativo de las relaciones laborales. Ambas reformas aparecen ligadas, por el contexto de respuesta a la crisis y por su orientación remercantilizadora (en el sentido que le da Esping-Andersen, 2000); pero también porque las reformas laborales de Brasil de 2017 se inspiraron explícitamente en las reformas laborales españolas de 2012, tal como se declaró desde el gobierno brasileño liderado por el ex presidente Michel Temer (2016-2019).

Hemos defendido, en otros textos, la tesis de que la dinámica empleada por los constantes cambios de la realidad laboral ha hecho que la propia naturaleza de la investigación social esté dotada de mayor versatilidad teórica y metodológica, debido a los desafíos planteados por el objeto empírico (Costa, 2016; Costa y Almada, 2018). Hemos optado por hacer una investigación comparativa que se beneficie de dos estudios de caso, con el objetivo de demostrar algunos impactos de los marcos regulatorios en los mercados laborales, las condiciones laborales reales y su organización en la vida *clase-que-vive-del-trabajo*, pero también, incluimos la idea contemporánea de complejidad de clase creada por Eric Olin Wright:

Propone una separación entre la opresión económica y la explotación. Desde el punto de vista de la opresión económica, descubre que el bienestar de la clase opresora deriva de las privaciones materiales de los oprimidos como resultado de su posición privilegiada en la sociedad atribuida a los derechos de propiedad. Desde el punto de vista de la explotación, el materialismo y el poder material de la clase explotadora dependen de su capacidad para apropiarse del trabajo, así como de la sofisticación de la transferencia de ingresos de una clase a otra (Costa, 2016: 353-354).

Específicamente en este artículo, creemos que el capítulo de exploración de Wright cabe en el contexto de constituir marcos regulatorios laborales en el sentido de su producto final.

⁴ Como Ricardo Antunes (1999, apud Costa y Freitas, 2018: 942) "Propone la noción de clase-que-vive-del-trabajo, con el propósito de explicar la nueva morfología de la clase obrera, salvaguardando la heterogeneidad histórica de la clase obrera. Para el autor, la clase-que-vive-del-trabajo es formada por trabajadores (hombres y mujeres) productivos e improductivos, desprovistos de medios de producción, trabajadores precarizados, pero también de desempleados y trabajadores informales".

⁵ Es importante referir, que las crisis coyunturales y / o estructurales forman parte de la genealogía histórica del sistema capitalista, como podemos observar en investigaciones realizadas por Edgar Morin (1998) y Jürgen Habermas (1980).

Además, al comparar estudios de casos, podemos reconstruir algunas de las características y modalidades del trabajo precario en una perspectiva más globalizada, según lo analizado por Michael Burawoy (2000), la investigación social solo necesita un caso relevante para obtener objetividad. y la veracidad de los hechos, es decir, es especialmente importante destacar la idea de ejemplaridad del objeto empírico. Esta orientación metodológica nos lleva a la propuesta del método comparativo descrito por March Bloch: "aplicar el método comparativo en el ámbito de las ciencias humanas es tratar de explicarlos, las similitudes y las diferencias presentadas por dos series diferentes de naturaleza similar, tomadas de diferentes redes sociales" (Bloch, 1928, p. 31).

La reinención del trabajo por el sistema capitalista

No es una tarea simple definir con precisión qué es el capitalismo. En términos generales, podemos clasificarlo como un modo de producción que se beneficia de la apropiación de los medios productivos y el control del poder sociopolítico. Además, su capacidad de reinención es notable, basada principalmente en la constante revolución científico-tecnológica (inteligencia artificial (IA), industria 4.0, nuevas tecnologías de información y comunicación (TIC), entre otros campos), pero también en su capacidad para encontrar nuevas formas de legitimación y dominación sociopolítica a nivel ideológico. Las fuentes fundamentales de su vitalidad ecuménica, longevidad y dominio social y político en el sentido de su reclamo holístico se desarrollan junto con sus grandes limitaciones históricas, ya ampliamente debatidas debido a su incapacidad demostrada para combinar el progreso científico y tecnológico con resolución de conflictos sociales a escala global, que puede analizarse por el campo de las relaciones laborales, que se discutirá aquí.

En ese marco, el desarrollo técnico-científico propuesto por el capitalismo, de la cual el economista Joseph Schumpeter describió de forma positiva en su libro *Teoría del desarrollo económico* a principios de la segunda década del siglo XX - como "destrucción creativa", incluso en el ámbito de las relaciones laborales. En el plano crítico, Karl Polanyi (2000) en su obra *La gran transformación*, por ejemplo, hizo un análisis provechoso sobre el sistema capitalista de acuerdo con las modificaciones que ocurrieron al paso de las "sociedades con mercado" a las "sociedades de mercado", ocasionando la consiguiente transformación del trabajo en "mercancía ficticia" (idibem). Polanyi se basa en el concepto de fetichismo de la mercancía, de Marx (1970), y lo aplica a la fuerza de trabajo.

Durante el siglo XX, las investigaciones sociológicas realizadas sobre el mundo del trabajo utilizaban el término denominado "relaciones industriales" Friedmann y Naville, 1963; Hyman, 1981, como forma de descortinar el modelo taylorismo-fordismo de organización del trabajo. No obstante, a finales del siglo XX los sociólogos pasaron a emplear el concepto de "relaciones laborales", en razón de los cambios significativos en el conjunto de relaciones laborales, con el proceso de debilitamiento de las sociedades industriales, y el nacimiento de los nuevos modelos de producción y, las orientaciones tecnológicas post-industriales (Castillo, 1996; Castells, 2003; Costa, 2016; Harvey, 1992). La extensión del neoliberalismo a finales de la década de 1970 proporcionó los primordios de las experiencias liberales que no tuvieron éxito, pues ocurrió la aceleración del empobrecimiento de las poblaciones y el debilitamiento de los Estados nacionales, no sólo en lo que se refiere al aumento de las desigualdades sociales, pero también como podemos verificar por la creación de nuevas formas de precariedades laborales. De otro modo, ante el proceso de globalización -en el que destacan sobre todo las dimensiones económica y tecnológica- la reconstrucción de las relaciones laborales ha sido circunscrita frente a la prevalencia de grandes desigualdades sociales, económicas y culturales (Bauman, 1999; Castells, 2003; Bourguignon, 2012; Santos, 2000; Santos, 2005).

En este sentido, los análisis de las formas de las relaciones de trabajo en esta segunda década del siglo XXI, no pueden dejar de tener en cuenta la noción de un capitalismo cada vez más flexible y digital, teniendo en la consolidación de las nuevas tecnologías de información y comunicación - TIC (Costa, 2016) uno de sus legados. Las nociones y categorías anteriormente estudiadas incesantemente por la sociología, como el trabajo-empleo, la industria, la globalización, los estados, los sindicatos, los movimientos sociales, entre otras categorías, dejaron de ser exclusivamente analógicas y ganaron contornos más digitales, efímero y líquidos. La robótica y la industria 4.0 son una realidad en las sociedades de capitalismo más desarrollado. El debilitamiento de las "sociedades salariales", cuyos componentes activos, la "precariedad del empleo-trabajo", debilitan las relaciones laborales (Castel, 1995; Paugam, 2000). Por eso, si tales transformaciones se entienden como un "nuevo espíritu del capitalismo", están demarcadas tanto la hegemonía de transformaciones ideológicas pautadas en la gestión productiva de resultados, como en la disminución considerable de la solidaridad social, la desregulación del mercado de trabajo y del aumento del individualismo (Boltanski y Chiapello, 2001).

Así, las formas de precariedades laborales en Brasil y España se sitúan dentro de esa modernidad. Por otro lado, el concepto de "precariedad laboral" puede ser, eventualmente, distinguido entre trabajo / empleo precario y no precario, ganando forma justamente por los contornos de los ordenamientos jurídicos nacionales - en el caso de ese estudio, la investigación sobre el caso brasileño y español. La noción de precariedad está vinculada al debilitamiento de la norma salarial de empleo, característica de la sociedad salarial (Castel, 1997; Prieto Rodríguez, 2002; Prieto Rodríguez, Arnal Sarasa, Caprile Elola-Olaso y Potrony Hernando, 2009), definida por la seguridad en siete ámbitos: en el empleo (estabilidad), en el puesto y condiciones de trabajo, en los ingresos, en el proceso de trabajo, en el desarrollo profesional, en el mercado de trabajo (con un situación cercana al pleno empleo) y en la representación sindical de los intereses colectivos (Standing, 2000). La precariedad laboral se define por las condiciones objetivas pero también por las experiencias subjetivas establecidas en el conjunto de relaciones laborales (Cingolani, 2005), experiencias basadas en una lógica de individualización del fracaso conectado que puede vincularse a la "descalificación social" (Paugam, 2013) o la abstención del Estado por promover la seguridad social, o incluso la pérdida de la noción de relación de los individuos con el empleo estable a largo plazo (Hewison, 2016).

Por lo tanto, la constatación de la existencia de empleos precarios en el mundo del trabajo, teniendo como tipología el modelo de empleo flexible - de carácter temporal, parcial, inestable, con pocos derechos y mal remunerado, puede ser un ejemplo de empleo "digital", que no se restringe al sector de tecnologías, pero es verificable en todos los segmentos de las economías contemporáneas. En este sentido, el objetivo principal de la investigación será comprender y analizar si los actuales marcos regulatorios laborales en Brasil y España, que pueden contribuir a reducir o aumentar la precariedad laboral en los dos países. Por último, la idea será proponer una renovación o perfeccionamiento de esos dispositivos regulatorios, siempre que sea el caso, como forma de amenizar eventuales formas de empleos precarios, si se constata que los actuales niveles de pauperización basados en los dos estudios de caso, se ha comprobado que los índices han alcanzado niveles alarmantes.

Instrumentos regulatorios en Brasil: historicidad, resiliencia y configuraciones laborales

Es necesario hacer una breve nota histórica sobre la Consolidación de las Leyes laborales (CLT) en Brasil, independiente del debate ideológico y teórico promovido por diversas corrientes sociológicas y filosóficas sobre el carácter de su existencia. Es sabido que antes de los años 40 del siglo XX, no había ninguna previsión de derechos sociales - individuales y colectivos sobre cuáles eran los derechos laborales, o sea, lo que consideramos como una de las bases primarias para una *ciudadanía regulada*⁶ y la atribución del significado histórico de los derechos laborales como condición elemental de la formación de la ciudadanía en el país.

Así, el ex presidente Getúlio Dornelles Vargas, creó el Decreto-ley n° 5.452, el 1 de mayo de 1943⁷, aprobando la CLT. A partir de entonces, las relaciones laborales pasaron a ser normalizadas por ese instrumento regulatorio⁸. Pasados 76 años desde su promulgación, la CLT viene sufriendo diversas modificaciones a lo largo de las décadas en su texto, lo que consideramos normal en la medida en que las relaciones casi siempre conflictivas entre el capital y el trabajo, también se fueron modificando en el sentido de mayor la flexibilidad laboral ocasionada por las reestructuraciones productivas del sistema capitalista después de 1970 (Biavaschi, Krein, 2006; Gomes, 2005; Krein, 2018a). En este debate que antecede a la reforma laboral de 2017 (RT17), podemos establecer, hipotéticamente, tres tipologías que versaron sobre los límites y las potencialidades de una nueva CLT: i) *La primera perspectiva podría ser descrita como neoliberal*, pues defiende la tesis de que la rigidez de las leyes laborales, no estarían más en consonancia con la realidad, con los nuevos patrones productivos y organizativos exigidos por el capitalismo contemporáneo. Por lo tanto, esta rigidez no contribuiría a la generación de nuevos empleos, pues no proporcionaba un aumento del margen de beneficio de los inversores privados, lo que haría inviabilizar la competitividad de las empresas en el libre mercado globalizado. ii) *la segunda tesis defiende una posición más conservadora por un lado, y revolucionaria por otra*, en la medida en que no atreven a la rigidez de las leyes laborales con la imposibilidad de crecimiento económico y la generación de empleos, sino al contrario, cuanto más derechos laborales, mayor sería la eficiencia productiva de los trabajadores y el incremento de rentabilidad del empleador, pues los trabajadores estarían más motivados para ejercer su actividad. Además, defienden la tesis de que los gobiernos no deben en ningún caso hacer concesiones a las presiones oriundas de los mercados en el sentido de la flexibilización laboral. La persistencia en el deterioro considerable

⁶ El concepto desarrollado por el científico político brasileño Wanderley Guilherme dos Santos, donde el autor caracteriza el reconocimiento de los derechos sociales en el siguiente sentido: "Por ciudadanía regulada entiendo el concepto de ciudadanía cuyas raíces se encuentran, no en un código de valores políticos, sino en un el sistema de estratificación ocupacional, y que además, tal sistema de estratificación ocupacional es definido por norma legal. En otras palabras, son ciudadanos todos aquellos miembros de la comunidad que se encuentran ubicados en cualquiera de las ocupaciones reconocidas y definidas en ley (Santos, 1979: 75).

⁷ Brasil, decreto-ley n.º 5.452, de 1º de mayo de 1943. Disponible <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html#marcacao-conteudo-portal>. Acceso em 27 de janeiro de 2019.

⁸ Es importante resaltar que la Constitución de la República Federativa del Brasil de 1988, en su artículo 7 (cláusulas pétreas - que no puede suprimirse sin una nueva asamblea constituyente), consolida y asegura parte de los derechos sociales laborales presentes en la CLT como, por ejemplo: seguro de desempleo; décimo tercer salario; vacaciones anuales retribuidas, entre otros. En otras palabras, el conjunto de derechos y garantías individuales enumerados en la CF88 establece el mínimo de condiciones del contrato de trabajo. Lo que cambia de la CF88 a CLT es el contenido práctico de los beneficios que el trabajador se beneficiará, como, por ejemplo, el período de vacaciones en el año que el trabajador va a gozar puede ser definido en el momento de la celebración del contrato de trabajo. Principio insculpido en el art. 7º, inciso II, de la CF / 88. Disponible en https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.10.2017/art_7_.asp. Acceso al 31 de enero de 2019.

de los derechos sociolaborales, podría llevar a la revolución política como salida para la resolución de los conflictos. iii) *Una tercera corriente defiende la idea de que es posible hacer algunas flexibilizaciones en las leyes laborales, sin que ello coloque en jaque las condiciones de vida y la calidad del trabajo.* Los derechos sociolaborales podrían adaptarse a la actualidad y los inversores podrían seguir obteniendo beneficios, pero de manera controlada. De esta manera, defienden la maximización del capitalismo de Estado, con preponderancia del Estado de bienestar social basado en una cierta nostalgia del modelo fordista (Braga, 2003). No obstante, vale resaltar que el modelo fordista en Brasil fue conceptualizado como "fordismo periférico"⁹, como bien analizó el sociólogo Ruy Braga:

En el caso brasileño, un mismo modelo de desarrollo, el fordismo periférico, por ejemplo, comportó diferentes modos de regulación, el populista (1943-1964) y el autoritario (1964-1986), además de suponer distintos momentos del régimen despótico de acumulación: la superación del taylorismo primitivo (mediados de los años 1940), seguida por el auge (período del "milagro" económico brasileño, de 1968 a 1974), por la crisis (la llamada "década perdida", de 1978 a 1989) y por la sustitución del "el fordismo periférico por un nuevo régimen de acumulación post-fordista y financieramente (desde 1994 hasta los días actuales)." (Braga, 2014: 27).

La crisis económica de 2008 devastó el sistema capitalista en niveles similares a la caída de la bolsa de 1929, como describió David Harvey (2010). Por otro lado, sus efectos sólo vinieron a impactar a la sociedad brasileña a partir del año 2013, debido a varios factores coyunturales internos y los desdoblamientos de la crisis internacional. En el año 2016, se precipitó el ascenso del vicepresidente Michel Temer al poder.

Así, el nuevo gobierno bajo inspiración ideológica de la reforma laboral española de 2012, que fue aprobada por el gobierno del ex primer ministro Mariano Rajoy (EL PAÍS, 2017), sancionó el mayor cambio ya realizado en el sistema de relaciones laborales de la sociedad brasileña con la Ley 13.467 de 13 de julio de 2017¹⁰, que alteró definitivamente más de dos centenares de artículos de la CLT, siendo complementada por la ley nº 13.429/2017¹¹, que ha ampliado la tercerización de la fuerza de trabajo, sin más especificidad de actividades (cualquier profesión puede ser tercerizada, menos las carreras de Estado) y generalizó la posibilidad de celebración de contrato de trabajo tercerizado.

En la primera tipología que formulamos en este capítulo, el carácter de la RT17 siguió una tradición liberalizadora, en el sentido de buscar viabilizar en el plano del mercado de trabajo, la máxima flexibilización, con base en contratos de trabajo orientando a *gig economy* (basada en trabajadores temporales y sin vínculo laboral).

La CLT fue sometida a modificaciones que buscan, esencialmente, flexibilizar los vínculos de trabajo, garantizando mayor margen de ganancia, teniendo en el discurso gubernamental y empresarial la retórica de la generación de más empleos como pilar de sustentación de la medida. En este sentido, los instrumentos regulatorios pasaron a servir de base legal para producción de precariedad, como vamos a demostrar en algunos puntos cruciales de la RT17, de acuerdo con los siguientes bloques: 1) relaciones laborales (tipos de contratación, flexibilización de los despidos individuales y colectivos, ampliación de las formas de jornadas de trabajo, condiciones de trabajo). 2) negociaciones colectivas y resolución de conflictos laborales (cambios en el cuadro de representación individual y colectiva de los trabajadores,

⁹ Para más detalles sobre la definición de los conceptos del fordismo periférico brasileño ver Lipietz 1988), Braga (2012).

¹⁰ Texto completo de la ley disponible en: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acceso al 01 de febrero de 2019.

¹¹ Texto completo de la ley disponible en: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm. Acceso al 01 de febrero de 2019.

limitaciones de las atribuciones y acceso a la justicia del trabajo). "Es cierto que lo que llamamos modelos de contratación atípica -" son tipos de contratos que permiten la adaptación de las empresas a las fluctuaciones económicas, dispensando compromisos permanentes y costos con sus empleados "(Krein, 2013b, 169), que antes también servían para modificaba o camuflaba un contrato de trabajo estándar, o establecía "relación de empleo disfrazada" (Krein, 2013b, 181), en parte, se incorporaron la RT17.

El "trabajo intermitente", es uno de los tipos de contratación de trabajo con mayor destaque de la RT17, pues reforzó y disciplinó la concepción de que la fuerza de trabajo es una mercancía disponible en abundancia, como demuestra, por ejemplo, parte del texto de la CLT en Artículo 5 – "El período de inactividad no será considerado tiempo a disposición del empleador, pudiendo el trabajador prestar servicios a otros contratistas", en el artículo 1 - "El empleador debe convocar al empleado, por cualquier medio de comunicación eficaz, prestación de servicios, informando cuál será la jornada, con al menos tres días corridos de antelación"(Brasil, 2017). La RT17 permite la prórroga de jornada en ambientes laborales insalubres, sin la necesidad de licencia previa de las autoridades competentes reguladoras.

En resumen, aunque el trabajador esté vinculado contractualmente a una determinada empresa, recibirá sólo su remuneración de acuerdo con las horas o los días trabajados para la empresa, siendo descartado en esa forma de contratación, la posibilidad de recibir parte de su salario, en el período de descanso o "inactividad" semanal. Por otro lado, la ley mantuvo el derecho a 30 días de vacaciones después de 12 meses de trabajo con contrato intermitente ininterrumpido, pero sin recibir ningún beneficio remuneratorio por ese período. Por lo tanto, en alguna medida, el trabajador deja de conseguir planear su vida en el corto (tiempo a disposición del empleador) y en el mediano y largo plazo (aumento de la rotatividad y fin de la estabilidad en el empleo), lo que no sucedía de manera tan asertiva, en las modalidades de contratación, por ejemplo, el contrato de trabajo por tiempo indefinido, que continúan previsto en la CLT, pero que tendencialmente, será cada vez menos accionado por los empleadores, según argumentó Sandro Carvalho (2017):

"Se puede argumentar que la mayor parte de los que realizan ese tipo de trabajo hoy operan en la informalidad, pero no queda claro cuál es el efectivo aumento del bienestar social en legalizar la precariedad, además de un mero cambio de forma. En vez de ampliar las posibilidades de formalización por medio de políticas públicas orientadas a la productividad del trabajo, se procura hacer legales trabajos precarios, bajo el riesgo de precarizar trabajos que hoy se encuentran protegidos" (Carvalho, 2017: 87).

Además, RT17 en el arte. 442 - B de CLT consideró el tema del trabajo autónomo que, dificultar la posibilidad del contrato de la creación de empleo con trabajadores prestadores del servicio autónomos, incluso en caso de laboral de exclusividad (la legalización del trabajador reclutar como persona jurídica (PJ)¹², en sustitución del contrato de trabajo - celebrado entre empleado y empleador), como podemos observar en el texto: "la contratación del autónomo, cumplidas por éste todas las formalidades legales, con o sin exclusividad, de forma continua o no, aleja la calidad de empleado prevista en el art. 3º de la CLT "(Brasil, 2017). No obstante, el trabajo a tiempo parcial (*part-time*), que anteriormente estaba limitado por hasta 25 horas semanales, pasó a tener una duración máxima de 32 horas semanales, incluso, ahora el

¹² La persona jurídica, conocida en Brasil como proceso de "pejotización" del trabajo, representa la forma de contratación del trabajo, donde el trabajador se presenta como una empresa prestadora de servicios (jurídica), pero en realidad siendo sólo fuerza de trabajo (persona física) y celebra un contrato con otra empresa (empleador). En la práctica, ese modelo retira del trabajador los derechos laborales restantes de la CLT, pues muchas empresas burlan el dispositivo del artículo 3 de la CLT: "toda persona física que preste servicios de naturaleza no eventual el empleador, bajo la dependencia de éste y mediante salario" Brasil, 2017).

empleador puede recurrir a horas extraordinarias sin necesidad de comunicación a las autoridades fiscalizadoras del trabajo.

En este sentido, la RT17 provocó importantes cambios en la materia de jornada de trabajo, que pueden potenciar el aumento de la intensificación de los ritmos de trabajo, conjugado con mayor flexibilización laboral. Por ejemplo, el empleador puede reducir costes salariales, debido a la eliminación de los tiempos de descanso o de inactividad del trabajador de la nómina, además, el trabajador queda a disposición del empleador cuando se solicita sus servicios, condición creada por una serie de formas de flexibilización de la jornada de trabajo establecidas en la CLT, como: la creación de banco de horas individuales¹³, la regulación y prórroga de la jornada de trabajo de 12 × 36 horas para todos los seguimientos de la economía (jornada de 12 horas de trabajo y 36 de descanso, puede ser establecida con acuerdo individual escrito, por convención colectiva o acuerdo colectivo); las vacaciones pueden dividirse por hasta tres períodos en el año en común acuerdo, en cualquier forma contractual, entre otros arreglos jurídicos que la RT17 ofreció.

En ese sentido, la ampliación de las opciones de despido también fue contemplada en la CLT. En los puntos que tocan la rescisión contractual individual o colectiva, se introdujo una nueva figura jurídica - la rescisión de contrato negociada entre empleado y empleador. La RT17 garantizó una mayor seguridad jurídica para las empresas, en lo que concierne al despido colectivo o individual de los trabajadores, descartando la necesidad de aviso previo a los sindicatos o asociaciones de trabajadores, lo que, por otro lado, acabó generando mayor inseguridad jurídica para los trabajadores. Además, la novedad de la dimisión contractual negociada entre las partes hace que el trabajador deje de recibir casi la mitad de sus derechos contractuales, que tendría derecho si el despido fuera unilateral, sin justa causa por parte de la empresa. En ese caso, el trabajador deja de tener derecho a recibir el seguro de desempleo, por ejemplo. La nueva CLT trajo una serie de desregulaciones relativas a las condiciones de trabajo, transformando definitivamente, el salario en componente variable en los cálculos de los costos de producción, vinculando ese componente a los niveles de acumulación de las empresas.

La negociación colectiva (sindicatos) para la resolución de conflictos, así como el acceso a la justicia laboral, se debilitaron con la aprobación de la RT17. En primer lugar, la fragilización sindical se dará por la prevalencia de lo negociado sobre el legislado. La RT17 introdujo la posibilidad a través del art. 8º, § 3º, de la CLT, donde la convención colectiva podrá ser firmada entre sindicato y empleador. Ocurre que, si se celebran puntos desfavorables en relación con los derechos laborales, no será posible recurrir a la justicia del trabajo. La reducción salarial por negociación colectiva podrá ser realizada por la negociación colectiva, conforme lo constante del art. 611-A, § 3º, CLT. En suma, la negociación individual se superpone a la ley ya los contratos colectivos (el trabajador podrá negociar individualmente la rescisión de contrato de trabajo y la compensación de la jornada de trabajo del banco de horas). Además, el debilitamiento de la acción sindical se dará por la regulación de la representación sindical del lugar de trabajo (los llamados representantes, pueden negociar directamente con el empleador, en nombre de los trabajadores, sin la necesidad de ser afiliados a los sindicatos), al final de las contribuciones por el fin de las homologaciones de convención y acuerdos firmados por los sindicatos (fin de la obligatoriedad de la presencia del sindicato en la rescisión del contrato de trabajo y en las negociaciones colectivas).

¹³ En la concordancia con el art. 59, § 6º, CLT, el banco de horas puede ser negociado directamente entre empleado y empleador, sin la necesidad de convención colectiva, ser un acuerdo individualizado y escrito por un período máximo de seis meses.

En términos de acceso a la justicia del trabajo, en caso de que el trabajador entre con una acción laboral en la justicia, y venga a perder esa acción, él deberá asumir los costos jurídicos. Disolución del poder del Tribunal Superior del Trabajo (TST) en la creación de jurisprudencia y de la fiscalización del trabajo por los órganos competentes (Brasil, 2017).

El Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) divulgó una encuesta del año 2018 (1 año y medio después de la aprobación de la RT17), destacando que el país alcanzó el mayor récord de trabajadores sin contrato de trabajo formal, donde la informalidad (trabajo por cuenta propia) alcanzaba cerca del 25,4% de la población, donde la tasa media de desocupación total fue del 12,3% de la población económicamente activa (IBGE, 2019). Estos datos, van en el sentido contrario de la tesis defendida por el Estado y grupos empresariales, que fueron favorables a la aprobación de la RT17, pues hasta el momento no se ha posibilitado la creación de más empleos (incluso precarios), según lo previsto anteriormente, y no aumento la tasa de formalización del mercado de trabajo, aun ofreciendo la posibilidad legal para la adopción de contratos de trabajo más flexibles, como el contrato en la modalidad intermitente.

En el caso de la dictadura militar brasileña (1964-1985), donde con el fin de la estabilidad del empleo propuesta en ley, las empresas se han ido adaptando a lo largo de todo el tiempo, como ocurrió en el período de la dictadura militar brasileña (1964-1985) del tiempo en la celebración de nuevos contratos de trabajo. Según los datos divulgados por el ministerio de trabajo y empleo (MTE) en Brasil durante el año 2018, con base en los datos del Caged (Registro General de Empleados y Desempleados), el contrato intermitente, todavía representa una parcela baja de contrataciones, alcanzando apenas 0,5% del total de contratos celebrados, desde la aprobación de la RT17. El contrato a *part-time* representa alrededor del 0,5% de las contrataciones a lo largo del año 2018, y el contrato temporal aproximadamente el 12% de la fuerza de trabajo empleada (IBGE, 2019).

En cuanto a la cuestión de la posibilidad de negociación del despido en común acuerdo entre empleado y empleador, según el Caged, esa propuesta introducida por la RT17, representó apenas el 2% de los despidos en 2018. En el punto de las negociaciones colectivas, los procesos laborales quedaron más morosos y de difícil resolución. De acuerdo con el MTE, hubo una reducción significativa del número de acciones, pues por la nueva regla, si el trabajador pierde la acción laboral, él está obligado a pagar los costos judiciales, además, ocurrió una reducción considerable en las convenciones colectivas celebradas, - 25% en comparación con el año 2017.

En definitiva, las políticas de cuño austeritario que vienen siendo implantadas en Brasil, teniendo como principal punto de partida la RT17 y la tercerización irrestricta, todavía están para revelarse en el corto y mediano plazo. En alguna medida, Brasil viene a adaptarse a la generalidad de los países, como vamos a poder verificar en el caso español a continuación, en lo que se refiere al debate frenado por la sociología del trabajo sobre la calidad de los empleos en el siglo XXI. En este sentido, la primera hipótesis de trabajo que desarrollamos gana cuerpo, y tal vez, la tesis defendida por Rifkin (2004), sobre la reducción significativa de los empleos y el florecimiento de nuevas formas de trabajo precario es regla. Las transformaciones por las que están pasando el conjunto de las relaciones laborales en Brasil, advenidas por las amplias de la RT17, modifican definitivamente las relaciones entre empleadores y empleados, como destacamos en el texto. Los primeros reflejos de la RT17 son más negativos que positivos, tanto en la propuesta de creación de empleo, a través principalmente de la formalización de los trabajadores informales, como en el incremento de las condiciones de trabajo precario, además del aumento exponencial de la inseguridad jurídica por parte *classe-que-vive-do-trabalho*.

El caso español: desmercantilización y remercantilización de la relación laboral

La transformación del derecho laboral ha sido señalada por la literatura sociológica como una de las causas del proceso de precarización (Bilbao, 1999). Tal como señala García de Polavieja (2006), obviamente las instituciones importan y las transformaciones laborales condicionan las estrategias de empresarios y trabajadores. El derecho del trabajo se plantea como un instrumento cuyo objetivo principal es “desmercantilizar” la relación laboral (Köhler y Martín Artiles, 2010). Dado que el mercado de trabajo es una institución asimétrica (Recio, 1997), equilibrar supone proteger a la parte más débil. Por eso, podemos decir que el derecho del trabajo tradicionalmente ha sido considerado un “derecho de parte”. No obstante, tal como expone Esping-Andersen (2000), en las últimas décadas en los países más avanzados se ha producido una política de remercantilización del trabajo, política que incluye el proceso de desregulación del mercado de trabajo. Aunque, si consideramos que el mercado de trabajo es una institución social, un sistema de normas, podría ser más acertado decir que se ha producido un proceso de regulación mercantil, en que se imponen las normas del mercado frente a otro tipo de regulaciones.

El desarrollo de este impulso desmercantilizador o regulador del mercado de trabajo avanza de mano del desarrollo del modelo de empleo fordista (Standing, 2000). En este sentido, el fordismo en España se desarrolla de forma limitada y con características especiales. Esto lleva a clasificarlo de diferentes maneras, como fordismo inacabado (Toharia Cortés, 1986), para-keynesianismo (Prieto Rodríguez, 1994), fordismo periférico (Lipietz, 1987) o fordismo totalitario (Bilbao, 1999), esta última expresión inspirada en Gramsci (2000).

Aunque el fordismo como “norma de producción y consumo” (Prieto Rodríguez, 1994), se implantó en España durante los años 60 y 70, respecto al fordismo como “régimen de regulación”, su implantación quedó muy limitada. Si bien se regularon derechos laborales individuales, los derechos colectivos fueron objeto de una fuerte represión, lo que Toharia denomina “paternalismo represivo” (1986). Tal como lo describe Bilbao:

El totalitarismo político de la década de los sesenta estaba basado en varios elementos: El primero, al despliegue del pleno empleo, determinado en buena medida por la emigración de una parte de la población trabajadora hacia países extranjeros, así como por la baja tasa de actividad femenina. El segundo alude a una suerte de norma implícita, mediante la cual se aseguraba la estabilidad en el puesto de trabajo, estableciendo como contrapartida la absoluta prohibición de cualquiera forma autónoma de organización sindical. Disciplinamiento y estabilidad en el empleo eran las características de este modelo de relaciones laborales. (2000, p. 77).

El fordismo como modelo socioeconómico descansa sobre un pacto social, generalmente recogido en las constituciones y leyes fundamentales, entre capital y trabajo. Es un pacto social que se desarrolla tras la segunda guerra mundial y el triunfo de las tropas aliadas, marcado por el protagonismo de la Unión Soviética en la victoria sobre el nazi-fascismo (Fontana Lázaro, 2011). Sin embargo, en España, ese pacto social no se produjo, sino que la clase trabajadora fue derrotada en la guerra civil (Recio, 1997) y silenciada como actor colectivo (Prieto Rodríguez, 1994). Además, excluía en gran medida a las mujeres, al que no se le garantizaba el primer ámbito de seguridad, las oportunidades de empleo (Bilbao, 2000b). También encontramos excluidos de la norma salarial de empleo estable una parte fundamental en estos años del tejido productivo, como la agricultura, tal como describe, por ejemplo, Martínez Alier (1968).

El desarrollo de ese pacto social tiene que esperar a la llegada de la democracia, en lo que Prieto (2002) denomina “los años de la Constitución”, periodo que comprende entre 1976 y

1980. En 1976, en el inicio de la transición aunque todavía antes de las primeras elecciones democráticas, se aprueba la Ley 16/1976 de Relaciones Laborales¹⁴, una ley que avanza en derechos aunque todavía mantiene una inspiración franquista. El año siguiente, se aprueba el Real Decreto-ley 17/1977 sobre Relaciones de Trabajo¹⁵. Esta última, aún en vigor, tiene una importancia fundamental pues regula el derecho de huelga y todavía continúa el vigor. El texto se aprueba tras la entrada en vigor de la Ley 1/1977 para la Reforma Política¹⁶, con la que se inicia oficialmente la transición democrática, aunque antes de la convocatoria de elecciones libres. Es destacable, por ser un ejemplo del espíritu legislativo de estos años, que el amparo al derecho de huelga se justifique en la exposición de motivos por la intención de liberalizar las relaciones laborales, frente al intervencionismo previo. Liberalizar se entiende en esta etapa como extender derechos laborales. En el siguiente periodo, el uso de los conceptos de liberalización e intervencionismo se invertirá.

El pacto social y la garantía de los derechos del trabajo se consagra finalmente en la Constitución Española de 1978¹⁷. La CE en su artículo 1.1, define España como un Estado social y democrático de derecho, superando la concepción liberal decimonónica de Estado y constitucionalizando la obligación de los poderes públicos de intervenir en distintos ámbitos de la vida social, como la educación o las relaciones laborales. Más adelante, en su artículo 7, el texto constitucional consagra en un lugar privilegiado el papel de sindicatos y asociaciones empresariales para la defensa de los intereses que les son propios. En cuanto a los derechos de los trabajadores, encontramos como derechos fundamentales de la sección 1ª del capítulo 2º del título I los recogidos en el artículo 28, que contiene el derecho a la libre sindicación y a la huelga en sus apartados 1 y 2 respectivamente. Más adelante, se establece en la sección 2ª del mismo capítulo sobre derechos y deberes, el derecho al trabajo, derecho que se configura también como deber de trabajar, y la libertad profesional, además de remitir en su apartado 2 al legislador la regulación de un estatuto de los trabajadores. Seguidamente, el artículo 37 de la Constitución, establece el derecho a la negociación colectiva y el carácter vinculante de los convenios, así como el derecho de trabajadores y empresarios a adoptar medidas de conflicto colectivo. Además de estos derechos, y deberes, específicos de los trabajadores, el texto constitucional contiene también una serie de preceptos con contenido laboral: la orientación de la política al pleno empleo y formación y readaptación de profesionales (artículo 40); el régimen público de seguridad social (artículo 41); la regulación de derechos fundamentales necesarios para el ejercicio de los derechos de los trabajadores como el derecho de reunión (artículo 21) y a la tutela judicial efectiva (artículo 24); y, en general, un sistema de garantías de los derechos mencionados recogida en los artículos 53 y 54.

Posteriormente se aprueba el Estatuto de los Trabajadores, Ley 8/1980¹⁸, que vino a dar cumplimiento al mandato constitucional contenido en el artículo 35.2 de la CE, que establecía que se regularía por ley un estatuto de los trabajadores, derogando distintas normas aprobadas durante la Dictadura y la Transición. Este primer Estatuto quedó dividido en tres títulos: el primero, de la relación individual de trabajo; el segundo, de los derechos de representación colectiva y de reunión de los trabajadores en la empresa; y el tercero, de la negociación y los convenios colectivos. Destacan en esta ley la regulación de los derechos y deberes de los trabajadores; la regulación del contenido, modalidades y condiciones del contrato; el derecho de representación, así como el procedimiento de elección de representantes, y el derecho de

¹⁴ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1976-8373>

¹⁵ Texto completo: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1977-6061>

¹⁶ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1977-165>

¹⁷ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1978-31229>

¹⁸ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1978-31229>

reunión; y una regulación exhaustiva del régimen de los convenios colectivos: naturaleza, legitimación para su negociación y procedimiento. En el mismo se aprueba la Ley 51/1980 Básica de Empleo¹⁹, que desarrolla los derechos consagrados en la Constitución.

Mientras que el Real Decreto-ley sobre Relaciones de Trabajo de 1977 ha permanecido inalterado desde 1981, no ha ocurrido lo mismo con el Estatuto de los Trabajadores. Las modificaciones del Estatuto de los Trabajadores ya fueran mediante Real Decreto del Gobierno o mediante leyes, han sido el principal, aunque no el único, vehículo empleado para las distintas reformas laborales emprendidas, llevadas a cabo principalmente en épocas de crisis económica. La existencia de un ordenamiento jurídico disperso ha provocado, además, la necesidad de refundir la legislación existente en dos ocasiones: la primera en 1995 con el Real Decreto Legislativo 1/1995²⁰ y la segunda en 2015, momento en que se aprueba la versión del Estatuto de los Trabajadores actualmente vigente, contenida en el Real Decreto Legislativo 2/2015²¹.

El desarrollo legislativo de importantes elementos del sistema socioeconómico fordista, queda interrumpido con la primera implementación del modelo neoliberal (Prieto Rodríguez, 1994). Prieto (1994) da como ejemplos de este “doble movimiento institucional como la Ley de Relaciones Laborales es recortada posteriormente por el Real Decreto-Ley 18/76 sobre medidas económicas²² y el Estatuto de los Trabajadores de 1980 es reformado por la Ley 32/1984²³, la primera reforma laboral de la democracia.

La “anomalía fundacional” del sistema de relaciones laborales en España es que comienza a desarrollarse cuando en el resto de Europa el modelo está en declive (Beneyto i Calatayud et al., 2016). Lipietz (1987) vincula el caso español a los casos de Grecia y Portugal. En los tres países mediterráneos, la instauración de la democracia coincidió con la crisis del fordismo. Además, al situarse en una posición económicamente periférica, sufrieron de manera más dura la emergencia de los nuevos países industrializados asiáticos “al negar a estos países las ventajas ofrecidas por los países asiáticos en términos de la explotación de la fuerza laboral” (Lipietz, 1987, p. 127). En este contexto, las tensiones flexibilizadoras del mercado de trabajo fueron mayores. Este contexto de crisis marca y, en parte, rebaja el contenido de la propia Constitución, si lo comparamos con las constituciones de la post-guerra, lo que lleva a clasificarla como “constitución de la crisis” (Guamán Hernández y Sánchez, 2017, pp. 196–197).

El hito en que podemos situar el cambio de paradigma es la reforma laboral de 1984 llevada a cabo por el Ejecutivo del PSOE. Esta reforma consistió en un paquete de medidas que entraron a reformar el régimen de relaciones laborales establecido en 1980. Entre ellas destaca, en primer lugar, la Ley 32/1984 sobre modificación de determinados artículos del Estatuto de los Trabajadores, en la que, como reza su exposición de motivos, se pretende adaptar el “marco institucional que regula el mercado de trabajo a las nuevas circunstancias de la economía española, tras la crisis económica del último decenio”. Se regulan las condiciones de los contratos en prácticas y para la formación, el trabajo a tiempo parcial y el contrato de relevo. Estas medidas serán posteriormente desarrolladas mediante el Real Decreto 1989/1984 por el que se regula la contratación temporal como medida de fomento del empleo²⁴ y por el

¹⁹ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1980-22502>

²⁰ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1995-7730>

²¹ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2015-11430>

²² Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1976-19644>

²³ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1984-17436>

²⁴ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1984-24873>

Real Decreto 1991/1984 por el que se regulan el contrato a tiempo parcial, el contrato de relevo y la jubilación parcial²⁵.

No obstante, en estos primeros años de la democracia, continúan desarrollándose importantes derechos laborales (Prieto Rodríguez, 1994). Se limita la jornada de trabajo y se regula el tiempo de vacaciones con la Ley 4/1983²⁶, se desarrolla la protección del desempleo con la Ley 31/1984²⁷ y se aprueba la Ley Orgánica 11/1985 de Libertad Sindical²⁸. Es un momento de cambio de ciclo en que conviven dos tendencias: por un lado, se mantiene el impulso de desarrollo de derechos y libertades laborales de los años de la transición y, por otro lado, comienza a imponerse la tendencia flexibilizadora, que acabará por imponerse en la etapa posterior.

En los años 80, el derecho del trabajo comienza a reorientar sus objetivos, de la protección a la flexibilización, de la desmercantilización a la re-mercantilización. Prieto (1994) describe este cambio como una “revolución neoliberal”, porque supone un cambio de rumbo histórico que rompe la tendencia creciente de derechos sociales y laborales. Las políticas de empleo cambian fundamentalmente a partir de los noventa, según Bilbao (1999). Hasta ese momento, el objetivo era el pleno empleo. Para lograr este objetivo, en los años 70 las políticas se orientan al reparto del tiempo de trabajo: regulación de la jornada máxima, limitación de horas extras, adelanto de la edad de jubilación, contratos de relevo, etc. En los años 80, las políticas se dirigen a la flexibilización de la contratación. Pero a partir de los 90, para Bilbao, el pleno empleo deja de ser un objetivo deseable y los puestos de trabajo comienzan a considerarse un bien escaso.

El hito de la “revolución neoliberal” en España (Prieto, 1994), podemos situarlo en la reforma frustrada de 1988. El 28 de octubre de 1988 en Consejo de Ministros se presenta el Plan de Empleo Juvenil, que pretendía introducir una figura precaria de contratación, el contrato de inserción, que recuperaba en parte la figura del aprendizaje laboral (Cachón Rodríguez, 1997). La contestación al mismo, que culminó en la Huelga General del 14 de diciembre de 1988, llevó a su retirada. El siguiente intento de reforma laboral amplia se sitúa en 1992, con el Real Decreto-ley 1/1992²⁹, conocido como “decretazo” (España, 1992b), y la Ley 22/1992 de Medidas Urgentes sobre Fomento del Empleo y Protección por Desempleo (España, 1992a)³⁰, que en su exposición de motivos plantea la necesidad de una “racionalización del gasto en protección por desempleo”, con medidas como la reducción del periodo en el que se percibe la prestación por desempleo y de su cuantía, entre otras.

Dos años más tarde, se acomete la reforma laboral de 1994, una reforma de gran profundidad del mercado laboral español. Este impulso remercantilizador, contenía diversas medidas legislativas, que afectaban a la contratación, las condiciones laborales, la organización del trabajo y la negociación colectiva, aunque la medida más destacada fue la introducción de las Empresas de Trabajo Temporal, agencias de intermediación y cesión de trabajadores. De esta manera, la Ley 11/1994³¹ modifica el Estatuto de los Trabajadores y otras normas que regulaban el procedimiento laboral. El objetivo explícito es adaptar las normas a la gestión de los recursos humanos en la empresa, especialmente en los ámbitos de la ordenación del tiempo de trabajo, el salario, las prestaciones por desempleo o las modalidades de contratación, además

²⁵ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1984-24873>

²⁶ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1984-24873>

²⁷ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1984-17435>

²⁸ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1985-16660>

²⁹ Texto completo en: https://www.boe.es/diario_boe/txt.php?id=BOE-A-1992-7714

³⁰ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1992-18488>

³¹ Texto completo: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1994-11610>

de reformar el régimen de negociación colectiva. En el marco de la misma reforma, se aprobará la Ley 14/1994³² (España, 1994b), por la que se regulan las empresas de trabajo temporal, que reguló la actividad de las ETTs sobre la base del Convenio 96 de la Organización Internacional del Trabajo. Finalmente, también se aprobarán en el mismo año otras medidas con contenido laboral: el Real Decreto Legislativo 1/1994 por el que se aprueba el texto refundido de la Ley General de la Seguridad Social³³; la Ley 42/1994 de medidas fiscales, administrativas y de orden social³⁴; y el Real Decreto 2546/1994 por el que se desarrolla el artículo 15 del Estatuto de los Trabajadores en materia de contratación³⁵. Con motivo de esta vorágine normativa en materia laboral, la disposición adicional séptima de la Ley 42/1994 autoriza al Gobierno a aprobar el Real Decreto Legislativo 1/1995, de 24 de marzo, por el que se aprueba el texto refundido de la Ley del Estatuto de los Trabajadores, mencionado anteriormente.

A pesar de este proceso amplio y profundo de reformas, que consolida la precarización de las condiciones de empleo, la llegada al Gobierno del Partido Popular, de centro-derecha, llevará a que en apenas dos años se lleve a cabo la reforma laboral de 1997, con la aprobación del Real Decreto-ley 8/1997³⁶, derogado posteriormente por la Ley 63/1997 de Medidas Urgentes para la Mejora del Mercado de Trabajo y el Fomento de la Contratación Indefinida³⁷. En este mismo año también se aprueba la Ley 60/1997 de modificación del Estatuto de los Trabajadores en materia de cobertura del Fondo de Garantía Salarial³⁸.

A diferencia de las reformas laborales (o intentos de reforma) anteriores, las medidas tomadas en 1997 fueron acordadas con los dos sindicatos mayoritarios: Comisiones Obreras (CC.OO.) y la Unión General de Trabajadores (UGT). Como recoge la exposición de motivos de la Ley 63/1997, esta nueva reforma se deriva del “Acuerdo Interconfederal para la Estabilidad del Empleo” alcanzado por los agentes sociales. La reforma tiene como objetivos potenciar la contratación indefinida, favorecer la inserción laboral y la formación de los jóvenes o especificar y delimitar los supuestos de utilización de la contratación laboral en modalidades como el contrato de obra o servicio o eventual por circunstancias de la producción, así como mejorar la protección social del trabajo a tiempo parcial.

Cuatro años más tarde, verá la luz la reforma laboral de 2001, mediante el Real Decreto-ley 5/2001 de Medidas Urgentes de Reforma del Mercado de Trabajo para el incremento del empleo y la mejora de su calidad³⁹. Esta vez, como el propio texto reconoce, esta medida se lleva a cabo sin el acuerdo de los agentes sociales, y con el objetivo declarado de reducir la alta tasa de temporalidad en el empleo, a pesar de la buena marcha de la economía. Al año siguiente se aprobará la reforma conocida como el “decretazo” de 2002, diez años después de la reforma laboral que obtuvo el mismo nombre. El Real Decreto-ley 5/2002 de medidas urgentes para la reforma del sistema de protección por desempleo⁴⁰, en línea con su homónimo de 1992, buscará una reducción del gasto en la protección por desempleo.

Dos años después de un nuevo cambio de Gobierno, con el regreso del PSOE al poder, se llevará a cabo la reforma laboral de 2006, mediante el Real Decreto-ley 5/2006⁴¹. Esta reforma se inscribe en un contexto de crecimiento del empleo y de la economía, en el marco de la

³² Texto completo: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1994-12554>

³³ Texto completo: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1994-14960>

³⁴ Texto completo: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1994-28968>

³⁵ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1995-2046>

³⁶ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1997-10693>

³⁷ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1997-27989>

³⁸ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-1997-27394>

³⁹ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2001-4291>

⁴⁰ Texto completo en: <https://www.boe.es/boe/dias/2002/05/25/pdfs/A18781-18795.pdf>

⁴¹ Texto completo: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2006-10562>

Estrategia de Lisboa, y tiene como base el acuerdo alcanzado por los agentes sociales en la Mesa de Diálogo Social. Los objetivos marcados fueron aumentar las tasas de ocupación y actividad de las mujeres; reducir el paro en caso de mujeres, jóvenes y personas discapacitadas; y reducir la dualidad y la temporalidad. Para ello, se incluyen medidas como el Plan Extraordinario para la conversión de empleo temporal en fijo y el refuerzo de los recursos humanos y materiales de la Inspección de Trabajo y Seguridad Social. Al año siguiente se aprueba la Ley 20/2007 del Estatuto del trabajo autónomo⁴² que pretendía regular la actividad de los trabajadores por cuenta propia. Esta normativa en teoría no tendría que afectar al trabajo asalariado. Sin embargo, al introducir la figura del autónomo dependiente, trabajador en teoría por cuenta propia pero dependiente de un contratador, difumina la línea que separa el trabajo por cuenta propia y por cuenta ajena. En esta línea, Hernández Nieto (2010) considera que la ley, más que proteger a los trabajadores autónomos, desnaturaliza esta figura e introduce elementos subjetivos por lo que deja la puerta abierta a un uso arbitrario.

La llegada de la crisis provocará una nueva miríada de reformas en materia laboral llevadas a cabo por Gobiernos del PSOE, primero, y del PP, después, en un contexto de ruptura del diálogo social. Las reformas de los últimos años han acelerado el proceso de degradación sustancial de los derechos laborales, enfrentando el marco jurídico de la transición en una dinámica desconstituyente (Guamán Hernández y Sánchez, 2017). La primera reforma laboral se producirá en 2010 y 2011, con la aprobación del Real Decreto-ley 10/2010 de medidas urgentes para la reforma del mercado de trabajo⁴³. Los objetivos declarados por el Real Decreto-ley son reducir la dualidad, flexibilizar las relaciones laborales y elevar las oportunidades de las personas desempleadas. Para ello se proponen medidas como las reducciones temporales de jornada, el impulso de los contratos formativos, así como medidas para facilitar el despido por razones económicas, técnicas, organizativas o de producción. Posteriormente, se aprobará la reforma de la negociación colectiva de 2011, a través del Real Decreto-ley 7/2011⁴⁴. El objetivo declarado fue adaptar el modelo al contexto del momento. Para ello, el Gobierno optó por privilegiar la negociación en el ámbito de la empresa y dinamizar el procedimiento de negociación. En 2011 se aprobaron además otras medidas como la Ley 27/2011 sobre actualización, adecuación y modernización del sistema de Seguridad Social⁴⁵ o el Real Decreto-ley 10/2011⁴⁶ de medidas urgentes para la promoción del empleo de los jóvenes, el fomento de la estabilidad en el empleo y el mantenimiento del programa de recualificación profesional de las personas que agoten su protección por desempleo.

Finalmente, el nuevo cambio de Gobierno condujo a la última gran reforma laboral en 2012. El principal instrumento empleado fue el Real Decreto-ley 3/2012 de medidas urgentes para la reforma del mercado laboral⁴⁷. Se inscribe en un contexto similar al anterior en lo cualitativo, pero con un empeoramiento cuantitativo de los principales indicadores macroeconómicos. Declara el objetivo de lograr la “flexiseguridad”. Se reduce el despido a 33 días por año trabajado, se autoriza a las ETTs a que actúen en calidad de agencias de colocación; o se suprimen limitaciones consideradas “injustificadas” al contrato de aprendizaje. A este Real Decreto-ley seguirán otras medidas en los tres años posteriores, entre las que pueden destacarse por su importancia la Ley 13/2012 de lucha contra el empleo

⁴² Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2007-13409>

⁴³ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2010-9542>

⁴⁴ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2011-10131>

⁴⁵ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2011-13242>

⁴⁶ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2011-14220>

⁴⁷ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2012-2076>

irregular y el fraude a la Seguridad Social⁴⁸; el Real Decreto-ley 4/2013 de medidas de apoyo al emprendedor y de estímulo del crecimiento y de la creación de empleo⁴⁹; el Real Decreto-ley 5/2013 de medidas para favorecer la continuidad de la vida laboral de los trabajadores de mayor edad y promover el envejecimiento activo⁵⁰; el Real Decreto-ley 11/2013 para la protección de los trabajadores a tiempo parcial y otras medidas urgentes en el orden económico y social⁵¹; el Real Decreto-ley 16/2013 de medidas para favorecer la contratación estable y mejorar la empleabilidad de los trabajadores⁵²; y la Ley 1/2014 para la protección de los trabajadores a tiempo parcial y otras medidas urgentes en el orden económico y social⁵³. Esta profusa actividad reformadora del ordenamiento de las relaciones laborales ocasionará una dispersión normativa que vendrá a ser solventada con el Real Decreto Legislativo 2/2015 por el que se aprueba el texto refundido de la Ley del Estatuto de los Trabajadores, mencionada anteriormente.

Esta reforma recibió fuertes críticas por suponer un salto cualitativo en el proceso de remercantilización. Baylos (2012) la define como “una norma clasista que impone la confiscación violenta de espacios decisivos de poder contractual colectivo y de derechos laborales básicos ligados a las garantías de empleo, alterando de forma sustancial la arquitectura de equilibrios que caracteriza la relación entre capital y trabajo, entre libre empresa y derecho al trabajo, y que se corporeiza en la estructura institucional del derecho del trabajo desarrollado en nuestro ordenamiento”. La reforma “desconstitucionaliza” la relación laboral, al situarla, de nuevo, como una relación privada, ajena al interés social (Baylos Grau, 2013).

En los años posteriores a la reforma laboral se produjo, primero en 2012 y 2013, un duro recrudecimiento de la crisis y, segundo entre 2014 y 2018, un periodo de crecimiento del empleo. Como decimos, la aplicación de la reforma laboral coincide con un periodo de fuerte descenso del empleo y de los salarios. Los años 2012 y 2013 son los peores de la historia reciente de España, con un fuerte ajuste y recrudecimiento de la crisis, que parecía haber remitido en 2011, aunque sin volver a la senda del crecimiento del empleo.

Obviamente el fuerte bache de 2013 y 2013 y el crecimiento posterior se relacionan con factores económicos internacionales, sin que podamos garantizar una relación de causalidad entre las reformas laborales y la evolución posterior del empleo. Sin embargo, sí podemos comparar el periodo 2008-2011 con el periodo 2012-2013, ambos en un contexto internacional de crisis, pero con marcos regulatorios distintos en el caso español.

En efecto, comprobamos que la primera etapa de la crisis tiene características sustancialmente diferentes al segundo periodo. El primer periodo de la crisis (2008-2011) afectó principalmente a los sectores económicos de la construcción y la industria, que perdieron 1,3 y 0,6 millones de puestos de trabajo, respectivamente, según datos de la Encuesta de Población Activa, del Instituto Nacional de Estadística (2019a). Impacto sobre todo en el sector secundario del mercado de trabajo, compuesto por el empleo temporal. En 2011 había 1,5 millones de puestos de trabajo temporales menos, mientras que el número de ocupados con contratos fijos se mantuvo inalterable.

En el segundo periodo de la crisis, la destrucción de empleos se concentra en el sector servicios, aunque el resto de los sectores continúan también en crisis. Si entre 2007 y 2011 el número de empleos en el sector servicios apenas se había reducido, entre 2011 y 2013 el

⁴⁸ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2012-15596>

⁴⁹ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2013-2030>

⁵⁰ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2013-2874>

⁵¹ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2013-8556>

⁵² Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2013-13426>

⁵³ Texto completo en: <https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2014-2219>

número de empleos destruidos fue de 641 mil. En este periodo se continuó destruyendo empleo en el sector de la construcción, 375 mil, y en la industria, 239 mil, aunque a un ritmo mucho menor que en el periodo anterior. La destrucción del empleo en el sector servicios estuvo ligada a la reducción del sector público. Entre 2007 y 2011 el número de empleados públicos continúa aumentando e, incluso, esta tendencia se acelera. En 2007 había 2,97 millones de empleados públicos, en 2011 3,28 millones y en 2013 2,94 millones. Es decir, en apenas dos años se destruyen 340 mil puestos de trabajo en el sector público. La reducción del sector público, que se produjo por la vía principal de no renovación de contratos temporales e interinos, produjo paradójicamente una reducción drástica de la temporalidad en este sector. Si en la primera etapa de la crisis los más afectados fueron los trabajadores que llevaban menos de un año en su empresa, en la segunda etapa los más afectados fueron los que llevaban entre 1 y 5 años. En ambos periodos se producen tendencias comunes. Una de las más destacadas es el crecimiento del empleo a tiempo parcial, que pasa del 11,6% al 15,8% en 2013. El empleo a tiempo parcial involuntario (ocupados que quieren trabajar más horas) se dobla entre 2007 y 2014 (INE, 2019a).

Analizando la evolución de los salarios a precios constantes, con la Encuesta anual de Estructura Salarial (INE, 2019), podemos observar que entre 2007 y 2011 la mediana aumenta un 7,11% y sin embargo entre 2011 y 2016 se reduce un 2,9%. Estos datos están muy marcados por la evolución de dos periodos muy concretos: entre 2007 y 2008 y entre 2011 y 2012. Entre 2007 y 2008 continua la tendencia de aumento salarial del periodo anterior con un aumento de la mediana salarial del 7,6%. La tendencia creciente del salario continúa en 2009 y comienza a reducirse en 2010 y 2011. Sin embargo, el mayor ajuste salarial se produce en el año 2012, el año de la reforma laboral, en que los salarios medidos en la mediana se reducen un 4,1%, a precios constantes del 2007. El ajuste salarial continua en 2013, se produce una leve recuperación en 2014 y a partir de ahí se produce un estancamiento del salario.

En este periodo se produce una importante polarización. Los salarios del percentil 10 se deprecian entre 2007 y 2016 un 18,3%, a precios constantes del 2007; sin embargo, los salarios del percentil 90 en el mismo periodo crece un 3,5%. El impacto de la crisis es mayor en el cuartil inferior y, especialmente, en el percentil 10. Los salarios superiores tienen una evolución similar, de hecho, la evolución de la mediana y del cuartil superior es mejor que la del percentil 90. Es decir, la polarización del salario no es lineal, sino que se produce un descenso de los salarios más bajos mientras aumentan el grueso de los salarios a un ritmo similar. En esta evolución se observan también dos periodos muy marcados con un punto de inflexión en el 2012. Entre el 2007 y el 2011 aumenta el salario tanto de la mediana al percentil 90 y desciende bruscamente el del percentil 10. Entre 2011 y 2016, el ajuste del salario afecta a todos los grupos, pero más a los salarios de menor cuantía: el percentil 10 desciende un 8,1% y el percentil 90 desciende solo un 0,8%.

Conclusiones

En el desarrollo del texto, abordamos los casos brasileño y español de forma descriptiva, analítica y consubstanciada en caso particular derivado por la propia formación histórica del mundo del trabajo y de las leyes laborales, como podemos verificar en los estudios de caso presentados de cada país. Por otro lado, la idea de que las actuales metamorfosis del mundo del trabajo evidencian una tendencia de precarización, fragmentación y flexibilización de las relaciones laborales, como pudimos demostrar por las propias características de las legislaciones brasileña y española en materia de organización del trabajo. No obstante, la profusión de modalidades de precarización y de la existencia de aparatos reguladores frágiles, fueron detectadas y confirmadas a lo largo del texto.

Además de los ciclos de crisis económicas, que son particularmente similares en los dos países, donde su constante incidencia reside en el aumento del desempleo y en la calidad de los empleos ofrecidos en los dos países, destacamos como denominador común (cercanías - uniformidades) entre el conjunto de relaciones laborales en los dos países, la aproximación legislativa impulsada por las reformas laborales de 2012 en España y 2017 en Brasil. A este cambio generacional, podemos considerar que los dos países siguen los pasos de la llamada modernización neoliberal siguiendo la lógica del capitalismo global marcado por trabajos (empleos) cada vez más flexibles, inestables y efímeros.

Por último, el trabajo sigue siendo central en las sociedades contemporáneas, incluso teniendo la faceta de la precariedad laboral como regla más evidente que nunca. Además de las nuevas piezas y engranajes embutidos por el capital, se ha transformado considerablemente el reajuste laboral de los trabajadores en los mercados de trabajo, principalmente por la exigencia artificial de cualificaciones profesionales, pero también por la falta de oportunidades reales de trabajo digno y con derechos. Así, dentro de la hipótesis central que creamos, el neoliberalismo significa el cambio de sistemas democráticos que antes se basaban en el papel político, económico y social del Estado por la imposición economicista de los mercados financieros y la subyugación del trabajo.

Referências bibliográficas

Antunes, R. (2009). Diez tesis sobre el trabajo del presente (y el futuro del trabajo). En J. C. Neffa, E. De la Garza Toledo, & L. Muñiz Terra (Eds.), Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales (pp. 29–44). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Antunes, Ricardo (1999), Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.

Bauman, Zygmunt (1999), Globalization: the human consequences. Oxford, Polity Press.

Baylos Grau, A. P. (2012). Una reforma laboral clasista. *Página Abierta*, (219), 28.

Baylos Grau, A. P. (2013). La desconstitucionalización del trabajo en la reforma laboral del 2012. *Revista de Derecho Social*, (61), 19–42. Disponible en <http://celds.uclm.es/celds/resources/source/02>. Antonio Baylos_rds61.pdf

Biavaschi, Magda; e Krein, José Dari. (org.) (2006), As transformações no mundo do trabalho e os direitos dos trabalhadores. SP: LTr.

Bilbao, A. (1999). El empleo precario. Seguridad de la economía e inseguridad del trabajo. Madrid: Catarata.

Bilbao, A. (2000). Trabajo, empleo y puesto de trabajo. *Política y Sociedad*, (34), 69–81.

Bloch, Marc (1928), “Comparasion”. In. *Revue de Synthèse Historique*, p. 31-39.

Boltanski, Luc; Chiapello, Eve. *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard, 2001

- Bourguignon, François. *La Mondialisation de l'inégalité*, Paris: Editions du Seuil, 2012.
- Braga, Ruy « Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center », *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103 | 2014, 25-52.
- Braga, Ruy. *A nostalgia do fordismo: modernização e crise na teoria da sociedade salarial*. São Paulo, Xamã, 2003.
- Braga, Ruy. *A política do precariado: do populismo a hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo; EDUSP, 2012.
- Brasil. Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017.
- Burawoy, Michael (2000), *Grounding globalization*. In: Burawoy et al (orgs). *Global Ethnography*. Los Angeles: University of California Press. p. 1-40.
- Cachón Rodríguez, L. (1997). Dispositivos para la inserción de los jóvenes en el mercado de trabajo en España (1975-1994). *Cuadernos de Relaciones Laborales*, (11), 81–116. Disponible en <http://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/CRLA9797220081A>
- Carvalho, Sandro Sacchet de. *Uma Visão geral sobre a reforma trabalhista*. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8130>>. Acesso em: 12 fev. 2018.
- Castel, R. (1997). *Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado*. Barcelona: Paidós Ibérica.
- Castel, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Paris, Fayard, 1995.
- Castells, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. I, II e III. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2003.
- Castillo, J. J. (1996). *Sociología del Trabajo. Un proyecto docente*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Cingolani, P. *La précarité*. Paris, puf, 2005.
- Costa, Elizardo Scarpati. *Relações Laborais no Capitalismo Informacionalista*. *POLÍTICA & TRABALHO - Revista de Ciências Sociais*, nº 45, 2016, p. 341-358.
- Costa, Elizardo Scarpati; Almada, Pablo (2018), “Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 161-179.
- Costa, Elizardo Scarpati; Costa, Hermes Augusto. *Precariousness and call centre work: Operators’ perceptions in Portugal and Brazil*. *European Journal of Industrial Relations*, Vol. 24(3) 243–259, 2018.
- Costa, Elizardo Scarpati; Freitas, Amílcar Cardoso Vilaça. *Trabalhar e não ser trabalhador: pertencimento e reconhecimento de classe na “vida do crime”*. *Revista direito GV (online)*, v.14, p.937 - 957, 2018.

De la Garza Toledo, E. (2000). Fin del trabajo o trabajo sin fin. En E. De la Garza Toledo (Ed.), *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo* (pp. 755–773). México, D. F.: El Colegio de México.

De la Garza Toledo, E. (2009). Hacia un concepto ampliado de trabajo. In J. C. Neffa, E. De la Garza Toledo y L. Muñiz Terra (Eds.), *Trabajo, empleo, calificaciones profesionales, relaciones de trabajo e identidades laborales* (pp. 111–140). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Esping-Andersen, G. (2000). *Fundamentos sociales de las economías post-industriales*. Madrid: Ariel.

Fontana Lázaro, J. (2011). *Por el bien del imperio. Una historia del mundo desde 1945*. Barcelona: Pasado y Presente.

Friedmann, G. y Naville, P. (1963). *Tratado de sociología del trabajo*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica.

García de Polavieja, J. (2006). ¿Por qué es tan alta la tasa de empleo temporal? España en perspectiva comparada. *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, (113), 77–105. Disponible en http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_113_051168335405136.pdf

Gerhardt, Tatiana Engel; Silveira, Denise Tolfo (organizadoras). *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

Gomes, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

Gramsci, A. (2000). *Cuadernos de la cárcel - Tomo 6*. México D. F.: Ediciones Era / Benemérita Universidad Autónoma de Puebla.

Guamán Hernández, A. y Sánchez, J. M. (2017). Cuarenta años de Constitución del Trabajo: historia de un proceso deconstituyente. *Ius Fugit: Revista Interdisciplinar de Estudios Histórico-Jurídicos*, (20), 183–246. Disponible en <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/36/30/07guamansanchez.pdf>

Habermas, J. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1980.

Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Ed. Loyola, 1992.

Harvey, David. *O Enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Ed. Bizâncio, 2011. 336 p.

Hernández Nieto, J. A. (2010). La desnaturalización del trabajador autónomo: el autónomo dependiente. *Revista Universitaria de Ciencias Del Trabajo*, (11), 177–194. Disponible en <https://revistasocialesyjuridicas.files.wordpress.com/2010/09/03-tl-07.pdf>

Hewison, Kevin. (2016), “Precarious work”. In: Edgell, Stephen et al. (eds.). *The sage handbook of sociology of work and employment*. London, Sage, p. 428-443.

Hyman, R. (1981). *Relaciones industriales. Una introducción marxista*. Madrid: H. Blume.

IBGE: “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua”. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

INE. (2019a). Encuesta de Población Activa. Disponible en www.ine.es

INE. (2019b). Encuesta de Estructura Salarial. Disponible en www.ine.es

Köhler, H.-D. y Martín Artiles, A. (2010). Manual de la sociología del trabajo y de las relaciones laborales (3a). Collado Villalba (Madrid): Delta Publicaciones.

Krein, J. D (2013b) “As formas de contratação: flexibilidade”. In: _____ et al. (orgs.). Regulação do trabalho e instituições públicas. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, pp. 167-186.

Krein, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. Tempo Social, São Paulo, Vol. 30, nº. 1, pp. 77-104, (2018a).

Lipietz, Alain. Miragens e milagres: problemas da industrialização do Terceiro Mundo, São Paulo: Nobel, 1988.

Lipietz, A. (1987). Mirages and Miracles: Crisis in Global Fordism. London: Verso.

Martínez Alier, J. (1968). La estabilidad del latifundismo. París: Ruedo Ibérico.

Marx, K. (1970). El capital. Crítica de la economía política. Madrid: EDAF.

Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Disponível em: <https://caged.maisemprego.mte.gov.br/portalcaged/paginas/recepcao/TL_020_AnalisarArquivoWeb.xhtml>. Acesso em 01 de fevereiro de 2019.

Morin, E. Sociologia: a sociologia do microsocial ao macroplanetário. Edição revista e aumentada. Portugal, Europa/América (Apartado 8), 1998.

Paugam, Serge. (2013), La disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté. Paris, puf, 2013.

Paugam, Serge. Le salarié de la précarité, Paris, PUF, 2000.

Prieto Rodríguez, C. (1994). Los trabajadores y sus condiciones de trabajo. Madrid: HOAC.

Prieto Rodríguez, C. (2002). La degradación del empleo o la norma social del empleo flexibilizado. Sistema: Revista de Ciencias Sociales, (168–169), 89–106.

Prieto Rodríguez, C., Arnal Aarasa, M., Caprile Elola-Olaso, M. y Potrony Hernando, J. (2009). La calidad del empleo en España: una aproximación teórica y empírica. Madrid: Ministerio de Trabajo e Inmigración.

Recio, A. (1997). Trabajo, personas, mercados. Barcelona: Icaria y FUEM.

Rifkin, J. (2004), *O Fim dos Empregos: O Contínuo Crescimento do Desemprego em todo o Mundo*. São Paulo: M. Books Editora.

Santos, Boaventura de Sousa. (org), *Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

Santos, Milton. *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.

Santos, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Schumpeter, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Os economistas), 1911.

Standing, G. (2000). Globalización, flexibilidad laboral e inseguridad. La era de la regulación mercantil. In E. Cano Cano, G. Standing, & A. Bilbao (Eds.), *Precariedad laboral, flexibilidad y desregulación* (pp. 95–143). Alzira: Germania.

Toharia Cortés, L. (1986). Un fordismo inacabado, entre la transición política y la crisis económica: España. En R. Boyer (Ed.), *La flexibilidad del trabajo en Europa: un estudio comparativo de las transformaciones del trabajo asalariado en siete países, entre 1973 y 1985*. Madrid: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social.

Erik Olin Wright (1947-2019): Classes and utopia

Fabien Tarrit,⁵⁴ University of Reims Champagne-Ardenne
fabien.tarrit@univ-reims.fr

Resumo: This paper intends to introduce the contribution through which Erik Olin Wright's work became a major international reference in social sciences. It was based on social classes within Marxism. Wright presented a way of preserving the Marxian concept of social class in the context of an apparent growing heterogeneity and lower degree of polarization. He dealt then with the issue of the middle class, to which he gave a singular interpretation. He proposed the theory of the contradictory class positions, which rests upon the existence of non-capitalist forms of exploitation. We consider it as an alliance between Marxism and non-Marxist sociology, including a Weberian one, and this may turn to a mitigation of the radical character of the Marxism approach, to the defence some kind of midterm between capitalism and socialism. Wright used to be an Analytical Marxist. His contribution explicitly rested upon John Roemer's work, which deals with exploitation as a single transfer of value, that can be dealt with through game theory. Such proposals are complemented by G.A. Cohen's approach. He claimed that the issue of social classes is normative rather than structural the change in class structure since the early eighties does not allow anymore to draw a specific social group than can be the bearer of social change. If this contribution acknowledge the huge importance of Wright's contribution it will attempt to demonstrate that such a shift is misleading and we endorse the view that classes as a historical process cannot be analysed in such a formal way but rather need a dialectical approach. We will conclude with a discussion on Wright's move from the sociological analysis to the reflection on alternative normative proposals.

Keywords: Contradictory class positions; Social stratification; Professions; Exploitation; Game theory

Introduction

All past history, with the exception of its primitive stages, was the history of class struggle (*Engels, 1880*)

This claim has sometimes been used in a simplistic way, as if class relations could exclusively explain all social issues, omitting the interaction between a vast number of other explanatory items. Besides, world-wide economic and social transformations since the end of the Second World War have notably revolved around social classes, and new questions appeared on that issue. We display three groups of authors according to their use of that notion⁵⁵.

Marxists authors, like Edward P. Thompson (1963), view classes as a historical process which cannot be analysed in a formal way. Class experience is determined by relations of

⁵⁴ Associate Professor in Economics, University of Reims Champagne-Ardenne, France (Regards).

⁵⁵ We arbitrarily exclude the authors who deny the existence of social classes.

production, so that a social class is defined by people who live their own history and then class consciousness is the cultural achievement of their own experience.

Non Marxist authors including Barry Hindess and Paul Hirst (1978) articulate classes around categories of distribution with no reference to domination. Since social groups are articulated around distributional categories, relations of domination only exist as incidents. They admit the existence of social classes, but they claim that there is no necessary correspondence between classes and politics, and that political struggles are not a fight between classes. Such an approach rests upon a Weberian background, and it leads to a system of stratification, which distributes the population in continuous levels, in the middle of which the “middle class”. It leads to empirical descriptions and to statistical data that are autonomous from the historical record, and then the analysis of social differentiation gets separated from the analysis of conflict.

Others non Marxist authors articulate classes around categories of domination with no reference to distribution. Ralf Dahrendorf (1959) defines classes in exclusive terms of power. He criticises the consequences of Weber’s theory on Marx’s classes without completely rejecting it: his approach could be characterised as an objective pluralism, namely that many groups are generated by objective relations. He criticises Marx’s theory as a historicism, which would ignore continuous minor changes, and for that reason, would not relate to historical record.

Those contradictory issues lead us to analytical Marxism, with Erik O. Wright’s contribution - he defends an approach in terms of contradictory class locations - and its interaction with John Roemer’s, complemented by Gerald A. Cohen’s. Analytical Marxism’s insight is an attempt to reconstruct Marx’s theoretical corpus with methods that are traditionally considered as contradictory with it⁵⁶. This paper is specifically aimed to study its contribution to the understanding of the concept of social class within the current capitalism. Class transformation will be dealt as an aspect of the inner dynamics of capitalism.

The paper is articulated as follows. First, we display how Wright reconstructs the Marxian theory of classes with the concept of contradictory class locations (1). Then, we analyse how such an approach corresponds to an alliance between Marxism and non Marxist social science (2). Next, we show how Roemer relates class theory with exploitation through game theory (3). Finally, we describe how Cohen makes the issue of social classes a normative issue rather than a structural one, and we propose that dialectics is necessary to avoid it (4). We will attempt to consider the necessity to integrate the issue of social classes within the historical process of social transformation.

1. Middle classes and contradictory class locations

Until recently it has been widely claimed that the transformations of capitalism after the Second World War allowed the development of a new social class, known as the middle class, which is neither proletarian nor bourgeois, and this would blur the traditional class distinctions. Wright dealt with such an evolution with a view to preserve the Marxian concept of social classes. We discuss how he considers the issue of the middle class (1.1), and then we study how he answers to that challenge with the concept of the contradictory class locations (1.2).

⁵⁶ Tarrit, 2006.

1.1. Classes in changing social structure

Social classes must be understood in the context of a noticeable change in the social structure appreciably since the Fifties. Wright intends to save Marx's social classes (1.1.1), which obliges to grasp the distinction between profession and class (1.1.2). He introduces a new approach on the middle class (1.1.3).

1.1.1. Marx's classes in danger

It is often claimed that Marx did not anticipate the consequences of capitalist development on the evolution of class structure. The evolution of the pattern of social locations in the production system would separate, on the one hand, the proletariat as a group of persons that are excluded from the means of production from, on the other hand, the proletariat as a set of productive workers. So, it seems that there are indeterminate social relations in terms of class. Such an evolution stimulated Wright's research program. Social classes have been his main research subject⁵⁷. He reformulates the explanatory content of the Marxian concept of social class. He questions its central role through the structural dynamics of capital, i.e. labour relationship, with a view to better taking into account the differentiated character of the contemporary capitalist class structure, without dropping the idea of class polarization. He aims to reassert the specificity of the Marxian class concept in enlarging the definition of class beyond the production process.

1.1.2. A fuzzy boarder between professional structure and class structure

He examines the interactions between class and profession, with four concepts – class formation, class struggle, class structure and professional structure – and he presents four sets of claims:

1. Class structure sets limits on class formation, on class consciousness and on class struggle.
2. Class structure is the main social frontier in social change.
3. The concept of class deals with social relations.
4. Social relations are antagonistic rather than symmetrical, and exploitation would be the objective foundation of those relations.

I am not arguing that class structures define a unique path of social development. Rather the claim is that class structures constitute the lines of demarcation in trajectories of social change. There is no teleological implication that there is a 'final destination' towards which all social change inexorably moves. (Wright 1985a: 32)

He examines the distinction between "white collar workers" and "blue collar workers", wondering if it appears within the working class or between classes. In the latter case, it would be a foundation for an additional level in the class structure, and he concludes that, for allowing an understanding of class struggle and of class formation, class structure cannot be analysed for itself.

⁵⁷ See Wright, 1979, 1985a, 1997b.

Not only should class structures be viewed as setting the basic limits of possibility on class formation, class consciousness and class struggle, but they also constitute the most fundamental social determinant of limits of possibility for others aspects of social structure. (Wright 1985a: 31)

1.1.3. Wright's original approach on middle classes

He claims that the Marxists have never given a satisfying answer to the issue of the “middle class”. He displays four sets of answers, within Marxian academics:

1. The middle class is an ideological illusion. This approach would be the traditional Marxist one, and Wright considers it as deficient since it avoids the problem.
2. The middle class is a part of another class (Poulantzas, 1973).
3. The middle class is a new class (Gouldner, 1979).
4. The middle class stands in various classes, which would correspond to the existence of contradictory class locations (Wright 1985a)

For Wright, two kinds of non polarized positions appear: the traditional petite-bourgeoisie, which is neither exploited nor exploiter, and cross relations of exploitation, which result into being both exploiter and exploited. Besides, extra-classes identifications would stimulate internal divisions - like racial, ethnic, linguistic, national, religious ones - within the working class and they would blur class distinctions⁵⁸.

1.2. The conceptualization of contradictory class locations

Wright's answer to the middle class is the concept of contradictory class locations. We will first give a brief account of this concept (1.2.1), before stating that it is a peculiar interpretation of Marx's theory (1.2.2)

1.2.1. The birth of a concept

For Wright, the capitalists do not implement all the functions of capital, and the non polarized categories described above are contradictory rather than intermediate, both because they are in two classes at the same time and because they share interests of the two classes, hence their ambiguous role in the class struggle.

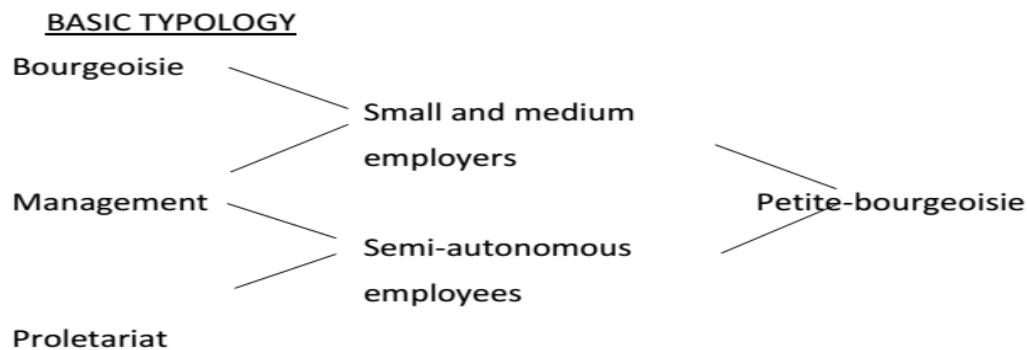
Instead of regarding all positions as located uniquely within particular classes and thus as having a coherent class character in their own right, we should see some positions as possibly having a multiple class character; they may be in more than one class simultaneously. (Wright, 1985a: 43)

In order to specify the way relations of production are the mechanism of exploitation, he displays three essential and interrelated dimensions: the control on money capital (investment), the control on physical capital (means of production) and the control on labour (production process). The pure capitalist exploitation would then rest upon the exclusion of the workers, by the capitalists, from all those relations.

He claims that the pure capitalist mode of production is not straightforwardly operational, since the exclusion from the three dimensions above does not necessarily coincide, so that there would be “*contradictory locations within class relations*” (Idem), mainly the managers, the employers in small or medium-sized business and the semi-autonomous wage-earners. The managers control labour and a part of the physical capital, but not money capital; they are socially situated between the working class and the capitalist class. The employers in small or

⁵⁸ Such divisions might well be a conscious strategy of the capitalist class for splitting the working class

medium-sized business control labour and physical capital, but not money capital; they are socially situated between the petite-bourgeoisie and the capitalist class. The semi-autonomous wage-earners, like engineers, only control some parts of labour; they are socially situated between the working class and the petite-bourgeoisie.



1.2. An arrangement of Marx's theory of classes

Wright presents his theory as “*Neo-Marxist*” (1985b: 231) at variance with the “orthodoxy”, and his method as an anti-empirical one: the concepts are constrained by the theories in which they work, so that the priority must be given to logical consistency. He claims that the existence of contradictory class locations obscure exploitation and class relations, and it corresponds to the existence of non capitalist forms of exploitation. Namely, various forms of exploitation - in terms of qualification, of organisation, of status...- would exist beyond the traditional Marxist one, so that it would be possible to be both exploiter and exploited.

He does not pretend to expound the Marxist statement on classes, but just a possible statement in the Marxist tradition. He preserved what he judges as the fundamental criteria, namely that the difference between class structures is based on the mechanisms of appropriation of the surplus. The nature of a social structure is established by the nature of the relations of exploitation which substantially generate a set of contradictory interests⁵⁹.

Wright's aim is to specify the concept of class in the Marxist theory, in order to make it operative. He builds his own theoretical posture between, on the one hand, the *economism* and *essentialism* that he attributes to the Marxian “orthodoxy” and, on the other hand, the relativism and subjectivism of some critics of Marxism. He asserts that the essentialist idea of a genuinely socialist revolutionary proletariat which is determined by its class location clashes with the observation that most of the working class departs from this, if it ever occupied it. He claims that defining classes on the exclusive basis of the social relations of production is not a firm foundation for specifying particular classes in any social organisation of production, since it would tend to *economism* and to class reductionism. Here he took a further distance from the traditional Marxian conception, according to which any form of domination can be ultimately

⁵⁹ It might be noted that Wright has paradoxically presented his model not only as a structural one but as well as a dialectical one, since class struggle may transform the conditions of its own determination.

explained in terms of relations of production, and at the same time he got closer to a Weberian-type conception.

2. Beyond a Marxist definition of classes

The theoretical background of Wright's approach is not exactly the Marxian one. More precisely, his theory is between Marx's and Weber's (2.1), and it can be seen as a static approach (2.2).

2.1. Classes and professions: between Marx and Weber

Wright separates professions, defined as positions within technical relations of production, from classes, defined as positions within social relations of production, and capitalist organisations are articulated with both social relations and technical relations. Yet he departs from a Parkin-type approach⁶⁰, for which the class structure is essentially determined by the professional structure. He distinguishes the class structure from a typology of professional categories. Then, class and profession fill two fundamentally distinct theoretical spaces, and Wright aims to work out a conceptual relation between class and profession, with the concept of organisation, through the analysis of their empirical relation. Socio-professional categories contain heterogeneous class elements, and professional distributions vary between classes.

Such a Weberian-type typological sketch reproduces the pre-Marxist dualism between subject and object, and Wright's Marxism is a sociologised Marxism, as the expression of a neo-Weberian logic of social stratification. Basically the difference between Marx and Weber rests upon the explanatory primacy. Marx defends a primacy of the economic structure, whereas Weber advocates a causal pluralism which weakens the intelligibility of class conflicts.

Wright states three levels of abstraction: the mode of production defines a class structure, the social formation defines class alliances and the circumstances define the organisation of production. Here he departs from Weber, who did not distinguish a mode of production and a social formation, since he never considered historical development as a pattern of class structures. As a result, Wright claims that the consequences of classes on society are not limited to class struggle and, rather than claiming that classes are crucial for social change, he simply judges them as important for social change, along with the "new social movements" (feminism, environmentalism...). Then "*traditional forms of class struggles - the direct confrontation of organised workers against the capitalist class - are less central to the politics of Western democracies in the 1990s than they were in the 1930s or 1960s*" (1997: 120). Therefore, in order to be effective, a structural analysis must be complemented with an autonomous analysis of culture and of ideology⁶¹.

2.2. A static approach

It might be the case that one of the strongest charges against Wright's theory is that it is non dynamic. This might be due to a structuralist influence (2.2.1); we will propose a dynamic approach instead (2.2.2).

⁶⁰ See Parkin 1979.

⁶¹ Our point is that they face obstacles that are closely with the class structure, and that are inspired by the capitalist class power.

2.2.1. A structuralist influence

It seems that such an approach has been inspired by Nicos Poulantzas, who describes classes exclusively by relations of exploitation and of domination, and who restricts the working class to manual work without responsibility. For Poulantzas (1974), like for Martin Nicolaus (1967) or for John Urry (1973), the definition of classes is exclusively structural, and class interests can be objectified. Yet, for Wright, the form of class struggle is defined by economic, ideological and political relations in a given historical situation. Such a differentiation leads him to set up taxonomical categories in order to work out a terminology for a distinguishing class locations.

2.2.2. For a dynamic approach

For Marxists like Edward P. Thompson, a class is not a thing with an independent existence, it cannot be defined in mathematical terms and it cannot be attributed “*the class-consciousness which 'it' ought to have*” (1963: 10). Instead, a social class is a relation, so that a precise definition would lead to confusion rather than to clarification. Therefore, status and stratifications are considered as dogmas of the bourgeois sociology, and they lead the sociologists not to deeply reflect on their own subject.

The finest-meshed sociological net cannot give us a pure specimen of class, any more than it can give us one of deference or love. The relationship must always be embodied in real people and in a real context. (Idem: 13)

Social classes are not given before the history of concrete struggles, and social reality does not appear directly to us. Classes are constituted during struggles that are articulated by objective - *i.e.* economic, political and ideological - conditions, which in return shape movements that organise the workers into classes.

3. Social classes, rational choice and game theory

Wright explicitly relies upon Roemer’s work, mainly his General Theory of Exploitation and Class. We will see first how Roemer founds classes on rational choice (3.1), and then how he articulates classes and exploitation with game theory in a historical materialist background (3.2).

3.1. Class relations and rational choice

With Rational Choice Theory, Roemer's peculiar reading of Marx seems contradictory with Marx’s own insights. His approach corresponds to a counter-intuitive reading of Marx (3.1.1), which influenced analytical Marxism, and Wright in particular, on the ground of class collaboration (3.1.2).

3.1.1. Roemer’s counter-intuitive reading of Marx’s

Like Morishima and Steedman, Roemer reconstructs the Marxian theory of exploitation independently from the labour theory of value. He considers exploitation as a transfer of the value of any commodity, not necessarily labour, so that any commodity can be exploited.

There is a decided superiority of our formulation of capitalist exploitation in the game-theoretic manner to the Marxian formulation in terms of surplus-value: the game-theoretic formulation is independent of the labor theory of value. (Roemer, 1982: 20)

He further confuses the distinction between Marx and Weber, in denying any structural content to social classes and to exploitation. “*Exploitation... does not appear to be of direct interest from either the positive or the normative viewpoint*” (Roemer 1988: 89). His definition of classes is formulated in terms of relations of property, with the Class-Exploitation Correspondence Principle: Any agent is exploited if he cannot afford as many goods as his amount of labour contains, and he is exploiter if he can afford more goods than his amount of labour contains. Thus, all the producers who optimize in selling their labour force are exploited, and all the producers who optimize in hiring labour force are exploiters. At the equilibrium there are three groups: exploiters, exploited, and an “obscure” area, which corresponds to Wright’s contradictory class locations. Then, the institutional reasons for exploitation would not be the appropriation of labour, but the existence of competitive markets and the differential ownership of the means of production.

A goal of this book has been to demonstrate that the central Marxist concepts of exploitation and class do not require a special logic for their construction. They can be studied in a model of private property system, using standard tools of microeconomic analysis. (Idemç: 172)

Roemer explains classes exclusively in terms of individual behaviours, and he misses the theoretical link between individual positions and social phenomena. His microsocal logic only allows a social analysis in aggregating individual unities. Such an approach of the relationship between structure and consciousness seems to be static and deterministic, close to the behavioural sociology, and it achieves an unlikely union between individualism and structuralism.

3.1.2. Analytical Marxism and class collaboration

In such a rational choice framework, Adam Przeworski, an analytical Marxist as well, claims that if the transition to socialism leads to a worsening, even a temporary one, of the workers’ welfare and if the workers are allowed to improve their material situation in cooperating with the capitalists, then the socialist perspective cannot result from the material interests of the workers.

A vigorously developing capitalism in which workers can reasonably expect to benefit from past exploitation is the second best for workers as well as for capitalists. The struggle for improvement of material conditions under capitalism is precisely that. It is not a struggle for socialism. (Przeworski 1980 : 146)

Insofar as these authors claim that class polarization corresponds to capitalism and socialism, the development of contradictory class locations obscures this distinction, as well as the distinction between exploiters and exploited.

The practical objective of class struggle is not smashing the capitalist class, but creating a viable compromise with capital... To forge a class compromise workers need to be able to deliver to the bourgeoisie a well coordinated and disciplined labour force. (Wright 1997a: 114-115)

It would then be possible to abolish capitalist exploitation within a market economy; this may explain the interest of the analytical Marxists in market socialism (see Roemer, Wright 1996).

A completely non-market socialism is not a stable and suitable form of economy and, in any event, is unlikely to be compatible with democratic institutions. (Wright 1997a, 103, stress in the original)

It is noteworthy that, in Roemer's and Wright's theoretical background, with new class divisions, Philippe Van Parijs (1987), an analytical Marxist too, has been led to assume that class struggle now occurs between steady employees on the one hand, and unemployed and precarious employees on the other hand.

3.2. Exploitation, historical materialism and game theory

Now, we will see how the analytical Marxists expound classes in an historical materialist framework, with the help of game theory. Roemer's approach is based on Cohen's historical materialism (3.2.1). We defend the claim that game theory is not a suitable basis for historical analysis (3.2.2).

3.2.1. Exploitation and historical materialism

Roemer analyses the former so-called socialist countries as an abnormality in the Marxian framework, and he aims to explain what appeared to be class relations in those countries. He uses the concept of exploitation as a specific mode of explanation of inequalities, as a causal relationship between individuals' incomes. He develops this analysis in terms of game theory: each individual is exploited if there is a potential alternative in which he would be better situated.

I shall construct the model so that, as before, classes are endogenously determined by individual optimization. (Roemer 1982: 110)

He defines four historical situations of exploitation according to the rules of retreat and to the main good which is unequally distributed.

- The feudal exploitation is founded on an unequal ownership of the labour force.
- The capitalist exploitation is founded on an unequal ownership of the means of production.
- The status exploitation or organization exploitation, corresponding to statism, or to bureaucratic state socialism, is founded on an unequal control of the planning process.
- The socialist exploitation is founded on an unequal ownership of the qualifications.

“Each revolutionary transition has the historical task of eliminating its characteristic associated form of exploitation” (Roemer 1982: 21). It must be noted that such a stagist approach rests upon Cohen's historical materialism (2000), namely that the development of productive forces determines the historical pattern of the modes of production. Wright admits *“an extended engagement with the theoretical work of the economist John Roemer”* (Wright 1985b: 250), which would set a rich foundation for empirical study and for theoretical elaboration of class structure, and which would rigorously allow the establishment of a contradictory class structure. On such a basis, he constitutes a typology of class structures, which roughly corresponds to the analytical Marxist theory of history, of exploitation and of classes:

Type of class structure	Principal asset that is unequally distributed	Mechanism of exploitation	Classes	Principal contradictory locations	Historical task of revolutionary transformation
FEUDALISM	Labour power	Coercitive extraction of surplus labour	Lords and serfs	Capitalists	Individual liberty
CAPITALISM	Means of production	Market exchanges of labour power and commodities	Capitalists and workers	Managers / bureaucrats	Socializing means of production
STATISM	Organization	Planned appropriation and distribution of surplus based on hierarchy	Managers / bureaucrats and non-management	Experts	Democratization of organizational control
SOCIALISM	Skills	Negotiated redistribution of surplus from workers to experts	Experts and workers		Substantive equality

Different classes have an objective interest in corresponding social structures: The capitalist class in capitalism, the middle classes in statism, and the working class in socialism. Marx's theory is then challenged on three points: Socialism is not necessarily the future of humanity, the proletariat is not the only holder of the revolution, and socialism may lead to exploitation.

3.2.2. The limits of game theory

It might be the case that game theory is useful for explaining some individual behaviours. Yet, it is not able to explain the general laws of society. The conceptual and methodological peculiarity of Marxism is swamped within the abstractions of game theory, that are antagonistic with historical abstractions. Classes are replaced with individuals, the collective interest in social change is replaced with individual consciousness, the relations of production are replaced with professional categories.

A class is a group of people who by virtue of what they possess are compelled to engage in the same activities if they want to make the best use of their endowments. (Elster, 1986: 147, stress in the original)

For Roemer, as for Elster, Marx chose labour force as a reference for political reasons - *“clearly, then, historical materialism directs us to construct a theory which views people as exploited, and not corn, as the most efficacious research program”* (Roemer 1982: 284) - and for normative reasons - *“if the exploitation of the worker is an important concept, it is so for normative reasons - because it is indicative of some injustice and not because the exploitability of labor power is the unique source of profits”* (Roemer 1988: 54) - but not for scientific reasons.

4. From structure to norm: the need for dialectics

For Roemer, a normative approach is necessary for analysing social classes. Cohen develops further that point, and he relates it to historical materialism (4.1). We propose the claim that such a turn results from the initial structural and non dialectical proposition on classes (4.2).

4.1. Class heterogeneity and normative approach

For Cohen, the central explanatory foundation for the retreat of critical thinking is the transformation of the class structure rather than the collapse of the Soviet world. The current class structure of capitalist societies would not allow a peculiar social group to have both a capacity and an interest for social change.

That class, traditionally conceived, had four characteristics which, taken together, ensured that it would produce a socialist revolution. First, it was the section of society on whose productive activity everyone depended. Second, it constituted the great majority of society. Third, it was composed of the exploited people in society. And, finally, its members were in serious need; they experienced a substantial lack of the essentials of a fulfilling life... In practical terms, what are the implications of the fact that the working class is not what it used to be, or what we once thought it was? (Cohen, 2001)

The social transformation would not rest upon the resolution of structural contradictions, but on issues in social justice. For Cohen, normative answers are necessary, because the change in the class structure of the capitalist societies since the early eighties does not allow any longer the specification of a social group which can hold the social transformation. The tendency to more diversity and less polarization - less workers strictly speaking, a larger petite-bourgeoisie, a change in the structure of qualifications, a weaker labour movement... - should lead to ask ethical questions and to give normative answers to this new background.

The questions about base and superstructure and forces and relations of production... occupied me for some twenty years, before my interests shifted decisively in the direction of moral and political philosophy. I think, instead, that our shift of attention is explained by profound changes in the class structure of Western capitalist societies, changes which raise normative problems which did not exist before, or, rather, which previously had a little political significance. Those normative problems have great political significance now. (Cohen 1990 : 364)

4.2. The limits of a structural definition – class in itself and class for itself

We state that classes are not given before the history of class struggles, and social reality is not directly understandable. *“The term 'working class', properly understood, never precisely delineated a specified body of people, but was rather an expression for an ongoing social process”* (Braverman 1974: 17). People get conscious of social relations through ideology. Therefore, political actions result from the process of conviction and organization by ideological and political forces. Marxism is not only a theory of class structure, but a theory of class formation and of social change as well. Class structures are then part of the explanation of structural constraints.

The propertied class and the class of the proletariat present the same human self-estrangement. But the former class feels at ease and strengthened in this self-estrangement, it recognizes estrangement as its own power and has in it the semblance of a human existence. The class of the proletariat feels annihilated in estrangement; it sees in it its own powerlessness and the reality of an inhuman existence (Marx, 1845: 36).

For Marx, human features are powers, that are capacities to produce. In the capitalist mode of production, property is what is produced, so that having some property corresponds to

creating ownership. The worker creates ownership, in an alienated way, and then he has properties, in a distorted way. The capitalist, as an ownership owner, has no properties. He does not possess his ownership, in that possessing something corresponds to be intimately connected with it. The capitalist is then an affected owner - he is not the creator then he is not the real owner - and the worker is a defective creator. Therefore, any human being is dominated by capital: the machine for the workers, money for the capitalists.

Wright and Roemer do not consider social classes as an organized social power. There is no peculiar interest to an economic structure and the distinction between class in itself and class for itself is rejected. A class in itself refers to structural positions within social relations of production - classes in organisations - and a class for itself refers to classes as organized social forces - organisations in classes. Cohen defines classes in a structural way, as an objective reality. “*A person’s class is established by nothing but his objective place in the network of ownership relations*” (Cohen 2000: 73). Paradoxically, he implicitly admits the distinction between class in itself and class for itself, in acknowledging the existence of subjective expressions in a political or cultural form, as class identity, but he assumes that political struggles, consciousness and culture do not make up class structures, but are just its expressions, its effects.

Conclusion

As an answer to a central challenge of contemporary class societies, namely a visible weakening of the polarization between social classes, Wright attempts to preserve the Marxian conception of social classes. His approach, with an alliance between a Marxian background and the Weberian sociology, is founded on and complemented with Roemer’s work, that establishes classes within a methodological individualist framework. Cohen joins that posture in stating that classes are not the vector of social transformation anymore.

Our point is that the analytical Marxists insufficiently integrate their approach within the historical process, and they have linked two conflicting approaches within the field of social sciences, namely on the one hand, the Althusserian-type structuralist materialism, as originally advocated by Wright, and on the other hand, methodological individualism, to which Wright got gradually closer. In separating the analysis of social structure and the theory of history, as it was defended and then revised by Cohen, the analytical Marxists present a sociologised Marxism. It has been outlined that its effectiveness in terms of analysis of the social and structural transformations and in terms of political action is limited.

References

Balbus, I. (1989), “The concept of interest in pluralist and Marxist analysis”, *Politics and Society*, 17.1: 151-177.

Becker, U. (1984), “Class theory: still the axis of critical social scientific analysis?”, *Politics and Society*, 13.4: 383- 423.

Braverman, H. (1974), *Labor and Monopoly Capital: The Degradation of Work in the Twentieth Century*, Monthly Review.

Burris, V. (1988), “New directions in class analysis”, *Critical Sociology*, 15.1: 57-66.

Carchedi, G. (1977), *On the Economic identification of Social Classes*: London: Routledge.

- Carchedi, G. (1987), *Class Analysis and Social Research*. Oxford: Blackwell.
- Carchedi, G. (1989), “Classes and class analysis”, in E.O. Wright (ed) *The Debate on Classes*. London: Verso: 105-125.
- Cohen, G.A. (1990), “Marxism and contemporary political philosophy, or: Why Nozick exercises some Marxists more than he does any egalitarian liberals”, *Canadian Journal of Philosophy*, suppl. 16: 363-387.
- Cohen, G.A. (2000 [1978]), *Karl Marx’s Theory of History: a Defence*, Expanded Edition. Princeton: Princeton University.
- Cohen, G.A. (2001), “A brief look at socialism: an interview”, *Pensées, Canadian Undergraduate Journal of Philosophy*, 2.
- Dahrendorf, R. (1959), *Class and Class conflict in Industrial Society*, Stanford University.
- Elster, J. (1986), “Three challenges to class” in J. Roemer (ed) *Analytical Marxism*, Cambridge University: 141- 161.
- Engels, F. (1970 [1880]), “Socialism: utopian and scientific” in K. Marx, F. Engels *Selected Works*, Progress, 3: 95- 151.
- Giddens, A. (1973), *The Class Structure of the Advanced Societies*. London: Hutchinson.
- Gouldner, A. (1979), *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*. New York: Seabury.
- Hindess, B., Hirst, P. (1978), “Classes and politics in Marxist theory”, in G. Littlejohn (ed) *Power and the State*. New York: Croom Helm, 72-97.
- Kamolnick, P. (1988), *Classes: A Marxist Critique*. New York: General Hall.
- Laclau, E., Mouffe, C. (1985), *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical and Democratic Politics*. London: Verso.
- Marshall, G., Rose, D. (1986), “Constructing the (W)right classes”, *Sociology*, 20(3): 440-445.
- Marx, K., Engels F. (1975 [1845]), “The Holy Family” in K. Marx, F. Engels *Collected Works*, Progress, 4: 1-212.
- Nicolaus, M. (1967), “Proletariat and middle class in Marx: Hegelian choreography and the capitalist dialectic”, *Studies on the left* 7(1): 22-49.
- Parkin, F. (1979), *Marxism and Class Theory: A Bourgeois Critique*. London: Tavistock.
- Poulantzas, N. (1973 [1971]), *Political Power and Social Classes*. Londo: New Left.
- Poulantzas, N. (1978 [1974]), *Classes in Contemporary Capitalism*. New York: Schoken.
- Przeworski, A. (1977), “Proletariat into class: the process of class formation from Karl Kautsky’s *The Class Struggle* to recent controversies”, *Politics and Society*, 7(4): 343-401.

Przeworski, A. (1980), “Material interests, class compromise, and the transition to socialism”, *Politics and Society*, 10.1: 125-153.

Roemer, J. (1982), *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge: Cambridge University.

Roemer, J. (1988) *,Free to Lose: An Introduction to Marxist Economic Philosophy*, Radius.

Roemer, J. Wright, E.O. (ed) (1996), *Equal Shares. Making Market Socialism Work*. London: Verso.

Tarrit, F. (2006), “A Brief History, Scope and Peculiarities of 'Analytical Marxism'”, *Review of Radical Political Economics*, 38.4: 595-618.

Thompson, E.P. (1963), *The Making of the English working class*, Vintage. Urry, J. (1973) “Towards a structural theory of the middle class”, *Acta Sociologica*, 16: 175-187.

Van Parijs, P. (1987), “A revolution in class theory”, *Politics and Society*, 15: 453–482.

Wright, E.O. (1979), *Class Structure and Income Determination*. New Yor: Academic Press.

Wright, E.O. (1980) “Class and occupation”, *Theory and Society*, 9.1: 177-214.

Wright, E.O. (1982), “The status of the political in the concept of class structure”, *Politics and Society*, 11.3: 321- 341.

Wright, E.O. (1984), “A general framework for the analysis of class structure”, *Politics and Society*, 13.4: 383- 423.

Wright, E.O. (1985a), *Classes*. London: Verso.

Wright, E.O. (1985b), “What is Marxist and what is neo in neo-Marxist class analysis?” in B. Chavance (ed) *Marx en perspective*, EHESS: 231-250.

Wright, E.O. (1997a), “Reflections in socialism, capitalism and Marxism: an interview”, *Imprints: a journal of analytical socialism*, 2.2: 100-122.

Wright, E.O. (1997b), *Class Counts*. Cambridge: Cambridge University Press

Estado capitalista em transformação, territórios corporativos e os impactos sobre as comunidades tradicionais: área de estudo litoral centro norte do estado do Espírito Santo, Brasil⁶²

Giovanilton André Carretta Ferreira,⁶³ Universidade Vila Velha
giovanilton.ferreira@uvv.br

Viviane Mozine Rodrigues,⁶⁴ Universidade Vila Velha
vmozine@uvv.br

Renan Lubanco Assis,⁶⁵ Universidade Vila Velha
renan.assis@uvv.br

Nathalia Nogarolli Bonadiman,⁶⁶ Universidade Vila Velha
nathalia.bonadiman@uvv.br

Resumo: Procura-se na perspectiva das transformações contemporâneas do Estado Capitalista investigar os processos de gestão e reconfiguração territorial que estão sendo experimentados no estado do Espírito Santo, localizado na região sudeste do Brasil, motivados por um novo ciclo de investimentos econômicos de grande porte, principalmente nos setores de petróleo e gás natural, minero-siderurgia e logística portuária, ao longo do litoral capixaba, nas duas primeiras décadas do novo milênio. De forma específica busca-se analisar as articulações políticas que dão sustentação a tais processos promovendo uma gestão corporativa do território, com fortes impactos e transformações nas comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas, camponeses e indígenas) do litoral centro norte do estado.

Palavras-chave: Globalização; Reescalonamento do Estado; Território corporativo, comunidades tradicionais; Espírito Santo-Brasil

⁶² Este trabalho foi financiado pelo Convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Petrobras e a UVV-ES para execução do Projeto Redes de Cidadania, regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01 de 2010. O Projeto Redes de Cidadania é uma medida de mitigação exigida no processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA, para os empreendimentos da Petrobras no ES.

⁶³ Doutor em Arquitetura e Urbanismo. Professor do Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Cidade e graduação Arquitetura e Urbanismo da Universidade Vila Velha. Coordenador da Rede de Conhecimento – Projeto Redes de Cidadania.

⁶⁴ Doutora em ciências sociais. Professora do programa de pós-graduação em Sociologia política e do programa de Segurança Pública da Universidade Vila Velha. Coordenadora Geral do Projeto Redes de Cidadania.

⁶⁵ Gerente de projetos no Programa de Educação Ambiental Redes de Cidadania, executado pela Universidade de Vila Velha.

⁶⁶ Mestranda em Arquitetura e Cidade. Bolsista do projeto Redes de Cidadania, vinculado ao curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade.

Apresentação: breves notas sobre a globalização e o reescalonamento de Cidades e o Estado

Parte-se da premissa que a nova dinâmica de acumulação capitalista mantém um profundo entrelaçamento e dependência com as grandes transformações da organização territorial em múltiplas escalas geográficas em que a reconfiguração e o reescalonamento de formas de organização territorial como cidades e Estados, são momentos intrínsecos deste processo (Brenner, 2010).

Ainda segundo o autor supracitado, no âmbito dessa transformação na organização territorial das cidades, dentro do marco teórico da produção capitalista do espaço, o termo globalização refere-se a um processo dialético ambivalente, onde há um movimento crescente de aceleração dos fluxos, em geral, no espaço geográfico, concomitantemente à produção, reconfiguração e/ou transformação de infraestruturas espaciais relativamente fixas e imóveis que possibilitam a expansão e aceleração destes fluxos. Em relação a ação estatal, com a globalização, novas instituições e formas de regulamentação são qualitativamente produzidas em escalas sub e supranacionais, dentro de um processo de reescalonamento da organização territorial do Estado que se apresenta como um momento constitutivo e propulsor do processo de globalização (Brenner, 2010).

O reescalonamento territorial do Estado como uma grande estratégia de gestão neoliberal de crise e revalorização do capital tem estabelecido novos padrões de governança urbana inserida dentro do macro contexto de um regime de acumulação flexível, que para enfrentar os desafios do desenvolvimento capitalista, consolida formas emergentes de “empreendedorismo urbano” (Harvey, 2005), bem como a produção de “territórios corporativos” (Santos e Silveira, 2012).

Com base na abordagem de Harvey (2005), o empreendedorismo urbano baseia-se na formação de amplas coalizões e alianças políticas, que em muitos casos abre caminho para o surgimento ou consolidação de uma liderança (prefeito, administrador municipal, empresário) carismática, talentosa, habilidosa ou mesmo rica. Essa liderança pode acabar impondo uma marca pessoal sobre a natureza e direção do empreendedorismo urbano ou até mesmo direcioná-lo para fins políticos específicos. Um elemento central deste modelo de governança urbana é a aplicação de parcerias público-privadas na condução de um planejamento estratégico sobre o território materializado por intermédio de intervenções pontuais, grandes projetos urbanos ou industriais e pelas operações urbanas consorciadas.

Como resultado para as cidades, dentro de uma perspectiva crítica sobre o empreendedorismo urbano, ocorre a camuflagem de problemas socioambientais e econômicos muito sérios por estes projetos de grande porte, que consolidam e fortalecem uma cidade dual. Investimentos e impactos regressivos na distribuição da renda, volatilidade da malha urbana e a efemeridade dos benefícios trazidos por muitos projetos. A valorização do espetáculo e da imagem e não da essência dos problemas sociais e econômicos parece, então, pautar a nova agenda urbana. Uma estrutura global de desenvolvimento capitalista desigual, que limita as boas opções e força as coalizões a jogarem de acordo com as regras da acumulação capitalista (Harvey, 2005).

Dentro desta perspectiva da gestão do território, no atual processo de acumulação capitalista, podemos aferir que predomina o que Santos e Silveira (2012) denominam de a produção de um espaço corporativo, juntamente com o processo de privatização do território. Na medida em que grandes empresas de diferentes setores (industrial, imobiliário, agrícolas e de serviços) impõem sua lógica sobre outras empresas menores e influenciam fortemente o comportamento do Estado, nas diversas escalas, pode-se dizer que há um verdadeiro comando

socioeconômico e territorial da vida, por um número limitado de empresas. Nessas condições, o território pode ser adjetivado como um território corporativo.

O efeito desta força poderosa das corporações sobre o entorno (padronização, pragmatismo, violência, etc) torna indispensável o entendimento da relação entre o macro e o micro para se conhecerem as situações resultantes sobre o território e a produção do espaço dentro desta lógica corporativa (Santos e Silveira, 2012).

As lógicas explicitadas sobre a produção e reprodução do espaço e sobre a gestão do território, em tempos de globalização, mantêm forte similaridade com os processos de gestão e reconfiguração territorial que estão sendo experimentados no Brasil, nestas duas primeiras décadas do novo milênio, em especial no estado do Espírito Santo (ES), objeto de estudo da comunicação proposta. Um novo ciclo de investimentos econômicos de grande porte, principalmente nos setores de petróleo e gás natural, minero-siderurgia e logística portuária, ao longo do litoral capixaba, nas duas últimas décadas, têm se articulado com uma gestão corporativa do território, com fortes impactos e transformações nas comunidades tradicionais.

As comunidades tradicionais no Brasil acumulam conhecimentos adquiridos através de várias gerações. Esses ensinamentos são fundamentados de forma empírica, onde a percepção, vivência e relações com o espaço em que vivem fazem parte da construção e consolidação de um “saber artesanal” (Diegues, 2004).

Segundo a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), instituída por meio do Decreto Federal de número 6.040/2007, os povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, possuindo suas próprias formas de organização social, territorial e utilização desse território, além de utilizarem os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Procura-se assim, na perspectiva das transformações contemporâneas do Estado Capitalista investigar a “sensação” de impotência das escalas menores (local, regional ou mesmo nacional), no enfrentamento de questões macroeconômicas, diante dos imperativos da nomeada globalização, para aqueles que participam das redes mundiais de modo subordinado, tal como o Brasil, em especial o estado do ES. De forma específica, o artigo busca analisar os processos de gestão e reconfiguração territorial que estão sendo experimentados no litoral do estado do ES, com destaque para as articulações políticas que dão sustentação a tais processos e os seus impactos no território com destaque para três dimensões principais, a saber: socioambiental que enfatiza a distribuição pelo território dos impactos ambientais e seus rebatimentos sociais; sociocultural destaca-se neste caso os impactos sobre as comunidades tradicionais do litoral capixaba (pescadores, quilombolas, camponeses e indígenas); jurídica que enfatiza os processos de ruptura e/ou descontinuidade dos aspectos legais na implantação dos empreendimentos de grande porte no litoral do ES.

A formação da economia capixaba e a hegemonia da visão estratégica no Espírito Santo

A economia internacional e a política desenvolvimentista nacional tiveram papel determinante no redirecionamento da economia capixaba, baseada na industrialização/urbanização nos anos de 1970 e a estruturação da metropolização da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), que teve na cidade de Vitória não só o papel centralizador administrativo, como também o de núcleo polarizador de uma aglomeração urbana em formação.

A metropolização da Grande Vitória consolidou um sistema infraestrutural com conexões supranacionais o qual se estruturou ao longo da histórica relação com a macrorregião situada

basicamente entre Belo Horizonte e Vitória, determinada por operações de empreendimentos industriais de grande porte: mineração (empresa Vale), siderurgia (Companhia Siderúrgica de Tubarão-CST atual ArcelorMittal Tubarão) e a produção de celulose (Aracruz Celulose atual Suzano). Uma configuração territorial constituída pela implantação de infraestrutura industrial e logística em larga escala, encerrando processos urbanos determinantes da modernização do país. Uma região onde as condições da integração global do Brasil estão sendo, em boa parte, agenciadas tornando-se cada vez mais flexível, afetando profundamente as situações urbanas e ambientais locais, com a emergência de novos tipos de atividades econômicas e de ocupação do espaço, gerando novas relações entre empresas, governos e comunidades.

Tal processo gerou no ES uma territorialização do capital, concentrado principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), aliado à desterritorialização e, muitas vezes, ao desaparecimento de formas tradicionais de produção e suas comunidades tais como a agricultura camponesa, as comunidades indígenas, pescadores e as quilombolas, do interior do estado, proporcionando, dentre outros impactos não menos importantes, a concentração fundiária, a perda de diversidade, o esvaziamento das áreas rurais e a concentração urbana (Daré, 2010). No âmbito político-econômico a consolidação de empresas ligadas aos projetos industriais de grande porte no ES passou, como “Centros de Poder”, a influenciar diversos aspectos da sociedade capixaba (Abe, 1999).

Aliado a intensificação do processo de globalização econômica no país, a partir do modelo de integração competitiva, alimentado e impulsionado pela financeirização da economia mundial consolida-se, no início do novo milênio, um terceiro ciclo.⁶⁷ de investimentos econômicos de grande porte no ES. Este ciclo, motivado pelo crescimento da demanda por commodities no mundo, sobretudo na China e pela consolidação da indústria do petróleo e do gás natural no estado, aponta para significativas transformações socioespaciais e novos níveis de subordinação do território capixaba em relação aos “Centros Poder”. Mantém os fatores estruturadores da lógica socioeconômica estadual, a saber, a forte concentração espacial e setorial da economia capixaba, altamente dependente de poucos setores econômicos, direcionados para atender prioritariamente o mercado externo. Isto implica em manter a patente fragilidade estrutural da sua economia, determinada pela restrita diversificação produtiva, sustentada basicamente em recursos naturais não renováveis, limitada base tecnológica-científica e de serviços modernos.

Esta forte imersão do estado do ES no circuito da globalização, com a produção de um território corporativo ao longo do seu litoral, apresenta na sua dimensão política, com mudanças significativas no papel do Estado, importantes elementos explicativos dessa lógica.

A conjuntura política que marca o processo de redemocratização do país e de reforma do Estado, ao longo dos anos de 1980 e 1990, apresenta como desdobramento, no ES, uma grave contradição no cenário político-administrativo capixaba. Por um lado, o governo estadual viu ocorrer, nas duas últimas décadas do século XX, um agravamento da crise vivida em nível nacional, que no estado foi marcado pelo imobilismo da máquina governamental, traduzido

⁶⁷ A evolução da economia do Espírito Santo entendida a partir de uma periodização construída com base em seus ciclos de desenvolvimento econômico (períodos de desenvolvimento socioeconômicos nucleados por poucas atividades econômicas) apresenta, de acordo com Caçador (2009) os seguintes ciclos: 1º ciclo centrado na cafeicultura, sobretudo de base familiar que predominou do século XIX até a década de 1950; 2º ciclo caracterizado pela industrialização, apresentou uma 1ª fase (1960-1975) baseado no crescimento e instalação de pequenas e médias empresas e uma 2ª fase (1975-1990) estruturado no crescimento e instalação de grandes empresas produtoras de commodities, denominados na literatura econômica capixaba de “Grandes Projetos Industriais”. E o 3º ciclo de crescimento, por que passa o estado (diversificação concentradora), marcado pela ampliação da produção de setores já existentes, inclusive com atividades de exportação, e bastante impulsionado pelo renascimento de outros, como a indústria do petróleo e gás natural no estado, mas com perspectivas de mudanças estruturais limitadas pela ampla dependência e crescimento da produção de commodities.

por uma grave crise de governabilidade que expôs a natureza do descaso ético das elites políticas capixabas, no que tange ao trato da coisa pública. Por outro lado, na capital do estado, Vitória, ao contrário do que vinha ocorrendo no ES, houve uma substancial mudança no perfil das lideranças políticas. Desde as eleições municipais de 1988, as coalizões que passam a assumir o poder na capital foram constituídas por forças políticas que expressavam maior identidade e articulação com os segmentos sociais emergentes, em razão das transformações ocorridas no país, em especial, a redemocratização. Todos os prefeitos eleitos na capital, nas décadas de 1990/2000, pertenciam a uma nova geração de lideranças políticas emergentes na Grande Vitória, que passam a se orientar pela cartilha do empreendedorismo urbano, adotando como principal instrumento de atuação o planejamento estratégico de cidades.⁶⁸ e, em seguida, difundindo-o para outros municípios da Grande Vitória, do interior e posteriormente, no executivo estadual.

A realização do plano estratégico de Vitória (Vitória do Futuro – 1996) é o coroamento de uma nova postura assumida pelo Executivo municipal da capital, na gestão do prefeito Paulo Hartung (1993-1996). Apoiando-se nos preceitos do empreendedorismo urbano e nos mandamentos da gestão pública trazidos pelas experiências das cidades americanas, divulgadas no livro *Reinventing Government. How Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector*, de Ted Gaebler e David Osborne, lançado em 1992, essas ideias vieram a se tornar uma espécie de cartilha do governo municipal (Banck, 1998).

O planejamento estratégico de cidades implementado no Brasil, juntamente com o conjunto de políticas competitivas que ele estimula e do qual é parte fundamental apontam, para duas questões centrais: a imposição de uma nova questão/agenda urbana, colocada agora em termos de competitividade e produtividade (Vainer, 2000) e a despolitização da polis, que segundo Bordieu, citado por Lima Júnior (2003: 3) trata-se de “*uma ação política que visa a despolitização*”, ou seja, a redução do espaço da política na cidade.

A crise do ES dos anos 1990 fornece importantes elementos para o entendimento da hegemonia do ideário do planejamento estratégico no estado, a saber: a chegada ao poder no executivo estadual de uma liderança forte no estado, Paulo Hartung governador nos períodos (2003-2010 / 2015-2018); a consolidação de um modelo político intitulado de “unanimidade capixaba” (Simões, 2014); a participação privilegiada do empresariado no processo de planejamento e de tomada de decisões na esfera estadual; e, a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Espírito Santo, denominado ES-2025, na primeira gestão do governo Paulo Hartung, que passa a ser o principal norteador do processo de desenvolvimento do estado, nas últimas duas décadas (Ferreira, 2016).

A crise estadual redirecionou os esforços de diferentes instituições do setor público e da sociedade civil no ES, uma ampla mobilização contra a violência, a violação de direitos humanos, a impunidade e o crime organizado no ES, se constituiu e deu sustentação a eleição ao executivo estadual de Paulo Hartung em 2003.

Apesar dos métodos adotados e de várias práticas da gestão Paulo Hartung serem questionáveis é importante ressaltar, de acordo com Zorzal e Silva (2010), a tenacidade e a astúcia da figura do governador como principal liderança política do estado, tendo assumido um importante protagonismo, a fim de transpor o caótico quadro em que estava imersa a gestão pública estadual.

O sentimento ou consciência de crise produziu um efeito útil, propiciando um abrandamento dos conflitos internos, uma “paz social interna”, bem como a abdicação, por

⁶⁸ Nos anos de 1990, prefeituras de várias cidades brasileiras e latino-americanas importaram e aplicaram o planejamento estratégico de cidades, inspiradas principalmente pelo modelo espanhol.

parte dos diferentes atores dos seus interesses particulares, facilitando, assim, a imposição de um falso projeto unitário, coeso e amplamente aceito no ES. Assim, de acordo com Simões (2014), a “união estadual” fundamental para superar os desafios da crise institucional dos anos de 1990 se perenizou, virou uma obsessão, mesmo após a superação daquela crise, transformando-se em uma “unidade capixaba” que destruiu a diversidade política no ES, minou a vitalidade das instituições, sepultou a oposição e gerou um pensamento único conduzido por um líder absoluto.

Apesar de leves nuances, as últimas gestões estaduais Paulo Hartung (2003-2010 e 2015-2018) e Renato Casagrande (2011-2014) mantiveram firme o tripé da “união unitária única” assentada em um pensamento que pretende ser único sobre os destinos da política e do desenvolvimento do estado do ES. Simões (2014) ilustra o assunto, afirmando que:

Uniformizou-se até o debate. O discurso é uníssonos. A organização da sociedade passou a ser (ou estar no) governo. Uniram-se a ausência de oposição e o silêncio dos movimentos sociais. Métodos e procedimentos alinhados com essa unificação e adesão se espalharam em instituições. (Simões, 2014: 389-390)

É neste contexto que é gestado, no ano de 2006, o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025 (ES-2025), em total sinergia e harmonia com os “Centros de Poder”, constituídos pelos principais segmentos empresariais do ES, que assumiram, em parceria com o governo do estado, o protagonismo na elaboração e implementação do respectivo plano. Adotando o receituário do planejamento estratégico liberal competitivo, o governo Paulo Hartung passa a encarar o ES-2025 como a construção de um “novo” modelo de desenvolvimento para o estado, alinhado ao discurso hegemônico da globalização, que se baseia na lógica competitiva da integração às redes globais e na geração de riquezas, sobretudo, a partir dos projetos industriais de grande porte presentes no território capixaba e na atração de novos investimentos.

Uma das orientações mais claras do ES-2025 é a parceria entre Estado e mercado, caracterizada pela convergência dessa integração entre o público e o privado no âmbito das estratégias e das ações propostas e refletidas na produção do espaço pelo e para o mercado. Essa relação entre Mercado, Estado e Sociedade, no âmbito das formas de gestão e realização da riqueza identificadas com a globalização, está nitidamente contemplada e desejada na própria concepção do Plano ES-2025, por intermédio de consistente aliança que foi estabelecida entre a Organização Não Governamental (ONG) Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação.⁶⁹ e o governo do estado do ES e que apresenta papel fundamental na estruturação do atual modelo de planejamento e desenvolvimento do estado. Este plano foi o grande balizador das primeiras gestões do governo Paulo Hartung, seguido e atualizado durante a gestão de Renato Casagrande (Plano ES-2030), perpetuando-se com o retorno de Hartung ao governo do estado, no ano de 2015 e que está sendo novamente revigorado (Plano ES-2035) na atual gestão de Casagrande iniciada no ano de 2019. O período é marcado pela intensificação da implantação de empreendimentos econômicos de grande porte, principalmente no litoral do estado, forte interferência sobre a regulação política do território pelo mercado, transformações e impactos nas comunidades tradicionais que passam a ser apresentados a seguir.

⁶⁹ A ONG Espírito Santo em Ação foi fundada no ano de 2003 por 16 empresários e executivos do estado que decidiram reunir suas experiências na gestão privada, com o objetivo inicial de contribuir para que o Estado retomasse suas características de destaque, insatisfeitos com os rumos políticos e econômicos do estado naquele período. Reúne os principais grupos empresariais presente no estado. Mais do que agilizar o processo de representação dos interesses do setor, o Espírito Santo em Ação busca atuar no próprio processo de produção desses interesses em parceria com o Poder Público. Os temas de interesse mais globais da entidade estão diretamente ligados aos principais projetos de desenvolvimento previstos no Plano ES-2025, com destaque para a logística, a qualificação profissional, a melhoria da gestão nos setores público e privado, a questão da legislação ambiental e a criação de polos de desenvolvimento (industriais) (Rainha, 2012).

Terceiro ciclo de investimentos econômicos de grande porte no Espírito Santo, transformações e impactos territoriais nas comunidades tradicionais

Na primeira década do século XXI, os novos investimentos de grande porte no ES continuaram concentrados nos setores tradicionais da economia capixaba, a saber, na mineração, na siderurgia e na celulose. A novidade foram os avanços significativos no setor de energia, relacionados ao aumento da importância relativa do ES na indústria do petróleo no país. Passou para o segundo lugar entre os estados na produção de petróleo e terceiro na produção de gás natural, representando respectivamente 15,34% e 14,12% da produção total do país (ANP, 2014).

Essa nova etapa do setor petrolífero brasileiro, segundo Piquet (2012) apresenta graves contradições, resultando em elevados efeitos multiplicadores e até mesmo mudanças estruturais na economia brasileira. Na contramão desta perspectiva de Estados e grandes corporações, movimentos socioambientais travam uma intensa e desigual luta, cujas bandeiras passam pelo questionamento do modelo de desenvolvimento atual, pelas denúncias em relação às perdas territoriais, ambientais e aos graves conflitos sociais provocados pela expansão da indústria do petróleo e gás no país. Envolve também conflitos em relação à necessidade de sobrevivência de práticas socioespaciais de que dependem trabalhadores em geral, em especial pescadores artesanais, comunidades camponesas e povos tradicionais, grupos sociais permanentemente comprometidos pela “privatização de fato do espaço não mercantil das águas, ares e sistemas vivos[...]” (Acselrad, 2013: 14).

Com base nos levantamentos regulares das decisões de investimento no estado publicadas pelo Instituto Jones dos Santos Neves.⁷⁰ os projetos concluídos entre os anos de 2000 - 2013, somaram aproximadamente R\$ 100 bilhões (IJSN, 2013), marcados principalmente pelo crescimento dos investimentos em Energia, grande parte deles relacionados aos projetos de prospecção e processamento de petróleo e gás na bacia do ES e de Campos.

Nesse processo, ocorre uma crescente pressão para a modernização das atividades de logística no estado do ES (portos, rodovias e ferrovias), pelas necessidades impostas pelo próprio perfil da economia, por força dos interesses específicos das grandes corporações, ou mesmo anúncios de investimentos sem uma concretude, dentro de uma lógica especulativa do território. Destacam-se os constantes anúncios de novos projetos do setor portuário: no litoral centro norte, Petrocity (São Mateus), Manabi (Linhares), Portocel (Aracruz), Imetame (Aracruz), Jurong (Aracruz), porto de águas profundas (local a ser definido entre Vila Velha e Vitória), no litoral sul, C-port (Itapemirim), Itaoca (Itapemirim) e Porto Central (Presidente Kennedy).

Considerando o volume dos recursos investidos, o perfil dos investimentos, sua distribuição setorial e locacional, conforme aponta Ferreira (2016), fica evidente que nas últimas duas décadas ocorreu um novo ciclo de investimento de grande porte no estado e que se caracteriza por um processo de desconcentração/concentrada. Há uma desconcentração dos investimentos, antes concentrados predominantemente na RMGV, mas mantendo a lógica concentradora em termos setorial e também locacional, agora em direção ao litoral norte e sul do estado.

⁷⁰ Desde o ano de 2000, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) divulga anualmente informações sobre os investimentos anunciados para o Espírito Santo, as publicações apresentam os investimentos públicos e privados previstos, anunciados e concluídos acima de R\$ 1 milhão.

Apesar da drástica redução dos investimentos previsto no estado, nos últimos anos e o quadro de insegurança e imprevisibilidade do cenário econômico e político no país, este ciclo de investimentos econômicos do ES já se consolidou e vem deixando sua marca no território estadual.

Com relação à infraestrutura relacionada à exploração e à produção de petróleo e gás natural é visível, a expressividade que este setor apresenta na ocupação do território litorâneo capixaba, sobretudo no litoral norte, em função da grande presença de exploração e produção terrestre nesta região do estado.

Conforme aponta Shignorelli (2013), considerando as Unidades de Conservação existentes nos municípios, as respectivas zonas de amortecimento, as Áreas de Preservação Permanente (APP) estabelecidas por legislação federal e as áreas de exclusão de algumas infraestruturas pode-se considerar que a maior parte dos poços terrestres do litoral norte capixaba apresentam algum conflito com a conservação ambiental, com a legislação ou com outros usos do solo. Ou seja, expressam algum tipo de conflito neste território.

Os acidentes ocorridos no estado relativos a este setor têm sido constantes e pouco tem sido feito em relação aos que já ocorreram. De acordo com Calazans e Meireles (2013), em contato com pescadores, camponeses, quilombolas e indígenas, diretamente impactados pela exploração de petróleo e gás, ou mesmo trabalhadores de plataformas, é possível verificar que a ocorrência de acidentes é muito maior do que o noticiado, assim como as perdas e injustiças socioambientais geradas com tais atividades.

Gonçalves (2013) analisando os riscos econômicos e tecnológicos associados a indústria do petróleo e gás natural no litoral capixaba e as políticas locais de uso e ocupação do solo em relação as atividades geradoras de riscos, conclui sobre um processo crescente de exposição das populações e atividades locais a perigos, bem como a omissão e/ou desconhecimento, no ordenamento do território dos municípios, em relação aos prováveis impactos desse tipo de atividade que estão ocorrendo e se desenvolvendo ao longo do litoral capixaba.

Não são menores os conflitos ambientais ligados aos projetos minero-siderúrgicos no estado. As grandes plantas industriais localizadas na RMGV, a empresa Vale e a ArcelorMittal Tubarão e Cariacica, e no litoral sul, a Samarco Mineração têm gerado historicamente um grande passivo ambiental relacionado principalmente: a poluição do ar, que gerou, no ano de 2015, na Assembleia Legislativa do Espírito Santo a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Pó Preto; a poluição de recursos hídricos e o alto consumo de água por parte destas indústrias.

O relatório da CPI do Pó Preto expõe que, os níveis de doenças relacionadas à poluição atmosférica no ES superam, em muito, a média nacional. A população da Grande Vitória está vinte e quatro horas sob exposição de patologias causadas pela poluição, “dentre elas a possibilidade de adquirir, por exemplo, fibrose pulmonar, doença obstrutiva crônica, enfisema pulmonar, câncer de pulmão, infarto agudo do miocárdio e acidente vascular encefálico” (Ales, 2015: 13).

Mesmo com todas as evidências, apontadas no relatório da CPI sobre os prejuízos socioambientais a que as cidades capixabas estão submetidas em função das grandes empresas mineradoras e de siderurgia, o documento expõe claramente as limitações que as mesmas e o poder público estão submetidos, tendo em vista a dependência econômica do estado em relação a tais atividades. Ou seja, uma clara evidência da impotência de tais entes perante as determinações econômicas hegemônicas atuais, submetendo o território e a vida aos interesses das grandes corporações.

Associada à poluição do ar, há também no território capixaba a poluição e a escassez de recursos hídricos. Tal situação está sendo dramaticamente comprovada, por intermédio, por exemplo, do rompimento das barragens de Fundão e Santarém, em novembro do ano de 2015,

na unidade industrial de Germano, da empresa Samarco Mineração (controlada pelas acionistas Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton Brasil Ltda.) entre os distritos de Mariana e Ouro Preto, no estado de Minas Gerais. O desastre provocou uma onda de lama tóxica que devastou distritos próximos, resultou na morte de 19 pessoas, vitimou um grande número de trabalhadores e moradores do distrito de Bento Rodrigues, deixou centenas de pessoas desabrigadas, decretou a “morte do Rio Doce”, afetou o abastecimento de pelo menos meio milhão de pessoas dependentes da bacia do Rio Doce, e impactou a vida marinha no litoral capixaba por muitos anos, em especial as comunidades de pesca artesanal.

A pesca foi legalmente interrompida pela Justiça Federal do Espírito Santo [processo no 0002571- 13.2016.4.02.5004 (2016.50.04.002571-0) datada de 17/02/2016], em uma faixa delimitada ao sul pela Barra do Riacho, no município de Aracruz, ao norte pela praia de Degredo, no município de Linhares, e ao leste até onde a plataforma continental alcança 25 metros (Institutos Lactec, 2019).

Pouco mais de 4 anos do rompimento da barragem, relatório técnico do Institutos Lactec (2019), realizado em atendimento à solicitação do Ministério Público Federal, aponta resultados no intuito de subsidiar a manutenção da proibição da pesca e, até mesmo, a ampliação da área de restrição (Institutos Lactec, 2019).

Conforme apontam entrevistas realizadas nas comunidades de pesca artesanal pelo Projeto Redes de Cidadania (2019), ocorreram complexas transformações nas comunidades de pesca artesanal afetadas, influenciando diversos aspectos da vida de pescadoras e pescadores, tanto em função do desastre da barragem e da chegada da lama, quanto mais recentemente em função das ações indenizatórias realizadas nas áreas afetadas, que tem sido alvo de vários questionamentos e críticas por parte destas comunidades.

De acordo com diversos autores (Knox e Trigueiro, 2015; Izoton, 2015) a intensificação da movimentação e ocupação no espaço pesqueiro próximo à costa, pelo aumento do número de portos/terminais marítimos é a principal causa para os recursos pesqueiros terem decrescido.

Se a atividade portuária aparece como um grande agente de impacto à pesca artesanal, a prospecção de petróleo, os campos de produção das grandes plataformas e as pesquisas sísmicas, na fase de prospecção, também contribuem para acirrá-los. Posteriormente, o aumento da navegação de embarcações ligadas às atividades de petróleo e gás natural, unidades de produção e navios responsáveis pelo suprimento e manutenção das áreas de extração de petróleo marítimo intensificam os problemas já relatados acima. A invisibilidade, a violência e o desrespeito com que estas comunidades tradicionais são tratadas estão expressas em várias situações relatadas pelos estudos supracitados.

Os conflitos no campo capixaba ocorridos no período de 2001 a 2011, com base nos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (*apud* Scarim e Sanders, 2012) indicam que o modelo de desenvolvimento implantado no estado continuou marcado pela desigualdade e exclusão, pela concentração da terra e da renda, pelo empobrecimento das comunidades tradicionais (pescadores, quilombolas, camponesas e indígenas) e pelo fortalecimento do agronegócio e a expansão do setor de petróleo e gás natural. Em terra ou no mar impressiona o tratamento com que estas grandes corporações e o Estado tratam as comunidades e a população, sobretudo aquelas que conformam “obstáculos”, ousam questionar os seus projetos, ou mesmo a forma como os licenciamentos são concedidos (Scarim e Sanders, 2012).

Confirmando esta postura, ao analisar os licenciamentos ambientais dos empreendimentos previstos para se instalar no litoral do ES, Bitencourt (2013), demonstra que tais estudos não têm realizado uma análise eficaz, do ponto de vista de uma real avaliação dos efeitos vinculados à viabilidade ou não de implantação destes empreendimentos. Desse modo, a mencionada autora afirma que em 100% dos casos analisados, há o que se poderia denominar de “previsibilidade óbvia”, uma vez que, em se tratando de um estudo contratado pela própria

empresa interessada na implantação do empreendimento, tais estudos têm apontado invariavelmente para a viabilidade do empreendimento, indicando somente algumas medidas e programas mitigadores dos seus impactos.

O Estado assume papel fundamental nessa lógica unilateral, em que predomina o poder das corporações, flexibilizando, desregulamentando ou, até mesmo desrespeitando a própria legislação.

O caso do Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), no litoral do município de Aracruz ilustra bem esta submissão dos territórios, cuja proposta foi recusada por parte dos técnicos do órgão licenciador - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), com base na análise do EIA/RIMA do empreendimento. No ano de 2010, a partir de manifestações contrárias ao empreendimento e aos questionamentos quanto ao processo de licenciamento, o Ministério Público Federal do Espírito Santo entrou com uma Ação Civil Pública para suspender a licença prévia concedida pelo IEMA ao EJA. Ao todo, foram identificadas cerca de 88 irregularidades no empreendimento e a magnitude dos impactos que poderiam gerar. Os técnicos do IEMA sugeriram a não implantação do mesmo, o que foi negado pela Diretoria do Instituto que, contrariamente ao parecer dos técnicos, agilizou o processo de licenciamento, fato esse que ocorreu em tempo recorde (cerca de 30 dias) (Vieira, 2012).

Cabe ainda ressaltar, que o Ministério Público Estadual também moveu Ação Civil Pública (ACP) contra a doação de terras às empresas sem a realização de licitação. O Decreto 1158/2010, assinado pelo governador Paulo Hartung tornou a área de utilidade pública evitando problemas em relação a supressão vegetal em Área de Preservação Permanente (APP), que é o caso da área do EJA, bem como eximiu a responsabilidade da prefeitura de uma doação irregular. A justiça negou a ACP movida pelo Ministério Público Estadual.

Além das várias rupturas legais relacionadas a implantação de empreendimentos de grande porte no litoral capixaba, a relação de subserviência do poder público não se limita aos aspectos legais: áreas públicas são doadas às empresas; pacotes de isenções fiscais são concedidos a partir de uma política paternalista de incentivos do governo; os investimentos em infraestrutura priorizados são determinados pelas necessidades destes empreendimentos, licenças ambientais são consideradas pelas próprias autoridades burocracias que estorvam o desenvolvimento econômico do Estado, são concedidas sem os devidos cumprimentos das contrapartidas, em acordos que tendem a favorecer as empresas e penalizar social e ambientalmente as comunidades como vistos no caso relatado.

O posicionamento do Estado, em relação aos empreendimentos portuários não é diferente. Não há um Plano Integrado de Zoneamento Costeiro, que defina as zonas adequadas ao desenvolvimento portuário em harmonia com o ordenamento das áreas urbanas e comunidades tradicionais existentes no litoral capixaba. A estratégia corporativa das grandes empresas instaladas no estado é a de resolverem seus problemas de logística através da operacionalização de portos privativos e que tem desconsiderado questões socioambientais relevantes das áreas onde se instalam e as demandas da própria economia local ou do desenvolvimento regional do estado.

Considerações finais: Estado capitalista em transformação e os territórios corporativos no litoral centro norte do Espírito Santo

Aliado a intensificação do processo de globalização econômica no país, a partir do modelo de integração competitiva, alimentado e impulsionado pela financeirização da economia mundial consolida-se um novo ciclo de investimentos econômicos de grande porte no ES. Este ciclo que é motivado pelo crescimento da demanda por commodities no mundo e pela consolidação

da indústria do petróleo e do gás natural no estado, aponta para mudanças no papel do Estado, significativas transformações socioespaciais, novos níveis de subordinação do território capixaba em relação aos “Centros Poder” e fortes transformações e impactos sobre as comunidades tradicionais.

Emerge assim, a “sensação” da impotência das escalas menores (local, regional ou mesmo nacional), no enfrentamento de questões macroeconômicas, diante dos imperativos da nomeada globalização, para aqueles que participam das redes mundiais de modo subordinado, tal como o Brasil, e em especial o ES. Ou seja, os territórios se veem sob a força dos “proprietários ausentes”, uma separação entre controle e contextos locais que se dá mediante novas formas de deslocalização, de desterritorialização ou de extraterritorialidade (Bauman, 1999).

Neste contexto, pode-se aferir que a hegemonia da “visão estratégica” no ES vem sendo construída desde meados da década de 1990, no bojo do processo de ampliação das políticas neoliberais no país e das primeiras experiências de planos estratégicos nos municípios brasileiros.

A consolidação deste ideário na gestão estadual apresenta como principais ingredientes, que ajudam a conformar esta reelaboração da condição urbana, os seguintes aspectos: um sentimento de crise generalizado, para o qual o seu enfrentamento requereu uma “união e uma unanimidade” de toda a sociedade capixaba; uma liderança absoluta que assumiu o papel de coordenar este processo; uma “nova” questão/agenda para o desenvolvimento estadual, que passa a ser planejada e implementada com a adoção de novos conceitos, métodos e técnicas e a partir da parceria e do entrelaçamento entre os interesses empresariais, expressos principalmente na articulação com a ONG “Espírito Santo em Ação” e o projeto de desenvolvimento do governo estadual.

Nesta nova condição instaurada no ES, a escala global é a referência espacial para a tomada de decisões, pois são as questões sistêmicas de produtividade e competitividade do ambiente externo que direcionam e orientam as ações do ambiente interno. Há uma direta e imediata apropriação das ações e investimentos estratégicos no ES, pensadas e instrumentalizadas principalmente no plano ES-2025, pelos interesses empresariais, que dependem, em grande medida, do banimento da política, da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania.

Predominam, assim, relações verticais, vinculadas ao poder econômico e político dos “Centros de Poder” corporativos, cujas ações e coações, para estabelecerem seus sistemas de engenharia (infraestrutura e projetos), suas normas (regulações e desregulações) e sua comunicação empresarial (publicidade, marketing, relação social da empresa) são explicadas pela natureza das suas equações de lucro, relações absolutamente funcionais, que não levam em consideração as características e especificidades dos territórios e as comunidades atingidas e que são legitimadas nas parcerias com o Estado.

A partir de relações horizontais, principalmente das comunidades tradicionais fortemente afetadas pelos empreendimentos de grande porte no litoral capixaba, é possível identificar resistências, bem como a importância e o poder (restrito) que assumem tais comunidades (de pescadores, de pequenos agricultores, de quilombolas, de indígenas, de movimentos socioambientais).

Evidencia-se a brutalidade da imposição desse processo de utilização desproporcional do território por parte das corporações, assim como a necessidade cada vez maior de se apropriar de novos territórios, produzindo novas periferias, (des)territorializando e (re)territorializando populações, gerando degradação e desastres ambientais, cotidianos empobrecidos, desvinculados de suas raízes, submetidos à violência imposta por este modelo de desenvolvimento pautado pelo controle, uso material e político do território pelas corporações, como bem resume Silveira (2007):

[...] es decir, un país, una región pueden crecer económicamente matando su cultura, su forma de trabajar, su sistema de objetos auténticos, endógenos y participando, cada vez más, de la globalización, del mercado internacional, del mercado de commodities al precio de la alienación de su trabajo y de la vulnerabilidad de sus habitantes (Silveira, 2007: 19-20).

As comunidades pesqueiras estão sofrendo um processo de diminuição dos seus territórios, pois na medida em que as empresas se instalam em locais importantes para a comunidade, seja em ambiente terrestre, seja em ambiente marítimo, as práticas tradicionalmente realizadas são interrompidas. No processo de perda dos territórios tradicionalmente ocupados, algumas atividades acabam sendo reterritorializadas, fato que pode produzir conflitos ambientais gerados pela sobrepesca.

Referências bibliográficas

Abe, André Tomoyuki (1999), “*Metropolização da Região da Grande Vitória.*” Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.

Achselrad, Henri (2013), *Apresentação*. In: 50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: FASE.

ANP. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2014), “*Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis: 2014.*” Rio de Janeiro: ANP.

Assembleia Legislativa Estado do Espírito Santo (2015), “*Relatório Circunstanciado CPI do “Pó Preto”*”. Resolução nº 3.931/2015. Vitória, Espírito Santo.

Banck, Geert (1998), “*A cidade que desejamos depois do ano 2000: participação política e construção do imaginário urbano em Vitória*”. In: BANCK, Geert. Dilemas e símbolos: estudo sobre a cultura política do Espírito Santo. Cadernos de História.40(13) 229-260. [= volume 40, número13]. Vitória: IHGES.

Bauman, Zygmunt (1999), “*Globalização: as consequências humanas*”. Rio de Janeiro: Zahar.

Bitencourt, Christianne Provietti (2013), “*Empreendimentos costeiros de grande porte e conflitos no uso e ocupação do solo: a zona costeira sul capixaba*”. Dissertação de Mestrado. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo.

Brenner, Neil. (2010), “A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia”. *Cadernos Metrópole*. 12(24), 507-533. Consultado a 14.04.2015, disponível em http://www.cadernosmetropole.net/download/cm_artigos/cm24_188.pdf.

Caçador, Sávio Bertochi (2009), “Olhar crítico sobre o desempenho recente da economia capixaba: uma análise a partir da literatura de desenvolvimento regional e de indicadores de inovação”. *Revista Econômica do Nordeste*. 40(3), 53-79.

Calazans, Marcelo; Meireles, Daniela (2013), “*A transfiguração territorial do Espírito Santo com a exploração do petróleo e gás*”. In: 50 anos da refinaria Duque de Caxias e a expansão da indústria petrolífera no Brasil: conflitos socioambientais no Rio de Janeiro e desafios para o país na era do Pré-sal. Fórum dos atingidos pela indústria do petróleo e petroquímica nas cercanias da Baía de Guanabara. Rio de Janeiro: FASE.

Daré, Raquel (2010), “*A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo*”. Dissertação de mestrado. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo.

Decreto-Lei nº 6.040/2007, de 07 de fevereiro. de 2007 (2007), *Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais*. Brasília. Consultado a 16.07.2019, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm

Diegues, Antônio. Carlos. Sant’Ana (2004), “*O mito moderno da natureza intocada*”. São Paulo: Hucitec; NUPAUB

Ferreira, Giovanilton André. Carreta. (2016), “*A lei no plano e o plano na lei: Convergências, divergências e silêncios na constituição do território corporativo capixaba*.” Tese de Doutorado. Niterói, Universidade Federal Fluminense.

Gonçalves, Felipe Pinto (2013), “Contribuições para a gestão territorial dos riscos associados à atividade petrolífera”. *Revista Geografares*. 1(14), 133-155.

Harvey, David (2005). “*A produção capitalista do espaço*”. São Paulo: Annablume.

Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - INSTITUTOS LACTEC.LACTEC. (2019), “*Parecer técnico contaminação e comprometimento dos estoques pesqueiros*”. Curitiba, Paraná.

Instituto Jones dos Santos Neves – IJSN (2013), “*Investimentos concluídos no Espírito Santo 2008 – 2011*”. Vitória, Espírito Santo.

Izoton, João Paulo Lyrio. “*Pesca Artesanal e os Impactos de Grandes Projetos de Desenvolvimento na Barra do Riacho*”. In: I CONASCSO – Congresso Nacional de Ciências Sociais. Desafios da inserção em contextos contemporâneos, UFES, Vitória-ES, setembro de 2015. Consultado a 01.04.2014, em <http://www.ipea.gov.br>.

Knox, Winifred; Trigueiro, Aline (2015), “*Saberes, Narrativas e Conflitos na Pesca Artesanal*.” Vitória: EDUFES.

Lima Junior, Pedro Novais (2003), “*Uma estratégia chamada 'planejamento estratégico': deslocamentos espaciais e atribuições de sentido na teoria do planejamento urbano*.” Tese de doutorado - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

Piquet, Rosélia (2015), “O lugar do regional na indústria do petróleo”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. 14(1). Consultado a 16.08.2015, disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/1905/1868>.

Rainha, Jamila (2012), “*Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo*”. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo.

Santos, Milton; Silveira, Maria L. (2012), “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*”. Rio de Janeiro: Record.

Scarim, Paulo Cesar; Sanders, Ladislau (2012), “*Disputas territoriais no Espírito Santo: 2001 a 2011.*” In: Boletim da Luta. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA, nº 56.

Shignorelli, Bárbara Gabriel (2013), “*Mapeamento dos conflitos ambientais da infraestrutura da indústria de petróleo e gás na bacia do Espírito Santo. Monografia de Graduação em Oceanografia.*”. Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo.

Silveira, Maria Laura (2007), “Los territorios corporativos de la globalización.” *Geograficando.* 3, 13-26. Consultado a 25.12.2015, disponível em http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.3665/pr.3665.pdf.

Simões, Roberto Garcia (2014), “*Estado em Questão: pequenez, crime organizado e unanimidade.* Vitória: EDUFES”. Vitória: EDUFES.

Vainer, Carlos Bernrdo (2000), “*Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.*” In: ARANTES, Otília; VAINER Carlos; MARICATO Ermínia. A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes.

Vieira, Luiz Henrique (2012), “*Os impactos socioambientais dos empreendimentos industriais na comunidade de pescadores artesanais de Barra do Riacho – Aracruz ES.*”. Dissertação de Mestrado. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo.

Zorzal e Silva, Marta (2010), “*Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo.*” In: Instituto Jones dos Santos Neves. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, ES.

Classe, Precariedade e Mobilização Social em ‘Call Centres’ Portugueses

Isabel Roque,¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
isabelroque@ces.uc.pt

Resumo: A revolução digital do século XXI compreende novos desafios para o mundo do trabalho, incluindo as dimensões sociais, económicas e tecnológicas, sobretudo, ao nível da aquisição, partilha e distribuição do conhecimento. Os trabalhadores de call centre, o novo proletariado dos serviços, encontram-se sujeitos a elevados níveis de flexibilidade laboral e riscos psicossociais. A partir de 2006, surgiram em Portugal novos movimentos de protesto social contra a precariedade laboral. Seguindo uma abordagem de pesquisa “workers’ inquiry”, realizada entre 2008 e 2018, procedeu-se à realização de quarenta entrevistas semiestruturadas com ativistas, sindicalistas e trabalhadores de call centre. Numa economia digital, pretende-se analisar o modo como os operadores de call centre se organizam através da web 2.0 para fins de mobilização social e sindical, reavivando o conceito de consciência de classe.

Palavras-chave: Call Centres; Precariedade; Classe Social; Movimento Social; Sindicalismo

Introdução

O movimento sindical em Portugal foi tardio. A Revolução dos Cravos, ocorrida em 25 de abril de 1974, estabeleceu a transição para a democracia (Baumgarten, 2013). Desde 1980, através do fenómeno da globalização neoliberal, da disseminação das tecnologias de informação e comunicação e da expansão do terceiro setor, que se tem verificado a emergência de uma nova classe de trabalhadores qualificados. Trata-se do novo proletariado dos serviços que abarca os trabalhadores de call centres e telemarketing, assim como os trabalhadores de hotéis, companhias de limpeza, supermercados, plataformas digitais, *fast-food* e serviços de cuidados (Antunes, 2018).

Os trabalhadores dos call centres, uma parte integral do precariado, infoproletariado, ciberproletariado e/ou cibertariado, encontram-se aprisionados num vortex cibernético, sendo tratados como mão-de-obra descartável pelas empresas de trabalho temporário (Marx e Engels, 1992; Huws, 2003; Antunes e Braga, 2009; Standing, 2011; Dyer-Witford, 2015). O crescente exército do precariado, um símbolo da globalização, vida eletrónica e trabalho alienado, é incapaz de executar trabalho seguro ou de construir uma identidade ocupacional ou carreira desejadas a partir do mesmo (Standing, 2011: 15). O “novo proletariado dos tempos modernos” do setor dos serviços (Scott, 1994: 236) partilha uma situação comum nas estruturas sociais (trabalho, mercado, política e cultura), com um relativo grau de vulnerabilidade como consequência do trabalho precário e insegurança laboral, encontrando-se desprovido de

¹ Doutoranda do programa de Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES) e investigadora júnior do CES.

proteção legal e direitos laborais, alcançados previamente pelas lutas laborais e movimentos sociais (Standing, 2011: 8; Milkman e Ott, 2014: 8).

A disseminação de formas de trabalho flexível, salários e contratos representam tendências significativas na recente evolução do emprego na Europa, com novas formas de trabalho informal, intermitente, independente, teletrabalho, trabalho remoto, trabalho a partir de casa, precarizado e flexível, apresentando modalidades contratuais a termo-certo, parcial, zero horas, e temporários (Kovács, 2006; Antunes, 2018). Os trabalhadores de call centre, assim como os trabalhadores das plataformas digitais, possuem acesso a poucos direitos num setor coberto por uma escassa lei laboral específica. A lógica da subcontratação e da flexibilidade, caracterizada pelos contratos a termo-certo, insegurança, condições de trabalho opressivas, e exploração oculta, poderão originar mecanismos de consentimento passivo ou resignação entre os trabalhadores precários (Burawoy, 1979), enfraquecendo o espectro para a negociação coletiva e diálogo social. Além de criar vulnerabilidade entre os trabalhadores, sendo facilmente despedidos, poderá igualmente conduzir a sérios riscos psicossociais. Este cenário reforça o individualismo, diminuindo a filiação sindical, enfraquecendo os laços profissionais e sociais, situação esta que resulta na distribuição desigual dos direitos laborais e no acesso ao trabalho decente (Sennett, 1998; White, 2012:8).

O modelo tradicional sindical é bastante limitado e fraco, incidindo, sobretudo na negociação salarial, horária, reclamações, condições laborais e direito laboral. Existe um grave problema relacionado com a falta de representatividade porque o mesmo implica problemas que os sindicatos não pretendem representar e/ou compreendem problemas para os mesmos em termos de luta sindical, sobretudo no campo das novas condições laborais e trabalho digital. Todavia, esta situação não implica a ausência da luta de classes, pois têm ocorrido movimentos de protesto social de indivíduos do precariado e que rapidamente se alastraram pela Europa, nomeadamente Itália, Espanha, Inglaterra, França e Portugal. Paralelamente aos sindicatos, este movimento tem lutado para encontrar espaço nas estruturas do sindicalismo tradicional, tentando recompor a luta da classe trabalhadora com novas táticas e estratégias de auto-organização, nomeadamente através dos media e redes sociais digitais (Antunes, 2018).

Entre 2006 e 2013 diversos movimentos de protesto social e anti-austeridade emergiram na sociedade Portuguesa, como Geração à Rasca, Precários Inflexíveis, Mayday, Ferve, Podemos, Indignados, e, mais específico para o presente estudo, o Pt Precariacções. A rápida expansão, e de larga-escala, destes movimentos, que se tornaram bastante visíveis a nível mundial e na sequência dos protestos de maio de 2011, conduziram igualmente a novos movimentos de protesto social relacionados com o trabalho digital. Exemplificativo do mesmo é o aglomerado de trabalhadores Pt Precariacções, e que se manifestava na sociedade e nas redes sociais contra a exploração laboral em call centres, e que mais tarde desembocou na criação do Sindicato dos Trabalhadores de Call Centre (STCC).

Numa era de transformação digital, este sindicato marcou a diferença não apenas no cenário tradicional sindical Português, trabalhando como um movimento de alter-globalização, com a emergência de redes transnacionais, orquestrando a sua ação, sobretudo através da *Web 2.0*. O STCC criou igualmente uma maior consciencialização entre os restantes sindicatos e a sociedade civil acerca da situação dos trabalhadores de call centre, em particular, e dos trabalhadores precários, em geral.

Através de uma pesquisa qualitativa, efetuada entre 2008 e 2018, foram realizadas quarenta entrevistas semidiretivas com atuais e ex-trabalhadores, supervisores, delegados e dirigentes sindicais e ativistas pertencentes a movimentos de protesto social relacionados com call centres e trabalho virtual. Pretende-se analisar o modo como estas novas formas de protesto social conduzem a novas formas de sindicalismo. Deste modo, o presente estudo encontra-se organizado em seis secções, sendo que a segunda secção procederá a uma breve

contextualização da economia e sociedade Portuguesas; a terceira focar-se-á na emergência dos call centres: a quarta concentrar-se-á no papel dos trabalhadores de call centre e nas suas lutas diárias; a quinta enfatizará a mobilização social e o sindicalismo em call centres; e, por fim, a sexta secção procederá a conclusões sobre o modo como estes novos movimentos de protesto social poderão engendrar novas formas de organização em sindicatos através da ação coletiva virtual.

A economia portuguesa

Portugal compreendeu um dos vários exemplos retirados do programa de austeridade Europeu através do Memorando da Troika, assinado a 6 de abril de 2011. O mesmo provocou uma retração do Estado social, o que conduziu à crescente flexibilização das relações laborais, assim como à perda de direitos laborais e sociais, à consolidação fiscal através de cortes nos gastos e aumento da receita, assim como à implementação de diversas reformas estruturais, tais como a privatização, regulação do setor financeiro e regras e regulações do mercado de trabalho (Gurnani, 2016). Desde então que o mercado de trabalho Português tem sido incapaz de criar empregabilidade, nomeadamente para a vasta massa qualificada de trabalhadores que procuram trabalho qualificado. A austeridade alterou substancialmente a vida do indivíduos aumentando a taxa de emigração que atingiu o seu pico no ano de 2013, com 120000 indivíduos que deixaram Portugal (Pires, 2017). Um dos principais motivos reside na taxa de desemprego de 16%, a mais elevada em décadas, assim como na taxa de desemprego jovem de cerca de 35% (International Labour Organization, 2011:3-6; Instituto Nacional Estatística, 2013). A presente geração é apelidada de “geração de baixo custo” (*low-cost*), não sendo devidamente reconhecida, nem remunerada de acordo com suas qualificações, perdendo benefícios não salariais e redução no seu salário, assim como ganhos a longo prazo (Chauvel, 2008 ; Standing, 2011).

Os call centres representam uma das formas principais de integração do ‘exército de reserva’ precário no mercado de trabalho, nomeadamente das mulheres, estudantes e desempregados. Devido ao elevado grau de incerteza laboral, a taxa de sindicalização é baixa ou nula, sobretudo pelo facto de os trabalhadores não revelarem suficiente confiança ou sequer um conhecimento razoável relativamente ao papel dos sindicatos, concebendo-o como meramente simbólico. O sentimento de medo de perseguição e/ou despedimento deve-se às lógicas dominantes de coerção e controlo no seio das empresas. A soma dos obstáculos incorporados num poder despótico, por vezes desumano e exercitado na figura do ‘call centre’, propicia o desenvolvimento de uma identidade patológica e incerta por parte do trabalhador, que é obrigado a viver numa constante readaptação. Trata-se de uma realidade que se pretende como temporária mas que para muitos milhares de trabalhadores tende a tornar-se permanente (Roque, 2010).

Os Call Centres

Na década de 1960 surgiram os primeiros call centres, compreendendo escritórios com serviços de linhas telefónicas gratuitas, geridas, maioritariamente, por mulheres que, possuindo conhecimento limitado e qualificações básicas de comunicação, atendiam pedidos generalistas. Entre 1970 e 1980, as fábricas de reclamações foram servidas por sistemas de distribuição automática de chamadas (ACD), permitindo que um vasto número de pedidos repetitivos fosse atendido por operadores detentores de um reduzido conhecimento especializado, e com capacidades comunicacionais limitadas, perante uma elevada carga laboral quantitativa e cognitiva.

A partir da década de 1990, os call centres tornaram-se num processo dinâmico, personalizado e interativo de comunicação, cujo objetivo consistia no apoio e retenção de clientes. Os operadores eram apoiados pela integração do computador e das tecnologias de comunicação e informação (TIC), sendo detentores de excelentes qualificações comunicacionais. Em pleno século XXI, os call centres compreendem o setor que melhor representa o cenário da inovação tecnológica, através da racionalização cronometrada do trabalho (Castells, 1996) e dos centros virtuais de trabalho.

Os call centres disponibilizados através da internet (*Web-Enabled Call Centre - WECC*) evoluíram no sentido do call centre virtual, disponibilizado através de um website cujo acesso é efetuado através do call-back, serviço VoIP (*Voice-Over Internet Protocol*) e chats de conversação (Bagnara, 2000). O setor de serviços dos call centres articula as tecnologias de informação (TIC) do século XXI com as condições laborais praticadas no século XIX (Toyotismo) (Antunes e Braga, 2009). Existem diversos tipos de serviços de call centre que providenciam informações aos clientes, conectam consumidores a terceiros, vendem produtos/bens/serviços através do telefone, e fornecem serviços de emergência e linhas de apoio (Glucksmann, 2004: 254).

Os call centres simbolizam a economia moderna digital dos serviços na qual os mesmos encontram-se disponíveis ao virar da esquina, ou seja, podem ser entregues para e a partir de qualquer local através dos serviços virtuais das linhas telefónicas ou aplicações virtuais, com a venda de produtos de empresas a novos clientes, envolvendo o menor custo possível (Paul e Huws, 2002; Kovács, 2005; Taylor e Bain, 2007: 355).

O modelo Toyotista de produção implica empresas flexíveis, trabalho especializado e segmentado, com baixo investimento nos trabalhadores que executam múltiplas tarefas, com trabalho virtualizado e automatizado, envolvendo a redução do número de trabalhadores assalariados para tarefas estandardizadas e rotineiras (Paugam, 2000; Kovács, 2002). Este processo de organização do trabalho resulta na intensificação das condições de exploração da força de trabalho, através da redução do trabalho ocioso para o seu máximo expoente (*just-in-time*), conduzindo, eventualmente, ao despedimento inflexível, nomeadamente nas atividades de manutenção e monitorização (Antunes, 1999), reforçando o individualismo, diminuindo a filiação sindical e enfraquecendo os laços profissionais e sociais (Sennett, 2001).

O modelo Taylorista de produção segue os Princípios da Gestão Científica de produção de larga escala através das linhas de produção fabris, como os call centres, nos quais o neoproletariado dos serviços (Esping-Andersen, 1993) trabalha em pequenas células, realizando múltiplas tarefas no menor espaço de tempo possível (*Lean Production*) (Kovács, 2005). O modelo de produção Neo-Taylorista providencia emprego precário, para além de baixos ordenados, elevados níveis de stress, gestão rígida, trabalho emocionalmente desgastante e vigilância e/ou controlo eletrónico generalizado. Como tal, poder-se-á concluir que os call centres representam uma das áreas profissionais mais relevantes da era do capitalismo digital, e que se encontra ainda em vasta expansão mundial (Head, 2003; Mulholland, 2002; Taylor e Bain, 1999; Brophy, 2009).

Os call centres funcionam como linhas de produção cujos sistemas telecomunicacionais ditam a distribuição das chamadas, avaliando o tempo e qualidade de cada chamada através de auditorias e do sistema IVR (*Interactive Voice Response*) da consola. O trabalho realizado em call centre é estigmatizado, apresentando os níveis mais elevados de performance de monitorização eletrónica (EPM) e vigilância ilimitada dos trabalhadores (Taylor *et al.*, 2002; Ajunwa *et al.*, 2016).

Operadores de ‘Call Centre’

Através de uma abordagem de pesquisa “workers’ inquiry”, este estudo combina a produção de conhecimento com a organização sindical, ou seja, através da perspectiva dos próprios trabalhadores de call centre, revelam-se as suas formas de trabalho e luta para uma melhor compreensão da situação da classe trabalhadora e intervenção sindical. Neste sentido, é descrita a perspectiva pessoal de todos os intervenientes no estudo, como parte do processo de construção de confiança para agir por e para si mesmos (*Notes from Below*, 2018). A abordagem aos entrevistados e o processo de intervenção na observação participante constituiu-se como uma tarefa relativamente fácil, quer através da amostragem de bola de neve, quer pelo facto de a investigadora ter trabalhado previamente em vários call centres e se encontrar inclusivamente envolvida em movimentos de protesto social e sindicatos.

Segundo Danilo Moreira, Presidente do STCC, até 2008 a maioria dos trabalhadores de call centre Portugueses eram estudantes (uma força de trabalho altamente qualificada) e mulheres, trabalhando em regime de tempo parcial. No entanto, a crise económica internacional de 2008-2009 dizimou o mercado de trabalho Europeu, transformando a composição dos trabalhadores que apresentavam objetivos permanentes e de construção de uma eventual carreira (Roque, 2010). Atualmente, verifica-se um maior número de homens e trabalhadores mais velhos, com cerca de quarenta, cinquenta e sessenta anos de idade. No presente estudo, a faixa etária variou entre os 27 e 54 anos, sendo maioritariamente representada por mulheres, sobretudo em Coimbra. Em Braga existe uma distribuição mais equitativa em termos de género, sendo a população mais jovem, assim como no caso de Setúbal. Moreira confirmou igualmente que a maioria dos trabalhadores de call centre possui contratos precários e de curto prazo com agências de trabalho temporário, não tendo direito a usufruir de licença parental ou baixa médica. Estes trabalhadores jamais beneficiarão dos mesmos direitos sociais e laborais que os trabalhadores não precários. Os trabalhadores de call centre são trabalhadores do conhecimento que manipulam conhecimentos internos e externos, organizando e redirecionando informações, realizando a entrega virtual de produtos e mantendo e efetuando a gestão da relação entre o capital e o serviço de clientes do setor (Drucker, 1959). As tarefas diárias consistem numa série de gestos que os impedem de desenvolver as suas capacidades mentais e potencial cognitivo, tratando-se apenas de meras extensões do computador (Roque, 2012). Além disso, são avaliados quase exclusivamente pela realização de objetivos de desempenho, alimentando a “projetificação” das suas experiências no trabalho. Consequentemente, uma lógica orientada para tarefas constitui uma das principais características do trabalho do conhecimento, assim como o “trabalho de relógio” que caracterizou a era industrial. E. P. Thompson (1993:85-86). Este autor analisou o modo como as fábricas têxteis e as oficinas de engenharia se tornaram regimentadas pela disciplina do tempo, e em que o controle se tornou mais intenso, facilitando a produção em larga escala, assim como uma redução nos custos laborais, ou seja, a exacerbação dos tempos de carácter abstrato e impessoal. As relações com o tempo ditado pelo relógio encontram-se incorporadas nas relações sociais exploradoras, alienantes e opressivas, delineando uma série de limites e pressões sobre a agência temporal, individual e coletiva humana, agindo como coerção direta ou disciplina social (Martineau, 2017). Neste sentido, utilizando os métodos de observação participante, foi possível verificar que as tarefas altamente repetitivas e cronometradas do trabalho realizado em call centre, isentas de motivação e autonomia, impedem os trabalhadores de alcançar um status profissional ou um sentimento de pertença à empresa (Huws, 2003; Roque, 2010).

Estas condições laborais compreendem igualmente uma consequência do mercado de trabalho precário e que submete os trabalhadores à facilidade para o despedimento eminente

ou para a substituição por mão-de-obra mais barata. A subcontratação é realizada através das empresas de trabalho temporário que conectam os trabalhadores à empresa sede, sendo responsáveis pelo processo de recrutamento e recursos humanos (Deery e Walsh, 2001; Roque, 2010). Diversos estudos indicam que elevados níveis de rotatividade, elevados níveis de stress e insatisfação dos trabalhadores, e a ausência de estratégias de gestão destinadas a alcançar um elevado compromisso com o pessoal, encontram-se associados com a subcontratação, assim como salários baixos e flutuantes, dependentes de avaliações semanais dos trabalhadores (Frenkel *et al.*, 1999; Houlihan, 2001). O fenómeno da internalização e da autorregulação encontra-se relacionado com remuneração através de objetivos, levando à criação de uma escravidão voluntária e extensão do trabalho que, na maioria dos casos, não é remunerado, sendo “espontaneamente” executado pelos trabalhadores (Zarifian, 2009; Murgia *et al.*, 2017).

O cargo de operador de call centre não possui ainda um estatuto de profissão validado pela Classificação Portuguesa de Profissões, sendo, no entanto, reconhecido pela Associação Nacional de Contact Centres. Tendo em conta esta situação, e associado ao facto de que se trata de um trabalho repetitivo, exigindo poucas qualificações, é considerado por muitos como um emprego sem saída, “*dead-end jobs*”, ou “trabalho da treta”, *bullshit jobs* (Graeber, 2018). Os trabalhadores encontram-se completamente limitados à linha de produção, não havendo margem para qualquer rasto de criatividade ou autonomia, mobilidade social, assim como a impossibilidade de construção de uma carreira profissional (Taylor e Bain, 1999). Todo este cenário diminui a satisfação laboral e auto-estima do trabalhador, aumentando os níveis de stress, o que, por sua vez, afeta a saúde emocional e psicológica do trabalhador (Collins, 1991; Van Jaarsveld e Poster, 2013), criando relações laborais negativas e pobres (Schumacher, 2011; Moore *et al.*, 2017:19).

Mobilização social e sindicalismo em ‘Call Centres’

Em Portugal, o ciberespaço contribuiu grandemente para a ação social e para a democratização do movimento dos trabalhadores. Desde maio de 2011 que diversos movimentos de protesto social surgiram no cenário Português, como a Geração à Rasca, Mayday, Indignados, Ferve e Precários Inflexíveis. Seguindo formas de ativismo transnacional (Tarrow, 2011), ou seja, contra medidas de austeridade e movimentos de protesto social de democracia participatória e deliberativa, verificou-se o surgimento de um conjunto de demonstrações Portuguesas, compreendendo mudanças notáveis na estrutura organizativa das mobilizações, nomeadamente através da sua ação oposta ao impacto dos sindicatos tradicionais (Baumgarten, 2013).

Préviamente ao surgimento destes movimentos de protesto social, e segundo os casos internacionais organizados maioritariamente através da internet e das redes sociais por meio de ativistas da sociedade civil, a Revolução dos Cravos de 1974 compreendeu a maior manifestação de descontentamento social ocorrida em Portugal. Durante o ato da manifestação, os ativistas entoaram a icónica canção - Grândola, Vila Morena – que funcionou como arma virtual despoletadora da maior catarse social revolucionária em solo Português (Ibid., 2013; Roque, 2017).

Em termos de luta social, a consequência mais relevante para estes movimentos de protesto social em Portugal compreendeu a formação dos Precários Inflexíveis. Formado em 2007, e em Lisboa, trata-se de um movimento de trabalhadores precários, oriundos de vários movimentos de protesto social e do Bloco de Esquerda, encontrando-se aberto à participação de todos aqueles que pretendam lutar contra a precariedade e exploração laboral. Trata-se de uma das primeiras plataformas de ciberativismo, funcionando virtualmente através de um *website*, de uma página no *Facebook*, assim como da publicação da sua newsletter e distribuição de flyers, a fim de ajudar e informar os trabalhadores precários e desempregados

acerca dos seus direitos laborais e cívicos. A estes movimentos de ciberativismo, seguiu-se a ação sindical que levou a cabo os seus próprios protestos e greves, nomeadamente através da CGTP-Intersindical. Deste modo, as greves gerais foram acompanhadas por demonstrações que envolveram sindicatos, ativistas, e movimentos de protesto social (Baumgarten, 2013; Roque, 2017).

Em 2014, e segundo uma das entrevistadas, ativista e membro do grupo partidário Bloco de Esquerda, os Precários Inflexíveis tiveram um papel crucial no apoio à greve dos trabalhadores da empresa Saúde 24. Estes trabalhadores, sobretudo enfermeiros que operavam com serviços de apoio ao cliente via call centre, pretendiam manter as suas condições de trabalho, rejeitando contratos alicerçados no regime de recibos verdes. Todavia, verificou-se uma ronda de despedimentos em massa consequente da recusa da assinatura destes novos contratos que precarizavam ainda mais a condição laboral dos mesmos. Esta situação era reveladora do modo como os sindicatos se encontravam num estado de apatia e conformidade, estando inoperativos perante as novas condições laborais atípicas.

As questões específicas e inerentes aos trabalhadores de call centres eram secundarizadas devido à inexistência de uma abordagem mais sensível para as diferenças existentes entre indivíduos, e as áreas e setores inerentes ao serviço de call centre, nomeadamente com trabalhadores atípicos, com a negociação coletiva. Os assuntos mais incidentes reportados pelos trabalhadores compreendem questões de higiene e segurança no trabalho, pagamentos e benefícios, stress, tempo de trabalho e carga horária, mobilidade social, iguais oportunidades e formação, assédio racial, moral e de género no trabalho, condições de trabalho precárias, ergonomia, benefícios sociais e instalações de cuidados infantil e para trabalhadores deficientes (Bagnara, 2000; Roque, 2017).

Segundo Wright (1997:191-2) qualquer forma de relação social coletivamente constituída e que facilite a ação solidária em busca de interesses de classe é um exemplo de formação de classe. A rápida expansão em grande escala do movimento do precariado, e que se tornou bastante visível a nível mundial após os protestos da *Geração à Rasca*, ocorridos em Lisboa, em março de 2011, levou igualmente ao surgimento de novos movimentos de protesto social relacionados com a plataforma de trabalho digital. Como tal, o movimento Pt PrecariAções é um exemplo dessa situação, seguindo os mesmos padrões de outros dois coletivos ativistas, o *Kolinko*, ocorrido na Alemanha, assim como o *Colectivo Situaciones*, na Argentina. Ambos visavam fortalecer a auto-organização e auto-libertação dos trabalhadores da exploração em call centres (Kolinko, 1999). O Pt PrecariAções encontra-se igualmente relacionado com a génese do STCC, tendo-se tornado num modelo internacional para a organização dos trabalhadores de plataformas precárias. Trabalhando como parte de uma rede transnacional do movimento de alterglobalização, a mesma elabora a sua ação, principalmente através da designada "*Web 2.0*", criando uma maior consciencialização entre outros sindicatos na sociedade em geral, e não apenas sobre a situação particular dos trabalhadores de call centre, mas também sobre outros trabalhadores precários, em geral.

Entre 2006 e 2013, o Pt PrecariAções, um grupo de mobilização social, formado por trabalhadores de call centre do setor das telecomunicações e audiovisual, começou por organizar-se em Coimbra. Reuniam-se em casa de vários operadores de call centre, com fins de organização social e planeamento de estratégias de ação contra a precariedade praticada em call centres. Este movimento exercia a sua ação, sobretudo, através do ciberespaço por meio do seu blog e de uma página do *Facebook*. Além disso, manifestava-se na esfera pública, maioritariamente de forma anónima, com faixas escritas, colocadas nos edifícios onde trabalhavam ou locais mais frequentados pela população em geral, e ainda através da entrega de panfletos com mensagens apelando à luta contra as empresas de trabalho temporário, baixos ordenados e contratos flexíveis que permitiam despedimentos sem justa causa. Este

aglomerado de trabalhadores que se assumia como um movimento de contestação social, pretendia igualmente apelar para a consciencialização da sociedade civil para as atrocidades laborais que eram perpetuadas diariamente aos operadores de call centre. Todavia, a maioria dos trabalhadores envolvida neste movimento foi despedida em massa, deslocando-se para Lisboa, Porto e Braga, onde continuaram o seu trabalho, reunindo frequentemente em debates plenários, e em associações culturais e recreativas com os trabalhadores.

Em setembro de 2014, a luta do PT PrecariAcções foi formalizada através da criação do Sindicato dos Trabalhadores de Call Centre, resultante de um ativismo “virtual-real” e da interacção entre os trabalhadores de call centres. Paula Lopes foi a sua primeira presidente, mas nos últimos quatro anos Danilo Moreira tem presidido o sindicato, juntamente com Manuel Afonso, ambos trabalhadores em regime full-time em call centre desde há vários anos. No ciberespaço, este sindicato opera através de uma página *web*, do *Facebook* e do *Youtube*. Como tal, os trabalhadores poderão colocar questões legais e laborais, específicas à sua atividade profissional, e interagir com os restantes colegas e dirigentes sindicais a nível nacional. Para além do apoio virtual, existe igualmente apoio telefónico e jurídico. Em finais de 2019, o STCC prestou apoio jurídico e denunciador nos média relativamente a ativistas assediados dentro do seu local trabalho, assim como a três delegados sindicais que foram abruptamente suspensos e impedidos de entrar no local de trabalho e de exercer as suas funções. Através das redes sociais, o STCC alertou para a gravidade da situação, denunciando estas injustiças através da publicação de *posts* e vídeos no *Youtube* e *Facebook*, com o testemunho na primeira pessoa destes trabalhadores, cativando a atenção dos media para a situação dos trabalhadores de call centre na sociedade em geral, e entre os próprios trabalhadores, em particular. Desde modo, cria-se desenvolve-se um sentimento de “classe-para-si” (Lukács, 1971). Através do seu auto-entendimento como uma classe social é que os seus membros poderão juntar forças com outros movimentos e sindicatos na luta contra a causa comum dos seus problemas, fortalecer os seus laços e resultar em lições para o envolvimento na luta social, na consciência de uma partilha comum sobre as consequências do capitalismo;

O STCC tem compartilhado sinergias e lutas com colegas de call centre no Brasil, Polónia, Espanha, e Angola, de modo a criar sindicatos com estruturas semelhantes e que adotem as mesmas estratégias de ciberespaço para a ação. O STCC pretende construir uma maior solidariedade de classe virtual para incentivar e criar uma maior empatia entre os trabalhadores de call centre para a tomada de consciência dos seus problemas e lutas, de modo a criar um sentimento de pertença a uma classe.

Atualmente, o STCC poderá representar o sindicato mais inovador, mas não é o único. O sindicato mais antigo é o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), formado em 1939 como o Sindicato dos Eletricistas para os trabalhadores empregados na empresa Electricidade de Portugal (EDP). Atualmente, encontra-se filiado na CGTP-Intersindical. De acordo com a primeira presidente do STCC, Paula Lopes, este sindicato não tratava as questões dos trabalhadores de call centre da mesma forma como as questões respeitantes aos trabalhadores dos escritórios. Embora tenham organizado várias greves relacionadas com o setor dos call centres, este sindicato não se encontra exclusivamente focado na organização dos trabalhadores, não reconhecendo o operador de call centre como uma profissão.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e das Telecomunicações (SNTCT) foi criado em Lisboa, a 5 de Março de 1974, e conta actualmente com mais de 10000 membros que trabalham para a Empresa Pública dos Correios e Telecomunicações de Portugal. Desde 2017, quando o serviço postal foi privatizado em Portugal, que o SNTCT tem vindo a tentar embarcar num processo de revitalização, nomeadamente através de greves em call centres. Nos últimos anos, as ações levadas a cabo pelo STCC e SNTCT têm sido bastante proeminentes, nomeadamente através do envolvimento do STCC com outros movimentos de protesto social

e sindicatos, quer no espaço público, quer no ciberespaço. Num esforço para incentivar a solidariedade entre trabalhadores não sindicalizados e sindicatos, o SNTCT tem aplicado algumas das estratégias e táticas desenvolvidas pelo STCC para a organização do local de trabalho, publicando mais informações nas redes sociais acerca de questões relacionadas com trabalho em call centres e greves.

O Sindicato Democrático dos Trabalhadores dos Media e Comunicação (SINDETELCO), formado em 1981 e filiado à CGTP-Intersindical, representa os trabalhadores dos correios, telecomunicações, gráficos, logística e nova economia. Quando a Portugal Telecom foi criada, a maior empresa de telecomunicações em Portugal, envolveu não apenas os correios, mas também os meios de comunicação social e o serviço telefónico.

O Sindicato Nacional das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV) foi criado em 2006, encontrando-se filiado à UGT. De acordo com os entrevistados, os trabalhadores de call centre se encontram totalmente representados, uma vez que o sindicato se concentra(va) em representação geral de todos os trabalhadores da Portugal Telecom. Ocasionalmente, representantes do SINTTAV visitam call centres, nomeadamente para oferecer descontos especiais para novos afiliados através de seus cursos de formação e não para informar acerca dos direitos laborais.

O STCC encontrou-se igualmente envolvido em diversas greves, nomeadamente com o Sindicato dos Portuários (SEAL -Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal) em maio de 2017. O STCC apoiou esta greve, que exigia melhores salários, assim como o devido reconhecimento e pagamento do trabalho por turnos. Esta luta possui bastantes semelhanças a questões pelas quais os trabalhadores de call centre se debatem, daí a sua participação ter consistido na publicação de mensagens e vídeos nas redes sociais, entrega de panfletos, e participação em sessões plenárias com os trabalhadores portuários. Segundo Moreira, a participação do STCC na greve foi uma oportunidade de partilha de estratégias de ação para lutas sociais mais amplas, trazendo mais indivíduos para os movimentos sindicais. Embora se verifique uma oportunidade para fazê-lo, os sindicatos encontram-se lutando para organizar e representar a força de trabalho precária emergente, nomeadamente devido à sua incapacidade para lidar com condições de trabalho atípicas em call centres (Brophy, 2017). Deverá ter-se em conta que os contratos a curto prazo e a elevada rotatividade dos trabalhadores de call centre representam obstáculos difíceis de ultrapassar para a organização da STCC. Embora o número total de afiliados seja baixo, cerca de 500 com as quotas regularizadas, os seus esforços de organização tiveram um impacto notável. O STCC é o único sindicato que organiza os trabalhadores de call centre e gera atenção para os seus problemas nos meios de comunicação social, na academia e no Parlamento Português, alcançando ganhos reais no seio dos próprios call centre nos quais opera.

Conclusões

Os novos movimentos sociais que surgiram na sociedade Portuguesa conduziram a uma nova visão relativamente à intervenção social, determinada pela internet através das redes sociais, e promovida pelos media. Este estudo revelou que apesar da existência da falta de confiança nos partidos políticos, o sindicalismo Português encontra-se numa fase de reavivamento, de reconstrução através de novas abordagens junto dos trabalhadores, utilizando, no presente caso dos call centres, as ferramentas que diariamente utilizam no seu local de trabalho. O uso do ciberespaço, das novas tencologias de comunicação e informação, providencia meios para novas formas de recrutamento e mobilização, contribuindo para o reavivamento de novas formas de manifestação social, greves, ou seja, para a revitalização do movimento sindical (Diamond e Freeman, 2002).

Deste modo, o STCC opera não apenas através do papel ativo dos seus delegados, mas, sobretudo, através das plataformas digitais para a organização do trabalho e promoção da sua luta, da sua ação sindical, através de vídeos promocionais no Youtube, referentes às suas lutas no terreno, assim como testemunhos de trabalhadores reais com quem os operadores de call centre poderão identificar-se.

Atualmente, a comunicação digital através do ciberespaço é crucial para a organização laboral quando se verificam alguns constrangimentos comunicacionais, nomeadamente nos casos de distância geográfica e inexistência de um local físico, superando, deste modo, barreiras linguísticas e espaciais. A rede social providencia igualmente um sentimento de comunidade para a existência de diálogo entre os delegados sindicais e trabalhadores, sendo possível discutir e colocar questões, inclusivamente de forma anónima, para a obtenção de respostas mais diretas e imediatas para a comunidade deste setor. De facto, e segundo Moreira, trata-se do primeiro sindicato português que executa sindicalismo virtual, dirigido especificamente para questões relacionadas com os trabalhadores de call centres. Isto sucede, sobretudo, devido ao facto deste sindicato ser constituído apenas por trabalhadores atuais de call centre, inclusivamente na sua direção, e que vivenciam diariamente esta realidade laboral, transitando do conceito de classe que vive do trabalho (*class-in-the-making*) (Standing 2011) para um sentimento mais vasto e coeso de classe para si própria (*class-for-itself*), através da união dos trabalhadores, com novos meios e táticas de atuação, nomeadamente através do ciberespaço na luta contra o sistema capitalista em geral e na luta contra a sua situação laboral precária (Lukács, 1971).

Este novo sindicato enfatiza o conceito de consciência de classe dos trabalhadores para a luta por melhores condições laborais, envolvendo outros atores sociais, tal como a academia, participando em sinergia com outros sindicatos, e movimentos de protesto social. Estas ações possuem um forte impacto não apenas na sociedade em geral, mas, sobretudo, nos restantes sindicatos que manifestaram uma maior preocupação os direitos laborais, nomeadamente através dos seus flyers, jornais, e páginas do Facebook, colocando maior ênfase na precariedade e sindicalismo.

Um das principais características deste sindicato, e da natureza da sua organização laboral, reside no facto de os seus membros trabalharem diariamente em call centres e lidarem com as realidades inerentes ao setor, providenciando igualmente apoio gratuito aos seus colegas. O STCC não recebe qualquer apoio financeiro partidário, ou de quaisquer outras instituições e centrais sindicais. O mandato dos seus dirigentes é de dois anos e isento de ordenado, não havendo restrições em termos de género no que respeita aos seus órgãos dirigentes. Deste modo, o seu desempenho sindical possui um maior alcance em termos de liberdade de ação para um maior envolvimento em atividades paralelas, greve e mobilização social com outros atores e causas não apenas laborais mas sociais. O sindicalismo de solidariedade opõe-se ao sindicalismo negocial e prestador de serviços, ou seja, os trabalhadores poderão organizar-se de uma forma isenta de constrangimento, mais direta e efetiva, sobretudo pelo facto de que permite a participação de todos os trabalhadores sindicalizados, e a quem se encontra aberta a possibilidade de agir livremente para o bem da comunidade. Verifica-se igualmente uma maior proximidade com a direção do sindicato em termos de consciência de classe através dos plenários e/ou assembleias de trabalhadores (Lynd, 2015).

Todavia, as fraquezas do STCC poderão residir no facto de o sindicato ainda não ter sido validado pelos sindicatos mais antigos da sociedade Portuguesa que, inclusivamente, questionam a possibilidade deste poder participar na negociação coletiva.

O presente estudo permitiu colocar uma especial ênfase nas lições que poderão ser retiradas da análise dos novos movimentos de protesto social, nomeadamente do caso

Português que apresentou impactos internacionais aos níveis político e social. Como consequência, diversas comissões de trabalhadores têm lutado pelos seus direitos, nomeadamente no setor dos call centres, considerado por diversos autores como um dos pontos de referência incontornável do trabalho digital.

Como tal, torna-se crucial apreender o modo como esta “classe trabalhadora virtual” tem vindo a obter, de forma progressiva, uma atenção redobrada por parte dos media e do governo, com alcance a nível internacional. Estas sinergias permitem estabelecer vínculos com outros sindicatos não apenas Europeus, mas Africanos e Brasileiros, e com movimentos sociais de trabalhadores precários, tal como o Movimento Feminista, Movimento Ambiental, Movimento Anti-Racista, entre outros. Deste modo, através da união destas diferentes estruturas, e da partilha de novas estratégias que empoderam os indivíduos oprimidos, poder-se-á caminhar para um sindicalismo mais combativo, democrático, aberto e independente para o século XXI.

Segundo Taylor e Bain (2001: 62), o sucesso do futuro dos sindicatos relacionados com o setor dos call centres dependerá da sua capacidade de contestação e da redefinição das fronteiras de controlo nos termos pretendidos pelos seus membros. Tal, exige uma quebra na concepção dos sindicatos como prestadores de serviços, com uma base mais escassa de membros, para um sindicalismo combativo, focalizado na luta no local de trabalho.

Referências bibliográficas

Antunes, Ricardo (1999), *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Antunes, Ricardo; Braga, Ruy (eds.) (2009), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo, Boitempo.

Antunes, Ricardo (2018), *O privilégio da servidão. O novo proletariado dos serviços na era digital*. Mundo do Trabalho. Boitempo.

Ajunwa, Ifeoma; Crawford, Kate; Schultz, Jason (2017), Limitless worker surveillance, *California Law Review*, 105, 3. Disponível em <http://ssrn.com/abstract=2746211>. Consultado em 15 janeiro 2020.

Baumgarten, Britta (2013), “Geração à Rasca and Beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011”, *Current Sociology*, 61, 4, 457-473.

Bagnara, S. (2000), *Towards Telework in Call Centres*. Euro-Telework <http://www.euro-telework.org>.

Brophy, Enda (2009), “Resisting Call Centre Work: The Aliant Strike and Convergent Unionism in Canada”, *Work Organisation, Labour and Globalisation*, 3, 1, 80-99.

Brophy, Enda (2017), *Language Put to Work. The Making of the Global Call Centre Workforce*. London: Palgrave Macmillan, UK.

Burawoy, Michael (1979), *Manufacturing Consent – Changes in the Labor Process under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press.

Burgess, J.; Connell, J. (2006), *Developments in the Call Center Industry. Analysis, Changes and Challenges*. London: Routledge, Taylor & Francis Group.

Castells, Manuel (1996), *The Information Age: Economy, Society and Culture*. Oxford, UK: Blackwell.

Chauvel, Jade Lindgard (2008), “L’horizon obscurci des jeunes générations”. In S. Beaud, Confavreux, J., & Lindgaard, J. (Eds.). *La France invisible*. Paris, France: La Découverte.

Collins, Catherine (1991), *Bill would require notices when bosses snoop on employees*. *Los Angeles Times*, March 11, Online. Disponível em http://articles.latimes.com/1991-11-03/business/fi-1400_1_employee-performance. Consultado em 15 janeiro 2020.

Deery, Stephen; Walsh, Janet (2001), “Contracting out and market-mediated employment arrangements: Outsourcing call centre work”, Conference Proceedings ‘Call Centres and Beyond: The HRM Implications’ Kings College, University of London, November.

Diamond, Wayne; Freeman, Richard (2002), “Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the Internet for employee organization”, *British Journal of Industrial Relations*, 40, 3, 569-596.

Drucker, Peter (1959), *Landmarks of Tomorrow*. New York: Harper.

Dyer-Witford, Nick (2015), *Cyber-Proletariat: Global Labour in the Digital Vortex*. London: Pluto Press.

Esping-Andersen, Gøsta (Ed.) (1993), *Changing Classes. Stratification and Mobility in Post-industrial Societies*. London, Sage.

Frenkel, Stephen; Korczynski, Marek; Shire, Karen; Tam, May (1998), “Beyond bureaucracy? Work organisation in call centres”, *International Journal of Human Resource Management*, 9, 6, 957-79.

Glucksmann, Miriam (2004), “Call configurations: varieties of call centre and divisions of labour”, *Work, Employment and Society*, 18, 4, 795–811.

Graeber, David (2018), *Bullshit Jobs*. New York, NY: Simon and Schuster.

Gurnani, Shaan (2016), *The Financial Crisis in Portugal: Austerity in Perspective*, The Libraries Student Research Prize. Paper 9.

Head, Simon (2003), *The new ruthless economy: Work & power in the digital age*. Oxford, Oxford University Press.

Hochschild, Arlie (1983), *The Managed Heart: Commercialization of Human Feeling*. Berkeley, University of California Press.

Houlihan, Michael (2001), “Managing to manage? Stories from the call centre floor”, *Journal of European Industrial Training*, 208-20.

Huws, Ursula (2003), *The Making of a Cybertariat. Virtual Work in a Real World*. New York: Monthly Review Press.

Kolinko (1999), Proposal for an inquiry in Call Centers. Retrieved August 2019, from https://www.nadir.org/nadir/initiativ/kolinko/engl/e_ccvor.htm.

Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*. Oeiras: Celta Editora.

Kovács, Ilona (2005), *Flexibilidade de emprego. Riscos e Oportunidades*. Oeiras: Celta Editora.

Kovács, Ilona (2006), “Novas Formas De Organização Do Trabalho E Autonomia No Trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52, 41-65.

Lynd, Staughton (2015), *Solidarity Unionism: Rebuilding the Labor Movement from Below*. United States: PM Press,.

Lukács, György (1971), *History and Class. Consciousness. Studies in Marxist Dialectics*. Great Britain: Merlin Press, Ltd..

Martineau, Jonathan (2017), Making sense of the history of clock-time, reflections on Glennie and Thrift’s *Shaping the Day*. *Time & Society*, 26(3), 305–320. <https://doi.org/10.1177/0961463X15577281>

Marx, Karl; Engels, Friedrich (1992), *The Communist Manifesto*. Oxford: Oxford University Press.

Milkman, Ruth; Ott, Ed (2014), *New Labor in New York: Precarious Workers and the Future of the Labor Movement*. Ithaca, NY: ILR Press.

Moore, Phoebe, Upchurch, Martin; Whittaker, Xanthe (Eds.) (2017), *Humans and Machines at Work Monitoring, Surveillance and Automation in Contemporary Capitalism, Dynamics of Virtual Work*: London: Palgrave Macmillan.

Mulholland, Kate (2002), "Gender, emotional labour and teamworking in a call centre", *Personnel Review*, 31, 3, 283-303.

Murgia, Annalisa; Maestriperi, Lara; Armano, Emiliana (2016), “The precariousness of knowledge workers: Hybridisation, self-employment and subjectification”, *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 10, 2, 1–8.

Notes from Below (2018), The workers’ inquiry and social composition. Consultado em janeiro de 2020 em <https://notesfrombelow.org/article/workers-inquiry-and-social-composition>.

Paul, Jane; Huws, Ursula (2002), 2nd draft report for the Tosca Project, Analytica Social and Economic Research Ltd, August.

Paugam, Serge (2000), *Le Salarié de la Précarité*. Paris. PUF.

Pires, Rui (2017), Tendência na emigração é de descida desde 2013. Observatório da Emigração. Consultado em 15 janeiro 2020, disponível em <http://observatorioemigracao.pt/np4/5940.html>.

Roque, Isabel (2010), *As linhas de montagem teleoperacionais no mundo dos call centres. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado.

Roque, Isabel (2016), “Psychosocial Risks at the Portuguese Contact Centres”. In Pedro M. Arezes, João Santos Baptista, Mónica P. Barroso, Paula Carneiro, Patrício Cordeiro, Nelson Costa, Rui B. Melo, A. Sérgio Miguel, Gonçalo Perestrelo (eds.), *Occupational Safety and Hygiene IV*. London: CRC Press, 615-621.

Roque, Isabel (2017), "Trade Unionism and social protest movements in Portuguese Call Centres", *Journal of Labor and Society*, 20, 4.

Roque, Isabel (2017), “Fragmented Occupational Identities. A study on Portuguese and British Contact Centre Workers”, in Pedro M. Arezes, João Santos Baptista, Mónica P. Barroso, Paula Carneiro, Patrício Cordeiro, Nelson Costa, Rui B. Melo, A. Sérgio Miguel, Gonçalo Perestrelo (org.) (org.), *Occupational Safety and Hygiene V*. London: CRC Press, 579-583.

Schumacher, Susan (2011), What employees should know about electronic performance monitoring. *ESSAI* 8 (38): 138–144. Consultado em 15 janeiro 2020, disponível em <http://dc.cod.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1332&context=essai>.

Scott, Alison (1994), “Gender segregation in the retail industry”. In Alison MacEwen Scott (org.). *Gender Segregation and Social Change, Men and Women in Changing Labour Markets*. Oxford, Oxford University Press, 235-270.

Sennett, Richard (2001), *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism*. New York, Routledge.

Standing, Guy (2011), *The Precariat: The new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic.

Tarrow, Sidney (2011), *Power in Movement. Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Taylor, Phil; Bain, Peter (1999), *An assembly line in the head: Work and employee relations in the call centre*, *Industrial Relations Journal*. Oxford: Blackwell Publishers.

Taylor, Phil; Bain, Peter (2007), “Reflections on the Call Centre: A Reply to Glucksman”, *Work, Employment and Society* 21, 2, 349-62.

Taylor, Phil; Mulvey, Gareth; Hyman, Jeff; Bain, Peter (2002), “Work Organisation, Control and the Experience of Work in Call Centres”, *Work, Employment and Society* “, 16, 1, 133–50.

Taylor, Steve; Tyler, Melissa (2000), “Emotional Labour and Sexual Difference in the Airline Industry”. *Work, Employment and Society*, 14, 2, 77–95.

Zapf, Dieter; Isic, Amelia; Bechtoldt, Myriam; Blau, Patricia (2003), “What is typical for call centre jobs? Job characteristics, and service interactions in different call centres”. *Eur J Work Organ Psy.* 12(4):,311–340.

Zarifian, Philippe (2009), *Le travail et la compétence: entre puissance et contrôle*. Paris: PUF.

Van Jaarsveld, Danielle; Poster, Winifred (2013), “Call centers: Emotional labor over the phone”. In A. A. Grandey, J. M. Dieffendorff, & D. E. Rupp (Eds.), *Emotional labor in the 21st century: Diverse perspectives on emotion regulation at work*. New York: Routledge, 153-174.

White, Aidan (2012), *The digital labour challenge: Work in the age of new media*. Geneva: International Labour Office.

Wright, Erik Olin (1997), *Class counts*. Cambridge, UK: Cambridge University Press

A permanência da precarização do trabalho da mulher no século XXI

Jonas Augusto da Silva Freitas,¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro
jonasfreitax@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a formatação do trabalho para as mulheres que trabalham em facções de costura do Ceará, na sua transformação em “operadoras” de um processo produtivo dependente de uma empresa contratante, via “externalização produtiva”, trabalho doméstico e outros determinantes tais como a intensificação do trabalho e exploração da mão de obra feminina. Assim, pretende-se apontar algumas indicações de como a precarização do trabalho feminino permanece no século XXI apesar de avanços e das lutas organizadas pelo conjunto da sociedade.

Palavras-chave: Trabalho feminino, Precarização, Capitalismo, Salário por peça

A partir de avanços tecnológicos e científicos, o gerenciamento do trabalho na produção têxtil de vestuário transformou costureiras em “operadoras” parciais de máquinas de costura. Em muitos sentidos, a autonomia dessas trabalhadoras para decisões executivas foi reduzida, e parte da criatividade limitada pela sua dependência às empresas contratantes. “Dados (...) demonstram que costureiras pobres transformaram-se em fazedoras de roupas, cujos tecidos já lhe são entregues cortados pelas indústrias de confecção” (Abreu, 1986: 24).

Este artigo pretende lançar um olhar sobre o trabalho domiciliar como uma forma de precarização relacionada em particular ao exercício profissional de costureiras, que realizam um trabalho precarizado a partir de uma correlação de exploração da força de trabalho intensificada a partir da formatação exercida pela produção de vestuário posterior a reestruturação produtiva posterior ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (T.I.C’s), a hipótese de trabalho se lança a partir da realização de cada estágio presente às etapas produtivas das peças de vestuário que se utilizam mão de obra sem contrato de trabalho, que tendem a receber seus proventos por meio da modalidade “salário por peça”. Pretende-se assim reconstruir o passo a passo importante à análise da precarização presente a realidade dessas trabalhadoras localizadas no nordeste brasileiro, na cidade de Fortaleza, Ceará.

Para se compreender o trabalho dessas trabalhadoras é inicialmente importante compreender o processo de trabalho a que estas estão submetidas, parte se então do pressuposto de um ciclo básico de realização desse processo, que tem início no corte do tecido, modelagem das roupas, costura, e transporte posterior para o comércio.

Como esse processo produtivo não exige tecnologia avançada, robótica ou informática, a sua realização é primordialmente executada por mão de obra com baixa qualificação ou pouco treinamento. Estas costureiras são responsáveis por um volume industrial de produção, porém remuneradas com rendimentos que exigem um ampliação de sua jornada, e recorrente

¹ Em doutoramento pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio do Janeiro.

intensificação do seu trabalho, o que provoca, via de regra, um desgaste psíquico, mental e físico maior.

Talvez o grande trunfo desse processo produtivo seja transferir a parte essencialmente dependente do trabalho vivo de polos industriais para o que se chama no Ceará e no nordeste do país em geral como “facções de costura”. O fruto de tal reorganização produtiva implica no trabalho de mulheres em ateliês de costura improvisados em espaços precários nos bairros periféricos e pobres do país, ou no quintal de suas casas.

Este processo de “domesticação” da força de trabalho não é novidade ao histórico das costureiras, no entanto, caso essa “externalização produtiva” seja comprovada como esta tese indica, pode significar que uma implicação da reestruturação produtiva em relação a indústria têxtil seja admitir que a produção fabril das trabalhadoras à domicílio para a indústrias de confecção exige um conjunto de condições e arranjos sociais, culturais e políticos que deem vazão a essa produção econômica que se tornou importante para a região estudada.

Essa descentralização da produção, além de atomizar as trabalhadoras de um ambiente social coletivo, podem impedir uma organização mais efetiva, e portanto, afetar o exercício da atividade sindical; pois ao “isolar” as trabalhadoras, tende a torná-las cativas das encomendas e metas cada vez maiores a que são impostas pelo seus empregadores, que, por fim, acaba por retirar do trabalho sua característica social básica.

Em suma, esse rearranjo deixa nublado a relação entre público e privado, entre trabalho doméstico e trabalho produtivo, pois dentre as jornadas a que estão submetidas as costureiras, não existe mais uma fronteira delineada entre as tarefas necessárias a sua reprodução social:

O modo de produção capitalista, enquanto produção generalizada de mercadorias, implica um desenvolvimento constante da divisão social do trabalho (...). Mas, no final, o progresso ininterrupto da divisão de trabalho também dissolve gradualmente essa separação estrita entre (...) setores básicos da economia, pois assim como a produção capitalista de mercadoria destruiu definitivamente a unidade entre agricultura e produção artesanal, também dissolveu toda uma série de outros vínculos entre diversos setores de produção das sociedades pré-capitalistas, e penetrou intensamente nos bolsões de produção simples de mercadorias e de produção pura de valor das sociedades pré-capitalistas que sobreviveram na sociedade burguesa (Mandel, 1985: 265).

A existência dessas facções implica em uma hipótese de que a produção têxtil de vestuário se realiza contemporaneamente de forma conjugada, entre trabalho de produção industrial e doméstico, trazendo a baila a necessidade de se discutir a produtividade do trabalho das mulheres, e trazendo esta pesquisa até o ponto aqui desenhado como uma tarefa de se pesquisar a incidência desse fenômeno no Ceará.

Auxiliando nessa tarefa o mapeamento de autores e de produções acadêmicas chegou a obra “O avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção”, que foi lançado em 1986 por Alice Rangel de Paiva Abreu, e que com pioneirismo e altivez, incorporou parte da pesquisa de Heleieth Saffioti. Esta pesquisa segue os passos de temas considerados “malditos”, por abordar “temáticas relacionadas com categorias sociais discriminadas, cuja penalização sócio-econômica-cultural a sociedade tende a buscar ocultar” (Abreu, 1986:13).

Este artigo advoga que através de uma imersão ao ambiente de produção conjunto ao espaço de convivência familiar é que se revela a permanência da precarização da mulher no século XXI, e apesar de o termo “*home working*” estar popularmente sendo utilizado como indicação de que se busca inserir a produção brasileira entre os demais países desenvolvidos, sob o signo adicionado ideologicamente a este discurso de termos tais como: “competitividade”, “robotização”, “informatização”, etc. à cruenta luta pela sobrevivência na arena capitalista contemporânea de produção, tem se revelado assim, como uma mescla de formas compósitas de trabalho e produção, que se por um lado se apropriam de formas

avanzadas de tecnologia para a comunicação e controle do trabalho, por outro, tem suas raízes ligadas a um trabalho extremamente precário e adoecedor.

Nesse sentido, haveriam setores produtivos “modernos” convivendo convenientemente com uma clandestinidade “consentida”, onde uma parcela importante que, supostamente, já deveriam ter sido “fagocitados” e incorporados por setores mais “modernos” da economia, tem na realidade se readaptado e rearranjado sua atuação, a partir de linhas produtivas que não prescindem a herança superexploradora, mas que implementam medidas de ampliação da extração da mais-valia, como se pretende demonstrar no decorrer desta pesquisa a partir da exploração feminina da mão de obra.

Nesse sentido, para além do debate fundante que relaciona a Economia Política à investigação de fundo ontológico, a correlação entre produção industrial e domiciliar pretende ultrapassar a análise de explicações ligadas a proposições dicotômicas como: formal/ informal; estruturado/ não-estruturado; arcaico/ moderno; circuito inferior/ circuito superior; setor tradicional/ setor moderno da economia, etc.

O debate que esta pesquisa apresenta, investiga a forma simbiótica a que os setores produtivos têm resvalado, uma vez que se nota a presença de uma certa combinação entre os setores industrial e de serviços, que estritamente não se enquadram na divisão clássica entre setores primário, secundário e terciário. As análises até o presente momento apontam para uma correlação complexa, onde a produção industrial se apoia de maneira ostensiva à “prestação de serviços” das facções de costura.

Existe, portanto, um “jogo de interesses” que se misturam às instâncias e sujeitos, e denotam conflitos sociais que explicitam ainda mais as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. Caberia ao Estado fiscalizar e normatizar essas práticas, mas coincidentemente (ou não), muitos representantes da burguesia industrial têxtil estão entranhados nos órgãos políticos do Estado. Sua atuação e influência projetam a reprodução desse complexo produtivo, existindo, inclusive, uma frente parlamentar para atuar em prol dos interesses da indústria têxtil e capaz de manter viável essa “simbiose” entre os sistemas de dominação-exploração presentes na sociedade brasileira.

Como diria Chasin²: “a História só surpreende aos que de História nada entendem”, ou seja, se considera que historicamente, essa dinâmica de dominação-exploração se relaciona com as classes sociais, mas possuem lastro no passado erguido desde tempos coloniais, com a opressão e exploração de brancos sobre negros e homens sobre mulheres. Tal alquimia tem em si, uma chave importante para se conceituar e se compreender porque formas não-capitalistas de produzir tem se mesclado e mantém suas determinações sob determinados segmentos da população, agindo nas dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas do capitalismo-patriarcal-racista brasileiro.

Após visitas para coleta de informação *in loco*, verificou-se que a produção de vestuário está localizado em universo inserido sob uma atuação essencialmente feminina, e portanto, sendo necessário considerar como caracterização do tema que: a divisão sexual do trabalho importa a formatação do objeto e, assim devendo-se considerar que muitas vezes as costureiras se sujeitam a regras e ditames impostos pelas indústrias de confecção por se tratar de uma das poucas funções remuneradas que são ainda compatíveis com outros afazeres domésticos. Pois o “cuidado” e a “atenção com o lar” dentro do raciocínio capitalista-patriarcal seria uma ocupação eminentemente feminina. Há também que se dizer que o recorte étnico/racial

² CHASIN, José. *As Máquinas Param, Germina a Democracia*, 1979.

certamente afeta o estudo, sendo possível a incidência no fenômeno estudado da produção de vestuário, ponderável por constatação *in loco*, e via recortes demográficos.

Tendo dito isto, compreende-se a produção capitalista vestuário, entendida de forma fracionária, a partir do que se convencionou como setor “informal”, “paralelo”, “a domicílio”, “ilícito”, “oculto”, etc. como uma análise intrinsecamente incompleta. O desafio dessa pesquisa é apresentar a produção dessa indústria têxtil de vestuários como um sistema amplo, que tem ligações com a produção doméstica há longos anos, e que apesar disso, de uma porcentagem importante do trabalho não sendo contabilizado como industrial, não pode ser, de forma alguma, considerado como “invisível”.

Aparentemente, a iniciativa empresarial se esforça em propagandear sua qualidade, controle e modernização, porém nutre-se de subcontratações que retomam, em muitos casos, o trabalho a domicílio como uma presença necessária à produção industrial de roupas. O enigma retórico destes “empresários modernos” tem sido manter esse discurso ao mesmo tempo em que exploram, via “flexibilização” e poucos direitos sociais, o trabalho das costureiras em uma cadeia produtiva organizada para lucrar a partir da aplicação de jornadas exaustivas.

A partir dos pressupostos de uma mundialização produtiva, o que a história recente aponta é que mesmo em países altamente industrializados, quando os custos com a mão de obra podem ser transferidos para locais comparativamente mais “baratos” ainda que sob tecnologia inferior, este movimento tem acontecido. Pelo ângulo do Estado, a questão fundamental não reside na “invisibilidade” destas atividades econômicas, mas trata-se de, por um lado, oferecer postos de trabalho, e ainda que precarizados, como uma promessa de trazer divisas e de movimentar a economia como um todo.

Nesse sentido, já são conhecidos os efeitos de experiências como essa no sertão de Pernambuco, que basicamente tem suas finanças dependentes da existência das facções de costura, como em diversas pesquisas, que já apontam que a Feira da Sulanca é fundamental para municípios como Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

O modelo empresarial instaurado pelo capitalismo, apesar de diretamente implicado por transformações correlatas, tais como a industrialização e a urbanização, organizou a modulação das atividades capitalistas, mas não eliminou em sua totalidade as ações, hábitos e mecanismos não-capitalistas de produzir, bem como não igualou a forma de produção nos territórios.

Deixando de lado a ótica da massa trabalhadora, no momento, há que se considerar que toda atividade econômica “clandestina” não paga tributos ao Estado. Não apenas disto o Estado tem perfeita consciência (...). Isto equivale a dizer que não apenas a sociedade capitalista é contraditória, mas que a contradição está presente, de maneira aguda, no próprio aparelho de Estado (Abreu, 1986:15).

Essa sociedade capitalista, domesticada pela subsunção do trabalhador ao capital, busca adequar segmentos da força de trabalho a seus setores produtivos, almejando lucrar o máximo possível. Dessa caça ao valor, o empresário capitalista não apenas considera formas pretéritas de produção, como é capaz de lucrar com propagandas que relacionem esse retorno às origens e às formas artesanais, como por exemplo, produtos “gourmet”.

A experiência capitalista não pode ser encarada de forma rígida, estática, programável, entretanto, existem grandes linhas de estudo que ao se especializar no estudo da ocorrência de acontecimentos que amplamente discerníveis e divisíveis, da formação social que podem indicar tendências lógicas que explicam como o passado pode indicar o futuro.

O alfaiate particular é substituído pela indústria de roupa feita; o sapateiro, pela divisão de consertos das grandes lojas de departamento, das fábricas e lojas de calçados; o cozinheiro, pela produção em massa de refeições pré-cozidas, consumidas em restaurantes com auto-serviço ou pelo setor industrial especializado; a empregada doméstica ou arrumadeira, pela mecanização de suas funções sob a forma de aspirador de pó, máquina de lavar roupa, de lavar prato etc. (Mandel, 1985: 270).

Em resumo, sob o entusiasmo do crescimento do setor de serviços, a sociedade de consumo parece apostar na substituição do trabalho vivo, na expansão da mecanização e desvalorização do trabalho como categoria central, tecendo a fantasia de que a robotização e a informática podem ser capazes de por fim até a luta de classes, e até ao próprio trabalho como fonte socializadora, porém, no que tange essa pesquisa, o que se pretende apontar é que por trás dessas substituições convenientes da industrialização, que se apresenta em registros de locais assépticos e bem organizados existem ainda *sweatshops*³ por trás de indústrias como a de vestuário.

A faxineira, a cozinheira e o alfaiate particulares não produzem mais-valia; mas a produção de aspiradores de pó, sistemas de aquecimento central, eletricidade para consumo privado e refeições pré-cozidas de produção industrial são uma forma de produção capitalista direta de mercadorias e mais-valia, como qualquer outro tipo de produção industrial capitalista. O capital monopolista não se opõe, portanto de forma alguma, a penetração de capital no chamado setor de serviços, mesmo que isso incontestavelmente reduza a taxa média de lucros, porque uma massa maior de mais-valia deve somar-se à massa de capital investido, que aumentou ainda mais do que a quantidade de mais-valia (Mandel, 1985: 272).

Por meio da penetração do setor de serviços e a sua mais recente autorização de “terceirização total” decorre que, uma vez que empresas podem contratar outras empresas para ‘atividades fim’ fica cada vez mais difícil se rastrear esse trabalho e esse trabalhador. Oculta-se uma visão mais aprofundada sobre a composição dessa mão de obra, a contribuição deste segmento na composição do PIB entre outras questões fundamentais. Esta economia não oficial “oculta” se baseia em uma “cegueira proposital”, que incluem uma parcela significativa do Estado e da burguesia.

Este jogo de “faz-de-conta”, nitidamente inserido nas relações internacionais de poder (que contém as nacionais), coloca obstáculos extraordinários à atuação do cientista. Desta sorte, as categorias comercializadas utilizadas pelas agências oficiais e divulgação de dados estatísticos revelam-se totalmente incapazes de captar a diferenciação das formas de produzir as mercadorias comercializadas no país e fora dele. Mercadorias produzidas de forma não-contábil não aparecem nas publicações de dados estatísticos. Divulgam-se delas estimativas globais, cuja utilidade para o estudioso do assunto é, no mínimo, vaga dadas a incerteza e generalidade que comportam (Abreu, 1986: 21).

Analisar questões que remetem a um funcionamento produtivo industrial, lastreado na extração de mais-valia em suas formas relativa e absoluta, que agem de forma complementar e, muitas vezes, a partir de processos que intensificam sua aplicação, e de maneira polivalente; é admitir que a cadeia produtiva teve a capacidade de inventar e se reinventar, avançando na mercantilização da vida humana e de suas necessidades materiais imediatas ou não.

A trilha desta pesquisa aponta a tendência de que, no Brasil, o processo de contratação da mão de obra, como a empregada pela indústria têxtil, tem acontecido basicamente através de terceirizações irrestritas, onde atividades essenciais são repassadas via subcontratação de trabalhadores, levando essa intermediação da mão de obra como grande achado para se baratear a produção, e como alega Fonseca (2018), “alugando” trabalhadores a partir de uma terceirização que intermedia mão de obra, e não apenas repassa “atividades periféricas”.

³ O termo foi usado pela primeira vez no final do século 19 para descrever aspectos do comércio de alfaiataria, mas que podem se aplicar a outras indústrias também. São unidades produtivas com condições de trabalho precárias, e que oferecem riscos aos trabalhadores. O termo, “fábrica de suor”, em português, é uma referência a insalubridade e falta de preocupação com quem opera a produção. Sendo estes mal pagos, e trabalhando longas horas, sem a ação de leis contra o trabalho infantil ou de proteção trabalhista.

Embora não haja ampla literatura especializada sobre este assunto, há evidências de que grande parte da criatividade do capitalismo (externalização da produção por exemplo) deriva da tendência a queda da taxa de lucro, à medida que se eleva a composição orgânica do capital (Abreu, 1986: 19).

Certamente existem diferenças entre a produção de roupa cearense e a fluminense, assim como a brasileira e a presente nos primórdios da revolução industrial descrita por Marx. A diferença entre os formatos da cadeia produtiva, entre as técnicas de manejo da força de trabalho e a própria organização da produção são temas que serão abordados nesta pesquisa, buscando escapar da repetição do senso comum, percorrendo nos meandros da diferenciação, a produção de conhecimento que desmitifique os temas previstos para que, se possível, deixem de ser “malditos”, e quem sabe assim, como Belchior⁴ gravou, contribuir para uma mudança que compreenda os processos de maneira interligadas: “o passado é uma roupa que não nos serve mais, e no presente, a mente, o corpo é diferente, e o passado é uma roupa que não nos serve mais”.

E para que se possa transcender o senso comum e alcançar os desvelamento desse tema, pretende-se descortinar, a partir deste objeto de pesquisa, um permanente ir e vir à realidade, e desse movimento, ser capaz de explicar a Indústria Têxtil cearense e seus vínculos com o trabalho realizado pelas costureiras das facções de costura.

Esta forma de produzir, que permite reduzir enormemente o investimento em capital fixo, tem ainda a característica de aumentar a velocidade de transformação do produto a ser colocado no mercado consumidor e, por conseguinte, maximizar os lucros através do pagamento por peça. Essa modalidade de salário, tornada possível especialmente a partir de uma cada vez maior complexificação da divisão do trabalho, tem como efeito a desqualificação de um conhecimento totalizante do processo de produção.

Referências bibliográficas

Abreu, A.R. de P. (1986), *O avesso da moda; trabalho a domicílio na indústria de confecção*. Hucitec: São Paulo.

Mandel, Ernest (1985), *O Capitalismo tardio*. Editora Nova Cultural: São Paulo.

⁴ Antonio Carlos Belchior, “Velha roupa colorida”. Fortaleza Editora Musical Ltda, 1976.

This is no democracy, we want “Real Democracy” - “New” democratic alternatives born from the Crisis in Portugal 2011-2014

Jonas Vossole,¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
jonas.vossole@gmail.com

Resumo: The economic and financial crisis which affected Portugal in 2011 launched representative democracy in a serious legitimacy crisis. Huge demonstrations and different forms of protest rocked the country between 2011 and 2013. This presentation will discuss how the crisis of peripheral capitalism in the Eurozone opened the gate for new democratic alternatives to the traditional representative form of democracy that governed Portugal since the constitution of 1976. The analysis is based upon 67 short interviews and 6 in depth interviews with activists and protestors, which focus on their perspectives on the state of democracy in Portugal, how they perceived the influence of the crisis in Portugal, how they conceive their idea of democracy as an alternative, and how they project democracy in the past and the future. The main reasons behind the rejection of liberal democracy are the perceived lack of social rights, accountability, legitimacy, freedom of speech, sovereignty, participation and respect for the constitution. From these, a wide range of different conceptions of democracy emerge. This presentation distinguishes and elaborates three more developed democratic conceptions encountered during the research: the *acampada* pre-figurative autonomous movement, the occupy movement influenced by the Spanish 15M; the radical trade union democracy in which the Lisbon Docker’s union took the lead and the left parliamentary alternatives presented by the PCP and the Left Block. The paper then discusses if the coexistence of these different democratic alternatives is a mere empirical phenomenon or a political goal? How does this diversity relate to crisis? And what are the emancipatory possibilities of the different existing alternatives to the status quo of representative democracy as we know it?

Palavras-chave: Democracy, Crisis, Utopias, Austerity

Introduction

The economic and financial crisis which affected Portugal in 2011 launched representative democracy in a serious legitimacy crisis. Huge demonstrations and different forms of protest rocked the country between 2011 and 2013. Democracy is an ensemble of ideas, discourses and practices that under certain favourable conditions can function as a hegemony and legitimize capitalism. The history of democracy and democratic theory is a history of renewed adaptations and rearticulations of these ideas, discourses and practices, which are useful for

¹ Jonas Van Vossole is a PhD student at Centro de Estudos Sociais at Coimbra University, Portugal. He detains a master degree in Political Science and a master in Complementary Economics, both from the University of Ghent. These are complemented with a post-graduate degree in advanced studies of democracy in the XXI century at the University of Coimbra.

ideological legitimation. Legitimacy Crises are moments when this Hegemony is broken, and the crisis of capitalism is translated into a crisis of its governing democratic practices and institutions.

In this paper we will analyse how the legitimacy crisis manifests itself empirically: First as a complete delegitimation of the existing structures and ideas of existing democratic hegemony. This part starts with a chronological description and discussion of the main protest movement that questioned the austerity policies. Then I'll discuss the interviews with the activists that were collected on those demonstrations 67 short interviews with activists and protestors, which focus on their perspectives on the state of democracy in Portugal, how they perceived the influence of the crisis in Portugal and how they conceived their ideas of democracy. In these interviews, one observes a complete rejection, by activists, of the state of liberal democracy at the time. The main reasons for this rejection are the perceived lack of social rights, accountability, legitimacy, freedom of speech, sovereignty, participation and respect for the constitution.

Secondly, the delegitimation of the existing structures and ideas of existing democratic hegemony, manifests itself in the emergence of alternatives to the traditional representative form that governed Portugal since the constitution of 1976. A wide range of different conceptions of democracy emerges. This paper distinguishes and elaborates three, more developed democratic conceptions encountered during this research: the *acampada* autonomous movement, the occupy movement influenced by the Spanish 15M; the radical trade union democracy in which the Lisbon Docker's union took the lead and the left parliamentary alternatives presented by the PCP and the Left Block.

From crisis to protest: An overview

Protest is a delegitimation practice. Wide spread protests are often the most visible sign of the delegitimation of a system as a whole. The austerity policies were confronted by a wave of protests. These protests have been extensively analysed on an international scale, where these protests are often compared to the Arab, spring, occupy wall street, and the different anti-austerity protests in the context of the Euro Crisis. José Soeiro (2014), Camargo (2014), Fonseca (2016), Accornero & Pinto (2015) and Baumgarten (2013) give a chronological perspective of how these different organizations developed through the period of 2011-2013, and how the focus of the mobilizations changed from more spontaneous forms of action and protest into actions organized by the more institutionalized sectors of the left.

The demonstration of 12 March 2011 – *Geração á Rasca*, which was directed towards the PEC IV, an austerity reform by the previous PS-government led by José Socrates was the first gigantic moment of these protests.(Camargo, 2014) Though this demo which was called under the banner of “democratic, laic, a-partidarious and pacífic”, the primary cause of the demonstration – generation on the edge, *Geração á rascal* - was one of class; it was called by four young activists, against the precarious working conditions in the context of rising unemployment and emigration. The call for the demonstration was launched by four individual activists, not mediated by any organization, and could therefore be categorized as spontaneous movement.(D. J. M. da C. Fonseca, 2016, pp. 165–168) It converged groups previously difficult to mobilize, like the precarious youth, and – through its articulation with issues of representative democracy and a critique of the political caste - found a broad eco in various social organizations (feminist, LGBT...), organized sectors on the left (including the Left Bloc) to sectors of the right and even the extreme right.(D. J. M. da C. Fonseca, 2016; Soeiro, 2014) Soeiro (2014) points towards the programmatic “fluidity” or “inclusiveness” – its echo with the extreme was found uncomfortable by the organized themselves - as both mobilizing

strength as a political fragility. While it was able to become one of the biggest demonstrations in Portuguese history, its efficacy to influence the political course was dependent on the redefinitions made on the political field based upon power relations between institutional agents (Soeiro, 2014). This is exemplified by the fact the broad social climate of protest against further austerity, as well as the lack of parliamentary support – following Pedro Passos Coelho’s declaration that the PSD would not tolerate further austerity (Camargo, 2014, p. 137) –, eventually led to the fall of the PS government in less than two weeks. The new elections in June would eventually bring to power a new right-wing PSD-CDS government led by the same Pedro Passos Coelho as prime-minister. As research shows (Freire, 2016; Freire, Tsatsanis, & Lima, 2014; Magalhães, 2014) this should not be seen as a support for more neoliberal policies, but rather as the result of an elector rejection against the incumbent’s performance.

Meanwhile in Spain, young people take the streets in massive numbers on 15th of May 2011 under the slogan “Democracia Real Ya!” (– real democracy now!). Influenced by the Arab spring, the “indignados” – like they called themselves, protested against rampant unemployment – particularly among youth –, the corruption of the political system. As a consequence of the demonstrations, and influenced by the events on Tahrir Square in Egypt, some of the participants started to camp at Puerta del Sol - Acampada del Sol - in Madrid. (Camargo, 2014) This form of prefigurative protest – which focused on democratic participative decision making in assemblies and living together based on solidarity while reclaiming and occupying the public space – inspired other cities in Spain and throughout Europe – including Portugal (Soeiro, 2014).

In Portugal, encampments surged in various cities, particularly in Porto, Coimbra and Lisbon, though they never reached the strength of the movement in Spain (Soeiro, 2014). The Acampada do Rossio in Lisbon started on the 20th of May with 37 people sleeping on the Rossio square – a practice continuing for 12 days (D. J. M. da C. Fonseca, 2016; Soeiro, 2014). According to Camargo (2014) most of the participants were highly educated, but the crisis had frustrated their perspective to have a decent future. At its peak, more than 500 people participated in the assemblies (Camargo, 2014) After frictions between the organized political left and anarchist-leaning activists, the Acampada quickly split. Parallel to it “Indignados Lisboa” was formed, but both had a reduced expression, at least in numbers. Most of the participants were young, precarious and unemployed or students. (Soeiro, 2014)

While the acampadas had no clear political conclusion, they regrouped a new layer of activists and opened some new political spaces. (Camargo, 2014) On 10th of July, elements of the acampadas organized an international meeting in Lisbon with 130 activists which had its most practical result the organization of the “Global day of action” on 15th October – which saw actions and demonstrations organized in 961 cities over 82 countries. (Soeiro, 2014) For the organization of this demonstration in Portugal a platform with the same name - 15 de Outubro - was launched with representatives of a wide range of social organizations. (Camargo, 2014)

While internationally, the date of 15 October 2011 gained prominence through the appeal of Occupy wall street in the US, in Portugal, the participation of the demonstration of 15 October had been strengthened through the announcement of new austerity measures in the first Passos Coelho budget. These included the cut of two months of pay for public workers. (Soeiro, 2014) 15O, as it is usually referred to, was the first big mobilization after the Memorandum of understanding, signed between the Troika and parties PSD, PS and CDS on 17th of May 2011. (D. J. M. da C. Fonseca, 2016)

There were local demonstrations in the cities of Angra do Heroísmo, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Ponta Delgada, Santarém and Porto, among others. In Lisbon the demonstration mobilized around 100.000 people (Soeiro, 2014) According to Camargo (2014), the success of

the demonstration showed the weakness of the platform. Moreover, violent confrontation between different politics of organizations within the platform – particularly some trying to control the platform by imposing a majority - led to the practical end of the inter-organizational platform as such, which became particularly apparent in the demonstrations of the second general strike of the 22 of March 2012.

Behind the slogan “we are the 99%”, three key ideas were defended in the manifesto: participative democracy, transparency in political decisions and the end to precarity in people’s lives. Confronted with an apparent degradation of democracy, Fonseca (2016, pp. 183, 170–171) observes in the mobilization of society against austerity a chain of equivalences – as described by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe (2001) - to reinvent politics, the economy and society itself through a rupture against the “system”, while at the same time the door was left open for a change “from within” the democratic system.

Before, on the 24 November 2011, CGTP and UGT, had called the first general strike against the austerity measures of the Passos Coelho-government – the seventh general strike since the Portuguese democratization in 1974 – only the third one jointly called by both trade-union confederations. Apart from its success in participation, the strike was particularly relevant for the fact that it had been sustained by a call of the 15 O platform. This explicit participation of social movements led to the first ever organization of a demonstration on a General strike in front of the Assembleia da Republica – the Portuguese parliament; according to Soeiro (2014) this was a clear signal of concrete alliance between “old” and the “newest” social movements. A tension – between trade unions and new social movements - which has been structural throughout the protests. (D. J. M. da C. Fonseca, 2016)

When CGTP called for a new general strike on the 22nd of March 2012: a strike for all – though excluding the UGT confederation – it took the initiative to launch itself a demonstration on the day of action: the first time it did. According to Fonseca (2016) this was the consequence of the success of the mobilization, combined with the fact that if CGTP wouldn’t organize one herself, the demonstration would be organized anyway. As a matter of fact, 15O platform, which had organized the demonstration on the 24 of November, had already called for a demonstration on the same place and taking the same route as the one of CGTP. The organized left in the platform split over the issue. The radical leftist morenoite MAS - Movimento Alternativa Socialista –accused the CGTP of only organizing the demonstration in order to control the bottom-up movement inspired by the social movements; to control the speakers and prevent any dynamics outside of its own control. Precários Inflexíveis (PI), a social movement around young precarious workers – and close to Bloco de Esquerda - and Umar, a feminist organization, two of the more important organizations of the 15O platform, abandoned the call for the separate demonstration and wanted to join the CGTP-demonstration in a question of class unity. MAS accused them of accused of opportunism and treason. To make matters worse for the idea of a unified anti-austerity struggle, the social movements PI and Umar, were eventually physically banned from the trade union demonstration by the union security-people when they tried to join it with their own banners.

After the internal strife in the 15O platform, some of the protagonists involved in the previous mobilizations launched a separate platform to organize a new demonstration named “Primavera Global” – global spring, on the 12th of May 2012, to mark the anniversary of the indignados-movement in Spain. The protest took place in Braga, Coimbra, Évora, Faro, Porto, Santarém and Lisboa, though with considerably less people. (Soeiro, 2014)

During the summer, a group of 29 activists launched a new appeal for a demonstration, under the title Que Se Lixe a Troika, Queremos nossas vidas de volta – “Fuck Troika, we want our lives back”. This demo, which was launched as a critique to the foreign political intervention by the Troika, and an appeal to human dignity and an end to austerity. The

mobilizing statement said: “the austerity they are imposing upon us and destroys our dignity and our lives does not function and it destroys democracy”. Different tendencies of the previous nucleus of anti-austerity mobilization remained, but a more “reformist” stance prevailed which considered the need for healthy relations with the CGTP and the political left. (D. J. M. da C. Fonseca, 2016, p. 286) The appeal group of Que Se Lixe a Troika, which counted with representatives of various organizations of the left, including from the PCP and the Left Bloc, would eventually gain a big eco, materializing in the biggest demonstrations since the beginning of the protests, with more than one million participants in around 30 cities across the country. (Soeiro, 2014) The success of the mobilization was in part due to the announcement of the changes in the Unique Social Tax – TSU by the Passos Coelho government – a tax-break for companies financed by a rise in the contributions by the workers which provoked a wide spread anger – also among sectors which are traditionally on the right. (Soeiro, 2014)

From this point on, the same group – QSLT – took the lead in organizing most of the protest actions with a big impact. They included the cultural demonstrations – internationally articulated in the “Global Noise” event - on the 13th of October 2012 and the "Que se Lixe a Troika! O Povo É Quem Mais Ordena!"-demonstration in Lisbon on the 2nd of March 2013. According to the Left Bloc, which mobilized more than 1.2 million people in more than 20 cities. The latter demonstration was the culmination of a longer period of symbolic actions, called “Grandoladas” (Camargo, 2014) – which consisted in interrupting public appearances of policymakers through the singing of the song “Grandola Vila Morena” – the song which announced the carnation revolution in 1974.

In the meanwhile, CGTP took part in the organization of the first general strike with European dimensions, organized by the European Trade Union Confederation – which had place on 14 November 2012. In Portugal, the appeal of the trade-unions was supported by many many social movements, including Precários Inflexíveis, os Estudantes pela Greve, 150 Plataform, the dock-workers union, and Movimento 12 de março. The strike was marked by police violence in a move to criminalize the social movements. (Soeiro, 2014) The last major standoff between unions and the government, besides the dock-workers movements, was CGTP demonstration of Ponte-a-pé² on 19 October 2013. The Government prohibited the demonstration for alleged security reasons, and a judicial and mediatized battle between government and unions followed. In the end the unions were forced to back down, and limited the protest to a small symbolic demonstration in the rain. After the lost confrontation between the CGTP union leadership and the government around the demonstration of Ponte-a-pé in the autumn of 2013, no new large-scale demonstrations or strikes were registered. Also, the union’s hope for political change would be channelled towards electoral change instead of street mobilisation. (Van Vossole, 2020)

Questioning the protestors

For this research I did 67 short interviews³ with people who were present at 8 different protests against the austerity measures between 31 October 2012 and 26 October 2013; 6 of those protests in Lisbon, 2 in Coimbra; some were at social movement demonstrations, other were at trade union demonstrations and picket-lines. Interviewees were selected randomly on the locations among the protestors, and were just identified by first name and age. The interviewees

² Ponte-a-pé, a wordplay which signified both kick the government out (Pontapé), as pass the bridge on foot (Ponte a pé).

³ The transcripts of the interviews can be found in attached to

were between 17 and 81 years old, with an average of 41. All short interviews were based on three open questions: What do you think about the state of democracy in Portugal? Did your opinion change in the recent period? How would you define democracy? Through its wide range of freedom for participants to express their opinions, it brought the potentiality to diversify the narratives in a relatively short interview time.

The empirical data of this study are based upon a long-time personal involvement and experience as an observer and activist in different protest-activities in crisis-ridden Portugal. These include the assemblies-movements, such as the Acampada de Coimbra, in which the author participated for nearly 1 year and visits to meetings of the Acampada do Rossio and Indignados de Lisboa and a dozen national-scale demonstrations, organized by Trade Unions in Porto, Lisboa and Coimbra and other entities such as the 15O platform and Que Se lixe a Troika (QSLT). It also includes active participation in the picket lines of 3 general strikes in Lisbon together with activists of the STML, the Lisbon Council Workers' Trade-union, and participation in the student movement in Coimbra. The practices and obtained knowledge reflects to some extent the methods of Participatory Action Research (PAR) – active participation in the co-construction of knowledge, promotion of self- and critical awareness, that leads to individual and social change and building alliances between researchers and participants. (McIntyre, 2008, p. ix)

Those interviews were afterwards – in the period after the protests - complemented with 4 longer, qualitative interviews (Yin, 2011, pp. 134–140) with key players in the social conflict, of different social-political backgrounds; representing social movements, trade unions, parties. These interviews served to deepen some of the reasonings, as well as to illustrate the three alternative discourses of democracy, discusses at the end of this chapter. The interviews, with open ended answers “aim at understanding participants on “their own terms and how their make meaning of their lives, experiences and cognitive processes” (Brenner, 2006, p. 357; Yin, 2011, p. 135) understanding the participants world. Analysis of these interviews is based upon a dialectic-relational critical discourse analysis, based upon authors as Fairclough (2009), Blommaert (2005) and Van Dyck (2011). These interviews are aimed at a deeper understanding of the foundations of the ideological narratives about democracy and understanding the different arguments.

The state of democracy

The first question “What do you think about the state of democracy in Portugal today?”, was directed to confirm the hypothesis of rejection. The objective was to understand if and how the idea of crisis had affected the narratives and judgements about democracy.

In order to systematize the way how protestors regarded democracy, the answers to the first - “What do you think about the state of democracy in Portugal” - were divided according to 4 different positions: The first category includes all answers that include the denial of the existence of democracy. Their denial included judgements such as: “laughable”, “a fiction”, “beheaded”, “failed”, “dictatorship”, “no practice”, “decadence”, “a lie”, “a hypocrisy”, “a farce”... One of the respondents even responded that “the people should unite for a coup-d'état”. In a second category I included all judgements that acknowledged the existence of democracy in Portugal, but judged its condition as negative or degraded. Judgements include: the state of democracy is:... “sick”, “very ill”, “degraded”, “weak”, “bad”, “very bad”, “questionable”, “relative”, “degraded”, “needs to be rethought”, “not very democratic”, “could be better”, “a misery”, “not for the people”, “a theft”, “not in its best condition”, “negative”, “threatened”, “not the one I wanted”, “a little damaged”, “masked”, “deteriorated”, “mostly formal”, “degenerated”, “wounded”.

People that judge democracy in a relative positive state constitute our third category. These people voiced the argument: “There continue to be elections”, “people have the right to express themselves”, “Democracy is the best system, despite its weaknesses”. “Formally, things work out well”, “Democracy works”, “despite the deplorable state of the Country”, “the alternative is totalitarianism”. In most cases there still exists some nuances however because the state is not judged as ideal: democracy “should be improved”, “politicians should keep their promises” and “there should be more participation”, for example.

Two participants didn’t want to answer or evaded the questions. Anjo, female, 41 years didn’t want to give her personal opinion on the state of democracy, but stated she was “really against this system”, and she “wouldn’t pay taxes for this government”. Carlos, male, 38 years, said everything was a “problem of mentality and a problem of values”, that we give too much importance to “money and luxury” which “in the end is not so important”. “People are manipulated” in a “consumption society”.

Overall respondents had a very negative opinion of the state of democracy during the austerity years. Of the 67 respondents, 19 – 28% - reported that there is “no democracy” in Portugal. 41 of the respondents – 61% - judged it to be “in bad condition”. 5 – 7% - of the respondents reported a positive judgement about the state of democracy. 2 – 3 % - of the respondents evaded the question or refused to answer. Given the fact that the interviews were taken on protest activities, and a negative judgement of the austerity policies was the primary reason to be present, a negative judgement about government policies could be expected. More surprising is the consensus with which these negative judgements are projected upon the idea of democracy itself.

What state of democracy? (n67)

No Democracy	28%
Bad State	61%
Neutral or positive	7%
No answer	3%

In the interviews, respondents that reported a negative judgement on the state of democracy, have given a wide array of reasons why they did so. I have divided those reasons in the following – often overlapping - categories, ranked from the most-mentioned to the least-mentioned⁴:

Lack of social rights: The most common argument to prove the lack of democracy among protestors is the lack or deterioration of social and workers’ rights. According to the protestors, the state fails to deliver fundamental social rights such as health and education. Workers’ rights are under attack by government policies; there is a generalized attack on the rights and freedoms to strike. Salaries are low and are decreasing. People complain they cannot live, cannot put bread on the table. Without social rights there can be no democracy. Democracy only exists for the rich; there is a lack of social and economic democracy. Economic power dominates political power. Crisis is only for the small ones. The situation is Unjust. People don’t earn to eat. Politicians are only puppets of economic power.

Lack of accountability: The second most common argument is the lack of political and financial accountability; respondents complain that their elected representatives don’t keep electoral promises – particularly because the PSD promised it would make no more cuts nor impose more taxes during the runup for the 2011 elections. People complain about a climate of political immunity, which entails large scale incompetence and corruption... , “frustrated expectations” lead to a “distance between citizens and their political representatives” who “do not listen”. Politics is reduced to a “theatre”, lack of respect for the popular will.

⁴ These categories are often overlapping

Lack of legitimacy: Popular discontent as such is presented as an argument against the government: an absolute majority of the population rejects the measures; and this is manifested through protests.

Lack of Freedom of Speech and freedom of information. Lack of information and political culture of citizens. Promiscuity between politicians and media-editors. Media are dominated by specific economic interests. – people are afraid to express their opinions; and fear repression at the workplace. Respondents mention the pressure against strikes and a general criminalization of protest: even symbolic protest is confronted with repression.

Lack of national sovereignty: Unelected transnational organizations decide policies. Policies are not the people's will, but the will of the Troika. The real decisions are made in the headquarters of the European Commission, The International Monetary Fund and The European Central Bank, all outside of Portugal. The Portuguese don't govern Portugal.

Lack of Participation. Popular intervention is low and decreasing. There are no real mechanisms of participation. Lack of referenda, and if they exist, they are “only about symbolic or identitarian matters, never about things like austerity or the Euro”. People should come more to the streets.

Lack of respect for the constitution: The government does not respect the constitution and politicians argue that the rights guaranteed by the constitution are unsustainable; that the constitution needs to be set aside in order for the budget to work out. Whoever violates the constitution is starting a dictatorship. A last category is the lack of security, stability.

Only 5 respondents affirmed that democracy was in a good or reasonable shape. Of those four, only Joao, 47, responded straightforward that: “There exists democracy; people can express their will, have rights and duties”. The reasoning of respondent Nuno, 34, defended the existing form of democracy, despite its weaknesses and errors as the best system he knows. Democracy should be perfected, but it should be defended against all those who portray it as weakened; because those defend other forms of society that are not based on the will of the people. The two other respondents; Joao 23 and Marta 31, acknowledged the overall existence of democracy, but complained about the lack of participation; its usurpation by parties and the lack of social justice. Miguel, 33, says that “on the functional level; everything is all right; and that if democracy is in bad shape, it is because people don't know how to behave”.

Perception of change

In “The State of Democracy”, we concluded that the idea of crisis always is based upon a judgement of difference between two different states, in which the “normal” or “ideal” is projected into another sphere of time. The second question “Did your opinion change in the recent period?” specifically tried to address the influence a changed perception of democracy over time – and particularly how the influence of the idea of crisis as a temporal change, had affected the narratives and judgements about democracy.

When we asked If peoples opinion about democracy had changed recently; people gave different discourses of comparison. Most were directed towards the austerity measures; other comparable answers invoked the external intervention of the Troika and the financial crisis... All thus compared the crisis of democracy to the state without austerity – it was that difference that lead to a politization of the question of democracy. One respondent told us: “Everything changed. Crisis, crisis is only for some, sadly... only for the small ones. For the big shots, there is no crisis.” Another one says “Democracy is easy to apply in a situation of prosperity, when some issues are never questioned”.

The other main point of comparison would have been to the Portuguese revolution and the 25th of April. One in every five of the respondents evokes the date in some way during the interview. For many of the respondents – particularly the older generation – the 25th of April

of 1974, and the social rights built up in the years after the revolution, serve as the landmark of democracy in Portugal. “I lived the 25th of Aprils and helped to build this democracy myself... and now I see we are really retreating”, says one of the respondents. “I was born before 25th of April... and it’s really very different... we won a lot, particularly as women... And now we are losing our rights again, in health, education...” says another one. Some even invoke the loss of democracy as a reversal to the time before the revolution: “Only the secret police is missing” (“Só falta a Pide”), one of the respondent says.

Of the 67 respondents, 41 respondents, or 61 percent, answered that their perspective upon democracy had de facto changed in the recent period. 15 respondents, or 22 percent, answered that their perspective did not change, while the others were unclear in their answers. The content of their answers revealed however, that the narratives behind these judgements differed dramatically within categories.

The best way to bring these differences to the surface is through a quantitative categorization of the responses along two axes. One axis measures the degree of perception of change in the state of democracy; answers were categorized according to the options “My perspective on the state of Democracy Changed”; “It changed more or less/no idea”; and “My perspective on the state of democracy did not change”.

A second axis measures the degree according to which the crisis or austerity conditions were seen as a trigger for a possible change in

	Change	NA	No Change
Always Negative	0	0	7
Crisis / Austerity	39	4	1
Normality / No Crisis	2	2	7

perspective on the state of democracy. The categories were divided in three options: “Normality / no negative mention of Crisis”, “Crisis or Austerity measures played a decisive role in the change of perspective on democracy” and “The crisis played no role; my perspective on the state of democracy has been negative for a longer period”.

62 respondents were categorized in these 9 categories according to the 3 axes. The large majority (39/67, or 58 percent) of the responses could be categorized in some way as “Democracy changed for the worse because of the crisis or austerity measures”. These included all people that in their association of democracy and time referred to crisis; austerity, troika or worse social economic conditions. Alfredo, 68, is an example: “Of course my perspective on the state of democracy changed; because I don’t name this democracy anymore, what we got. Democracy with this woman, with Merkel, telling us what to do with our country? Our country is not ours anymore; it is of Germany, and Belgium; and Italy and everywhere.” Laurentina, 47, is another example: “Everything about the state of democracy changed; completely... with the crisis. Crisis only for some, unfortunately, only for the small ones. For the big shots, there isn’t any crisis. Who earns well has no crisis”

Fifteen correspondents declared the exact opposite of the majority, namely that their perspective about democracy didn’t change at all in the recent period. For these respondents, the crisis itself had no effect on their perspective about the state of democracy. Curiously these 15 respondents fell evenly in two categories were totally opposed to each-other however. Seven respondents answered that their perspective on democracy didn’t change; and that democracy stayed in place, institutions worked. Seven other respondents on the other hand answered that their perspective on democracy didn’t change because they already had a negative judgement about the state of democracy in Portugal before the crisis started. At best; the austerity policies are a confirmation of their pre-existing perspective.

The discourse of the first seven mirrored the previous hegemonic elite discourse about democracy. One example is Marta, 31, that declared: “My perspective didn’t really change, because we continue to have a state of law. Our civil rights remain there, they are respected.

The problem is that we have had some real problems, of the economy, that make our lives more difficult. But my perspective continues that democracy is an imperfect system; but probably the best we have.”

The other remaining seven had an “I told you so”-attitude: for them the crisis only revealed a truth which existed for a long time. One example is Joao, 44, who declared that his perspective did not change, he “had this perspective since many years. Now it is demonstrated ever more; isn’t it? Thus nothing really changed. Democracy is a farce, as it always has been”.

In relation to change, it becomes essential to know if it was people’s perspective that changed or was it their material reality? It becomes fundamentally a relation between substructure and ideology: Some people stress how their own idea about democracy as theory or ideal did not change; but that the state of democracy changed fundamentally. Ana, 38, states: “My perspective democracy did not change, but the state of affairs did. I think that democracy is something which is very difficult to achieve, and now is ever more difficult to achieve. Everytime it is ever more questioned”. Francisco 51: “My view didn’t change. What changed, to my opinion, is democracy itself. I consider myself a democrat. I continue to believe in democracy... In this democracy though, not.” Other people have been self-reflexive about their own consciousness and express the way how their own view about democracy changed with the crisis. For some this changed consciousness is attributed to studies or their own empirical experience. The crisis had a sort of pedagogic role.

In a situation of hegemony and normality; both objective condition and subjective perspective on democracy should coincide. By objective condition one should consider the existing democratic institutions: elections, parliamentary control, social redistribution. The subjective perspective covers the overall popular ideological/moral acceptance of what democracy should be. Since the end of the cold war and the establishment of liberal democracy as the hegemonic model of democracy on a global scale; this coincidence has been the case. In its objective form, liberal democracy was present – at least in Europe and Portugal. The liberal democratic institutions stood in for universal democratic institutions; there were elections; working parliaments; etc. At the same time, the subjective condition: liberal hegemony dominated peoples’ perspectives on democracy: liberal democracy was presented as “the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government.”(Fukuyama, 1989, p. 4)

In Chapter III we have seen that one of the elements of crisis is exactly that objective and subjective condition - generally accepted fact and generally accepted meanings - don’t coincide. In the conversations with the respondents; we observe interesting patterns about how people try to make sense of this disjunction that dramatically moulds their perspective on democracy, and how these distinctions are usually far from clear for people themselves. In many cases it is unclear if people address the change in the objective state of democracy or about their perspective on democracy. In other cases however; people address the changing judgement by choosing a fixed axis.

Defining democracy

The third question “How do you define Democracy?” was only introduced in the questionnaire from the start of 2013⁵. The objective of this third question was to enrich the apparent rejection

⁵ This limits the number of respondents to 30. The timeframe is also restricted to the second, downturn phase of the protest, which could have affected the results.

of the actual state of democracy: I wanted to check out if and how the rejection of the state of democracy created confusion to the respondents' own perspectives on democracy and if the respondents were conceiving alternative forms of democracy.

There is a considerable number of respondents that even after having explained why “this is no democracy”, have difficulty in explaining what democracy really is. “I cannot answer to that question”, “This is a difficult question”, “This is a complex question”, “I have to think” and “I’m not the best person to answer this question”, where some of the answers. This means that while people reject the existing state of democracy, there is not necessarily a clear idea how it should or could be different. This could be interpreted as a reflection of disappearing hegemony; a sense of void, while no alternative is ready yet to fill in its place.

Others have an idea about how democracy should be different but place it as an ideal disconnected from their contemporary reality. Answering to the question on the definition of democracy; it is noteworthy that a considerable number of the respondents use the conditional form when referring to democracy: “Elected people that *would* respect the opinion of the people”, “The people *could* choose representatives that would take decisions and *would* defend the interests of the people”, “I *would* define democracy as a political system that gives equal voice to all”, “*Supposedly* it should be exercised by those democratically elected”. The same logic is applicable for those that bring a straightforward definition, immediately followed by a “but...” or equivalent structure that denies the first part of the definition in practice: “Democracy is the government of the people, theoretically. *But*, what is happening is that those that are elected do not represent the interests of the other, but of an elite.”

Some people defined democracy in abstract terms of the state, system and institutions without the (self-)identification of the subjects of democracy, but the overall majority (80%) of the respondent defined democracy in terms of power of “The people” (o povo – 30%), “We” (27%), and “people” (pessoas – 16%), “citizens” or “population” (3%).

Surprisingly – given the critique of liberal democracy in the answers to the first question and the reasons of this rejection - only one in four participants referred specifically to any form of substantive content in their definition of democracy. One would have expected more answers like “Democracy is being all equal, all having food, all having shelter”, “Democracy is our well-being”, Democracy is a social-welfare state in which the general population chooses who governs, “Democracy should be a better living condition for us, living with health and peace.”

Half of the respondents define democracy referencing to formal aspects of democracy, without any references to political output or so-called substantive dimensions of democracy. Democracy is defined as “participation and representation”, “elected people that respect the opinions of the people”, a “political system that permits an equal voice to all citizens”, a “state of law where people have rights and obligations”. One of the respondents even introduced his answer as: “not going into an extremely political definition”, democracy is “voting rights”.

This means that the wide range of reasons people used to argue that “there is no democracy” in the first question – namely social rights, participation, mobilization, freedom of speech – are only very scarcely reflected in their own positive definitions of democracy. One could say that this is reflecting the same “void” or social disarticulation of discourses, as we found in the answers proposed before.

Change over time

Taking a second look to the data of the first question, there seems to be considerable change seems to occur over time. The sample is too small for significant statistical conclusions; and comparisons are thus rather a form of illustration than hard evidence. But if we split the interviews according to the year they were taken - 37 interviews were taken in 2012, 30 in 2013 - a surprising pattern surfaces.

Taking a second look to the data of the first question, there seems to be considerable change seems to occur over time. The sample is too small for significant statistical conclusions; and comparisons are thus rather a form of illustration than hard evidence. But if we split the interviews according to the year they were taken - 37 interviews were taken in 2012, 30 in 2013 - a surprising pattern surfaces.

2012 (n37)	
Age	39,9
No	46%
Bad	49%
OK	5%
NA	0%

If we take only the interviews taken in 2012, the number of respondents that deny the existence of democracy as such rises from 28% in the overall period to 46%, the “bad state” category lowers from 61% to 49%. People included in the first two categories, with negative judgements about the state of democracy, total up to an incredible 95% of the respondents.

If we take the interviews taken in 2013, however, the number of respondents that deny the existence of democracy falls dramatically from 46% to 7%, while the “bad state” category rises from 49% to 77%. In a short period of time the radical rejection of the state of democracy seems to be overturned into a more nuanced narrative.

2013 (n30)	
Age	43,44827586
No	7%
Bad	77%
OK	10%
NA	7%

One should note that the interviews in 2012 were taken over a smaller window of time: 4 days of protest over 2 months in 2012 against 4 days of protest over 9 months in 2013. The protests in 2012 also had a more direct impact and confrontation. They were directed against concrete cuts in the proposed budget; the new TSU, and involved a general strike. The protests in 2013 were more symbolic, platform mobilizations, including the 25 of April remembrance March, as well as the Que se Lixe a Troika mobilizations.

However, there appears to be a relation between the way how people evaluate the state of democracy and the period of mobilizations: in the upswing of the protests, there is a much clearer rejection of the state of democracy; while during the downswing – and the lack of immediate concrete alternatives – left people with a less radical judgement on the state of democracy. At the start of this Chapter, the chronology of the protests and emergence of social movements, provided the background of the clear rejection of the state of democracy by the protestors. The crisis became an acute existential crisis of the liberal democratic discourse. The crisis – compared to the pre-austerity period or sometimes compared to legacy of the 25th of April – is perceived as a pedagogic moment in which the truth of democracy is revealed. People themselves have difficulties in providing discursive alternatives, however. This difficulty exemplifies the “void” created by the crisis. The void is a situation in liberal democratic hegemonic breakdown and the open competition of different competing and articulating democratic alternatives. In the following section we are going to study three of these alternatives.

From protest to democratic alternatives

“There is no alternative”, has been for more than three decades the symbolic catchphrase to legitimize neoliberal democratic hegemony. (Harvey, 2005, p13) But is there democracy without alternatives? One of the demonstrations of Que se lixe a Troika-movement – 26 October 2013 – carried the slogan: “Não há becos sem saída” / “there are no dead end streets”. From a theoretical perspective, there certainly is no crisis without alternatives, because crisis is defined by the acute need for and external intervention or decision, as we have discussed in Chapter 3. During the research I came across various forms of alternative democratic discourses and practices that proposed themselves as forms of alternatives for the hegemonic form of democracy in crisis. In the second part of this Chapter I will inquire into these alternatives. I will limit myself to what could be described as three main forms: These are the “Acampadas”, Trade Union Democracy and parliamentary alternatives. By no means these “alternative models” exclude other forms of democracies, nor do they preclude overlapping elements and discourses. As we will see, these empirical “models” overlap with different theoretical perspectives we find in democratic theory and in the history of democratic development as described in the Chapter 2 of this thesis.

These models have been enriched with 4 more extensive interviewees I conducted. In addition to the questions used in the shorter interviews about the personal definition of democracy, its state and evolution, more specific questions were used, in particular aiming at the alter-ideological conception of the questions of democracy: For example: “How do you think “the other side” sees democracy?” Or “do the concrete actions of the other side in the social conflict influence democracy?” – In these interviews I address the narratives involving “democracy” around specific cases; (Grandoladas, Constitutional Court), but also about the recent elections and the high degrees of abstention. All these conversations thus take the form of semi-structured interviews, with some flexibility in the questions. The 4 actors in the protests were Catarina Dias and Celina Vilas Boas, activists of the popular assembly of Coimbra, Antonio Mariano, president of SEAL, the dockers’ Union and Miguel Tiago, member of parliament for the PCP.

The Acampadas

The Acampadas – or encampments - were the most enigmatic form of anti-austerity protest in Portugal. Like the later worldwide occupy movement (Castañeda, 2012), these Portuguese Acampadas were inspired by the Spanish indignados-movement; which itself had been inspired by the Arab Spring (Baumgarten & Díez García, 2017). The main characteristic of the occupy movement was reclaiming and occupying public space. (Pickerill & Krinsky, 2012) Directly inspired by the Spanish 15M occupation of Puerta del Sol in Madrid, protestors occupied Rossio-square, in the center of Lisbon in May 2011. At the start of the acampada movement there were even more Spanish people involved than Portuguese (Baumgarten & Díez García, 2017) The inspiration was a consequence of active communication strategies through social networks and the emergence of transnational networks of activists. (Baumgarten & Díez García, 2017; Díez García, 2017) Baumgarten and Garcia (2017) defend that the Spanish inspiration was particularly important because it imported the framework of democracy onto Portuguese reality. Before 15 M in Spain, the major *Geração à Rasca* (Desperate generation) protest, had taken place on 12 March 2011, some nine weeks before 15M occupation of the Puerta del Sol in Madrid. (Baumgarten & Díez García, 2017) Besides the importance of its numbers – with around 300.000 participants, one of the largest in Portugal since the revolutionary period of the nineteen seventies -, this protest has been particularly important for

the fact that the mobilization was more or less spontaneous, and independent from traditional organizations with its slogan: “a secular, non-partidarian and pacific protest”. It characterized the “end to a period of about 35 years in which the trade unions were the only actors capable of organizing mass demonstrations” (Accornero & Pinto, 2015a, 2015b; Baumgarten & Díez García, 2017; Estanque, Costa, & Soeiro, 2013). Still, at the beginning this protest mobilization had framed social discontent in terms of lack of jobs; lack of a perspective of future, homes, etc. – no in terms of democracy or democratic alternatives. It was the influence of 15M and Democracia Real Ya in Spain that had placed the problem of austerity and economic hardship as a consequence of the crisis as a question of democracy. (Baumgarten & Díez García, 2017)

After May 2011 the occupying movement spread through the rest of the country, involving a lot of new activists and groups. Inspired by the movement in Spain and the occupation of Rossio, popular assemblies were founded in many of Portugal’s major cities, including in Porto, Angra do Heroísmo, Braga, Évora, Faro, Ponta Delgada and Coimbra. (Alípio, Norega, Bras, Gomes, & Moya, 2013; Soeiro, 2014) This study is particularly focussed on the Popular Assembly of Coimbra; the “acampada” which I followed through participant observation. In the process of this research 2 of its key-participants were also interviewed. Inspired by those who were camping in dozens of cities throughout Spain, nearly a hundred people gathered in Praça 8 de Maio, a central square in front of Coimbra’s city hall on the 20th of May 2011. Inspired by the practices of collective discussion in Madrid; the participants quickly concluded that they wanted more than just show solidarity with the indignados in Spain; they wanted “real democracy” for their own lives as well: “different from that which is reduced to a vote every 4 or 5 years, a democracy that is authentically by the people and for the people.” The participants decided to meet every afternoon on that same square: Acampada Coimbra was born. (Alípio P., et al, 2013, p 359) From May 25 to June 5, Praça 8 de Maio was permanently occupied; with hundreds of people participating in the many activities and debates and dozens of people participating in the overnight camping. Participation started to decrease in June. At the end of June, it started to become almost impossible to sustain the overnight occupation and on the 5th of July, it was decided to stop the camping decamp and to reorganize. Instead, from now on weekly assemblies would be held. In february 2012 the name would eventually be changed to Assembleia Popular de Coimbra. (Alípio e.a., 2013)

The founding manifesto of Acampada de Coimbra (2012) does not directly refer to the concept of crisis itself; only indirectly by referring to the economic system and economic hardship as a justification for action: “We join the struggle for the freedoms repressed by the economic system: we reached a limit and cannot cope anymore with that a few fill their pockets and live as kings while the others, the majority, have to tighten their belts.” In the interviews, the importance of the crisis for a change in conscience and an emancipatory potential among the activists becomes clearer. Catarina Dias (2015) says: “The crisis led a lot of people to question themselves because they feel it. In this sense the crisis can lead to a bath of democracy: people get involved, have more attention, can filter easier... Theoretically, the crisis can be positive, although this is ambiguous because also the opposite can happen: it can breed hatred...” Celina Vilas Boas (2015) said that while “for the government the crisis has been an excuse to steal democratic power of the people...; on the other hand the crisis led to a surge of lots of social movements and an increased political participation. If people would not have been confronted with the extreme situation of the crisis, probably they wouldn’t have participated in demonstrations... The confrontation with extreme situations raised the level of consciousness, and this could have been positive if further developed.”

Real democracy

While the whole encampment movement was built around the slogan of a “Real democracy now”, the lack of concrete proposals, and with it a very unelaborate discourse about what democracy would exactly be, is one of the main characteristics of the whole Occupy movement. (Pickerill & Krinsky, 2012; Rohgalf, 2013) The only reference of the popular assembly of Coimbra to democracy is relatively vague: “We believe that through our struggle for the “public” and “common”, the seed of a new democracy can be spread. An inclusive democracy, where values of auto determination (or autonomy), equality and liberty are the main guidelines to build a society for all.” (Acampada de Coimbra, 2011) About what that alternative democracy would be, Catarina Dias (2015), activist of the popular assembly of Coimbra, is afraid to say “silly things”. She defined democracy vaguely as: “Democracy is a state in which the community can choose its future based on a system of representation; but real democracy should enable more freedom of choice than we have now. Real democracy does not create political careers.” According to Celina Vilas Boas (2015), another activist, “we need another form of democracy” because the “party-system is exhausted, perverted to such an extent... The parties we know are so deformed that it is impossible to trust them”. “The markets rule and the governments just manage a little bit, we never vote for the people that take the real decisions”. That other form of democracy is defined as “all have the same power... being equal, effectively equal”.

Instead of a defined model or program, “Real democracy” was rather a practice and a negation of the existing forms of representative democracy. According to Rohgalf (2013) instead “the idea of a process is implied” with “a community always in the making, being nothing but the sum of actions of its members” and instead of “concrete goals of the occupation”, “an open discussion process”. Democracy is thus framed more as a question of practice and through a negative definition: as what it is not. A widely shared skepticism towards the state, bureaucracy, and party politics as well as representation, hierarchies, and power in general, dominated the occupy movement. (Rohgalf, 2013) Instead, another model of democracy is championed that cherishes participation, immediacy, diversity, and ‘horizontality’, i.e. the absence of hierarchies: a democracy of assemblies, where people decide personally on the issues by which they are affected – a democracy of the many as we may call it for the sake of brevity. (Rohgalf, 2013, p. 152)

Democracy in practice consisted in the process of decisions that were made through daily and later weekly assemblies. One of the basic principles of the popular assembly was that all the decisions were made by consensus – not by voting, according to the idea of building an inclusive space of democratic participation where everyone’s ideas and opinions are taken into account. (Alípio e.a., 2013, p. 359) The process of voting is rejected because it is seen as exclusive, oppressive towards minorities, individualistic – weighing individual opinions of people in a quantitative form.

The assembly democratic practice rejected representatives or formally elected leaders – even if some activists played this form of organic role by taking most of the initiatives and leading the debates. The Acampada claimed to work without “owners or leaders, but rather to be fully horizontal”. Its guiding principles were “direct participation in the process of decision-making; rejection of all representation, whether it comes from “parties, unions” or “other representatives that want to do it [decide] on our behalf”; consensus; and self-management. (Acampada de Coimbra, 2011; Alípio e.a., 2013) The horizontality of this democratic practice, meant that the assemblies used to take long hours for decisions to be taken, if they were made. The participants preferred not to take decisions, rather than deciding against the will of one or more participants.

This non-exclusionary element also meant that democratic decision-making could not be separated from all other aspects of life. People could not be excluded for being a mother or for being hungry: therefore, the process of decision-making included the need to at the same time resolve these issues missing in the present order of things, through alternative economies, sharing, Mutual Aid.

What started with a concern to create spaces of free debate and free speech, came to claim itself as a real, or prefigurative form of social alternative to the society in crisis: Besides the popular assemblies; its participants organized a free tribune and often debates and workshops developed in a complete “alternate society” with places to study, sleep, cook, a popular library, an area for children. It was a prefiguration of an alternative “society in which the capitalist logic of profit is rejected, and was run according to principles of solidarity, autonomy, decentralization.” (Alípio e.a., 2013) Political discussion was combined with shared community dinners, and plans were made for community gardens.

Prefigurative democracy

The politics of prefiguring a new society (and its contradictions) instead of making demands on the state; and the importance of ritualising and institutionalising protest; were without doubt a major distinguishing element of the occupy movement as an alternative democratic practice. (Butler, 2011; Pickerill & Krinsky, 2012) Prefiguration⁶ is the term used by activists and scholars alike for a protest practice that embodies the change which activists want to see on a larger scale (Maeckelbergh, 2009; Rohgalf, 2013). It is an enactment of the ultimate values of an ideal society with the very means of struggle for that society.” (Maeckelbergh, 2009, p. 67) Instead of a coherent program or discourse, the democratic alternative consists in an idea of democracy through practice or performance: ‘the idea of creating a microcosm of what democracy really looks like’ - assemblies of citizens and bodily experiences is a way to make ‘the people’, i.e. the invisible sovereign of modern democracies, visible and tangible. (Rohgalf, 2013)

According to Judith Butler (2011, p. 4) “the occupy-moment is “the time of the popular will, not a single will, not a unitary will, but one that is characterized by an alliance with the performative power to lay claim to the public in a way that is not yet codified into law, and that can never be fully codified into law.” Inspired by Hannah Arendts (2013) analysis of the Greek Polis and the Roman Republic in *The Human condition*, Butler raises the importance of performativity – more even than deliberation as such - as a key aspect of democracy. The public place, the place of democratic confrontation, is a “space of appearance”; “the Polis, properly speaking, is not the city-state in its physical location; it is the organization of the people as it arises out of acting and speaking together” (Arendt, 2013; Butler, 2011).

But is the Acampada the real democratic alternative it aspires to be in its manifesto? In the interviews, and after months of experience, the interviewed participants are rather sceptical.

⁶ Prefiguration is a practice which finds its origin in the alter globalization movement and became dominant in the Occupy movement. It is loosely inspired by anarchist influences, like David Graeber’s. In many contemporary theories, it functions as an alternative to the perceived failure in Historical materialist analysis and political strategy of Marxism and revolution in the previous decades. “As no promising future is in sight, hope for change focuses on the present. The alternative has to be put into practice here and now and cannot be postponed to some later date.” According to Maeckelbergh (2009, p. 67) prefiguration functions as an alternative to the “possible legitimization of terror in the idea of dictatorship of the proletariat that is supposed to end exploitation and suffering... in contrast, prefiguration does not allow for such tactical aberrations from one’s own ideals: ‘[I]nstead, the struggle and the goal, the real and the ideal, become one in the present. [...] It is an enactment of the ultimate values of an ideal society with the very means of struggle for that society’. Prefiguration tactics eclipses the opposition between means and ends, struggle and goal of emancipation. (Rohgalf 2013)

Acampada activist Celina Vilas Boas (2015) thinks that in the long run we should generalize the experience “but not now: we could not replace the government by a form of assembly model”, because people don’t participate; society doesn’t learn them to participate”. “Participating in the Assemblies informs people, provides them with knowledge and capacity to horizontally discuss issues. It raises political and civic consciousness.” “Probably the popular assembly has more impact on those that participated in it than on society in general.” Based on “lived experience”, Catarina Dias (2015) claims that “while some participants thought the experience of the assembly could be an example for society, being part of it, I can say that it is extremely complicated. While we were small in numbers, things were still done more or less... But thinking to use the same kind of methods of discussion and decision making at state level is extremely complicated; even impossible.” Rohgalf (2013) comes to a similar conclusion: while the democracy of the many can work in social movements it cannot serve as a real model for a democracy at a larger scale. At worst according to Rohgalf (2013) prefiguration can even prevent fruitful social analysis and effective political struggle.⁷

One can conclude that the democratic perspective of the acampada movement was based on the distrust in the party politics and parliamentary representation. Its emergence signified not only the crisis of liberal democratic democracy, but also of its traditional democratic opposition. To be an alternative to the hegemonic model of liberal representative democracy in crisis, democracy should be transformed through practice done by citizens themselves; democratic participation itself is pedagogic basis for real citizenship and real democracy. The basis of this democratic experience is the practice of discussion and deliberation and finding a common ground, or consensus that can include everyone and excludes no-one. In order to exclude no-one, the process of deliberative democracy must go together with practices of solidarity and alternative economies. Given their isolation, this need for practice is translated in a form of public prefiguration: the acampadas represents the model as an alternative to the society as the whole. The Acampada democratic model was thus based on the occupation of the public sphere, participation, horizontality, deliberation, consensus, prefiguration and alternative economies.

The trade union alternative

Trade Unions have had a central role in the resistance against austerity measures. Given their importance and the fact that most of the interviews were taken on strikes or demonstrations organized on the initiative of the trade-unions, trade-union aspects regularly were part of the respondent’s conceptualization of democracy – 15 of the respondents defined democracy in terms that had something to do with trade unions. Some focussed on the practice of struggles; the procedural aspect of what democracy is; participation through social struggle, strikes demonstrations and meetings. Lack of democracy is attributed to the lack of trade union rights, pressure against trade union organization, against workers’s meetings on the work-places, restriction of their right to strike, etc. In his worried statement on the state of democracy, one of the respondents, Manuel, 37 years old, for example, declared that “One day, one cannot even organize a picket line”. Another; Tiago, 50, stated that “There is repression; they try that people don’t organize meetings and strikes”, while at the same time the lack of democracy is expressed in the lack of time for his family life. Trade Union activity is presented as the source of democratic legitimacy: Jorge, 66, for example states: “They [The government] don’t represent

⁷ In Chapter VII, we’ll return to the political problems of the emptiness and depolitical characteristics of the Acampada model of democracy.

the will and interests of Portuguese people –the latter manifests itself through demonstrations, concentrations strikes and other forms of protest.”

Other interviewees focussed on the outcome or substantive dimensions of Trade Union democracy; social and labour rights are framed as the essence of democracy. Lack of democracy is attributed to the loss of social and labour rights – fruits of decades of trade union struggles. Nuno, 45years old, for example stated: “In day-to-day life, people are being robbed of things essential to their existence, basic primary things like education, health and other things in the work sphere.” Clara, 28; “The government violates workers’ rights and liberties; that is not democracy”. Margarida 56: “Democracy should be a better life condition for us; living with health and peace, live better, produce, work...”

While Trade Unions had lost the monopoly of social protest due to the emergence of the *acampadas* movement, and were less emblematic, they continued to be the strongest force against austerity: in numbers of participation, number of protests and real impact on society and the economy. They organized national and regional demonstrations, and a record number of sectorial and general strikes. While trade unions lost a significant amount of influence and members over the last decades, they could fall back on organized structures, wide-spread social penetration and a history of conquests of the past. They had a crucial role of unifying the struggles, and bringing the mass of the working class – particularly public sector workers in the resistance against austerity. (Accornero & Pinto, 2015a, pp. 408–410)

A considerable part of the citizens protesting against the measures did so through the framework of the Trade Unions. Not only did trade unions mobilize members and colleagues directly on their workplaces, through workers’ commissions and picket-lines; the national protests mobilized a lot of non-unionized citizens. Through these mobilizations, Trade Unions determined their consciousness, demands and forms of action. It is thus not surprising that many of the interviewed protestors framed their ideas about democracy through a Union framework.

But the relation between unions and democracy goes further than this circumstantial coincidence. While Rational Choice theory - which approaches democracy as a historical accident in the search for the maximalization of individual utility - sees unions as market-imperfections which are essentially anti-democratic, and some post-modern theories have approached unions as mechanisms of domination which are becoming increasingly superfluous, most democratic theory incorporate unions incorporate Unions as a positive and essential part of democracy, according to Geoffrey Wood’s (2006, pp. 19–36) informative overview. These include the Weberian perspective on the dynamics of bureaucratization and representation and internal and external democracy in Unions, social movement unions theories, and regulationist theories that promote more accountable and sustainable economic policies. (Wood, 2006, p. 35)

Ebbinghaus e Visser (2000, p. 6) consider that trade unions are among the principal and most influential actors in democratic politics. Within the framework of traditional representative democracy, unions are active agents that recur to different forms of pressure on governments, parliament and public institutions, and sustain and finance candidates, parties and even referenda. But the democratic role of the trade unions goes much further and has been key on the democratization of society that predates universal suffrage. (Costa, 2011) According to the works of Visser (1995, pp. 37–38) and Ebbinghaus e Visser (2000, pp. 4–6) on European trade unionism; trade unions have historically occupied a crucial role in the workers’ movement to promote mass democracy, based on a universal emancipation of the working classes. As the main organisations of the working classes, they have been protagonists of rebel mobilisations destined to claim rights for the most disfavoured layers of society. (Ross & Martin, 1999, p. 2) In the struggles to broaden political democracy to the disfavoured classes,

trade unions have developed historical alliances with political parties and served as the basis for different forms of democratic practices.

The model of the German social-democratic party – founded in 1869 – as a political voice of the working class and trade unions, influenced by the ideas of Karl Marx, is an important example. (Costa, 2011) It would eventually lead to the expansion of parliamentary democracy to include votes and representatives of the working classes and trade-unions. During the 20th Century, in many north European countries trade Unions have become central pillars of social democracy and the welfare state, examples are to role of unions in co-management of corporations in Germany (Müller-Jentsch, 1995), or the structures of social management in what is called by Devos, Mus, & Humblet (2011) the neo-corporatist pacification democracy of Belgium.

But trade-unions – particularly revolutionary trade unionism at the beginning of the XXst century (Costa, 2011) - also left openings to go beyond parliamentary democracy. Rosa Luxemburg (2007) stated that class demands of trade-unions will eventually create the need to do so “because every direct mass action of the period of open class struggles would be at the same time both political and economic.”(Luxemburg, 2007, p. 169) She developed the traditional trade-union method of the Mass strike as an alternative social, democratic and pedagogic practice to go beyond parliamentary politics:

It is true that these men [Bernstein, David... rightwing social-democrat parliamentarians] saw the desired civilising and mitigating of the class struggle in the light of petty bourgeois democratic illusions – they believed that the class struggle would shrink to an exclusively parliamentary contest and that street fighting would simply be done away with. History has found the solution in a deeper and finer fashion: in the advent of revolutionary mass strikes, which, of course, in no way replaces brutal street fights or renders them unnecessary, but which reduces them to a moment in the long period of political struggle, and which at the same time unites with the revolutionary period and enormous cultural work in the most exact sense of the words: the material and intellectual elevation of the whole working class through the “civilising” of the barbaric forms of capitalist exploitation. (Luxemburg, 2007, pp. 163–164)

During the post-second world war period, the European trade union movement is marked by three phases; a period of strong mobilization in the sixties, a period of consolidation of social negotiations and agreements in the nineteen seventies and the surge of neoliberal neo-Fordism from the eighties onwards.(Ferreira, 2004; Santos, 1995) According to Boaventura de Sousa Santos (1995) the historical development of trade-union practices in Portugal is somewhat different from the rest of Europe, due to its semi-peripheral position. In Portugal, during the sixties, trade union activity is mostly restricted to difficult, clandestine organization during the extreme right Salazar dictatorship. The seventies were marked by the revolution; the frustrated dream of socialism marked the establishment of liberal parliamentary regime. When finally, the moment of consolidation of social agreements and embryonic social welfare state could be attained in the eighties; the neoliberal reforms were already at the door; with the first bailout and structural adjustment program agreed with the IMF.(Santos, 1995, p. 132) Subsequently Portugal has relative advanced social rights, but those workers’ rights are continuously and massively violated.

When approaching the concept of democracy in Trade Unions, theorists usually distinguish between internal and external democracy (Harcourt & Wood, 2004; Santos, 1995). According to Boaventura de Sousa Santos (1995), external democracy derives from the double primary function of trade unions: the struggle for social rights and collective negotiation with employers and the state. Internal union democracy is based on close incorporation of the membership in decision making, on unity and solidarity, on the election of union representatives and on referenda on important decisions.

Much of the institutionalist, rational choice and elitist literature assumes that internal union democracy is detrimental for wider democracy in society and vice-versa, because of stronger unions would imply “excessive demands” and neo-corporatist tendencies. (Harcourt & Wood, 2004, pp. 4–5). More radical social theory sees no such contradiction; indeed, it tends to see both internal and external democracy as interdependent: internal democracy refers to the processes of decision-making within the Union, how leaders are elected, agenda’s set and struggles organized – which have been essential to guarantee external democracy. It serves to counterbalance the danger of the creation of autocracies and oligarchic privileges within the union structures. (Santos, 1995, p. 136) Active democratic participation of its members, also avoids that trade unions are reduced to pure chains of transmission of political parties.⁸ (Santos, 1995)

Trade Unions are a “voice” which articulates interests and claims (Teague, 1999, p. 55) This voice gives workers the opportunity to overcome their unequal individual condition in confrontation with employers on the labour market.(Offe & Wiesenhal, 1980) Freedom of association, trade unions organization, realization of collective demonstrations and strike action are the main characteristics of this form of collective action which conserve their importance, even in contexts where the representativity of workers by trade unions could be doubted. (Costa, 2011; Rogers & Streeck, 1995) Based on the double function of struggle and negotiation, there are two different trends of trade unionism: trade unionism of contestation and trade unionism of participation which are reflected in different forms of trade union democracy. They reflect two apparently oppositional political perspectives about change in society; if the role of trade unions is to civilize capitalism or build a social alternative to it. (Santos, 1995)

Trade unions and social movements

According to Santos (1995, p. 135) Trade union democracy is strengthened through the transformation of worker’s identity into citizen identity: In contemporary societies, Trade Unions can only fulfil their role as representatives of the demos through the unions’ involvement in struggles against alienation, consumer rights, ecological rights, cultural rights, etc. During this process, Trade Unions need to articulate themselves with other progressive social movements, such as consumers; feminists, anti-racists and ecologists.

In the literature, this aspect of union democratization is designated as “Social Movement Unionism (SMU)” (Dibben, 2004, p. 286; Engelhardt, 2017b, p. 92); a union practice that goes beyond the politics of a concrete enterprise or sector, and helps to build broader structures of resistance for common aims. (Engelhardt, 2017b, p. 93; Engeman, 2015, p. 2) Or as Turner and Hurd (2001, p. 12) put it: SMU encompasses trade unions or labour organizations that orientate their structures and members on “building networks with different active groups and educate their rank and file members to prepare for and intervene in social movements”.

Since the birth of the new social movements in the 1960’s, these alliances have never been easy. The new social movements brought creative forms of activism, new discourses and democratic forms of organization – against old bureaucratized movements and parties. The unions have always looked with distrust and scepticism towards movements that actively distanced themselves from the “working-class vanguard” and proposed new contours of social conflict (Estanque, 2008).

⁸ In Portugal the CGTP is traditionally linked with PCP, while the UGT is linked to the PS.

The crisis and austerity strengthened interorganizational competition between unions and social movements for the same social basis – precarious workers in particular. The perspective on competition strengthened the traditionally very suspicious stance of Portuguese Trade Unions towards collaboration with other social movements. (D. Fonseca & Estanque, 2018, pp. 2019–2220) Fonseca (D. J. M. da C. Fonseca, 2016, p. 278) describes how trade union activists look towards what they call “inorganic movements” – such as the 15o Patform: they are unpredictable, have lack of identifiable organisation structures and accountability, a lot of internal ideological heterogeneity, and too radical. For social movements on the other hand; cooperation can also bring the threat of institutionalization. (Dibben, 2004, p. 297)

According to Anne Engelhardt (2017) and Dora Fonseca (2016), however, the protests against austerity were marked by impressive examples of “Social movement Unionism”; with trade union structures deciding to approach social movement activists and support them. As traditional democratic institutions showed themselves incapable in accommodating traditional Trade Unions demands - for more jobs, dignified work, greater social justice, fighting precariousness, transparency, etc – in separate form, they were articulated in a common opposition to austerity (D. J. M. da C. Fonseca, 2016). Dora Fonseca (D. J. M. da C. Fonseca, 2016, p. 183) uses Laclau and Mouffes (2001) framework to show how this identification in a common opponent turned them equivalent, accentuating their differentiation in relation to the system – and creating an articulation between Unions and Social movements: a frontier was made between those that opposed austerity and the institutions that were responsible for it. The conflict between capital and labour became strongly interlinked with demands for more and better democracy, which were transversal in all the protests.(D. J. M. da C. Fonseca, 2016, p. 184) SMU developed links between union militants and social activists that still remain and can be valuable for further protest movements in Portugal. (Engelhardt, 2017b)

The example of the dockworkers

The Lisbon Dockworkers’ Union SETC, (Sindicato dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego e Conferentes Marítimos do Centro e Sul de Portugal/ Union of Dockworkers, Transport and Maritime Workers of the Center and South of Portugal)⁹, played a vanguard role during the wave of protests against austerity. Being independent of the two main union confederations CGTP and UGT gave them more freedom. Their union conflict at the time was not so much a protest against austerity; it had very specific aims around the working conditions in the Portuguese ports. (Fox-Hodess, 2017) They were involved in four years of conflict about working standards and collective bargaining agreements with the government and private port companies as well as against the privatization of the port management. (Engelhardt, 2017b) SETC did not just mobilize its affiliated members for continued strike actions over a long time. To combat the public media campaign against them; they followed a strategy to broaden the support for their struggle through alliances with social movements: they participated and supported the demonstrations against austerity organized by social movement activists as well as on the issues of housing and precarity. Anne Engelhardt (2017a, p. 46) explains how “On September 15, 2012, the dockworkers started to present themselves as a bloc on the Que Se Lixe a Troika demonstration. From that day on, the SETC was active almost every week in nearly all demonstrations that took place until November 14, where they also had a strong bloc in the demonstration of the general strike. Furthermore, the dockworkers started to support

⁹ SETC became SEAL - Sindicato de Estivadores e da Atividade Logística (Union of Dockworkers and Logistical Activity) in 2016 when workers from other Portuguese ports joined the Union.

protests for social housing and recently organized a countrywide demonstration against precarious working conditions in Portugal.” Doing so the dockworkers of Lisbon became the most visible example of Social Movement Unionism in Portugal. (Engelhardt, 2017b)

The Portuguese dockworkers had few resources and were labouring under the adverse political and economic circumstances of the Troika memorandum. But according to Fox-Hodess (2017) they were ultimately successful due to their union’s structure and leadership orientation which allowed to build shop-floor power. The result of their struggles – the re-employment of sacked precarious workers and the recognition of collective bargaining - was not only a victory for the workers immediately involved – it was also an important boost for national and international labour movements more broadly. (Fox-Hodess 2017)

President of SETC-SEAL, Antonio Mariano, was one of the key players in the austerity struggles that I interviewed for this research. According to him, there is “no democracy in Portugal”. As economic interest groups have taken power and the government policies have nothing to do with electoral programs and promises, representative democracy ends the day votes are counted. The parliament and president are reduced to pure “decoration”; Elections lead to vitiated results, unable to be posteriori controlled. At the same time, the unions need to fight against the attempts to take away our trade union and organization rights.

Mariano (2015) understands democracy as “government by the people and for the people”: more concretely democracy as the possibility of workers to organize, discuss and work on their future, their conditions of job security and financial conditions to sustain their lives. For the dockworkers, there seems no separation between internal and external democracy; their own democratic and participatory practice is the way how they want to see society. Some parallels exist with the prefigurative practices of the *acampadas* movement, with the difference that the *acampadas* projected their practice as a utopian ideal for society, while for the unionists it are everyday, material, working practices needed for survival: About the direct internal democracy of the *acampadas*, Mariano believes in it as a practical role model for society:

“We practice democracy here – in our trade unionism. Among us, dock workers, all important decisions are made in assemblies, we work from the basis. We have power exactly because of our basis; it gives our union much more strength than relying just on our elected mandate. Democracy is the possibility of the affected by political positions to participate in the decision making.”

“In our own sphere, as dockworkers, internal direct democracy is practical and demandable. Workers participation through its class organization, with decisions made in assemblies, as we defend, is the only way.”

Even if participation in Portuguese society has tended to decrease again since the big demonstrations of 2011-2012, the work needs to be continued: Mariano believes that like prefigurative politics of the *acampadas*, one needs to spread the ideas by example of action and behaviour that bring results. “Through these methods we guaranteed participation of the workers and guarantee a sindicalization rate of 100% - while the average level in Portugal is closer to a shameful 10% of the workers. Our workers are a sample of society, from the extreme right to the extreme left. We don’t want to know about people’s party or religious options – those aspects are left outside; here we join and discuss collectively our future.”

Mariano acknowledges that there has been a Trade Union tradition in Portugal to keep distance from social movements but SETC did things different by approaching those movements. The objective was not only to strengthen these movements with Union support and give them more visibility, but also because it enabled the dockers to pass their own claims in a more efficient way. Mariano (2015) declared: “Maybe we are not so radically anti-parties and anti-parliament as those movements, but we think that power should be continuously pressured – and there we find ourselves aligned on the level of our struggles and aims: be it on

the level of environment, lay-offs, housing, unemployment and precariousness. Our struggle for job-security, collective wage agreements, against a differentiation of contracts between workers and for the integration of precarious workers is very much aligned with the struggle of the movements against precariousness and unemployment.”

One can conclude that, while trade unions have lost their monopoly on social protest, they still have a central role, and through it define citizens perspectives on democracy. The aspect of participation and democracy as a continuous practice is very important aspect of trade Union Democracy as an alternative. Rather than the utopian pre-figurative version of the *acampadas*, the practices of the unions are more a form of day-to-day work, alliances with parties and social movements – social movement unionism – are not only a political ideal, but a matter of strategic survival.

The party alternative

Political parties are often perceived as the main institutions of parliamentary representative democracies. According to Russell J. Dalton, David M. Farrell and Ian McAllister (Dalton, Farrell, & McAllister, 2011, p. 3), for example it “is a well-established position of party theorists that these entities have played a crucial role in the establishment and proper functioning of democracy.” They exemplify with other theoreticians like James Bryce (1921, p. 119), who defends that “parties are inevitable: no free country has been without them; and no one has shown how representative government could work without them.”, Max Weber (Weber, 1990, p. 35) who states that political parties are “the children of democracy, of mass franchise, of the necessity to woo and organize the masses”, or Schattschneider's (1977, p. 1), “modern democracy is unthinkable save in terms of the parties.”

The party-based electoral model of democracy coincides with the mainstream democratic discourse we have analysed in Chapter IV. It reflects the hegemonic approach to democracy of the last decades. Political parties – in a very specific form - have colonized the discourse about democracy since the 19th century. According to Dalton, Farrel & McAllister (2011, p. 6) political parties emerged as the primary linkage mechanism for facilitating the representative process: “Within the mass population, parties simplify the choices that are open to voters, thereby reducing the policy complexity of modern government into a small number of options that voters can easily understand. Parties educate citizens into the advantages and disadvantages of the policy choices that are on offer. Not least among their roles within the mass population is the expectation that political parties will mobilize citizens to actively participate in the political process, thereby creating long-term stability for the political system as a whole.” For that same reason intra-party competition is the corner block of the minimalist model of democracy in the works of Schumpeter (1976) and Przeworski (1999).

But can parties be a democratic alternative to liberal representative democracy? Today's crisis of democracy is also a crisis of political parties. Research has shown that the identification of citizens with parties and membership of parties is in decline over the last decades (Dalton e.a., 2011). Moreover, we have seen that during this crisis, the contestation of government policies is translated into a rejection of the idea of party-representation itself. The non-partidarian social movements like the *Acampadas* are an expression of this crisis. This is a recurrent phenomenon: as Daalder (Daalder, 2002, p. 47) points out that party-systems were blamed for the crisis of parliamentary democracy of both France as the Weimar republic in the nineteen thirties.

How do parties adapt to the crisis of the party-legitimacy and the crisis of representative democracy we have discussed before? Cristiano Gianola (2017, pp. 87–90) defends that the political crisis of liberalism is one of lack of political participation: While mass workers’-

parties of the past granted possibilities for political participation of the masses, the focus on the individual voter in neoliberal representative democracy and the destruction of the welfare state, has eroded these participative aspects. In his research he showed how 5 Stele in Italy and AAP in Italy (Gianolla, 2018), but also Podemos in Spain looked towards a party-renewal based upon internal democracy: Giving members a stronger internal power and opening the membership to wider society should bring with it a wider participation and legitimacy¹⁰.

A survey among party members from 2014 confirmed that also in Portugal a high proportion of members were unsatisfied with intra-party democracy, (Lisi, 2019, p. 152). Mainstream parties attempted to strengthen their social legitimacy through the ‘outsourcing’ of the political program to polling agencies, and measures of internal democratisation through change in the recruitment processes and participation of members, although this had limited effects and criticisms emerged regarding the low competitiveness of the race and the lack of internal debate. (Lisi, 2019, pp. 152–155)

Is there a possible democratic alternative based on parties to transcend the crisis of liberal representative democracy? Can there be an approach of democracy that does not abandon the idea of parties as a basic pillar of democracy – while rejecting actual existing democracy? The left-wing parliamentary opposition parties – and particularly anti-capitalist parties since long needed to cope with this difficult balance; an issue that becomes more acute in times of crisis.

The previously proposed idea, that parties are the cornerstones of democracy, presupposes a very specific model of democracy and parties. It presupposes democracy to be a modern parliamentary representative form of democracy. And it presupposes an electoralist form of political parties. Both presuppositions are not unquestionable. There are forms of democratic decision-making that are not based on parties or representation: participatory democracy, deliberative democracy or even presidential systems that do not need parties. Even in mainstream theories of democracy, its predominance is a relatively recent phenomenon: David Hume still considered them “the most extraordinary and unaccountable phenomenon that has yet appeared in human affairs” (Daalder, 2002)

It also presupposes parties with an electoral character that abide a democratic consensus; but this is not necessarily the case. Even if parties have an important role to form and represent opinions in society, this representation does not necessarily pass through electoral legitimation: parties can have an anti-democratic, extra-parliamentarian or a revolutionary objective. A logical consequence is thus that there possibly exists an alternative party-perspective to democracy that goes beyond the dominant liberal democratic discourse. It is this perspective we will analyse here.

Parties and Portuguese democracy

We have seen, in previous chapters, that Parties played an important role in the establishment and the working of Portuguese democracy since the revolutionary process of 1974. While in most European countries, historically, parties have been at the margin of the law due to liberal principles of non-interventionism from the state, in Portugal parties are hard legal structures since its democratization in 1974. Only Germany and Finland have earlier Party-laws than

¹⁰ One should note that according to Gramsci (Gramsci V1 p323-324) – just like I illustrated for the case of the Unions, party democracy and democracy are two separate and sometimes opposed things: “To acquire democracy within the state it may be necessary-indeed, it is almost always necessary-to have a strongly centralized party; and furthermore, questions of democracy and oligarchy have a precise meaning which comes from the class difference between leaders and members. The question becomes political... centralization must take into account that in popular parties education and political "apprenticeship" take place mostly through the active participation of members in the intellectual discussions-and organizational life of the parties.

Portugal. (Rashkova & Van Biezen, 2014, pp. 1–4) Portuguese parties are thus organized by the law and in the constitution, which controls its recognition, its internal structures and its finances. While this legal structure ensures political rights to parties, it also forcefully institutionalizes them much further, and makes them much more dependent on the state than in other countries. But on the other hand, until 2015, the parties on the left of the PS had never participated in any government agreement – due to orthodoxy and unwillingness to compromise, and the unwillingness of the PS to collaborate with parties on its left. (Freire 2019, 62)

Another feature of the Portuguese party-system is its long term stability: except for the foundation and success of the Left Bloc since 1999, the party-landscape has remained more or less the same for the last 40 years in terms of parties and party-representation into parliament. (Jalali, 2019, p. 82) Eventually, over the last decades, government policies would be dominated by the parties of the so-called “Arco da Governação” – “Arch of Governability” which includes the three parties that had participated in governments since the constitution of 1976: PSD, PS and CDS-PP. According to Richard Gunther (2005, p. 270) the party landscape is dominated by a catch-all party model¹¹ with a relatively low barrier between left and right. Lack of consistent and coherent ideological stand and past-coalition governments that fostered pragmatism and moderation.

When during the Portuguese crisis, the Portuguese government called for the intervention of the Troika, composed by the IMF, EC, and ECB, to give financial assistance, the Troika sought broad support among the main traditional political forces of the Portuguese establishment. The so-called memorandum of Understanding was eventually endorsed by the three parties of the “Arch of Governance” which covered the ideological area of the right to center-left. As, a radical right-wing political opposition has so far been negligible in the period of the crisis and the previous decades, we will concentrate on left parties in Portugal for a party-focused alternative.

In parliament, PCP and BE were the main opposition against austerity and the Memorandum of Understanding. Both parties refused the invitation by the Troika to discuss the MoU in April 2011¹, as they didn’t recognize the legitimacy and authority of the international institutions to impose political conditionality to the country in the first place. Their strategy was based upon principled opposition, both in Parliament and on the streets. These political parties on the Portuguese left were there therefore unquestionably the closest link between the anti-austerity movements and representative democracy. Both BE and PCP were very present in most of the protests against austerity. They also functioned as the main voice in parliament to bring forward the demands of the movements.

According to Miguel Tiago², at the time one of the most well-known MP’s for the PCP, Portuguese democracy is “disfigured”. That is to say: the revolutionary period which started with the April revolution, had moulded a certain form of democracy, which had been translated by the constituent assembly into the Portuguese constitution of 1976. In the 38 following years governments have applied politics that have reconstituted the privileges that are eroding the pillars of the democratic regime. On paper democracy is “formally intact”, but in practice it is

¹¹ Kirchheimer's (1966) argued that a major transformation of Western European parties and party systems was under way: parties of mass integration were transforming themselves into ideologically bland catch-all parties. Bowing to the law of the political market, parties were abandoning previous efforts at ‘the intellectual and moral encadrement of the masses’, downplaying or abandoning ideology, bidding for the support of interest groups, emphasizing the qualities of their leaders, and seeking support wherever it could be found. Since then, the term has become a standard concept.

profoundly disfigured: it has lost its social, economic and cultural dimensions and only persists in its weakened political form.

The crisis is “a structural crisis of capitalist accumulation; for capital it serves as a pretext to smash popular rights with the idea that there is no money, while at the same time filling the pockets of those that produced the crisis. With the crisis as pretext; police and state repression increases, cuts are made in salaries, public services, hospitals, schools, cultures is liquidated. For communists, there is no democracy if there is no social, economic and cultural democracy. Thus the crisis serves to destroy democracy. If there is no economic sovereignty there is no political sovereignty, we are a colonized people.”

Both the Left Bloc and the PCP’s discourse about democracy is ambiguous in the sense that it balances itself between itself between the discourses and practices of the parliamentary party versus the revolutionary party. They are both within and without the system. Their discourse is divided between a defence of normalcy and the defence of an alternative society: that is to say, democracy must be defended from attacks by the government and foreign intervention by the Troika. It must be defended from those that attack parties and technocracy. It is presented as the conquest of the April Revolution and the result of past struggles. Defence of democratic normality is like a defense of a utopia of the past. This comes forward in Miguel Tiago: “Aside the four dimensions of democracy, what is important is the “practice of democracy”; which is described by the Greek concept of “laocracy”. We have laocracy in Portugal, but no name for it: it is present in the occupation of land, the workers’ control of factories, management-control, the power of trade unions at the workspace, popular organization in the residents commissions, all kinds of associations. This is a fundamental component of democracy. Without these, democracy is reduced to a couple of elected institutions above the people in which every four years seats turn around. That is certainly not my concept of democracy”.

At the same time both the communists and the left Bloc proclaimed an anti-capitalist program. It assumes that capitalism cannot cope with real democracy, and thus that liberal, parliamentary democracy should therefore be overcome in some way. The existing Democracy is approached as a “phase”. At the end of this phase the question arises as a choice between “Socialism and Barbarism”, as Miguel Tiago quoted Rosa Luxemburg. Barbarism is not something of the distant future; it is here and now: in “People abandoned in hospitals, going hungry to school.” The crisis brings also hope, because it is exactly in the “streets without exit” that revolutions are made.

Parties and social movements

The PCP is for many decades the main mass party of the organized working class and civil society in Portugal. The PCP has also close ties to Portugal’s main trade union confederation CGTP. While officially retaining some distance, it functions as the political party-voice of the traditional social movements, cooperatives and professional associations in Portugal; its members occupy key positions. The PCP had a suspicious position to the emergens of new social movements. Quickly, militants of the communist party came to frame the new activists as confused petit-bourgeois radicals which only divided the movement. It is exemplified by Miguel Tiago: “This (the crisis) is a moment of agglutination of forces, we need a force to transform power. Now is not the time for experimentalism, adventurism or small occupations, whatsoever the individual value of these actions” - He considers these movements not as “something new, but as a historical regression in time, back to utopic socialism”. “Camping on public place, voting motions and be against this and that, plant our own food..., organizing theatre and workshops... it is all very beautiful... romantic, exciting... but it neglects the

fundamental question which is about taking power” ... “As if the working class walked centuries to get organized, have trade unions, have a party, revolutionary theory and practice” - and now we go back into time.

The left Bloc has traditionally a closer link to the newer social movement organizations, particularly in the more identarian-based movements which always had been approached with suspicion or enmity by the PCP. Some of these movements are the Women’s movement UMAR, the precarious workers’ movement PI, the LGTB movement Panteras Rosas and the anti-racist movement SOS-Racismo. All of these organizations have members of BE at leading positions. Various of these social movements participated in the protests against austerity, and in their organizing platforms; which made that the Left Bloc had naturally a closer link to these newest social movements. Besides the 2 parliamentary parties, also the extra-parliamentary party-like organizations were present at the protests; Livre and the radical left Movimento Alternativa Socialista, Rubra, Socialismo Revolucionario, mostly groups that split from the left bloc but defended the party-form.

Many activists in the anti-austerity movement looked with suspicion and enmity towards political parties – also to the left-wing parties. For ideological reasons, but also for practical reasons. Activists were afraid that party-structures which “controlled” many activists together would influence the decision-making processes in the movement and empty the base-democratic character of the movement. The revelation by Jornal “I” that 4 of the 6 members of QSLT were in some way linked to BE and PCP worsened relations. (Costa A, 2018, 119)

The approach of the PCP towards these movements, particularly in the beginning, also didn’t help to bring together old and new social movements: the PCP and CGTP had the custom to exclude non-members from their mobilizations. Non-aligned social movements, independent flags or banners were consistently banned by party-securities. They had to “join” the demonstration behind everyone else behind a security corridor. The organizers legitimized this approach in order to guarantee safety and avoid “provocateurs”. The fact that twice demonstrations were attacked by police-intervention after the PCP-delegations officially abandoned the scene, didn’t improve relations of confidence.

References

Acampada de Coimbra. (2011), *Manifesto*. Geraadpleegd van <http://assembleiapopularcoimbra.blogspot.com/2011/05/manifesto-da-acampada-coimbra.html>

Acampada de Coimbra (2012), *Manifesto Primavera Global*.

Accornero, G.; Pinto, P. R. (2015a), “Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, 41(2), 393–421.

Accornero, G.; Pinto, P. R. (2015b), ‘Mild mannered’? Protest and mobilisation in Portugal under austerity, 2010–2013. *West European Politics*, 38(3), 491–515.

Alípio, P., Norega, F., Bras, O., Gomes, T., & Moya, E. (2013), Occupying Democracy—Acampada de Coimbra. *CES Contexto*, 2, 351–364.

Arendt, H. (2013), *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press.

- Baumgarten, B. (2013), Geração à Rasca and beyond: Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457–473. <https://doi.org/10.1177/0011392113479745>
- Baumgarten, B., & Díez García, R. (2017). More than a copy paste: The spread of Spanish frames and events to Portugal. *Journal of Civil Society*, 13(3), 247–266.
- Blommaert, J. (2005), *Discourse: A Critical Introduction*. Cambridge University Press.
- Brenner, M. E. (2006), Interviewing in educational research. In J. L. Green (Red.), *Handbook of complementary methods in education research* (pp. 357–370). Geraadpleegd van <http://www.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=CGaOAgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA357&dq=brenner+Interviewing+in+Educational+Research&ots=65pgbC7Nom&sig=9w1Wya7MVxKgDHnfXwvVV4J2k3Y>
- Bryce, J. (1921), *Modern Democracies Part Two*. New York: Macmillan.
- Butler, J. (2011), Bodies in Alliance and the Politics of the Street. *European institute for progressive cultural policies*, 9.
- Camargo, J. (2014), *No a la Troika en Portugal: Movimiento y resistencias*. <http://dx.doi.org/10.6035/Kult-ur.2014.1.2.7>
- Castañeda, E. (2012), The indignados of Spain: A precedent to occupy Wall Street. *Social Movement Studies*, 11(3–4), 309–319.
- Costa, H. A. (2011), O sindicalismo contemporâneo entre as tipologias e as formas de acção. *Estudos de Sociologia*, 16(31).
- Daalder, H. (2002), Parties: Denied, dismissed, or redundant? A critique. *Political parties: Old concepts and new challenges*, 39–57.
- Dalton, R. J., Farrell, D. M., & McAllister, I. (2011), *Political parties and democratic linkage: How parties organize democracy*. Oxford University Press.
- Devos, C., Mus, M., & Humblet, P. (2011), *De toekomst van het sociaal overleg*. Academia Press.
- Dias, C. (2015, februari 19), *Interview with an activist of the Acampada de Coimbra*.
- Dibben, P. (2004), Social movement unionism. *Trade unions and democracy: Strategies and perspectives*, 280–302.
- Díez García, R. (2017), The “Indignados” in space and time: Transnational networks and historical roots. *Global Society*, 31(1), 43–64.
- Engelhardt, A. (2017a), Anti-austerity movements and authoritarian statism in Portugal. *New Research in Global Political Economy*, (4).
- Engelhardt, A. (2017b), What belongs together will grow together? The anti-austerity movements in Portugal. In O. Balashova, I. Doga Karatepe, & A. Namukasa, *Where have all the classes gone?* (pp. 80–102). München: Rainer Hampp Verlag.

Engeman, C. (2015), Social movement unionism in practice: Organizational dimensions of union mobilization in the Los Angeles immigrant rights marches. *Work, employment and society*, 29(3), 444–461.

Estanque, E. (2008), Sindicalismo e movimentos sociais. *JANUS 2008-O que está a mudar no trabalho humano*.

Estanque, E., Costa, H. A., & Soeiro, J. (2013), The new global cycle of protest and the Portuguese case. *Journal of Social Science Education*, 12(1), 31–40.

Fairclough, N. (2009), A dialectical-relational approach to Critical Discourse Analysis in Social Research. In R. Wodak & M. Meyer (Red.), *Methods for Critical Discourse Analysis*. SAGE.

Ferreira, A. C. (2004), Diálogo Social: Notas de reflexão a partir da experiência europeia e portuguesa. *Relações laborais e sindicalismo em mudança: Portugal, Brasil e o contexto transnacional*, 75–97.

Fonseca, D.; Estanque, E. (2018). Sindicalismo e lutas sociais em tempos de crise. *e-cadernos CES*, (29). <https://doi.org/10.4000/eces.3483>

Fonseca, D. J. M. da C. (2016), *Movimentos sociais e sindicalismo em tempos de crise. O caso português: Alianças ou tensões latentes?* (PhD Thesis). Universidade de Coimbra.

Fox-Hodess, K. (2017), (Re-)Locating the Local and National in the Global: Multi-Scalar Political Alignment in Transnational European Dockworker Union Campaigns. *British Journal of Industrial Relations*, 55(3), 626–647.

Freire, A. (2016), The condition of Portuguese democracy during the Troika's intervention, 2011–15. *Portuguese Journal of Social Science*, 15(2), 173–193. https://doi.org/10.1386/pjss.15.2.173_1

Freire, A., Tsatsanis, E.; Lima, I. (2014), Crise económica em Portugal, mudança de valores e representação política: Um teste quasi-experimental para a teoria da representação em Portugal. *2014 forthcoming*, *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisbon, Assembleia da República, Coleção Parlamento.

Fukuyama, F. (1989), The end of history? *The national interest*, (16), 3–18.

Gianolla, C. (2017), *Gandhian Democratisation: An Account against Political Colonisation* (PhD Thesis, University of Coimbra). Geraadpleegd van https://www.academia.edu/33055297/Gandhian_Democratisation_An_Account_against_Political_Colonisation

Gianolla, C. (2018), *5 stelle: Chi decide, come decide: centralismo e partecipazione all'interno del Movimento*. Castelvechi.

Gunther, R. (2005), Parties and Electoral Behavior in Southern Europe. *Comparative Politics*, 37(3), 253–275. <https://doi.org/10.2307/20072889>

Harcourt, M.; Wood, G. E. (2004), *Trade Unions and Democracy: Strategies and Perspectives*. Manchester: Manchester University Press.

Jalali, C. (2019), The Portuguese Party System: Evolution in Continuity? In *Political Institutions and Democracy in Portugal* (pp. 77–99). Springer.

Kirchheimer, O. (1966), The transformation of the Western European party systems. *Political parties and political development*, 177200.

Laclau, E., & Mouffe, C. (2001), *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Geraadpleegd van http://www.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=-ZVoVtwCMz0C&oi=fnd&pg=PR7&dq=Mouffe+Laclau&ots=Q1PMqN4NOZ&sig=rr2e-Jioqj0zvV_fGVrIJYsLUpU

Lisi, M. (2019), New Challenges, Old Parties: Party Change in Portugal After the European Crisis. In *Political Institutions and Democracy in Portugal* (pp. 145–165). Springer.

Luxemburg, R. (2007), *The Essential Rosa Luxemburg: Reform or Revolution and the Mass Strike* (H. Scott, Red.). Chicago, Ill: Haymarket Books.

Maeckelbergh, M. (2009), *The will of the many: How the alterglobalisation movement is changing the face of democracy*. Pluto Pr.

Magalhães, P. C. (2014), The Elections of the Great Recession in Portugal: Performance Voting under a Blurred Responsibility for the Economy. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 24(2), 180–202. <https://doi.org/10.1080/17457289.2013.874352>

Mariano, A. (2015, februari 26), *Interview with the secretary general of SEAL*.

McIntyre, A. (2008), *Participatory Action Research*. SAGE.

Müller-Jentsch, W. (1995), Germany: From collective voice to co-management. In *Works councils: Consultation, representation, and cooperation in industrial relations* (pp. 53–78). University of Chicago Press.

Offe, C., & Wieselth, H. (1980), Two logics of collective action: Theoretical notes on social class and organizational form. *Political power and social theory*, 1(1), 67–115.

Pickerill, J., & Krinsky, J. (2012), Why does Occupy matter? *Social Movement Studies*, 11(3–4), 279–287.

Przeworski, A. (1999), Minimalist conception of democracy: A defense. In I. Shapiro, *Democracy's value*. Cambridge University Press.

Rashkova, E. R., & Van Biezen, I. (2014), The legal regulation of political parties: Contesting or promoting legitimacy? *International Political Science Review*, 35(3), 265–274.

Rogers, J., & Streeck, W. (1995), The study of works councils: Concepts and problems. In *Works councils: Consultation, representation, and cooperation in industrial relations* (pp. 3–26). University of Chicago Press.

Rohgalf, J. (2013), Democracy of the many? Occupy Wall Street and the dead end of prefiguration. *Distinktion: Journal of Social Theory*, 14(2), 151–167. <https://doi.org/10.1080/1600910X.2013.816637>

- Ross, G.,; Martin, A. (1999), European unions face the millennium. *The brave new world of European labor: European trade unions at the millennium*, 1–25.
- Santos, B. de S. (1995)., Teses para a renovação do sindicalismo em Portugal, seguidas de um apelo. *Vértice*, (68), 132–139.
- Schattschneider, E. E. (1977), *Party Government. Reprint*. Westport, CT: Greenwood.
- Schumpeter, J. A. (1976), *Capitalism, socialism and democracy*. Harper & Row.
- Soeiro, J. (2014), Da Geração à Rasca ao Que se Lixe a Troika: Portugal no novo ciclo internacional de protesto. *Sociologia*, 28, 55–79.
- Teague, P. (1999), Reshaping Employment Regimes in Europe: Policy Shifts Alongside Boundary Change. *Journal of Public Policy*, 19(1), 33–62. Geraadpleegd van JSTOR.
- Turner, L.; Hurd, R. (2001), *Building Social Movement Unionism: The Transformation of the American Labor Movement*. L. Turner et al. (eds) *Rekindling the Movement: Labor's Quest for Relevance in the 21st Century*. Cornell University Press: Ithaca, NY.
- Van Dijk, T. A. (2011), *Discourse studies: A multidisciplinary introduction*. Geraadpleegd van http://www.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=NL12UESWkJwC&oi=fnd&pg=PP2&dq=*+Ideology+and+Discourse.+A+Multidisciplinary+Introduction.&ots=3UgpT6ZRoy&sig=npylpNAylMMfCKogPSqTjpQbRrk
- Van Vossole, J. (2020), Reinstitutionalising Democracy: The Role of the Portuguese Elections in Temporally Taming the Democratic Crisis. In R. Carmo & A. Simoes, *Protest and Precariousness*. New York: Berghahn Books.
- Vilas Boas, C. (2015, februari 26), *Interview with an activist of the Acampada de Coimbra*.
- Visser, J., & Ebbinghaus, B. (2000), *Trade Unions in Western Europe since 1945*. Geraadpleegd van <https://www.palgrave.com/gp/book/9781349655137>
- Visser, Jelle. (1995), Trade unions from a comparative perspective. *Comparative industrial and employment relations*, 37–67.
- Weber, M. (1990), *The advent of plebiscitarian democracy*. P. Mair The West.
- Wood, G. (2006), Trade unions and theories of democracy. *Trade Unions and Democracy: Strategies and Perspectives*, 19–39.
- Yin, R. K. (2011), *Qualitative research from start to finish*. New York: Guilford Press.

Sobre a Construção Social do Estatuto do Lugar? O contributo de Erik Olin Wright para a análise localizada de classes e replicações

Jose Espirito Santo,¹ Escola Industrial Campos Melo
jaesantos55@gmail.com

Domingos Vaz,² Universidade da Beira Interior, investigador do CICS.NOVA e do NECE-UBI

Resumo: O Cabeço do Pião, uma das três Secções/Povoações das Minas da Panasqueira, foi criado de raiz e albergava todo o trabalho fabril de suporte do complexo mineiro. Dos anos trinta até meio da década de cinquenta do passado século, manteve uma laboração intensíssima. Pelo seu imbricado social, torna-se passível a aplicação duma conceptualização que contempla a teoria da dádiva de Mauss; a matriz geral das localizações de classe de Wright; a teoria da inconsistência de Maravall e a transação social de Remy. Contribuições estas que reconfiguram uma “totalidade”, ou seja, a construção social do estatuto do lugar em que convergem âmbitos de atividades ligadas a um dado contexto específico de relações económicas, culturais e políticas. Todos estes e todas estas contribuições teóricas são explanadas no texto que nos propomos desenvolver.

Palavras-chave: Origem; Diversidade; Qualificação; Entreatada; Aspiração

Introdução

Do que falamos quando falamos de Minas da Panasqueira? Respondendo, passamos a apresentar alguns pontos de importante clarificação localizadora e constitutiva.

A concessão de exploração foi oficialmente autorizada a 25 de novembro de 1898 e situa-se na Beira Baixa. Em 1927 toma a denominação *Beralt Tin Wolfram Limited* (empresa inglesa). Para além dos minérios de estanho e cobre, centrava a sua principal exploração na volframite (minério do volfrâmio/tungsténio). Como se sabe, o volfrâmio é primordial componente na obtenção de uma liga metálica de elevada resistência. Deste facto resulta o seu protagonismo em teatros de guerra.

Foram criadas três povoações/secções de raiz, tendo por base a extração, o suporte oficial e/ou a implantação de equipamentos coletivos de saúde e recreação. Uma das Secções *Cabeço do Pião* (ou Rio, como também é conhecida) desenvolvia o tratamento final dos minérios extraídos numa outra Secção. Também detinha todo o trabalho oficial de apoio ao conjunto do complexo mineiro. A *Barroca Grande* era a secção onde se localizava a entrada principal da teia de galerias. Os minérios extraídos eram enviados para o Cabeço do Pião através dum longo Caminho Aéreo. Nesta secção também se situavam os escritórios gerais da Companhia

¹ Doutorando de Sociologia na Universidade da Beira Interior e Investigador do CICS.NOVA.

² Universidade da Beira Interior, investigador do CICS.NOVA e NECE-UBI.

e o, bastante completo, Hospital Privado para uso dos trabalhadores e seus familiares e cujos tratamentos eram integralmente suportado pela Companhia³. Por fim, na secção *Panasqueira*, encontrava-se a original galeria de extração mineira, o cinema e a habitação do administrador inglês. Todas as três secções tinham zonas residenciais para operários e quadros superiores, clubes recreativos e equipamentos desportivos.⁴

A maior parte da área territorial da concessão mineira, encontra-se localizada no concelho da Covilhã e aí se situam a Barroca Grande e a Panasqueira. A outra secção, o Cabeço do Pião, pertence ao concelho do Fundão.

A investigação que suporta a reflexão que agora se inicia, foi feita sobre os anos quarenta, cinquenta e sessenta do século passado e centrou-se na secção Cabeço do Pião. Como já referido, nesta localidade centrava-se todo o trabalho oficial de apoio ao complexo mineiro promovendo plena autossuficiência. Ora, por este motivo e pela exigência técnica das tarefas a executar, o trabalho impunha uma apurada e elevada qualificação, que obrigava a um recrutamento de mão-de-obra por todo o território nacional.

Que estratégias foram definidas e executadas pelos atores /agentes que produziram material e imaterialmente uma nova localidade com a introdução de todos os seus *apports* socioculturais de origem? Que aspirações resultavam destes contactos? Como interagiam nas malhas da ordem e do conflito? Que interações propiciavam o equilíbrio da comunidade?

População: composição e dinâmicas socio-laborais

Nos finais dos anos trinta, nos anos quarenta e cinquenta do séc. XX, a extração mineira e a cuidada organização da Companhia Inglesa, concessionária do território da exploração, alteraram procedimentos sociais regionais, criando emprego, qualificações, riqueza, assistência médico medicamentosa e aspirações sociais. Também modificaram, melhoraram ou construíram, equipamentos coletivos e infraestruturas viárias.

Pelas já referidas características de resistência metálica do volfrâmio, o seu valor nos mercados mundiais atingia patamares inimagináveis determinados pelos mais marcantes períodos bélicos de 1930/1940 (II Grande Guerra) e 1950 (Guerra da Coreia). A intensidade de exploração mineira concentrava nesta região uma população laboral a rondar os 10 000 indivíduos (Leal, 1945). Se adicionarmos os respetivos elementos familiares, temos um substancial quantitativo populacional.

Toda este mole humana movimentava e fortalecia a economia da região. O comércio, os transportes a agricultura, sobretudo sediados no Fundão, obtiveram uma pujança financeira inigualável e criaram um estatuto comercial regional que ainda hoje se mantém. O mais variado tipo de comércio e prestação de serviços vários, de carácter marcadamente individual, percorriam diariamente os bairros das três secções mineiras.

Os clubes recreativos ofereciam jornais diários, emissões radiotelefónicas e emissões televisivas, assim que estas últimas foram criadas, serviço de bar, jogos de salão, sessões de cinema e bailes comunitários. Também existiam infraestruturas desportivas para prática de hóquei em patins e ténis.

Como já referimos no ponto anterior, a nossa atenção investigacional centrou-se na secção Cabeço do Pião e, também, repetimos, era neste espaço onde se concentrava, em esmagadora maioria, a mão de obra qualificada. Essa mão de obra estendia-se pelos sectores de: serralharia; tornos mecânicos; fundição; carpintaria; soldadura; eletricidade; construção civil; desenho

³ Os serviços hospitalares estendiam-se a toda a população das povoações envolventes do *Couto Mineiro*.

⁴ Os Órgãos Sociais dos Clubes eram eleitos por todos os utilizadores da coletividade.

técnico; laboratório de análises químicas; enfermagem; serviços administrativos; lavaria/caminho aéreo. Todos estes sectores eram compostos por trabalhadores qualificados (mais aprendizes), por gestores qualificados e por supervisores semiquualificados. Na lavaria, onde se rececionava o minério transportado pelo caminho aéreo, e devido à componente quase exclusiva de esforço braçal, existiam muitos trabalhadores não qualificados.⁵ Neste sector também se triturava, seleccionava e ensacava o minério.



Cabeço do Pião (Minas da Panasqueira). Outubro 2019

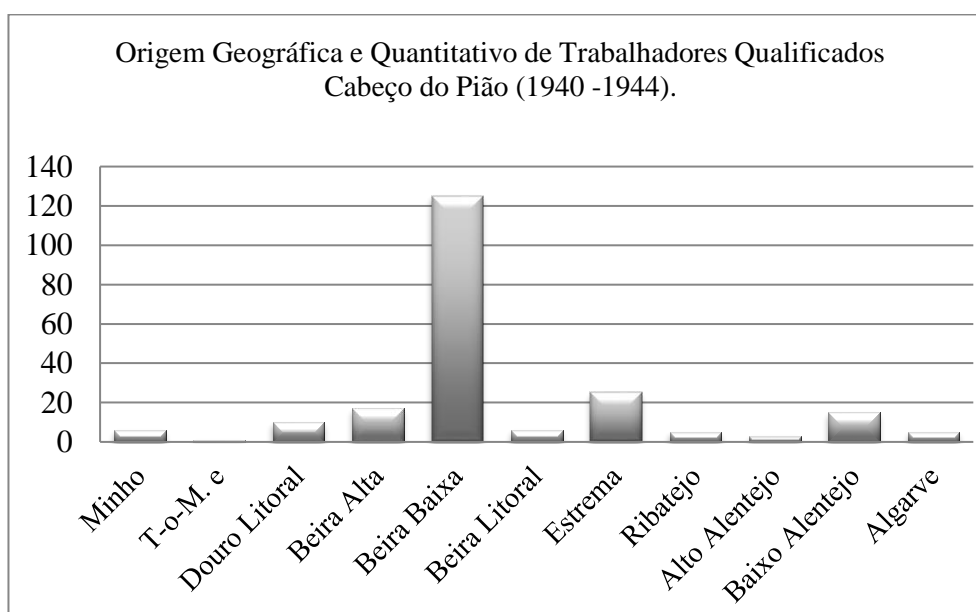
A esmagadora maioria dos trabalhadores e gestores qualificados e os supervisores semiquualificados residiam no Cabeço do Pião. Todos eles eram utilizadores dos comuns equipamentos coletivos de desporto e recreação. O quantitativo desta mão de obra qualificada, rondava os duzentos trabalhadores, podendo haver alguma flutuação em momentos de maior exigência laboral⁶. Mantendo-se estável entre o início dos anos quarenta e finais dos anos cinquenta do sec. XX. No quadro que se segue (Gráfico 1), podemos ver a origem geográfica dos trabalhadores. A esmagadora maioria é do concelho do Fundão e da Covilhã, logo seguida da região da Estremadura, mais concretamente de Lisboa⁷.

⁵ A totalidade destes trabalhadores era recrutada nas povoações vizinhas. Muitos deles encaravam este (sazonal) trabalho mineiro como complemento à sua ancestral ocupação agrícola.

⁶ A este quantitativo devemos acrescentar 22 gestores qualificados e supervisores semiquualificados.

⁷ Não esquecer que muitos destes trabalhadores agora referenciados à primeira metade de quarenta e à Beira Baixa, eram filhos de trabalhadores qualificados oriundos de outras regiões do país e que haviam sido contratados durante os anos trinta.

Gráfico 1



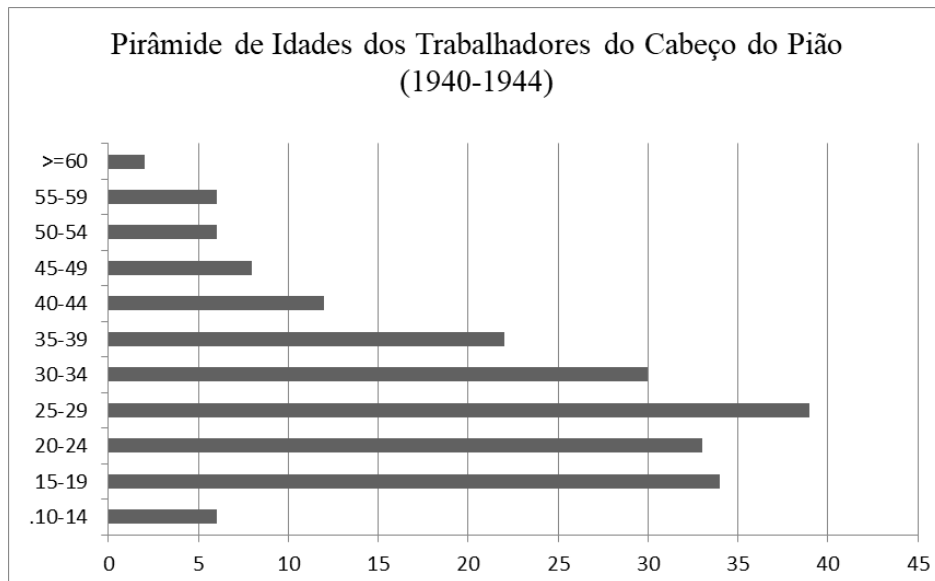
Fonte: (Espírito Santo Silva & Vaz, 2014)

Por outro lado, no Gráfico 2, podemos ver a distribuição etária e chamar a atenção para o peso numérico dos trabalhadores residentes, entre os 15 e os 29 anos e entre os 30 e os 39. No primeiro grupo chamamos a atenção para a sua expectável reprodução biológica nas duas décadas seguintes (50 e 60). Para estes dois grupos é absolutamente aceitável que as motivações e aspirações sociais estejam no seu auge. Assim lhe sejam fornecidos, terreno e equipamentos, para que nasçam e frutifiquem.

Sistematizando, estamos perante um conjunto de atores sociais, altamente qualificados, de origem geográfica diversificada, concentrados num território bem definido e isolado geograficamente, com alguma dificuldade de mobilidade pela deficiente qualidade/inexistência de rede viária e pela generalizada falta de meios próprios de transporte mas que, no entanto, tinham acesso diário aos *media* nacionais, praticavam desporto, conviviam, nos equipamentos coletivos, também diariamente, com todos os elementos da estrutura social presente⁸.

⁸ A distância entre o Cabeço do Pião e a vila ou cidade mais próxima, no caso Fundão, é de 26 Km.

Gráfico 2



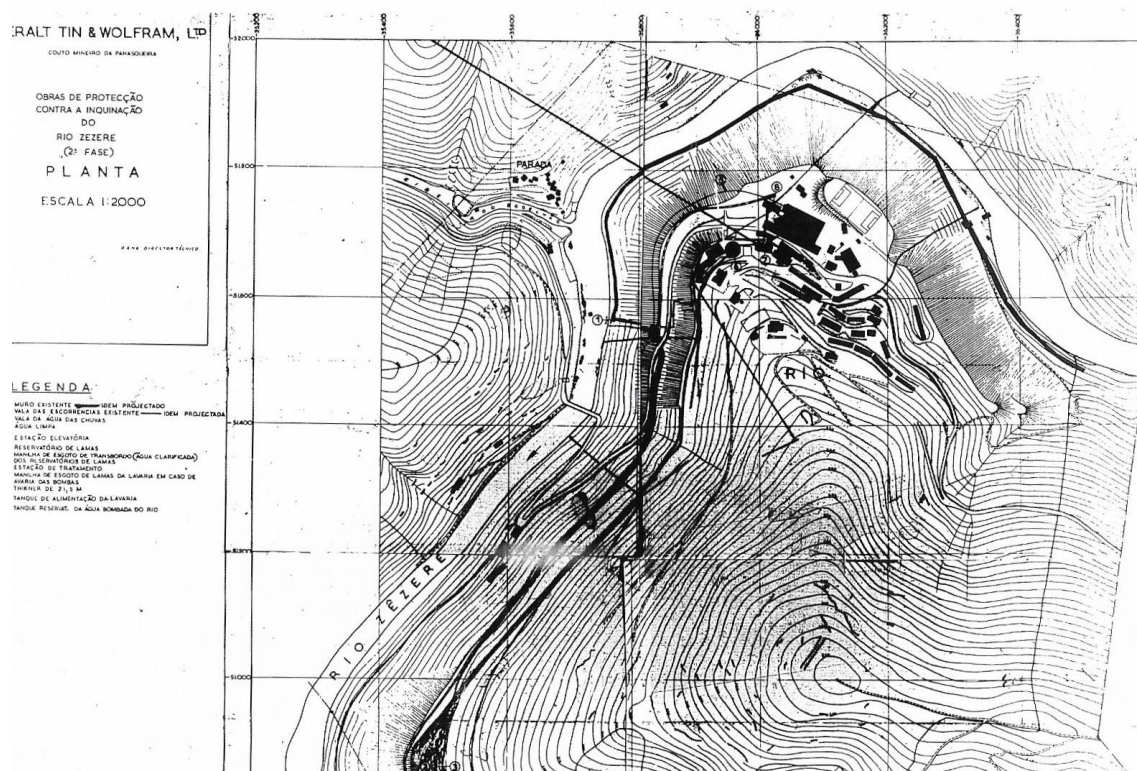
Fonte: (Espírito Santo Silva & Vaz, 2014)

Multidimensionalidade(s) na construção de lugar(es)

Como temos vindo a referir ao longo deste texto, no Cabeço do Pião (ou Rio), concentravam-se trabalhadores de diversificadas origens geográficas e, bastas vezes, com trajetos internacionais. A estrutura arquitetónica da povoação foi definida pela empresa concessionária, mas o estatuto do lugar foi sendo definido pela interação social dos seus habitantes.⁹

⁹ Planta do Cabeço do Pião/Rio datada de novembro de 1955. Localização das zonas habitacionais, desportivas, laborais e estrutura de defesa das águas do rio Zêzere.

Da suavidade, adequação à satisfação das suas necessidades e subsequente apropriação, resultou a definição de espaços públicos, recreativos, desportivos e festivos. Organização do espaço envolvente à habitação, edificação elaborada de arrecadações. Pequenas hortas foram criadas, mesmo pelos urbanitas acabados de chegar, como que promovendo uma (sem consciência) permacultura *avant la lettre*. Esta dinâmica social e organização do espaço, resultante duma miríade de origens geográficas, culturais e sociais, originaram um cerzir social que resultou numa construção de expectativas consideradas alcançáveis. Ou seja, o intervalo entre os recursos, materiais e imateriais, e as aspirações era aceitável e motivador (Maravall, 1973). Tendo-se experimentado ou ouvido falar do bom, vai-se por certo, procurar o melhor (Chombart de Lauwe, 1971). A capacidade de auto produção e a complementaridade de saberes, juntamente com a irrepreensível capacidade organizativa inglesa, alargavam horizontes como resultado de aspirações sociais e tornavam exequível a sua concretização. Fosse através de um motivador ambiente familiar, agregado a um coletivo processo socializador, ou pela antecipação socializadora, os nascimentos e as aprendizagens aqui ocorridos e desenvolvidas, produziram trajetos e destinos socioprofissionais que alteraram, substancialmente, a padronizada reprodução social de classe (Parkin, 1978).¹⁰ Por outro lado, as características geográficas do lugar, o seu isolamento físico, que não informativo como já referenciámos, produziram um multifacetado laboratório sociológico. Um lugar laboratorial (não disposto por conjeturas de investigador) onde ele facilmente, e encantatoriamente, se transforma em *drone pesquisador*. Um *drone* que se passeia, a seu belo prazer, invisível, por entre mecanismos desenvolvidos por agentes e atores sociais, nos bastidores e em cena, qual orwelliano *big brother* (Orwell, 1999). Mecanismos do quotidiano e preparadores de trajetos futuros, produzidos na família, no trabalho e nos variados espaços públicos.



¹⁰ Nos anos 50 e 60 do passado século, e para o Cabeço do Pião, a natalidade era de 1,45 filhos por trabalhador. O que denota uma postura bem refletida de planeamento familiar e em contra corrente nacional.

Efetivamente o surgimento num mesmo local e com estadia sem limite de tempo, de um conjunto significativo de indivíduos (e suas famílias) munidos de diferenciados capitais (sociais, culturais, profissionais), produziram o espaço e tocaram, indelevelmente, o território envolvente. Criaram uma comunidade resultante do contacto entre realidades até então desconhecidas e separadas entre si. Todas as categorias sociais presentes neste quotidiano mineiro obrigavam-se a interagir laboral e extra laboralmente. Trocavam saberes, valores, expectativas e, também criavam inconsistências sociais. As aspirações são apelativas, fáceis de interiorizar e facilmente alimentadas pelo contacto com as categorias socioprofissionais presentes no local de labor e residência, mas a riqueza possuída não viabiliza a sua concretização, no curto ou médio prazo. E é aqui que J M Maravall nos auxilia com a sua *Inconsistência Social* e particularmente com os conceitos *efeito demonstração* e *inconsistência de status* (Maravall, 1973). Conceitos a que já aludimos, como facilmente se constata. Apesar do contacto diário entre todos os elementos das variadas categorias sociais, a diferenciação salarial era efetiva e substancial e bem notória a disparidade das suas potencialidades. Por tudo isto, a maioria dos trabalhadores qualificados procurou equilibrar as várias dimensões estratificacionais (qualificação; rendimento; estatuto, prestígio; poder). Alguns, os mais jovens, concretizaram este desiderato outros, transferiram esse desejo para a geração seguinte. E concretizaram-no. Os filhos destes trabalhadores qualificados, nascidos até aos anos da década de sessenta do séc. XX, não se reproduziram socialmente, atingiram patamares sociais bens distantes dos grupos de pertença sofrendo processos de mobilidade social ascendente, essencialmente suportada por eficazes, duradouros e tenazes percursos qualificadores.

A realidade que temos vindo a analisar é caracterizada, a nosso ver, por quatro importantes variáveis, a saber: origem geográfica e cultural diversificada; elevada qualificação; isolamento geográfico da comunidade e acesso diário aos meios de comunicação existentes à época. A junção destas variáveis criou um *melting pot* consciente, impossível de contornar socialmente, e com repercussões, nos seus efeitos, que se estendem até aos dias de hoje.

Não foi por acaso que considerámos este espaço como sendo um bem repleto laboratório sociológico. Efetivamente esta realidade remete-nos, por agora, para ainda mais três dimensões de análise teórica, a *dádiva* de Marcel Mauss, a *transação social* de J. Remy e as *localizações de classe* de E. O. Wright. Para além da já aludida teoria da *inconsistência social* de J. M. Maravall e das *aspirações sociais* de P. H. Chombart de Lauwe.

A minuciosidade da especialização técnica presente neste espaço, permitiu a produção de bens para satisfação de necessidades secundárias aos quais, de outra forma não se poderia aceder. Fosse pela distância a mercados mais completos e desenvolvidos e/ou pela inexistência de rendimentos capaz de permitir a sua aquisição. Quando falamos destes bens, referimo-nos às áreas: desportiva, recreativa, doméstica e de aprendizagem infantil.¹¹

Não só a capacidade técnica era elevada, como era sustentada por gabinetes de planificação e desenho e pela existência dum stock infindável e irrepreensível de matérias primas presente nos Armazéns Gerais.¹² Muitos destes bens produzidos, pela sua complexidade estrutural, não o podiam ser nas arrecadações/oficinas privadas, já referenciadas, era absolutamente necessária a intervenção da maquinaria presente nas oficinas. Para além deste contributo mecânico, tornava-se imperiosa a intervenção de outros saberes e de outros técnicos, para além da autorização de supervisores e gestores dos variados sectores a cooptar. E tudo isso se fazia,

¹¹ Os conhecimentos técnicos eram de tal forma elevados, que alguns instrumentos cirúrgicos, a utilizar no hospital privado mineiro, eram produzidos nas oficinas do Cabeço do Pião. Por outro lado, quando se falava no aproximar de uma crise nos mercados do volfrâmio, delegados empresariais do exterior demandavam estas paragens procurando contratar antecipadamente os trabalhadores qualificados.

¹² Relembramos a omnipresente organização inglesa.

mesmo em horário laboral, nas instalações das oficinas, com a sua maquinaria e as suas matérias primas. Desde que se aguardasse por períodos de menor exigência de serviço e com o beneplácito das autoridades hierárquicas presentes. A operacionalização desta complementaridade e aceitação resultava da troca de saberes e do resultado final que, agradando a todos, todos teriam um bem igual ou, de outra forma, seriam servidos. Este maussiano dar-receber-retribuir, para além do fim material imediato, criava laços identificadores, laços de pertença comunitária, fortalecia a coletividade, motivava e dinamizava (Martins, 2005). Esta questão da dádiva maussiana pode ser considerada como um dar e receber e retribuir que se reproduzia diariamente como *modus operandi* comunitário de reconhecimento social e de sobrevivência e consciência de pertença do grupo (comunidade). Até pela proximidade dos espaços em presença, o dar- receber-retribuir era transversal a todas as instâncias do quotidiano laboral, residencial, associativo, desportivo e pessoal, e suportava/fortalecia/condicionava todos os comportamentos, em totalidade.

A complexidade das ligações sociais em presença, a disparidade de pertenças culturais originais da maioria dos atores, as estratégias (negociações) acionadas para equilibrar dimensões estratificacionais no imediato ou por descendência, o isolamento geográfico, poderiam ter transformado este espaço num local de conflito latente ou manifesto (autofágico). Como vimos, tal não aconteceu.¹³ Os urbanitas acabados de chegar, interagiram participativamente nas autóctones práticas culturais locais e aceitaram as regras organizacionais instituídas empresarialmente (Remy, 2016). Interiorizaram saberes locais e transmitiram técnicas e modalidades desportivas por estes espaços nunca sabidas nem praticadas. Também partilharam valores pouco condizentes com a matriz religiosa do território. Equilibradamente e com ganhos recíprocos, transacionaram-se saberes e comportamentos, criando uma espécie de terceira via socio cultural.

Obviamente que havia desigualdades salariais e desigualdade de acesso a alguns bens e serviços intramuros, mas fazia-se sentir sobretudo no exterior da comunidade mineira.

O complexo mineiro, como já avançamos noutra momento do trabalho, tinha uma estrutura socio profissional que passava pelo diretor geral (inglês) residente na secção Panasqueira; por sub-diretores de Secção nela residentes e, sobretudo no caso do Cabeço do Pião, por gestores qualificados; por supervisores semiquualificados (nestes casos, e bastas vezes, cargos desempenhados por subjetivas particularidades de capital simbólico) e por trabalhadores qualificados.

Claro que a diferenciação de rendimentos era significativa. Os detentores da propriedade dos meios de produção não estavam presentes, mas estava um seu delegado (o diretor geral inglês). A autoridade estava bem delimitada, mas por todas as razões que temos vindo a explanar, todos os atores presentes tinham uma substancial autonomia de ação resultante da reconhecida e necessária qualificação, da imperiosa reciprocidade de contributos e do isolamento geográfico. Se a estas condições anexarmos a postura organizacional inglesa, traduzida no respeito pelo estatuto etário dos trabalhadores e num sempre presente reconhecimento do valor das qualificações, temos um eficaz mecanismo de mitigação da consciência de exploração. Mitigava-se a consciência de exploração, prevenia-se a conflitualidade, fortalecia-se o identitário dar-receber-retribuir maussiano e tornavam-se inabaláveis (e justificadas) as aspirações sempre presentes de mobilidade.

Efetivamente o estudo deste emaranhado (na acessão de complexidade) de relações de produção mas, antes de mais, de relações sociais, onde intervêm (e são reconhecidos) valores

¹³ Contrariamente, em outubro de 1976 verificaram-se sérios confrontos físicos entre trabalhadores cabo-verdianos e portugueses resultando na morte de dois deles. Um de cada nacionalidade.

éticos e morais, não se compadece com clássicas análises dicotômicas nem com um unidimensional interesse de classe. Este parecer já foi apresentado por Erik Olin Wright nas palavras de E. Estanque, a propósito da realidade do séc. XXI.

Continuando com EOWright, pela pena de E. Estanque, a sua produção teórica sobre as localizações de classe, é mais uma das dimensões de análise desta “nossa” realidade mineira. Como sobejamente descrevemos, as interações sociais totais (ditadas pela estrutura socio-organizativa e pelas práticas sociais), eram tantas e tão cruzadas, que faziam lembrar uma trama têxtil, intrincada e nunca acabada, como se para tecido de Penélope fosse! A matriz geral das localizações de classe segundo o modelo de Wright, com as suas variáveis de autoridade; recursos organizacionais e qualificações é, por agora, a ferramenta mais capaz de ajudar na compreensão da ação social do lugar (Estanque, 1997). Qualquer elemento de qualquer uma das categorias socio profissionais presentes no Cabeço do Pião era explorador e explorado. Claro que os trabalhadores qualificados eram bem menos exploradores dentro da estrutura organizativa, mas detinham algum poder/autoridade (e reduziam o fosso das desigualdades) nos atos de produção não formal. E onde colocar, no modelo de localização de classe wrightiano, os trabalhadores qualificados? Imediatamente na margem da base dos *técnicos não gestores* e/ou, na mesma localização, no caso dos *supervisores qualificados*?

Uma ou outra hipótese foi concretizada por muitos destes atores quando, por diversos motivos, se viram arredados do labor no complexo mineiro. Não se viram favorecidos, por certo, na sua gradação de explorados, mas reduziram, significativamente, os níveis de desigualdade *par rapport* aos seus estádios socio profissionais de partida.¹⁴

Os capitais sociais e culturais aqui adquiridos ou robustecidos, foram condignamente compensados no exterior.

Conclusão

A investigação, da qual se extraiu o presente artigo, pretendia entender de que forma e com que finalidade, os trabalhadores qualificados do Cabeço do Pião – Minas da Panasqueira, desenvolviam as suas relações sociais no contexto laboral e extralaboral. Como respondiam às desigualdades sociais que a diferenciação salarial determinava, ao conflito/ordem social, à exploração?

Conseguiram-se algumas respostas alicerçadas no isolamento geográfico e, *par cause*, a absoluta necessidade de autossuficiência da comunidade. Na presença de trabalhadores qualificados em diversas especialidades técnicas, originários de todo o território nacional. Acesso diário aos *mass media* da época. Coexistência interclassista nos momentos de recreação e desportivos. Uma organização inglesa respeitadora e fomentadora de valores éticos e morais.

Todas estas variáveis permitiram um surgir, ou um revigorar, de aspirações sociais com credíveis níveis de concretização. Uma perceção de diferentes realidades socioeconómicas, uma subsequente consciência de inconsistência social e o intuito de a corrigir. Um consciente dar-receber-retribuir maussiano, como forma de estruturar e suportar a coletividade social, bem como o vincar da importância do saber especializado dos trabalhadores. Este dar-receber-retribuir atravessava todo o espectro da vida da povoação e permitia uma troca de saberes e ações que propiciavam o surgimento de um território síntese, resultante de respeito mútuo e entreajudas.

¹⁴ A mesma situação aconteceu a alguns, poucos, que se mantiveram nas oficinas mineiras.

Estes trabalhadores qualificados tinham consciência, e sentiam-no na pele, das desigualdades sociais em presença mas, ao mesmo tempo, eram tidos como imprescindíveis por todas as instâncias hierárquicas do complexo mineiro. Seriam, como já se escreveu, uma certa aristocracia operária, com esperança (concretizável) de poderem ascender a um nível base de supervisores qualificados ou, até, de técnicos não gestores. Quando não eles, que a sua descendência imediata o conseguisse.

E efetivamente conseguiram-no. Ainda que alguns destes trabalhadores tenham atingido, por eles, as localizações de classe referidas, foram os descendentes diretos que concretizaram as aspirações construídas no Cabeço do Pião. A quase unanimidade destes descendentes sofreram processos de mobilidade ascendente, que os levou para bem longe do grupo social de pertença. Alguns deles atingiram níveis elevados de autoridade, qualificação e, obviamente, rendimento. Ou, lembrando Mosca e Pareto, fazendo parte dos eleitos (de elite) do grupo dos dominados, foram cooptados pelo grupo dominante, revigorando este e definhando aquele!

Por outro lado, poderemos afirmar que estamos perante um *lugar intermediário* fruto de ações de transação social? Um pulsar intermediário, que anos mais tarde Jean Remy iria identificar?

É que facilmente detetamos, e apresentámos, um conjunto de procedimentos sociais que colocam a população autóctone/tradicional, na presença e interagindo em complemento e interajuda, com imigrantes (qualificados). Esta interação por certo teve um introdutório momento de desconfiança e separação mas, pelo que analisámos, rapidamente se transformou num processo partilhado em todas as instâncias do pulsar social diário. Por força, cremos, dos formativos trajetos de qualificação; de uma assinalável qualidade de vida; do isolamento geográfico; nas necessidades sociais de agrupamento comunitário e da abertura diária aos canais de informação, regionais e nacionais.

É exequível, aceitável, promissor, promover/povoar lugares intermediários em territórios onde o senso comum sentenciará, nada poder medrar!?

Referências bibliográficas

Espírito Santo, José do; Vaz, Domingos Martins (2014), «Socioespacialidades no interior profundo: o caso das Minas da Panasqueira – Beira Baixa» in Gérard Baudin; Domingos Martins Vaz (orgs.), *Transação Territorial Novas Relações Cidade-Campo*. V.N.de Famalicão: Edições Húmus.

Estanque, Elísio; Mendes, José Manuel (1997), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.

Lauwe, Paul Henry Chombart de (1971), *Pour une Sociologie des Aspirations*. Paris: Denoël/Gonthier.

Leal, Manuel Vaz (1945), *As Minas da Panasqueira-Vida e História*. Lisboa: Portugália Editora.

Maravall, José Maria (1973), «La Sociologia del Conflicto Social: una revision». in *La Sociologia de lo Possible*. Madrid: Siglo XXI.

Martins, Paulo Henrique (2005), «A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação», *Revista Critica de Ciências Sociais*, 73, 45-66.

Orwell, George (1999), *Mil Novecentos e Oitenta e Quatro*. Lisboa: Edições Antígona.

Parkin, Frank (1978), «Origens Sociales de la Estabilidad». In *Orden Politico y Desigualdad de Clase*. Madrid: Debate.

Remy, Jean (2016), *Espaços e Transações Sociais*. Ijuí: UNIJUI.

Empreendedorismo Feminino sob o Olhar da Inovação Social

Kemilly Bianca Mello,¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
kemillybm@yahoo.com.br

Etiene Siqueira Rocha,² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
etiene.so@gmail.com

Igor José Siquieri Savenhago,³ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
tatigor.sav@gmail.com

Wilson José Alves Pedro⁴ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
wjapedro@gmail.com

Resumo: Um problema enfrentado pela sociedade contemporânea é a desigualdade de gênero. Como alavanca de mudança, a atuação das mulheres como empreendedoras favorece independência financeira, promoção da inovação e geração de empregos. O Brasil estava em sétimo lugar em proporção de mulheres empreendedoras iniciais entre 49 países (SEBRAE, 2019), o que explicita um protagonismo no mundo do trabalho. Com este estudo, exploratório-descritivo, o objetivo é analisar aspectos do empreendedorismo feminino brasileiro como prática de inovação social. Parte-se de um arcabouço teórico e de dados públicos. Os resultados apontam que, apesar do crescimento do comportamento empreendedor entre as mulheres, há elementos que, requerendo esforços acadêmicos e de políticas públicas, devem ser fortalecidos, como diversificação da participação delas em diversos setores da economia e superação do patriarcalismo.

Palavras-chave: Transformação social; Equidade de gênero; Mulheres no mercado de trabalho

Introdução

Na busca por respostas aos velhos e novos desafios sociais, a inovação social (IS) aparece como estratégia para promover transformação em contexto diversos, por meio da implementação de novas ideias ou melhorias.

¹ Doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade. Mestra em Gestão das Organizações e Sistema Públicos. Graduada em Administração Pública. É Agente de Inovação do SEBRAE-SP.

² Graduada em Biblioteconomia. Mestra em Ciência da informação e doutoranda em Ciência, Tecnologia e Sociedade. É bibliotecária-documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

³ Doutorando e Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Graduado em Jornalismo. Docente em cursos de Comunicação da Universidade de Franca (Unifran).

⁴ Professor Associado ao Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. Docente dos Programas de Pós-graduação: Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS), Gestão das Organizações e Sistema Públicos (PPGGOSP) e Gerontologia (PPGERO).

Entre os múltiplos problemas sociais existentes, este estudo aborda a questão da desigualdade de gênero. Quando se olha para o mercado de trabalho, a presença da mulher como empreendedora pode apontar caminhos para o empoderamento, ofertando possibilidades de independência financeira, de promoção da inovação, de geração de empregos e consequente desenvolvimento local e nacional, bem como da ruptura de barreiras que perpetuam as desigualdades sociais e impedem a equidade de gênero.

Isso porque as mudanças estruturais, sociais, educacionais, econômicas e políticas que surgiram a partir dos esforços realizados pelo movimento de mulheres e feminista nas últimas décadas expuseram, como ilegítimas, as assimetrias artificiais entre os gêneros. Também fecundaram o terreno para o crescimento de um equilíbrio sustentado na justiça e nos direitos humanos em todas as esferas da sociedade (Alves *et al.*, 2017).

Na esteira da reflexão crítica necessária para consolidar a expansão feminina, busca-se debater arquétipos sexistas, classistas e racistas mantidos na sociedade brasileira, compreender as estruturas e o contexto do país no que tange ao problema social das desigualdades de gênero e observar contestações à materialização das formas de participação das mulheres no mercado de trabalho (Abreu *et al.*, 2016).

Metodologia

A análise, que posiciona o empreendedorismo feminino como prática de inovação social, é feita por uma óptica exploratório-descritiva. Exploratório porque busca difundir o tema e torná-lo mais explícito, visando ao aprimoramento de ideias e conhecimentos sobre eles e possibilitando a construção de hipóteses (Gil, 2010). E descritiva porque descreve um fenômeno (Gil, 2010), neste caso a situação do empreendedorismo feminino no Brasil.

Para o desenvolvimento deste estudo, foi feita uma revisão de literatura sobre empreendedorismo, empreendedorismo feminino, inovação social e gênero, a partir dos quais foram avaliados dados de relatórios de cunho público, coletados junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), ao Global Entrepreneurship Monitor (GEM), além de publicações divulgadas por projetos que se dedicam ao empreendedorismo feminino no Brasil, como a Rede Mulher Empreendedora (RME) e o Women Entrepreneurship (WE).

Inovação social e empreendedorismo

Perante os diversos problemas sociais, novas soluções vêm sendo estabelecidas por meio do empreendedorismo e da inovação social. E por ser uma temática atualmente em evidência, os conceitos relacionados a ambas as palavras por vezes se confundem, sendo necessária uma breve diferenciação.

Por empreendedorismo, Baggio e Baggio (2014) entendem como um conjunto de práticas que possam gerar riqueza e melhorias na sociedade, e isso se faz a partir de um comportamento proativo frente aos desafios. Já Barreto (1998: 190) o conceitua como “habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”.

Para Schumpeter (1985), é um processo de destruição criativa, em que novas práticas surgem e substituem as antigas – as que são destruídas. Desse processo, ocorre a inovação.

Para Vale *et al.* (2014), o empreendedorismo pode ser classificado por Necessidade ou por Oportunidade. Enquanto, no primeiro, é criado um negócio pela inexistência de alternativas, o segundo se dá pela descoberta de um negócio lucrativo, independentemente do tipo. Atualmente, o aspecto motivacional para empreender está no contexto da moderna economia de mercado, que fomenta independência individual ou maior autonomia.

A perspectiva da inovação está muito atrelada ao empreendedorismo quando se percebe que o empreendedor inova ao criar um produto ou serviço, ou quando propõe métodos novos ou melhorados (Schumpeter; Drucker, 1985). De acordo com Drucker (1985), a inovação é o instrumento do empreendedor, já que possibilita a transformação, em potencial de riqueza, de algo já existente em um recurso.

Por inovação, o Manual de Oslo, que foi elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e traduzido pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), define como:

A implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas. (OCDE, 2005: 55).

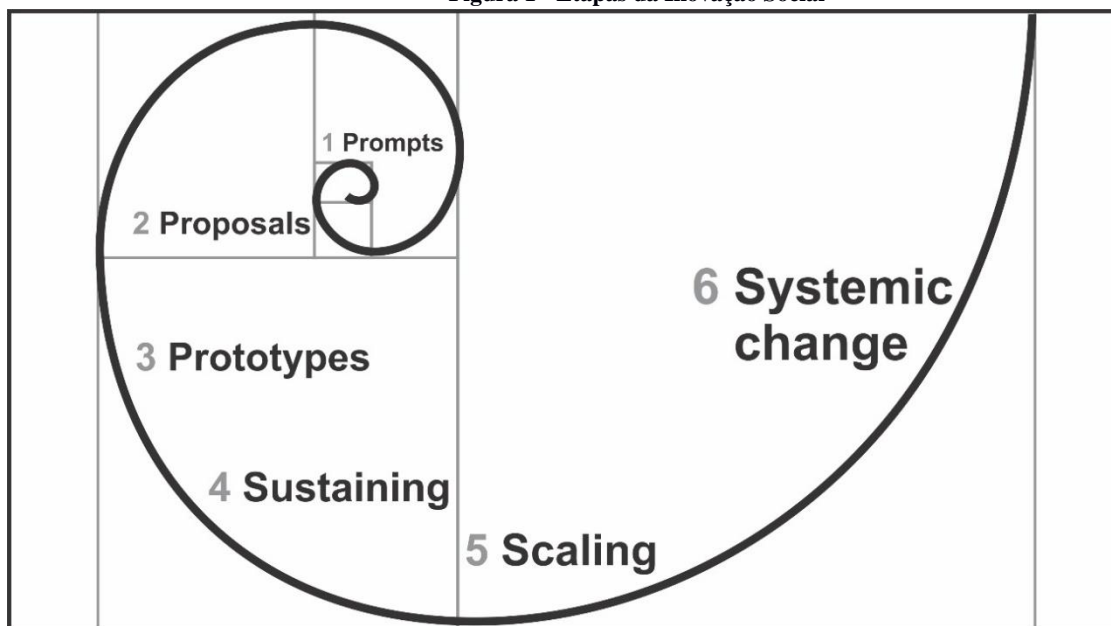
Em linhas gerais, a inovação está ligada ao processo de elaboração de uma novidade – não necessariamente uma invenção – ou à modificação de algo existente. Agrega um aspecto mais econômico e/ou tecnológico, e é nesse sentido que se diferencia da inovação social.

O conceito de inovação social apresenta uma diversidade de definições, mas tem como cerne a transformação social por meio de práticas que supram necessidades sociais (Mulgan, 2006; Moulaert *et al.*, 2013). A IS pode se manifestar por meio de ideias, ações, sistemas, formas de organizações, serviços, produtos, atividades, entre outros (Murray *et al.*, 2010; The Economist Intelligence Unit, 2016). E, além do resultado final, é importante compreender seu processo, para que sua implementação se torne mais eficaz.

Murray *et al.* (2010) elenca seis etapas do processo de inovação social (Figura 1):

- 1) Prompts (incentivos): identifica os problemas/causas sociais;
- 2) Proposals (propostas): propõe ideias;
- 3) Prototypes (protótipos): realiza testes e pilotos;
- 4) Sustaining (sustentação): pratica-se a ideia;
- 5) Saling (dimensionamento): difunde a inovação;
- 6) Systemic change (mudança sistêmica): introduz a inovação em diferentes elementos e setores.

Figura 1 - Etapas da Inovação Social



Fonte: Murray *et al.* (2010)

As etapas apresentadas acima decorrem de um modelo espiral que designa que o processo de IS não é linear, mas contínuo, em construção e apto a mudanças.

A inovação social se relaciona com o empreendedorismo quando este é bem-sucedido e tem fins sociais, sendo considerado como empreendedorismo social. Esse tipo de empreendedorismo busca desenvolver novas ideias diferenciadas que solucionem os problemas da sociedade, visando um fim não apenas econômico, mas também social. (Portugal Inovação Social, 2019).

Enquanto o empreendedorismo, portanto, visa desenvolver e implementar uma ideia, a inovação social só existirá quando essa prática empreendedora tiver êxito, com a principal diferença se encontrando no resultado, pois um empreendedorismo só será uma IS quando a resolução do problema social for inovadora. Dessa forma, empreender não é sinônimo de inovar.

Pode-se, então, com base nessas explicações, resolver demandas sociais ou não, sem que, necessariamente, se apresentem soluções diferenciadas – neste caso, porém, se enquadraria, apenas, como um empreendedorismo ou um empreendedorismo social. Por isso, pensar no empreendedorismo feminino como prática de inovação social é pertinente, tendo em vista todo um arsenal de mudanças sociais que ele é capaz de gerar.

O contexto brasileiro das desigualdades de gênero

Atentando-se para as assimetrias artificiais de gênero no cenário brasileiro, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do IBGE, em 2016, demonstram que 69,7% das mulheres entre 18 a 29 anos tinham, no mínimo, 12 anos de estudo, contra 58,5% dos homens nessa faixa etária. Dois anos depois, 72,1% dessas jovens mulheres somavam mais de 12 anos de estudo, ao passo que 60,7% dos jovens homens estavam nessa condição.

O Censo da Educação Superior apura, anualmente, entrada e permanência de estudantes nos cursos universitários do país. Em 2018, um relatório elaborado a partir deste censo apontou que 71,3% das matrículas em cursos de graduação presenciais foram realizadas por mulheres e 28,7% por homens (Ministério da Educação, 2019).

Contudo, as mulheres pretas com mais de 25 anos e com ensino superior completo representavam, em 2012, 7,8% do total de mulheres com diploma do ensino superior. Em 2016, elas eram 10,6%. Em 2018, a maior parte das mulheres com ensino fundamental se concentrava em “serviços domésticos”, sendo que aquelas com ensino médio completo se dedicavam, principalmente, a atividades de comércio. Já os homens que não haviam concluído o ensino médio se aglomeravam no setor alimentício e na construção civil, enquanto os que haviam concluído se dedicavam, sobretudo, ao setor industrial (IBGE, 2019).

Nesse cenário, a força de trabalho feminina no Brasil, em 2012, representava 42,3% do total, sendo 43,8% em 2018. Já a dos homens apresentava maior percentual: 49,6% em 2012 e 56,2% em 2018. Corroborando esses dados, a taxa de desocupação de mulheres no primeiro trimestre de 2019 foi de 14,9%. A dos homens, no mesmo período, 10,9%. No âmbito do trabalho informal, em 2018, 40,8% dos homens se mantinham em empregos sem carteira assinada (bicos), e 33,5% das mulheres em negócios próprios sem contribuição. Entre as jovens de 15 a 29 anos que não trabalhavam, 64,1% indicaram, como motivo, o cuidado com filhos, parentes e atividades domésticas (IBGE, 2019).

No que se refere ao rendimento mensal, em 2012, a média de salário masculino era de R\$ 1.560 e a das mulheres, R\$ 1.143. Já em 2019, o rendimento médio dos homens era de R\$ 2.454 e o das mulheres, 1.923 (IBGE, 2019).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou, em 2011, um livreto chamado “Retrato das desigualdades de gênero e raça”, pelo qual informa que o número de brasileiras chefes de família, entre 1995 e 2009, cresceu mais de 10 pontos percentuais. Em 1995, elas representavam 22,9% do total; em 2009, 35,2%. Isso significa dizer que, a partir de 2009, mais de 21,7 milhões de famílias no Brasil eram chefiadas por mulheres.

Em 1995, 68,8% dessas mulheres chefiavam famílias monoparentais (mulher com filhos/as) e 2,8% sustentavam casas compostas por casais, com ou sem filhos/as. Em 2009, o número das que chefiavam lares com casais saltou para 26,1%, enquanto as de famílias monoparentais caiu para 49,4%. Percebe-se, então, um aumento significativo em um dos tipos, o que sugere novos tipos de padrões de comportamento nas famílias e uma possível ampliação da autonomia feminina.

Esses dados se alinham com a perspectiva defendida neste estudo, já que se considera o potencial do empreendedorismo feminino como prática de inovação social, o que se configura como uma importante alavanca para o desenvolvimento das mulheres aliado à ruptura das barreiras sociais e econômicas impostas a elas no Brasil.

Ainda a partir dessas informações, é possível perceber as desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho (Miguel e Biroli, 2014). O maior tempo de estudo das mulheres, por exemplo, conforme supracitado, não corresponde a melhores posições, nem sequer equiparadas, em relação aos homens, pois, historicamente, se reforçou, no mundo do trabalho, uma classificação para o “trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher” (Biroli, 2018: s. p.).

Segundo Abreu *et al.* (2016), as mulheres ocupam posições precárias de trabalho e, mesmo aquelas com maior escolaridade, não superam a discrepância salarial por vários motivos, como a preferência por homens para cargos mais cobiçados, devido à baixa sensibilidade do mercado para as especificidades do curso da vida feminina. Por exemplo: não obstante as mulheres serem maioria nas cadeiras universitárias do país, tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino, os homens são maioria na docência em ambos espaços (Ministério da Educação, 2019).

A fim de pensar o contexto brasileiro, Flávia Biroli (2018) afirma que as estruturas patriarcais, que alicerçam a sociedade nacional, implicam em padrões limitadores para as mulheres e permitem aos homens controle dos corpos, energia e força de trabalho femininos, o que resulta, concretamente, em múltiplas responsabilidades adicionais para elas, como o cuidado das crianças e idosos, que cerceiam uma participação mais efetiva na esfera pública. Para a pesquisadora, se faz necessária, assim, a compreensão de que a divisão sexual do trabalho foi estabelecida e resulta em um problema para a sociedade, pois “ela é organizadora do acesso a recursos fundamentais para a autonomia e a participação em diferentes dimensões da vida pública” (Biroli, 2018: s.p.).

Nessa linha de pensamento, Tatau Godinho (2004) pontua como as políticas para educação e de cuidado infantil no país são observadas de forma exclusiva a partir dos direitos da criança, muitas vezes desconsiderando as necessidades das mulheres, o que se contrapõe, por exemplo, à compreensão de que a criação de vagas em creches e escolas têm relação direta com o fortalecimento da presença feminina no mercado de trabalho, a expansão da cidadania e, conseqüentemente, da democracia.

Helena Hirata (2004) pondera sobre outra questão acerca da complexidade da divisão sexual desigual do trabalho doméstico e familiar. Indica que, para as mulheres, a demonstração de afeto passa por uma relação de serviço, ou seja, no ambiente doméstico, elas, voluntariamente, estão a serviço de seus maridos e filhos por afeto. Isso auxilia, na visão da autora, a explicar a reprodução, mesmo por mulheres com “consciência de gênero”, dessa relação assimétrica, que traduz a supremacia do masculino.

Considerando o exposto, observar a inserção das mulheres no mercado de trabalho se faz necessário, assim como a ascensão feminina a cargos de poder, que, além de estar circunscrita a determinados grupos, onera outras mulheres para tanto. Neste sentido, Alessandra Benedito (2010) explica que o trabalho doméstico assalariado e o de limpeza em estabelecimentos são realizados, principalmente, por mulheres negras, que continuam “exercendo as mesmas funções do período da escravidão” (Benedito, 2010: 534).

Biroli (2018: s.p.) afirma que “o fato dela [a divisão sexual do trabalho] não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racionalizada e atende a uma dinâmica de classe”. Em detrimento de tempo livre, pleno exercício da cidadania e independência financeira das mulheres, essa divisão justifica a subordinação entre homens e mulheres e também, especificamente, entre mulheres.

Para Heleieth Saffioti (2004), a atuação das mulheres em sociedade deveria ser contextualizada no tempo e no espaço, pois gênero comporta diversidade de raça/etnia e de classes sociais, sendo o sujeito multifacetado, embora não-fragmentado. No entanto, a luta pela igualdade integral obscurece as diferenças, padronizando os sujeitos coletivos e amputando, sobretudo, a dinâmica do sujeito social.

A partir disso, permite-se dizer, em linhas gerais, que a divisão sexual do trabalho contribui para a criação e manutenção de hierarquias de gênero na sociedade, impactando as mulheres de formas diferentes conforme classe e raça.

Diante das questões apresentadas, e observando tais diferenças, Biroli (2018) defende que a inserção feminina no mercado, apesar das condições de emprego e renda insatisfatórias que elas (ainda) enfrentam, contribui para romper com o isolamento do âmbito privado e com o trabalho doméstico não remunerado, sendo considerada um avanço.

Inovação social e empreendedorismo de mulheres: práticas para a redução das desigualdades de gênero

Conforme se percebe, com base nesses autores, a marginalização das mulheres é um aspecto construído sócio-historicamente, que se estende para diversos setores da sociedade contemporânea, como o mercado de trabalho. Para lidar com os desafios sociais que as envolvem, há a necessidade de soluções inovadoras, que estejam circunscritas a questões relacionadas a desigualdade, educação, empoderamento e inclusão.

Visando à implementação dessas soluções, o empreendedorismo feminino busca fortalecimento. Neste sentido, relatório publicado pelo SEBRAE, em março de 2019, em parceria com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBPQ) e a Universidade Federal do Paraná (UFPR), com base em diversos levantamentos feitos nos dois anos anteriores, entre eles o Global Entrepreneurship Monitor (GEM), de 2018, apontou que:

- Entre 49 países pesquisados, o Brasil era, também em 2018, o sétimo na proporção de mulheres empreendedoras iniciais⁵ em relação aos homens nessa condição. O índice, de 0,9, coloca o país à frente de Estados Unidos (17^a posição), França (18^a), Japão (29^a), Rússia (37^a), Alemanha (40^a) e Reino Unido (42^a).
- No entanto, a transformação de empreendedores iniciais em donos de negócio⁶, em 2018, era menor para mulheres. De cada dez homens empreendedores iniciais, 6,5 se

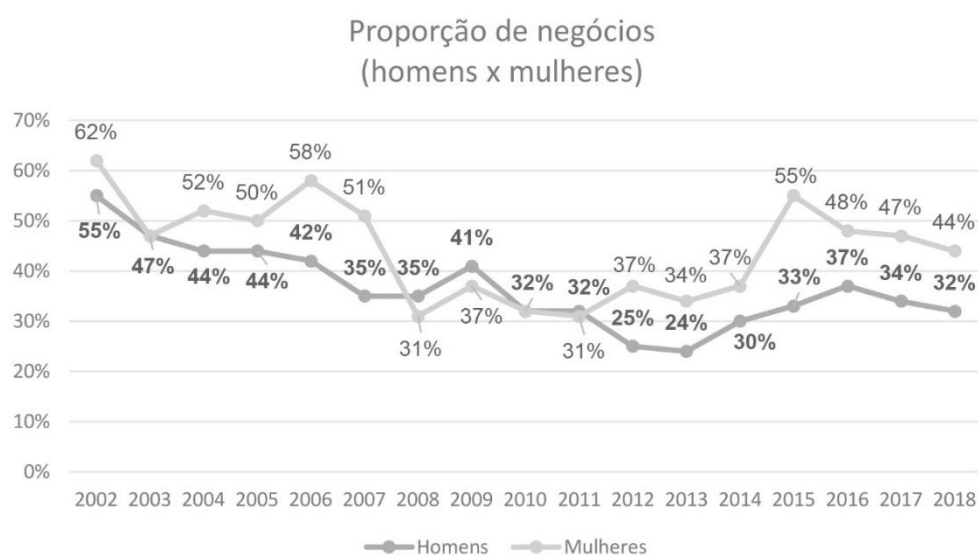
⁵ São considerados empreendedores iniciais aqueles que comandam empresas com menos de 42 meses de existência.

⁶ Quando a empresa ultrapassa os 42 meses de existência.

tornavam donos de negócio, enquanto que, para as mulheres, a taxa de conversão era de 3,9. O número de mulheres donas de negócio no Brasil era de 34%, enquanto os homens respondiam por 66%, ou seja, para cada mulher dona de negócio no país, existem dois homens.

- As mulheres empreendiam mais por Necessidade do que por Oportunidade. Segundo o relatório, 44% das mulheres brasileiras, em 2018, tocavam negócios porque não viram outra opção, enquanto, para homens, o índice era de 32%. Em épocas anteriores, os percentuais entre mulheres e homens chegaram a empatar, como em 2003 (em 47%) e em 2010 (em 32%), ou as mulheres viraram o jogo, como em 2009 (41% de homens para 37% de mulheres) e 2011 (32% de homens para 31% de mulheres). A partir de então, houve um novo crescimento entre as mulheres até 2015, quando atingiram 55% contra 33% dos homens – o maior distanciamento da série, que teve início em 2002. De 2015 a 2018, verificou-se nova redução, conforme pode ser conferido no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Empreendedorismo por Necessidade no Brasil



Fonte: GEM, 2018, *apud* SEBRAE, 2019

- Quando a comparação é somente entre empreendedores por Oportunidade em estágio inicial, os homens levam vantagem novamente. Em 2017, o percentual de empreendedores masculinos nessa condição era de 67,7%, contra 55,6% entre as mulheres. Em anos anteriores, como em 2013, o índice de homens e mulheres chegou, também, a empatar, em 53,4%. De 2008 a 2011, conforme pode-se observar no gráfico a seguir, elas chegaram a estar na frente, mas, em todos os outros anos da série histórica, que começou em 2002, foram os homens que dominaram.

Gráfico 2 - Empreendedorismo por Oportunidade em estágio inicial no Brasil



Fonte: GEM, 2018, *apud* SEBRAE, 2019

- A idade das donas de negócio era menor em relação aos homens. Em 2018, elas tinham, em média, 43,8 anos, contra 45,3 dos homens. Já a escolaridade era mais alta. Enquanto elas tinham, em média, 9,9 anos de estudo em 2018, eles haviam estudado 8,5 anos. O salário, no entanto, não acompanhava a escolaridade. As mulheres donas de negócio faturavam cerca de 22% menos que os homens – média de R\$ 1.831 mensais contra R\$ 2.344 entre eles.
- As mulheres donas de negócio eram, também, cada vez mais, as chefes de seus domicílios. Em 2018, o índice de mulheres empreendedoras e que também comandavam o lar era de 45%, contra 38% em 2015. A casa era, ainda, o local de trabalho de ¼ das mulheres donas de negócio, enquanto entre os homens o índice ficava em 6%. Por dividir as atenções com os filhos ou os cuidados domésticos, as mulheres se dedicavam menos a seus negócios. De acordo com o relatório, uma média de 30,8 horas semanais, contra 37,5 dos homens.
- O nível de informatização entre as mulheres ainda era um pouco menor em relação aos homens – 73% tinham celular contra 76% dos homens, 67% tinham computador contra 73% dos homens, e 10% tinham tablet contra 12% dos homens. E o uso da tecnologia nos negócios também era menor: 50% das mulheres ainda faziam o controle financeiro no caderno contra 40% dos homens.
- Apesar da inadimplência entre as mulheres ser menor – 3,7% contra 4,2 entre os homens –, elas pagavam mais juros – média de 34,6% ao ano contra 31,1% dos homens.
- As mulheres representavam quase a metade dos microempreendedores individuais do país (MEIs) – 47,6%. As atividades, no entanto, ainda se concentravam em três nichos principais: beleza, moda e alimentação, com expansão limitada para outros setores.

Para estimular a participação das mulheres no empreendedorismo, as políticas públicas precisam estar articuladas com a iniciativa privada e com o terceiro setor. Nesse sentido, o Brasil viu nascer, recentemente, mesmo sem a presença do Estado, projetos como a Rede Mulher Empreendedora (RME) e o Women Entrepreneurship (WE). Ambos atuam na busca

do empoderamento feminino, da equidade de gênero e da ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho.

A RME foi idealizada em 2010 por Ana Lúcia Fontes, por meio de um blog para compartilhamento de informações e dúvidas sobre empreendedorismo feminino. Ela notou que, apesar de existirem muitos questionamentos sobre o tema, não havia um canal específico para isso. Além de ser pioneira na busca por suprir essa demanda, a RME se autodenomina a maior plataforma de apoio à mulher empreendedora no Brasil (Rede Mulher Empreendedora, 2019).

Um de seus objetivos é o empoderamento de empreendedoras de forma econômica, visando garantir a independência financeira e de decisão das mulheres. Os serviços oferecidos envolvem parcerias de divulgação, mantenedores, patrocínio de eventos, ativação da marca, propaganda, *community manager*, elaboração de programas de capacitação, consultoria de diversidade, eventos, curadoria de conteúdo e projetos (Rede Mulher Empreendedora, 2019).

Em 2017, para além do empreendedorismo e visando capacitar mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a RME criou o Instituto Rede Mulher Empreendedora (IRME), uma Organização da Sociedade Civil que promove cursos, mentorias, capacitações e palestras. Uma das iniciativas do instituto é o “Ela Pode”, programa que conta com o apoio do Google e tem, como meta, capacitar gratuitamente 135 mil mulheres em todo o território brasileiro. Isso, de acordo com a RME, permite uma valorização e o acesso de mulheres a oportunidades não só no meio do empreendedorismo como em outros setores do mercado de trabalho (Rede Mulher Empreendedora; Ela Pode, 2019; Instituto Rede Mulher Empreendedora, 2019a).

A RME, defendendo que o empoderamento financeiro feminino propicia mudança na realidade das famílias e da sociedade, investe em suas comunidades projetando um desenvolvimento contínuo e acreditando no poder colaborativo para um mundo melhor (Rede Mulher Empreendedora, 2019).

Em 2019, a organização também promoveu um levantamento para entender o perfil das mulheres empreendedoras no Brasil (Instituto Rede Mulher Empreendedora, 2019b). Entre principais as conclusões da pesquisa, feita entre 12 e 25 de agosto, com 2554 entrevistados – a maioria, 1930, de mulheres – estão:

- O empreendedorismo é um importante instrumento de transformação, econômica, social, profissional e pessoal para as mulheres.
- Mulheres geram empregos e oportunidades para outras mulheres, fomentando redes de crescimento, aprendizado e apoio: 60% dos negócios comandados por elas não têm funcionários, mas, quando têm, em 29% a maioria dos contratados é de mulheres e, em outros 29%, apenas mulheres são aceitas.
- O sucesso empreendedor de uma mulher pode representar o sustento de muitas famílias. Já quando o assunto são as famílias das próprias empreendedoras, 59% são casadas e 52% têm filhos. Ter flexibilidade de horário e mais tempo para se dedicar à casa são os principais motivos citados por elas para empreender, enquanto, para os homens, são vocação natural e ter uma renda extra. Mulheres empreendedoras investem 24% mais tempo na família que homens nessa condição. Conciliar trabalho com tarefas da casa é visto por elas como o principal desafio do negócio, enquanto, para os homens, é o acesso a recursos financeiros.
- Para as mulheres, empreender ainda é uma atividade solitária, cheias de desafios e inseguranças. Capacitações técnicas e comportamentais ajudam a superar esses obstáculos. Quando elas formalizam a empresa, 57% são MEIs. Ainda de acordo com a pesquisa, 73% das mulheres empreendedoras tomam decisões sozinhas, contra 44%

dos homens. Apenas 28% delas se sentem seguras com a gestão financeira, contra 50% dos homens.

- Cerca de 34% das mulheres se sentem capazes de planejar, contra 50% dos homens. E 49% começam um empreendimento sem planejamento, contra 44% de homens. Quando perguntadas se misturam o dinheiro da casa com o da empresa, 41% das mulheres responderam afirmativamente, contra 28% dos homens. Questionadas se já foram atrás de algum empréstimo para alavancar os negócios, 63% responderam que nunca. E, quando conseguem, em 67% dos casos os recursos são apenas para capital de giro ou pagamento de despesas não planejadas.
- Este levantamento confirma que as mulheres empreendedoras estudaram mais – 69% delas têm graduação ou pós-graduação contra 44% dos homens –, mas a renda é menor: 50% delas ganham acima de R\$ 2.500 mensais, enquanto, para os homens, esse índice é de 70%.

Já o Projeto WE foi lançado em dezembro de 2019, pelo SEBRAE e pela Microsoft Participações, tendo, também, como foco o empreendedorismo feminino. Sua principal proposta é investir na capacitação de mulheres para promover uma mudança cultural, social e econômica no Brasil. O projeto atua como um fundo que irá destinar recursos financeiros no desenvolvimento de “iniciativas disruptivas, de base tecnológica, que tenham, pelo menos, uma mulher como sócia do empreendimento” (Women Entrepreneurship, 2019).

O apoio será para startups em diferentes níveis de maturidade, inclusive as que se encontram em alto risco de mortalidade e com pouco capital. Pretende-se, com isso, não apenas a expansão do negócio, mas um crescimento no ecossistema de startups do país de forma mais igualitária (Women Entrepreneurship, 2019). Segundo a Associação Brasileira de Startups (ABS Startups), que, em 2018, divulgou a “Radiografia do Ecossistema Brasileiro de Startups”, feito no ano anterior em parceria com a Accenture, empresa que capacita pessoas para o mercado de trabalho ou empreendedorismo na economia digital, apenas 3,02% das startups do país são formadas, exclusivamente, por mulheres. E as que têm maioria feminina representam uma fatia pequena do mercado, de 7,19% (ABS Startups, 2018).

No Projeto WE, a capacitação abrange cursos e mentorias com especialistas multidisciplinares sobre diversos conteúdos, como marketing, administração e finanças, preparando as mulheres para modelagem e estruturação de negócios inovadores e competitivos (Women Entrepreneurship, 2019). Até o fechamento deste paper, o WE encontrava-se em fase de inscrição, portanto ainda sem dados e resultados sólidos sobre os efeitos de sua atuação.

Acerca do empreendedorismo feminino na ciência e tecnologia, Yu Meng (2016) explana sobre o impacto do viés sexista da estrutura científica, ao indicar que, apesar de as cientistas empreendedoras possuírem boas redes de colaboração na academia e em agências governamentais, o gênero influencia, diretamente, na atuação delas na pesquisa e nos processos de patenteamento. O autor aponta, ainda, que há redes de colaboração com indústrias e apoios institucionais com recursos profissionais e financeiros mais acessíveis aos homens. Para as mulheres, se não são escassos, estão disponíveis em canais extremamente restritos.

Kemilly Mello e Wilson Pedro (2019) observaram o envolvimento significativo de mulheres no desenvolvimento de patentes, descrevendo aumento da participação feminina como resultado do debate sobre as assimetrias de gênero na área de ciência e tecnologia nos últimos anos. Todavia, os autores relataram, também, que as cientistas atuam, principalmente, como integrantes de equipes lideradas por homens.

Considerações finais

A partir da compreensão do contexto brasileiro, permeado pelas assimetrias de gênero nos âmbitos social, econômico, educacional e político, buscou-se lançar luz para o crescente movimento das mulheres empreendedoras no Brasil. O estudo possibilitou observar o empreendedorismo a partir da compreensão do papel da inovação social na transformação da sociedade e na superação das desigualdades de gênero.

Dados coletados em plataformas públicas permitiram identificar que ainda existe um distanciamento entre as oportunidades oferecidas às mulheres no mercado de trabalho em comparação com os homens. Com uma configuração dos papéis sociais que confere a eles predominância nas decisões sobre a atuação feminina na economia e até sobre seus corpos e comportamentos, as mulheres ainda enfrentam salários menores e assumem posições tidas como mais precárias.

Para atacar esses paradigmas, rompendo com condições sócio-históricas que favoreceram a emergência e a consolidação do patriarcalismo, o empreendedorismo feminino está na rota do empoderamento, tanto financeiro como no sentido de promover rearranjos sociais em que as mulheres possam dividir, em diversos setores da vida, como o mercado de trabalho, espaços de forma equânime com os homens, fazendo jus, por exemplo, à dedicação maior delas aos estudos.

Apesar de empecilhos, como conciliar os negócios com tarefas domésticas e o cuidado de filhos e de idosos da família, maior insegurança no planejamento e menor tempo destinado às empresas em relação aos homens, além de maior pagamento de juros sobre empréstimos, entre outros fatores, as mulheres têm ampliado sua participação no meio empreendedor. Esse cenário exerce uma relevante função social ao promover questionamentos à ordem tradicional do trabalho, em que as regras, ditadas por arquétipos masculinos, buscam delegar, às mulheres, de forma prioritária, os lugares de dona de casa, mãe e esposa.

Neste sentido, mais do que representar esforços na criação e manutenção de empreendimentos inovadores, a própria inserção e o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, por romperem com essa lógica e, também, por se enquadrarem nas etapas do processo de inovação social de Murray *et al.* (2010), já podem ser vistos como práticas de inovação social.

Para que esse progresso persista, porém, faz-se necessário não só manter essa tendência de ampliação da presença feminina, mas fomentar, por meio de políticas públicas e parcerias entre governos, iniciativa privada e terceiro setor, baseadas na pesquisa científica, uma diversificação dessa participação na própria ciência e para além de setores de nichos historicamente demarcados como femininos.

Referências bibliográficas

Abreu, Alice Rangel de Paiva; Oliveira, Maria Coleta; Vieira, Joice Melo; Marcondes, Gláucia dos Santos (2016), “Presença feminina em ciência e tecnologia no Brasil”, *in*: Abreu, Alice Rangel de Paiva; Hirata, Helena; Lombardi, Maria Rosa, *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo. (E-book).

ABS Startups – Associação Brasileira de Startups. “Radiografia do Sistema Brasileiro de Startups: o momento da startup brasileira e o futuro do sistema de inovação”. Consultado a 09.01.2020, em <https://abstartups.com.br/PDF/radiografia-startups-brasileiras.pdf>.

Alves, J. E. D. *et al.* (2017), “Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil”, *in*: Blay, Eva; Avelar, Lucia, *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile*. São Paulo: EdUSP. (E-book).

Baggio, Adelar Francisco; Baggio, Daniel Knebel (2015), “Empreendedorismo: Conceitos e definições”, *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, Passo Fundo, 1 (1), 25-38, jan.

Barreto, Luiz Pondé (1998), “Educação para o empreendedorismo”, *Educação Brasileira*, 20 (41), 189-197.

Benedito, Alessandra (2010), “A condição da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro - uma síntese do processo de exclusão continuada”, *in*: Bertolin, Patricia Tuma M.; Andreucci, Ana Cláudia Pompeu, *Mulher, sociedade e direitos humanos*. São Paulo: Rideel. 531-546.

Biroli, Flávia (2018), *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo. (E-book).

Drucker, Peter (1985), *Innovation and entrepreneurship*. New York: Harper Collins, 1985. [v.1.].

Ela Pode (2019). “O Programa”. Página consultada a 09.11.2019, em <https://elapode.com.br/>.

GIL, Antonio Carlos (2010), *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas. [5ª ed.].

Godinho, Tatau (2004), “Construir a igualdade combatendo a discriminação”, *in*: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lucia (org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 55-64.

Hirata, Helena (2004), “Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”?” *in*: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lucia (org.), *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 43-54.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua: Séries Históricas”. Consultada a 13.12.2019, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011), *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Brasília: Ipea. [4ª ed.].

Instituto Rede Mulher Empreendedora (2019a). Página consultada a 09.11.2019, em <https://rme.net.br/>

Instituto Rede Mulher Empreendedora (2019b), “Empreendedorismo no Brasil: um recorte de gênero”. Consultado a 04.01.2020, disponível em <https://materiais.redemulherempreendedora.com.br/empreendedorismo-no-brasil-um-recorte-de-genero>.

Mello, Kemilly Bianca; Pedro, Wilson José Alves (2019), “Gênero, ciência e tecnologia: as mulheres inventoras na Universidade Federal de São Carlos”, *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, 15 (36), 134-150.

Meng, Yu (2016), “Collaboration patterns and patenting: exploring gender distinctions”, *Research Policy*, 45, 56-67.

Miguel, Luis; Biroli, Flávia (2014), *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo.

Ministério da Educação (2019), *Censo da Educação Superior 2018: Notas estatísticas*. Brasília: INEP; MEC. Consultado a 20.09.2019, em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2019/censo_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf.

Moulaert, F., Maccallum, D., Hillier, J. (2013), “Social innovation: intuition, precept, concept, theory and practice”. in: Moulaert, F.; D., Maccallum; Mehmood, A.; Hamdouch, A. (eds), *The International Handbook on Social Innovation*. Cheltenham: Edward Elgar.

Mulgan, G. (2006), “The process of social innovation”, *Innovations: Technology, Governance, Globalization*. 1 (2), 145-162.

Murray, Robin; Caulier-grice, Julie; Mulgan, Geoff (2010), *The open book of social innovation*. London: NESTA- The Young Foundation.

OCDE - Organização para Cooperação Desenvolvimento Econômico (2005), *Manual de Oslo: Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação*. Trad. Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). São Paulo. [3ª ed.].

Portugal Inovação Social (2019). “Inovação social”. Consultada a 25.09.2019, disponível em <https://inovacaosocial.portugal2020.pt/sobre/inovacao-social/>.

Rede Mulher Empreendedora (2019), “RME”. Página consultada a 06.11.2019, em <https://rme.net.br/redemulherempreendedora/>.

Safiotti, Heleieth I. B. (2004), “Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social”, in: Godinho, Tatau; Silveira, Maria Lucia (org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher. 35-42.

Schumpeter, Joseph (1985), “O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico”, in: Schumpeter, Joseph. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural. 69-99.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2019), “Empreendedorismo Feminino no Brasil”. Consultado a 04.01.2020, disponível em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf.

The Economist Intelligence Unit (2016). *Old problems, new solutions: measuring the capacity for social innovation across the world*.

Vale, Gláucia Maria Vasconcellos; Corrêa, Victor Silva; Reis, Renato Francisco dos (2014), “Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade Versus Oportunidade?”, *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, 18 (3) art. 4, 311-327, Maio/Jun.

Women Entrepreneurship (2019), “O que é WE?”. Consultada a 03.12.2019, disponível em <https://www.weventures.com.br/>.

Pessoas com Deficiência: a (in)acessibilidade da sociedade brasileira

Marcia Leite Borges,¹ Universidade de Coimbra
marcia.borges.bb@hotmail.com

Davilson Marques Cunha,² Universidade de Coimbra
avilson.cunha@gmail.com

Resumo: Atualmente, tem-se falado muito sobre as ações afirmativas e as políticas de inclusão para as pessoas com deficiência. Mas até que ponto as políticas públicas conseguem mudar a qualidade de vida destas pessoas? Esta é a questão principal deste artigo, que a partir da revisão bibliográfica buscou identificar a evolução das ações governamentais para o fomento da acessibilidade no Brasil. As políticas públicas personificam as ações do Estado visando o bem-estar social da população, tendo um papel fundamental na resolução das demandas das pessoas com deficiência. É o Estado que formula as ações para o pleno exercício do direito das pessoas com deficiência na busca de uma sociedade com equidade. Por essa razão, ele deve estar conectado à realidade e às necessidades destas pessoas. Contudo, o que tem se consolidado é a omissão deste Estado quanto às questões da deficiência. É preciso um trabalho de conscientização abordando a deficiência como uma questão de construção social que estigmatiza e oprime as pessoas com deficiência, das mais diversas formas. É fato que, no Brasil, as políticas públicas que objetivam a inclusão social e acessibilidade das pessoas com deficiência têm oscilado muito, e os investimentos para este fim sofreram uma queda abrupta nos últimos dois anos. Esta falta de priorização e as ações fragmentadas contribuem para a reprodução e perpetuação da inacessibilidade na sociedade às pessoas com deficiência no Brasil.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Acessibilidade; Políticas públicas

Introdução

Tem-se debatido, principalmente após ser sancionada a Lei 13.146/2015 (mais conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência), sobre a criação de mecanismos que possibilitem a acessibilidade na sociedade brasileira. É fato que a legislação brasileira referente às questões da deficiência é uma das mais avançadas das Américas. Além disso, existem diversas iniciativas de ações nos três níveis de governo buscando avançar na resolução da problemática que envolve a acessibilidade e a inclusão socioeconômica das pessoas com deficiência no país.

Mais do que falar sobre acessibilidade, é preciso debater a respeito da “inacessibilidade” da sociedade brasileira e dos seus efeitos na qualidade de vida das pessoas com deficiência, tendo em vista que sua rotina é cercada de desafios quase imperceptíveis ao restante da população. Simples ações diárias se tornam verdadeiros obstáculos, nesta sociedade que não

¹ Doutorando no programa de Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES).

² Doutoranda no programa de Sociologia – Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (FEUC/CES).

possui um “desenho universal”. Aliado a isso, é preciso dar mais expressão às ações que pensem a construção da cidadania e a quebra do estigma atrelado à pessoa com deficiência.

É aqui que entra o papel do Estado. É ele quem formula e implementa as ações necessárias ao fomento da inclusão das pessoas com deficiência. Mas até que ponto as políticas públicas conseguem mudar a qualidade de vida destas pessoas? Essa não é uma resposta fácil de ser obtida, mas é possível identificar como o Estado tem reagido na busca de uma sociedade acessível a todos.

Nesse sentido, realizou-se a revisão bibliográfica dos principais autores que estudam a questão da deficiência. Buscou-se informações governamentais sobre os investimentos no Programa Viver sem Limites, que deveria ser o “carro chefe” das ações de inclusão no Brasil. Para isso, o presente trabalho foi dividido em dois tópicos. O primeiro tópico trouxe uma breve contextualização histórica do trato social às pessoas com deficiência. Na sequência, tratou da acessibilidade na legislação do país, apresentando dados sobre a acessibilidade para demonstrar o quanto inacessível é a sociedade brasileira.

Breve contextualização histórica do trato social às pessoas com deficiência

Quando se pergunta sobre a evolução do trato da sociedade em relação às pessoas com deficiência, ao longo da história, é possível responder houve uma grande evolução. Se olharmos para o passado, apesar de, em alguns períodos da história, haver carência de fontes, existem provas e inúmeros relatos “da manutenção de um consistente preconceito cultural contra as pessoas com deficiência nas sociedades” (Fontes, 2016: 18). Estudos e pesquisas históricas revelam que a “biografia” da humanidade está repleta de acontecimentos e práticas cruéis contra as pessoas com deficiência (Barnes e Mercer, 2010).

Nas culturas grega e romana, por exemplo, havia o culto ao corpo. Estas sociedades relacionavam a força de seus cidadãos ao poder do Estado, o que garantia a legitimidade de leis motivadoras de infanticídio quando as crianças nasciam com alguma incapacidade aparente (Barnes e Mercer, 2010). Em Esparta, uma das principais Cidades-Estado da Grécia, quando do nascimento de uma criança, ela era levada perante os anciãos para serem avaliadas quanto sua capacidade física, pois isso era visto como condição para o exercício da cidadania (Winzer, 1997). Mesmo em períodos em que os dogmas religiosos se constituíam como centrais na sociedade, a deficiência era interpretada de diferentes formas. Dependendo da sociedade, algumas vezes, viam a deficiência como uma forma de prover a caridade ao necessitado. |Em outros momentos, era vista como um sinal de transgressão e impureza (Barnes e Mercer, 2010). Essa “ambivalência foi replicada nas reações da igreja cristã primitiva” (2010, p. 15).

Com o passar dos séculos, deixaram de ser admitidas práticas de infanticídio e de execução para com as pessoas com deficiência. Contudo, veio a realidade de reclusão e institucionalização, ações estas que se expandiram a partir do século XIX. Os avanços na área médica e científica tornaram o diagnóstico e o tratamento médico fundamentais na regulação, diagnóstico e identificação do padrão de “normalidade” física, intelectual ou motora aceitáveis (Barnes e Mercer, 2010, p.15).

Atualmente, é possível perceber que a deficiência tem sido socialmente aceita na maioria das sociedades, mas não se pode afirmar que impere o respeito às diferenças. Claro que as práticas cruéis foram superadas, mas ainda não podemos dizer que existe uma preocupação sincera por parte do Estado (que reflete a preocupação da sociedade) em relação à qualidade de vida das pessoas com deficiência e a superação das barreiras físicas, sociais e culturais. Contudo, o que se observa é uma postura reativa do Estado na resolução de problemas emergenciais.

O cenário começou a se modificar a partir da década de 1970, quando emerge, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, o movimento liderado pelas próprias pessoas com deficiência buscando o direito de opinar sobre as questões relacionadas a sua vida e ao direito de se tornar agente ativo na sociedade com igualdade de condições aos demais cidadãos. Esse movimento se espalhou internacionalmente e diversas organizações entraram na luta pelas pessoas com deficiência objetivando a conquista do “direito a ter direitos”. A pressão internacional trouxe como consequência a aprovação, em dezembro de 2006, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência., na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

O documento gerado nesta Convenção é de altamente relevância, visto que objetiva “promover, proteger e assegurar o pleno gozo de direitos e respeito à dignidade inerente a todas as pessoas com deficiência no mundo inteiro” (SEDPCD, 2008, p. 4). É necessário, perceber a questão não só como o combate das formas de exclusão social, mas também conceber uma sociedade acessível à todas as pessoas, independentemente de suas limitações e incapacidades. O Brasil ratificou a referida Convenção em 2008, incorporando-a ao texto constitucional por força do Decreto Legislativo 186/2008 e pelo Decreto 6.949/2009.

Acessibilidade e a legislação brasileira

No Brasil, a questão da acessibilidade e da inclusão das pessoas com deficiência se remete ao texto da Constituição Federal de 1988. Estabeleceu-se a competência comum da União, Estados, Municípios e Distrito Federal para garantir a proteção da pessoa com deficiência. Além disso, das doze previsões sobre a matéria duas tratam especificamente sobre a acessibilidade:

Art. 227 [...]

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência (BRASIL, 1988, Art. 227, § 2º).

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º (BRASIL, 1988, Art. 244).

Tendo em conta a natureza genérica do texto dirigido aos direitos das pessoas com deficiência não trazendo “qualquer abordagem específica [...] sobre as ações afirmativas, limitando-se a positivar direitos, garantias, e obrigações, em sua grande maioria restrita aos poderes públicos” (Madruga, 2016: 192-193), foi necessária a elaboração de leis e normas mais específicas para possibilitar a implementação das garantias constitucionais.

Apenas no ano de 2000, foi aprovada a Lei nº 10.098, específica sobre a acessibilidade, estabelecendo as normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Contudo, somente em 2004 foi aprovado o Decreto nº 5.296 que regulamentou a referida lei. A Lei 10.098/2000 definiu acessibilidade como:

Art. 3º [...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado, de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2000, Art. 3º).

O Decreto nº 5.296/2004, também estabeleceu em seu artigo 38, § 3º, que “a frota de veículos de transporte coletivo rodoviário e a infraestrutura dos serviços deste transporte deverão estar totalmente acessíveis no prazo máximo de cento e vinte meses a contar da data de publicação deste Decreto” (Brasil, 2004, Art. 38, § 3º). Depois de 16 anos da sua publicação e seis anos do término do prazo máximo para adequação da frota e da infraestrutura dos serviços de transporte, apenas 11% dos municípios brasileiros que possuem o serviço de transporte coletivo interno contam com sua frota totalmente adaptada (IBGE, 2018). O que se constata, é uma sociedade que priva as pessoas com deficiência de “um dos direitos mais básicos, o de ir e vir. [...] Esse direito praticamente não existe para pessoas com deficiência na maioria das cidades brasileiras” (Entrevista de D’Amaral concedida à Leitão, 2012).

É claro que a acessibilidade não se limita ao transporte público, embora este seja de extrema importância. Para que uma cidade seja considerada acessível, é preciso que as calçadas não apresentem nenhum obstáculo, que os locais de circulação de pessoas e edifícios públicos sejam equipados com piso tátil, rampas de acesso com a inclinação adequada, que as vias sejam adequadas, as faixas de pedestres sejam rebaixadas, os semáforos sejam equipados com sistema de identificação por som, entre outras ações que possibilitem que as pessoas com deficiência (independentemente do tipo) possam usufruir das áreas públicas de forma satisfatória, porque projetar acessibilidade é possibilitar inclusão social. Até mesmo na hora de exercer seu direito de voto a inacessibilidade é visível. Em 2018, apenas 10% das sessões eleitorais no país eram adaptadas (TSE, 2018), mesmo com o aumento do percentual de eleitores com deficiência e mobilidade reduzida. Atualmente 940.630 pessoas com deficiência possuem título eleitoral.

Quanto à educação, mais uma vez, a inacessibilidade se faz protagonista. O artigo 208 da Constituição Federal fala em “atendimento educacional especializado” e não em educação especial, ou seja, a Assembleia Constituinte quis garantir que a pessoa com deficiência tivesse suas necessidades de acessibilidade e de aprendizagem supridas e não que estas pessoas fossem educadas em um sistema a parte. Este atendimento especializado, no sistema normal de ensino, proporcionaria o processo de inclusão da pessoa com deficiência e a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988, Art. 206). Repensou-se a educação especial e o sistema educacional tradicional, chegando ao ambiente escolar inclusivo.

Mas a realidade é diferente. Em 2017, das 183.743 escolas (públicas e privadas; urbanas e rurais) espalhadas pelo território, apenas 29% possuíam dependências acessíveis para alunos com deficiência e somente 39% tinham banheiros acessíveis. As escolas de ensino fundamental regular são as que menos apresentam dependências e banheiros acessíveis, apenas 30% (22.954 escolas) e 40% (30.604 escolas) respectivamente. Em contrapartida, as escolas de ensino médio são as que apresentam maior percentual, correspondendo a 47% (13.422 escolas) e 62% (17.706) respectivamente (INEP, 2018). Um ponto importante a ser observado é com relação as escolas de educação especial substitutiva. Estas escolas são direcionadas às pessoas com necessidades especiais, contudo, apenas 38% (44.317 escolas) destas instituições têm dependências acessíveis (INEP, 2018). Desta forma, como é possível garantir a educação formal das pessoas com deficiência se elas não conseguem, em sua maioria, acessar o ambiente escolar? A resposta para esta pergunta é negativa, ou seja, não é possível. Aqueles alunos que conseguem transpor estes obstáculos, tem como causa, principalmente o esforço próprio, de seus familiares e amigos, e não em razão da estrutura oferecida pelo Estado.

No entanto, o Estado, no intuito de disponibilizar “os apoios necessários ao pleno e efetivo exercício da capacidade legal por todas as pessoas com deficiência” (SEDPCD, 2008.), instituiu, em 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite. Sua regulamentação se fez pelo Decreto nº 7.612/2011, sendo a execução de responsabilidade do Governo Federal em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Emprego, em

conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Programa implantou diversos “Centros Especializados em Reabilitação para ampliar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde prestados” (Costa, 2015: 41). Este programa apresenta como um de seus pontos estratégicos o ensino profissionalizante, utilizando-se do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), através da bolsa-formação para ministrar os cursos técnicos de nível médio, além da formação inicial e continuada.

A manutenção do Programa Viver sem Limite está sendo ameaçada pelo abrupto corte no investimento pelo Governo Federal, passando de um total de R\$ 573,21 milhões em 2016, R\$ 605,91 milhões em 2017 para R\$ 67,65 milhões em 2018 e somente R\$ 16,85 milhões em 2019. Pensando nesta redução, é possível afirmar que não há um interesse do governo atual em investir na qualidade de vida das pessoas com deficiência. Isso tem dificultado a acessibilidade que somente será alcançada integralmente com o fomento de um desenho universal, ou seja, “definir projetos de produtos e ambientes que contemplem toda a diversidade humana: desde as crianças, adultos altos e baixos, anões, idosos, gestantes, obesos, pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Gabrilli, 2016: 5), e não reduzindo investimentos.

Em junho de 2015 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, conhecido como Estatuto da Pessoa com Deficiência. O estatuto apresenta em seu Capítulo VI dos artigos 34 a 38 as disposições gerais do direito ao trabalho, contendo desde a obrigatoriedade das empresas de direito público e privado de garantir um ambiente acessível às pessoas com deficiência, até ao direito à igualdade de oportunidade, e vedando qualquer tipo de discriminação dentro do ambiente de trabalho (Brasil, 2015). O Estatuto também aborda em seu artigo 35 que “é finalidade primordial das políticas públicas de trabalho e emprego promover e garantir condições de acesso e de permanência da pessoa com deficiência no campo de trabalho” (Brasil, 2015, Art. 35). Todavia, segundo Ferreira (2017, *apud* Gonçalves, 2017), após o *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016, a Subsecretaria Nacional das Pessoas com Deficiência não realizou mais políticas relacionadas a inclusão laboral. Atualmente, é possível afirmar que, as cotas destinadas às pessoas com deficiência é a única ação de cunho estatal que incentive a inclusão no mercado de trabalho. O Estado participa na área fiscalizatória, sem auxiliar ou subsidiar as adaptações necessárias à inclusão das pessoas com deficiência no ambiente de trabalho ou na desconstrução do estigma a que estas pessoas são submetidas.

Considerações finais

Para fins deste estudo, a falta de acessibilidade se baseia na impossibilidade das pessoas com deficiência usufruírem e participarem da sociedade em igualdade de condições com o restante da população em função das diversas barreiras arquitetônicas, ambientais, físicas e sociais. Neste sentido, o Brasil ainda possui muitos desafios, tendo em vista que a inacessibilidade ainda impera na maioria dos setores da sociedade.

A dificuldade de ir e vir está na rotina das pessoas com deficiência, mesmo quando existem dispositivos legais para garantir este direito, quase todas as etapas de deslocamento das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida representam um esforço adicional o que dificulta o exercício de direitos como educação, trabalho, lazer, moradia, saúde, previdência social entre outros.

Contudo, tem sido um grande desafio para o Brasil configurar a sociedade para torná-la acessível. Para tal, é preciso a reversão dessa apatia governamental atual, porque se com o investimento anterior, não se conseguiu construir uma sociedade acessível, agora o Estado mais parece querer fomentar a inacessibilidade da sociedade.

Referências bibliográficas

ANTP – Associação Nacional de Transporte; BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento. Acessibilidade nos Transportes. Série Cadernos Técnicos, vol. 4, out., 2006. Disponível em: <http://files-server.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2016/02/24/FC0155DC-164C-447C-9E5E-544A9E425AB7.pdf>. Acessado em 28/11/2015.

Barnes, C.; Mercer, G. Exploring disability. 2ª edição. Polity, Cambridge, UK, 2010.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em: 05/07/2016.

Brasil. Decreto Legislativo Nº 186. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/congresso/DLG/DLG-186-2008.htm>. Acessado em: 05/07/2016.

Brasil. Decreto nº 5.296. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acessado em: 20/02/2019.

Brasil. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acessado em 14/01/2020.

Brasil. Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm>. Acessado em 14/01/2020.

Brasil. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em 14/01/2020.

Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acessado em: 14/01/2020.

Costa, L.S.M. Inclusão no curso médico: Atenção Integral à Saúde das Pessoas com Deficiência. Rio de Janeiro, outubro, 2015

Fontes, F. *Pessoas com Deficiência em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa, PT, 2016.

Gonçalves, J. "Não temos nada para comemorar", diz consultor em inclusão de pessoas com deficiência. *Direitos Humanos – Brasil de Fato*. 2017. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/09/21/nao-temos-nada-para-comemorar-diz-consultor-em-inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/>>. Acessado em: 25/05/2018.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações básicas municipais*. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados>>. Acessado em: 10/04/2017.

Leitão, T. A acessibilidade é o desafio para deficientes em todo o país. *Revista Exame*, 2012. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/acessibilidade-e-desafio-para-deficientes-em-todo-o-pais/>>. Acessado em: 15/07/2018.

Madruga, S. *Pessoas com Deficiência e Direitos Humanos: ótica da diferença e ações afirmativas*. 2ª edição. Editora Saraiva, São Paulo, 2016,

SEDPCD – Secretaria de estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência*. 2008. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br>>. Acessado em: 23/11/2015.

Winzer, M.A. *Disability and Society Before the Eighteenth Century*. In: DAVIS, L.J. (ed). *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge. 1997.

Cotas para Estudantes LGBTQ+ no Brasil: Desafios no Processo de Democratização do Ensino Superior

Margarida de Cássia Campos,³ Departamento de Geociências da UEL, Londrina-Paraná-Brasil
mcassiacampos@hotmail.com

Ângela Maria de Sousa Lima,⁴ Departamento de Ciências Sociais da UEL, Londrina-Paraná-Brasil
Email: angellamaria@uel.br

Resumo: Vista como uma forma de compensação, reparação das injustiças ou redistribuição das oportunidades, as Ações Afirmativas urgem hoje como uma das discussões mais urgentes do século XXI. Estão presentes em diversos países com nomenclaturas diferentes, mas com objetivos semelhantes, ou seja, de garantir justiça social aos vários grupos populacionais historicamente excluídos de alguns bens da sociedade, como, por exemplo, o acesso ao ensino superior. Neste sentido, o objetivo do presente texto foi levantar quais ações afirmativas existem no ensino superior brasileiro para estudantes considerados como público LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais/Transgêneros e outras orientações/identidades), com ênfase na população trans e refletir acerca da relevância desta política pública. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se levantamento bibliográfico sobre a temática, leitura e fichamento das obras escolhidas, assim como síntese de dados sobre as ações direcionadas a esse público nas universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave: Ações Afirmativas; Cotas; População LGBTQ+; Acesso/permanência

Introdução

Políticas de Ações Afirmativas podem ser entendidas como tentativas do Estado em promover ações inclusivas a favor dos grupos sociais historicamente marginalizados, seja por discriminação racial, sexual/gênero, social, étnica, linguística, religiosa, econômica, regional, dentre outras. Do mesmo modo, Ações Afirmativas são conquistas dos movimentos e organizações sociais que pressionaram historicamente o Estado para sua implementação. Neste sentido, sabe-se que o Estado sempre foi um aparelho ideológico das classes dominantes, servindo-as na garantia de seus privilégios, porém é no tensionamento entre o Estado e movimentos populares que ocorrem as mudanças nas relações assimétricas de poder, objetivando igualar o acesso de grupos sociais discriminados a certas oportunidades sociais e ao exercício de seus direitos. Neste contexto, a exclusão, a invisibilidade e a pobreza

³ Professora de Geografia, do Departamento de Geociências da UEL, Londrina-Paraná-Brasil.

⁴ Professora de Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da UEL, Londrina-Paraná-Brasil..

vivenciadas por um grupo populacional podem ser amenizadas com a implementação de políticas de Ações Afirmativas no Ensino Superior?

Tendo em vista esta discussão, sabe-se que o Brasil, desde o início dos anos 2000, vem implementando políticas de cotas para negros e indígenas, tanto nas universidades federais quanto nas estaduais, em especial, por intermédio de pressões provenientes do movimento negro na luta por reserva de vagas, tanto em processos seletivos de entrada (Vestibular e SISU), quanto em concurso público. No que se refere às universidades e aos institutos federais, é inegável o impacto da aprovação da Lei nº 12.711/2012, que estabeleceu a obrigatoriedade das políticas de cotas para esses dois grupos populacionais, além de considerar o aspecto da baixa renda.

Alguns grupos de pessoas da população alvo da Educação Especial, através da Lei nº 13.409/2016, dispõe do direito de cotas nos cursos técnico-profissionais de nível médio e nas universidades federais. Enquanto isso, devido à autonomia garantida por lei para as universidades estaduais, o processo de incorporação das políticas de Ações Afirmativas foi mais lento. Mesmo assim, em relação às universidades estaduais brasileiras, no ano de 2016, 89% delas já possuíam algum tipo de Ação Afirmativa.

Há avanços na conquista coletiva dos direitos, mas ainda considerados tímidos, porque sabe-se que porcentagens representativas de outros grupos populacionais continuam fora dos bancos universitários, como, por exemplo, o público transgênero. Há de se ressaltar que nos últimos anos houve alguns avanços na extensão de direitos a esse público. A título de exemplo, recorda-se a possibilidade de travestis e transexuais usarem o Nome Social no Cartão SUS (Sistema Único de Saúde) a partir de 2013 e a publicação de uma Resolução em 2018 que passou a autorizar o uso do Nome Social de travestis e transexuais nos registros escolares da Educação Básica. No entanto, muito há de ser conquistado no processo de democratização das políticas de Ensino Superior.

Neste contexto, o objetivo do presente texto foi levantar quais Ações Afirmativas existem no ensino superior brasileiro para estudantes considerados como público LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais/Transgêneros e outras orientações/identidades) em especial os transgêneros, refletindo sobre a relevância desta política pública. Como procedimento metodológico, utilizou-se levantamento bibliográfico, leitura especializada em dissertações e teses sobre a temática e fichamentos das obras escolhidas, permeados pelo levantamento de dados documentais e informacionais acerca das ações educativas direcionadas a esse público nas universidades públicas brasileiras.

As políticas de ação afirmativas educacionais no Brasil

O preconceito e a discriminação encontrados hoje no Brasil são frutos, em grande medida, dos vários séculos de exclusão e de exploração dos povos nativos, dos negros escravizados e de seus descendentes. No Brasil, a discriminação racial envolve um processo complexo, em que vítimas e opressores acabam, na maioria das vezes, não compreendendo seus papéis sociais, gerando uma alienação dos sujeitos (Souza, 2018). Por essa razão, é necessário que se compreenda as especificidades da discriminação racial brasileira e suas características históricas. As teorias eugênicas geraram consequências significativas nas políticas públicas brasileiras. É o exemplo da política de imigração que estimulou a vinda de europeus, destinada não apenas a modernizar a sociedade brasileira, mas também a branqueá-la. Segundo Medeiros (2013: 249):

Na visão racista que permeava o pensamento científico da época, especialmente nas Ciências Sociais e Humanas, mas também na Medicina e Biologia, uma população como a brasileira (composta, segundo dados

cenitários de meados do século XIX, por cerca de 500 mil brancos, contra 1,5 milhão de negros, indígenas e mestiços) estaria necessariamente fadada ao fracasso.

Para transformar este país em uma sociedade denominada “viável, e civilizada”, já em meados do século XIX incentivou-se a imigração branca europeia. Sob este prisma, tal política de imigração foi extremamente bem-sucedida e trouxe, em cem anos, mais de quatro milhões de imigrantes brancos (Diwan, 2007). Diversos intelectuais e cientistas compartilhavam desses pensamentos eugênicos, entre eles Monteiro Lobato, Euclides da Cunha e Renato Kehl.

No bojo das políticas de branqueamento, o paradigma de uma democracia racial era construído. Essa democracia racial foi difundida nas obras de Gilberto Freyre, como “Casa Grande & Senzala”, quando o autor acaba passando a mensagem de que a mistura racial presente na população brasileira não teria gerado relações conflituosas, mas um país cordial e harmônico.

A democracia racial foi refutada por Florestan Fernandes e Roger Bastide na década de 1960, por meio da obra “A Integração do Negro da Sociedade de Classes”, fruto de um desafio proposto pela UNESCO, que visava compreender como se desenvolvia a “democracia racial brasileira”, tão proclamada internacionalmente. A partir desse momento, o preconceito racial passa a ser descortinado, mostrando que o racismo estruturava as desigualdades no Brasil (TAUIL, 2014).

Apoiando-nos em Rosemberg (2009), é possível destacar três grandes correntes que caracterizam o pensamento social brasileiro sobre as relações raciais: a primeira, ligada a Gilberto Freyre e sua obra “Casa Grande & Senzala”, com a possibilidade de inauguração da tese da existência de uma democracia racial. A segunda, de Florestan Fernandes, que destaca a desigualdade racial da população brasileira, mas que, no entanto, assume uma postura de certo modo otimista, ao acreditar que a desigualdade desapareceria com o desenvolvimento da industrialização. A terceira corrente é a representada pelos novos cientistas sociais, abraçados pelo movimento negro contemporâneo, que destacam não apenas o ponto de partida das desigualdades, mas, também, a falta de oportunidades e a persistência cotidiana do racismo.

Sobre a luta por Ações Afirmativas, é importante destacar o papel do movimento negro unificado que surgiu em 1979, dentre outras demandas, para denunciar o racismo e exigir o acesso à educação formal da população negra. Esse movimento focalizou sua atenção no ensino superior na década de 1990, quando se percebeu ser importante lutar pela maior presença do negro não apenas na Educação Básica, mas também no Ensino Superior também, assim como em todas as áreas econômicas e sociais. Na década de 1980, com a democratização e o fortalecimento dos movimentos sociais, as discussões sobre essa temática ganham força e forma, passando a exigir uma maior atuação do Poder Público em relação às questões como raça, gênero, etnia, incluindo a adoção de políticas de Ação Afirmativas (Paiva, 2013).

Ainda na década de 1980, o então deputado federal Abdias Nascimento apresentou o Projeto de Lei nº 1.332 (Brasil, 1983), que dispunha sobre ações compensatórias aos negros brasileiros em relação aos demais segmentos étnicos da população. O projeto abrangia diversas áreas, como emprego (público e privado), Forças Armadas e educação. Em relação a esta última, seu projeto obrigaria o Ministério e as Secretarias de Educação a estudar e implementar algumas modificações nos currículos escolares e acadêmicos, com a finalidade de incorporar conteúdo sobre as contribuições positivas dos africanos e seus descendentes. O referido projeto não chegou a ser apreciado, mas já demonstrava o interesse do movimento negro em relação ao reconhecimento de sua importância na formação da sociedade brasileira (Souza, 2018).

Após vinte anos, uma lei semelhante à de Abdias Nascimento, em relação à democratização das políticas educacionais, saiu do papel. A Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, alterou o Art. 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório nos estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio o ensino de história e cultura africana e

afro-brasileira (Souza, 2018). Diversos eventos encontravam-se em sintonia com as reivindicações dos movimentos negros. Esses acontecimentos conseguiram dar o impulso necessário para a efetiva implantação das políticas de Ação Afirmativas raciais no Brasil, desde início dos anos 2000.

Foi durante a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, em 2001, que o Brasil reconheceu sua desigualdade racial e educacional, prometendo dar maior atenção a essas questões a partir daquele momento. Assim, após a Conferência, o Brasil se propôs a realizar uma Declaração e um Programa de Ação para reconhecimento e combate do racismo. Outro evento de grande importância para a discussão desse tipo de política foi o Seminário Internacional “Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais Brasileiras: o contexto pós-Durban”, organizado pelo Ministério da Educação e pela Câmara Federal, em setembro de 2005. Até o referido Seminário em Brasília, as discussões sobre esse assunto tinham sido raras e pouco aceitas. Para Guimarães (2009), foi esse Seminário que deu início à discussão das cotas e atualizou as justificativas contrárias à sua adoção.

Nos anos seguintes, diversas formas de políticas de Ações Afirmativas surgiram em universidades brasileiras. Machado (2013) ressalta que tais políticas foram inicialmente adotadas pelas universidades estaduais, como a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); as primeiras federais foram a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em 2003 e 2004, respectivamente. Nos anos posteriores, outras universidades seguiram o exemplo e também instituíram políticas de Ações Afirmativas.

No estado do Paraná, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) implantaram um sistema de cotas raciais nos vestibulares de 2005 e 2006, respectivamente. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) introduziu um sistema de cotas sociais, a partir do Vestibular de inverno de 2009, que leva em consideração o percurso escolar e a renda per capita familiar do estudante. No ano de 2018, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros da UEM fez uma solicitação para que fossem retomadas as discussões formais sobre a possibilidade da implantação de cotas raciais.

Em novembro de 2019, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Maringá (UEM), aprovou o sistema de cotas para negros nos processos seletivos de ingresso na graduação, que vigorará a partir do Vestibular de Inverno de 2020, destinando 20% das vagas a este público. Em junho de 2017, o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe) da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) aprovaram a implantação da política de Ações Afirmativas na forma de cotas sociais e raciais para os cursos de graduação, destinando 40% das vagas para alunos cotistas, sendo 20% delas para candidatos de escolas públicas e outros 20% para autodeclarados negros e também oriundos de escola pública.

Com relação às universidades públicas federais, estas começaram a adotar as políticas de Ações Afirmativas depois das universidades estaduais; no entanto, aos poucos, ultrapassaram as estaduais na adoção de tais políticas. Com a aprovação da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012), o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu a obrigatoriedade da adoção das políticas de cotas nas universidades federais, o que elevou significativamente os percentuais de vagas destinados às cotas nessas instituições, em especial para pretos, pardos e indígenas. Como destacamos na introdução, nas universidades estaduais, a autonomia garantida por lei acabou deixando o processo de incorporação das políticas de Ações Afirmativas mais lento (Feres Júnior *et al.*, 2017).

O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA) realiza levantamento anual sobre a implantação das políticas de Ações Afirmativas em vigor nas

universidades estaduais e federais brasileiras. A última publicação ocorreu em 2017, relativo ao ano de 2016. Neste ano, foi constatado que, antes da Lei nº 12.711 (Brasil, 2012), apenas 21 de 58 universidades federais possuíam algum tipo de política de Ações Afirmativas. Com a obrigatoriedade exigida pela Lei, houve um incremento significativo na quantidade de vagas efetivamente oferecidas aos diferentes grupos beneficiários (Feres Júnior *et al.*, 2017).

Em relação às universidades estaduais brasileiras, no ano de 2016, 89% possuíam algum tipo de Ações Afirmativas. Segundo Feres Júnior *et al.* (2017), “A proporção de universidades estaduais com Ações Afirmativas aumentou apenas 8% de 2012 a 2015, o que nos parece consequência mais da consolidação de um processo já existente desde a década passada [...], do que de uma influência da Lei nº 12.711/2012” (Feres Júnior *et al.*, 2016).

Ainda segundo os levantamentos do GEMAA, em 2016, em média, 66% das Ações Afirmativas em universidades estaduais ainda eram destinadas à ampla concorrência; 18,5% destinados à reserva de vagas para estudantes de escola pública ou baixa renda; 12,7% para pretos, pardos e/ou indígenas; e 2,3% eram para a jovens com outros tipos de benefícios. Dessa maneira, observa-se que as universidades estaduais, mesmo que pioneiras, ainda precisam ampliar suas políticas de Ação Afirmativas para que consigam, ao menos, se equiparar às universidades federais, que já apresentam 50% de suas vagas destinadas a estudantes divididos em quatro subcotas: candidatos egressos de escolas públicas; candidatos de escolas públicas e de baixa renda; candidatos pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas; e candidatos pretos, pardos e indígenas egressos de escolas públicas e de baixa renda.

Democratização do ensino superior: pela via das ações afirmativas, dos direitos humanos e do respeito às diversidades

No campo educacional a situação tem sido demasiadamente complexa nos últimos anos, principalmente após impedimento ou dificuldade de inserção de vários conteúdos ligados às diversidades sexuais, de gênero, étnico-raciais e de direitos humanos nos Plano Estaduais de Educação no Brasil. Por isso, a compreensão teórico-metodológica crítica desses conteúdos precisa ser difundida, em especial nas escolas e universidades, especialmente neste momento político nacional onde prevalecem interesses de vários movimentos de ultradireita. O debate das diversidades e das desigualdades na sociedade brasileira torna-se fundamental neste momento histórico em que as reformas trabalhistas e educacionais, os ataques do Movimento “Escola sem Partido” aos Planos de Educação (Nacional e Estaduais) e as ações dos dirigentes do MEC tentam direcionar as concepções de educação, de universidade pública e de formação humana no sentido contrário aos princípios democráticos que visam a ampliação dos espaços para exercício dos direitos humanos e a redução das várias dimensões das desigualdades.

Desdobram-se dessas tensões os raros investimentos públicos na formação continuada crítica de professores, uma vez que diminuíram significativamente as possibilidades de Editais públicos para este fim após a entrada do governo Temer. Alguns docentes não tiveram acesso aos conteúdos sobre desigualdades e diversidades raciais na Educação Básica e nem no Ensino Superior. Outros conheceram apenas a história eurocêntrica e machista cunhada em concepções preconceituosas acerca das representações e dos conhecimentos dos negros, das comunidades indígenas, da população LGBTQ+ e dos demais sujeitos socioculturais historicamente excluídos.

Aqui defende-se a premissa de uma escola e de uma universidade pública realmente inclusivas se queremos contribuir mais decisivamente na construção democrática, pela via curricular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/1996) e a aprovação, pelo Congresso Nacional (2001), da “Convenção Interamericana para a Eliminação

de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência”, celebrada na Guatemala, em maio/1999, foram significativas para difundir a bandeira da inclusão escolar. Os impactos dessa política revelaram a fragilidade da organização das escolas, com suas carências de profissionais especializados, infraestrutura escolar inadequada, precariedade da formação docente, tensões e incertezas estas que ainda não foram resolvidas.

A escola continua reivindicando seu funcionamento sob o princípio republicano da igualdade de chances e da promoção pelo mérito, mas mostra-se incapaz de garantir a paridade dos grupos sociais e de poder efetivamente realizar este ideal. Desta forma, a escola tem todas as chances de decepcionar até mesmo aqueles que creem nela [...]. O direito à educação deveria se traduzir num direito à igualdade de chances para todos aqueles que o sistema escolar acolhe. (Castel, 2008: 50-52).

Torna-se urgente rever a propagação de velhos conceitos e preconceitos, diante da crescente visibilidade social e política dos diferentes. Assim, a educação escolar inclusiva, que respeite e ensine os direitos humanos, as diversidades sexuais e de gênero e reconheça plenamente os direitos da população LGBTQ+, deve ser entendida como o ponto de partida de um processo histórico que segue em direção a uma sociedade também inclusiva. A diversidade cultural, por exemplo, continua a ser alvo das normas legais, de modo que o ponto culminante do reconhecimento da diversidade ocorreu com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aprovada em 2002, pelas Nações Unidas, que expõe no Artigo 4º:

A defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável do respeito à dignidade humana. Ela implica o compromisso de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, em particular os direitos das pessoas que pertencem a minorias e os dos povos autóctones. Ninguém pode invocar a diversidade cultural para violar os direitos humanos garantidos pelo direito internacional, nem para limitar seu alcance. (UNESCO, 2002, s/p).

No percurso de muitas lutas por parte dos que têm sido persistentemente oprimidos, da segunda metade da década de 2000 até meados de 2016, há de registrar que nas legislações educacionais no Brasil, especialmente naquelas que tratam das diretrizes curriculares nacionais para Educação Básica, também por conquista dos movimentos sociais, foram inseridas representações, saberes e concepções menos excludentes acerca das temáticas que abarcam a reflexão das diversidades e das desigualdades vivenciadas pelas populações excluídas no país. Algo que foi estrategicamente retrocedido em 2018 com as aprovações das novas diretrizes nacionais, das últimas versões da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e das demais reformas curriculares que se instalaram após o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff.

Para as conquistas ainda garantidas, como a Resolução que trata da Educação em Direitos Humanos e a Lei nº 10.639/03, a dificuldade tem sido concretizá-las nas escolas e nas universidades, porque faltam docentes especializados, falta vontade política dos gestores nacionais e estaduais, além do fato de que os movimentos ultraconservadores têm conseguido alterar muitos documentos importantes, invisibilizando ainda mais a expressão das vozes curriculares das minorias sociais. A título de exemplo, destaca-se as alterações que tais movimentos conseguiram na Lei nº 18492, de 25/06/15, que trata do Plano Estadual de Educação do Paraná, retirando as palavras relacionadas às diversidades sexuais, de gênero e relativas à população LGBTQ+ para inserir a expressão: “educação que efetive o respeito entre homens e mulheres”.

Neste contexto, pensando uma alternativa bastante recortada, destacamos que há brechas via implementação mais concreta das Diretrizes Curriculares Nacionais de Direitos Humanos, da CF/1988, da LDB/1996 e de outros documentos ainda não revogados, como os próprios PPCs (Projetos Pedagógicos de Cursos) dos Cursos de Licenciatura da UEL reformulados a

partir das exigências da Resolução CNE/CP nº 02/2015, na tentativa de fazer com que professores e, por consequência, os estudantes da Educação Básica, tenham acesso à conhecimentos que representem as conquistas, as diversidades e os saberes de populações historicamente excluídas. Pela educação crítica, acredita-se constituir estratégias na desconstrução de categorias que impõem padrões de comportamento e papéis sociais marcados para determinados grupos humanos, o que historicamente vem contribuindo para a manutenção de estereótipos que ampliam as desigualdades sociais, culturais, políticas, econômicas, sexuais e de gênero.

No caminho da democratização, compreende-se a educação como um direito fundamental, como uma mola propulsora mediadora da efetivação de diversos outros direitos, que precisam ser reconhecidos na prática pelo Estado brasileiro como essenciais na formação e na atuação de professores. Por isso, a relevância de ressignificar concepções de currículo, de docência, de planejamento, de gestão da graduação, da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão-gestão, das condições do trabalho do docente, das interfaces entre universidade e Educação Básica e da integração entre formação inicial e continuada dos profissionais da educação. Todas estas estratégias democráticas constituem-se em caminhos político-pedagógicos importantes na possibilidade de ampliar as políticas de Ações Afirmativas.

Sabe-se que segundo uma pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (Andifes), publicada no primeiro semestre de 2019, 16% dos estudantes em todas as universidades federais do Brasil não se classificam como pertencente ao grupo heterossexual. Quando o questionamento sobre a identificação de gênero, a mesma pesquisa apresentou que apenas 0,2% (sendo 0,1 homens trans e 0,1 mulher trans) do universo de estudantes das universidades federais brasileiras se consideravam transexual. Talvez esses números sejam em decorrência da baixa escolaridade desse grupo populacional, porque muitos desses indivíduos, devido aos recorrentes casos de homofobia, evadem do ambiente escolar.

Recentemente existem algumas universidades que têm reservado vagas às populações trans, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Porém, como não há uma lei federal que as obriguem, esta ação ocorre conforme o tensionamento dos movimentos LGBTQ+ para que as universidades abram tal diálogo. Hoje, das 63 universidades públicas federais brasileiras, 13 delas já têm algum tipo de cotas para o público trans, como é possível visualizar no Quadro 01, mas a vanguarda continua sendo das estaduais, como ocorreu no processo de reserva de vagas para estudantes negros e indígenas no início dos anos 2000.

Quadro 01: Universidade com cotas para a população trans

Na Graduação	Em alguns cursos de Pós-graduação
UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia)	UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
UFBA (Universidade Federal da Bahia)	UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina)
UFABC (Universidade Federal do ABC)	UFF (Universidade Federal Fluminense)
UNEB (Universidade do Estado da Bahia)	UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco)
UNILAB (Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira)	UFRB (Universidade Federal do Recôncavo Baiano)
	UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia)
	UFBA (Universidade Federal da Bahia)
	UFPR (Universidade Federal do Paraná)
	UNB (Universidade de Brasília)
	UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
	UFMG (Universidade Federal do Mato Grosso)
	UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul)
	UNEB (Universidade do Estado da Bahia)

Fonte: Folha de São Paulo (2019)

Em relação à graduação, a primeira universidade a reservar vagas para este público trans foi a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em 2018, seguidas pelas federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC). Hoje já existem cinco instituições de ensino superior que possuem cotas na graduação para o referido público. Também sabe-se que há várias universidades do país que mantêm cursos preparatórios para o vestibular específico para os estudantes LGBTQ+. Considera-se esta iniciativa uma Ação Afirmativa fundamental para que tais estudantes possam ter condições mais democráticas de acessarem e permanecerem nas universidades públicas. Nos programas de Pós-graduação existem 13 universidades (federais e estaduais) brasileiras que destinam cotas para o referido público. Parece que nesta etapa de ensino a abertura para cotas à população trans tem se mostrado mais avançada.

Por fim, sabe-se que quanto mais se ampliam as possibilidades para que as diversidades possam adentrar as portas das universidades (espaços ainda heteronormativos e brancos) mais democratizadas se tornam as instituições de ensino superior no Brasil.

Considerações finais

Percebe-se que na caminhada das lutas pela concretização das cotas para acesso da população trans ao ensino superior público está também a necessidade de ampliar os espaços institucionais que contribuam para representar as vozes, os saberes, as conquistas, os direitos e as reivindicações desses sujeitos. Contemplar as diversidades sexuais e de gênero nos currículos de formação inicial e continuada de professores, como exige a Resolução CNE/CP nº 02/2015, é fundamental nesta caminhada, o que também interfere diretamente na luta permanente pelo processo de democratização das universidades públicas.

Há ainda muito a se avançar, mesmo nas políticas curriculares, se considerarmos as interseccionalidades que abrangem o trabalho político-pedagógico com muitos outros marcadores de diversidades e de desigualdades, a exemplo das questões étnicas, geracionais, religiosas, de cor/raça, etc. Essas poucas instituições de ensino superior públicas que ofertam vagas nos Vestibulares da graduação e nos processos seletivos de ingresso na Pós-graduação

para a população trans constituem-se apenas em um dos primeiros passos na tentativa de retirar dos processos de invisibilização e de exclusão social no Brasil estes grupos historicamente marginalizados.

Referências bibliográficas

Brasil. Lei nº. 9.294, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: DF, 1996.

Brasil. *Resolução CNE/CP nº 02/2015*. De 01 de julho de 2015. Brasília, DF, 2015.

Brasil. *Constituição Federal de 1988*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 de agosto de 2019.

Brasil. Advocacia-Geral da União; Secretaria-Geral da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Educação. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 21 ago. 2019.

Brasil. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 1332/1983*. Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da Constituição da República. Autoria: Abdias Nascimento. Apresentação: 14 jun. 1983. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=190742>. Acesso em: 21 ago. 2019.

Brasil. **Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Brasília. DF. 28 de dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em 02 de agosto de 2019.

Capelo, Maria Regina Clivati; Amaral, Wagner Roberto do. “Diversidade, escola e os diferentes sujeitos: o que dizer do currículo?” In: Lima, Ângela Maria Sousa et al. *Inclusão: Debates em diferentes contextos*. Londrina: UEL, 2013.

Castel, Robert. *A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?* Trad. Francisco Móras. Petrópolis: Vozes, 2008.

Diwan, P. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

Feres Júnior, J.; Daflon, V. T. “Ação afirmativa na Índia e no Brasil: um estudo sobre a retórica acadêmica”. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 17, nº. 40, p. 92-123, set./dez. 2015.

Feres Júnior, J. et al. “Políticas de ação afirmativa nas universidades estaduais (2016)”. In: *Levantamento das políticas de Ação Afirmativa (GEMAA)*, IESPUERJ, p. 1-32, 2017.

Folha de São Paulo. *Ao menos 12 Universidades Federais do país tem cotas para alunos trans*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

Guimarães, A. S. A. “Contexto histórico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil.” In: Silvério, V. R.; Moehlecke, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 19-33.

Lima, Ângela M S; Capelo, Maria Regina Clivati; Araújo, Angélica Lyra. *Escola, Diversidades Culturais e Políticas Curriculares: Tensões e Possibilidades*. Eixo Temático: 11 Escola: Cultura e Etnia/Raça. UNESP. Marília. 2018.

Machado, E. A. Dentro da lei: as políticas de ação afirmativa nas universidades. In: Paiva, A. R. *Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 18-38.

Medeiros, C. A. “Ação afirmativa e promoção da igualdade: uma visão comparativa”. In: Silvério, V. R.; Moehlecke, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 55-76.

Medeiros, C. A. “Brasil, Estados Unidos e a questão racial: a fertilidade de um campo cheio de armadilhas”. In: Paiva, A. R. *Ação Afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França*. 1.ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 240-265.

Paiva, A. R. “Políticas públicas, mudanças e desafios no acesso ao ensino superior”. In: Paiva, A. R. *Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013. p. 40-73.

Rosemberg, F. “Desigualdades de raça e gênero no sistema educacional brasileiro”. In: Silvério, V. R.; Moehlecke, S. *Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban*. São Carlos: EDUFSCar, 2009. p. 231-261.

Souza, A. E. P. de. *O engendramento de uma nova sociabilidade: as políticas de ação afirmativa e suas influências no contexto acadêmico*. 2018. 172 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

Tauil, R. “Florestan Fernandes: questão racial e democracia”. *Revista Floresta*, v. 1, nº. 1, p. 12-22, 2014.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 2002. <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em 13 de maio de 2019.

A Utopia no Horizonte do Estado Capitalista em Transformação

Maria João Fernandes Carvalho,¹ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
mariajoaocabaco@hotmail.fr

Resumo: O mundo a que chamamos realidade germina na clareira da utopia. A realidade tem sempre uma dimensão utópica que nos mantém ancorados à existência, como uma seta apontada para o horizonte da vida: a felicidade. O mundo que hoje conhecemos é fruto de uma transformação produzida ao longo dos anos, originada por uma multidimensionalidade de fatores que confluíram para o desenvolvimento do Estado Capitalista. O sistema económico capitalista, segundo os historiadores económicos, atinge o seu apogeu no período de 1945 a 1973 referido como a idade de ouro do capitalismo. Este período é compreendido num espaço de tempo de vinte e oito anos, e apresenta uma taxa crescimento do PIB a nível mundial jamais alcançada de que haja memória histórica. A Europa é a região que mais cresce neste período, apesar de ainda se encontrar fragilizada pelas patologias adquiridas na sequência da Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Nos finais da década de cinquenta, a economia passa a desenvolver-se centrada na propriedade privada dos meios de produção e orientada por um mercado livre cujo objetivo consiste na obtenção de lucro. O desenvolvimento económico baseado no sistema capitalista, caracterizado pela inovação científica e tecnológica, marca os dourados de uma era esplendorosa de crescimento mundial. Mas, embora as economias mundiais tenham prosperado, a equidade da riqueza não é homogénea entre os cidadãos, tendo-se acentuado as desigualdades sociais entre estes. Não obstante, também este período caracteriza um aumento exponencial de produção e consumo que inicia um devaste massivo da Natureza, cuja consequência ecológica culmina nas alterações do habitat idóneo para a vida humana no Planeta Terra.

Palavras-chave: Utopia; Capitalismo; Economia; Ecosistema; Desigualdades Sociais

Enquadramento teórico

Este Congresso inicia em torno do legado do grande Sociólogo Erik Olin Wright, conhecido essencialmente no âmbito dos seus trabalhos de reflexão sobre as classes sociais. Wright procurou rememorar os debates teóricos sobre as estruturas de classe social, de inspiração marxista, denominada por Luta das Classes. O autor dos *Manifestos Comunistas* (1844) antevia a epidemia sistémica disseminada pela privatização dos meios de produção sob o impulso do capital e, logicamente, originaria uma sociedade de classes. K. Marx advoga que o capital impulsionaria uma sociedade de classes pela dominação do trabalhador, mas também a própria divisão do trabalho tornaria o trabalhador no objeto do seu próprio trabalho. —“*L'appropriation de l'objet se révèle à tel point être une aliénation que plus l'ouvrier produit d'objets, moins il peut posséder et plus il tombe sous la domination de son produit, le capital.*” (Marx, 1844:29). Também, Erik Wright percebera as metamorfoses sociais originadas pelo capital e o mal-estar

¹ Mestranda na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

social gerado no seio da sociedade capitalista e acreditava ser possível uma nova era pós-capitalista. É importante salientar que, na tradição marxista, a crítica ao capitalismo, no quadro conceptual dos valores teóricos referentes a este modo de produção, traduz uma série de dificuldades teóricas do marxismo que, muitas vezes, acaba por incorrer numa fascinante alegoria. O sociólogo norte americano, consciente das incongruências do marxismo, mas seduzido por este, propõe um socialismo democrático através de uma transformação do atual modo de produção capitalista. O modo de produção que está na génese da sociedade capitalista, segundo os economistas, resulta de uma transformação própria no processo evolutivo social e cultural, que se inicia com a Revolução Industrial. A Revolução traz consigo uma série de transformações científicas e tecnológicas que, paulatinamente, foram transformando o mundo e produzindo uma série de mudanças na vida humana. A análise reflexiva sobre a sociedade moderna, refere que as relações sociais passaram a organizar-se em função da sua determinante fundamental, o capital. O valor do capital passa a ser proporcional ao valor trabalho. A organização social em torno do trabalho assalariado é o ponto de partida para uma análise sobre a lógica de relações desenhadas em função do capital, característica da sociedade capitalista. As relações materiais de produção ao redor do trabalho, enquanto atividade humana, passam a constituir o elemento quantificável para a produção de riqueza.

Produção / mercadoria

A produção de riqueza de uma região num determinado período é definida pelo PIB, embora este indicador nos mostre a taxa de riqueza produzida, nada nos revela sobre as desigualdades sociais sentidas no interior de um país, como refere T. Piketty –“ *Le rapport capital/revenu, mesuré au niveau d’un pays dans son ensemble, ne nous dit rien sur inégalités à l’intérieur de ce pays.*” (Piketty, 2013:91). A distribuição da riqueza na sociedade capitalista não é homogénea e cria desequilíbrios entre os indivíduos, originando uma menor equidade na justiça social. O desequilíbrio inerente à distribuição da riqueza na sociedade capitalista é o que, na perspectiva de K.Marx, leva à eterna acumulação de capital –“« *Des sociétés dans lesquelles règne le mode de production capitaliste s’annonce comme une « immense accumulation de marchandises*».” (Marx, 1985:27). A acumulação de capital mencionada por Marx na citação *supra*, deve-se ao facto do mercado se tornar no centro de gravitação da sociedade moderna capitalista. O Homem Moderno, inebriado pela conquista da racionalidade, torna-se a medida de todas as coisas. A Modernidade acende a luz do progresso e inicia a sua marcha imparável com as aventuras da mercadoria e o culto do fetichismo mercantil. O valor atribuído à mercadoria passa a substituir a representação dos deuses que detêm o destino dos homens - “O abandono do imaginário religioso operado pela modernidade, porque a esse abandono sucedeu o surgimento de uma nova divindade: o mercado” (Jappe, 2019:204). O mercado surge como um instrumento de realização de trocas e, simultaneamente, incrementa a divisão do trabalho através da especialização do trabalhador perante a solicitação mercantil. O sistema de necessidades desenvolvido ao redor do mercado abre novos horizontes na dimensão psicossocial da organização semântica da sociedade civil. “A chamada existência pública ou “esfera” pública designa o meio de intersecção e síntese dos fenómenos de construção da identidade do sujeito. Ela é, neste sentido, um meio simbólico” (Pires, 2011:227).

Natureza pulsional do sujeito e sociedade

Na citação *supra*, tal como fora referido por Pires, o universo “*simbólico da existência pública*” determina a natureza objetiva do mundo externo e serve como o meio de canalizar a paixão subjetiva, de natureza pulsional, por intermédio do domínio do desejo. A construção moderna

da forma-sujeito racional, encara o prazer como a submissão à rigidez da razão. A razão por meio da lei moral impõe a subordinação da espontaneidade à rigidez da norma, cuja feição se assemelha a uma máquina, numa espécie de engrenagem que regula os comportamentos da vida quotidiana dos indivíduos. Portanto, a racionalidade deve expulsar a suas próprias pulsões tidas como irracionais. A submissão do prazer a uma rígida racionalidade, encontramos-na descrita em autores como Emmanuel Kant e Marquês de Sade, embora com perspectivas antagônicas. Enquanto para E. Kant a faculdade de desejar obedece à razão, na perspectiva de Marquês de Sade, o desejo representa a *ausência de limites* – o desejo arde continuamente na sua insaciabilidade até à destruição perante um mundo carente de sentido. Nas obras de Marquês de Sade podemos observar: “O elogio da modernidade e da ausência de limites, de um desejo furioso e sem fim perante um mundo vazio de significação, desejo que só na destruição pode afirmar-se, porque nada em concreto o pode saciar – tal como acontece com a forma-mercadoria.” (Jappe, 2019:75). O corpo, em Sade, surge como uma espécie mercadoria negociável, cujo valor pode ser representado pelo dinheiro, e que hoje as companhias de seguros estão dispostas a negociar, consoante o seu estado de conservação. A *Modernidade Líquida* referida por Zygmunt Bauman começa e ser delineada em Marquês Sade, com a separação dos átomos da estrutura molecular da consciência coletiva na promoção e celebração do desejo na fugaz felicidade libidinal motivada pelo desejo de consumir. O desejo, na sociedade moderna, torna-se no atributo que oferece significação à vida humana e apresenta vantagem de poder ser rapidamente satisfeito: no mercado. O que na perspectiva de Jappe significa que “Sade foi um defensor do capitalismo no momento em que este se desfazia de todos os limites até então em vigor, em perfeita concordância com as teorias liberais desse tempo” (Jappe, 2019:76). No exposto, Jappe menciona as teorias liberais que se encontram na estrutura que alicerça o modo de produção capitalista e a sua influência na relação dos sujeitos com o mundo.

Breve noção histórica

Transformação social

Apesar de todas as críticas tecidas ao liberalismo económico, convém salientar que este movimento está na origem da libertação dos camponeses que se encontravam agrilhoados pela dominação das classes sociais privilegiadas - o clero e o absolutismo, acoissados ao feudalismo. A Revolução Liberal (1688), em Inglaterra, conhecida como *Gloriosa*, foi responsável por um novo sistema político. Embora o poder político fosse ostentado pelo rei, a constituição de um parlamento para o exercício das funções deliberativas com vista à tomada de decisões – abria a porta a uma nova cosmovisão. Escudero, Historiador da Universidade de Alicante, refere que após a Revolução Liberal – “*Estableció una mornaquia en la que el poder ejecutivo era ostentado por o rey, passando el legislativo a manos de um Parlamento integrado en su mayoría por propietarios (landlords, gentry y grandes comerciantes.*” (Escudero1998:163). No exposto, a modificação na estrutura do exercício do poder que se encontra na origem do movimento liberal dá início a uma nova unidade social, através da criação de leis, que definem os direitos e os deveres dos sujeitos para com a comunidade e vice-versa. O movimento liberal, paulatinamente, esboça uma nova orientação na organização social baseada na não alienação da liberdade individual. A não alienação da liberdade individual, na perspectiva de Edmundo Pires representa – “A sociedade civil” é uma das muitas expressões do paradoxo da independência partilhada e, também, das suas soluções imaginárias e, provavelmente, nos dias de hoje, a expressão mais sintomática.” (Pires, 2011:229). No exposto, Pires apresenta a expressão do paradoxo constituinte da sociedade civil, como uma relação de independência

partilhada, na medida em que os sujeitos são condicionados pela a organização social que suporta o Estado. Neste último ponto, relativo ao paradoxo de Independência, Pires advoga o seguinte:

A fórmula emblemática para definir o nosso paradoxo ocorre numa disciplina que hoje dirá pouco aos militantes dos direitos cívicos: na Economia Política. Com efeito, foi A. Smith quem celebrizou uma proposição mais ou menos espalhada nos teóricos escoceses da Economia Nacional e que lhe havia servido para exprimir o funcionamento do mercado. Trata-se da fórmula da “mão invisível. (Pires,2011:229).

Mercado

Na citação *supra*, o mercado é o elemento que permite a independência partilhada que se encontra na base da organização da sociedade civil, explicitando o paradoxo da independência partilhada referida por Pires. Esta perspectiva é partilhada pelos teóricos liberais e cimentada nos ideais das conceções preconizadas por Adam Smith. O mercado, na ótica de A. Smith, surge como uma forma de autorregulação e coordenação da unidade social por intermédio da mão invisível. A “mão invisível” é numa espécie de arte de governação idealizada à luz de um modelo matemático apresentada por A. Smith na sua obra: A Riqueza das Nações. Na ótica do autor: “Todos os homens vivem das trocas, tornando-se, até certo ponto, mercadores, e a própria sociedade se vai transformando numa verdadeira sociedade mercantil.” (Smith, 1950:107). Na sociedade mercantil, o mercado não só é o instrumento que permite a satisfação das necessidades como estabelece uma harmonia e proximidade no encontro dos agentes económicos, à qual Pires refere como – “estratégia imaginária dos indivíduos à saída da sua precária condição natural.” (Pires, 2011:229). Portanto, na sociedade mercantil, a “mão invisível” age como um mecanismo anónimo que regula o trabalho social através da lei dos mercados, ou seja, a Lei de Say vulgarmente denominada pela Lei da Oferta e da Procura. A Lei da Oferta e da Procura regulou os princípios de toda a economia clássica. A Lei de Say refere que a produção precede o consumo, e a procura de um indivíduo só pode ser satisfeita se este indivíduo também tiver algo para oferecer a alguém. Pela razão exposta no último parágrafo, os teóricos da economia clássica acreditavam que a Lei de Say regulava o mercado ajustando-o automaticamente, alimentando a ideia de um sistema económico baseado no equilíbrio. Esta noção de equilíbrio, segundo Francisco Louçã significa que:

O equilíbrio tem sido definido em economia predominantemente em dois sentidos fundamentais: como um conceito posicional, como sendo o estado de repouso de um sistema, ou como um conceito de movimento, como a evolução entre dois estados de repouso sucessivos, tal como a que é produzida por uma modificação de preços no mecanismo geral de oferta e de procura. (Louçã, 1997:155).

Economia

No exposto, podemos depreender que esta noção de equilíbrio assenta no binómio repouso/movimento responsáveis pela oscilação da balança que regula os preços no mercado. Logicamente que nenhum destes conceitos é simples, ambos traduzem um tipo de racionalidade que coloca a tónica numa visão mecanicista do funcionamento da economia. Contrariamente à teoria clássica, Mitchell é o primeiro teórico económico a questionar a noção de equilíbrio e a colocar uma hipótese contrariando essa noção, mas é John Keynes, segundo F. Louçã quem – “apresentou duas diferenças essenciais que identificaram a sua posição: a primeira seria rejeição de toda a racionalidade única, o «cálculo benthamista» que suporta a ficção da certeza, e a segunda diferença, porventura a mais importante, era a sua própria contribuição metodológica” (Louçã, 1997:158). A rejeição de Keynes ao modelo axiomático de equilíbrio resulta de uma análise baseada na instabilidade do comportamento humano, cuja

importância do factor comportamental dos agentes económicos mostra grande relevância na economia. As teorias defendidas por Keynes são posteriormente adotadas na sequência do fracasso do Tratado de Versailles, o que leva à ruína da República de Weimar e culmina na Segunda Guerra Mundial. Na época, J. Keynes, representante do Tesouro Britânico, presente nas negociações de paz em Paris, percebera que as fortes imposições e restrições económicas colocadas à Alemanha na sequência da guerra a impediriam de se restabelecer economicamente – o que se verificara posteriormente, e esta acabaria por sucumbir numa profunda inflação que teria como consequência outra guerra. As restrições económicas impostas a Alemanha eram excessivas e poderiam revelar-se desastrosas. Esta advertência fora feita por John Keynes em 1919, em Paris, nas negociações do Tratado de Paz. As revelações deste momento foram descritas, anos mais tarde, pelo autor presente na realização do Tratado de Versailles, na sua obra: *As Consequências Económicas da Paz*. A Segunda Guerra Mundial acontecera com uma destruição massiva dos territórios e dos povos europeus, tal como prevera J. Keynes.

Perspectiva económica

Depois do período conturbado da guerra, por volta de 1945, os europeus reerguem as suas economias dos escombros, período este que na perspectiva de Barciela, assinala uma época de crescimento económico no período 1950-1973 é caracterizado por uma época de prosperidade geral sem precedentes. O contraste agudo com a época instável entre guerras e a crise económica de 1973 levou muitos autores a classificar o período de 1945-1973, como a idade de ouro do capitalismo época de maior crescimento a nível mundial, como alega o autor na citação *infra* – *Después, el período 1950-1973 se caracterizo por una prosperidade general sin precedentes. El agudo contraste con la inestable etapa de entreguerras y con la crisis económicas de 1973 há levado a muchos autores a calificar dicho período como la edad de oro del capitalismo*” (Barciela, 1998:339). Segundo Barciela a partir da década de 1945, o mundo global atinge uma das maiores taxas de crescimento de que há memória histórica. Nesta época histórica de crescimento, o Estado assume a responsabilidade de manter o pleno emprego e verifica-se a adoção das medidas económicas defendidas por J. Keynes, baseadas no investimento de capital, de modo a aumentar as expectativas e a dinamizar a atividade económica. John Keynes, na Teoria Geral, advoga que:

Com efeito, o processo de acumulação de capital para satisfazer o novo estado das expectativas pode levar a um nível de emprego e, também, a um montante de consumo corrente superiores aos que se verificarão quando alcançada a posição de longo prazo. Assim, as alterações das expectativas podem levar a um gradual crescendo do emprego, que subirá até um pico para depois declinar até ao nível de longo prazo. (Keynes, 2010:72).

No exposto, na citação *supra*, segundo o autor - o Estado deve estimular o investimento, de modo incrementar a economia para poder gerar emprego. No período de 1945 a 1973 foram então adotadas, em grande parte dos Estados, políticas keynesianas baseadas no investimento para gerar crescimento económico e fomentar o emprego, porque emerge a ideia da criação de uma sociedade de bem-estar. Barciela alega que J. Keynes defendia a sociedade de bem-estar, referindo que para o autor da Teoria Geral – “(Barciela, 1998:3 *De hecho, uno de los objetivos fundamentales de la política económica era, junto al crecimiento económico, la consecución del pleno empleo, prupuesta por el keynesianismo y el Estado del bienestar.*” 50).

Keynes e Estado de Bem-Estar

Na sequência da adoção das política keynesianas, o número de empregados cresce consideravelmente, devido ao investimento público e privado com o aumento considerável da

população ativa e, sobretudo, nas economias mais desenvolvidas, a mulher é incorporada no mercado de trabalho. Por conseguinte, adoção das novas medidas económicas, na perspectiva de Barciela -, “*Los países occidentales se beneficiaram de la acción de los círculo virtuosos del crecimiento, uno interno y outro internacional*” (Barciela,1998: 367). Este período é, sem dúvida alguma, o período de maior crescimento e expansão do sistema económico capitalista; contudo, a prosperidade e o bem-estar não foram alcançadas proporcionalmente por todos os habitantes do Planeta. Em alguns países do mundo, as desigualdades sociais, ainda se acentuaram mais entre os seus habitantes. A acentuação das desigualdades leva a um clima de insatisfação por parte dos cidadãos e, no início da década de 60, começara a surgir movimentos de descontentamento relacionados com o fracasso das políticas socialistas relativamente a equidade da riqueza e justiça social, que não correspondia à homogeneização do Estado de bem-estar. Os movimentos de descontentamento dos indivíduos perante as políticas socialistas e as crises dos grandes sistemas financeiros mundiais, tais como: «*FMI, BM, GATT*», embora não colapsassem, acabaram por gerar a descrença quanto ao papel do Estado na proteção dos cidadãos. A fé nas políticas keynesianas é fortemente abalada com a crise 1973. Na sequência da crise de 1973 dá-se o ressurgimento dos ideais liberais baseados na crença de que o Estado não deve intervir na economia. A ideologia de que o Estado não deve intervir no mercado é defendida pelos liberais, tal como: V. Mises e F. Hayek. Na óptica destes dois economistas, o mercado é um sistema de autorregulação que corrige automaticamente os seus próprios desequilíbrios sem necessidade da interferência do Estado. O que leva Friedrich Hayek a argumentar contra Keynes -, “Querida que o poder do Estado se retirasse para uma cidadela mínima e desejava ver todos os elementos da economia, mesmo a emissão de dinheiro, em mãos privadas, porque ele rejeitava o monopólio estatal do poder de criar dinheiro” (Wapshott, 2013:315).

Trabalho e sobreposição da vida

Segundo o economista da Escola Austríaca, a interferência do Estado na economia é uma forma de totalitarismo, uma vez que a economia é um processo evolutivo da humanidade que se desenvolve na simbiose do homem com o meio ambiente quando este *deixa de ser um simples parasita da natureza*. Na aceção hayekiana, o mercado age sobre as trocas, regulando naturalmente a vida humana na sociedade, de modo que qualquer intervenção do Estado serve de condicionante à progressão evolutiva natural, levando àquilo que Hayek denomina o *Caminho da Servidão*. O que está aqui em causa é o elemento fundamental da vida humana – “O trabalho sobrepõe-se à vida quando lhe ocupa o espaço todo, para assim alcançar o infinito através de ilimitados usos futuros” (Maris, 2019:13). Na citação *supra*, Bernard Maris argumenta que o conceito originário de trabalho como alimento da vida é facilmente transfigurado, no sentido de que o trabalho ocupa a totalidade do tempo da vida humana, com o objetivo de acumular bens materiais para que a alma humana possa alcançar a infinidade. No exposto, o trabalho, segundo Bernard Maris, significa – “Por isso, o «trabalho já não é a criação», é a criação «sistematizada» pelo capitalismo em busca da dimensão. É certo que ele «possui ética e valoriza a vida de quem aceita a sua condição»” (Maris, 2019:13). O capitalismo, na óptica da Bernard Maris, valoriza a vida porque permite transferir as dívidas dos homens para com a Natureza. Este sistema permite que os indivíduos não devam nada a ninguém. Na citação *infra*, Maris refere que:

O capitalismo permite transferir as dívidas. É um sistema no qual os indivíduos não devem nada a ninguém. Deixa de haver dívidas pessoais. A moeda é uma obrigação de dívida dos objetos, e as obrigações de dívida, tal como os objetos, circulam. As dívidas (as obrigações de dívida) são pessoais porque incidem sobre as coisas. O capitalismo é o meio mais radical de

acabar com os deuses, com os pais (e agora com os filhos, visto que as dívidas são transmitidas aos filhos), com a doação, com a culpa ligada à dívida (Maris,2019:39).

No exposto, a racionalidade capitalista permite que nós, humanos, por intermédio do trabalho possamos aliviar as dívidas para com a divindade e tornamo-nos livres.

Capitalismo

A racionalidade desenvolvida no curso do modo produção capitalista assenta numa visão de cisão entre objecto do trabalho e o trabalhador, porque só através do desvinculamento emocional do trabalhador ao seu objeto de trabalho é possível fomentar o consumo numa espécie de confraternização permanente da frustração pelo desejo de novidade. Abordarmos a relação do trabalho e trabalhador no podo de produção capitalista, não podemos deixar de mencionar dois autores de referência como: Marx e Weber, o que leva Bernard Maris a alegar que “O primeiro evoca a exploração, o segundo, a vocação, que se aplica igualmente ao capitalista e ao assalariado. O espírito do capitalismo é a vocação para o trabalho: o trabalho é preferível à ociosidade – «negotium em vez de otium»” (Maris, 2019:13). No exposto, B. Maris diz-nos que a organização da vida é feita através do trabalho; o que difere são as perspetivas de análise quanto à racionalidade prática do mesmo. O que para Marx é exploração, na análise de Weber implica – “A recusa do consumo da vida («a recusa da alegria de viver», diz Max Weber) bem como o desejo de acumular incessantemente dinheiro estão no cerne do espírito do capitalismo” (Maris, 2019:33). Na perspectiva de M. Weber, o burguês não usufrui dos bens materiais para obter prazer, mas com o propósito de adquirir «*Ad Maiorem Dei Gloriam*», ou seja, a salvação eterna. Estas teses de Marx e Weber suscitam o interesse dos mais variados especialistas que vão desde a filosofia a psicanálise, onde mergulham autores como: Freud, Marcuse, Reich, entre outros. Na Ética Protestante é o homem que adia o prazer e, assim, perpetua os bens materiais acumulando-os. No acumular constante de mercadorias, segundo B. Maris – “Daí a frustração permanente dos consumidores, e a escravatura voluntária dos assalariados (que encontramos sob as formas derradeiras da divisão do trabalho, o *toyotismo* por exemplo) e o sadismo (ou a perversão) de um sistema que funciona com base na frustração e na escravatura” (Maris, 2019:33). Como já fora referido ao longo do texto, o desejo de acumular dinheiro que subjaz ao espírito capitalista mencionado por B. Maris – encontramos-lo na obra de Max Weber: *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* subjaz à ideia de que a riqueza material representa o sinal divino na Terra como garante da vida eterna.

Saldo da dívida

Portanto, a ideia que podemos retirar da obra referida, no parágrafo *supra*, todos nós nascemos com uma dívida divina e passamos parte da vida a pagar com o corpo para que Deus nos garanta, na posteridade, a vida eterna do espírito. O capitalismo, tal como já fora referido no texto - é a melhor forma para o efetuar o pagamento das nossas dívidas hereditárias. O paradoxo capitalista consiste no pagamento de uma dívida aos deuses para comprar a liberdade através do esforço do trabalho, mas as nossas contas nunca são saldadas no mundo material. Por essa razão, a acumulação capitalista está no germe da neurose da sociedade moderna na sua constante fluidez. Não obstante, o desenvolvimento do sistema económico capitalista é associado a um aumento de bem-estar social, à promoção da educação e ao desenvolvimento científico e tecnológico – embora também se observe um notório desenvolvimento de classes sociais, tal como fora referido K. Marx na *Luta de Classes Sociais*. As classes desenvolvidas pelo capitalismo, na perspetiva de Anselm Jappe:

Mostram, por exemplo o carácter «anal» da classe burguesa, virado para a acumulação e a poupança. Para esta classe, tais comportamentos acumuladores, não são neuroses, constituem as bases do seu papel social e levam-na à obediência cega, suscetível de se transformar em personalidade autoritária» cheia de preconceitos e ressentimentos, e presa ideal da propaganda fascista” (Jappe,2019:123).

A ideia motriz que sustenta o capitalista moderno orienta-se pela rentabilidade e visa a maximização do lucro. O consumo estimula a produção e quanto mais se consumir, mas somos impulsionados produzir. Mas, para estimular o consumo que leva à produção, o sistema capitalista desenvolve a inovação associada ao produto. A inovação é um conceito de cunho Schumpeteriano e fora determinante para desenvolvimento da legião capitalista moderna. Francisco Louçã alega que a inovação - “No sistema de Schumpeter, o termo análogo ao sistema nutritivo era o crescimento que pode ser considerado uma característica do fluxo circular, sob o impulso da acumulação de capital e do crescimento da população” (Louçã, 1997:249).

Autofagia

O triunfo do sistema capitalista está intimamente associado a estratégias inovadoras das empresas para se poderem manter competitivas, mas também ao exponencial aumento da densidade populacional para assegurar o consumo. Com efeito, a análise do modo de produção capitalista na perspetiva do Historiador da Universidade de Alicante:

Observado numa perspectiva mundial, finalmente, a explosão demográfica da população acabou por ser um dos problemas mais ameaçadores, principalmente nos países mais atrasados. A degradação do Planeta, como consequência do aumento populacional sustentado por um modelo de desenvolvimento que devora os recursos naturais, os efeitos contaminantes a nível global mostra-nos agora que este problema é de difícil resolução (Barciela, Ano:368).

Na citação *supra*, podemos perceber que o desenvolvimento do capitalismo moderno aliado ao aumento demográfico exponencial da população mundial, em algumas regiões do globo associada a exploração desenfreada dos recursos da natureza conduzir-nos-á ao processo de autofagia. Autofagia é um conceito utilizado na biologia e significa a destruição de elementos das células pelas suas próprias enzimas levando-as a digerir partes de si mesmo. A *Sociedade Autofágica* é uma obra de Anselm Jappe e aborda a problemática do consumo desenfreado, desmesura e a autodestruição da nossa civilização. A destruição da nossa civilização é a barbárie pós-moderna e vislumbra uma crise pior do que as vividas pelas sociedades do passado. Na citação *infra*, segundo Jappe:

A crise do capitalismo é uma crise da forma-sujeito que remete para as próprias origens do capitalismo: tanto na sua origem como no fim, estão presentes a pilhagem e a violência directa. «Quando a concorrência mundial em tempos de crise se torna selvagem a todos os níveis, os sujeitos também se tornam selvagens. A forma- sujeito decompõe-se, revelando de um modo novo o seu núcleo violento (Jappe,2019: 304).

Alterações climáticas

A autodestruição da humanidade enquanto espécie, talvez possamos a comparar, por analogia, ao mito de Erisícton a *húbris* –, o rei avarento que pretendia cortar a árvore concedida a Deméter, para utilizar a madeira no soalho de sua casa. A árvore era gigante e bela, na sombra dos seus ramos dançavam as dríades e as ninfas da floresta, esta era o encanto do bosque. Contudo, o rei estava decidido a cortar a árvore e, juntamente com os seus súbditos, cortou a árvore. Deméter ficou furiosa e lançou-lhe uma maldição. A maldição lançada por Deméter fez com que o Rei Erisícton tivesse uma fome voraz e insaciável:

Nada porém, acalma a fome de Erisícton, e« [...] quando a violência do seu mal esgotou todos os alimentos / e à sua penosa moléstia deu o seu novo pasto/ ele mesmo dilacerou os seus próprios membros e se pôs a arranca-los/ mordendo o desgraçado do seu próprio braço para de seu próprio corpo se nutrir, mutilando-se» (Jappe, 2019:8).

No exposto, na citação *supra*, A sociedade moderna capitalista deambula suavemente no seu processo de autofagia. A sociedade mundial está a implodir na sua fome devoradora, consumindo o seu próprio habitat, meio idóneo até agora conhecido para a realização da vida humana. Começamos agora, a despertar e a desenvolver uma consciência ecológica de que é fundamental proteger a Natureza, porque os recursos naturais são limitados. O meio ambiente está em constante transformação e a actividade humana, como sabemos, tem tido um grande impacto no nosso ecossistema. Nos últimos anos, devido ao crescimento económico e ao aumento significativo da densidade populacional, como tem sido mencionado no texto, o mundo assistiu à desflorestação das florestas mais importantes do Planeta consideradas como o pulmão da Terra. A desflorestação do Planeta é o que produz uma maior alteração na regulação do seu sistema ecológico. Mas, nós só nos começamos a preocupar com as alterações climáticas quando os *media*, como refere Ulrich Beck, passam a difundir “A *génese mediática da catástrofe*” (Beck, 2015:137). As alterações climáticas são inegáveis e os riscos são perceptíveis a olho nu, o que leva o autor da Sociedade de Risco Mundial a advogar que:

Existe uma percepção, uma construção e uma mediatização cultural dos mesmos; eles fazem parte do «tecido» de conhecimento social, com todas as suas contradições e conflitos. As consequências catastróficas das alterações climáticas de se tornar visíveis, como já foi demonstrado, isto é, têm de ser encenadas de forma eficaz, para que se crie a urgência de agir (Beck, 2015:167).

No exposto, o autor alega que a nossa percepção é influenciada pela construção do tecido social onde estamos inseridos, com todas as contradições e conflitos que daí possam surgir, mas as alterações do ecossistema são inegáveis, como tal, é fundamental encenar as probabilidades de forma eficiente e agirmos. Embora não se pretenda transmitir uma visão pessimista - se a destruição massiva da biosfera se mantiver, a espécie humana correrá o risco de ser desalojada do seu habitat natural. O saque selvático feito à Natureza nos últimos anos, em função do capitalismo moderno que insiste em não morrer – acreditar na sobrevivência da espécie humana, no momento actual, ressoa a uma Real Utopia.

Conclusão

O presente texto procura uma abordagem de reflexão filosófica sobre o tema Utopia no Horizonte do Estado do Capitalismo em Transformação, tema proposto pela organização do Congresso que visa homenagear ao Sociólogo Erik Olin Wright. Embora o tema desenvolvido não incida sobre a obra do Sociólogo, a sua reflexão em torno das classes sociais originadas na sequência do capitalismo leva-nos até à Lutas de Classes de Karl Marx. Na primeira parte do texto foca-se as relações sociais desenvolvidas através da divisão do trabalho, o processo mercantil e o capital. Nos tópicos 2e 3 são apresentadas as transformações sociais constituídas por o binómio sujeito/sociedade decorrente dos processos de consciência intrínsecos e extrínsecos às modificações históricas responsáveis pela reestruturação semântica da organização social. Nos tópicos 4,5,6 são enfatizadas as teorias económicas de Von Mises e a Escola Austríaca em contraposição com John Keynes, na sua relação com o mercado e as modificações que advêm na sequência das Primeira e Segunda Guerras Mundiais. Nos tópicos 7,8 e 9 procura-se dar atenção as relações sociais em torno do mercado e o consumo desenfreado próprio da sociedade capitalista, motivada pelo desejo de consumir numa espécie de confraternização da frustração que caracteriza a sociedade moderna. Nas últimas páginas do

texto faz-se uma alusão ao espírito do capitalismo, como o modo de produção que permite o pagamento das dívidas dos homens para com os deuses e, assim, compram a sua liberdade. O capitalismo na sua essência acabara por ser desvirtuado, uma vez que a acumulação de riqueza servia como garante da vida eterna e, posteriormente, na sociedade moderna passa ao consumo desmedido. Portanto, o capitalismo alimenta-se do consumo e quanto mais consome maior necessidade tem de se produzir para poder continuar a alimentar o sistema. Este modelo de produção associado ao aumento da densidade populacional e ao consumo de maior quantidade de recursos naturais do que os disponíveis, o saque selvático à Natureza nos últimos anos é responsável pelas alterações climáticas, que constituem uma ameaça para o Planeta Terra e para a espécie humana. A nossa sociedade moderna líquida de desejos libidinosos fugazes caminha para o processo de autofagia, como refere Anselm Jappe, autor da *Sociedade Autofágica*, ou seja, autodestruição da sociedade como hoje a conhecemos.

Referências bibliográficas

Jappe, Anselm.(2019) *A Sociedade Autofágica*. Lisboa: Antígona.

Keynes, M.J. (2010). *Teoria Geral de Emprego, do Juro e da Moeda*. Lisboa: Relógio D'Água.

Louçã, Francisco. (1997). *Turbulência Na Economia: Uma abordagem evolucionista dos ciclos e da complexidade em processos históricos*. Porto: Afrontamento.

Maddison, Angus. (1998). *Historia del Desarrollo Capitalista. Sus Fuerzas Dinâmicas*. Barcelona: Ariel.

Maris, Bernard. (2019). *O Futuro do Capitalismo*. Coimbra: Conjuntura Actual Editora.

Marx, Karl. (1985). *Le Capital*. Paris : Flammarion.

Nicholas Wapshott (2011). *Keynes Hayek: O Confronto que Definiu a Economia Moderna*. Lisboa: D. Quixote.

Pires, Balsemão. (2011). *A Individuação da Sociedade Moderna*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Piketty,Thomas. (2013) *Le Capital au xxi Siècle*. Paris : Du Seuil.

Simth, Adam. (1950). *Riqueza Das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Beck, Ulrich. (2015). *Sociedade do Risco Mundial*. Lisboa: Edições 70

Imaginar utopias reais para a redução das desigualdades de saúde nos países da Europa do sul

Mauro Serapioni,¹ Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
mauroserapioni@ces.uc.pt

Resumo: Na obra seminal *Envisioning Real Utopias*, Erik Olin Wright identifica três tarefas para a "Ciência social emancipatória" (CSE) cumprir sua missão de criar as "condições para a prosperidade humana": formular uma "diagnose e crítica sistemáticas" das estruturas e instituições sociais que produzem sofrimento e desigualdades; entrever "alternativas viáveis" para substituir ou amenizar os efeitos de tais estruturas; elaborar uma teoria de "transformação social", para projetar alternativas realizáveis e aptas a superar obstáculos e impasses. Não é suficiente ? enfatiza Wright ? demonstrar que as pessoas sofrem no mundo, a CSE deve discernir as causas que geram tais opressões e desigualdades. Sem dúvida o contínuo incremento das desigualdades intra e inter-países representa um dos problemas mais graves da nossa época, particularmente as que Goran Therborn definiu como "desigualdades vitais", relativas às disparidades de vida e de morte e à diferente exposição a riscos, e medidas com indicadores de mortalidade, morbidade, nutrição, etc. Em seu trabalho recente *The Killing Fields of Inequalities*, Therborn afirma que quando as desigualdades estão em ascensão, como acontece hoje em dia, elas não podem ser ignoradas pelos cientistas sociais, mas é urgente levantar o alarme sobre suas consequências letais. A partir destas elaborações teóricas e com a contribuição da sociologia da saúde, nomeadamente de autores como Siegrist, Cockeram, Scambler e Coburn, este paper se debruça na análise das crescentes desigualdades de saúde, em nível internacional, e realça o fortalecimento da influência da classe social na determinação da saúde, doença e morte, sobretudo durante este período de intensificação do neoliberalismo global. Em conclusão, o paper analisa o impacto da crise de 2008 nos sistemas de saúde e nas desigualdades nos países da Europa do sul.

Palavras-chave: Teoria emancipatória; Desigualdades sociais e saúde; Crise económica; Classe social; Europa do sul.

Ciência social emancipatória e utopias reais

Na obra seminal *Envisioning Real Utopias* (2010), Erik Olin Wright apresenta o desafio de 'imaginar utopias reais' como uma componente essencial da 'Ciência social emancipatória'² (CSE). Não é fácil traduzir o termo 'Envisioning', uma vez que não existe equivalente exato nas línguas neolatinas. 'Imaginar' é o termo mais aproximado, mas ainda longe do sentido da palavra em inglês, a qual pretende apontar para uma alternativa que se poderá tornar realidade

¹ Investigador do CES.

² Para Wright (2010: 7), o conceito emancipação - originalmente adotado para descrever a emancipação dos escravos - é utilizado, a partir do século XX, pelos movimentos de esquerda para reivindicar a eliminação de qualquer forma de opressão, e não somente as formas coercitivas.

através da ação, e não um simples desejo ou intenção que está ainda distante do mundo real (Wright, 2010).

O objetivo da CSE, na perspectiva de Wright, é a produção de conhecimentos científicos relevantes para construir um projeto coletivo, denunciando os diversos modos de exploração e opressão dos seres humanos, e sustentando a possibilidade de uma vida mais próspera. A ideia de utopias reais abraça a “tensão entre sonhos e práticas” (Wright, 2010:4). Trata-se de utopias fundamentadas em potencialidades reais que podem orientar as nossas atividades. Para o autor, as instituições sociais podem ser planeadas de forma a que possibilitem eliminar as formas de opressão que impedem que se alcance “vidas satisfatórias e significativas” (Wright, 2010: 5). O papel prioritário das políticas emancipatórias é, exatamente, o de conceber tais instituições sociais. Entretanto, as alternativas desenhadas para reformar ou revolucionar as instituições existentes podem - reconhece o autor - resultar em consequências negativas não intencionais. Essa é a crítica recorrente adotada pelas correntes políticas conservadoras. No entanto, o mesmo acontece com as reformas promovidas pelos governos conservadores e pelas instituições financeiras, como é o caso - exemplifica Wright - dos efeitos não intencionais maciços e destrutivos produzidos em muitos países pobres, pelos programas de ajuste estrutural do Banco Mundial. Certamente, tais alternativas inspiradas pelas CSE poderão ter consequências indesejadas de diferentes tipos, as quais poderão, no entanto, ser monitorizadas e abordadas. O importante, realça o autor, é que elas não representem uma “ameaça fatal para os próprios projetos emancipatórios” (Wright, 2010:6).

Neste prisma, o autor apresenta bases empíricas e teóricas que sustentam uma perspectiva democrática igualitária e radical para um mundo social alternativo, e analisa quatro experiências, que o autor define por utopias reais: a) o *orçamento participativo da cidade*, a experiência de uma cidade dividida em diferentes bairros, cada bairro com a sua assembleia, a qual define o seu orçamento, e várias assembleias orçamentais, em toda a cidade, que discutem e deliberam sobre temas do interesse de todo o município: eventos culturais, transporte público, saúde, etc. Este é o modelo desenvolvido na cidade de Porto Alegre, Brasil; b) *wikipedia*, uma grande enciclopédia da Internet, de acesso livre, é uma forma anticapitalista de produção e disseminação do conhecimento. É gratuita para qualquer pessoa que tenha acesso à Internet, mesmo em países muito pobres. É uma forma de produção igualitária, produzida com base nas “reciprocidades horizontais, ao invés de um controlo hierárquico” (Wright, 2010: 2); c) *as cooperativas de trabalhadores-proprietários de Mondragon*, um conglomerado de cooperativas da propriedade de trabalhadores na região basca da Espanha. Todos os proprietários são, também, trabalhadores e produzem uma ampla variedade de bens e serviços. Os dirigentes são eleitos pelos trabalhadores; d) *Renda básica incondicional*: todos os residentes legais de qualquer país recebem um subsídio de renda básica suficiente para proporcionar uma vida decente. Para Wright (2010:4) é uma proposta teórica que envolve alguma especulação sobre os seus efeitos. No entanto, existem boas razões - acrescenta o autor - para acreditar que poderá funcionar e representar “pedras angulares de um outro mundo possível”. Estes são alguns dos exemplos que Wright (2010:4) define como “utopias reais”.

As tarefas da ciência social emancipatória: diagnóstico e crítica

O autor identifica três tarefas que permitem que a CSE cumpra a sua missão de criar as “condições para a prosperidade humana” (Wright, 2010:7): i) formular um “diagnose e crítica sistemáticas” das estruturas e instituições sociais que produzem sofrimento e desigualdades; ii) vislumbrar “alternativas viáveis” para substituir ou amenizar os efeitos de tais estruturas; iii) elaborar uma teoria de “transformação social”, para projetar alternativas realizáveis e aptas a superar obstáculos e impasses.

Nesta seção do artigo, adota-se a perspectiva de análise de Wright, referente à primeira tarefa da CSE - o diagnóstico e a crítica sistemática - para abordar o tema das desigualdades sociais de saúde.

Para Wright, não é suficiente demonstrar que as pessoas sofrem no mundo. A CSE deve discernir as causas que geram opressões, e identificar as propriedades específicas das instituições e estruturas sociais que produzem tais sofrimentos e desigualdades. O diagnóstico e a crítica representam a tarefa da CSE, que mais tem produzido estudos empíricos abrangentes e sistemáticos. Neste sentido, o autor menciona o elevado número de investigações realizadas pelas militantes do movimento feminista, que têm demonstrado como as estruturas e as políticas estaduais reforçaram a subordinação das mulheres e as desigualdades de gênero. Da mesma forma, o autor menciona a relevância dos estudos empíricos, norteados pela teoria marxista, nomeadamente a teoria da opressão racial e a teoria dos conflitos ambientais radicais. Todas estas investigações apontam para os danos gerados pelas estruturas sociais e as instituições existentes, e procuram observar os processos causais responsáveis por tais danos e formas de opressão (Wright, 2010: 8).

Nesta perspectiva, o tema das desigualdades e, designadamente, das desigualdades sociais de saúde (tema deste *paper*), representa outro campo importante de investigação, que, coerentemente com as preocupações e as linhas de análise de Wright, merece ser atentamente estudado – ‘diagnosticado e analisado criticamente’, nas palavras de Wright - pela sua relevância social e pelos seus efeitos desastrosos. De facto, apesar do aumento geral dos padrões de vida, durante o século XX, e da introdução de sistemas nacionais de saúde, muitos estudos têm apontado a persistência de desigualdades sociais de saúde, em todos os países, tanto industrializados, como do Sul global (Hosseinpoor *et al.*, 2015; Comissão Europeia, 2017). Todas as pesquisas demonstram que os indicadores de saúde, tal como a expectativa de vida à nascença, a incidência de doenças e o estado de saúde auto-percebido, não são distribuídos, aleatoriamente, entre as populações, mas existem disparidades significativas relacionadas com o gênero, a classe social, o nível de educação, tipo de ocupação e grupo étnico.

O incremento contínuo das desigualdades *intra* e *inter-países* representa um dos problemas mais graves da nossa época. Therborn (2006) sugere adotar uma abordagem multidimensional das desigualdades, capaz de dar conta da articulação de três tipologias de desigualdades: as vitais, as existenciais e as relacionadas aos recursos. Para o autor, as primeiras foram amplamente ignoradas pela literatura sociológica. As desigualdades vitais, foco deste artigo, dizem respeito às disparidades nas condições de vida e de morte e à diferente exposição a riscos, sendo estas medidas pelos indicadores de esperança de vida, mortalidade, morbidade, nutrição, etc.

As desigualdades existenciais referem-se aos direitos da pessoa e às suas liberdades. As desigualdades de recursos incluem tanto recursos materiais e económicos, como recursos não materiais: conhecimento, educação e relações sociais, ou seja, as três formas de capital (económico, cultural e social) analisadas por Pierre Bourdieu (2001). Embora autónomas e específicas no seu significado e dinâmica, as três dimensões são interdependentes (Therborn, 2006).

No seu recente trabalho *The Killing Fields of Inequalities*, Therborn (2013) afirma que quando as desigualdades estão em ascensão, como acontece, hoje em dia, estas não devem ser ignoradas pelos cientistas sociais, sendo urgente soar o alarme sobre as suas consequências letais. Os sociólogos, realça Therborn, (2013) certamente, analisaram os vários aspetos das desigualdades, no entanto, quase nada foi feito em relação às desigualdades que resultam em morte e interrupção das vidas. Na sua análise crítica, Therborn lembra que a International

Sociological Association (ISA) nem sequer inclui um comité de pesquisa, de entre os seus mais de 50 comités: “o mais próximo é o da estratificação” (Aboim, 2014: 733).

Embora reconhecendo a relevância das críticas de Therborn, não devemos subestimar a contribuição teórica e empírica da sociologia da saúde para a análise da estrutura socioeconómica, como mecanismo gerador de desigualdades sociais de saúde. Segundo Siegrist (2012), a sociologia da saúde e da medicina tem feito enormes progressos científicos, especialmente no campo de estudo dos determinantes sociais. Tal desenvolvimento permitiu estudar as explicações atuais do gradiente social da saúde. De facto, vários conceitos teóricos, diz Siegrist (2012: 256), “da sociologia clássica e moderna foram aplicados com sucesso a esse campo de pesquisa”, em particular os conceitos de estratificação social, papel social, integração social e, mais recentemente, os de *habitus* e de capital social.

Para Cockeram (2011: 246), “a classe social é a responsável principal de saúde, doença e morte”. Nessa perspetiva, Scambler (2009) acredita que o estudo do poder causal das estruturas sociais é fundamental para a explicação sociológica das desigualdades de saúde. Para Scambler (2009: 78), a classe social estendeu, amplamente, a “sua eficácia causal durante esse período de neoliberalismo global elevado”. Na mesma direção, Coburn (2000) denunciou a crescente supremacia do neoliberalismo, a partir da segunda metade dos anos 70, e as suas responsabilidades pelo aumento exacerbado das desigualdades sociais de saúde e pelos seus efeitos nocivos à saúde.

Resumindo, na análise das crescentes desigualdades de saúde, ao nível internacional, há um consenso acerca do fortalecimento da influência da classe social na determinação da saúde, doença e morte, sobretudo durante este período de intensificação do neoliberalismo global.

A contribuição teórica desenvolvida pela sociologia da saúde permite enquadrar o contexto da crise económica que tem afetado os países do sul da Europa (PSE), o seu papel no fortalecimento da influência da classe social e o seu impacto nos sistemas saúde e nas desigualdades na saúde.

Crise económica e desigualdades na saúde dos países do sul da Europa

Nos últimos anos, alguns estudos procuraram determinar se os níveis de desigualdades na saúde variam entre países europeus com diferentes regimes de Estado Providência (EP). Nesse sentido, os resultados de algumas pesquisas indicam que o regime de EP dos Países de Europa do Sul (PES) - nomeadamente Espanha, Grécia, Itália e Portugal - apresentam maiores desigualdades de saúde, em comparação com os países da Europa continental e com os países anglo-saxões (Huisman et al., 2003; Eikemo et al., 2008). Huisman *et al.* (2003) encontraram um nível mais baixo de desigualdade em países com um Estado de bem-estar bismarckiano (Bélgica, França e Holanda) e um nível mais alto nos países do Mediterrâneo. No entanto, o que mais preocupa é o fato de que tais desigualdades aumentaram nos quatro países, embora com níveis de intensidade diferentes, durante a crise económica que se desenvolveu a partir de 2008, também como consequência das políticas de austeridade (cortes nos recursos financeiros e nos empregos públicos) implementadas em larga escala, principalmente na Grécia (Matsaganis e Leventi, 2014). Nesse sentido, as respostas à crise económica - ou seja, as receitas impostas, no caso da Grécia e Portugal, ou fortemente recomendadas pela *Troika*, no caso da Espanha e Itália - foram semelhantes, uma espécie de receita única, como apontado por Guillén e Pavolini (2015). A taxa média anual de declínio nas despesas de saúde pública no PES, entre 2009 e 2017, foi significativa. De acordo com os dados da OCDE (2018), foi mais pronunciada na Grécia, seguida por Espanha, Itália e Portugal (Tabela 1). Durante o mesmo período, a maioria dos países de outras macrorregiões europeias manteve a taxa normal de crescimento das despesas pública em saúde (Alemanha, França e Suécia) ou registou

diminuições menos acentuadas (República Checa, Polónia e Hungria), com exceção da Grã-Bretanha e da Irlanda, que sofreram uma redução substancial (5,1% e 4,5%, respetivamente).

Tabela 1 – Evolução despesa pública em saúde (2009-2017) como % da despesa total em saúde

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Diferença
Grécia	68,5	69,1	66,0	66,5	62,1	58,2	58,3	61,3	61,2	-7,3%
Itália	78,3	78,5	77,0	76,1	76,1	75,6	74,6	74,5	74,0	-4,3%
Portugal	69,9	69,8	67,7	65,6	66,9	66,1	66,2	66,4	66,6	-3,3%
Espanha	75,4	74,8	73,8	72,2	71,0	70,4	71,3	71,2	70,8	-4,6%

Fonte: OECD – Health Statistics, 2018.

Esses dados corroboram as análises que reconhecem o Estado Providência como um fator importante para a saúde das populações. No caso do regime de proteção social nos PES, importa assinalar os aspetos comuns, referentes às características e tendências dos sistemas de saúde. Neste prisma, cabe assinalar, embora com diferentes graus, entre os quatro países, a existência de desigualdades no acesso e utilização dos serviços, na morbilidade e mortalidade associadas a variáveis sociais e económicas, tais como a situação laboral, as condições de habitação, o rendimento, o nível de educação e as dotações de capital social. Tais desigualdades de saúde foram observadas em todas as investigações realizadas no PES (Costa *et al.*, 2014; Escolar-Pujolar *et al.*, 2014; Comissão Europeia, 2017; Charonis *et al.*, 2017; Simões *et al.*, 2017).

Outro aspeto a realçar é o aumento progressivo das despesas privadas com a saúde das pessoas e das famílias, entre 2009 e 2015, nos quatro PES (OCDE, 2017; Karanikolos *et al.*, 2018) (Tabela 2), também como resultado do maior envolvimento dos utilizadores nas despesas de saúde, através de formas de copagamento e taxas moderadoras. Trata-se de uma *práxis* já consolidada nos PES (sobretudo na Grécia, Itália e Portugal), que introduz entraves financeiros no acesso e que contribui para acentuar as desigualdades no sistema público de saúde (Serapioni, 2012; Navarro, 2013; Cavicchi, 2014). Esses dados testemunham a expansão da privatização dos serviços de saúde e a transferência de gastos com saúde para famílias e indivíduos, com a consequência de tornar os sistemas nacionais de saúde cada vez mais desiguais (Serapioni e Hespânia, 2009).

Tabela 2 – Despesas privadas das famílias, como percentagem da despesa total em saúde

	2009	2016	Diferença
Grécia	29,3	35,6	+6,3%
Espanha	19,5	24,2	+4,7%
Portugal	24,6	27,4	+2,8%
Itália	20,7	22,7	+2,0%

Fonte: OCSE, Health Statistics, 2017

Nos quatro países, as pessoas com baixos níveis de rendimento relataram um pior estado de saúde e um número maior de necessidades médicas não satisfeitas, em comparação com pessoas com elevados rendimentos (Tabela 3).

Tabela 3 - Necessidades não atendidas de exames ou tratamentos médicos (por razões financeiras ou outras)

	Grécia	Itália	Espanha	Portugal
Quintil mais rico	1,0	1,1	0,3	0,5
Quintil mais pobre	35,2	12,6	0,5	4,7
Total	13,1	5,6	0,5	2,4

Fonte: Reelaboração a partir de Eurostat, 2018

Finalizando esta seção, importa realçar os efeitos negativos tanto da crise financeira, como das subsequentes políticas de austeridade que têm afetado, particularmente, os países da Europa do Sul. Uma das repercussões ainda não suficientemente estudada é o impacto dessas políticas nas desigualdades sociais de saúde. Segundo o relatório da OCDE (2013), o aumento das desigualdades foi particularmente evidente em países que implementaram cortes substanciais no orçamento, como Espanha, Grécia, Itália, Irlanda e Portugal. As consequências negativas da crise tendem a concentrar-se em pessoas que perderam o emprego e em grupos populacionais vulneráveis. Altas taxas de emprego precário e menores gastos *per capita* em saúde têm um efeito negativo na saúde mental das pessoas (Ruiz-Pérez *et al.*, 2017). Sobre o mesmo tema, Stuckler e Basu (2013) apresentam uma quantidade considerável de dados sobre o impacto das medidas de austeridade na saúde mental da população. Internacionalmente, os autores estimam um aumento de mais de 10.000 suicídios e um milhão de novos casos de depressão, desde o início da recente crise. Também nos PES, vários estudos documentaram as consequências da crise económica na saúde mental da população. Na Grécia, a prevalência de depressão passou de 3,3 para 8,2%, entre 2008 e 2011 (Economou *et al.*, 2013), e, no mesmo período, houve um aumento de 45% nos suicídios entre os homens (Kentikilenis *et al.*, 2013). Em Espanha, pesquisas realizadas nos serviços de cuidados primários, em 2006 e 2010, mostraram um aumento significativo (19%) na prevalência de depressão e ansiedade (Gili *et al.*, 2012). Em Portugal, um estudo realizado nas unidades básicas de saúde da região do Alto Minho, evidenciou um aumento nos diagnósticos de depressão, de 30% para homens e 31% para mulheres, entre 2011 e 2012, e um aumento de tentativas de suicídio, de 35% para homens e 47% para mulheres (OPSS, 2013). Em Itália, entre 2008 e 2010, de acordo com dados da pesquisa de De Vogli (2014), houve cerca de 290 suicídios e tentativas de suicídio atribuíveis à crise e ao aumento do desemprego e, também, se registou um aumento na mortalidade, devido a transtornos mentais, especialmente entre os idosos.

Teorias das alternativas e teorias das transformações

A segunda tarefa das CSE é a identificação de “teorias coerentes e credíveis de alternativas” às instituições e estruturas existentes, capazes de eliminar ou, pelo menos, reduzir, substancialmente, os estragos e as injustiças que foram detetadas no diagnóstico e na análise crítica (Wright, 2010: 13). São distinguidos três critérios para avaliar as alternativas sociais: a desejabilidade, a viabilidade e a exequibilidade. Nem todas as alternativas são viáveis, argumenta o autor, e nem todas as opções viáveis são exequíveis. As *alternativas desejáveis* que não tomam em devida consideração os limites impostos pela viabilidade e pela exequibilidade se tornam opções abstratas e inaptas para desenhar instituições capazes de desafiar as estruturas opressoras existentes (Wright, 2010: 14). O *estúdio da viabilidade* concentra-se na procura de soluções sustentáveis e robustas que transformem as instituições sociais existentes, com intervenções emancipatórias. A oposição comum às políticas progressistas e igualitárias, alerta Wright (2010: 14), é a de que elas “soam bem no papel, mas

nunca irão a funcionar". Portanto, o estudo da viabilidade procura neutralizar este ceticismo, analisando, atentamente, as reais limitações e as alternativas, realmente, viáveis para transformar as estruturas sociais existentes, evitando, assim, as consequências não intencionais e perversas das alternativas implementadas. Obviamente, acrescenta o autor (Wright, 2010: 15), a viabilidade de um projeto que visa alcançar objetivos sociais emancipatórios é fortemente influenciada por fatores contextuais, tanto históricos como de outros condicionantes colaterais. Finalmente, o terceiro critério da *exequibilidade*, isto é, nas palavras do autor, o "desenvolvimento de teorias coerentes de alternativas exequíveis", que representa uma atividade central do trabalho prático voltado para a realização de estratégias sociais transformadoras (Wright, 2010: 16). A exequibilidade das alternativas, ou seja, a sua probabilidade de transformar as estruturas e instituições sociais existentes, depende, segundo o autor, de dois tipos de processos: i) da adoção das estratégias perseguidas, conscientemente e coerentemente, e das forças dos atores sociais que sustentam ou se opõem às alternativas implementadas³; ii) da existência de uma ampla gama de "condições sociais estruturais" que determinam as possibilidades de sucesso dessas estratégias (Wright, 2010: 17).

Resumindo, para o autor, a exequibilidade de uma alternativa social depende da formulação de uma estratégia coerente e convincente que facilite a implementação de alternativas emancipatórias e que tenha, ao mesmo tempo, a capacidade de mobilizar as forças sociais necessárias para apoiar tais alternativas.

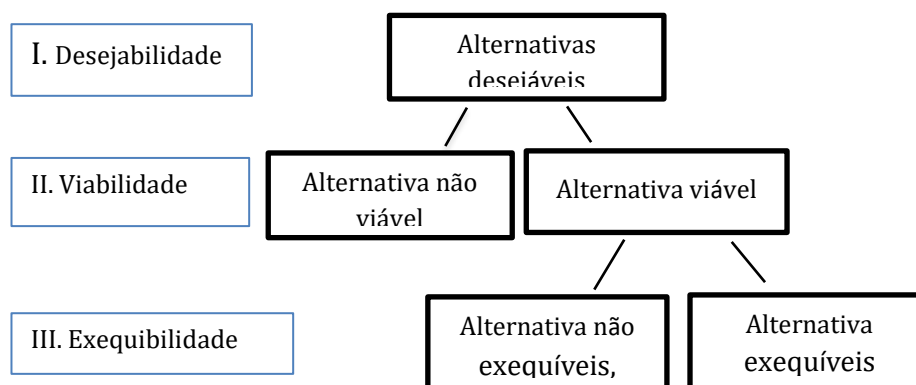
O desenvolvimento destes aspetos constitui a terceira tarefa da CSE, isto é a *teoria das transformações*, que o autor (Wright, 2009) define como um processo deliberadamente planeado, como resultado de uma estratégia coletiva, e não como um "subproduto acumulativo de uma mudança social não intencional". Por isso, realça o autor, é importante desenvolver uma teoria dos processos sociais que torne possível tais transformações. A teoria das transformações, acrescenta Wright (2010: 17) informa-nos como tornar exequíveis (realizáveis) as alternativas viáveis.

Para Wright (2010: 17), a teoria da transformação inclui quatro componentes essenciais: i) *Teoria da reprodução social*, assente na premissa de que as estruturas e instituições que produzem opressão e devastação social, assinalada no diagnóstico e na crítica, continuam a existir não por simples "inércia social", mas pela presença de múltiplos mecanismos ativos de reprodução social que bloqueiam ou neutralizam as alternativas emancipatórias. Portanto, para poder transformar tais instituições e estruturas, é indispensável desenvolver conhecimento científico sobre as dinâmicas da reprodução social. ii) *Teoria das lacunas e contradições dentro do processo de reprodução*. Contrariamente às teorias que rejeitam qualquer possibilidade de êxito para uma ciência social emancipatória, a teoria da transformação social propõe analisar "as rachaduras no edifício, as contradições e lacunas no processo de reprodução social" (Wright, 2010: 18), ou seja, identificar e aproveitar os momentos em que se abrem espaços que possibilitam as lutas coletivas para projetos emancipatórios. Neste sentido, acrescenta o autor, a procura de processos contraditórios e de espaços favoráveis à transformação emancipatória é parte essencial desta teoria. iii) *Teoria da dinâmica subjacente e da trajetória de mudança social não intencional*. A CSE, além de desenvolver uma adequada compreensão científica dos mecanismos de reprodução social e das suas contradições, deve, igualmente, incluir uma teoria sistemática da mudança social não intencional. Neste sentido, sinaliza Wright (2010: 19), os projetos de transformação social requerem um período de longo prazo, para o tipo de mudanças

³ Nas palavras de Wright (2010: 16-17): "A estratégia é importante porque é muito improvável que as alternativas emancipatórias simplesmente aconteçam; elas só podem acontecer porque as pessoas trabalham para implementá-las e são capazes de superar vários obstáculos e formas de oposição".

estruturais e institucionais necessárias para construir “uma sociedade igualitária democrática”. A ausência desta teoria representa uma lacuna injustificável para uma ciência social emancipatória. iv) *Teoria dos atores coletivos, das estratégias e das lutas*. Para que as alternativas viáveis se convertam em alternativas exequíveis, e se tornem utopias reais, torna-se determinante o papel de grupos sociais e coletivos conscientes e comprometidos, com princípios e valores igualitários e democráticos. Portanto, ressalta Wright (2010: 19), o componente final de uma teoria da transformação é “uma teoria da ação coletiva e de luta transformadora”, que nos dá orientações sobre como identificar e enfrentar, coletivamente, as barreiras e como aproveitar as oportunidades, com o objetivo de prosseguir, na perspectiva da emancipação social.

Três critérios para avaliar alternativas sociais



Fonte: Wright, 2010

Tentando adaptar a proposta teórica de Wright ao tema das desigualdades, nomeadamente das desigualdades sociais de saúde, importa realçar que a literatura epidemiológica e sociológica, nos últimos 30 anos, tem avançado bastante na análise teórica e na interpretação das desigualdades sociais de saúde, assim como na identificação de alternativas coerentes e efetivas para eliminar ou, pelo menos, reduzir, significativamente, tais desigualdades.

Como explicar a associação entre posição social e saúde? Esta é a pergunta chave levantada pelos estudiosos de diversos campos disciplinares. Para promover políticas sociais, com o fim de reduzir as desigualdades na saúde, é necessário apontar algumas interpretações sobre a sua origem e sobre a capacidade das instituições públicas de intervir. Neste sentido, hoje em dia, existem várias teorias compartilhada pelos estudiosos das ciências sociais e da saúde para explicar a diferente distribuição das taxas de mortalidade, morbidade e estado de saúde entre a população. As seguintes são as mais divulgadas na literatura internacional:

- Teorias neo-materialistas
- Teorias psicossociais
- Teorias do capital social
- Teorias cultural-comportamentais
- Teorias do curso da vida

Para a teoria materialista, as disparidades das características materiais das classes sociais - renda, tipo de moradia, local de trabalho, etc. - são os principais determinantes das desigualdades. Esta teoria foca a estratificação social e a divisão social do trabalho como causas das desigualdades e denunciam o complexo industrial da saúde. Para Lynch *et al.*, (2000), “os resultados da iniquidade de renda na saúde refletem a combinação da exposição negativa e a falta de recursos à disposição dos indivíduos, além do sistemático sub-investimento nas infraestruturas”. Para diversos autores, as explicações estruturais são as que mais contribuem para explicar as diferenças sociais em saúde (Taylor e Field, 1997).

Relativamente às teorias psicossociais, Siegrist (2011) defende a necessidade de considerar, além as estruturais da sociedade, também as condições não materiais como geradores de desigualdades de saúde. De fato, de acordo com Siegrist e Marmot (2004), o ambiente social ou psicossocial é capaz de produzir efeitos diretos e indiretos sobre a saúde, graças à sua capacidade de ativar respostas e experiências positivas das pessoas, em particular autoestima e confiança nas suas habilidades pessoais. Neste prisma, importa assinalar dois modelos explicativos (Siegrist, 2011: i) modelo de controle da demanda: as pressões psicológicas e a escassa autonomia no trabalho produzem estresse; ii) modelo de esforço-recompensa: a falta de recompensas adequadas e de reciprocidade social produz distúrbios e stress.

Quanto as teorias das redes e capital social, muitos estudos têm mostrado uma significativa relação entre capital social das pessoas e saúde. Os estudos epidemiológicos e sociológicos dos anos 1970 e 1980 têm evidenciado que as pessoas com poucos contactos sociais têm maior probabilidade de morrer e adoecer. Estas teorias têm identificado quatro possíveis mecanismos na base da relação entre capital social e saúde: a) as redes oferecem um suporte para reduzir o impacto das doenças; b) nas redes circulam normas e valores capazes de promover comportamentos saudáveis; c) através das redes as pessoas ativam formas de ações coletivas, influenciando os decisores; d) as interações sociais estimulam o sistema imunitário.

Para as teorias cultural-comportamentais existe uma associação entre estilos de vida adotados pelas pessoas e desigualdades de saúde. Esta teoria enfoca fatores culturais como possíveis determinantes do estado de saúde. O limite da teoria é que não reconhece que as resistências à mudança do estilo de vida são condicionadas por fatores estruturais (socioeconômicos e culturais). De facto, o estilo de vida é sem dúvida o resultado da livre escolha individual e de autocontrole, mas ao mesmo tempo, se reconhece a influenciado da cultura de pertença das pessoas. Concentrando-se apenas no comportamento voluntário, escreve Clarke (2001: 124), as teorias culturais subestimam as privações materiais e as influências externas que exercem uma influência diária nas pessoas.

As teorias do curso da vida enfocam os cursos da vida como estratégia para analisar as desigualdades em saúde. Essa perspectiva de análise não se limita ao estudo de uma trajetória particular ou carreira de vida, mas à maneira pela qual uma trajetória específica (por exemplo, trabalho ou família) se entrelaça e se combina com outras, sem, obviamente, negligenciar a análise de relações econômicas, sociais e políticas. A premissa teórica dessa perspectiva de análise parte da consideração de que as diferenças sociais não consistem apenas em desigualdades nas posições inicial ou final, mas também na configuração dos caminhos que se unem (Schizzerotto, 2002: 9). Saúde e doença são frequentemente o ponto de aterrissagem de múltiplas desigualdades que ocorreram ao longo da vida.

Uma utopia real modesta para os sistemas de saúde dos países da Europa do sul

Nesta última seção deste texto, apresenta-se um exemplo de utopia real que poderia contribuir para a redução das desigualdades sociais de saúde nos PAS.

Em primeiro lugar, sem dúvida, o desafio mais urgente é o de restaurar a centralidade dos sistemas públicos de saúde, revigorando os Serviços Nacionais de Saúde dos PES. Nesta direção, é fundamental a aprovação por parte da Assembleia Legislativa de Portugal da nova Lei de Bases da Saúde, cujo objetivo é atribuir um papel central ao SNS, e não mais considerá-lo em competição com outros sistemas de saúde privados, como aponta a atual tendência nos PES. De facto, como já sinalizado neste texto, em todos os PES, observa-se um constante aumento das despesas de saúde privadas, em detrimento dos gastos públicos, e uma significativa redução dos profissionais que operam nos SNS (Geddes, 2019; Hespanha, 2019). Neste sentido, a iniciativa legislativa portuguesa - apesar de não ter sido apresentada como um projeto revolucionário, e considerando o contexto particularmente conflituante em que foi proposta e aprovado - representa uma mudança substancial no panorama das tendências dos processos de reforma dos sistemas de saúde, ao nível internacional. Pode, portanto, ser considerada uma ‘suave’ real utopia. Certamente pode ser criticada por se encaixar parcialmente no critério da ‘desejabilidade’ – a partir do momento em que não chega a promover políticas de saúde intersectoriais dirigidas ao enfrentamento dos determinantes sociais de saúde, e a responder, de forma integral, às necessidades sociais e de saúde dos setores mais necessitados da população – mas, trata-se de uma iniciativa ‘viável’ e facilmente ‘exequível’. Para transformar esta iniciativa (esta ‘alternativa’, diria Wright) numa política social emancipatória, necessita-se de forças políticas (de ‘atores coletivos’, diria Wright) que a promovem e a defendem diante dos partidos políticos de orientação neoliberal. A coligação de partidos de esquerda de Portugal, nomeadamente o Partido Socialista, o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, conseguiram, depois de longas e extenuantes negociações, chegar a um consenso sobre a urgência em parar o inexorável avanço do setor privado no sistema de saúde de Portugal, e o conseqüente impacto negativo na qualidade dos cuidados prestados pelos serviços públicos e no incremento das desigualdades de saúde. Finalmente, foi, assim, aprovada a Nova Lei de Bases da Saúde. Esta foi apenas a primeira etapa da transformação social, etapa imprescindível. Espera-se, agora, que as mesmas forças de esquerda possam acelerar o *processo de transformação social*, implementando os princípios igualitários contidos na nova Lei de Bases da Saúde e produzindo leis e normas aplicativas, com o fim de reorganizar a arquitetura do sistema de saúde, dando prioridade às intervenções públicas voltadas para a análise dos determinantes sociais e da redução das desigualdades sociais de saúde. Este seria o processo de transformação social que Wright define na terceira da tarefa da CSE, ou seja, a de elaborar uma teoria de “transformação social”, capaz de desenvolver alternativas realizáveis e aptas a superar obstáculos e impasses.

Referências bibliográficas

- Aboim, S. (2014), Interview ‘The killing fields of inequality’, *Análise Social*, 212, pp. 729-35
- Blane D, 2008, Social causes of health and disease - by William C. Cockerham., *Br J Sociol*, Vol: 59, Pages: 588-589
- Bourdieu, P. (2010), *A Distinção - Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*, Porto: Edições 70.
- Cavicchi, I. (2015), «La controriforma della sanità italiana», *Saluteinternazionale.info*, 23 março de 2015. <http://www.saluteinternazionale.info/2015/03/la-controriforma-della-sanita-italiana/>
- Clarke A. (2001), *The Sociology of Healthcare*, Pearson Education, Harlow, Essex.
- De Vogli, R. (2014), «The financial crisis, health and health inequities in Europe: the need for regulations, redistribution and social protection». *International Journal of Equity in Health*, 13:58
- Economou, M., Madianos, M., Peppou, L.E., Patelakis, A. and Stefanis, C.N. (2013) Major depression in the era of economic crisis: A replication of a cross-sectional study across Greece, *Journal of Affective Disorders*, 145: 308–14.
- Gili, M., Roca, M., Basu, S., Mckee, M. and Stuckler, D. (2012) The mental health risks of economic crisis in Spain: Evidence from primary care centres, 2006 and 2010, *European Journal of Public Health*, doi: 10.1093/eurpub/cks035.
- Guillén, A.; Pavolini, E. (2015), Welfare states under strain in Southern Europe: overview of the special issue, *European Journal of Social Security*, 17(2): 147-157.
- Hosseinpoor, AR; Bergen; Schlotheuber, A (2015), Promoting health equity: *WHO health inequality monitoring at global and national levels*, Global Health Action, 8:1, 29034, DOI: 10.3402/gha.v8.29034
- Kentikelenis, A., Karanikolos, M., Reeves, A., Mckee, M. and Stuckler, D. (2013) Greece’s health crisis: from austerity to denialism, *The Lancet*, 383(9918): 748–53.
- Linch, JW; Smith, JD; Kaplan, GA (2000), Income inequality and mortality: Importance to health of individual income, psychosocial environment, or material conditions, *BMJ Clinical Research*, 320 (7243):1200-4.
- Navarro, V. (2013), The Social Crisis of the Eurozone: The Case of Spain», *International Journal of Health Services*, 43,2:189-92
- OCDE (2013), Crisis Squeezes Income and Puts Pressure on Inequality and Poverty. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development.
- OPSS (2013), Relatório de Primavera. Dias faces da saúde. Lisboa: Observatório Português dos Sistemas de Saúde

Hespanha, P. (2019), The Impact of Austerity on the Portuguese National Health Service, Citizens' Well-Being, and Health Inequalities, *e-cadernos CES* [Online], 31 | 2019, posto online no dia 15 junho 2019, consultado o 16 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/eces/4187> ; DOI : 10.4000/eces.4187.

Petmesidou, M.; Pavolini, E; Guillén, AM. South European Healthcare Systems under Harsh Austerity: A Progress–Regression Mix? *South European Society and Politics* 2014, 19,3:331-352.

Ruiz-Pérez, I; Bermudez-Tamayo, C; Rodríguez-Barranco, M (2017), Socio-economic factors linked with mental health during the recession: a multilevel analysis, *International Journal for Equity in Health*, 16:45. doi:10.1186/s12939-017-0518-x

Schizzerotto A. (2002), Introduzione, in Schizzerotto A. (a cura di), *Vite ineguali. Disuguaglianze e corsi di vita nell'Italia contemporanea*, Il Mulino, Bologna.

Serapioni, M. (2012), “Taxas moderadoras”. In: CES (org.), *Dicionário das crises e das alternativas*. Coimbra: Almedina, 200-201.

Serapioni, M.; Hespanha, P. (2019), Crisis and Austerity in Southern Europe: Impact on Economies and Societies », *e-cadernos CES* [Online], 31; DOI : 10.4000/eces.4068.

Siegrist J.; Marmot M. (2004), Health Inequalities and the psychosocial environment-two scientific challenges, *Social Science & Medicine*, n. 58:1463-1473.

Siegrist, J (2011), Social Determinants of Health – contributions from European Health and Medical Sociology, *Política y Sociedad*, 2011, Vol. 48 Núm. 2: 249-258.

Stuckler, D.; Basu, Sanjay (2013), *The body economic: why austerity kills*. London: Allen Lane.

Taylor, S.; Field, D. (1997), *Sociology of Health and Health Care*, Blackwell Science, Oxford.

Therborn, G (ed.) (2006), *Inequalities of the World*, London: Verso.

Therborn, G. (2013), *The Killing Fields of Inequality*, Cambridge: Polity

Townsend P. and Davidson N. (1982), *The Black Report on Social Inequalities in Health*, Pelican, Londra.

Wright, EO (2009). *Imaginando Utopías Reales*. Conferencia Universidad de Buenos Aires. Universidad de Buenos Aires - Facultad de Ciencias Sociales, Buenos Aires.

Wright, EO (2010), *Envisioning Real Utopias*, London: Verso.

Podem as utopias reais transformar o capitalismo? Reflexões a partir da experiência de centros coletivos autogeridos, aldeias ecológicas e cooperativas integrais em Portugal e em Espanha

Mónica Soares, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
monicasoares@ces.uc.pt

Resumo: Vivemos tempos em que é imprescindível falar de utopias e das suas condições de (im)possibilidade. Foi com este repto em mente que, a par de outras noções análogas ainda que com enquadramentos teórico-metodológicos divergentes - como por exemplo de utopia praticável (Albert, 2017), de utopia concreta (Bloch, 2017; Dinerstein, 2016) ou de nowtopia (Carlsson & Manning, 2010) - Erik Olin Wright desenvolveu a ideia de utopia real, ou seja, estações acessíveis de designs institucionais que buscam uma conceção radical igualitária de democracia (Wright, 2010). A ideia central de utopia real faz-se acompanhar de uma orientação teórica expressa em três níveis (e.g., problemas, alternativas e transformação) e organizada em três arenas de atuação (i.e., Estado, economia e sociedade civil). Pretende-se assim lançar as bases para pensar sistematicamente na ação social emancipadora que visa alterar as instituições existentes através da aplicação e ampliação das utopias reais. A transformação pode obedecer contingentemente a três lógicas: rutura, interstício e simbiótica. Este artigo centra-se sobretudo nas utopias construídas desde os interstícios, ou das fissuras (cf. Holloway, 2010), seguindo uma lógica autonomista comunitária de ação coletiva. Dois objetivos específicos guiarão a nossa análise: a) descrever sumariamente a orientação teórica de Erik Olin Wright e estabelecer uma reflexão em torno da noção de utopias reais, tendo em linha de conta para análise crítica as teorizações do marxismo aberto (e.g., Adamovsky et al., 2011; Bonefeld, Holloway & Tischler, 2005; Dinerstein, 2013); b) refletir sobre os limites de (im)possibilidade que ditam os processos de transformação desenvolvidos nos interstícios, analisando de forma concomitante, as dinâmicas e as contradições lhes subjazem e constroem. Para este efeito, traremos algumas autonomias comunitárias abordados pela investigação de doutoramento denominada “Imagining and crafting for worlds ahead: Prefigurative utopias as contemporary practices of social imagination-in-action in Portugal and Spain.”

Palavras-chave: utopias; autonomia; interstícios

“Ela está no horizonte.
Eu me aproximo dois passos e ela se afasta dois passos
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos mais além
Por muito que eu caminhe, nunca a alcançarei.
Para que serve a utopia? Serve para isso, para caminhar.”

Fernando Birri

“Preferi falar de coisas impossíveis,
porque do possível já se sabe bastante.”

Sílvio Rodriguez

Introduzindo as utopias reais e a abordagem de Erik Olin Wright

Urgem as reflexões sistemáticas sobre as condições de (im)possibilidade para a imaginação e prática de alternativas à lógica capitalista, colonial e patriarcal dominantes, que nos levem a indagar sobre as potenciais alternativas, sobre os sujeitos políticos que lhes conferem alento, sobre as estratégias mais profícuas, sobre os eventuais retrocessos e reinvenção da ação, sobre dinâmicas de poder imanentes que perpassam diferentes sujeitos e que igualmente se reconfiguram, entre muitas outras questões. É no seu livro *Envisioning Real Utopias*, que Erik Olin Wright (2010) lança as bases da sua abordagem para pensar em utopias reais como práticas institucionais, que denegam o capitalismo e que podem conduzir à sua radical transformação. Mas, como pensar as utopias reais na ótica de Wright? Quem são os sujeitos políticos que empreendem estas alternativas? Como sistematizar uma orientação teórica que norteie a implementação das utopias reais? Como podemos pensar a transformação radical e emancipadora sob esta lógica? Para responder a estas questões, detenhamo-nos numa apresentação e breve reflexão a proposta de Wright.

Wright apreço a possibilidade de se constituírem instituições radicalmente distintas àquelas que são as capitalistas dominantes. Não se buscam reformas, mas sim a implementação de utopias reais, isto é alternativas institucionais baseadas numa noção de igualdade radical democrática. Estas alternativas devem ainda ser desejáveis, viáveis e exequíveis. Wright parte de ilustrações concretas, que obedecem a estes critérios, tais como o Orçamento Municipal Participativo de Porto Alegre, a Wikipedia, a Cooperativa Mondragon ou o Rendimento Básico Mínimo (RBM).

Como iremos, mais à frente, retomar criticamente a construção destas alternativas, ou seja das utopias reais, acontece forçosamente num nível institucional. Os ideais utópicos são indispensáveis e devem ser transpostos em estações acessíveis, ou seja, em ações substantificáveis que são erigidas desde e para as instituições. O foco do autor é então examinar diferentes estratégias e trajetórias que favorecem ou inibem as possibilidades de existência das utopias reais e que vão numa direção socialista de igualdade radical democrática - o que Wright chama de compasso socialista - embora evidentemente sem conseguir delinear claramente o(s) lugar) a que essa direção nos levará.

Mas Wright destaca o ponto de partida: o diagnóstico e crítica. Estes referem-se à vanguarda das utopias reais, pois “uma teoria científica emancipadora deve mostrar que as explicações para este sofrimento e desigualdade assentam em propriedades específicas de instituições e estruturas sociais” (Wright, 2010: 7). Esta fase alberga o reconhecimento de uma conceção de igualdade radical democrática com bases sólidas de justiça social (i.e., igual acesso a condições materiais e sociais para desenvolvimento ótimo) e política (i.e., igual acesso a condições que permitam que tomar decisões conscientes, tanto individual como coletivamente, em relação a assuntos que concernem os sujeitos diretamente); que admita que existem várias conceções culturais sobre o que significa uma “vida boa”; e que reconheça que a justiça social não se restringe ao ideário de Estado-nação como a única arena possível, ainda que as relações de poder dentro destas unidades sociais artificialmente criadas não possam ser desprezadas (Wright, 2010).

Para entender a obstrução à concretização de uma conceção igualdade radical democrática há que entender as dinâmicas do capitalismo. Wright (2010) define o capitalismo, primeiramente, como uma forma de organizar as atividades económicas de uma sociedade, somente destacando, em segundo lugar, a natureza das relações de classe (i.e., entendida como a dualidade entre trabalhadores e capitalistas) e os mecanismos de coordenação económica

(i.e., relações que definem a troca de produtos). Wright também desenvolve uma distinção entre a arena económica (capitalista) e a arena política (estatal).

Para Wright, o capitalismo coexiste sempre com elementos políticos, que são mais ou menos progressistas e com formas iminentemente pré-capitalistas. Ainda que hibridizado, o capitalismo é a forma dominante e mais perniciosa de organização da atividade humana, sendo que Wright (2010) avança onze premissas que justificam a sua crítica sistemática (e.g., capitalismo é ambientalmente destrutivo; capitalismo, num mundo de Estados-nação, alimenta o militarismo e o imperialismo; o capitalismo limita a democracia). Ressalva-se, contudo, a importância de entender que o capitalismo não é “a origem de todos os males” (Wright, 2010: 26), pois múltiplas opressões como o sexismo, o racismo, a homofobia, não são consequências do capitalismo, ainda que o autor reconheça que o capitalismo dificulta a sua superação.

A segunda fase da construção de uma democracia radical e igualitária, é precisamente o desenvolvimento de uma teoria coerente e credível sobre as alternativas às instituições e estruturas sociais existentes “que eliminariam, ou pelo menos mitigariam significativamente, os danos e as injustiças identificadas no diagnóstico e crítica” (Wright, 2010: 13). Wright (2010) parte da relevância das orientações teóricas de Karl Marx sobre como desenvolver alternativas ao capitalismo, revisitando as suas principais ideias em termos de ação coletiva e revolução.

Marx acreditava que o capitalismo tornar-se-ia obsoleto⁴ e insustentável devido às suas dinâmicas e contradições internas, que colocariam a sua sobrevivência em risco. Wright explora ainda outras premissas que podem explicar a queda do capitalismo nas propostas de Marx, tais como a intensificação das lutas de classe anticapitalistas; a decadência das instituições que protegem o capitalismo, conseguida por via da ação das forças sociais que combatem o capitalismo; o apelo inelutável de uma transição por via do socialismo e o culminar do comunismo. Wright (2010) avança uma proposta distinta no entendimento da alternativa, preferindo centrar-se numa teoria da possibilidade estrutural. O autor parte da impossibilidade de gerar mapas sobre o fim do capitalismo através da síntese de uma realidade futura totalizante, coerente e sequencial, composta de previsões pré-estabelecidas. Ao invés, pretende-se “apenas mapear uma série de possibilidades para mudanças institucionais que ocorrem sob diferentes condições sociais” (Wright, 2010: 72). Estes são mapas exploratórios e inacabados que traçam as condições de possibilidade para implementação das estações acessíveis para a transformação das instituições. Estas propostas de transformação são as alternativas, que são pois as utopias reais.

Várias são os caminhos que a emancipação social pode tomar ao aplicarem-se as utopias reais (cf. Wright, 2010): a) o empoderamento social sobre o poder do Estado afeta a atividade económica; b) o empoderamento social sobre a forma sobre a forma como o poder económico molda a atividade económica; c) o empoderamento social diretamente sobre a atividade económica. Em todas elas, deve ser o poder social (i.e., sociedade civil) que subordina os demais poderes do Estado e poder económico no que respeita ao funcionamento da atividade económica.

Quatro tipos de utopias reais surgem do empoderamento social que envolve primordialmente a subordinação do poder do Estado ao poder social (Wright, 2010). Um

⁴ Wright (2010) possui um olhar crítico em relação a estas premissas sobre o desmoronamento do capitalismo, desenvolvidas por Marx: parece que as crises do capitalismo não se têm agudizado de forma tão intensa como previsto; as classes capitalistas não têm seguido uma tendência de homogeneização pela proletarização, mas ao contrário uma maior heterogeneidade intraclasse; a capacidade de rutura da classe trabalhadora parece não ser tão drástica quanto Marx anunciou, não tendo sido capazes de aniquilar o Estado capitalista; as estratégias de instrumentalização do Estado tão-pouco parecem provar-se como campos de experimentação política idóneos.

exemplo é o conhecido caso do orçamento participativo de Porto Alegre⁵ que opera ao nível de um design institucional de governação participativa empoderada. A nível da subordinação do poder económico pelo poder social, surgem três tipos utopias reais que permitem a penetração de um mercado socialista, nomeadamente a economia social, a economia de mercado cooperativa e o socialismo participativo.

Wright (2010) também desenvolve um esquema de avaliação das utopias reais seguindo três critérios básicos: a) desejabilidade (i.e., os princípios abstratos que governam o desenho de uma sociedade eutópica); b) viabilidade (i.e., a possibilidade de implementação de um projeto utópico sustentável e robusto); c) alcance (i.e., implementação prática bem-sucedida do projeto eutópico, da alternativa desejável e viável, sem descurar as dinâmicas de poder a que está sujeita nem a relevância da adequação das estratégias eleitas para aplicação).

Já na terceira fase – transformação – um caminho emancipador deve privilegiar quatro componentes centrais, isto é a reprodução social, as lacunas e contradições, os efeitos não planeados das ações e os atores, estratégias e ações coletivas. Segundo Wright, a teoria da reprodução social deve orientar-se para a compreensão da reprodução, usualmente acrítica da opressão quotidiana, nomeadamente a nível da coerção, das regras institucionais, da ideologia e dos interesses materiais que, no seu conjunto, sustentam a reprodução da ordem. Segundo Wright, nenhum destes eixos de análise são *per se* negativos ou opressivos, mas articulam-se, nas sociedades capitalistas, de modo a favorecer a sua contínua reprodução social.

No que toca a uma teoria das lacunas e das contradições, Wright fala de como a reprodução social capitalista é altamente precária e sofrerá assim fissuras na sua lógica de reprodução, ainda que estas fissuras necessariamente não apontem para prognósticos favoráveis, de longo alcance, a nível de transformação emancipadora. Tornar-se-ão mais coerentes e robustas? Ou desencadearão mais crises? Para responder a estas questões o autor segue então para os tópicos seguintes: teoria das dinâmicas e trajetória de alterações sociais não planeadas e uma teoria dos atores, estratégias e lutas coletivas.

A nível da teoria das dinâmicas e trajetórias de consequências não planeadas, Wright diferencia entre as consequências não pretendidas de ações das pessoas operando sob as relações existentes e, por outro lado, o efeito cumulativo de consequências não planeadas de projetos conscientes de transformação social, ou seja, empreendidos por pessoas que agem estrategicamente para modificar essas relações. Em relação às primeiras, o autor refere-se aos processos e às ações individuais, orientadas para otimização de interesses particulares, muitas vezes pouco organizadas, mas que podem influenciar outros processos que eventualmente podem terminar numa maior organização e derivar, enfim, em transformações estruturais mais amplas.

Por fim, a teoria dos atores, estratégias e lutas coletivas, prende-se com a agilização de uma lógica de transformação, isto é de rutura (i.e., que possui como ator central a classe proletária organizada e que busca um estratégia de ataque aberto em relação ao Estado que vise confrontações cirúrgicas que obriguem à renúncia do poder capitalista), intersticial (i.e., movimentos sociais como sujeito político de base, que evita intencionalmente o Estado como campo de luta, destituindo-se intencionalmente de qualquer confrontação com a classe

⁵ Promovido pelo Partido dos Trabalhadores no Brasil, em Porto Alegre, o orçamento participativo de Porto Alegre era definido por assembleias locais, que no início do círculo orçamento, se reuniam em sessões plenárias. Wright reconhece várias potencialidades ao orçamento participativo de Porto Alegre, tais como a possibilidade de alocação e redistribuição de recursos, aumento dos níveis de participação dos cidadãos num processo de interesse público e político, o desenvolvimento de políticas públicas menos corruptas e mais transparentes, o reforço da sociedade civil num processo de participação, o aumento da eleitorado do Partido dos Trabalhadores na cidade de Porto Alegre e, aparentemente, o aumento do cumprimento fiscal da chamada classe média (Wright, 2010).

capitalista, orientado para a prática da alternativa possível) e simbiótica (i.e., centra-se em coligações populares que priorizam uma colaboração conciliatória, de compromisso de classes, que tende a ocorrer em períodos de alargada mobilização e solidariedade social). Escusado será dizer que autor prevê que estas lógicas de transformação se modificam. Podemos admitir que as utopias que se desenvolvem nos interstícios podem desembocar, principalmente em períodos de mobilização social acutilantes, em lógicas muito mais simbióticas de transformação, com possível retroalimentação da construção das utopias que se desenvolvem nos interstícios.

Wright tenta como afastar-se de perspectivas baseadas na espontaneidade da ação coletiva e na virtude intrínseca de qualquer projeto utópico alternativo, avançando uma abordagem que busca reformulações institucionais radicais, baseadas em teoria sólida. A abordagem das utopias reais é assim uma abordagem racionalista institucional e, discutivelmente, altamente reformista destas mesmas estruturas, ainda que se proclame como radical. A questão que se coloca é: é possível harmonizar práticas entendidas como institucionais com horizontes utópicos? Teremos impreterivelmente que agir desde e para as instituições tradicionais da sociedade para poder avançar projetos alternativos utópicos, ou de outra forma estamos condenados à credulidade e à espontaneidade? Podemos destrinçar claramente o que se constitui como uma transformação dentro e uma transformação fora das instituições dominantes? Wright reconhece a possibilidade de articular ações autonomistas – ainda que privilegiando sempre a ideia de alterações institucionais – quando nos fala concretamente da estratégia intersticial de transformação emancipadora. Reconhece-as como práticas que não são necessariamente subversivas nem coerentes, nem que atacam a lógica dominante de poder, mas ainda assim as utopias que se indagam nestes interstícios vão além das racionalidades dominantes e merecem uma análise crítica.

Neste artigo, defende-se que pensar os interstícios é pensar precisamente desde as autonomias⁶, desde suas insubordinações, desde seus antagonismos, das suas ficções postas em prática, sendo que a maioria delas não são construídas apenas contra-e-dentro das instituições, mas também mais-além de processos de institucionalização; nem sempre postas em práticas em formas totalizantes e nem sempre sob formas orquestradas; mas, quase sempre com uma força, muitas vezes intencionalmente subvalorizada e coartada, de gerar antagonismo social, de valorizar o fazer concreto e de perseguir a prática concreta de ideias utópicos que se projetam para um mundo mais além da dominação. Este reconhecimento leva-nos a questionar, desta forma, as condições de (im)possibilidade para o surgimento dos interstícios, a perquirir outros sujeitos coletivos que protagonizam o desenvolvimento dos interstícios (que não apenas os movimentos sociais, pois também eles não raramente estão altamente institucionalizados), a repensar as estratégias usualmente utilizadas, e as suas relações com a forma-Estado, e a analisar criticamente as possibilidades de expansão/contração dos interstícios. Para isso, indubitavelmente, necessitamos de uma orientação teórica consistente, tal como alvitra Wright, mas também de uma teoria crítica, que nos auxilie no processo não-linear e intrigante que é a análise dos caminhos inusitados aos quais a construção de autonomias nos podem levar.

Em consonância, o nosso objetivo será agora analisar criticamente a orientação teórica defendida por Wright (2010), complexificando-a com as aportações trazidas desde o marxismo

⁶ Autonomia é entendida como uma forma de articular a ação coletiva que prima pelo antagonismo prático, pela interrogação das condições de possibilidade imediatas mais além das relações sociais capitalistas e da autoridade, hierarquia e heteronomia das suas mediações (Adamovsky et al., 2011). Assim, as autonomias correspondem a formas de articulação de ação coletiva que visam ampliar processos sociais que se distanciam – nunca num sentido absoluto mas antes em termos discursivos e de certas práticas intencionais – da forma-Estado e de outras formas pré-existentes, externas e objetificantes de envolvimento institucional (e.g., forma-partido) sob a forma prática organizada ou por via de reivindicações de “autogoverno, livre determinação, democracia direta, auto-organização, autogestão ou autorrepresentação” (Dinerstein 2013: 24). Salienta-se que a autonomia tende a articular-se em escalas comunitárias, regionais ou de estatais-étnicas (cf. López-Bárceñas, 2006).

aberto⁷ (e.g., Adamovsky et al., 2011; Bonfeld, Holloway & Tischler, 2005; Dinerstein, 2013), para depois poder discutir criticamente os processos de transformação desenvolvidos desde os interstícios, nomeadamente a partir e através dos casos de autonomias comunitárias, desenvolvidas desde a Península Ibérica.

Nos interstícios do capitalismo: sobre as utopias postas em prática pelas autonomias

Pensar desde e nos interstícios, leva-nos a discutir as próprias noções de capitalismo, Estado e classe, que segundo Wright, se identificam com diferentes arenas de atuação, nomeadamente económica (capital), política (Estado) e sociedade civil (classe). Embora esta visão tripartida auxilie no entendimento fetichizado das sociedades contemporâneas, tal como tendem a ser apresentadas, esta destrinça merece ser problematizada, ainda para mais quando nos centramos na articulação da ação coletiva autonomista. Para este fim, é imperativo desnaturalizar e desreificar as noções de capitalismo, Estado e classe, como sistemas ou como grupos de pessoas com uma existência sociológica própria e adquirida, onde claramente se separa a sua constituição e existência (Bonfeld, 2004; Holloway, 2002; 2004; 2013).

A que nos referimos com fetichização, naturalização reificação do capitalismo, Estado e classe? Para começar, ao envase das relações sociais em múltiplas categorias analíticas rígidas, o que pode ser altamente contraproducente. Quanto mais classificações desenvolvemos, mais objetificados nos tornamos. Wright (2010) chega, ainda que superficialmente, a problematizá-lo da seguinte forma:

“Pode a “economia”, por exemplo, incluir todas as atividades nas quais bens e serviços são produzidos, ou apenas aqueles que são mediados pelo mercado? Deve a preparação de uma refeição em casa ser considerada parte da economia? Tomar conta de uma criança pode ser vista como parte da economia, ou apenas os serviços de educação infantil fora de casa? Pode a economia ser definida a partir das funções que cumpre num “sistema social” [...], pelos motivos dos atores engajados em várias atividades [...], pelos meios dos atores usados para perseguir os seus objetivos [...], ou pelo quê? Talvez devamos distinguir “atividade económica” de “economia” – o primeiro pode ocorrer em qualquer lugar no domínio da vida social, e o segundo refere-se a uma área especializada de atividade em que as atividades económicas são dominantes. Mas então, o que é que dominante significa?” (Wright, 2010: 78)

O problema radica-se na tentativa de resolver os problemas categóricos anteriores com recurso *ad eternum* a novas categorias analíticas, repetidamente alvos de leituras tendencialmente estritas e coisificadas. Em nome de se tornarem as teorias mais claras, “atinge-se uma tal proliferação de categorias sociais em que o projeto classificatório resulta numa tipologia de encapsulamento inoperacional e incompreensível “ (Bonfeld, 2004: 40). Devemos então descartar estes conceitos? Claramente não, mas devemos abri-los. Precisamos sim de entendê-los como produto de um exercício teórico e analítico que os consubstancia. As categorias são relações sociais sintetizadas abstratamente e traduzidas em unidades de pensamento que possibilitam o seu entendimento, e não coisas em si.

⁷ O marxismo aberto crítica o processo de reificação que tende a ser o foco do marxismo ortodoxo e/ou cientificista, centrando-se nos processos sociais como resultado de processos de luta e de conflito (Bonnet, Holloway & Tischler, 2005). O marxismo aberto deve “situar-se dentro do seu objeto (i.e., reflexividade prática) e entender-se a si mesmo como algo construído através dele (i.e., abstração determinada)” (Gunn, 2005: 139), ou seja, como teoria marxista sem objeto ou, opcionalmente, entender que o movimento da contradição é objeto da teoria marxista (i.e., objeto maleável e dinâmico). A reflexividade prática faz-se acompanhar de uma negatividade prática (Holloway, 2005), que se refere à possibilidade dos sujeitos alterarem as condições objectificadas do capitalismo, confiando na capacidade agêntica e de estabelecimento de novas condições que destituam as condições fetichizadas existentes e a forma-valor.

Resulta claro pois que capitalismo não deve ser entendido como um sistema económico bem delimitado, que possui uma existência objetiva e alheia às relações humanas (Marx, 2019). A objetificação das relações sociais, quer económicas quer políticas, e a sua separação é precisamente o princípio norteador da economia clássica e o ponto de crítica fundamental do marxismo. O capitalismo não deve assim ser visto como arena económica (ou como a forma dominante da arena económica), que possibilita um Estado e sociedade civil autónomas. Nas palavras de Marx, “estas formas são as que precisamente constituem as categorias da economia burguesa. São formas discursivas socialmente válidas, portanto objetivas, para expressar relações de produção deste modo social, historicamente determinado, que é a produção de mercadorias” (infra: 76).

O capitalismo tornou-se o plasma social dominante (e não um híbrido em que coexistem sistemas económicas concorrentes e equiparáveis), isto é a forma de relação social dominante que consegue acomodar, subordinar e incorporar diferentes formas de existência, ainda que mantendo uma aparente autonomia formal entre elas. A ideia de Estado serve precisamente este propósito: aparentar a autonomia relativa do político como modo de existência, em relação ao económico e ao social, como se o político não fosse social e económico, e vice-versa. O Estado fetichiza uma série de formas de organização social, desde o tempo, o espaço, o sujeito, a atividade humana, todas elas metamorfoseadas sob a forma de cidadania (cf. Tischler, 2005).

Ora Wright suporta amplamente esta ideia, sobretudo quando vê o Estado como um regulador e inibidor do poder capitalista, como uma estrutura híbrida de formas capitalistas e não-capitalistas, que conseguem impor “regras em corporações capitalistas através da regulação de *labels* ou da qualidade dos produtos [...]” (Wright, 2010: 82). Assim, o Estado não reproduz impreterivelmente relações capitalistas uma vez que “o Estado contém uma série de aparatos heterogéneos, desigualmente integrados num conjunto pouco emparelhado, no qual uma variedade de interesses e ideologias interage.” (Wright, 2010: 236). Segundo o autor, existem países menos capitalistas que outros devido à sua capacidade de usar a arena política para conter ou conciliar as relações de classe e os mecanismos de coordenação económica.

Aliás, não podemos deixar de mencionar que o centro do debate do marxismo tradicional foi precisamente a instrumentalização do Estado para poder modificar relações sociais, para trazer um estado de transição, como se o Estado não fosse um coágulo das relações capitalistas (Holloway, 2005). A relativa autonomia do Estado, como se este tivesse uma existência real, implica a visão liberal de imparcialidade em que se pode proteger a propriedade privada e trazer justiça para os seus cidadãos (Bonfeld, 2005).

Contudo, a contenção das relações capitalistas, que Wright sublinha, como sendo o principal desígnio do Estado, como estrutura de encontro do poder de múltiplas vozes dissonantes, não permite reconhecer como esta contenção ou conciliação é inexoravelmente suportada pelo plasma das relações capitalistas, que são historicamente determinadas. Por exemplo, a proliferação do Estado-social no período do pós-Guerra subsidiou um regime de acumulação capitalista fordista-keynesiano que serviu os interesses da classe capitalista da altura, nomeadamente a nível da produção massiva a troco de políticas de bem-estar social e do aumento de salários, assim como possibilitou o escoamento dos excedentes por via do consumo de massas (Harvey, 2010; 2017).

São inegáveis as melhorias de vida que as políticas do Estado-social promoveram e que continuam a promover na vida de alguns trabalhadores e trabalhadoras, em vários lugares do mundo, como também as enormes perdas sofridas quando a sua articulação é constantemente atacada mediante um regime de acumulação flexível que se expandiu desde os anos 70 do século passado (Harvey, 2017). De facto estas não são mediações de luta prescindíveis. É impossível alhear-nos da mediação do Estado, e dos partidos, para pensar diversas transformações a nível, por exemplo, da distribuição de riqueza conseguidas por via da sua

ação, ainda que o controlo sobre os meios de produção tenha sido usualmente relegado para segundo plano. Portanto, é crucial também reservar espaço para pensar contra-nelas-e-mais-além destas mediações, de forma crítica, puxando limites e catalisando horizontes utópicos. Há que ter em linha de conta que mesmo a constituição do Estado-social é amplamente excludente: seria impossível pensar num estado-social universal (na forma, por exemplo, de um RBM) porque apenas a sobre-exploração de uma vasta massa de trabalhadores, permite alicerçar Estados-sociais de bem-estar em determinadas Estados-nação. Desta feita, quando pensamos em Estado, estamos constrangidos a pensar em processos de fetichização capitalista e num efeito gotejante seletivo da riqueza, que compartimentaliza a ação coletiva transformadora e que encolhe significativamente os limites de possibilidade dos horizontes utópicos.

Como sujeitos de ação política utópica somos mais do que a síntese capitalista e estatal. Somos agentes atravessados, ao mesmo tempo, pelo capital, pela forma-Estado e pelo trabalho, ou seja, agentes ubíquos da sua reprodução, mas também da sua negação, como reprodução autoantagónica (cf. Holloway, 2002; 2004). O movimento contraditório da ação coletiva que visa a transformação do capitalismo desde os interstícios não deve assim ser espartilhado em arenas. Ainda que, por exemplo, as autonomias tendam a desviar-se intencionalmente da forma-Estado, o que elas buscam usualmente na realidade é manterem-se distantes de certas formas fetichizadas de poder. Mas, isto não significa que possamos negar o Estado na sua total existência. Podemos sim tentar desfeticizá-lo, ainda que como coágulo das relações capitalistas, constituímos-nos e reproduzimo-nos como cidadãos. Essas estruturações são demasiado fortes para poderem ser simplesmente abjuradas. Por outras palavras, tanto a ideia de tomar o poder do Estado (tendo-o como algo objetificado) como a de construir algo totalmente além do Estado, de forma autónoma, são potencialmente impraticáveis (Dinerstein, 2005).

Desde os interstícios, encontramos vários processos sociais de negação-afirmação, isto é, uma prática utópica que parte da crítica, do antagonismo à lógica dominante capitalista e que pretende afirmar horizontes utópicos que tendem à recuperação da agência e do fazer concreto (Dinerstein, 2017; Holloway, 2002; 2010; 2013). O antagonismo leva, num espaço-tempo concreto, à afirmação da prática utópica, à fissura, que tenta recuperar o poder fazer, um momento em que as relações de dominação foram rompidas e outras relações engendradas (Holloway, 2010). Podemos pensar em muitas experiências de autonomias que resgatam formas alternativas de organização comunitária e que evidenciam, discutivelmente, uma orientação utópica. Desde a Europa, justamente desde a Península Ibérica, o projeto “*Imaging and crafting for worlds ahead*”⁸ aproximou-se de experiências representadas como coletivos urbanos autogestionados, cooperativas integrais, um projeto agroecológico e uma eco-aldeia para em e através destas experiências perscrutar este movimento de negação-afirmação, suas continuidades e descontinuidades, seus horizontes utópicos.

Um das questões mais frequentemente levantadas sobre estes projetos é sobre quem são os seus sujeitos políticos. Será que o conceito de classe é anacrónico? Como entender os agentes que estão por detrás da constituição e reprodução das autonomias? Se entendemos classe, como antagonismo, como luta autoantagónica entre capital-trabalho, entre sujeito-

⁸ Abordaremos, ainda que de forma descritiva, dois projetos que compõem os casos de estudo desta investigação. Escasseia o espaço para uma descrição detalhada do seu referencial, dispositivo metodológico e análise exploratória de dados. Ainda assim, deixam-se breves notas sobre os casos abordados e sobre o design metodológico desta investigação: durante os anos de 2018 e 2019, foram visitadas várias autonomias comunitárias, localizadas em Portugal e em Espanha. Quatro destas identificam-se como coletivos urbanos (i.e., Rés-da-Rua (Porto), Assembleia de Ocupação (Lisboa), Can Batlló (Barcelona), Can Masdeu (Barcelona), uma como eco-aldeia (i.e., Los Portales, Sevilha), uma como projeto agroecológico (e.g., Aldeia do Vale, Sintra) e duas apresentam-se enquanto cooperativas integrais (i.e., Cooperativa Integral Catalã (Barcelona), A Minga (Montemor-o-Novo)). Foram realizadas 45 entrevistas e várias observações participantes registadas em diário de campo.

objeto, e não como um grupo sociológico, claramente este conceito é de extrema relevância para esta reflexão. Conquanto, a este nível, Wright (2000) reconhece os problemas de encapsular os agentes de luta na noção classe como grupo sociológico (e.g., impossibilidade de agrupar os sujeitos em categorias que expliquem totalmente a sua experiência), mas termina preconizando que não existe outra forma de entender os sujeitos que não seja como classe definida majoritariamente através das suas características laborais. Segundo o autor, eles podem eventualmente ocupar lugares contraditórios, como no caso do autoemprego, mas mesmo assim poderão sempre ser sintetizados numa nova categoria sociológica. Vários autores (e.g., cf. Holloway, 2010; Thwaites, 2011) alertam para a dificuldade em encontrar ressonância prática destas teorias quando partimos dos interstícios. Diversos sujeitos não integram projetos autonomistas por se enquadrarem num grupo sociológico de classe.

Porém, se entendermos classe como recuperação de subjetividade e agência, percebemos que eventualmente podemos entender estes sujeitos como luta de classes, rejeitando ser entendidos justamente como classe, como identidade externamente definida. Mais uma vez, classe não é um conceito positivista, “senão crítico; a libertação social – ainda melhor: a emancipação humana – implica o final de classe” (Bonfeld, 2004: 39). Isto não é uma tentativa de homogeneizar a ação coletiva antagonista, mas sim de lhe dar-lhe uma unidade em termos de ação coletiva e de constituir os sujeitos como agentes ativos (Holloway, 2004). Dito de outra forma, a classe é a definição que subalterniza e objetifica os sujeitos; ser classe é ser luta pela não definição através do capital, do colonialismo e do patriarcado. Classe é a junção da rejeição da subalternidade pelo antagonismo, em relação à objetificação do capitalismo, e pela procura incansável de autonomia (Modonesi, 2016).

É na negatividade que brota a utopia; uma negatividade que é contra o capitalismo e contra nós mesmos como sujeitos, no árduo e contraditório processo de reivindicar essa mesma subjetividade, “na capacidade coletiva de pensar contra a dominação e contra nós mesmos” (Bonnet, Holloway & Tischler, 2005: 10). Cabe-nos então questionar: serão os designs institucionais o foco da afirmação das utopias? Há uma larga evidência do descontentamento com as instituições e com as condições de possibilidade oferecidas por elas, por parte das autonomias construídas nos interstícios (Adamovsky et al., 2011). Entender o antagonismo em relação ao capital implica enfatizar que “a experiência subjetiva é uma experiência de luta em e contra a institucionalização do ser, e da sua objetivação em instituições, mas também uma luta em e contra a sua subjetivação do poder constituinte do trabalho em identidades sociais, políticas e formas organizacionais” (Dinerstein, 2005: 160). A institucionalização de relações sociais, económicas e políticas acarretam limites objectificados bem problemáticos no que toca à busca de horizontes utópicos.

Não se podem articular utopias na prática, se nos desviamos do pensamento utópico ele próprio. A divisão entre espontaneidade de classe e ação institucional, entre subjetividade e objetividade de classe, leva à verticalidade e à restrição da ação coletiva (Tischler, 2005). Isto não significa que Wikipedia ou que o RBM não sejam então projetos utópicos, ou que não partam de uma base utópica, mas sim que o pensamento utópico não se esgota nestes casos, nem sequer em casos congéneres, nem poderá enfim ser definido substancialmente por critérios positivos. Aqui corremos um risco substancial de entender a utopia desde um reduto liberal. Também não estamos a afirmar que devemos negligenciar por completo que se construam certas articulações concretas de existência e resistência que questionam a reprodução social do capitalismo por via de processos institucionalizantes (Dinerstein, 2005). Mas, uma vez mais, é imperativo que nos entendamos para além deles, na crítica contra-em-e-mais além das sínteses institucionalizantes existentes, das práticas sociais repetidas e burocratizadas, que vão estruturando e balizando os limites da possibilidade social.

A utopia deve ser refletida a partir precisamente do que ainda não se pode proporcionar nem concretizar, tal como o horizonte dinâmico com que Fernando Birri nos interpela. A utopia só pode ser ousada, insatisfeita e irrealizável, ao mesmo tempo que dúctil e historicista das relações sociais que constroem o seu horizonte. Este repto funâmbulo é endêmico ao movimento da utopia ela própria, ao processo de utopizar, pois mesmo acreditando que chega a exteriorizar-se, “o espanto ou o inferno tomariam a sua aparição [da utopia]: as melhores intenções gerariam o fracasso aquando de uma conexão com o mundo exterior e das possibilidades reais, ou todavia pior, poderiam converter-se no seu contrário mediante cumprimento aparente” (Bloch, 2017: 39-40). Isto leva-nos a questionar a relevância da avaliação das condições de possibilidade concretas do horizonte utópico em esquemas de desejabilidade, viabilidade e alcance, regidos pelo encaixe a relações institucionais, tal como propõe Wright. O perigo é exatamente o de cumprimento aparente e estático das utopias.

As possibilidades utópicas são como “o mar que rodeia o real existente, que é imensamente maior que o território do real existente” (infra: 47). Desta forma, as possibilidades para a utopia relacionam-se com todas as condições que se vão expandindo e contraindo, que permitem a sua existência, mas que não estão completamente dadas (Dinerstein, 2017); são antes essencialmente uma determinação parcial que se governa por um movimento de olhar para o presente e passado desde um futuro autêntico (Bloch, 2017). Resta-nos claro ainda várias questões, bem mais difíceis de serem redarguidas: como podem expandir-se os interstícios em direção ao horizonte utópico? Como se pode conjeturar uma crise das condições de possibilidade capitalista através da ação das forças condensadas nos interstícios? Como pensar as inescapáveis contradições das autonomias comunitárias e utilizá-las para a construção de um processo emancipador? Tentaremos tecer algumas reflexões relevantes para esta questão a partir da experiência dos projetos anteriormente referidos.

Em suma: as orientações teóricas de Erik Olin Wright estabelecem um ponto de partida analítico bem sistematizado para pensar as condições de possibilidade da utopia que se articula praticamente. Contudo, desde as experiências que germinam dos interstícios, algumas reflexões devem ser desenvolvidas para melhor entender os processos de transformação que se arraigam desde aqui, a saber: a) reconcepção e descoisificação da ideia tripartida de arenas de atuação do capital, Estado e classe; b) reconhecimento do negativismo-afirmação como o cerne do processo de articulação da utopia; c) entendimento da classe como sujeito de luta auto-antagónico, que se encontra no centro da utopia; d) paralela desreificação da ideia de instituições e da reconsideração da sua centralidade na definição das condições de (im)possibilidade das utopias; e) a omnipresente frustração com a utopia, que para se manter viva não pode caber nos mundos que ousa habitar.

Sobre as (im)impossibilidades das autonomias comunitárias: expansão e contração

Wright (2010) está especialmente preocupado em teorizar a erosão dos limites capitalistas por via das três diferentes formas interconectadas de transformação que elenca (i.e., rutura, intersticial e simbiótica). Em termos da lógica intersticial de ação política, desenvolve-se a ideia de interstício pré-ruptura: faz sentido pensar nos interstícios porque estes acomodam e acentuam as condições que levarão eventualmente à rutura com o capitalismo. O interstício pré-ruptura anuncia uma possibilidade de transformação do capitalismo através das virtudes de uma sociedade “sem capitalismo”, aumentando a qualidade de vida da maioria das pessoas, restringindo os limites de possibilidade capitalistas e/ou auspiciando uma transição fugaz e pacífica por parte da população, já altamente penetrada pelos interstícios.

Ainda que esta prospeção de interstício continue vinculada e legitimada a partir de uma eventual rutura, entendida de forma apogética - e não o interstício como rutura em potência, em movimento zigzagueante de expansão/contração - a verdade é que a dinâmica afirmativa transformadora, construída desde os interstícios, parece definir-se por esta lógica voluntarista e cumulativa da transformação, tal como explanada por Wright. Confia-se que a acumulação de fissuras, devidamente organizadas, confluirá num nexos social suficientemente forte para que as próprias condições de existência do capitalismo se dearticulem significativamente. É um “repetido processo de rutura” de expansão/contração, entre subversão e nova organização (Holloway, 2013; 166). Claro está que não nos podemos descurar que estas novas formas de organização eventualmente colidirão com formas de poder institucionalizadas e que esta lógica de transformação dificilmente será bem-sucedida. Isto explica a não linearidade do movimento de expansão/contração que, não raras vezes, conduz a um atrofiamento real de possibilidades que termina na falência temporária ou definitiva das autonomias.

Ao perscrutar as autonomias comunitárias, depreendemos que existem sobretudo três hipóteses fundamentais - por vezes complementares, outras vezes contrárias - que dão sentido à potenciação das forças que expandem estas fissuras: a) um maior e progressivo controlo de recursos para produção e reprodução da vida; b) construção, quer por afinidade quer por estratégia, de plataformas de solidariedade entre projetos; e c) a transmutação púria das “repetidas ruturas-processo” para outras escalas, como a extensão desde escalas comunitárias para regionais. Neste artigo, por limites de espaço, deter-nos-emos somente na primeira hipótese.

Um maior e progressivo controlo de recursos para produção e reprodução da vida quase sempre significa processos de luta que se articulam de forma concreta e localizada, muito frequentemente relacionados com processos de reivindicação, negociação com governos locais e acesso a subvenções. Estes implicam, por sua vez, várias contradições práticas. Pensemos em Can Batlló, um dos casos abordados pelo projeto de investigação supra. O centro autogestionado materializou-se em 2011, mas remonta a uma reivindicação com mais de 30 anos, na qual parte de um antigo complexo industrial deveria ser utilizado como zona verde e para o desenvolvimento de equipamentos comunitários de suporte ao bairro de Sants. Em 2011, é reativada uma plataforma, composta sobretudo por residentes do bairro, que reivindica este espaço. A ideia central era (e continua a ser até aos dias de hoje) o não esperar pela ação dos governos locais para gerar um espaço comum e para mantê-lo vivo, mobilizando os recursos necessários para as mãos dos sujeitos que habitam o bairro de Sants. Rejeitam-se os tempos e as dinâmicas típicas da forma-Estado e da forma-partido para organização de reivindicações políticas; cultivam-se outras formas de organização e de atuação que não priorizam as dinâmicas de atuação dos governos locais, mas que forçosamente os contêm. Foi o governo local que autorizou a cedência do espaço que hoje se constitui como Can Batlló, obviamente após um largo processo de luta que culminou na plataforma de reivindicação. É também o governo local - o ajuntamento - que financia a água e luz usadas pelo coletivo.

Can Batlló dedica em exclusivo uma comissão de estratégia para pensar nas relações desenvolvidas com o ajuntamento, que ao mesmo tempo consente algumas das suas condições materiais de existência, embaraçando outras. Mas, em geral, os participantes do projeto admitem que estas negociações têm acarretado maiores garantias para Can Batlló que progressivamente tem conquistado mais secções do complexo industrial, o que levou a um desenvolvimento continuado de atividades autogeridas, como carpintaria, editorial, espaço de artes, artes circenses, atelier de ocupação de tempos livres para crianças e hortas comunitárias. Formas de organização de trabalho cooperativista, cooperativismo habitacional e um projeto de ‘cooperativa de cooperativas’ têm sido desenvolvidos quantos mais recursos são alocados pelo coletivo.

A relação próxima com governos locais nem sempre surte efeitos tidos como positivos. A Assembleia de Ocupação de Lisboa (AOLX), que em setembro de 2017 marcou a sua primeira assembleia, ocupou um prédio devoluto em Lisboa e dirigiam-se, de forma reivindicativa, ao problema da habitação na cidade. Centraram-se concretamente na ocupação de um prédio municipal para poderem desenhar um projeto habitacional alternativo que operasse a num nível municipal-público. Naquela data, as campanhas eleitorais municipais atribuíam elevado destaque à necessidade de alternativas habitacionais. A AOLX propôs algumas para o edifício devoluto ocupado, em articulação com a Câmara Municipal de Lisboa. A 30 de janeiro de 2018, e supostamente sem aviso prévio e por ordem da Câmara ela própria. Seria necessária uma análise mais detalhada das circunstâncias que levam a estes distintos resultados nos projetos assinalados. Contudo, convém salientar que a intenção de alocação de recursos e de alargamento de possibilidades é um caminho periclitante para as autonomias comunitárias.

Conclusão

Em jeito de conclusão, regressamos ao título deste artigo: podem as utopias reais transformar o capitalismo? Se atendermos às autonomias comunitárias, que desenvolvem nos interstícios da síntese capitalista, sabemos que se articulam várias utopias concretas, ainda que essas experiências jamais possam esgotar os horizontes da utopia, nem obviamente os processos sociais, que podem conferir forma a uma sociedade pós-capitalista, pós-colonial e pós-patriarcal. Também a ideia de utopia real deve ela própria ser problematizada, e recentrada numa perspetiva que privilegia o antagonismo, a negatividade e a sua complexa afirmação da alternativa. A utopia que se pratica pode gerar processos de transformação, mas estes não são necessariamente desejáveis, viáveis nem exequíveis no sentido proposto por Wright, uma vez que devem ser avaliadas em termos negativos, ou seja, tendo como referência o que todavia não foi possível ser concretizado.

Coincidimos com Wright quando elabora a lógica intersticial de transformação social como uma expansão voluntarista e cumulativa que dá força às fissuras, ainda que a ideia de rutura apogética que lhe subjaz, a nosso ver, não tenda a ser uma noção útil, pelo menos para entender as ruturas em potência que se encontram em movimento de expansão/contração. Acreditamos também que a desarticulação das relações capitalistas e superação das condições materiais capitalistas dependerá de processos que não provêm somente dos interstícios. Estes estão demasiados regidos por uma lógica voluntarista e idealista, ainda que provendo um terreno fértil para a expansão da prática utópica. Finalmente, como entendem os sujeitos das autonomias comunitárias a sua possibilidade de expansão? Entre outros processos, o controlo crescente de recursos para produção e reprodução da vida é fundamental. Mais recursos para as autonomias pode implicar uma relação mais próxima com governos locais ou com entidades financiadoras; mais recursos para as autonomias significa então atender a um movimento de ação coletiva contra-em-e-mais-além do dinheiro e das diferentes instituições.

Referências bibliográficas

Adamovsky, Ezequiel (2011), “Problemas de política autónoma: Pensando el pasaje de lo social a lo político” in Adamovsky, Ezequiel et al. (eds.). *Pensar las autonomías: Alternativas de emancipación al capital y el Estado*. México, DF: Bajo Tierra & Sísifo Ediciones, 215 - 243.

Albert, Michael (2017). *Practical utopia: Strategies for a desirable society*. Oakland: PM Press.

Bloch, Ernest (2017), *¿Despedida de la utopia?* Madrid: A. Machado Libros.

Bonefeld, Werner (2004), “Clase y constitución” in Holloway, John (ed.), *Clase, Lucha: Antagonismo social y marxismo crítico*. Buenos Aires: Ediciones Herraienta, 33 - 68.

Bonefeld, Werner; Holloway, John; & Tischler, Sergio (2005, eds.), *Marxismo abierto: Una vision europea y latinoamericana*. BUAP & Herramienta Ediciones: Buenos Aires.

Bonefeld, Werner (2005), “El Estado y el capital: Sobre la crítica de lo político” in Bonnet, Alberto; Holloway, J.; & Tishler, Sergio (eds.). *Marxismo abierto: Una vision europea y latinoamericana*. Buenos Aires: BUAP & Herramienta Ediciones, 41 - 66.

Carlsson, Chris; Manning, Francesca (2010), ‘Nowtopia: Strategic Exodus?’, *Antípode*, 42(4), 924–953

Dinerstein, Ana Cecilia (2005), “Entre el éxtasis y el desencuentro: El desafío de la insubordinación. El ejemplo del caso argentino” in Bonnet, Alberto; Holloway, J.; & Tischler, Sergio (eds.). *Marxismo abierto: Una vision europea y latinoamericana*. Buenos Aires: BUAP & Herramienta Ediciones, 147 - 186.

Dinerstein, Ana Cecília (2013, ed.). *Movimientos sociales y autonomía colectiva*. Buenos Aires, Argentina: Capital Intelectual.

Dinerstein, Ana Cecília (2016). “Organizando la esperanza: Utopías concretas pluriversales contra y más allá de la forma valor”. *Educação & Sociedade*, 37(135), 351- 369.

Dinerstein, Ana Cecília (2017). Concrete utopia: (Re)producing life in, against and beyond the open veins of capital. Public Seminar Retrieved in 10.04.2019.

Gunn, Richard (2005), “En contra del materialismo histórico: El marxismo como un discurso de primer orden” in Bonnet, Alberto; Holloway, J.; & Tischler, Sergio (eds.). *Marxismo abierto: Una vision europea y latinoamericana*. Buenos Aires: BUAP & Herramienta Ediciones, 99 – 146.

Harvey, David (2010), *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.

Harvey, David (2017) [1990], *La condición de la posmodernidad: Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires: Amorrortu Editores.

Holloway, John (2002), *Change the world without taking power: The meaning of revolution today*. London, Pluto Press.

Holloway, John (2004a), “Clase y clasificación” in Holloway, John (ed.), *Clase, Lucha: Antagonismo social y marxismo crítico*. Buenos Aires: Ediciones Herraienta, 69-84.

Holloway, John (2005), “Del grito de rechazo al grito de poder: La centralidad del trabajo” in Bonnet, Alberto; Holloway, J.; & Tishler, Sergio (eds.). *Marxismo abierto: Una vision europea y latinoamericana*, Vol. 1.. Buenos Aires: BUAP & Herramienta Ediciones, 85-102.

Holloway, John (2013), *¡Comunicemos!* Guadalajara, México: Grietas Editores.

López Bárcenas, Francisco (2006). *Autonomía y derechos indígenas*. Bilbao: Universidad de Deusto.

Marx, Karl. (2019) [1867]. *El capital: Crítica de la economía política*. Vol.1.. México City: Fondo de Cultura Económica.

Modonesi, Massimo (2016), *El príncipo antagonista: Marxismo y acción política*. México City: Itaca.

Thwaites, Mabel Rey (2011). “La autonomía: Entre el mito y la potencia emancipadora” in Adamovsky, Ezequiel et al. (eds.). *Pensar las autonomías: Alternativas de emancipación al capital y el Estado*. México, DF: Bajo Tierra & Sísifo Ediciones, 151 - 214.

Tischler, Sergio (2005), “Abrir la historia: Constelaciones y luchas en la elaboración del tiempo nacional. Una aproximación desde la historia de Guatemala” in Bonnet, Alberto; Holloway, J.; & Tishler, Sergio (eds.). *Marxismo abierto: Una vision europea y latinoamericana*. Buenos Aires: BUAP & Herramienta Ediciones, 67 - 98.

Wright, Erik Olin (2000). *Class counts*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wright, Erik Olin (2010). *Envisioning real utopias*. Londres: Verso Books.

The Fridays for Future in Italy: Constituency, Networks and Frame

Niccolò Bertuzzi,¹ Scuola Normale Superiore
niccolo.bertuzzi@unitn.it

Paola Imperatore,² Università di Pisa
imperatorepaola1@gmail.com

Emanuele Leonardi,³ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
lele.leonardi@gmail.com

Abstract: In this paper, we first consider how the environmental crisis has been managed in the last decades at the transnational level, and what has been the record of international governance with regard to ecological issues. In opposition to such management, mobilizations developed at transnational and national levels alike. In the second part of the paper, we focus on the Italian case by first reviewing the features and evolution of the national “environmental archipelago” (Diani 1995) and then considering the characteristics of Italian FFF activists, basing on several researches that we have been conducting in the last months. Why Italy has been one of most engaged countries in environmental protests during 2019? What are the relations between the considerable relevance of popular protest and the notable electoral defeat of Green parties in Italy?

Keywords: Ecology; Environment; Frames; Networks

Introduction

The last Conference of the Parties, supposed to be held in Santiago de Chile and then moved to Madrid after the huge popular protests exploded during Autumn 2019 in the Latin-American country, resulted in a terrible failure. The failure was predictable but not in such dramatic terms. Even the UN Secretary-General António Guterres admitted on Twitter: “I am disappointed with the results of #COP25. The international community lost an important opportunity to show increased ambition on mitigation, adaptation & finance to tackle the climate crisis”. The outcomes of the COP25 are in line with the results obtained by international environmental governance in the last 30 years.

¹ Niccolò Bertuzzi is a research fellow in political sociology at the University of Trento and a member of COSMOS (Centre on Social Movement Studies). His research interests include: political sociology, social movement studies, sociology of consumption, political ecology, climate change politics/policies..

² Paola Imperatori is a PhD student at the Department of Political Science at the University of Pisa and she works on political conflicts and social movements, in particular related to the defence of the environment against the construction of large-scale infrastructures or harmful and polluting industries. Since 2018, she has been a member of OPI (Osservatorio sulla Politica in Italia) at the University of Pisa and PoliCom (Online Political Communication Research).

³ Emanuele Leonardi is lecturer in Sociology at the University of Parma (Italy) and affiliated researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra (Portugal). His research interests include: climate justice movements and their critique of carbon trading; logics of exploitation in contemporary capitalism; working-class environmentalism.

However, the numerous alerts coming from the scientific community along with the diffusion of environmental protests all over the world during the year 2019 (focused in particular on the issue of global warming), could leave room for some kind of hope in a better outcome coming from the summit. The most visible mobilizations have been those of the Fridays for Future (FFF), the young transnational movement developed after the decision by Swedish activist Greta Thunberg to protest in front of her national Parliament at the end of Summer 2018. That summer was particularly hot, and a considerable number of fires blazed in Thunberg's country. Starting from September 2018 the protest diffused around the planet (and in Europe particularly), reaching the higher points of visibility during the COP24 held in Katowice at the end of 2018 (when Greta Thunberg gave a relevant speech that went viral in the following days) and especially on 2019 March 15th, when a huge and unprecedented global climate strike was contemporarily conducted in different cities of the world.⁴

In this paper, we first consider how the environmental crisis has been managed in the last decades at the transnational level, and what has been the record of international governance with regard to ecological issues. In opposition to such management, mobilizations developed at transnational and national levels alike. In the second part of the paper, we focus on the Italian case by first reviewing the features and evolution of the national "environmental archipelago" (Diani 1995) and then considering the characteristics of Italian FFF activists, basing on several researches that we have been conducting in the last months. Why Italy has been one of most engaged countries in environmental protests during 2019? What are the relations between the considerable relevance of popular protest and the notable electoral defeat of Green parties in Italy?

Ecological issues and the transnational governance

During the Seventies new social movements struggling for peace, civil rights, environmentalism and women rights, emerged in a disruptive way in public discourse and political arenas. These movements mobilized around issues such as gender equality, quality of life and other so-called post-materialist values (Inglehart 1977), able to radically redefine social conflict. Among these, the defense of the environment and the conservation of ecosystems became pivotal elements. This happened in particular in Western countries: in this context, the first green parties were born, the 1970s energy crises developed and were 'governed', and academic production on environmental issues expanded. For example, a very important volume has been *The Limits to Growth* (1972), published by the Club of Rome. This report denounced for the first time the impacts of economic growth on planet Earth as well as on human (but also non-human) species, announcing the risk of ecological collapse within the following century, and laying the foundation for the rising of the Environmental Justice Movement (EJM).

Starting from that period onward, and due to convergent pressures by engaged scientific communities and vocal social movements, ecological issues have gradually become pivotal both in national and supranational political agendas. Up until the late 1980s, however, such unprecedented importance constituted a *barrier* to capital accumulation. As James O'Connor (1973) and André Gorz (1977/1980) remarkably showed, environmental protection was seen as a necessary evil, an additional cost to be either internalized within firms or externalized onto governmental budget - but eventually driving to an identical outcome: an increase in market prices for 'dirty' commodities. Although historical evidence suggests that ruling elites were

⁴ In this paper we focus on the FFF, but also other recent mobilizations, such as for example Extinction Rebellion (XR) have been growing during last months: <https://extinctionrebellion.it/>.

most often willing to privilege profits over a livable planet, it is worth noting that the few controversies were usually regulated within a command-and-control legal framework (Klein 2015). The best example of such procedure is the Montreal Protocol which, in 1987, phased out a number of substances that were industrially useful but also detrimental to the stratospheric ozone layer (Epstein *et al* 2014).

This situation significantly changed with the rhetoric of ‘Sustainable Development’ (SD) (1987) and is eventually inverted by the discursive formation of ‘Green Economy’ (GE), arisen within innovative business circles in the early 1990s. Whereas the main tenet of SD is the conviction that economic growth, biospheric health and future generations’ best interest may go hand in hand (if properly balanced), the disruptive kernel of GE is the idea that what was once conceived as crisis *of* capitalism (i.e. the ecological crisis) is from now on to be regarded as a crisis *for* capital. In other words, GE postulates that the internalization of environmental limits does not constitute a burden but, rather, opens up a new strategy for market-led valorization (Leonardi 2019). Such unprecedented framework would have wreaked havoc environmental policy in every possible instance. As for its specific translation in the field of climate governance, one of us proposed the term *carbon trading dogma* (CTD) to make sense of it (Leonardi 2017). In a nutshell, this formula indicates that the global reliance on carbon markets as an exclusive policy option is connected to an extremely entrenched political belief according to which climate change, although a historical market failure (since negative externalities were not accounted for), can be viably solved only by further marketization. New, dedicated markets mean new, peculiarly abstract commodities which, in turn, foster a new, unprecedented wave of capital accumulation.

A brief glance at the historical development of global climate governance can confirm the connection between the emergence of SD and GE and the governmental design of carbon trading schemes. Although the direct proportionality between the levels of carbon dioxide in the atmosphere and the surface temperature of the Earth was discovered in 1896, when Svante Arrhenius gave full account of the greenhouse effect, the emergence of a collective awareness about the damaging potential of global warming can be individuated in the publication of the Brundtland Report (1987). In 1988 the United Nations Environmental Programme, in turn founded as a result of the United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm, 1972), and the World Meteorological Organization established the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), a consultative body aimed at providing policy makers with accurate scientific knowledge concerning global warming and its social, economic and environmental impacts. The First Assessment Report of the IPCC, released in 1990, produced an intensification of the public debate around climate-related issues and, as a consequence, the United Nations Conference on Environment and Development (Rio de Janeiro, 1992) – also known as the Earth Summit – released an international environmental treaty: the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC). Its objective was, and still is, to stabilize greenhouse gas emission (GHG) concentration in the atmosphere at a level that would prevent dangerous human-induced interference with the climatic system. Since the treaty entered into force in 1994, the signatory states (originally 189, 194 as of May 2011) have been meeting annually in Conferences of the Parties (COP) to assess progress in the field of global climate policy.

Of particular importance has been COP 3, held in Kyoto in 1997, in the course of which the parties agreed to sign a Protocol to the UNFCCC, known as the Kyoto Protocol (KP). The KP is the first legally binding agreement on climate change and provides that the 37 Annex I countries (so-called developed nations) commit themselves to a reduction of six GHGs (5.2% on average in the 2008-2012 period, using 1990 as a baseline year), and all member countries give general commitments. The KP is intended to achieve emissions reductions through a

variety of approaches: intervening at the source by means of energy saving and energy efficiency strategies, as well as renewable energy developments; promoting international cooperation and substantial technology transfers; and accounting for emissions sequestration performed by natural carbon sinks, such as forests and oceanic phytoplankton, amongst others.

From the perspective of carbon trading, the KP unmistakably represents an ‘official’ date of birth. In fact, under the powerful political pressure exercised by the US delegation – led by the Vice-President Al Gore – the parties agreed to structure both the design and the implementation of the KP around three market-led approaches called *flexibility mechanisms*: i) *Emissions Trading* (ET): a cap-and-trade system in which governmental authorities set emission caps and private companies exchange permits and credits; ii) *Joint Implementation* (JI): a regulative system for exchanges amongst Annex I countries; and iii) *Clean Development Mechanism* (CDM), whose function is to indirectly include Annex II countries in global carbon markets. The basic economic rationale which frames such mechanisms is that trading emissions permits and credits on dedicated markets would simultaneously reduce the aggregate cost of meeting the targets, foster sustainable development in non-industrialized countries and create profitable opportunities for green business.

It is important to note that such an assumption has represented the red thread of climate governance as a whole and remained intact in the much-celebrated Paris Agreement (COP 21, 2015). In passing, this uncontested centrality is consistent with the hypothesis according to which the environmental limit is turned by GE/CTD into an element of the process of valorization. That the COP-system is entirely reliant on this wager is shown once more by the inability of delegates at COP 25 (the last summit held in Madrid, mentioned in the introduction) to move beyond exclusive market mechanisms and design (also) a non-market mechanism - as prescribed by art. 6 of the Paris Agreement. Whether this *impasse* can be overcome or not, we will know for sure next year at COP 26 in Glasgow.

What we want to highlight here, however, is the role played by Climate Justice (CJ) actors as legitimacy providers for climate governance (at the very least from Kyoto 1997 to Paris 2015). Schematically, it is possible to distinguish amongst three different strands of CJ: 1) pro-corporate elites within the UNFCCC (e.g. World Resource Institute) - “progressive neoliberals”, in Nancy Fraser’s terms (2017); 2) large Environmentalist NGOs (e.g. Greenpeace); 3) Radical unions, global networks and LULU movements from below (e.g. Climate Justice Now!). We believe such actors behaved as follows: group 1 has consistently supported the COP-system; group 3 has consistently opposed the COP-system; group 2 has oscillated between tepid endorsement and mild criticism, but has nonetheless consistently provided climate governance with political legitimacy vis-à-vis global (progressive) civil society (e.g. typical comments at the end of almost every COP: “it’s not enough but it’s a first step in the right direction”).

Katowice: a turning point in environmental governance?

In our interpretation, this course of actions abruptly ended in Katowice at COP 24 (2018). The very core of climate governance (global warming exists *and* it can only be solved by markets) was undermined by two unexpected events: 1) the rise of a ‘denialist front’ within the COP-system (USA, Russia, Kuwait, Saudi Arabia - *casus belli*: latest IPCC report not to be “welcome” but, rather, “taken note of”); 2) the withdrawal of legitimacy provision by group 2 of the CJ camp. If Donald Trump is the political personification of the first process, Greta Thunberg plays the same function with regard to the second. Her message, already in Katowice, was threefold: a) delegitimation of the UNFCCC elites; b) inversion of the relationship between

economy and ecology; c) call for action rather than negotiation. In the following, we quote some relevant excerpts that Thunberg made on these three aspects:

a) “For 25 years countless of people have stood in front of the United Nations climate conferences, asking our nations leaders to stop the emissions. But, clearly this has not worked since the emissions just continue to rise. So I will not ask them anything. Instead I will ask the media to start treating the crisis as a crisis. Instead I will ask the people around the world to realize that our political leaders have failed us” [Katowice, Dec 3, 2018];

b) “Some people say that the climate crisis is something that we all have created. But that is just another convenient lie. Because if everyone is guilty then no one is to blame. And someone is to blame. Some people - some companies and some decision makers in particular - has known exactly what priceless values they are sacrificing to continue making unimaginable amounts of money. I want to challenge those companies and those decision makers into real and bold climate action. To set their economic goals aside and to safeguard the future living conditions for human kind. I don't believe for one second that you will rise to that challenge” [Davos, Jan 22, 2019];

c) “Now we're almost at the end of my talk and this is where people usually start talking about hope - solar panels, wind power, circular economy and so on. But I'm not going to do that. We've had 30 years of pep talking and selling positive ideas and I'm sorry but it doesn't work. Because if it would have, the emissions would have gone down by now. They haven't. And yes, we do need hope, of course we do. But the one thing we need more than hope is action. Once we start to act, hope is everywhere. So instead of looking for hope, look for action. Then, and only then hope will come” [Stockholm, Nov 24, 2018].

All these speeches by Thunberg heavily impacted on group 2 of CJ, as shown by the reaction by Greenpeace at the end of COP 24: “People expected action and that is what governments did not deliver. This is morally unacceptable and they must now carry with them the outrage of people and come to the UN Secretary General's summit in 2019 with higher climate action targets” (Greenpeace International Executive Director, Jennifer Morgan). Importantly, these speeches also date end of 2018/beginning 2019: that is to say, they took place *before* the first global climate strike on March 15, 2019. What we want to highlight, then, is a twofold process: on the one hand, we contend Thunberg's message got progressively radicalized in the course of 2019; on the other hand, we advance the hypothesis that a similar trajectory affected the Italian branch of the FFF, whose claims were rather depoliticized at first but have progressively become more ambitious and confrontational.

As for Thunberg, both her address at the UN climate meeting (September 23) and her article – with four co-writers, all young women leading the FFF in their countries (Australia, Chile, Germany and Uganda) – preceding the fourth Climate Strike (November 29) confirm our analysis:

Thunberg 1: “You have stolen my dreams and my childhood with your empty words. And yet I'm one of the lucky ones. People are suffering. People are dying. Entire ecosystems are collapsing. We are in the beginning of a mass extinction, and all you can talk about is money and fairy tales of eternal economic growth. How dare you!”.

Thunberg 2: “That action must be powerful and wide-ranging. After all, the climate crisis is not just about the environment. It is a crisis of human rights, of justice, and of political will. Colonial, racist, and patriarchal systems of oppression have created and fueled it. We need to dismantle them all. Our political leaders can no longer shirk their responsibilities”.

Moreover, particularly significant has been her decision to meet, while in the US, Green New Deal supporters – Alexandria Ocasio-Cortez and Naomi Klein – rather than progressive neoliberals such as Nancy Pelosi or Hillary Clinton.

This kind of progressive radicalization seems to have also affected the Italian branch of the FFF. The report of their second national meeting (October 5) is telling at this regard: “To us, climate justice is the need that those who have speculated on the pollution of planet Earth, on environmental devastation, causing the acceleration of climate change will be also those who pay the price of ecological and systemic conversion. The costs of the reconversion must not fall on the peoples who live in the countries of the Southern hemisphere. We solidarize with migrants and with all indigenous peoples. We are young people, and not only, against the current leaders of the planet, against the big corporations and against those who have the economic and political power that are not doing anything about it. Climate justice is closely related to social justice for us, the ecological transition must therefore be accompanied by the redistribution of wealth, we want a world in which the rich are less rich and the poor less poor. Changing the system and not the climate is not a slogan for us. The change of economic and development system is for us a central theme and necessarily connected to the transition towards an ecological model.” (our translation from the Report 2° national assembly FFF).

The Italian environmental archipelago

Nowadays, Italy results to be among the most engaged country worldwide in new environmental protests. However, this strong participation in ecological struggles is rooted in the history of Italian movements, starting in particular from the Eighties (Diani, 1995). These years have been characterized by the growing of protests on environmental issue (1983-1988) (Giugni, 1999); by the foundation in 1985 of Verdi, the first Italian green party, of Legambiente in 1980, the most important national environmental association; and by the success of the anti-nuclear referenda in 1987 that showed the organizational strength and mobilization capacity of environmental groups (Diani and Forno, 2003). At the same time, this process has produced in the following decade the institutionalization of environmentalism with the integration of environmentalist leaders in institutions and a parallel demobilization with regard to ecological issues (*Ibidem*).

In the Nineties, neoliberal policies – with the consequent acceleration in commodification and privatization of natural resources and territories on a global scale – and the general crisis of representation due to the inability of party system to represent the emerging social instances (Bertuzzi, Caciagli and Caruso, 2019), have conducted to the rising of the Global Justice Movement (GJM), in which Italian groups have held an important role (della Porta, 2015). Several struggles linked to work, the commons, the disarmament, the environment and other asking for a fairer and more sustainable model of growth in opposition with the dominant capitalistic one, have converged in the GJM. This cycle of mobilization has proved to be fundamental for Italian environmentalism that has inverted the process of institutionalization in favor of more conflictual forms of action and of more open forms of participation (della Porta and Diani, 2004). The GJM influenced the environmental one in terms of issues and frames: several local ecological conflicts have been interpreted as caused by neoliberal global governance (Bertuzzi, 2019). Ecological dimension and social dimension became more and more intertwined.

In this phase, in parallel with the activity of traditional environmental associations, local conflicts about the use of the land/territory diffused allover Italy (della Porta et al., 2019). At the turn between the end of the Nineties and the early 2000s several local communities start to protest against the use of land to build big infrastructures such as the High-Speed train in Valsusa or in Florence, the bridge on Stretto di Messina or MOSE in Venice. Local activists, often supported by FEMOs (Formal Environment Movement Organizations) (della Porta and Andretta, 2002), initially opposed to these infrastructures mobilizing issues as the defense of

environment, the landscape conservation and the health protection but during the mobilization they arrive to frame their protests as a matter of democracy (meta-discourse of democracy) and social justice (della Porta, 1999). In the last twenty years, this kind of environmental conflicts has rapidly grown in both quantitative and qualitative terms. While in 2004 the Nimby Forum⁵ collected 130 territorial disputes, in 2017 these protests arrived to 359 allocated in all the country (see Map 1).

Map 1 – Territorial disputes around Italy registered by the Nimby Forum in 2017 (source: Nimby Forum)



⁵ The Nimby Forum is an observatory on NIMBY protests and it has been active in Italy since 2004. The project is financed by government institutions, national environmental associations and private subjects which are involved in the construction of large-scale infrastructures in Italy. Though the body produces important data through the monitoring of these protests, it is also necessary to note the critical voices regarding the neutrality of the NIMBY Forum due to the participation of private and institutional promoters of the contested infrastructures (<https://www.ilfattoquotidiano.it/2011/07/19/il-nimby-forum-se-lo-conosci-lo-eviti/146333/>)

In the frame of these local struggles, the centrality of environmental protection has increased across the years. These movements, defined by scholars as LULU (Locally Unwanted Land Use) movements, have stimulated in the country an important debate around two ways to think the territories: on one hand, local communities defend the use value of the territories that they inhabit; on the other hand, some institution and private actors promote the exchange value of the same territories (della Porta and Piazza, 2008). Due to their opposition, these movements have been often labelled as Nimby (Not in My Back Yard), however they reject this label and oppose to this dominant frame a NOPE (Not on the Planet Earth) counter-frame (della Porta et al. 2019). Several scholars pointed out how the local protests have experienced a scale-shift in terms of alliances and argumentation by linking their territorial mobilization with global issues related with the democracy and the neoliberal growth model (see, for example: della Porta and Piazza, 2008). If initially these protests have to do with “where” a specific project is planned, during the mobilization the opponents focus their argumentations not on the localization of but on the same existence of large-scale infrastructure. As argued by Caruso (2010), Italian LULU movements have contributed to produce an ideological discourse around specific themes of reflection such as commons, lifestyles, the relationship between center and periphery and, in particular, the dominant concept of progress and the consequent social and environmental injustices. These mobilizations share a master frame - as shown by comparing different LULU campaigns - based on commons, democracy and environmental justice, considered by the challengers as pivotal issues (Imperatore, 2018). This process of scale-shifting, that allows to bridge claims and identities (McAdam et al., 2001), became particularly relevant during 2018 when, after the unattended promises of the 5 Stars Movement (5SM) about the block of several infrastructural projects strongly contested by local communities, all LULU Italian campaigns have joined into a new network against the useless and imposed big infrastructures and for climate justice. The relationship between climate change and local struggles has assumed more relevance in LULU activists frame and the dialectic local-global has given the opportunity to read the territorial problems as consequences of a globalized economic model based on extractivism (della Porta et al. 2019). The new environmental movements, such as FFF, should be contextualized in this mobilizing and discursive panorama.

Methodology and case selection

Starting from the theoretical considerations on the evolution of international governance and on the historical account of Italian environmentalism briefly presented in previous pages, in this paper we focus on the specificity of the recent wave of ecological protests and claims, and in particular on the FFF mobilization, as it transpired in Italy. The Italian case is particularly relevant for several reasons. Italy, with 514 strikes and the mobilization of 1,84% of national population, results to be among the most engaged country in the new environmental protests in both European Union and in the world (complete data – divided by country and cross-country – can be consulted at this link: <https://www.fridaysforfuture.org/statistics/graph>). By starting with the first global climate strike held on 2019 March 15th, several activists have permanently organized and joined in the territories: in September 2019 there were 173 FFF groups spread all over in the country.⁶

⁶ https://www.repubblica.it/cronaca/2019/09/26/news/fridays_for_future_manifestazioni_in_100_citta_italiane-237009906/.

At the same time, Italy is also one of the (few) European countries where Green parties experienced a mediocre result during the last elections for the renewal of the European Parliament. While the Grünen became the second party in Germany (20.5% of the vote), Les Verts the third one in France (with the 13.47%), and the Green Party the fourth one in the United Kingdom (11.10%), the ecological competitor presented in Italy - Europa Verde (Green Europe) - stopped at the 2.32%, significantly below the 4% threshold that would have allowed at least one representative in Strasbourg.

In what follows, we try to give an explanation to this apparent contradiction (high mobilization and development of FFF protests vs. almost inexistence of a relevant Green party). We base on three main data sources: 1) documents produced by FFF such as maps, assemblies' reports and other digital material; 2) an in depth interview with an activist of FFF Italy⁷; 3) a protest survey conducted in Florence during the first environmental global strike (2019 March 15th). We think that the combination of these different sources could help to give a complete picture of a so innovative movement, helping to shed light on the Italian peculiarities (and the reasons of the considerable diffusion of FFF in Italy) and to better frame the theoretical discussion on environmental governance presented in the first part of this paper.

In the next section, we first give a general overview of FFF in Italy, based on the diffusion of the events and the composition of the movement. To do this, we use the materials developed by FFF itself, and some questions of the protest survey. This protest survey is part of an international project: 1000 questionnaires have been distributed during the march in Florence, and the same has been done in other 12 European cities. Activists have been requested to fill in a questionnaire: this could be done within 10 days after the demonstration, via a QR code (or a web url) presented on the flyers that were distributed during the march. A response rate of 19.5% has been obtained for the Italian case, higher than what 'normally' happens with protest surveys.⁸ The questionnaire consisted of different sections and questions: about 15 minutes were necessary to complete it. In this paper we limit to refer to classic socio-demographic variables, and few questions related to motivations and institutional trust, as declared by activists.

Empirical analysis

FFF and LULU: the convergences

As previously mentioned, Italy results among the most engaged European country in climate mobilization, in particular the second one after Germany. At the same time, the data collected by FFF platform show that in Italy the majority of climate strikes are weekly while in Germany these are for once (see: <https://www.fridaysforfuture.org/statistics/graph>). This means that Italian movement is more organized and rooted in the country than in Germany. During the first global strike, hundreds of people participated: Milan, in particular, was found to be the second city in the world for number of participants (140.000) after Montreal (*Ibidem*). Also the following climate strikes (24 May, 27 September and 29 November) have been characterized by a significant participation. The first mobilization of FFF occurred during a phase of strong mobilization of LULUs movements that, in September 2018 decided to organize a national

⁷ At the moment we collected only one interview. However, this is a work (and a paper) in progress: we plan to collect further interviews in the next months.

⁸ Protest survey is a precise methodology (see for example: Walgrave, Wouters, & Ketelaars, 2016), already used in different researches. Data are normally gathered with a paper questionnaire, that is then sent for free by the respondents, and finally coded by researchers. In this case, a more "eco-friendly and also technological solution has been experimented.

campaign against big infrastructures and for climate justice. In the following months several local protest events took place, organized within the same campaign, such as the demonstrations of 8 December held in Padova, Niscemi or Lecce. The very same day, one of the biggest No TAV demonstrations ever has been held in Turin. Numerous national assemblies in different parts of the country have been organized, and, on March 23, a national demonstration in Rome with more than 150.000 participants took place.⁹ The climate justice issue became pivotal in public debate due to the emergence of FFF and to the re-organization of LULU mobilizations at national scale.

In several territories, and especially in those affected by local conflicts, multiple-memberships of activists that participate to both specific LULU campaign and to FFF are quite diffuse. This multiple membership is important because produces what scholars define as social capital (Bourdieu, 1986), namely social relationships between the different actors and the consequent contamination in term of issues, frames and repertoire of actions. In this sense, the strong proximity between LULU campaigns and several FFF groups influence each other: on the one hand, this new ecologist movement gives a wider opportunity to LULU protests to link their struggles with global issues such as climate change and to have a bigger resonance; on the other hand, LULU campaigns have a political and technical expertise (Bobbio, 1999; Piazza et al., 2003) developed during several years that can make available to a younger movement such as FFF. The link between these movements is the most concrete expression of the slogan “act locally, think globally”. An explicative example is represented by the first European Climate Camp in Venice organized by No Large Ships - a LULU campaign operative since 2012 in the city - and FFF Venezia-Mestre and claiming for a change in the system not in climate (<https://www.veniceclimatecamp.com/it/>). At the same time, this relation did not succeed in every local context, as argued in the following interview’s excerpt:

this (the relationship between LULUs campaign and FFF) has been a debated point within the national assembly. It has been shared, there was no strong opposition to the fact that Friday for Future should - for its nature - demonstrate its opposition to big infrastructures, to specific big infrastructures. We know how these are managed and carried out in Italy. (However) it has not been a step so coherent in all cities, all groups of Friday for Future (INT1).

This is due to the fact that FFF is, and in particular was at the beginning of the mobilization, a heterogeneous movement in which composition in political and social terms, specific goals and practices vary place by place. In order to give common goals and a shared political basis the movement, the local groups have decided to organize two national assemblies. During the first one, held in Milan in April 2019, the support to LULU struggles and the opposition to big and useless infrastructures “has been a debated point” (INT1); in the second one, held in Naples in October 2019, the relationship between LULUs actors and FFF has been strengthened and made explicit by all the movement at national scale as declared in the assembly report itself:

“We declare ourselves in opposition to every big, useless and damaging infrastructure, understood as infrastructure, industry and project that environmentally, economically and politically destroys the territories without involves habitants in their right to self-determination. We support every local struggle carried out by many local committees as No-TAV in Val Susa, No-Large Ships in Venice, no Muos in Catania and Siracusa, no TAP in Lecce and Stopbiocidio in Naples and in Land of Fires, Free Bagnoli against their put under external administration, the struggle against Enel in Civitavecchia, Snam in Abruzzo, Terzo Valico in Alessandria. We

⁹ https://roma.repubblica.it/cronaca/2019/03/23/news/partita_la_marcia_per_il_clima_siamo_qui_per_unire_le_nostre_battaglie_-222326448/

reject every speculation on waste disposal, on soil consumption and the infrastructures that produce hydrogeological instability” (our translation from the Report 2° National Assembly FFF).

FFF protesters in Italy: some characteristics

Also some peculiarities of the FFF mobilization should be mentioned. In this sense, survey data can be useful to have a general picture of the movement composition. As expectable, the great majority of activists surveyed during the first global strike resulted to be very young. Confirming the international data, Italian protesters are particularly distributed among those who range between 15 and 19 years old. Looking at the international panorama, this age group represents the 45% of the entire sample, as visible in figure 1. Italian protesters were very young too, but also the age groups comprised between 20 and 35, and between 36 and 65 registered important percentages (see figure 2). This is due to the legacy of the GJM (probably important for the age group comprised between 20 and 35), and also to the participation of LULU activists during the FFF protests (probably to be referred to the age group comprised between 36 and 65).

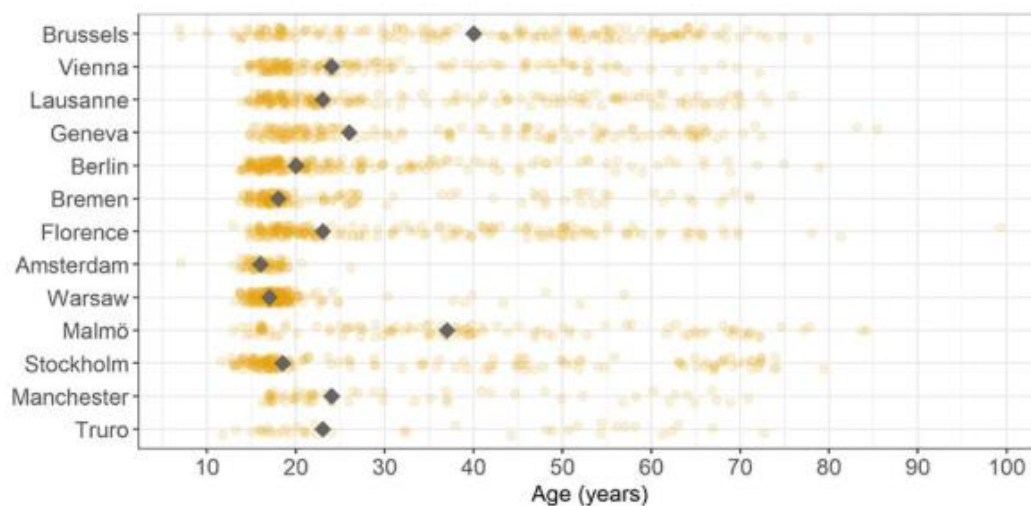


Figure 1 – composition by age of the FFF protesters – cross-country

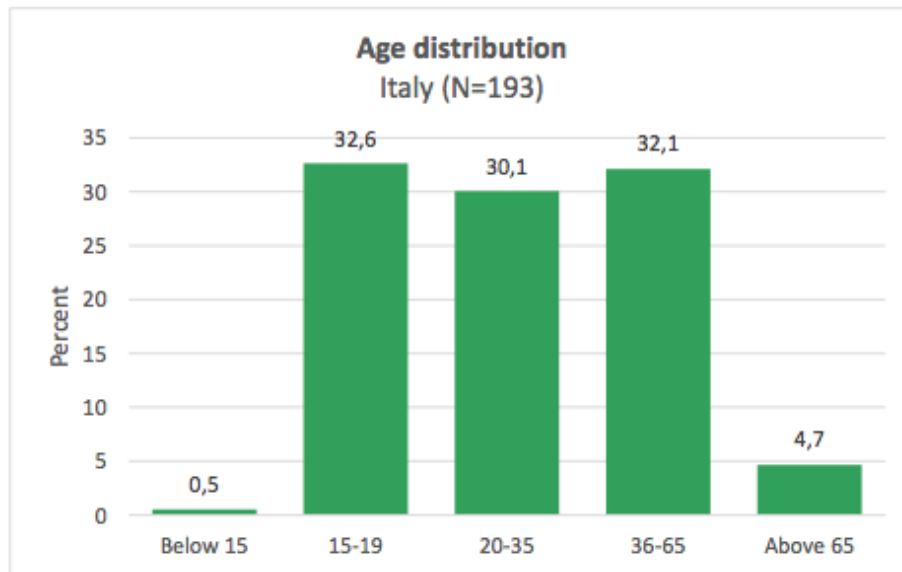


Figure 2 – composition by age of the FFF protesters – Italy

Even more than age, gender resulted to be a key element of the FFF mobilizations, at least in its uprising. This is also to be ascribed to the female leadership of the movement, and to the charismatic figure of Greta Thunberg, as also declared by a large number of respondents. The considerable majority of women is a structural finding, being diffused in all the cities where the survey has been administered, and so dispelling some possible error bias due to the specific nature of the survey distribution and administration. A female majority is visible in the Italian case as well, both among the young and the adult activists, as visible in figure 3. As young activists, we consider those that in the frame of the international research project have been labeled as students, and operationalized as having an ongoing education of, at most, upper secondary school and being younger than 20. This criterion has been motivated by the different school regimes of the various countries selected, and represented the best cross-country ‘compromise’.

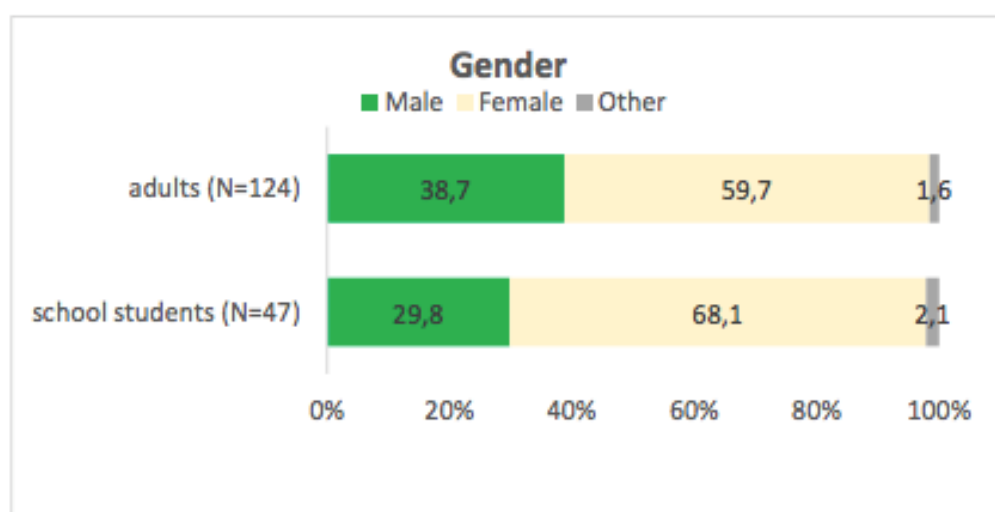


Figure 3 – composition by gender of the FFF protesters – Italy

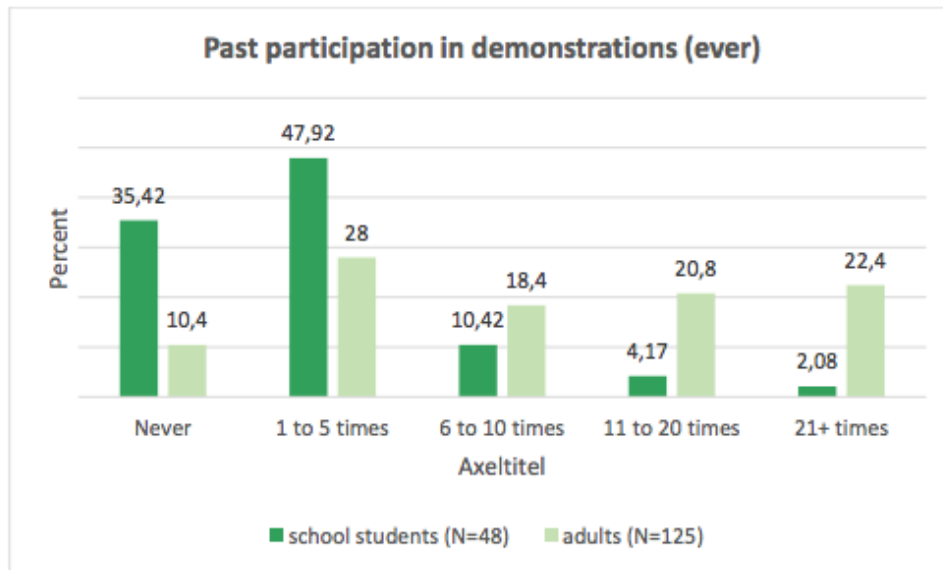


Figure 4 – Participation ever in FFF demonstrations

Summarizing, a considerable part of FFF activists is composed by young women. Another very important data to be stressed (in line with young age, but giving an additional information) is represented by the political path of the activists. Of course, there is an unavoidable relation between young age and a limited political path. However, in the case of the FFF, this emerged as an extremely relevant element, especially in Italy. Looking at the past participation in political demonstrations, we can observe that 35,42% of the young protesters took the street for the first time on 2019 March 15th; summing up those who never participated to protests and those who scarcely participated (from 1 to 5 times), the percentage reaches almost 85% of the young respondents (see figure 4). The same pattern, and also the difference between young and adult activists, has been registered considering the participation in political demonstrations during the last 12 months.

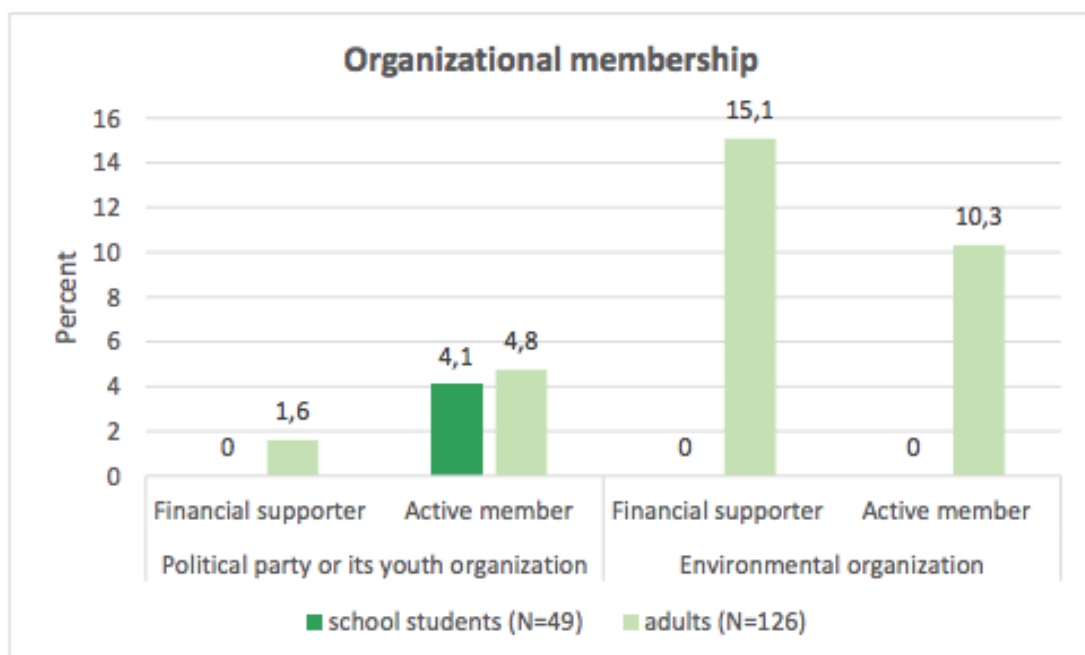


Figure 5 – Composition by organization membership participants

Equally remarkable is the absence of experience and current membership in collective organizations: such absence is almost complete in the case of political parties, and totally complete in the case of classical environmental organizations. The great majority of respondents do not belong to political parties or environmental organizations. This is a general cross-generational data, but is even stronger and impressive among young protesters, as clearly visible in figure 5. This is valid both referring to active membership and to financial support to some kind of political organization related to environmental issues.

Since its origin, FFF has arisen as a young movement denouncing the immobilism of institutions and the failure of climate governance in front of climate change. Greta Thunberg herself started to strike in front of the Swedish Parliament to denounce the non-fulfilment of the 2015 Paris Climate Agreements and to call “adults” and governments to take their responsibility and to act. As shown by the survey results, we can observe this attitude of distrust towards institutions also among Italian FFF activists. As visible from figure 6, this is particularly true when referring to the trust in the national parliament, with very low percentages of respondents that declare quite or strong trust: referring to this dimension, the young activists ‘follow’ the trend of the general sample, and the level of distrust is diffused.

Even if not so rooted and strong, also skepticism towards the European Union and other international institutions is considerable: in this case, however, the distrust is lower among young activists than among older.

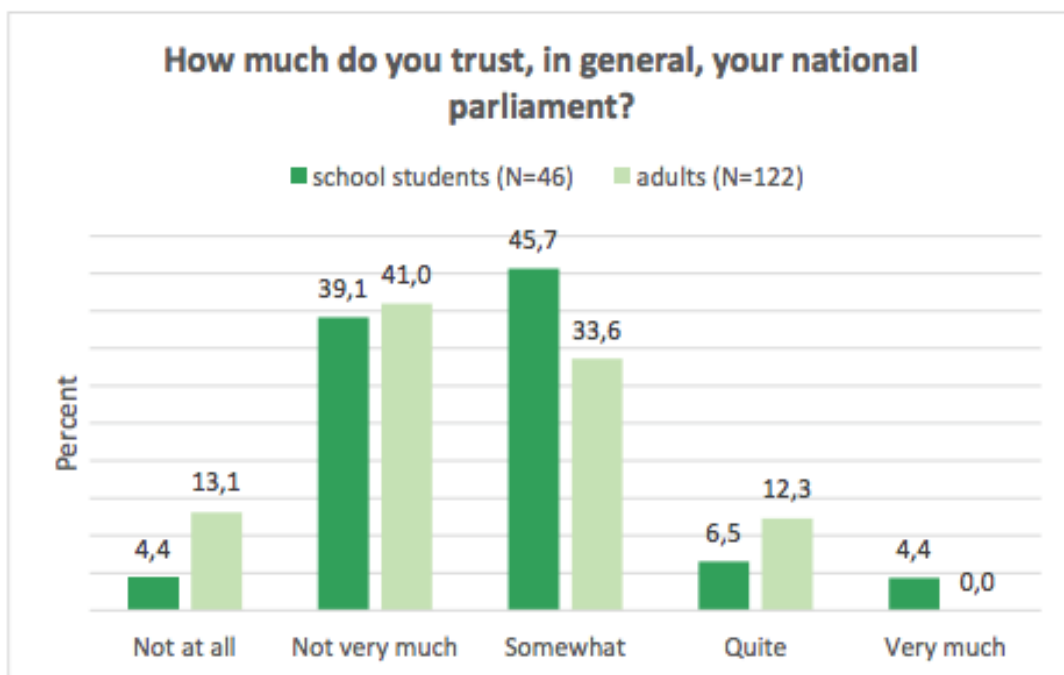


Figure 6 – institutional trust (in national parliament) of the FFF protesters – Italy

The skepticism toward political system has its roots in a general phase of crisis of representation that affect Italy since the Nineties. This perception is rooted among LULU movements, that experienced in these years a conflict with public institutions (della Porta et al. 2019), but also in more recent movements as FFF. While LULU campaigns declare that there are not “friendly governments”, FFF has decided with the first constituent national assembly to define itself a political but non-partisan movement:

“We make part of a global, pacific, non-partisan movement against every forms of discrimination. [...] We are independent by parties and we only answer to assemblies in which people participate at the struggle for future of everyone. We reject every manipulation: no one represent us, we don’t have no flag, our voice comes from assemblies and from streets of mobilization” (our translation of the Report 1° National Assembly FFF).

The skepticism toward parties seems to affect also leftist parties that, in literature on collective protest action, represented a potential ally of social movements and in particular of the environmentalist ones. As argued by a FFF activist “*there was an attempt of some political parties to appropriate of Fridays for Future, as Zingaretti (new secretary of the Democratic Party, the main centre-left party in Italy, ed.) that wins the primary of the Democratic Party, dedicate the winner to Greta Thunberg and at the same time he goes to visit the construction site of TAV. This opens some contradictions, its is an attempt of politic to make greenwashing*” (Interview FFF1). The constituent assembly has had - among the others - the aim to write a manifesto to define the identity of the movement and its independence from every party (*Ibidem*).

Discussion

By starting from the data collected during this first year of mobilization, we tried to reflect on the wide success – in term of mobilization but not only - obtained by FFF in Italy.

The birth and success of FFF in Italy needs to be contextualized in a global situation of failure of climate governance and diffusion of environmental protests all over the world. As already argued, Italy has a rooted tradition in environmental mobilizations even though we have assisted to two precise dynamics across the decades: on the one hand, the institutionalization of environmentalism; on the other hand, the spreading of new forms of environmental conflicts based on local and popular dimension (e.g.: the LULUs movements). In this context, FFF has represented as a joining link between these dimensions of environmentalism: in fact, FFF Italy is organized as a national movement understood as a network of local groups that use a wide repertoire of actions, from conventional to more radical practices of protest, and mobilize on issues typical of both FEMOs and LULUs actors. At the same time, FFF take several resources from these actors in terms of technical expertise (Bobbio, 1999) and social and political capital (Bourdieu, 1986; Piazza et al., 2003) that, probably, have given to this new movement the opportunity to easier spread and organize across the country. The relationship between LULUs campaigns and FFF protests has furthermore influenced the frames of both actors. On the one hand, LULUs activists has made explicit the link between their local protest and the global problem of climate change; on the other hand, FFF has linked environmental topics with a demand of social justice, of democracy and for another model of production, issues on which in these years LULUs actors have focused their struggles. In this case a process of *frame bridging* occurs (Walsh et al., 1997) by linking claims and identities (McAdam et al., 2001).

At the same time, we find really interesting to investigate the wide participation achieved by FFF by focusing also on another dimension: the absence of a political party able to represent environmentalism issues. While the green party, Federazione dei Verdi (FdV) never obtained wide consensus in national elections and, since 2008, does not have any seats in both European and national parliaments, the party actors more engaged in past years in environmentalism resulted the leftist parties, as argued by several scholars (Andretta and della Porta, 2002; Diani and Forno, 2003; della Porta and Piazza, 2008). However, in this decade also the relationship between leftist parties and environmentalist actors become more conflictual in particular around LULU controversies and, as shown by Piazza (2011), the centre-left has started to

represent for these actors an opponent. At the same time a new emerging party, the 5 Stars Movement (5SM), has started to mobilize and organize at both local and national levels by putting the environment and the opposition to big infrastructures contested by population as key points in their political and electoral program and, at the national election in 2018, 5SM has obtained important consensus from territories affected by LULUs conflicts (Mosca, 2014; Imperatore, 2019). This seemed to open a window of political opportunity for environmentalist actors. Nevertheless, after the election, 5SM has formed a coalition of government with the League, an extreme-right party, then disregarding the electoral promises about the stop of the big useless infrastructures and also the commitment to produce policies based on sustainability has resulted weak. In this context, 5SM has failed in representing a party close to green issues and in conducting policies in defense of environment.

This aspect can reveal useful to explain the wide participation of people in FFF: the absence of a green party or of other parties able to represent the demands related to sustainability, to climate change and to safeguard of environment conduct the civil society's actors to permanently organize and mobilize for their green claims. Nowadays, FFF represents in Italy the wider and more inclusive political space in which to debate and organize around environmental topics respect both national associations (more structured and bureaucratized groups) and LULUs movements (for geographical limits in everyday participation).

In Italy, the FFF mobilization has already produced important outcomes: the national parliament, as many local institutions and universities, has declared the climate emergency while several newspapers have given wide resonance to climate strikes. However, the activists denounce that while, on one hand, the national parliament has approved to sign the Declaration of Climate Emergency, on the other hand, only few days after, in the budget law the parliament has not approved any cuts on fossil fuels, any carbon tax and the funding for ecological reconversion has been strongly reduced respect the announced amount (source: FB FFF Italia, 24/12/19).

To conclude, if it is not yet possible define the success of FFF mobilization in terms of substantial outcomes (Kitschelt, 1986), that which is possible is to give a first explanation to the success of FFF in terms of participation. The rooted presence of environmental groups and conflicts has contributed to give to the new activist important resources in terms of social and political capital and of expertise while, at the same time, they have in part influenced the contents and the form of actions of FFF. In parallel, the lack of actors able to represent in political arena the green issues can contribute to explain why in Italy the movement has took a more organized and continuative form differently by other countries.

References

Bertuzzi, N., (2019), Political Generations and the Italian Environmental Movement(s): Innovative Youth Activism and the Permanence of Collective Actors. *American Behavioural Scientist*, 63(11): 1556-1577. <https://doi.org/10.1177/0002764219831735>

Bertuzzi, N., Caciagli, C. & Caruso, L. (2019), *Popolo chi? Classi popolari e politica in Italia*". Roma: Ediesse.

Bobbio L., (1999), *Un processo equo per una localizzazione equa*, in Bobbio, L. and Zeppetella, A. (eds.), *Perchè proprio qui? Grandi opere e opposizioni locali*, Milano, Franco Angeli.

Bourdieu, P., (1986), *The Forms of Capital*, in John Richardson (edited by), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, Westport, Greenwood Press, pp. 241-58.

Bruntland Commission (1987), *Our Common Future*. Oxford University Press.

Caruso, L., (2010), *Il territorio della politica: la nuova partecipazione di massa nei movimenti. No Tav e No Dal Molin*, Milano: Franco Angeli.

della Porta, D., Diani, M., (2004), *Movimenti senza protesta? Ambientalismo in Italia*, Il Mulino, Bologna

della Porta, D., Andretta, M., (2002), Changing forms of environmentalism in Italy: the protest campaign on the speed railway system, "*An International Journal*" 7 (I), pp.59-77

della Porta, D., (1999), *Protest, Protesters and Protest Policing*, in M. Giugni, D. McAdam e C. Tilly, (edited by), *How Movements Matter*, The University of Minnesota Press

della Porta, D., Piazza, G., (2008), *Le ragioni del no. Le campagne contro la TAV in Val di Susa e il Ponte sullo Stretto*, Feltrinelli, Milano.

della Porta, D., (2015), *Global Justice Movement: Cross-national and Transnational Perspectives*, Boulder: Paradigm.

della Porta, D., Piazza, G., Bertuzzi, N. & Sorci, G. (2019), LULUs movements in multilevel struggles: A comparison of four movements in Italy. *Rivista Italiana Politiche Pubbliche*.

Diani, M. 1995. Green Networks. A Structural Analysis of the Italian Environmental Movement. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Diani, M., Forno, F., (2003), *Italy*, in Christopher Rootes (edited by), *Environmental Protest in Western Europe*, Oxford, Oxford University Press, pp. 134-65.

Epstein, G. *et al* (2014) Governing the Invisible Commons: Ozone Regulation and the Montreal Protocol. *International Journal of the Commons*, 8(2): 337-360.

Fraser, N. (2017) *The End of Progressive Neoliberalism*. Dissent.

Giugni, M., (1999), Le mobilitazioni su pace, ambiente e nucleare: il caso italiano in prospettiva comparata, *Quaderni di Sociologia*, 43 (21), pp.45-67

Gorz, A. (1980 [1977]) *Ecology as Politics*. Black Rose, Boston.

Imperatore, P., (2018), "Not Here Nor Elsewhere": The Local-Global Dialectic in Locally Unwanted Land Use (LULU) Campaigns; The Case of Italy, *Politikon* (39), pp.36-63, DOI: <https://doi.org/10.22151/politikon.39.2>.

Imperatore, P., (2019), Struttura Locale delle Opportunità Politiche e Campagne Locally Unwanted Land Use (LULU): che ruolo per la sinistra tradizionale e per il Movimento 5 Stelle? Il caso di studio di Carrara, *Quaderni di Scienza Politica*, XXVI, 2, pp. 273-300.

Inglehart, R. 1977. *The Silent Revolution: Political Change Among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.

Kitschelt, H., (1986), Political opportunity structures and political protest: anti-nuclear movements in four democracies, *British Journal of Political Science*, XVI, pp. 57-85.

Klein, N. (2015) *This Changes Everything*. Penguin, New York.

Leonardi, E (2017) Carbon Trading Dogma, *Ephemera*, 17(1): 61-87.

Leonardi, E. (2019), Bringing Class Back In, *Ecological Economics*, 156: 83-90.

McAdam, D., Tarrow, S., Tilly, C., (2001): *Dynamics of contention*, Cambridge University Press, Cambridge.

Mosca, L., (2014) Il Movimento M5S e i conflitti locali, *Il Mulino*, n. 2

O'Connor, J. (1973) *The Fiscal Crisis of the State*. Routledge, London.

Piazza, G., (2011), Locally unwanted land use movements: the role of left-wing parties and groups in trans-national conflict in Italy, *Modern Italy*, XVI, pp. 329-44.

Piazza, G., Mosca, L., Lewanski, R., Andretta, M., (2003), Protestare e argomentare: le campagne dei comitati di cittadini contro il traffico in quattro città italiane, *Rivista Italiana di Politiche Pubbliche*, 1, pp.65-99.

Walgrave, S., Wouters, R., & Ketelaars, P. (2016). Response Problems in the Protest Survey Design: Evidence from Fifty-One Protest Events in Seven Countries. *Mobilization*, (21), 83–104.

Documents and interviews:

- a. Report 1° national assembly FFF, Milan, April 2019: <https://www.fridaysforfutureitalia.it/report-assemblea-nazionale-milano>
- b. Report 2° national assembly FFF, Naples, October 2019: <https://www.fridaysforfutureitalia.it/report-2-assemblea-nazionale/>
- c. FB FFF Italia, 24/12/19: <https://www.facebook.com/FridaysItalia/photos/a.396163751182851/584037752395449/?type=3&theater>
- d. Nimby Forum (2017): 'Convegno Nazionale Nimby Forum – dodicesima edizione'. Accessible at: <http://www.nimbyforum.it/area-stampa/comunicati>
- e. INT1: Marta Sofia, Alessandria, 25/06/19

How Will Capitalism End? The Reality of a Real Utopia and Post-Capitalist Strategies Título¹

Nobuyuki YAMADA,² Komazawa University
jogoaya@ruby.plala.or.jp

Abstract: In the process of globalization, capitalism has given rise to various problems such as increasing inequalities, the division of societies, climate change, and so forth. These problems often tend to be regarded as the limitation of capitalism. If such a limitation can lead to constructing a new type of system, that is, post-capitalism, such a new system should also require the structural transformation of capitalism. Mainly focusing on free wage labor among some structural specificities in capitalism, this paper considers the possibilities of such transformation and theoretically examines the reality of a real utopia. This paper also clarifies the reality of a real utopia through analyzing cases of workers' cooperatives in Japan. Workers' cooperatives in Japan are likely to realize one of real utopias, while they are characteristic of small resources and partial influences.

Keywords: Free wage labor; Post-capitalism; Workers' cooperatives; Japan

Introduction

In the process of globalization, capitalism has given rise to various problems such as increasing inequalities, the division of societies, climate change, and so forth. These problems often tend to be regarded as the limitation of capitalism. It is because these factors can also give rise to various conflicts and they are likely to restrain capitalist accumulation. If such a limitation can lead to constructing a new type of system, that is, post-capitalism, such a new system should also require the structural transformation of capitalism.

Mainly focusing on free wage labor among some structural specificities in capitalism, this paper considers the possibilities of such transformation and theoretically examines the reality of a real utopia through considering the possibilities of the transformation of free wage labor. In examining free wage labor, two perspectives can be supposed. One is the Marxist perspective, and another is the Polanyian one.³

In the Marxist perspective, free wage labor is based on the commodification of labor force. Therefore, one of post-capitalist strategies should be against such commodification, that is, the

¹ This paper is based on research project “the prospect of post-capitalism and the origin of capitalism: theoretical and historical research for the reconstruction of the theory of transition” funded by the Japan Society for the Promotion of Science (JSPS).

² Nobuyuki YAMADA is Professor of Komazawa University in Japan. He obtained his Ph.D. in sociology at the University of Tokyo in 1994. His field is industrial relations and social change from the perspective of the world-system. He has done fieldwork in Japan, Malaysia, and the United States. He wrote many articles and books including *The World-System in the New Century: Globalization and its Social Effects* (2006), *Social Movement Unionism: Globalization and the Revitalization of the Labor Movement* (2014), and *Globalization and Social Movements: Anti-Systemic Movements in Semiperipheral Malaysia* (2019) (all in Japanese). His current research interest is in the process of transitions to capitalism and the prospect for post-capitalism in Japan.

³ Regarding industrial relations or the labor movement, Sliver (2003) also introduced these two perspectives.

decommodification of labor force. Such decommodification is likely to be the transformation of *capitalist* free wage labor. In the Polanyian perspective, capitalism means the prevalent expansion of market relations and, therefore, realizes the decline of reciprocity and redistribution among integrative forms of the economy. The expansion of market relations also entails the commodification of labor force.

In a sense, the Marxist perspective and the Polanyian one can be supplementary with each other. This paper also defines the structures or structural specificities of capitalism and clarifies their characteristics from both Marxist and Polanyian perspectives. Furthermore, this paper, comparing with the structure of capitalism, defines that of post-capitalism, and clarifies what directions should be chosen for post-capitalist strategies for decommodification.

If various strategies for real utopias which Wright (2010) suggested mean that true structural transformation will be actually challenging and that partial transformation will be *real* in capitalism, free wage labor, which can be the main specificity in capitalism, will also be the primary target to transform *in* capitalism.

This paper theoretically examines the decommodification of labor force as one of post-capitalist strategies or real utopias and clarifies the reality of a real utopia through analyzing cases of workers' cooperatives in Japan. In this paper, the challenges of workers' cooperatives in Japan, which are related to management, production, marketing, and the like, will be indicated, and the reality of a real utopia and its prospect will be considered.

The Structure of Capitalism and Post-Capitalist Strategies

Structure

Considering the transformation of capitalism, we should begin by confirming that capitalist society has its specificities. In capitalism, as is well with other historical societies, several structural specificities, or, put simply, *structure*⁴, can define the operation of all the other social relations. These structural specificities are self-evident premise in the society, and they can be regarded as a bundle of basic relations under whose restraints all the other relations can be connected. What kind of structural specificities can be supposed in capitalism? One of the most important specificities should be free wage labor. This is because capitalism is a class society and capitalist class relations are predicated on free wage labor.

Furthermore, expansive reproduction, generalized market relations, the separation of the economy and the politics, the abolition of regional political power can also be included in such specificities. If capitalism can be characterized by these structural specificities and the transformation of capitalism can be regarded as that of its structural specificities, one of requirements of post-capitalist transformation is also that they should be modified and reconstructed as post-capitalist structure.

How can free wage labor be modified and reconstructed? Free wage labor is partly derived from the commodification of labor force.⁵ Such commodification can also mean that labor force is subordinated by one of the structural specificities of capitalism, that is, generalized market relations. Therefore, post-capitalist modification of free wage labor should be the decommodification of labor force.

⁴ Structure is a different concept from *system*. While structure is a constraint to all the relations, system is a way of the operation of social relations under the constraint of structure. For example, Fordism is not structure of capitalism but a system.

⁵ As is well known, free wage labor has double meanings. One is that workers are free from (deprived of) means of production. The other is that workers are free from *personalistic* and physical obedience and can freely move anywhere. The former is directly related to the commodification of labor force.

Given that free wage labor means the capitalist subordination of labor force,⁶ the decommodification of labor force can also be figured out in relation to such subordination. In general, the capitalist subordination of labor force can mean the dis-ownership of means of production *economically*, the bureaucratic-ruled control of work *politically*,⁷ and materialist and meritocratic consciousness of workers *ideologically*. Therefore, the decommodification of labor force can be regarded as recovering ties between workers and means of production *economically*, the workers' self-control of work *politically*,⁸ and post-materialist egalitarian consciousness *ideologically*.⁹

The realization of the decommodification of labor force can be regarded as one of post-capitalist strategies towards the reconstruction of capitalist structure. In other words, this can indicate that capitalist commodification has already been partially transformed as regards labor force, while other structural specificities such as overall commodification and market relations still persist in the society. Regarding free wage labor, a real utopia can be conceived as the decommodification of labor force in generalized market relations. That situation can be grasped as interstitial transformation, as Wright (2010) defined.

Reciprocity and redistribution

How can the transformation of capitalist specificities be grasped in the Polanyian perspective? Polanyi (1955) asserted that the prevalence of market relations will destroy the integrative forms of the economy. Particularly in globalization, neoliberalism, which is associated with its process, has given rise to the acceleration of market expansion. Therefore, following Polanyian thesis, such a rapid expansion is also likely to result in the collapse of capitalist societies.

However, Polanyi also stressed that a movement for the expansion of market exchange proceeds while the other movement against such expansion can also be on the rise and intend to embed market exchange into the society. He defined this interplay as double movements. Given that free wage labor is partly realized through the market exchange of labor force and that the latter one of double movements, as Polanyi stated, can constrain the expansion of market exchange, one of double movements can restrain the formation of free wage labor and consequently promote the decommodification of labor force. Taking it into account that the integrative forms of the economy consist of three types — reciprocity, redistribution, and market exchange (e.g., Polanyi, 1977), what can the decommodification of labor force be regarded as in the Polanyian perspective?

As already confirmed, since free wage labor is equivalent to the subordination of labor force in three spheres — *economic*, *political*, and *ideological* spheres, the decommodification of labor force primarily refers to negating market exchange of labor force or wage relations *economically*, and it can be characteristic of reciprocal control of work¹⁰ and redistributive

⁶ It is to be noted that such subordination has two types. One is a *formal* subordination and the other is a *real* one. The former is a type of subordination in which capitalist relations are not necessarily full-fledged, for example, in transition process to capitalism. This paper primarily examines a *real* type.

⁷ Labor process in capitalism does not only consist of *the economic* but also of *the political*, which means the control or rule of labor force, and *the ideological*, which means consciousness and knowledge on tasks. For this point, see Poulantzas (1968) and Burawoy (1985).

⁸ By self-control it is not necessarily meant that each worker controls his or her work *individually*. If many workers cooperate in the labor process, self-control should be implemented *collectively*.

⁹ By post-materialist egalitarian consciousness it can be meant that the rise of wages for material benefits is not necessarily pursued, that excessive competition between workers for promotion is avoided, and that the damage of natural environment due to economic growth, which partly makes the rise of wage possible, is also eschewed.

¹⁰ Large enterprises are predicated on employing more workers and labor process in such organizations can be more complicated through the commitment of many workers. Therefore, workers can rather be controlled by each other than control

reward¹¹ in the labor process. This is because capitalist subordination is predicated on class relations and reciprocal control and redistributive reward in the labor process can replace with themselves class relations such as bureaucratic control and materialist-meritocratic rewards. Such a replacement occurs in *political* and *ideological* spheres. To summarize these considerations, we can obtain table. 1.

Table 1. The Decommodification of Labor Force

	Economic sphere	Political sphere	Ideological sphere
Marxist	Workers recovering ties with means of production	Workers' self-control of work	Post-materialist egalitarian consciousness
Polanyian	Non-market exchange of labor force	Reciprocal control of work	Redistributive reward for work

Workers' Collective as One of Post-Capitalist Strategies

Where can we find such post-capitalist attempts or real utopias in contemporary capitalism? If we seek the decommodification of labor force as the transformation of free wage labor, which is one of capitalist structural specificities, workers' cooperatives — they are often called “social economy”¹² (e.g., Defourny & Monzon Campos (eds.), 1992), “solidarity economy” (e.g., Laville (ed.), 2007), “the third sector” (e.g., Lipietz, 2001) and the like — are likely to hold such a possibility. It is because they can be characteristic of workers recovering ties with means of production, workers' self-control of work, and post-materialist egalitarian consciousness,

As is well known, generally speaking, workers' cooperatives are established through capital funding by workers participating in the cooperatives. They are managed by workers themselves, including their business plans, production management, work control, and the like. Their profits are also (re)distributed in an egalitarian manner after collecting.

It is true that workers' cooperatives have been existing since the mid-nineteenth century and are not necessarily innovative organization in the age of globalization. However, if many problems from capitalism are sought to be resolved and post-capitalism is also pursued, workers' cooperatives should deserve to be examined as a part of post-capitalist structural transformations or a real utopia. Particularly workers' cooperatives can also protect various rights of precarious workers such as immigrants through enabling them to conduct self-management (e.g., Yamada, 2014).

their work on their own. In such situations, reciprocal control does not mean unilateral control but bilateral one between committed workers.

¹¹ Redistributive reward can mean that reward for work, which is earned by the operation of the enterprises, is relatively equally shared with committed workers irrespective of the reproductive cost of labor force. In other words, redistributive reward is based on non-wage relations.

¹² In Japan, workers' collectives are usually categorized as “social economy” (Tomizawa, 1999). However, focusing on social empowerment, Wright (2010: 128-144) specified seven types of alternatives to capitalism and asserted that workers' cooperatives were categorized as “cooperative market economy”. He mentioned that “cooperative market economy” was different from “social economy”. The former type is characterized by social empowerment through civil society and economic power regulated by civil society. On the other hand, the latter one is characteristic of social empowerment only through civil society. Wright also stated that NGOs or “the third sector” could be include in “social economy”. What this paper remarks are not necessarily social empowerment but capitalist structure and its post-capitalist transformation. From this perspective, as indicated above, market exchange can also be restrained through the decommodification of labor force in “cooperative market economy”.

In the following, we will examine workers' cooperatives¹³ in Japan. Their history, present situation, and prospects will be overlooked, and their challenges and possibilities will be considered.

Workers' Cooperatives in Japan

Inception

In Japan the origin of workers' cooperatives can come back to the prewar year. After the Meiji Restoration in 1868, Japan has experienced rapid modernization. As early as the 1890s various cooperatives such as "credit cooperatives" and "production cooperatives" were established, even though their legal status as workers' self-controlled corporates was not positively guaranteed (Higuchi, 2005). For example, sharecroppers¹⁴ were allowed to establish "peasants cooperatives" in order to earn stable income and bargaining power against the landowning class.¹⁵

Furthermore, workers' cooperatives were also built as early as the 1920s, which were run by skilled workers and foremen. These workers' cooperatives were derived from the opposition of skilled workers against transforming industrial relations. As is usually asserted, a factor of so-called "Japanese industrial relations", lifetime employment was introduced in large enterprises in the 1920s. The burgeoning of workers' cooperatives was likely to be brought by the opposition of these workers and foremen against such a new industrial relations system.¹⁶

Sokkisha (a manufacturing factory for measuring tools) was an example of such workers' cooperatives (Higuchi, 2005).¹⁷ It was the first *workers' collective* in Japan, operating since its establishment in 1921 through 1943.¹⁸ It was established through the struggle of skilled workers against *personalistic* control and paternalist ideology. These skilled workers demanded that their employers should recognize workers as humans and respect their personalities.

Sokkisha was originally small factories¹⁹ and it failed to construct such paternalism in industrial relations because it was not able to provide their employees with enough benefits for hard work. These employees, primarily skilled workers, tried to get more hold of the management prerogative of their original factory. After their attempt was finally rejected, they

¹³ Tomizawa (1999) categorized five types of workers' cooperatives--workers' cooperatives, workers' collectives, non-profit organizations by citizens, self-controlled enterprises run by labor unions, and traditional cooperatives. As mentioned later, workers' *collectives* are legally different from workers' *cooperatives* in Japan. These two types were institutionalized at the different times. As regards legal institutionalization, the former precedes the latter. However, the latter is nowadays more popular. This paper recognizes that these two types are not basically differentiated since their principle is the same as post-capitalist strategies. Therefore, the term of workers' cooperative, which seems to be more popular in the world, is primarily used for an example of the decommodification of labor force in Japan. Among these categories, workers' collectives in this paper are not necessarily equal to the synonymous one that Tomizawa categorized but primarily included in traditional cooperatives.

¹⁴ In the prewar era, the landowning class was one of the most influential social forces in Japan. The rural area in Japan was ruled by the landowning class in real terms. Landowners had grown through obtaining many lands from poor peasants since the beginning of the commodification of lands in Meiji era. They were also often capitalists and ran various businesses.

¹⁵ However, these sharecroppers' cooperatives were often run with landowners. The background of the enforcement of sharecroppers' cooperatives was the increase of disputes between sharecroppers and landowners.

¹⁶ It is said that lifetime employment was introduced in order to stably employ skilled workers. It is because large corporations were faced with the lack of skilled workers due to rapid industrialization in the 1920s. These corporations bestowed skilled workers with various fringe benefits in order for them not to quit their jobs for long (Hyodo, 1971). In short, these workers seemed to regard such lifetime employment as strengthening control for workers.

¹⁷ Regarding the information on *Sokkisha*, this paper basically depends on Higuchi (2005).

¹⁸ At this time, *Sokkisha* was forced to turn itself into a company incorporated by the military.

¹⁹ It was a precision instrument branch of *Tamaya-shoten*, a company unlimited, and it had only seventy employees.

tried to establish their own factory as a *workers' collective*. These founding members were all skilled workers and started a *workers' collective* of eleven members.

Sokkisha was also predicated on the general principle of workers' cooperatives. In other words, it was open to all workers and all the members had the duty to work, while the employment of employees is limited. Furthermore, it was run by members' investments and cooperatively managed, based on "one person, one vote principle", irrespective of the amount of money invested. In addition, its profits were equally distributed to members, while the amount of investment by one member was restricted due to prohibiting the rule through investment.

Sokkisha gradually increased its production and profits, and it became a top company in 1934. However, it was not legally organized as a corporate. Therefore, its procurement was forced to be executed by a person, that is, the representative of the collective. The increase of procurement and the introduction of credit settlement forced *Sokkisha* to turn itself into a company unlimited in 1921. Afterwards, it finally turned itself into a company limited. One of the reasons was because unlimited responsibility for members was avoided. *Workers' collective* turning into a company limited, members were also workers who held their own stocks of their company.

After the World War II, nearly all production activities were devastated in Japan because of repetitive bombing by the US military. In the process of the postwar reconstruction, various cooperatives were built to reinstate production for people to live. For example, instead of capitalists reluctant to restart their factories, workers themselves built *workers' collective* and began to execute production activities on their own. They were called *Seisan-Gassakusha* (a "cooperative for production") (Higuchi, 2005).

These *workers' collectives* were also basically predicated on the principles of workers' cooperatives. They consisted of various types such as cooperatives for injured veterans and cooperatives for rural industrialization. 360 of these cooperatives had been constructed nationwide since 1946 through 1948.²⁰ However, many of them were faced with bankruptcies a few years later. This is partly because various kinds of members were difficult to consolidate and the principle of "one person, one vote" was not necessarily approved. In other words, the voting right of members with more investments were not able to restrain, and the norm of cooperation were not necessarily shared.

Furthermore, these "production cooperatives" depended on low technology and were not proficient in management. In addition, the mainstream of the labor movement in Japan often opposed to "production cooperatives" as a social movement. The mainstream labor movement criticized the cooperative movement for its "petty bourgeois" nature. Since the mainstream movement firstly aimed at democratizing Japanese society, it tended to regard cooperatives as a social movement as making light of democracy. To put it another, it is meant that democratizing enterprises through constructing cooperatives is not enough to democratize Japanese society.²¹

²⁰ In 1946, the federation of cooperatives for production (*Seisan-Gassakusha Kyokai*) was also formed.

²¹ There have been two schools of Marxism in Japan--*Koza-ha* and *Rono-ha*. *Koza-ha* was a group of Marxists based on the book series (*Koza* in Japanese) named "the History of Japanese Capitalist Development". *Rono-ha* was based on the journal named "Workers and Peasants" (*Rono* in Japanese). These schools have debated on the Meiji Restoration, which was to start modernization in Japan. *Koza-ha* asserted that the Meiji Restoration was the establishment of absolutism in Japan and so bourgeois revolution should first and foremost be achieved. On the contrary, *Rono-ha* stressed that the Meiji Restoration was bourgeois revolution and so socialist revolution should be promptly brought about. In short, the former asserted that the two-stage revolution was needed in Japan, while the latter stressed one revolution was enough. The criticism for cooperative movement was derived from the *Koza-ha* perspective. Regarding this debate on Japanese capitalist development in the prewar era, see also Hoston (1987).

Development

In 1949 “the law for cooperatives of small and medium-sized enterprises”, the articles of which encompassed the principles of “production cooperatives” in the postwar era, was enforced. However, this law is not necessarily the same as the law founding workers’ cooperatives in that different members from workers, for example, even entrepreneurs, can join *workers’ collectives*.²² Afterwards many *workers’ collectives* based on this law have been constructed and the number of them has increased year by year. In the 2000s, there were 450 *workers’ collectives* operating, and since the enforcement the number of workers’ collectives has been from 500 through 1000 on average (Higuchi, 2005).

As noted above, the other type of workers’ cooperative has been present. This type has been on the increase since the 1960s, and it also belongs to a different lineage. How has this type of workers’ cooperatives risen? In Japan, like other capitalist countries, economic recessions have been reiterated in the postwar era. Recessions have increased unemployment, and so the government are required to take some measures.

For construction workers, the government has executed some policies for unemployed construction workers to get their jobs in the 1960s. However, since “the law on the promotion of employment for middle and elderly aged workers” was enforced, the government ceased to employ new workers in 1971 in public works for jobless workers.²³ These workers and their union were offended by this decision.

The All Japan Liberal Workers Union (AJLWU), originally established in 1947 and renamed in 1952,²⁴ has organized unemployed workers in the construction industry including the (municipal) government-run public works for unemployed workers. Therefore, the AJLWU opposed to the contraction of public works for unemployed workers.

It also protested municipalities intending to cease these public works and demanded that jobs should be supplied for unemployed workers. Consequently, the negotiation with some municipalities resulted in the fact that tasks were enabled to be outsourced. In short, while additional workers could not be employed in public works, tasks were persistently outsourced from municipalities if they were adequately carried out.²⁵

In this way, the AJLWU established “corporations (*Jigyodan* in Japanese)” in order to accept these tasks and supplied jobless workers, particularly elderly workers, with them (Kurokawa, 1993; Tomizawa, 1999). These “corporations” were another origin of workers’ cooperatives in Japan.²⁶ Not to mention, they have been run and managed by workers carrying out tasks from municipalities. In this sense, they have been regarded as a kind of workers’ cooperatives.

The movement constructing “corporations” were related to another policy of the AJLWU —“democratic reformation line”.²⁷ In this line, the AJLWU sought to democratize regional societies, and this line or policy urged the activities of “corporations” to turn out “good work” or “social useful work” for cities and residents. Therefore, the workers with a “corporation”

²² In other words, it is not a workers’ cooperative but a “company union (*Kigyo-Kumiai* in Japanese)” that this law gives a legal basis.

²³ In those days, most maintenance works of public roads depended on these public works.

²⁴ Nowadays, this union changed its name again in 1999. It is called the All Japan Construction, Transport and General Workers’ Union, which integrated three unions in three industries such as construction, transport, and national railway. This union is so-called general union, which all kinds of workers can join, while a main type of labor unions in Japan are enterprise-based union, which employees in the enterprise can only join.

²⁵ The first case was the city of Nishinomiya.

²⁶ As noted above, this lineage of workers’ cooperatives is called a *workers’ cooperative*.

²⁷ Actually, this line was formally incorporated as a part of policy of the AJLWU in 1977.

surveyed the interests of residents, planned adequate businesses, and organized labor processes to carry out them (Tomizawa,1999). These activities can be very similar to those of workers' cooperatives.

In 1979, these "corporations" based in various municipalities were integrated to be an association called "the National Association of Corporations for the Employment and Welfare of the Middle and Elderly Aged (NACEWMEA)". Building a national association means that the "Corporation" movement was a kind of national movements. In 1982, a "direct corporation" was built, which was directly managed by the headquarter of the NACEWMEA. These "direct corporations" have prevailed in various municipalities.

In the 1980s, NACEWMEA enlarged its activities globally. It sent delegates to Italy and Britain to survey cooperatives in these countries and participated in the world congress of the International Cooperative Association (ICA). As a result, NACEWMEA realized that its strategy was to turn into workers' cooperatives and revised its seven principles.²⁸ They were as follows.

- Carrying out good work and contributing to the excellence of cities and regions.
- Complying with the principles of independence, democracy, and openness, intending democratic management, and enhancing managerial ability.
- Complying with the principle of "cooperative" and aiming at the guarantee of workers' lives and rights.
- Recognizing the importance of labor unions and pursuing to cooperate with them.
- Promoting educational activities for participant members.
- Enhancing associational activities with other cooperative movements and regional civil activism.
- Strengthening the NACEWMEA and implementing a national movement.

These seven principles were pivotal in that the NACEWMEA got a universal nature of workers' cooperatives and that it started global associational activities. In fact, the NACEWMEA also participated in the ICA in 1992. After participation in the ICA, the NACEWMEA changed its name to the "Japan Workers' Cooperatives Union (JWCU)".

As mentioned above, there have been two lineages of workers' cooperatives in Japan.²⁹ The first lineage of workers' cooperatives originates from the prewar era and it was risen from the burgeoning labor movement in the 1920s. The second one is derived from "corporations" for unemployed workers, which were executed by the AJLWU in the 1970s. Both of two were based on the labor movement, and workers' cooperatives were originally associative with the labor movement.

However, there have been several streams in the labor movement in Japan. Therefore, if each workers' collective is associated with different organizations, they can be potentially opposite to each other because of different strategies in associated labor movements. Nevertheless, the first lineage has not so tightly associative with the labor movement recently, while the second one has been holding strong ties with it.

²⁸ These principles had originally been enforced in 1979.

²⁹ As noted above, strictly speaking, other categories also exist in Japan.

Status Quo

What kind of situations are workers' cooperatives placed in since the 2000s? Regarding the first lineage, many of these workers' cooperatives belong to the National Federation of Small Business Association (NFSBA). This organization has 37,077 members, and 78.6% of these members are "business cooperatives", which are established by several small businesses in 2015 (Tsutsui, 2016). In short, "enterprise unions" are the minority of NFSBA. In 2019, "enterprise unions" are 931 among 28,283 members (<https://www.chuokai.or.jp/chuo/pdf/members20190331.pdf> accessed on 22.12.2019).

In retrospect, the member of the NFSBA has been declining since 1981, when the number of its member led to the most of 58,721. The number of "enterprise unions" was only 1,847, which is just 5% of all members (Tsutsui, 2016).³⁰ This means that the first lineage of workers' cooperatives is on the decline in its significance. Higuchi (2005) indicated that this type of workers' cooperatives was faced with their members' aging while new types of *workers' collective* has increased. For example, some housewives have come to construct "consumption cooperatives" in order to support their lives. Furthermore, their investments have been so small that the scale and scope of their businesses have also been small and narrow.³¹ This is a basic challenge in the movement of workers' cooperatives of this type.

As regards aging problem, it is one of main reasons that the number of *workers' collectives* has gradually decreased. As mentioned above, not a few of *workers' collectives* started their businesses as "enterprise unions" just after the World War II. Given that they have existed since then, their members are so elder that they are difficult to continue to work and manage their collectives. As a result, they tend to dissolve themselves (Tsutsui, 2016).

What about the second lineage of workers' cooperatives? These types of workers' cooperatives, which are often called "workers' coops", are involved in the JWCUC. The JWCUC has twenty-eight organizations and 14,535 members in 2017 (https://jwcuc.coop/about_union/size/ accessed on 23.12.2019). These organizations consist of various types—"enterprise unions",³² "corporations (*Jigyodan* in Japanese)", NPOs, and the like.

Regarding the industry, many of them belong to the welfare business. As mentioned above, the JWCUC started to help unemployed, particularly elderly workers, to get their jobs. This nature has not changed but been strengthened recently because Japanese society is rapidly aging. In fact, the JWCUC also integrated consumers' cooperatives for elderly people and welfare facilities as its members.

The JWCUC has also conducted educational activities for its members and other people. One of the reasons for such educational activities is that workers' cooperatives are still not so familiar in Japan and even participants do not necessarily figure out to make investments in cooperatives. In short, most people in Japan are so accustomed to being employed and waged that they are often reluctant to make investments and manage their works.

In other words, because people must pay, not to be paid, they are unwilling to join cooperatives and even participants cannot easily overcome their spirit of "being employed" (Japan Workers' Cooperative Unions, 2016). These educational activities are to aim at

³⁰ Many workers' collectives have actually been voluntary organizations and not been registered as "enterprise unions" (Tomizawa, 1999: 345).

³¹ In fact, it is legally enough to build a "enterprise union" for four members to make investments. Therefore, "enterprise unions" have a small number of members.

³² This means that two lineages have actually entwined with each other. In this sense, both are not necessarily apart but a part of a workers' cooperative grouping.

publicizing the significance of workers' cooperatives and to foster self-independence consciousness among members.

Furthermore, one of the most important activities of the JWCU is to enforce the law which can guarantee the legal evidence of workers' cooperatives. As mentioned above, even though various laws have been enforced on workers' cooperatives, there have not any laws that directly define workers' cooperatives themselves. For example, the law defining "enterprise unions" cannot be legally the same one on *workers' collectives*.³³ Therefore, the JWCU began to conduct campaign for the enforcement of "Workers" Cooperative Act" in 1998,³⁴ and it has activated this campaign since 2018, associated with nonpartisan members of the Diet. The campaign has not only been implemented on the Diet but on various municipal assemblies.

Prospect

What kind of prospects can we expect on workers' cooperatives? Because both of two lineages are faced with common problems in Japan, they, irrespective of which lineages the cooperative belongs to, tend to pursue the similar direction, in which these problems are to be solved. As indicated, the second lineage of workers' cooperative has been relatively active. Therefore, the activities of the second lineage are mainly addressed here (<https://jwcu.coop/activities/business/> accessed on 26.12.2019; Hiroi (ed.), 2011).

Firstly, the JWCU primarily addresses the problems of aging in Japan.³⁵ This problem has been handled as one of the most serious challenges. Generally speaking, aging is related to low fertility in Japan, and both necessarily lead to the decrease of population in Japan. The decrease of population can result in the decline of rural,³⁶ urban, and national society. Therefore, the JWCU, based on the original policy, has sought to support elderly people and disabled persons in various regions, particularly rural areas. It aims at forming communities in which these people can live decent lives and conduct good works. In short, the aim of the JWCU is "symbiotic care" for such weaker people.

Furthermore, the JWCU also conducts supporting activities for young people who lose self-confidence in their works and lives. It provides these young people with adequate jobs and helps them to keep working and recovering their self-confidences.³⁷ In short, it intends to make itself workplaces for these young people and to urge these young people to be economically independent.

Secondly, related to the first one, the JWCU are trying to promote the food industry and the use of clean energy. It holds workshops to do research for agricultural promotion and

³³ Workers' cooperatives are different from "enterprise unions" and NPOs in Japan. While workers' cooperatives are not profit-seeking, "enterprise unions" can seek profits because entrepreneurs can join "enterprise unions". And workers' cooperatives also force their participants to make investments, while NPOs do not compel their members to do so.

³⁴ Shimamura (2017) summarized basic points on the enforcement of workers' cooperatives. In short, the point is on how three shared natures of participants in workers' cooperatives--*workers*, *managers*, and *investors*--can be legally compatible.

³⁵ The rate of elderly persons in Japan, who are over 65-year-old, reaches 28.4% in 2019. This is the highest in the world. The average life expectancy is also 83.32 years old for women and 81.25 years old for men in Japan.

³⁶ Particularly in rural areas, many communities, more than half of whose population are 65-year-old persons, are losing basic sustainable functions. They are called "marginal communities (*Genkai Shuraku* in Japanese)" and said to disappear in the near future. As regards "marginal communities", also see Yamashita (2012).

³⁷ This is related to the current situation in Japan, in which young people have been faced with keen competition in labor market due to long recession since the 1990s. Consequently, even though they got jobs, they have lost their self-confidence and identities and have been unable to work for long. Finally, these young people have often been in social withdrawal ("*Hikikomori*" in Japanese). Recently these persons in social withdrawal have increased in number. Some of them have had little contact with other people except family members for decades. With the aging of their parents, this problem is becoming all the more serious because their parents, who have taken care of them, need to be cared in turn. People in social withdrawal in Japan is estimated to amount to 541 thousand in the age of 15 to 39 and 613 thousand from 40 to 64 in 2019 (<https://www.asahi.com/articles/ASM3R4DZQM3RULZU005.html> accessed on 4.1.2020)

alternative energy. In other words, its attempt of “symbiotic care” is based on that of making prevalent the post-materialist and ecological life. Given that materialist lives are strongly tied with capitalism or its expansive production as a structural specificity, it is meant that the JCWU is also seeking post-capitalist lives based on ecological and symbiotic communities.

Thirdly, the JECU is supporting the lives of children in poorer families. In Japan, like other countries, the rate of poverty is increasing in globalization and neoliberalism.³⁸ Many children are ill-nurtured due to poor diets because their families cannot serve enough meals due to poverty and hard works. Therefore, many voluntary groups are trying to set voluntary restaurants nationwide for children (“*Kodomo Shokudo*” in Japanese) and serve suppers.

These children can obtain some helps, make relationships with other children and adults at such restaurants. These restaurants can also provide these children with places where they are free from solitude and can obtain social capitals. In short, these restaurants can function as shelters from social exclusion.

Furthermore, the JWCU has also participated in these support activities for children. It does not only conduct forming such restaurants for children in poor families but also carrying out various supports such as education, consultancy, and so forth. It is committed from some municipalities to managing day nurseries and nursery schools. Each of them amounts to 73 and 34 nationwide. In addition, the JWCU also executes to protect children from abuses.

Fourthly, the JWCU have pursued building various solidarity with other cooperatives and NPOs. For example, it is implementing “food bank” activity. The “food bank” is a network to gather abolished surplus foods from various grocery stores and households and to redistribute them to people lacking in foods. These gathered foods are also supplied some voluntary restaurants and welfare facilities. Furthermore, the JWCU has formed a network called the “Frontier Network”, which seeks the promotion of regions and the creation of jobs through cooperative works and solidarity.

In the above, we examined the activities of workers’ cooperatives. What kind of uniqueness do these workers’ cooperatives hold in post-capitalist strategies?

Workers’ Cooperatives and Post-Capitalist Strategies

Post-Capitalist Nature

We have already defined the post-capitalist structure on labor force as its de commodification. As examined above, workers’ cooperatives in Japan, irrespective of which lineage they belong to, can hold post-capitalist nature. It is true that they have not legally guaranteed yet, but they hold post-capitalist nature in the Marxist perspective. They *economically* consist of only workers, and workers themselves own these cooperatives. They are also *politically* managed by workers themselves. And they are *ideologically* based on egalitarianism. In other words, workers’ cooperatives cannot use free wage labor force but de commodified labor force.

In the Polanyian perspective, workers’ cooperatives in Japan *economically* depend on labor force, which is independent of market exchange. This is because workers with workers’ cooperatives can determine to earn their rewards on their own, which cannot be necessarily affected by the labor market. Furthermore, workers’ cooperative in Japan, particularly their supporting activities for youth who lose self-confidence in working and living their lives, have opposed the labor market and tried to admit that these young people, who might not have any

³⁸ In Japan, the poverty rate of children, which indicates the rate of children in families under the poverty line, was 13.9% in 2015.

employabilities in the labor market, can be their members. This means that workers' cooperatives are not concerned with the conditions of the labor market and positively attempt at not choosing their members based on excellence in the labor process or productivity. Therefore, workers' cooperatives are regarded as conducting non-market exchange of labor force.

Furthermore, given that workers' cooperatives in Japan have supported elderly persons, disabled persons, and young people without self-confidence, and have managed to get these persons to participate in cooperatives, they have to control the labor process of these workers, taken their abilities into consideration. Therefore, workers' cooperatives should *politically* carry out benign or reciprocal labor control. In such labor control, excessive productivity and efficiency cannot be demanded in workers' cooperatives.

In addition, workers' cooperatives in Japan have sought "symbiotic communities", in which adequate care can be carried out for elderly and/or disabled persons and abused children, foods can appropriately be consumed, and the use of clean energy can be tangible. This can mean that their members *ideologically* realize egalitarianism, which enables workers' cooperatives to *redistribute* their profits to disadvantaged members. If they are still webbed in capitalist structure, these members cannot hold redistributive profits because they are disabled in capitalism.

It is true that workers' cooperatives in Japan cannot still hold great influences. For example, regarding the industry, many of them belong to the service industry, not manufacturing. This means that production is still ruled by gigantic transnational corporations. As regards their scale, they are not so large in Japanese economy and not so popular. Furthermore, given that self-awakening members are not so many, their management can also be internally faced with challenges. In short, some members do not think that they are not only workers but also managers. Nevertheless, workers' cooperatives in Japan can keep their post-capitalist nature in the Marxist and Polanyian perspective. This nature is related to Japanese specificity at the turn of the century.

Japanese Specificity

Japan experienced huge earthquake disaster in a part of Tohoku region in 2011. The breakdown of the atomic power plant particularly made serious damages around the area of the plant, and many residents continue to evacuate and live in other regions. Nowadays, almost eight years have passed, while many of them cannot come back to their original hometown. Furthermore, the recovery process has not made progress in Tohoku yet. The coastal area in Tohoku which was attacked by huge tsunami also experienced the collapse of industries such as the marine product processing.

In retrospect, before the disaster, Tohoku region has already been declining area in Japan. The outflow of population and the decline of industries have already begun since the 1960s. The JWUC has tried to participate in recovering activities for Tohoku region (Hiroi (ed.), 2011). It can build cooperatives for these residents to work in this region and create jobs. These activities can bestow workers' cooperatives with a new role, and their significance can get even larger.

The Labor Movement and Workers' Cooperatives

Not to mention, the labor movement has been thought to seek the socialist transformation of capitalism in various societies. It has also been regarded as seeking a different society from capitalism. In short, the labor movement, associated with socialism, has been regarded as

pursuing post-capitalist strategies. However, in many cases, what the labor movement has aimed at is to form industrial relations into capitalist ones, not post-capitalist ones.

For example, the labor movement has sought wages to be fairly paid based on the reproductive costs of labor force. It has also tried to denounce arbitrary control of work, which was often *personalistic* (*personlich*) control. In other words, it has demanded that bureaucratic-ruled control of work should be carried out. In such a sense, the labor movement has also aimed at forming industrial relations as capitalist ones, not post-capitalist ones.

Furthermore, the labor movement has demanded that workers should earn their wages in proportion with their skills, abilities, motivations, and the like. In short, the labor movement is predicated on the consciousness of materialism and meritocracy. Such consciousness should be regarded as capitalist, and, therefore, the labor movement has pursued the ideological formation of capitalist relations.

Such a tendency of the labor movement is remarkable when the labor movement attempts at the organizing of immigrant workers (Yamada, 2014). This is because immigrant workers are often involved in pre-capitalist relations. For example, they are often superexploited³⁹ as their wages are under reproductive costs in the society. They are *personalistic* controlled and their personalities are often scorned. And they are involved in paternalism and such injustice is regarded as legitimate. In this sense, social movement unionism, which tends to organize these immigrants and to protect their rights, can be regarded as attempting at transforming pre-capitalist nature of their industrial relations into capitalist ones.⁴⁰

On the contrary, workers' cooperatives as a social movement can aim at transforming capitalist industrial relations into post-capitalist cooperative work, while they have been derived from the labor movement and closely associated with it.⁴¹ As a case in Japan, like that of other countries, can indicate, they are faced with various challenges and their post-capitalist strategies are intended to transform a few structural specificities. Nevertheless, their movement can suggest a new vision of society in the context of globalization and its problems. In this sense, workers' cooperatives as a social movement can be one of valid post-capitalist strategies and, in such a sense, be a real utopia.

³⁹ It is to be noted that such superexploitation is in principle impossible in capitalism. It is possible if pre-capitalist relations are introduced into industrial relations. One of methods for such introduction has been to employ immigrant workers from the peripheral region in the world-system. These workers are relatively *intimate* to pre-capitalist relations. They can accept low wages under reproduction costs due to the maintenance of ties with means of production in their original countries. They also used to *personalistic* relations and paternalism. However, pre-capitalist relations are beneficial to immigrant workers themselves, while they have been so to employers for long. This is because communitarian relationships are also among pre-capitalist relations. Social movement unionism has often mobilized these relationships into unions and worker centers organizing immigrant workers and it can construct strong solidarity among workers.

⁴⁰ Recently industrial relations have tended to hold pre-capitalist nature. In short, excessive low wages and inferior labor conditions in which the personalities of workers are denied can be realized through the introduction of pre-capitalist relations or the replacement of capitalist relations with pre-capitalist ones. In Japan, so-called "black enterprises", which particularly tend to exploit young workers, one of most precarious workers in Japan, are possible in this condition.

⁴¹ Tomizawa (2017) also stressed that workers' cooperatives and labor unions should be associated with each other. For example, the labor movement can share its interests with workers' cooperatives through improving workers' lives in communities in addition to working lives. As mentioned above, some workers' cooperatives in Japan have been seeking to construct ecological communities. In retrospect, the labor movement in Japan pursued movements based on workers' communities ("community-based struggle (*Chiiki-gurumi Toso* in Japanese))" in the 1950s. Tomizawa asserted that such an experience should be revived in the contemporary context.

Concluding Remarks

In globalization, it is likely that capitalism is faced with serious difficulties. Based on this recognition, this paper was to examine post-capitalist strategies and the reality of a real utopia that Wright indicated. This paper addressed one of real utopias through interstitial transformation, that is, workers' cooperatives. Workers' cooperatives seem to be very crucial in that they can be an alternative to free wage labor, which is one of structural specificities in capitalism. This paper tried a theoretical consideration. As a result, it is clarified that regardless of the Marxist or Polanyian perspective, workers' cooperatives can form different industrial relations from ones based on capitalist free wage labor.

Furthermore, this paper examines the post-capitalist possibilities of workers' cooperatives in Japan. There have been two lineages of workers' cooperatives. Nevertheless, irrespective of which lineages they belong to, they can conduct post-capitalist strategies. Regarding the internal activities of workers' cooperatives, workers' rewards, the control of labor process, and the consciousness on work, they can make their members practice post-capitalist strategies.

As regards external activities, workers' cooperatives in Japan seem to intend to realize post-materialist egalitarian communities, in which food redistribution, appropriate care, and symbiotic life with nature are pursued. These communities, if they can be realized nationwide, can transform other capitalist structural specificities except free wage labor. In other words, expansive reproduction and generalized market relations, which are among these structural specificities, can also be restricted.

In this way, workers' cooperatives in Japan, handling with Japanese specificities such as recovering activities in seriously damaged area by the earthquake, are likely to realize one of real utopias, while they are characteristic of small resources and partial influences. This paper only clarified the overall activities. More detailed research on workers' cooperatives should promptly be implemented.

References

- Burawoy, Michael (1985), *The Politics of Production*. London: Verso.
- Defourny, Jacques; J. L. Monson Campos (eds.) (1992), *Economie Sociale: The Third Sector*. Bruxelles: De Borck-Wesmael.
- Higuchi, Kenji (2005), *Labor Capital and Workers' Cooperatives* (in Japanese). Tokyo: Jicho-Sha.
- Hiroi, Yoshinori (ed.) (2011), *Cooperative Working: The Way of Work and Life for Social Transformation* (in Japanese). Tokyo: Commons.
- Hoston, Germaine (1987), *Marxism and the Crisis of Development in Prewar Japan*. Princeton: Princeton University Press.
- Hyodo, Tsutomu (1971), *The Development of Capital-Labor Relations in Japan* (in Japanese). Tokyo: The University of Tokyo Press.

Japan Workers' Cooperatives Unions (ed.) (2016), *The Challenge of Cooperative Working: Towards an Alternative Society* (in Japanese). Tokyo: Houbun-Sha.

Kurokawa, Toshio (1993), *Why Workers' Cooperatives Now?* Tokyo: Otsuki-Shoten.

Laville, Jean-Louis (eds.) (2007), *L'Économie Solidaire: Une Perspective Internationale*. Paris: Hachette Littératures.

Lipietz, Alain (2001), *Pour le Tiers Secteur, L'Économie Sociale et Solidaire: Pourquoi et Comment*. Paris: La Découverte.

Poulantzas, Nicos (1968), *Pouvoir Politique et Classe Sociale*. Paris: Maspero.

Polanyi, Karl (1955), *The Great Transformation*. NY: Basic Books.

Polanyi, Karl (1977), *The Livelihood of Man*. NY: Academic Press.

Shimamura, Hiroshi (2017), "The Reconstruction of Solidarity in the Transformation of Capital-Labor Relations: Towards Enforcing the Law for Cooperatives of Cooperative Labor (in Japanese)." *The Bulletin of Economic Science (Keizai Kagaku Tsushin in Japanese)*. No. 142. 34-39.

Sliver, Beverly (2003), *Forces of Labor: Workers' Movements and Globalization since 1870*. NY: Cambridge University Press.

Tsutsui, Toru (2016), "The Current Situation of Organizing and Its Prospect (in Japanese)." *Shokokinyu*, August. 43-81.

Tomizawa, Kenji (1999), *An Analysis of the Social Economy Sector: The Theory and Practice of Private Non-Profit Organizations* (in Japanese). Tokyo: Iwanami-Shoten.

Tomizawa, Kenji (2017), "Social Solidarity Economy and the Movement for Non-Profit Cooperatives" (in Japanese). *The Bulletin of Economic Science (Keizai Kagaku Tsushin in Japanese)*. No. 142. 21-27.

Wright, Erik Olin (2010), *Envisioning Real Utopias*. London: Verso.

Yamada, Nobuyuki (2014), *Social Movement Unionism: Globalization and the Revitalization of the Labor Movement* (in Japanese). Kyoto: Minerva Shobo.

Yamashita, Yusuke (2012), *The Realities of Marginal Communities — Will Depopulated Villages Disappear?* (in Japanese). Tokyo: Chikuma Shobo.

Desigualdade de gênero na educação: a classe social na perspectiva interseccional

Priscila Freire,¹ Universidade do Estado do Amazonas
pfrodrigues@uea.edu.br

Virgínia Ferreira,² Faculdade de Economia/Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra
vf.virginiaferreira@gmail.com

Resumo: A contribuição analítica e política do conceito de interseccionalidade passa pelo melhor entendimento da compreensão de classe social no que tange ao gênero e “raça”/etnia. O objetivo do artigo é analisar aspectos teóricos do entendimento de classe no olhar interseccional e buscar implicações que refinem a crítica às políticas de educação neoliberais baseadas apenas em estatísticas de representação numérica quanto à desigualdade/igualdade de gênero. A abordagem parte do pressuposto da representação do problema na política para pensar na desigualdade de gênero na educação para além da questão do acesso ao ensino formal e aponta para questões teóricas feministas quanto a dinâmica interseccional da opressão/dominação de gênero ao nível dos corpos das pessoas.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; classe social; “raça”/etnia; interseccionalidade, política de educação

Introdução

O tema da presente abordagem é sobre gênero e educação quanto ao aspecto da classe social na perspectiva da interseccionalidade. A problematização teórica aponta para questões de gênero e raciais desde a crítica interseccional no modo como a compreensão de classe é utilizada em tal conceito. O viés da interseccionalidade que busca compreender as relações cruzadas entre classe social, gênero e “raça”/etnia³ pensado no contexto da educação amplia o escopo de problematizações para uma análise mais aprofundada sobre as possibilidades de sua aplicação crítica.

¹ Doutoranda em Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

² Professora Associada da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigadora do CES.

³ Usaremos o par “raça”/etnia, com base na perspectiva construtivista que faz assentar as diferenças na percepção própria ou de outrem. Assim, podemos definir raça e etnia com Stephen Cornell e Douglas Hartmann (1998: 24-26) para quem raça corresponde ao modo como “um ser humano é definido por si ou por outras pessoas como distinto em virtude de características físicas comuns percebidas como inerentes ... Determinar quais características constituem a raça... é uma escolha que os seres humanos fazem. Nem marcadores nem categorias são predeterminados por quaisquer fatores biológicos.” (Cornell e Hartmann 1998: 24). A etnia, inversamente, é definida como um sentido de ancestralidade comum, baseado em apegos culturais, herança linguística passada, afiliações religiosas, parentesco reivindicado ou alguns traços físicos (1998, 19). Identidades raciais são tipicamente consideradas como abrangendo múltiplas identidades étnicas (Cornell e Hartmann 1998, 26) (tradução nossa). As pessoas raramente têm escolha sobre a sua identidade racial, devido ao impacto visual imediato dos traços físicos associados à raça, mas têm-na relativamente à etnia. O par “raça”/etnia, por outro lado, procura fugir à contenda entre académicas dos Estados Unidos e da Europa, já que as primeiras acusam as segundas de despolitizarem a teoria da interseccionalidade, ao preferirem mobilizar a categoria da etnia em vez da raça (Salem, 2018; Davis, 2019).

A contribuição que este trabalho busca trazer é de cunho teórico, propõe a construção de um olhar interseccional voltado para a análise de políticas de educação e gênero e realiza uma análise crítica da interseccionalidade a partir dos questionamentos ao seu alcance explicativo como teoria da opressão. Especificamente, problematiza o movimento e/ou deslocamento do conceito de classe social nas explanações interseccionais entre classe e gênero e “raça” e classe em diferentes autoras. A abordagem prioriza a discussão sobre a classe na perspectiva neomarxista de Erik O. Wright (1997, 2000) e feministas marxistas de Ferguson (2004) e Arruzza (2015), bem como na crítica dessas autoras à perspectiva da interseccionalidade.

A discussão sobre o gênero e a educação no âmbito das políticas públicas tem exigido análises cada vez mais complexas em face de críticas sobre os pressupostos nas elaborações e execuções da política. Nesse sentido, o viés da análise tem como pano de fundo um olhar pela problematização da política de educação e gênero que, em geral, tem simplificado o tema em abordagens estatísticas de posições de mulheres e homens nos diferentes níveis da educação. Ignora-se assim um contexto mais complexo das relações sociais de gênero na educação que são marcados por outros fatores como a classe social e a “raça”/etnia na realidade social, na maneira em que as pessoas têm acesso ao ensino formal e vivenciam suas trajetórias escolares.

A crítica feminista quanto a desigualdade de gênero pontua a necessidade de aprofundamento das questões teóricas do ponto de vista analítico e político, o qual, por fim, é proposto nessa abordagem. As considerações finais apontam para a importância dos questionamentos teóricos feministas para um maior entendimento do sistema de opressão de gênero na sociedade capitalista e para uma maior compreensão de que gênero, classe social e “raça”/etnia são vivenciados em diferentes subjetividades.

Questões interseccionais para pensar a política de educação: classe social, gênero e “raça”/etnia

O acesso à educação formal para as mulheres é uma conquista recente na história ocidental, especificamente no Brasil é na década de 1990 que a feminização da educação se torna uma realidade consolidada. Quando se trata de considerar, contudo, os aspectos de classe social e de “raça”/etnia as estatísticas no Brasil⁴ e internacionais⁵ demonstram que as pessoas negras e não brancas constituem os grupos que mais sofrem dificuldades para ter acesso à educação formal e para permanecer nos estudos até alcançar os níveis mais altos de formação.

Especificamente em relação às mulheres negras, desde os anos 1990 algumas pesquisas mostravam que elas possuíam maior escolaridade que os homens negros (Rosemberg, 2001). A taxa de frequência no ensino médio demonstra que a diferença entre os homens em relação à “raça” (branco :71,9 e preto/pardo: 57,3) é maior do que entre as taxas entre as mulheres (branca: 80,1 e preta/parda: 69,3). Conseqüentemente, reflete na taxa de frequência no ensino superior em que os homens brancos possuem o maior índice (25,9) e com um distanciamento ainda maior em relação aos homens pretos/pardos (9,6), do mesmo modo na comparação entre às mulheres (branca: 38,8 e pretas/pardas: 14,8) (IBGE, 2016). Com relação aos povos indígenas, houve um crescimento com o sistema de cotas, intuído no Brasil, e o censo atual (2018) contabiliza 17.269 ingressantes, sendo que as mulheres indígenas são também maioria em relação aos homens, mas representam apenas 0,5% no ensino superior (Ipea).⁶

⁴ www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163

⁵ <https://genderstats.un.org/>

⁶ De acordo com os dados compilados em “Gênero e Número” (Silva, Bruno, and Martins, 2019).

No cruzamento dos dados educacionais, no entanto, com os de ocupação/trabalho as mulheres não brancas são o grupo social com mais constrangimentos de conciliar a permanência nos estudos com o trabalho, também por causa do tempo que dedicam ao trabalho não pago. Dados do IBGE (2016) demonstram que o tempo médio de horas semanais com o cuidado de outras pessoas e trabalhos domésticos na relação comparativa entre mulheres (20,9 h) e homens (11,1 h) apresenta uma grande desigualdade e que aumenta se considerada ainda a questão racial, onde as mulheres negras dedicam mais tempo (18,6 h) que todos os demais grupos nesses trabalhos. A relação entre gênero, “raça”/etnia e classe social é assim uma realidade que se impõe face às desigualdades de gênero na educação.

O acesso das mulheres à educação formal não eliminou entraves de ordem estrutural e cultural no que tange ainda estereótipos de gênero e principalmente em relação aos corpos das mulheres não brancas. As implicações de uma problematização mais ampla da desigualdade de gênero considerando as relações sociais de gênero, classe social e “raça”/etnia nos remetem para questões nas quais a política educativa tem um impacto significativo na vida das mulheres.

A importância de avançar na interseccionalidade como teoria e crítica feminista do sistema de opressão tem possibilitado o desenvolvimento de uma epistemologia para pensar as complexidades sociais que exigem considerar aspectos macros e especificidades locais. No interesse dessa discussão, a política de educação é um campo fértil de problematização para considerar os seus efeitos em um contexto marcadamente interseccional de gênero, classe social e “raça”/etnia.

A crítica à desigualdade de gênero na educação não se limita a uma questão de acesso ao ensino formal, pois coloca em questão ainda as trajetórias de corpos não brancos no contexto escolar. A simples oferta da educação pelo Estado como garantia de cidadania é apenas um dos aspectos da igualdade formal. O facto de existirem demandas sociais por políticas inclusivas e voltadas para a diversidade denunciam os limites dessa garantia. Um aspecto, contudo, que interessa ao olhar interseccional é como considerar o que é chamado de diversidade. Críticas ao alargamento da perspectiva interseccional apontam justamente para um enfraquecimento da sua capacidade analítica ao ser convertida em uma ideia de diversidade (Ferree, 2009; Salem, 2018) e em uma abordagem neoliberal de inclusão social (Salem, 2018). Questões críticas como a ambiguidade da sua definição conceitual, bem como sobre a falta de uma metodologia e a coerência entre interseccionalidade e experiências vividas de múltiplas identidades (Nash, 2008) aprofundam os questionamentos a serem feitos sobre sujeitos e contextos.

Cabe aqui um parêntesis para mencionar a polémica em torno da teoria da interseccionalidade na sua migração para contextos diferentes da sociedade norte-americana na qual foi originalmente formulada, vocalizada pela primeira vez por Crenshaw (1993). Várias autoras denunciam a sua despoliticização na utilização que dela é feita no contexto europeu, na qual a categoria de raça é preterida a favor da etnia, religião, tradição e nacionalidade (Davis, 2019). Salem (2018), concretamente, acusa as intelectuais feministas de “branquearem” a teoria, de nunca abordarem nem assumirem o passado colonial e o racismo das sociedades europeias. Na sua formulação, a interseccionalidade tem sido transformada num produto da academia neoliberal, na medida em que, ao generalizarem e alargarem as categorias modeladoras das identidades, as tornam equivalentes na diversidade de eixos de opressão, invisibilizando as relações de poder que estruturam as relações sociais baseadas nomeadamente na raça. Nesta discussão da teoria da interseccionalidade que apresentamos, a nossa chamada de atenção recai sobre a invisibilização da classe social nas estatísticas e políticas sobre educação, ao centrarem-se sobretudo nos desequilíbrios em termos de gênero e de raça.

De uma maneira ampla, a perspectiva interseccional tem feito referência a identidades, opressões e desigualdades. Como esses conceitos são articulados e apontam para problemáticas sociais não necessariamente tornam sempre evidente sobre a problematização em foco na

análise e de que maneira se articulam. A teorização interseccional desses fatores em seus cruzamentos no contexto da educação podem sofisticar a análise crítica quanto à política de educação no que respeita ao critério da classe social para o acesso e permanência a um tipo de escola e a formas de segregação sexo-gênero e racial nos espaços de ensino formal. O abandono escolar, principalmente no ensino médio, continua sendo um dos aspectos da desigualdade de gênero na educação brasileira porque atinge principalmente jovens pobres, negros e indígenas por vários fatores. Por exemplo, a necessidade de trabalhar para contribuir para a renda familiar, a gravidez na adolescência ou mesmo a falta de acesso a escolas que possibilitem a continuação dos estudos escolares porque estão concentradas em áreas mais urbanizadas.

Seria o caso de questionarmos com mais propriedade se a ideia de uma educação que considere a inclusão social pela complexidade se tem traduzido em respostas concretas às formas de marginalização (sociais, econômicas, culturais, etc.) que ocorrem no contexto escolar.⁷ Para Salem (2018: 406), a maneira de empregar um viés interseccional que oculta os conflitos acaba por representar o feminismo como um campo desprovido de relações de poder, um campo da “diversidade”. E para Nash (2019: 24), “onde a diversidade é um projeto de inclusão de corpos, a interseccionalidade é um projeto antissubordinação, comprometido com a exclusão em primeiro plano e seus efeitos”.

Nesse contexto, em que pese considerar as identidades, opressões e desigualdades no âmbito da política de educação significa pensar como essas categorias movem a compreensão dos conceitos de gênero, classe social e “raça”/etnia não como constitutivos de diversidade, mas como representações de problemas complexos em seus contextos. Questionar não apenas onde, mas como o gênero, a classe e “raça”/etnia são (ou não são) representados nos diagnósticos e prognósticos de uma política de educação aponta para uma dimensão analítica importante para perceber como as desigualdades se cruzam em diferentes momentos da política. Não se trata de reduzir o entendimento complexo do sistema de opressão aos conceitos como significantes autônomos, mas sim, retomá-los enquanto categorias analíticas e políticas que estão em movimento desde um olhar interseccional da realidade social.

Ao considerar o olhar interseccional para compreender o lugar das opressões pensamos que é necessário voltar aos conceitos mobilizados e que se movem no “interior” da interseccionalidade. A formulação do conceito de interseccionalidade como o lugar da opressão, que se torna potenciada no cruzamento de elementos constitutivos da identidade (Crenshaw, 1993), teve como uma das críticas às suas análises o facto de se centrar na “raça” e no gênero, deixando a questão de classe menos visível (Hirata, 2014). Em outro sentido, Salem (2018: 406), ao fazer a crítica sobre a dispersão do conceito de interseccionalidade para abarcar cada vez mais um amplo espectro transformado em uma abordagem neoliberal, afirma que a análise central da teoria interseccional trazia à tona particularmente as relações de poder no que diz respeito à “raça” e classe. O deslocamento do conceito de classe nessa discussão é, portanto, um dos pontos relevantes dentre os vários questionamentos que a perspectiva interseccional suscitou enquanto uma teoria de sistemas de opressão.

Esse contexto reflete ainda a discussão a partir da crítica marxista de que a luta pela diversidade sexual e de gênero seria uma particularidade de um grupo social e estaria engajando

⁷ A ideia de diversidade esteve presente na política de educação do Brasil principalmente no projeto “Gênero de Diversidade na Escola” (GDE), o que caberia aprofundar sobre essa questão em outro momento. O GDE teve início em 2005 com várias parcerias institucionais, mas não é atualmente conhecida a situação em que se encontra, uma vez que o setor do Ministério da Educação para essas demandas foi desmantelado na atual política. Com um governo de direita (2015) e, em seguida, de extrema direita (2019), nas recentes mudanças na política de educação, a noção de “diversidade” foi suprimida pela expressão “todas as formas de discriminação” apagando prioritariamente os termos “gênero” e “sexual” no Plano Nacional de Educação (2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (2017), por exemplo.

uma reivindicação de cunho (neo)liberal (Toitio, 2004: 63). Por outras palavras, a fragmentação do sujeito terá levado ou levou à marginalização das desigualdades sociais, uma vez que dispersou o sujeito em diferentes identidades e em cada uma delas um grupo a fechar-se em prol da sua própria causa. Toitio (2004: 66) aborda as diferenças e “rupturas” entre as teorias marxistas e pós-estruturalistas para desenvolver um argumento dialógico em que afirma que a questão de classe sempre esteve presente nas reivindicações sobre sexualidade e gênero, apesar de não ser explicitada dentro dos próprios movimentos feministas e LGBT. Para o autor, é importante considerar as formas de lutas moleculares da perspectiva pós-estruturalista, aliada, contudo, à visão gramsciana de luta de classes, em que considera a capacidade de lutas sistemáticas das classes subalternas. Desse modo, o questionamento deve centrar-se sobre a “dinâmica articuladora das relações de poder e das próprias lutas subalternas” para compreender “as formas dispersas de controle sobre o corpo [...] que é alvo de disciplinamento e é, ao mesmo tempo, portador da força de trabalho” (Toitio, 2004: 80).

No âmbito dessa discussão, portanto, a tensão em torno da classe social é um dos pontos significativos para fazer avançar na compreensão crítica interseccional no que possibilita sofisticar a crítica da política de educação como uma resposta neoliberal aos interesses do mercado. A política pública tende a eliminar a complexidade da realidade social e enquanto a ação institucional estatal tem o enfoque sobre o indivíduo e não sobre a classe social (Boneti, 2018: 79).⁸ As recentes modificações na política de educação no Brasil como o último Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017) e a formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2017) tiveram desconsideraram a inclusão de temáticas como a de gênero, entre outras, em prol de um argumento retórico que defendeu a valorização de áreas técnicas, desprestigiando discussões sobre as desigualdades sociais imbricadas nas intersecções de classe, “raça”/etnia e gênero. Considerar, portanto, o modo como esses conceitos são mobilizados na e pela política de educação tem uma ligação importante com o modo como são representados enquanto um problema (ou um não problema), que deve ser aprofundado sob o olhar interseccional.

Atentar no modo como, na educação, são construídos conceitos chaves na política, no entendimento histórico e estrutural do sistema de opressão, é uma forma de contrapor ao entrave político e ideológico que se agarra aos dados numéricos da presença predominante de meninas e mulheres nos níveis educacionais para negar a desigualdade de gênero na educação. Especificamente, do ponto de vista epistemológico, pensar a interseccionalidade quanto ao lugar da classe, no entrelaçamento de gênero e de “raça”/etnia, é onde mais fortemente se concentra a contenda em torno da transformação social. Essa dimensão discursiva toca de maneira singular o contexto da educação, sobretudo nas críticas marxistas às mudanças reformistas para a educação, mas ao mesmo tempo diz respeito aos efeitos da política educativa em que é impossível ignorar a existência de sujeitos diferenciados socialmente quanto ao gênero e a “raça”/etnia sob aspectos também da subjetividade.

⁸ Boneti (idem, 82 e ss.) parte de pressupostos marxistas clássicos para afirmar que as políticas, uma vez que pensadas pelas classes dominantes, empregam critérios associados a resultados delimitados pela sua condição social que envolve relações de dominação. Em determinado momento, a sua análise aproxima-se de questões neomarxistas ao levar em consideração fatores como “habilidades, bens reais, culturais e simbólicos normalmente em poder de segmentos sociais dominantes” para uma crítica da política pública que não considera as desigualdades de classe desde a sua concepção.

Implicações do lugar de classe para a perspectiva interseccional

A proposta de considerar a discussão sobre a interseccionalidade pela metáfora de que as categorias se movem e são movidas como representações de problemas em seus contextos tem no conceito de classe social uma possibilidade de pensar o seu foco, ora na centralidade ora nas margens, que o sistema de opressão suscita na sociedade capitalista, desde uma perspectiva feminista.

Para Hirata (2014), a questão principal na crítica à interseccionalidade “é que tal categoria não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda a sua complexidade”, uma vez que a questão de classe fica geralmente em segundo plano em relação ao par gênero-raça. Desse modo, Hirata (2014: 66) prefere falar de “interseccionalidade de geometria variável”, na qual raça, gênero e classe são analisadas como relações sociais fundamentais imbricadas e transversais. Enquanto que Walby Armstrong *et al.* (2012), numa síntese crítica das discussões teóricas da interseccionalidade, propõem o conceito de “mútua formatação” (*‘Mutual shaping’*), em que é necessário reconhecer a natureza historicamente construída das desigualdades e sua sedimentação nas instituições sociais. Dentre elas, a classe social deve ser considerada sem que sua importância seja subestimada. Partindo desse cenário, temos primeiro um conceito de classe que se alinha à perspectiva estrutural e o outro, mais próximo do entendimento de classe como processo histórico em que são considerados sistemas de relações em processos mútuos. As implicações dessas distinções sobre o conceito de classe para a perspectiva interseccional são importantes para refletir as maneiras pelas quais as categorias são movidas e apontam para um entendimento e contextos diferentes da realidade social. Implicam no modo como o olhar analítico é formulado sobre as desigualdades e os processos que as constituem, bem como para apontar formas/alcances de ação política.

No âmbito da discussão marxista do conceito de classe, a contenda sobre a sua centralidade no sistema de exploração capitalista se tornou mais complexa à medida que a análise exigia mais refinamento explicativo sobre os avanços do capitalismo. Erik O. Wright é importante nesse debate ao propor dois modelos de explicação⁹ em que a classe é um conceito fundamental em ambos, mas em “posições” diferenciadas em sua explanação de autocrítica, e por considerar formas de interação entre classe e gênero em resposta às críticas de feministas marxistas.

Para Wright (1997, 2000), a classe social e o gênero estão num mesmo patamar de processos causais para o entendimento das formas de opressão na sociedade capitalista, mas sem os cruzar. Definir a classe em função da exploração, para Wright (2000: 23), “estar em um ‘lugar’ dentro da estrutura de classe é ter os interesses materiais de alguém moldados pelo relacionamento com o processo de exploração”. A designação de lugar de classe diz respeito aos locais dentro das relações sociais de classe que a sociedade capitalista engendra (Wright, 2000). O conceito de classe é desse modo explicativo da dominação dos capitalistas, não apenas dos meios de produção, mas ao mesmo tempo da classe trabalhadora na produção. Wright (2000: 16) considera, portanto, o critério da autoridade para explicitar como no sistema de exploração capitalista há agentes que podem ser considerados/as simultaneamente na classe capitalista e na classe trabalhadora, como, por exemplo, gerentes e supervisores/as. Nesse caso,

⁹ No primeiro modelo teórico, Wright cria uma tipologia de seis critérios de determinação estrutural e como consequência traduz em diferentes categorias de classe (Estanque, 2000: 7). Na aplicação dessas tipologias, na “relação entre estrutura de classe e luta de classe” a primeira é irreduzível à segunda, esta por sua vez teria um caráter reativo (Miguel, 1998: 134). No segundo modelo de Wright, o conceito de exploração se torna fundamental para o entendimento de classe, apesar da sua necessidade explicativa incluir outros fatores como hierarquia, habilidades, etc. (Miguel, 1998; Estanque, 2000). Várias críticas aos modelos de Wright e em discussões com outras visões marxistas do conceito de classe remetem para diferentes fragilidades de sua explanação teórica e aplicação empírica (Miguel, 1998; Estanque, 2000).

na medida em que combinam interesses antagônicos de capital e trabalho, o autor denomina mais especificamente o conceito de classe como “localizações contraditórias nas relações de classe” (*idem*). “O termo ‘contraditório’ é usado nessa expressão, em vez de simplesmente ‘dual’, uma vez que os interesses de classe incorporados nos cargos administrativos combinam os interesses inerentemente antagônicos de capital e trabalho” (Wright, 2000: 16). Desse modo, dominação e exploração são instâncias que não convergem exatamente no mesmo sentido e não possuem o mesmo peso explicativo em sua análise. “A determinação estrutural de classes impõe aos agentes interesses objetivos” (Miguel, 1998: 137), “só a exploração pode estruturar as principais clivagens classistas porque só ela produz interesses materiais antagônicos, visto que só neste caso o explorador ‘precisa’ do explorado para acumular riqueza e este último precisa do primeiro para sobreviver” (Estanque, 2000: 8–9). Duas consequências dessa explicação são que, primeiro, pela dominação de classe tende a diluir entre as múltiplas opressões sociais, e a outra, que a exploração está no cerne das relações de classe mesmo em situações camufladas por atitudes subjetivas nos níveis de cooperação entre trabalho e administração. Há várias apreciações críticas (Miguel, 1998; Estanque 2000)¹⁰ aos aspectos relacionados com a explicação da exploração no conceito de classe de Wright, especificamente de interesse aqui é o que toca uma questão crítica feminista marxista quanto a considerar a dominação/opressão num nível secundário em relação à exploração. De facto, só assim se entende que, para ele, seja possível alcançar uma sociedade “*genderlessness*”, em que o gênero deixa de influenciar o acesso a recursos e a uma “*flourishing life*” (Wright, 2012: 403-404).

Aruzza (2015: 50) considera que há consequências diferentes na análise sobre a opressão de gênero na medida em que se parte de uma distinção da estrutura lógica do capital e sua dimensão histórica. A autora afirma a importância de distinguir entre o nível lógico e o nível histórico do capital, porque é possível que, ao nível dos processos históricos, a realidade seja profundamente diferente. Para Aruzza, no entanto, não é possível afirmar que tenha ocorrido qualquer formação social capitalista desprovida de opressão de gênero. A sua crítica questiona a ideia de que a desigualdade de gênero não seria de interesse relevante para o capitalismo. E pergunta: “Será que a opressão de gênero pode ser tão facilmente substituída por outros tipos de relações hierárquicas, capazes de parecer tão naturais e tão profundamente enraizadas na psique?” (*ibidem*: 51-52). A sua análise contraria abordagens marxistas em que as condições de desigualdades entre mulheres e homens na sociedade capitalista se centralizam numa perspectiva estreita do aspecto econômico naquilo que a autora chama de “capitalismo indiferente” (Aruzza, 2015).

Wright (2000), considerando a crítica feminista, procura analisar a interação entre classe e gênero como processos causais, e considera ambos os conceitos, mesmo que analiticamente distintos, no mesmo patamar. O autor classifica cinco formas de interconexões de classe/gênero possíveis como particularmente importantes:

gênero como uma forma de relações de classe; relações de gênero e relações de classe como afetando reciprocamente o outro; gênero como um mecanismo de classificação em locais de classe; gênero como uma ligação mediada aos locais de classe; e gênero como interação causal com classe na determinação de vários desfechos (Wright, 2000: 119).

Mas os pressupostos do conceito de classe de Wright continuam centrados na exploração. Não há, assim, uma tentativa real de considerar o gênero (que está, supostamente, no mesmo

¹⁰ Em síntese, algumas das principais críticas são: O conceito de classe centrado na exploração toma o aspecto da exploração como arbitrário, há um pressuposto implícito de um “verdadeiro interesse” da classe operária; seu modelo teórico é incapaz de demonstrar a relação entre interesses objetivos, com base na exploração, e a consciência de classe (Miguel, 1998; Estanque, 2000).

patamar analítico de classe) na determinação estrutural da classe, porque esta, em seus pressupostos explicativos, impõe limites a outras formas de opressão. Nesse sentido, as relações de gênero são mobilizadas enquanto mais uma forma de relação social, como o que afeta em reciprocidade, como mecanismo de classificação, como ligação de mediação e como interação causal com a classe social. Em síntese, para o autor, a interconexão entre gênero e classe, no geral, não se limita a tais efeitos, mas geram outros efeitos, competindo à análise de classe a tarefa de destrinçar esses vários tipos de desfechos (Wright, 2000: 124). O gênero, portanto, “gravita” em torno da classe e produz desigualdade econômica, mas não altera “lugares de classe” (Wright, 2012). A classificação de tais interações só possibilita reconhecer que as relações de gênero têm um nível significativo no entendimento de relações de classe, o que é o mínimo.

Para Arruzza (2015: 53), diferentemente, dois pressupostos marxistas são fundamentais para a compreensão da relação gênero e a classe social:

[...] uma relação de exploração sempre implica numa relação de dominação e alienação. Essas três relações nunca estão verdadeiramente separadas na crítica marxiana da economia política. A trabalhadora é antes de tudo um corpo que vive e pensa, submetido a formas específicas de disciplina que a remodelam. [...] [bem como] produção e reprodução formam uma unidade indivisível [...], produção e reprodução são necessariamente combinadas como momentos concretos de uma totalidade articulada (grifos da autora).

Críticas feministas marxistas não desconsideram a classe, suas análises consideram uma perspectiva de unidade ou totalidade da realidade social que não admite uma fragmentação na análise de estruturas de classes ou uma concepção estreita de classe, como limitadora de outras formas de opressão (Ferguson, 2004; Hirata, 2014; Arruzza, 2015). Uma noção de totalidade complexa em que as relações parciais (gênero, classe e “raça”, por exemplo) não podem ser compreendidas sem serem percebidas na interação do todo da realidade concreta. Questão que toca ainda uma crítica à perspectiva interseccional.

Para Arruzza, as relações sociais não podem ser vistas como “puramente interseccionais acidentais e contingentes”. É no entendimento feminista marxista da reprodução social como “a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional” (Arruzza, 2015: 55) que é possível “identificar a lógica organizacional destas intersecções sem por isso excluir o papel desempenhado pela luta, ou desconsiderar a existência de fenômenos contingentes e práticas em geral” (Idem: 56). Já a crítica do feminismo interseccional de Ferguson (2004: 23) afirma que este “não diferencia entre concepções dialéticas e não dialéticas de determinação e totalidade, levando seus proponentes a descartar ou sub-teorizar a lógica integrativa da totalidade social”. Ambas as autoras consideram, portanto, o conceito de reprodução social. O entendimento do conceito de reprodução social é utilizado como análise de “uma crítica de uma totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação e alienação” (Arruzza, 2015: 55), ou como um “caminho promissor para teorizar a unidade integral das relações sociais, diversas e diferenciadas, que o feminismo interseccional ressalta” (Ferguson, 2004: 24). Contudo, os pressupostos sobre a exploração no sistema capitalista entre as autoras não são os mesmos. Arruzza considera que a opressão das mulheres não é prescindível para o capitalismo, ao contrário de Ferguson, para quem outras formas de reprodução estão disponíveis ou podem ser imaginadas. Para Ferguson (2004: 25) “a existência das necessidades do capital explica por que uma instituição altamente efetiva – o âmbito doméstico privatizado – é alardeada e reforçada através de uma legislação machista, sistemas educacionais, práticas de seguridade social, por exemplo, e, desse modo, enraizada nas sociedades capitalistas”. As implicações do entendimento do conceito de classe em tais perspectivas interseccionais afetam de maneira significativa como os vários aspectos do sistema de opressão constituem a desigualdade de gênero na sociedade capitalista.

Em síntese, é possível afirmar que o entendimento crítico da opressão de gênero, tanto de uma perspectiva histórica ou estrutural da compreensão de classe, remete para a exploração e dominação. O modo de aprofundar tal crítica diz respeito ao nível em que se projetam mudanças transformadoras (ou não) da sociedade quanto às desigualdades de gênero, “raça”/etnia e classe social. Os desdobramentos dessas questões, contudo, apontam para ampliações dessa discussão. O que interessa reter do “lugar de classe” para uma discussão sobre a interseccionalidade de gênero, classe e “raça”/etnia é ainda perceber que as formas particulares de opressão dessas relações sociais deixa em aberto o entendimento da dinâmica dentro da estrutura de opressão/dominação como um sistema orgânico da sociedade capitalista não no nível abstrato, mas ao nível dos corpos das pessoas. Especificamente, considerando a desigualdade de gênero na educação, no que respeita à classe social, coloca em discussão a crítica ao sistema neoliberal, mas ainda precisa ser melhor entendida levando em conta aspectos da subjetividade, porque os corpos existem concretamente para além da carne.

A trajetória educacional de corpos não brancos, que emergem de práticas discursivas, encontra uma via pela interseccionalidade para uma forma de resistência ao insistir em denunciar que a opressão de gênero e “raça”/etnia existe de maneira potenciada em tal “cruzamento”. Mas esta é mais complexa porque há mecanismos poderosos que consertam a desigualdade de gênero, por exemplo, ao nível estrutural e histórico, como a exploração na sociedade capitalista, e ao nível da subjetividade, como sobre o que é vivenciado sob a dominação dos corpos e não é dito das experiências escolares. A exclusão de corpos em condição de pobreza e corpos não brancos no acesso ao sistema escolar e/ou na permanência na escola tem impactos diferenciados para meninas e meninos, mulheres e homens na sociedade em face de um conjunto de fatores que não são equivalentes entre si nos seus contextos, mas que exigem uma análise complexa das suas formas de interação.

Nesse sentido, a perspectiva interseccional não pode ser apropriada como retórica, uma vez que no aprofundamento das questões iniciais que coloca exige uma crítica real das desigualdades de gênero. Críticas aos riscos de elasticidade do conceito devem ser valorizadas, mas principalmente porque tem sido pelos muitos questionamentos às lacunas e fragilidades da perspectiva interseccional que se tem avançado numa compreensão mais complexa de como as desigualdades persistem na sociedade capitalista.

Considerações finais

Na primeira parte desta argumentação, apresentámos uma proposta reflexiva para pensar implicações a partir da interseccionalidade de gênero, “raça”/etnia e classe para um refinamento crítico na análise de políticas públicas de educação e gênero. O pressuposto nesta abordagem procura olhar “por dentro” do conceito de interseccionalidade quanto à compreensão dos conceitos que movem e são mobilizados por ele, como os de gênero, classe social e “raça”/etnia, como representações de problemas em seus contextos. Esta abordagem coloca em diálogo o modo de analisar a política pública pelo entendimento crítico de questionar qual a representação do problema presente no desenho de cada política.

A política pública não é um conjunto programático de “soluções” para “problemas”, como se a realidade estivesse dada por si só e as políticas resultassem em meras ações sobre ela (Bacchi, 2009). Esta perspectiva olha para os fenômenos sociais como convergência de diversos elementos e relações que se coordenam, organizam, combinam ou modelam estratégias no jogo das relações de poder, que são difusas. Nesse contexto, o conhecimento é uma forma de prática política que desempenha um papel fundamental nas práticas de governo e na criação da realidade (Bacchi and Goodwin, 2016: 15).

Partindo de um pressuposto pós-estruturalista de questionar onde os discursos e suas práticas existem na política de educação em relação à desigualdade de gênero, esta implica pensar em pessoas, na materialidade da sua existência, em onde e como existem. Nesta senda, a perspectiva interseccional tem um contributo importante para problematizar novamente e com maior profundidade o distanciamento das políticas de educação dos contextos vivenciados pelas pessoas na realidade escolar. A análise crítica não consiste em dizer se as coisas são boas ou ruins e sim em perceber em que pressupostos e/ou noções se baseiam as formas de pensar estabelecidas e não examinadas nas práticas comumente aceitas.

Na esteira desse pensamento, há que questionar o enfoque da política de educação em relação ao gênero em articulação com a crítica do sistema de opressão trazida pelo olhar interseccional. Uma das tensões observadas na perspectiva interseccional é como a noção de classe sofre um deslocamento na compreensão do sistema de opressão em relação ao gênero e à “raça”/etnia. As críticas ao entendimento e operacionalização do conceito da interseccionalidade colocam em xeque principalmente o risco à sua apropriação neoliberal no sentido de uma inclusão social sem transformação na sociedade capitalista.

A partir dessa observação, a questão do conceito de classe é priorizada na análise para problematizar a especificidade dessa categoria de análise partindo da perspectiva neomarxista de Wright (2000) que coloca a classe e o gênero no mesmo patamar explicativo da exploração na sociedade capitalista. As limitações da sua contribuição são evidenciadas pela perspectiva do feminismo marxista, bem como pela teoria interseccional tal como proposta por autoras como Ferguson (2004) e Arruzza (2015).

A classe social na perspectiva marxista é uma discussão ampla e complexa entre a concepção estrutural e a concepção histórica do conceito, de modo que, na esteira das discussões feministas marxistas do entendimento da realidade social enquanto totalidade, são identificadas as tensões com o olhar fragmentado proposto pela interseccionalidade, que identifica categorias identitárias, que cruzadas, potenciam o sistema de opressão. A tentativa de Ferguson (2004) de aprofundar esse aspecto e propor uma ontologia integrativa com o olhar interseccional, também nos deixa dúvidas, como em Erik O. Wright, quanto aos pressupostos do entendimento da opressão de gênero em face da exploração capitalista.

Para uma crítica da desigualdade de gênero na educação, é fundamental avançar nessa discussão, ampliando a compreensão do sistema de opressão e dos elementos teóricos que a explicam, em especial quando as conquistas conseguidas pelas lutas das mulheres no acesso aos diferentes níveis do ensino formal são consideradas, nos pressupostos da política pública de educação, como sendo um problema individual, traduzido no “problema” de meninas e mulheres na educação (Bacchi, 1999). A política pública centrada no indivíduo ignora ainda a desigualdade no acesso ao ensino formal, os tipos de escolas a que se tem acesso, o índice de evasão e abandono motivados por preconceitos, o ingresso no mercado de trabalho formal e informal em idade precoce, a defasagem idade/série escolar, taxas de exclusão mais elevadas em áreas periféricas, como a rural e a periferia urbana, a marginalização/exclusão de povos indígenas, a valorização de profissionais docentes e os currículos de formação, etc. Na questão dos currículos, é ainda necessário considerar, não apenas o currículo “explícito (programa de estudos que a escola adota), mas também o implícito (que inclui valores, crenças e expectativas, habitualmente não incluídas no currículo explícito) e o nulo (que abrange tudo aquilo que a escola não ensina e tem valor fundamental para a promoção da igualdade de oportunidades)” (Vieira *et al.*, 2017: 71). A não centralidade da análise sobre o acesso à educação escolar não diz respeito a ignorar meninas e meninos de grupos mais marginalizados e para os quais o acesso ainda é uma pauta necessária, mas avançar para o desocultamento do que não é problematizado e de práticas que reforçam os estereótipos de gênero, que são excludentes, hierárquicas e de privilégios de uns grupos sobre outros. Em suma, ter em conta que a “seleção

(inclusão/exclusão) é feita no interior da escola, na trajetória educacional, gerando novas práticas” (Ribeiro, 2011: 43), marcadas pela imbricada relação gênero, classe social e “raça”/etnia.

Quanto a pensar a política de educação há, portanto, que avançar da crítica ao acesso à igualdade formal para uma crítica que abale a estrutura da desigualdade pela transformação social, encarando as fricções entre as teorias e suas epistemologias, a partir dos contributos colhidos nas críticas à perspectiva interseccional.

Em síntese, o viés feminista pós-estruturalista¹¹ é útil para avançar na análise crítica e promover mudanças na concepção de políticas de educação em relação ao gênero. O entendimento de classe no conceito de interseccionalidade é importante porque melhor situa o contexto móvel do olhar interseccional. Também é relevante para problematizar os pressupostos e as implicações da competência analítica da interseccionalidade quando considera a classe como um dos fatores da totalidade complexa do sistema de opressão.

A interseccionalidade, como teoria do sistema de opressão que insiste no cruzamento, seja na percepção das categorias ou das relações sociais, de classe social, gênero e “raça”/etnia, exige que questionemos os sujeitos da política. O questionamento sobre quem são os sujeitos da política pública em relação ao gênero desde a perspectiva pós-estruturalista aponta para o equacionamento das diferentes subjetividades com que gênero, classe social e “raça”/etnia são vivenciadas. Donde a importância de considerar novamente as categorias analíticas movidas pelos conceitos, no nível analítico e também político, como propõem algumas teorias feministas.

Referências bibliográficas

Arruzza, Cinzia (2015), “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo”, *Revista Outubro*, 23, 33–56. Consultado a 13.09.2019, em <https://doi.org/10.1051/jp4:2006134095>.

Bacchi, Carol (1999), *Women, Policy and Politics: The Construction of Policy Problems*. London: SAGE Publications Ltd. Consultado a 05.09.2018, disponível em <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0962629800000081>.

Bacchi, Carol (2009), *Analysing policy: What’s the problem represented to be?* Frenchs Forest: Pearson Education.

Bacchi, Carol; Susan Goodwin (2016), *Poststructural policy analysis*. New York: Palgrave Macmillan US. Consultado a 05.09.2018, em <https://doi.org/10.1057/978-1-137-52546-8>.

Boneti, Lindomar Wessler (2018), *Políticas públicas por dentro*. 4ª ed. rev. Ijuí: Editora Unijuí.

¹¹ Para Bacchi (Bacchi 1999, 120–21) é importante pensar em como a teoria pós-estruturalista promove mudanças considerando a linguagem, pois “os sistemas linguísticos servem de base para a produção e interpretação de conjuntos de enunciados relacionados - discursos - os quais sustentam efeitos e diferentes categorizações e posições de mulheres e homens”.

Cornell, Stephen; Douglas Hartmann (1998), *Ethnicity and Race: Making Identities in a Changing World*. Thousand Oaks, CA: Pine Forge Press.

Crenshaw, Kimberlé (1993), “Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color”, *Stanford Law Review*, 43(6), 1241–1299. Consultado a 10.09.2018, disponível em <https://doi.org/10.2307/1229039>.

Davis, Kathy (2019), "Who owns intersectionality? Some reflections on feminist debates on how theories travel". *European Journal of Women's Studies*, 1-15. Consultado em <https://doi.org/10.1177/13505068>.

Estanque, Elísio (2000), “O modelo teórico de Erik Olin Wright”, in _____, *Entre a fábrica e a comunidade: práticas e subjectividades de classe no operariado do calçado*, Porto: Afrontamento, 1–17.

Ferguson, Susan (2004), “Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa”, *Cadernos Cemarx*, 10, 13–38. Consultado a 13.09.2019, disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2938/2225>.

Ferree, Myra Marx (2009) “Inequality, intersectionality and the politics of discourse framing feminist alliances”, in Emanuela Lombardo, Petra Meier, and Mieke Verloo. *The discursive politics of gender equality. Stretching, bending and policy-making*. London: Routledge, 86–101. Consultado a 21.10.2019, em <https://doi.org/10.4324/9780203881330>.

Hirata, Helena (2014), “Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, *Tempo Social*, 26(1), 61–73. Consultado a 05.09.2018, em <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>.

IBGE (2016) “Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais de Mulheres no Brasil”. Consultado a 15.09.2019, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e>.

Miguel, Luis Felipe (1998), “De que falam os marxistas quando falam em classes?”, *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, 3(1), 133–143. Consultado a 20.10.2019, disponível em <https://doi.org/10.5433/2176-6665.1998v3n1p23>.

Nash, Jennifer Christine (2008), “Re-Thinking Intersectionality”, *Feminist Review*, 89, 1–15. Consultado a 10.09.2019, em <https://doi.org/10.4324/9781315683652>.

Nash, Jennifer Christine (2019), *Black feminism reimaged after intersectionality*. Durham: Duke University Press.

Ribeiro, Eliane (2011), “Políticas públicas de educação e juventude: avanços, desafios e perspectivas”, in Fernanda de Carvalho Papa e Maria Virgínia de Freitas, *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 25-44.

Rosemberg, Fúlvia (2001), “Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo”, *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 515–540. Consultado a 02.06.2019, disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200011>.

Salem, Sara (2018), “Intersectionality and its discontents: intersectionality as traveling theory”, *European Journal of Women’s Studies*, 25(4), 403–418. Consultado a 03.09.2019, disponível em <https://doi.org/10.1177/1350506816643999>.

Silva, Vitória Régia da; Maria Martha Bruno; Flávia Bozza Martins (2019), “Ingresso de mulheres indígenas nas Universidades cresce 620% desde 2009”, *Gênero e Número*, de 19 de dezembro. Consultado a 19.12.2019, em www.generonumero.media/ingresso-de-mulheres-indigenas-nas-universidades-cresce-620-desde-2009/.

Toitio, Rafael Dias (2004), “Um marxismo transviado”, *Cadernos Cemarx*, 10, 61–82. Consultado a 07.10.2019, disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2939/2226>.

Vieira, Cristina C; Conceição Nogueira; Fernanda Henriques; Fernando M Marques; Filipa Lowndes Vicente; Filomena Teixeira; Lina Coelho, et al. (2017), *Conhecimento, Género e Cidadania No Ensino Secundário. Guião de Educação*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Consultado a 05.05.2018, em <https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/cidadania-e-igualdade-de-genero/>.

Walby, Sylvia; Jo Armstrong; Sofia Strid (2012), “Intersectionality: multiple inequalities in social theory”, *Sociology*, 46(2), 224–240. Consultado a 08.09.2018, disponível em <https://doi.org/10.1177/0038038511416164>.

Wright, Erik Olin (1997), “Um menu conceptual para o estudo das conexões entre a classe e a diferença sexual”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 49, 5–21.

Wright, Erik Olin (2000), *Class Counts*. United Kingdom: Cambridge University Press.

Wright, Erik Olin (2012), "In defense of genderlessness". In Axel Grosseries y Vanderborcht Yannick, *Arguing about justice: essays for Philippe van Parijs*. Louvain: Presses Universitaires de Louvain, 403-413.

Uma casa de sonho para viver ou investir? Financeirização da habitação em Portugal e desigualdades económicas e territoriais¹

Raquel Ribeiro,² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
raquelribeiro@ces.uc.pt

Resumo: A transformação da habitação em mercadoria e ativo financeiro para investimento no mercado global está a comprometer a habitação enquanto direito humano fundamental. A presente comunicação tem por objetivo analisar os discursos sobre os usos potenciais do edificado habitacional nas cidades de Lisboa e Porto, nomeadamente o uso para turismo e investimento. Os resultados da análise ALCESTE com o programa IRAMUTEQ a 587 anúncios online de venda permitiu identificar dois campos lexicais distintos associados a diferentes localizações geográficas e a preços diferenciados da habitação. Discute-se o papel da promoção do uso de imóveis habitacionais para investimento na (re)produção de desigualdades socioeconómicas e territoriais no acesso à habitação enquanto direito humano fundamental.

Palavras-chave: Habitação; Financeirização; Desigualdades económicas; Desigualdades territoriais; Análise de dados textuais

Introdução

A palavra *casa* remete, numa primeira aceção, a “edifício destinado a habitação”, “local onde se vive; domicílio, morada” (Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa, 2018). Contudo, a literatura identifica diversas dimensões associadas a *casa* que consubstanciam funções diferenciadas na hierarquia das necessidades humanas e que têm um papel determinante no desenvolvimento e no bem-estar psicológico e social do ser humano (ver, por exemplo, Després, 1991; Mallett, 2004; Ribeiro, 2019a).

Neste sentido, a relatora especial das Nações Unidas sobre o direito à habitação Leilani Farha (2016), salienta que habitação adequada, dignidade, segurança e vida são essencialmente inseparáveis pelo que o direito à habitação constitui um direito fundamental indissociável do direito à vida. O acesso a uma habitação adequada constitui assim um dos recursos materiais fundamentais ao florescimento humano, entendido quer no seu sentido restrito enquanto “ausência de défices que comprometem o normal funcionamento humano. Isto inclui coisas como fome e outras privações materiais, problemas de saúde, isolamento social e os danos psicológicos do estigma social” (Wright, 2010: 13) quer no seu sentido alargado, envolvendo “as várias formas pelas quais as pessoas são capazes de desenvolver e exercer os seus talentos e capacidades [...], para realizar as suas potencialidades individuais” (*ibidem*: 13).

¹ Este trabalho foi financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Programa de Estímulo ao Emprego Científico (DL 57/2016/CP1341/CT0030).

² Investigadora do CES.

Apesar da centralidade da habitação na vida humana, consagrada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, reconhecida no artigo 31º da Carta Social Europeia Revista e no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, a provisão deste bem essencial tem estado historicamente associada à produção e reprodução de desigualdades económicas, sociais e territoriais (Lefebvre, 1968; Castells, 1973; Harvey, 1973; no caso português ver, por exemplo, Barata-Salgueiro, 2001; Guerra, 2011; Ferrão, 2003; Malheiros e Vala, 2004). Com efeito, as desigualdades no acesso a uma habitação condigna não são de agora³, contudo, a secundarização do papel do Estado na sua provisão⁴ (Granger, 2019; Santos *et al.*, 2014) e o incentivo a formas financeirizadas de provisão através do estímulo ao crédito hipotecário têm acentuado as desigualdades socio-territoriais, particularmente nos grandes centros urbanos, onde a maior extensão e intensidade da habitação financeirizada se alia a uma maior expressão e concentração das atividades financeiras (Ribeiro e Santos, 2018, 2019): a taxa de participação nos mercados hipotecários relaciona-se positivamente com o rendimento e a qualificação profissional (e.g. Aalbers e Christophers, 2014; Costa, 2016; Santos *et al.*, 2016; Santos e Robertson, 2016) e a propriedade, por sua vez, está associada a melhores condições de habitabilidade e a maior satisfação com a residência familiar (Carmo *et al.*, 2015; INE, 2013; Ribeiro, 2019a; Silva, 2019).

Por outro lado, o crescente peso das instituições e agentes financeiros na provisão da habitação está relacionado com a sua transformação em mercadoria e em ativo financeiro, salientando o seu valor de troca e a sua rápida valorização, por oposição ao seu valor de uso para satisfação de necessidades habitacionais (Aalbers, 2016; Fernandez, *et al.*, 2016).

À semelhança do que tem vindo a acontecer noutras cidades europeias como por exemplo Amesterdão, Barcelona, Londres ou Berlim (e.g. Housing Europe, 2019), as desigualdades no acesso à habitação têm-se intensificado nos anos recentes em Portugal particularmente nos grandes centros urbanos devido a uma nova fase⁵ da financeirização da habitação (Santos, 2019a). Esta segunda fase, caracterizada por uma procura do imobiliário nacional para investimento por novos agentes financeiros internacionais e impulsionada pela liberalização do mercado de arrendamento nacional e diversas políticas destinadas a atrair o investimento estrangeiro, como os “Vistos Dourados” ou o “Regime Fiscal para o Residente não Habitual” (Santos, 2019a), criou o “paraíso” e o “inferno” da habitação em Portugal (Cotrim, 2019; Ribeiro, 2019c). À medida que se multiplicam novos empreendimentos de luxo nos centros de Lisboa e Porto, seja por construção ou reabilitação, uma proporção cada vez maior de residentes enfrenta a expulsão forçada pelo aumento exponencial dos preços da habitação (Atalaia, 2019), pela oposição à renovação dos contratos de arrendamento (Pinto, 2018), pela diminuição da oferta de arrendamento de longa duração resultante da conversão de edificado

³ Ver, por exemplo, Teixeira (1992) sobre os problemas surgidos nas principais cidades de Portugal a partir da segunda metade do século XIX devido ao êxodo rural decorrente do processo de industrialização. Ver também Guerra (2011) e Santos *et al.* (2014) sobre as dificuldades no acesso à habitação no pós 25 de abril de 1974.

⁴ Diversos estudos mostram que a provisão das necessidades de habitação em Portugal tem recaído essencialmente sobre as famílias por recurso à autopromoção através de autogestão, da mobilização de recursos próprios e ajudas económicas nas relações de parentesco, amizade e vizinhança, baseadas em lógicas de reciprocidade, solidariedade (Hespanha e Alves, 1995; Portugal, 2014). Apenas no período a seguir ao 25 de Abril de 1974 se verifica um maior investimento público na promoção direta de habitação (Guerra, 2011; Matos, 1994/5; Santos *et al.*, 2014).

⁵ A primeira fase do processo de financeirização da habitação em Portugal corresponde em grande medida ao período que vai da década de 90 do século XX aos inícios do século XXI, incentivado pelos diversos instrumentos de incentivo à compra de casa própria com recurso ao crédito, como o crédito bonificado; contas poupança-habitação; benefícios fiscais, etc. (Santos, 2019a). Esta fase, apesar de conduzir a um aumento exponencial do endividamento das famílias (Rodrigues *et al.*, 2016a) e da sua vulnerabilidade a crises pessoais ou conjunturais (Frade e Conceição, 2013), contribuiu, contudo para uma melhoria nas condições de habitação daqueles que acederam ao crédito para compra de casa própria (Guerra, 2011; Santos *et al.*, 2014).

em alojamento local (Peralta, 2017) ou mesmo, em alguns casos, pelo assédio imobiliário por proprietários e investidores menos escrupulosos (Gago e Cocola-Gant, 2019; Panda e Maia, 2020; Silva, 2019). Por exemplo, a freguesia de Santa Maria Maior em Lisboa, segundo informação do seu Presidente de junta, registou uma diminuição de 20% na população residente e um aumento de 92% no número de alojamentos locais entre 2013 e 2019 (Sol, 2019).

A elevada rentabilidade propiciada pelo *rent gap*⁶ decorrente do processo de suburbanização nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, a liberalização do arrendamento imposta pelo Novo Regime de Arrendamento promulgado em 2012 e o crescimento do turismo (Barata-Salgueiro, 2017; Mendes *et al.*, 2019) foram determinantes para o crescimento do uso da habitação enquanto investimento, do investimento imobiliário enquanto forma relativamente rápida e segura de obter independência financeira (Casimiro, 2018), num contexto de taxas de remuneração dos depósitos quase nulas (Godinho, 2018) e de recuo dos rendimentos do trabalho⁷ (Abreu, 2019; Santos e Reis, 2018):

A substituição das formas coletivas de provisão por formas individualizadas de garantir as necessidades básicas das famílias, não só na habitação mas estendendo-se também a outros setores (Rodrigues *et al.*, 2016), a par da difusão da conceção do “sujeito investidor” (Aitken, 2007) como novo modelo social de sucesso (Santos, 2016), tornaram a finança uma parte cada vez mais integrante da vida da sociedade portuguesa (Santos *et al.*, 2018).

Os estudos sobre a financeirização que se dedicam a compreender de que forma a finança se embrenha nas práticas da vida quotidiana (cf. Van der Zwan, 2014) salientam que ao participar nos mercados financeiros (através do crédito à habitação, dos fundos de pensões, etc.), os indivíduos são também incentivados a internalizar novas normas de assunção de risco e a desenvolver novas subjetividades como investidores ou proprietários de ativos financeiros. Assim, o processo de financeirização assenta não só em transformações materiais, mas também em narrativas e discursos específicos que enfatizam a responsabilidade individual, a assunção de riscos e a avaliação calculista na gestão financeira (Martin, 2002; Santos, 2016; Van der Zwan, 2014).

Na linha de diversos trabalhos que procuraram analisar como as representações e discursos financeiros entram na vida das pessoas comuns (e.g. Clark *et al.*, 2004), o presente estudo tem por objetivo analisar o papel da financeirização da habitação na (re)produção de desigualdades económicas e territoriais através de uma análise exploratória aos discursos sobre os usos potenciais do edificado habitacional (nomeadamente o uso para turismo e investimento) nos anúncios de imóveis para compra localizados nas cidades de Lisboa e Porto.

Método

Dados e Procedimento

O estudo foi realizado por meio de uma análise a anúncios de imóveis para compra localizados nos municípios de Lisboa e Porto, extraídos da página de internet de uma imobiliária de referência nacional⁸ no dia 27 de junho de 2019. Para extrair de forma automática a informação correspondente aos imóveis que cumpriam os critérios de inclusão foi utilizada a extensão

⁶ Desvalorização do edificado por processos de degradação e abandono propiciados pela forte atração de investimento em zonas de crescimento (Mendes, 2014, *apud* Barata-Salgueiro, 2017).

⁷ Segundo estimativas da OIT para Portugal, a repartição funcional entre trabalho e capital passou de 65,8% em 2004 para 54,5% em 2017, sendo a quinta maior redução (-11%) entre mais de 180 países no período considerado (*apud* Abreu, 2019).

⁸ Century 21: <https://www.century21.pt/>

“web scraper” do Google Chrome, tendo-se extraído a seguinte informação: tipo de imóvel (apartamento, moradia ou prédio), número de quartos, área bruta, preço de venda e descrição qualitativa do imóvel, i.e. pequeno texto que normalmente acompanha o anúncio com as fotografias e a caracterização do imóvel.

A aplicação do procedimento resultou na exportação de informação relativa a 685 anúncios. Para o propósito do presente estudo retiveram-se os 587 anúncios referentes a moradias, apartamentos e prédios destinados à habitação que apresentavam descrição qualitativa (dois anúncios não continham descrição). O Quadro 1 apresenta a caracterização dos imóveis anunciados em termos de tipologia, área bruta, preço e número de quartos em função da localização geográfica.

Quadro 1. Caracterização dos imóveis por localização geográfica

Localização		Tipo de imóvel			Área (m ²)	Preço (€)	Quartos (n.º)	N.º de anúncios
		Apartamento	Moradia	Prédio				
		Percentagem			Mediana			
Lisboa	Ajuda	61,1%	38,9%	0,0%	90	252.000	2	18
	Alcântara	71,4%	14,3%	14,3%	110	152.500	3	7
	Alvalade	94,1%	5,9%	0,0%	100	545.000	3	17
	Areeiro	92,9%	7,1%	0,0%	171	569.500	3	14
	Arroios	87,2%	2,6%	10,3%	105	345.000	2	39
	Avenidas Novas	96,8%	0,0%	3,2%	135	480.000	3	31
	Beato	81,8%	0,0%	18,2%	63	125.000	1	11
	Belém	86,7%	13,3%	0,0%	178	450.000	3	15
	Benfica	92,9%	7,1%	0,0%	90	255.000	3	28
	Campo Ourique	91,7%	0,0%	8,3%	130	445.000	3	12
	Campolide	73,3%	13,3%	13,3%	83	328.000	2	15
	Estrela	88,0%	0,0%	12,0%	80	350.000	2	25
	Lumiar	97,4%	2,6%	0,0%	150	348.000	3	39
	Marvila	92,3%	7,7%	0,0%	90	245.000	2	13
	Misericórdia	84,6%	0,0%	15,4%	77	349.500	2	26
	Olivais	78,9%	21,1%	0,0%	112	175.750	3	19
	Parque Nações	100,0%	0,0%	0,0%	149	582.000	3	44
	Penha França	97,1%	0,0%	2,9%	79	240.000	2	35
S. Domingos Benfica	94,7%	5,3%	0,0%	136	320.000	3	19	
Santa Maria Maior	92,9%	0,0%	7,1%	82	237.500	2	28	
Santo António	100,0%	0,0%	0,0%	90	457.750	2	20	
São Vicente	96,6%	0,0%	3,4%	86	278.000	2	29	
Porto	Aldoar, Foz Nevogilde	66,7%	33,3%	0,0%	273	792.500	4	6
	Bonfim	60,0%	10,0%	30,0%	126	187.500	2	10
	Campanhã	81,8%	9,1%	9,1%	120	120.000	2	11
	Centro Histórico	60,0%	5,0%	35,0%	89	330.950	1	20
	Lordelo Ouro, Massarelos	75,0%	25,0%	0,0%	209	397.500	3	4
	Paranhos	54,5%	36,4%	9,1%	111	220.000	3	11
Ramalde	85,7%	9,5%	4,8%	166	368.000	3	21	

Fonte: autora

Análise dos Dados

Num primeiro momento procedeu-se à caracterização dos imóveis através de análise descritiva (frequência relativa, mediana, média e desvio padrão) recorrendo ao software SPSS - Statistical Package for Social Science for Windows (versão 25.0). Para a análise dos discursos sobre os usos potenciais do edificado habitacional aplicou-se o método de análise de dados textuais ALCESTE⁹ com o programa IRAMUTEQ¹⁰ à descrição qualitativa do imóvel. Este método permite a identificação de diferentes campos lexicais, ao apreender a estrutura formal da coocorrência de palavras num dado *corpus textual*, extraindo classes de palavras que apresentam vocabulário semelhante entre si e se diferenciam de outras classes de palavras coocorrentes. O método aplica uma análise de classificação hierárquica descendente baseada na distância do qui-quadrado, numa tabela de frequências das formas lematizadas (i.e, as palavras reduzidas à raiz) provenientes dos discursos expressos (Camargo e Justo, 2013; Ratinaud e Marchand, 2012). Para a realização da análise o texto das descrições foi introduzido num ficheiro de dados indicando variáveis suplementares que caracterizam os contextos de enunciação, possibilitando desta forma associar as classes de palavras coocorrentes extraídas aos seus contextos de enunciação. Incluíram-se como variáveis suplementares a freguesia, o tipo de imóvel (apartamento, moradia e prédio) e quatro categorias de preço por metro quadrado. Para formar estas categorias utilizaram-se como pontos de corte três valores medianos do preço das casas a 25 de julho de 2019 segundo dados do INE (2019): Porto (1.682 euros/m²), Lisboa (3.111 euros/m²) e Santo António (4.742 euros/m²), freguesia que apresentava o valor mediano mais elevado. A Figura 1 apresenta a proporção de anúncios em função da localização geográfica do imóvel e categoria de preço.

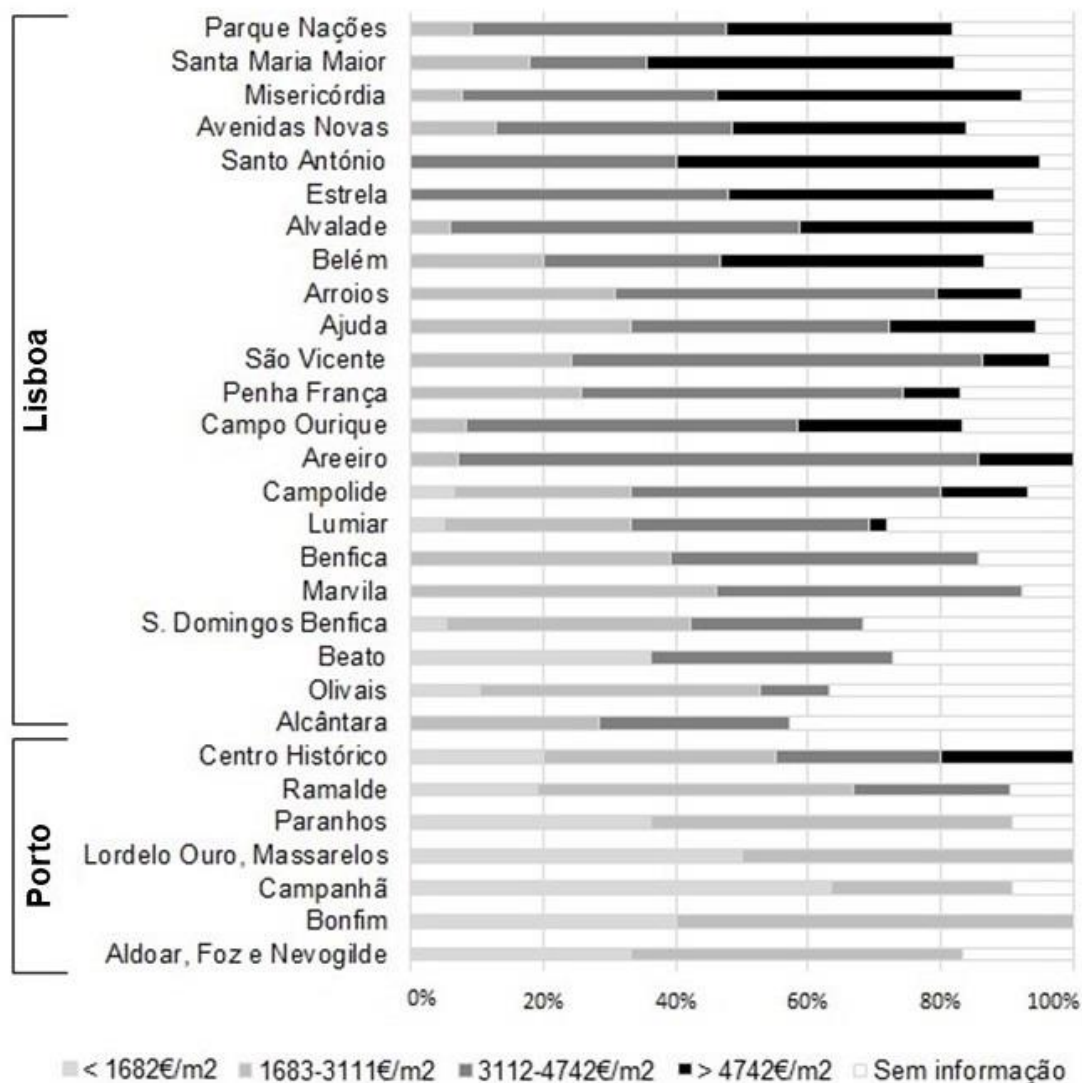
Resultados

A análise textual com o método ALCESTE realizada com o programa IRAMUTEQ sobre o *corpus* de palavras provenientes dos anúncios de venda incidiu sobre 587 unidades de texto correspondentes a 52633 ocorrências e incluiu todas as palavras com frequência mínima de 3 ocorrências. O programa classificou 93,47% das formas em 2 classes de palavras que remetem para dois campos lexicais distintos de palavras coocorrentes associados a diferentes localizações geográficas e a preços diferenciados da habitação.

⁹ Analyse des Lexèmes Cooccurrents dans les Enoncés Simples d'un Texte (Reinert, 1990, 1993).

¹⁰ Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires (versão 07.2). Programa desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009).

Figura 1. Percentagem de imóveis por localização e categoria de preço.



Fonte: autora

A primeira classe de palavras reúne 56,11% das formas classificadas e remete para um discurso que salienta a possibilidade de uma dupla função do imóvel: habitação própria ou investimento (arrendamento de longa duração, arrendamento a estudantes ou alojamento local). As formas lematizadas mais significativas da classe (ver Quadro 2) permitem evidenciar um discurso que salienta a localização do imóvel, a proximidade a transportes públicos, serviços e a pontos de interesse a poucos minutos de deslocação a pé. Este discurso surge significativamente associado a imóveis com um valor superior a 4.742 euros/m² ($\chi^2 = 10,24$, $p < 0,01$), localizados sobretudo em freguesias pertencentes ao município de Lisboa, nomeadamente Santa Maria Maior ($\chi^2 = 6,27$, $p < 0,05$) e Olivais ($\chi^2 = 4,60$, $p < 0,05$). O facto de o discurso surgir associado à categoria de preço mais elevada vai no sentido de estudos que indicam uma associação positiva entre o aumento da densidade do Airbnb e o aumento dos preços da habitação e do arrendamento (e.g. Barron *et al.*, 2018; Garcia-Lopez *et al.*, 2018, *apud* Housing Europe, 2019).

Quadro 2. Quinze formas lematizadas selecionadas entre as mais frequentes e significativas de cada classe, percentagem de evocação e valor do qui-quadrado

Classe 1 (56.11%)			Classe 2 (43.89%)		
Forma	%	χ^2	Forma	%	χ^2
Comércio	90,37	102,13	Equipada	85,28	127,43
Lisboa	81,10	91,97	Varanda	88,06	116,75
Metro	87,70	86,81	Suite	94,19	93,80
Serviço	85,71	77,17	Lugar de garagem	92,73	55,32
Transporte	89,66	57,55	Vidros duplos	94,00	52,76
Próximo	88,00	56,42	Acabamento	81,40	52,15
Pé	88,66	44,68	Ar condicionado	88,52	51,47
Viver	88,76	41,02	Aquecimento central	97,56	49,32
Investimento	81,95	39,66	Amplo	79,12	48,87
5 minutos	88,75	36,60	Exposição solar	74,67	30,38
Centro	78,20	28,97	Vista	63,31	29,23
Privilegiado	86,44	22,96	Estores elétricos	95,24	22,80
Oportunidade	73,46	22,25	Terraço	67,05	20,37
Rendimento	87,23	19,10	Qualidade	64,84	17,27
Alojamento local	80,95	10,84	Luz	65,00	15,30

Nota: valores críticos do χ^2 (gl = 1): 19,51 para $p < 0,00001$; 15,14 para $p < 0,0001$; 10,83 para $p < 0,001$; 3,84 para $p < 0,05$.

Fonte: autora

Os excertos dos anúncios ilustram a incidência de conceitos e termos financeiros nos anúncios de imóveis habitacionais para compra, salientando o uso da habitação para investimento.

Prédio para venda em plena Baixa de Lisboa, localizado nas "Portas de Santo Antão" junto ao teatro "D. Maria II". Propriedade de 1907 com área bruta 920.2 m², com Rés-do-Chão, 1º andar, 2º andar, 3º andar e águas furtadas. Número de frações com utilização independente: 11, sendo que tem 8 frações habitacionais e 3 comerciais. **Ideal para investimento com potencial de rendimento acima da média.** Situado na rua pedonal que liga o Rossio ao Coliseu, teatro Politeama, Restauradores e Avenida da Liberdade. **Rodeado de Serviços** tais como restaurantes, comércio, farmácias, lojas de câmbios e CTT (Lisboa, Santa Maria Maior, preço > 4742€/m²).

Não percam este excelente imóvel T3 **exclusivo**, inserido em prédio Pombalino totalmente remodelado com elevador, em plena zona histórica, localizado entre a colina e o rio Tejo no centro histórico de Lisboa, numa das zonas mais fascinantes e encantadoras da Cidade. Imóvel **único** [...] Sair de casa e poder encontrar a qualidade da restauração Portuguesa, assim como todo tipo de comércio, acontecimentos socioculturais e artísticos. **Viver onde se sente a brisa do Tejo**, o fado, e a alma Lisboeta. **Excelente como investimento**, principalmente para **alojamento local** (Lisboa, Santa Maria Maior, preço > 4742€/m²).

Apartamento de 4 assoalhadas no rés-do-chão com entrada independente do prédio, localizado a 10 minutos a pé do metro e do Shopping Olivais, **oportunidade para investimento, residência estudantes** e pessoas com pouca mobilidade. Wc com janela, cozinha em bom estado, privacidade e vista para zona verde. Marque já a sua visita (Lisboa, Olivais, sem informação).

Na melhor zona de Alfama, a pé a **1 minuto do Museu do Fado**, a **3 minutos do Terminal de Cruzeiros** ou do renovado Campo Cebolas/metro (Terreiro do Paço). Atualmente em funcionamento Alojamento local com excelente *rating* e mais de 90% de taxa de ocupação. **Rendimento pode chegar aos 8% líquidos anual.** Preço medio 90€ (diária). Apartamento ao nível de 1º andar, com pequeno varandim. Dois quartos com espaço para cama de casal e um amplo *closet* com sofá cama. Fica equipado e mobilado (Lisboa, Santa Maria Maior, preço superior a 4742€/m²).

Aqui vos apresento um dos apartamentos mais pequenos da Cidade de Lisboa, trata-se de um imóvel com cerca de 15 m², bem no coração de Alfama, Rua dos Remédios, atualmente com licenciamento para **Alojamento Local**. Este imóvel, remodelado, no qual se manteve as janelas de origem típicas de Alfama, será vendido totalmente mobilado e equipado. Este apartamento, permite a todos os turistas que optam por se alojar neste imóvel, uma experiência única onde irão sentir as tradições do bairro mais famoso de Portugal, principalmente dentro das 4 paredes. No **airbnb** este apartamento tem uma taxa de ocupação anual que ronda os 91%, com valores de diárias que variam entre os 45€ e os 80€, permitindo uma **rendibilidade acima dos 10%** (Lisboa, Santa Maria Maior, preço superior a 4742€/m²).

O investimento surge associado sobretudo à localização do imóvel – zona central, de interesse turístico, ou próxima de serviços e acessibilidades – favorecendo desta forma a possibilidade de utilização do imóvel para arrendamento de curta duração a turistas ou a estudantes (ver também Ferreira *et al.*, 2019). Os anúncios parecem ser assim dirigidos a um público alvo específico, com interesses e literacia financeira, tendo em vista fornecer a informação necessária à avaliação das vantagens/desvantagens e garantia de retorno do investimento (Santos, 2016). Por outro lado, mesmo os compradores interessados na aquisição de um imóvel unicamente para a satisfação das suas necessidades habitacionais, são investidos de conceitos, terminologia e motivações financeiras, propiciando que a finança se infiltre no pensamento do senso comum acerca da habitação, tornando-se parte da linguagem, pensamento e práticas que constituem as suas representações sociais (Moscovici, 1981).

A segunda classe de palavras (reúne 43,89% das formas), apesar de associada de forma significativa a imóveis pertencentes à categoria de preços mais baixa, inferior a 1.682 €/m² ($\chi^2 = 5,34$, $p < 0,05$), reúne características de habitações de elevada qualidade, como: vista panorâmica de varandas e terraços, ar condicionado, vidros duplos, aquecimento central ou aspiração central. É uma caracterização significativamente mais presente nos anúncios de imóveis localizados nas freguesias de Paranhos ($\chi^2 = 10,4$, $p < 0,01$) e Aldoar, Foz e Nevogilde ($\chi^2 = 5,81$, $p < 0,05$), no município do Porto, e das freguesias de Belém ($\chi^2 = 6,78$, $p < 0,01$) e Beato ($\chi^2 = 5,35$, $p < 0,05$), no município de Lisboa.

Os excertos ilustram como os preços da habitação nos municípios de Lisboa e Porto atingiram valores tais que não estão ao alcance de todas as pessoas, direcionando-se cada vez mais para uma classe média alta, com poder económico para adquirir um imóvel cujas características lhe atribuem do adjetivo de “sonho” (ver Ribeiro, 2019a), uma casa com conforto, acabamentos de qualidade, boa localização, espaço exterior, vista.

Com uma área total de 257 m² e uma implantação de 68,50 m², esta moradia tem ainda **um espaço exterior com 120 m²** dividido por 3 quotas diferentes [...]. No rés-do-chão: A poente temos um hall de entrada com 4 m² e com um apontamento arquitetónico brasileiro o Cobogó desenhado e produzido em Itália. Na ampla sala de 36 m², com salamandra, a qual percorre os 3 pisos da casa, foi utilizado um cerâmico Noce Grupo Marazzi, inspirado num pavimento de nogueira envelhecida, o qual **confere um conforto excepcional**. [...] A cozinha com 23 m² voltada a nascente [...] tem entre outros materiais como: bancada (ilha) em **Mármore 2cm Carrara da Compaq**, torneira com fervedor de água incluindo e azulejos italianos de pasta cerâmica manual [...] No 1º piso: A poente temos a master suite de 23,50 m², com soalho em madeira. *Closet*, wc completo com mosaico hidráulico nas paredes da Vives cerâmica e misturadoras em Aço **Inox desenhadas pelo arquiteto Souto Moura** [...] No 2º piso [...] também um quarto interior com 12 m², preparado para ser um **estúdio de fotografia**. A casa tem alarme, vídeo porteiro, vidros duplos e caixilharia com isolamento térmico e isolamento acústico completo [...] Cada piso tem quadro elétrico independente, mas integrado no sistema central, iluminação Led e dispõe ainda de um sistema de aquecimento de águas ecológico suportado por uma bomba de Calor Nuos Evo (Porto, Paranhos, preço < 1682€/m²).

Apartamento Duplex ao Parque da Cidade no Porto T3 + 1 com **aquecimento central**, fogão de sala com recuperador de calor, 3 wc com **acabamentos em mármore**, 2 arrumos com 15.00 m², 2 lugares de garagem com 35.40 m² [...] Próximo a **Praia de Matosinhos** (Porto, Aldoar, Foz e Nevogilde, preço entre 1683 e 3111€/m²).

Apresentamos **T5 com terraço** de 50 m² com exposição poente. O apartamento é num prédio de excelente construção situado em Condomínio Fechado. Localiza-se na **3ª Linha de Mar a cerca de 250 metros do mar** [...] Varanda e terraço a todo a volta do apartamento (Porto, Aldoar, Foz e Nevogilde, preço entre 1683 e 3111€/m²).

Moradia ao Lidador no Porto, totalmente remodelada com **materiais topo de gama**, com 7 quartos e 5 WC, suítes com *closet*, garagem fechada e jardim. Área de 450 m² de área útil e cerca de 330 m² de lote (Porto, Aldoar, Foz e Nevogilde, preço < 1682€/m²).

Restelo é conhecido como um dos melhores bairros de Lisboa para se viver! Apartamento T3 em prédio com elevador projetado pelo conhecido **Arquiteto Gonçalo Byrne**, composto por cozinha, uma sala muito agradável cheia de luz, 3 quartos com roupeiro embutido e 2 wc. [...] Contacte-nos e venha desfrutar de um enorme sossego, segurança e sobretudo, dos **ares do Rio Tejo!** (Lisboa, Belém, preço entre 1683 e 3111€/m²).

Procura a **casa dos seus sonhos**? Não procure mais, acabou de a encontrar! **Fantástica moradia de luxo, com 24 assoalhadas, com 6 quartos, 3 dos quais suítes**. Composta por 3 pisos mais o sótão, esta maravilhosa moradia localizada na melhor zona de Lisboa, dispõe de algumas particularidades que a permite destacar-se das demais. Desde a esplendorosa **piscina**, passando pela **sala para cinema**, até ao **magnífico terraço com vista soberba**, tudo nesta casa tem um toque de Midas. Pretende relaxar e desfrutar de momentos únicos? A **banheira de hidromassagem**, na suite master, com vista sobre o rio Tejo irá, certamente, proporcionar esses momentos. A **piscina** e o sistema de rega do jardim têm água proveniente de furo próprio. Não deixe fugir a casa com que sempre sonhou, marque já a sua visita! (Lisboa, Belém, preço entre 3112 a 4742€/m²).

Apartamento T2 com 105 m² de terraço com vista para o Parque das Conchas. Exposição solar Nascente/Sul/Poente [...] **Viva com qualidade** no centro da cidade, a 6 minutos a pé do metro (linha amarela - estação Quinta das Conchas). Próximo de comércio local, supermercado Continente, farmácia, colégios S. Tomás e S. João de Brito. Bons acessos ao Eixo Norte-Sul, CRIL, Eixo central e 2ª circular (Lisboa, Lumiar, preço: < 1682€/m²).

Situado na Calçada da Picheleira apenas 300 metros da estação do metro das Olaias [...] Excelente oportunidade para adquirir uma habitação nova em Lisboa, numa zona em expansão e com forte potencial de crescimento. O edifício que se encontra a ser construído totalmente de novo, tem [...] uma **vista panorâmica** e uma exposição solar favorável Nascente/Poente. Contacte para mais informações (Lisboa, Beato, preço entre 3112 e 4742€/m²).

Algumas limitações podem ser apontadas ao estudo, nomeadamente o facto de considerar anúncios de uma única imobiliária disponíveis num único dia, o que pode enviesar o tipo de imóveis analisados e o tipo de caracterização. Para uma generalização dos resultados seria recomendável uma amostra representativa das diferentes imobiliárias a operar nos dois municípios analisados e uma janela temporal mais alargada. Por outro lado, a análise lexical por coocorrência permite identificar de forma relativamente rápida a diversidade de campos lexicais presentes num dado *corpus textual* (Ribeiro, 2019b), mas não permite uma comparação direta por localização geográfica ou categoria de preço, que uma análise de conteúdo temática poderia fornecer.

Contudo, e apesar das limitações, a análise efetuada evidencia o modo como a habitação é usada como ativo financeiro, apoiada num discurso ideológico que promove a conceção do “sujeito investidor” (Aitken, 2007) e do investimento no imobiliário como uma oportunidade que oferece rentabilidade acima da média, sobretudo através do arrendamento de curta duração, a turistas ou a estudantes.

Os resultados mostram também que a prevalência deste discurso não é homogénea e transversal a todo o território dos dois municípios, mas surge sobretudo associado a determinadas zonas geográficas que apresentam características particulares, salientando a relação indissociável entre os impactos da financeirização da habitação e o território onde esta

se localiza (Santos, 2019b) e a importância de considerar o papel analítico deste (French *et al.*, 2011).

Por último, sendo os anúncios dirigidos maioritariamente a compradores com elevada capacidade financeira, motivados pelo investimento imobiliário ou pela aquisição de uma “habitação de sonho” para residência principal ou secundária, os resultados ilustram ainda como a transformação da habitação em mercadoria e ativo financeiro conduz à segregação social e ao comprometimento do acesso à habitação das classes menos favorecidas (Gago e Cocola-Gant, 2019; Ribeiro e Santos, 2018, 2019; Santos, 2019b; Silva, 2019).

Notas finais

A democratização da finança verificada no final do século XX, pelo acesso das classes médias ao crédito hipotecário e de consumo, apesar de ter contribuído para a melhoria das condições de vida da população portuguesa, conduziu a um endividamento acentuado das famílias e ao aumento da sua vulnerabilidade a crises financeiras (Frade e Conceição, 2013). A importância crescente dos motivos, mercados, atores e instituições financeiras no mercado de habitação em Portugal, tem relegado para segundo plano a habitação enquanto direito humano fundamental (Rolnik, 2013), traduzindo-se numa ausência de cuidado ao outro (Pintasilgo, 1998) que conduz ao aumento das desigualdades sociais, económicas e territoriais.

A desigualdade resultante desta segunda fase da financeirização da habitação em Portugal (Santos, 2019b) e sua ostentação atingiram proporções sem precedente no Portugal democrático, tornando atuais as críticas ao consumo conspícuo e às atividades económicas predatórias das classes mais favorecidas do final do século XIX (Rodrigues, 2018). De um lado temos o segmento de *luxo* e *Premium*, no qual o mais inusitado pedido do cliente tem de ter sempre resposta positiva: “o cliente pede e nós dizemos sempre que sim [...] vamos ter de concretizar o pedido seja como for” (Filipa Ferreira, *head concierge* do Tivoli Avenida da Liberdade, *apud* Rodrigues, 2018). No extremo oposto, temos os grupos sociais mais vulneráveis, que vivendo em condições indignas, preenchendo todos requisitos legais e sendo-lhes reconhecido o direito a aceder a uma habitação pública pelos organismos do Estado, nunca veem o seu pedido atendido, esperando anos a fio pela dignidade de uma habitação adequada que nunca chega (Silva, 2019):

Oito anos que eu meto os papéis à câmara para concorrer aos concursos [...] mandam-me cartas a pedir documentos, porque me dizem que me vai ser atribuída uma habitação e depois eu não tenho habitação nenhuma (Silva, 2019: 243).

Os resultados da análise efetuada aos discursos sobre os usos potenciais do edificado habitacional em anúncios de imóveis para compra nas cidades de Lisboa e Porto ilustram como a promoção da habitação para investimento conduz à (re)produção de desigualdades socioeconómicas e territoriais no acesso à habitação.

Considerada uma das melhores cidades europeias para investir em 2019 pela Revista Forbes, Lisboa liderou o ranking europeu das cidades mais caras em termos de arrendamento segundo dados do estudo ‘World Prices 2019’ do Deutsche Bank, com uma taxa de esforço de 50,4%¹¹, mais cara que Paris, com 47,9%, ou Milão, com 40,5% (Idealista, 2019). No final de 2019 os preços da habitação na cidade do Porto eram ainda cerca de 30% abaixo dos preços praticados em Lisboa, um dos motivos pelos quais a cidade portuense substituiu a capital na

¹¹ Considerando o ordenado líquido médio mensal (dois salários completos) e o preço médio do arrendamento de um apartamento com dois quartos (T2).

lista restrita da Revista Forbes para 2020 (Réplica, 2020). Será por isso de esperar que a tendência acentuada de subida dos preços que se verifica neste município desde 2017 (INE, 2019) não inverta a sua trajetória e que também no Porto os residentes vejam agravar a já elevada taxa de esforço (Guerra, 2011) comprometendo a realização do seu direito à habitação.

Considerando que “uma sociedade justa é aquela em que todas as pessoas têm acesso incondicional aos meios necessários para florescer” (Wright, 2010: 13), o acesso incondicional à habitação é uma componente fundamental da justiça de uma sociedade. Contudo, como perspetivava Erik Olin Wright:

Nós vivemos em um mundo em que formas de sofrimento humano e os défices de florescimento humano são o resultado da organização de nossas estruturas e instituições sociais. Pobreza em meio à abundância não reflete alguma lei inalterável da natureza; ela é o resultado do caminho existente de organizações sociais de poder e desigualdade que afetam massivamente as possibilidades de florescimento humano (Wright, 2011: 3).

Neste sentido, os processos de exclusão e a desigualdade abissal na habitação não são “sem alternativa”, a construção de *Utopias Reais* (Wright, 2010) será possível se em vez de se colocar o foco na *rentabilidade* se visar o “florescimento humano”, a “igualdade”, a “democracia”, a “comunidade” e a “sustentabilidade” (Wright, 2015: 2).

Referências bibliográficas

Aalbers, Manuel B. (2016), *The financialization of housing: A political economy approach*. London: Routledge.

Aalbers, Manuel B.; Christophers, Brett (2014), “Centring housing in political economy”, *Housing, Theory and Society*, 31(4), 373-394.

Abreu, Alexandre (2019), “O recuo dos rendimentos do trabalho”, *Expresso*, 11 de julho. Consultado a 10.01.2022, em https://expresso.pt/blogues/bloguet_economia/blogue_econ_sandro_mendonca/2019-07-11-O-recuo-dos-rendimentos-do-trabalho

Aitken, Rob (2007), *Performing capital*. New York: Palgrave.

Atalaia, Rita (2019), “Subida dos preços das casas em Portugal dá sinais de abrandamento”, *Jornal de Negócios*, de 25 de outubro. Consultado a 10.01.2020, em <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/subida-dos-precos-das-casas-em-portugal-da-sinais-de-abrandamento>

Barata Salgueiro, Teresa (2001), *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta Editora.

Barata-Salgueiro, Teresa (2017), “Alojamentos Turísticos em Lisboa”, *Scripta Nova*, 21 (578), 1-43. DOI: <https://doi.org/10.1344/sn2017.21.18587>

Camargo, Brígido Vizeu; Justo, Ana Maria (2013), “IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais”, *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. Consultado a 29.03.2019, em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000200016

Casimiro, Nuno (2018), “Como ganhar dinheiro com o imobiliário”, *Investidor.pt*, 29 de março. Consultado a 09.01.2020, em <https://investidor.pt/como-ganhar-dinheiro-imobiliario/>

Clark, Gordon; Thrift, Nigel; Tickell, Adam (2004), “Performing finance: the industry, the media and its image”, *Review of International Political Economy*, 11(2), 289-310, DOI: 10.1080/09692290420001672813

Costa, Sónia (2016), “Situação financeira das famílias em Portugal: uma análise com base nos dados do ISFF 2013”, *Revista de Estudos Económicos*, 2(4), 15-59.

Cotrim, António (2019), “Centenas manifestam-se em Lisboa contra políticas de habitação”, *Observador*, 29 de setembro. Consultado a 10.01.2020, em <https://observador.pt/2019/09/29/centenas-manifestam-se-em-lisboa-contra-politicas-de-habitacao/>

Després, Carole (1991), “The meaning of home: Literature review and directions for future research and theoretical development”, *Journal of Architecture and Planning Research*, 8(2), 96–115.

Farha, Leilani (2016), “Adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living”. Consultado a 15.04.2018, em <http://www.unhousingrapp.org/user/pages/04.resources/Thematic-Report-4-The-Right-to-Life-and-the-Right-to-Housing.pdf>.

Fernandez, Rodrigo; Hofman, Annelore; Aalbers, Manuel B. (2016), “London and New York as a safe deposit box for the transnational wealth elite”. *Environment and Planning A*, 48(12), 2443-2461.

Ferrão, João (2003), “Dinâmicas territoriais e trajetórias de desenvolvimento, Portugal 1991-2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, 34, 17-25.

Ferreira, João Pedro; Baetas da Silva, Nuno; Fontes da Costa, João (2019), “O preço da habitação: As determinantes do valor na área metropolitana de Lisboa”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 171-195.

Frade, Catarina; Conceição, Ana Filipa (2013), “A reprodução do estigma na insolvência das famílias”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 101, 135-152. Consultado a 13.01.2020, em <http://journals.openedition.org/rccs/5396> ; DOI : 10.4000/rccs.5396

French, Shaun; Leyshon, Andrew; Wainwright, Thomas (2011), “Financializing space, spacing financialisation”, *Progress in Human Geography*, 4, 1-22.

Gago, Ana; Cocola-Gant, Agustin (2019), “O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 143-170.

Godinho, Raquel (2018), “Quatro em cada cinco depósitos rendem 0,5% ou menos”, *Jornal de Negócios*, 1 de agosto. Consultado a 14.01.2020, em <https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/detalhe/quatro-em-cada-cinco-depositos-rendem-05-ou-menos>

Granger, Marie-Pierre (2019), “Coming ‘Home’: the right to housing, between redistributive and recognitive justice”, *WP 3, ETHOS project*. Consultado a 10.05.2019, em https://ethos-europe.eu/sites/default/files//docs/d3.5_website_report_complete.pdf

Guerra, Isabel (2011), “As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos”, *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 41-68.

Hespanha, Pedro; Alves, Ana I. (1995), “A habitação em meio rural: um domínio da Sociedade-Providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, 125-51.

Housing Europe (2019), “The state of housing in the EU 2019”. Consultado a 02.01.2020, em <http://www.housingeurope.eu/resource-1323/the-state-of-housing-in-the-eu-2019>

Idealista (2019), “Lisboa, a cidade com maior esforço salarial para pagar rendas na Europa (6ª no mundo)” Consultado a 06.01.2020, em <https://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2019/09/20/40925-lisboa-a-cidade-com-maior-esforco-salarial-para-pagar-rendas-na-europa-6a-no-mundo>

Instituto Nacional de Estatística (2013), *Retrato territorial de Portugal 2011*. Lisboa: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2019), “Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local 1º trimestre de 2019”. Consultado a 02.12.2019, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=353911973&DESTAQUESmodo=2

Mallett, Shelley (2004), “Understanding home: A critical review of the literature”, *The Sociological Review*, 52, 62-89.

Malheiros, Jorge; Vala, Francisco (2004), “A problemática da segregação residencial de base étnica – questões conceptuais e limites à operacionalização. O caso da Área Metropolitana de Lisboa”, *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 89-109.

Matos, Fátima L. (1994/5), “Habitação cooperativa no Grande Porto (1974/94)”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I (X/XI), 19-38.

Mendes, Luís; Carmo, André; Malheiros, Jorge (2019), “Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 111-141.

Moscovici, Serge (1981), “On social representations”, in Joseph P. Forgas (ed.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*. London: Academic Press, 181-209

Panda, Alexandre; Maia, Nuno Miguel (2020), “Mandou incendiar prédio no Porto e vendeu-o quando estava na cadeia”, *Jornal de Notícias*, 9 de janeiro. Consultado a 09.01.2020, em <https://www.jn.pt/justica/mandou-incendiar-predio-no-porto-e-vendeu-o-quando-estava-na-cadeia-11685805.html>

Peralta, Helena C. (2017), “Faltam casas para arrendamento em todo o país”, *Expresso*, 19 de março. Consultado a 10.01.2020, em <https://expresso.pt/economia/2017-03-19-Faltam-casas-para-arrendamento-em-todo-o-pais-1>

Pintasilgo, Maria de Lourdes (Coord.) (1998), *Cuidar o futuro. Um programa radical para viver melhor*. Lisboa: Trinova Editora.

Pinto, Luísa (2018), “Falta de pagamento de renda motiva 90% dos despejos”, *Jornal Público*, 28 de julho. Consultado a 23.03.2018, em <https://www.publico.pt/2018/07/28/economia/noticia/falta-de-pagamento-de-renda-motivam-95-dos-despejos-1839300>

Portugal, Sílvia (2014), *Famílias e Redes Sociais: Ligações fortes na produção de bem-estar*. Coimbra: Almedina.

Ratinaud, Pierre (2009), “IRAMUTEQ: Interface de R pour les analyses multidimensionnelles de textes et de questionnaires [software]”. Consultado a 10.01.2019, em <http://www.Iramuteq.org>

Ratinaud, Pierre; Marchand, Pascal (2012), “Application de la méthode ALCESTE à de «gros» corpus et stabilité de «mondes lexicaux»: Analyse du «Cable-Gate» avec IraMuTeQ”, *Actes des 11eme Journées Internationales d’Analyse statistique des Données Textuelles* (pp. 835-844). Consultado a 10.01.2019, em <http://lexicometrica.univparis3.fr/jadt2012/Communications/Ratinaud,%20Pierre%20et%20al.%20-20Application%20de%20la%20methode%20Alceste>

Reinert, Max (1990), “ALCESTE une méthodologie d’analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gerard de Nerval”, *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, 26(1), 24-54.

Reinert, Max (1993). “Les «mondes lexicaux» et leur «logique» à travers l’analyse statistique d’un corpus de récits de cauchemars”, *Langage et Société*, 66, 5-39.

Ribeiro, Raquel (2019a), “A «casa» — Entre o sonho e a realidade”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 197-232.

Ribeiro, Raquel (2019b), “Consensos e dissensos nas dimensões representacionais de «Casa» e «Casa de Sonho»”, in A. P. Costa, I. Pinho, B. M. Faria, & L. P. Reis (Eds.), *Atas do 8º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa*, vol. 3. Oliveira de Azeméis: Ludomedia, 147-156. Consultado a 10.12.2019, em <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/1994/1930>

Ribeiro, Raquel (2019c), “O paraíso e o inferno da habitação em Portugal e a coconstrução de soluções”, *Plataforma Barómetro Social*. Consultado a 02.01.2020, em <http://www.barometro.com.pt/2019/12/23/o-paraiso-e-o-inferno-da-habitacao-em-portugal-e-a-coconstrucao-de-solucoes/>

Ribeiro, Raquel; Santos, Ana C. (2018), “Financeirização das famílias e a desigualdade socioeconómica e territorial em Portugal”, *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, 47, 73–93.

Ribeiro, Raquel; Santos, Ana C. (2019), “Financeirização da habitação e desigualdades socioterritoriais: Um estudo comparado das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto”, *Análise Social*, 233, liv (4.º), 726-758.

Rodrigues, João (2018), “Quantos pobres para fazer um rico?”, *Ladrões de Bicicletas*, 22 de outubro. Consultado 14.01.2020, em <http://ladroesdebicicletas.blogspot.com/2018/10/de-quantos-pobres-se-faz-um-rico.html>

Rodrigues, João; Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nuno (2016a), *A financeirização do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.

Rodrigues, João; Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nuno (2016b), “Semi-peripheral financialisation: The case of Portugal”, *Review of International Political Economy*, 23(3), 480–510.

Rolnik, Raquel (2013), “Late neoliberalism: The financialization of homeownership and housing rights”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(3), 1058-1066.

Santos, Ana Cordeiro (2019a), “Habitação em tempos financeiros em Portugal”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 15-52.

Santos, Ana Cordeiro (2019b), “A nova questão da habitação e a nova geração de políticas em Portugal”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 293-323.

Santos, Ana Cordeiro; Lopes, Cláudia; Costa, Vânia (2016), “FESSUD finance and well-being survey 2014: Report”, *FESSUD Working Paper Series*, 130.

Santos, Ana Cordeiro; Reis, José (2018), “Portugal: uma semiperiferia reconfigurada”, *e-cadernos CES*, 29, 57-76. Consultado 10.01.2020, em <http://journals.openedition.org/eces/3163>

Santos, Ana Cordeiro; Robertson, Mary (2016), “Definancialising well-being: The case of housing”, *FESSUD Working Paper Series*, 1778.

Santos, Ana Cordeiro; Rodrigues, João; Teles, Nuno (2018), “Semi-peripheral financialisation and social reproduction: The case of Portugal”, *New Political Economy*, 23(4), 475-494. DOI: 10.1080/13563467.2017.1371126

Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nuno; Serra, Nuno (2014), “Finança e habitação em Portugal”, *Cadernos do Observatório sobre Crises e Alternativas*, 2, 1–59.

Silva, Rita (2019), “Crise e desigualdade habitacional: Como (não) se vive em Lisboa”, in Ana C. Santos (coord.), *A nova questão da habitação em Portugal: Uma abordagem de economia política*. Coimbra: Actual Editora, 233-257.

Sol (2019), “Junta de Freguesia de Santa Maria Maior anuncia número de alerta para denunciar alojamento local ilegal”, *Jornal Sol*, 5 de abril. Consultado a 14.05.2019, em <https://sol.sapo.pt/artigo/652675/junta-de-freguesia-de-santa-maria-maior-anuncia-n-mero-de-alerta-para-denunciar-alojamento-local-ilegal>

Teixeira, Manuel C. (1992), “As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940”, *Análise Social*, XXVII(115), 65-89.

Van der Zwan, Natascha (2014), “Making sense of financialization”, *Socio-Economic Review*, 12(1), 99-129. Consultado a 10.11.2016, em <https://doi.org/10.1093/ser/mwt020>

Wright, Erik Olin (2010), *Envisioning real utopias*. London: Verso.

Wright, Erik Olin (2011), “Utopias reais para uma sociologia global”, *Diálogo Global*, 1(5), 3-4.

Wright, Erik Olin (2015), “Some reflections on the democratizing finance project following the May 1 workshop”. Consultado a 27.12.2019, em <https://www.ssc.wisc.edu/~wright/Democratizing-Finance/Some%20reflections%20by%20EOW%20on%20the%20democratizing%20finance%20project%20following%20the%20May%201%20workshop.pdf>

Texto original das traduções das citações atrás apresentadas:

“the absence of deficits that undermine ordinary human functioning. This includes things like hunger and other material deprivations, ill-health, social isolation, and the psychological harms of social stigma” [...] “the various ways in which people are able to develop and exercise their talents and capacities [...], to realize their individual potentials” (Wright, 2010: 13).

“A just society is one in which all people have unconditional access to the necessary means to flourish” (Wright, 2010: 13).

Redes Empresariais: “Nova” lógica de relacionamento sob o espaço fragmentado da produção capitalista ou na expressão de O. Wright “ativos organizacionais”

Sandra Ribeiro Graça,¹ ACT; FEUC
sandra.graca@act.gov.pt

Resumo: A empresa enquanto forma institucional da *produção* vem ao longo dos tempos sofrendo profundas alterações nos seus sistemas de gestão, com efeitos não apenas na sua estrutura organizacional, mas também com efeitos complexos na sua qualidade enquanto sujeito de direitos. Nessa medida a *cultura empresarial* absorve todas as dinâmicas da sociedade capitalista e reflete ou irradia os valores e imperativos do sistema económico sobre o sistema social e jurídico. Entendemos, como O. Wright que a melhor forma de *domar* o capitalismo será através do conhecimento da sua *lógica* de funcionamento e que a busca por um mundo melhor é possível através do desafio por ele proposto de *construir relações económicas mais participativas, democráticas e igualitárias nos espaços e fendas dentro do complexo sistema capitalista, sempre que possível, e lutar para expandir e defender esses espaços.* (Wright, et al., 2016).

Palavras-chave: Redes empresariais; Fragmentação da produção; Relações de poder

A empresa

O espaço da empresa é, sempre foi, um lugar privilegiado para procurar compreender as dinâmicas que são inerentes ao trabalho e às relações de trabalho, e nessa medida pensar o trabalho ou refletir sobre o trabalho hoje, é indissociável da reflexão sobre o modo como o trabalho se organiza.

O espaço empresarial constitui-se como uma estrutura central da sociedade moderna e nomeadamente na concretização da sua racionalidade económica, mas também se constituiu como um espaço de unidade social enquanto agente estruturante da sociedade. E nessa medida, a forma como a empresa se organiza em função dos fatores produtivos reflete características da sociedade e das subculturas dos seus indivíduos e dos atores sociais. A empresa absorve e dinamiza o sistema de valores e representações que simultaneamente, internaliza e externaliza, em fluxos e sentidos opostos, ou seja, os modelos culturais tanto penetram no seio da empresa, como são por ela moldados. E neste sentido subscrevemos a perspetiva sociológica que considera “que a empresa não se limita a uma organização de racionalidade económica, a uma entidade jurídica que produz produtos e serviços com o objetivo de obter lucros, ela abrange também os aspetos sociais, políticos e culturais relacionados com a sua atividade.” Em resumo, uma perspetiva que encara a empresa como uma realidade complexa comportando várias dimensões interdependentes e em interação com o microssistema envolvente” (Kovács, 2014)

¹ Inspetora do Trabalho da ACT em Portugal. Doutoranda na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Encarada nesta perspectiva sistémica a empresa assume-se como um sistema aberto e em constante interação com o meio envolvente. O que, a obriga a adaptar os seus fatores organizacionais, não apenas em função de um único modelo, mas antes em encontrar formas organizacionais que permitam adaptar-se, e reajustar-se às contingências externas e às exigências do mercado, mas fazendo esse reajustamento também em função dos fatores, locais, regionais e que atendam à sua dimensão e às suas singularidades.

Ou seja, como no dizem Sainsaulieu e Segrestin a empresa é assim produzida e reproduzida continuamente pelos seus membros como atores, ou seja, a empresa é ela própria uma unidade social autónoma, e constitui um objeto de estudo em si próprio, ela é uma realidade social específica em permanente mudança, e nas palavras destes autores: a *empresa torna-se um objeto de interesse social, portador de um potencial de reconhecimento e de redefinição das identidades coletivas*” e nesta perspetiva a empresa cumpre uma **“função identitária, das relações de trabalho nas sociedades contemporâneas”** (Sainsaulieu, 1987).

E é neste olhar, ou nesta forma de olhar a empresa que pretendemos focar a atenção e valorizar, enquanto uma entidade económica, jurídica e social, por ser ela própria uma instituição central da sociedade de hoje e que está cada vez mais em ressonância com o próprio sistema social e nessa medida a dinâmica interna da empresa e as regulações sociais e estratégicas, que fundam a articulação entre regras e poderes na empresa, refletem ao mesmo tempo as regulações sociais e estratégicas, que os mesmos atores, desenvolvem fora das suas fronteiras. Ou seja, para além da dimensão identitária da empresa ela também assume uma dimensão realizadora, enquanto dotada de capacidade de ação, à qual se poderá acrescentar de autorreflexão.

Para Olin Wright “o segredo invisível da exploração reside na organização social do sistema de produção, em particular nas formas sob que esta estrutura a propriedade e o controlo dos meios de produção” (Wright, 1983 p. 13). O autor demonstra a partir de Marx como sob o capitalismo se reproduzem as relações dentro da separação trabalho e propriedade dos meios de produção, esta ideia é fundamental uma vez que a lógica dos relacionamentos empresariais se depara com essa separação, que em nosso entender nunca foi tão radical como hoje.

A “nova” lógica organizacional da empresa em rede

A questão de partida para a abordagem dos relacionamentos em rede, será a da dissimulação, ocultação ou a imprecisão desse relacionamento para efeitos de responsabilidade empresarial para com os trabalhadores ao seu serviço, pela capacidade de diluição que a rede organizacional está em condições proporcionar no âmbito da fisionomia de funcionamento dos processos produtivos.

Torna-se assim necessário compreender a nova lógica organizacional que caracteriza os relacionamentos empresariais, como escreve Castells, citando Nicole Biggart:

Por lógicas organizacionais entendo um princípio legitimador que se constitui num conjunto de práticas sociais derivadas. Por outras palavras, as lógicas organizacionais constituem as ideias base para as relações de autoridade institucionalizadas (Castells, 1999 p. 200).

O surgimento desse novo modo de desenvolvimento, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção no final do século XX, fez surgir na aceção do Castells uma nova estrutura social, cuja perspetiva teórica postula que as “sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de *produção, experiência e poder*” (Castells, 1999 p. 33). A produção é encarada como um processo social complexo que inclui tanto o trabalho como os organizadores da produção, sendo o capitalismo um modo de produção que se caracteriza pela separação entre os produtores e os seus meios de

produção, cuja posse privada com base no controle do capital determina o princípio básico de apropriação e distribuição do excedente. O capitalismo visa a maximização do lucro, enquanto o *poder* é definido por Castells como uma relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência impõem a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica impostas em cada momento histórico pelas instituições sociais constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes, inclusive os controles, limites e contratos sociais conseguidos nas lutas de poder (Castells, 1999 pp. 33, 34).

As relações de poder e a lógica da produção na busca da maximização do lucro, e da repartição dos riscos e das responsabilidades inerentes ao processo produtivo, subjacente à separação entre os produtores e os meios de produção que caracteriza o novo capitalismo económico e financeiro, traça uma linha teórica que é constantemente assinalada por Olin Wriht, tal como se pode ler nas suas palavras:

pretendo usar o termo “capitalismo” para designar tanto a ideia de capitalismo como economia de mercado quanto a ideia de que ele é organizado por meio de uma estrutura de classes específica. Uma forma de pensar essa combinação é que a dimensão do mercado identifica o mecanismo básico da coordenação de atividades de um sistema económico – no caso, a coordenação por meio de trocas voluntárias descentralizadas, com oferta e procura e preços operando – enquanto a estrutura de classes identifica as relações centrais de poder dentro desse sistema económico – entre detentores da propriedade do capital e trabalhadores (Wright, 2019).

As redes empresariais são manifestações de iniciativa económica e autonomia negocial que cumprem uma determinada função económica e produtiva dentro da dinâmica do capitalismo contemporâneo. Trata-se de um processo de reengenharia organizacional que Boltanski e Ève Chiapello entendem ter evoluído para um modelo constituído por três séries de elementos: um núcleo central permanente, formado por pessoal com especialidades consideradas estratégicas (não delegáveis exteriormente), uma rede de organizações (e não uma hierarquia tradicional) e, uma série de subsistemas de prestadores de serviços externos. Nas palavras dos autores:

a imagem da típica empresa moderna hoje em dia é de um núcleo enxuto rodeado por uma miríade de fornecedores, serviços terceirizados, prestadores de serviços e trabalhadores temporários que possibilitam variar os efetivos segundo a atividade, empresas coligadas. Fala-se então em rede de empresas (Luc Boltanski e Ève Chiapello, 2009 p. 103).

Como resultado operou-se a substituição da programação hierárquica por outra de carácter modular em múltiplas formas de colaboração flexível através das quais as empresas estabelecem vínculos contratuais de confiança, e parcerias estratégicas que constituem instrumentos ou veículos de governo que lhes permitem responder à decomposição organizativa tradicional com uma recomposição contratual que garante o funcionamento integrado das atividades produtivas. O mesmo será dizer que as grandes estruturas empresariais e a grande empresa não desaparecerão apenas se reconfigurou o seu modo de organização. Harrison defendeu vigorosamente a ideia de que as grandes empresas e os seus parceiros estratégicos dominavam o processo de desenvolvimento económico argumentando que as pequenas empresas se encontravam na maioria das vezes submetidas ao controlo financeiro das grandes empresas que mantiveram o core das suas competências e externalizavam apenas as restantes, a que denominou *downsizing* estratégico (Harrison, 1997 p. 13). A constatação de que as pequenas e médias empresas proliferam sob a forma de organização que melhor se adapta ao sistema de produção flexível, não invalida afirmar, nas palavras de Castells *que o seu renovado dinamismo surge sob o controlo das grandes empresas que permanecem no centro da estrutura do poder económico na nova economia global*. (Castells, 1999 p. 206). A mesma constatação é partilhada por João Freire ao afirmar:

que ao mesmo tempo que proliferam micro, pequenas e médias empresas, no outro extremo da escala dimensional, os fenômenos de concentração empresarial continuam-se a verificar nas formas já conhecidas como fusões, absorções de empresas, tomadas de controlo, participações no capital, acordos e joint ventures, ou sob novas formas que geralmente parecem configurar relações mais ténues, em forma de “teia de aranha” ou de redes, como acordos de franchising ou os “agrupamentos complementares de empresas”, e ainda no âmbito de estratégias de natureza predominantemente financeira, a (re)constituição de grupos empresariais muitas vezes controlados a partir de SGPS, designadas como holdings na gíria empresarial” (Freire, 2008 p. 45)

A grande empresa altera estruturalmente o seu modo de funcionamento, reconfigura-se em sistemas de redes colaborativas, mas sem perder o controlo da rede e do sistema de produção, as formas de controlo alteram-se, tornam-se na expressão de Bentham panólicas. Nas palavras de Deleuze surge uma *“instalação progressiva e dispersa de um sistema de dominação” de indivíduos e populações, dando origem à “sociedade de controle”* (Deleuze, 1990). No novo contexto de desenvolvimento das atividades económicas a grande empresa utiliza técnicas de cooperação de base contratual que lhe permite dispor da atividade de um conjunto de organizações autónomas de menor dimensão sem ter de assumir os riscos associados ao desenvolvimento destas atividades.

Esta reconfiguração da produção, operada sob o paradigma da flexibilidade dos modos de organização, permite às empresas principais exercer o domínio do projeto empresarial global através duma nova morfologia colaborativa. Para Ilona Kovacs estamos perante uma alteração profunda das relações de poder, uma vez que tanto dentro das empresas como entre elas, as relações se caracterizam pela cooperação. A empresa flexível”, “empresa rede” ou “empresa virtual” seria uma rede de cooperação que permitiria agregar competências e recursos originários em diferentes empresas. Os diferentes tipos de rede comportam diferentes tipos de relacionamento, que podem ir da cooperação baseada na parceria à dependência baseada na dominação (Kovács, 2006).

O relacionamento em rede representa uma forma híbrida de organização, que não se resume ao esquema tradicional de contratação bilateral, ou a um emaranhado de contratos, mas ultrapassa o conceito de contrato, de sociedade e de grupo de sociedade, para assentar nos conceitos de colaboração ou coordenação, através dos quais uma pluralidade de empresas autónomas realiza uma fase de um projeto comercial ou industrial de maior dimensão que separadamente não estariam em condições de alcançar. A autonomia das empresas integradas na rede não é necessariamente posta em causa, porquanto a realização da sua atividade, ainda que paralela ou complementar das restantes, deverá manter no plano organizativo e decisório a sua singularidade e independência em relação às restantes. No entanto, a característica que distingue o funcionamento em rede, de outras formas colaborativas tradicionais, prende-se com a circunstância de necessidade de uma certa estabilidade dos vínculos contratuais, assentes na confiança entre os parceiros, que asseguram a eficiência do processo produtivo. Assim o funcionamento, ainda que flexível, tem um caráter estável e não meramente ocasional capaz de gerar um nível de interdependência entre as unidades que compõem a rede. As redes são assim tendencialmente duradouras e geradoras de vínculos de interdependência funcional e produtiva.

No final da década de 80, Maria Manuela Leitão Marques identificava já o desequilíbrio entre as partes nas relações de subcontratação decorrentes da desintegração dos processos produtivos e que a subcontratação se situa precisamente, entre as práticas contratuais mais informais, dominada pela soft law, onde os contratos raramente são escritos, mesmo os realizados por grandes empresas, as formas de controle sobre a sua execução são unilateralmente determinadas pela empresa contratante, assim como os preços e os prazos de pagamento. Sendo que na maioria das vezes as próprias empresas prejudicadas não

colaboravam na elaboração de normas protetoras com medo de perderem os contratos presentes ou futuros (Marques, 1987 pp. 76,77).

A relação de controlo e domínio que pode existir entre as empresas que colaboram em rede, mais do que uma base corporativa pode assentar numa dependência funcional e produtiva, como sublinha Manuela Leitão Marques. Não se trata apenas, nas palavras de Boltanski e Chiapello de uma “sociedade contratual” redutível à expansão da sociedade mercantil, a criação das redes de colaboração e trocas supõe a instauração de relações entre os parceiros que, apesar de não estabilizadas por planos ou regulamentos, possuem um carácter relativamente duradouro e citando Powell concluem: A rede constitui uma forma específica entre a hierarquia e o mercado (Luc Boltanski e Ève Chiapello, 2009 p. 114).

A globalização da produção na lógica da interdependência dos agentes na rede colaborativa

Não sendo um processo linear a globalização engloba indiscutivelmente um vasto conjunto de prescrições ancoradas no consenso neoliberal ou “consenso de Washington” que na década de 80 fez emergir uma nova divisão internacional do trabalho baseada na globalização da produção levada a cabo pelas empresas multinacionais, convertidas gradualmente em atores centrais da nova economia mundial (Santos, 2002 p. 3). No centro dos investimentos à escala global está o processo de financeirização da economia que abordamos na secção anterior, e que anuncia o fim do sistema nacional enquanto núcleo central das atividades e estratégias humanas organizadas, que obedece a variadíssimos fatores socioeconómicos como o novo papel desempenhado pelos organismos internacionais, que como nos diz Touraine “abriu-se um abismo entre o mundo da economia e o mundo das instituições sociais, em que os atores são múltiplos, mas em que nenhum é capaz de obter o controlo do mundo económico globalizado” (Touraine, 2010 p. 99).

Como assinala Ben Fine, o papel do Banco Mundial e do FMI na reconfiguração das políticas sociais conduziu à primazia dos interesses e dos imperativos financeiros na acumulação de capital (Fine, 2009 pp. 7-12). A interação entre o poder económico e político da finança relativamente ao resto da economia deve ser visto como o produto de profundas mudanças nas relações sociais estabelecidas entre mercados financeiros, bancos, empresas não-financeiras, famílias, sendo o Estado um ator subjacente da máxima relevância (Rodrigues, João; Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nuno, 2016 p. 14).

A internacionalização dos processos de produção flexíveis e “multilocais” (Santos, 2002 p. 3) tiveram na base a adoção de políticas governamentais de liberalização das trocas comerciais sob a égide da abertura dos mercados e da economia aos desafios da competitividade global (Relatório sobre a comunicação da Comissão- Europa Global: Competir a nível mundial, 2006 pp. 5-8). Esta abertura dos mercados acarretou consequências a vários níveis, nomeadamente no plano da desregulamentação e da introdução de novas lógicas de desenvolvimento das empresas multinacionais (Hirata, 2002 p. 1). Como corolário da políticas económicas nacionais e de abertura externa estão por um lado, as privatizações e por outro o desenvolvimento da subcontratação e da externalização da produção, como observa Hirata trata-se de um processo que conduz um número sempre maior de agentes económicos a situar seus projetos e a realizar suas operações numa perspectiva e numa escala mundial. Trata-se de tendências históricas da internacionalização do capital, mas o que é novo neste processo é “a intensidade dos fluxos, a variedade dos produtos, o número de agentes económicos implicados nesse movimento” (Hirata, 2002 p. 3).

Por outro lado, uma das transformações mais dramáticas produzidas pela globalização económica neoliberal reside na enorme concentração de poder económico por parte das empresas multinacionais que assumem mais de um terço da produção mundial (Santos, 2002 p. 4). De acordo com os dados estatísticas publicados pelo INE, em 2018 existiam em Portugal 6 825 filiais de empresas estrangeiras que empregavam cerca de 487 mil pessoas. Em termos médios, cada filial empregava cerca de 71 pessoas, valor muito superior ao registado nas sociedades nacionais que empregavam em média apenas cerca de 8 pessoas. O papel predominante que as empresas multinacionais desempenham no processo de globalização social e económica levou a OIT a rever em 2017 a “Declaração de princípios sobre empresas multinacionais e política social” face aos progressos realizados pelas empresas multinacionais na “*organização das suas atividades para além do âmbito nacional, poder conduzir a uma concentração abusiva de poder económico e criar conflitos com os objetivos das políticas nacionais e com os interesses dos trabalhadores*” (OIT, 2017 p. 2).

No entender da OIT as empresas multinacionais são “*as que possuem ou controlam os meios de produção ou de distribuição, serviços ou outras instalações fora do país da sua sede*” designadas como empresas-mãe, que reconhecidamente operam frequentemente através de relações com outras empresas, como parte do seu processo de produção global:

cujo grau de autonomia das entidades das empresas multinacionais em relação umas às outras varia muito de uma empresa para outra, dependendo da natureza das ligações entre essas entidades e dos seus domínios de atividade e tendo em conta a grande diversidade na forma de propriedade, na dimensão, na natureza e localização das atividades das empresas em causa (OIT, 2017 p. 3).

A “nova” lógica de desenvolvimento global assenta essencialmente na inadvertida e espantosa contradição entre os diferentes agentes na exploração/lucro dos fatores produtivos e na responsabilidade/custos dessa exploração. O questionamento de base ao funcionamento do sistema económico global é como compatibilizar e operacionalizar a manutenção do controle e supervisão da produção, com a desintegração do processo produtivo e/ou com o desligamento dos meios de produção ao longo da cadeia composta por inúmeras unidades e/ou empresas independentes.

Esta separação entre a propriedade e os meios de produção que se encontra na génese do capitalismo é um ponto chave para compreender os mecanismos de funcionamento do sistema e as relações de poder que se institucionalizam nas novas lógicas organizacionais, que como expressamos “*constituem as ideias base para as relações de autoridade institucionalizadas*” (Castells, 2009).

A globalização e a internacionalização da economia transformaram profundamente a natureza da produção, do investimento e do comércio transfronteiriço (Dicken, 2011) (Gereffi, 2018) (Greco, 2016). Hoje a produção encontra-se fragmentada e dispersa em diversas partes do mundo, no entanto, como dá conta o relatório sobre o investimento mundial em 2013, por norma, o comércio na economia mundial é coordenado pelas empresas principais (UNCTAD, 2013) que controlam as cadeias de abastecimento e definem os parâmetros que as outras empresas na cadeia devem cumprir, sendo normalmente responsáveis pela venda final do produto (OIT, 2016 p. 5). O investimento direto estrangeiro por parte das empresas multinacionais em filiais participadas a 100% ou em empreendimentos conjuntos, nos quais as empresas multinacionais tem uma responsabilidade direta pela relação de trabalho é organizado por meio de modelos de fornecimento internacional em que a participação das empresas principais é definida pelos termos e condições de acordos contratuais ou mesmo acordos tácitos com as empresas fornecedoras e subcontratadas para fornecimento de bens e fatores de produção (OIT, 2016). O que significa que a organização transfronteiriça das atividades produtivas nas diversas fases de desenvolvimento, produção e fornecimento de bens ou

serviços transformam as empresas multinacionais e as suas redes de produção interligadas, formadas por filiais ou redes de subcontratação em cadeias de valor (também chamadas de abastecimento) mundiais, denominadas por Dickens como redes de produção globais (Dickens, 2011 pp. 18-27). Uma cadeia de valor global envolve todas as atividades nas quais as empresas se envolvem interna e externamente, para levar um produto ao mercado, da concepção ao uso final (OCDE, 2013). As redes de produção tornaram-se numa forma cada vez mais comum de organização do investimento, da produção e do comércio na economia mundial e consistem em estruturas organizacionais complexas, diversificadas, fragmentadas e dinâmicas em evolução constante (OIT, 2016 p. 1) (Gereffi, 2018).

Nesta medida as redes combinam duas características particulares, por um lado a autonomia jurídica das entidades que a compõem e por outro, **a interdependência funcional e económica através das quais estabelecem vínculos** negociais e de confiança com diferentes graus de autonomia funcional e económica com que operam no sistema de relacionamento.

A capacidade de influência da empresa líder ou dominante nas decisões das demais é diferenciada consoante o poder de determinação das atividades e o poder de supervisão e controlo, que pode ou não ser reconhecido contratualmente, mas por regra é exercido ao abrigo da sua superior posição no mercado, ou da sua preeminência económica. Não existe uma fórmula que possa medir o grau de dependência ou autonomia com que se revestem os relacionamentos entre os intervenientes das redes em geral, de um determinado tipo de rede, ou mesmo de uma rede específica. A análise da dependência nas redes empresariais deve efetuar-se caso a caso, uma vez que a dependência, jurídica ou fáctica de uma empresa em relação com outra ou outras pode originar diversas situações em que as decisões adotadas no plano laboral por um empresário encontram decisivamente condicionada pelas decisões de outro. Os estados de dependência que se estabelecem entre as empresas, mais do que plasmados contratualmente podem verificar-se factualmente ou seja, a função económica e produtiva da dependência interempresarial visa do mesmo modo garantir ao empresário titular do processo produtivo que assegure o controlo sobre a qualidade dos resultados proveniente da atividade das empresas auxiliares na medida em que essa atividade incide de forma direta no produto ou serviço que coloca no mercado, identificado com a sua marca (Raymond, 2016 p. 31).

O controlo e a supervisão induzidos nos mecanismos regulamentares e nas normas privadas que estabelecem os padrões de qualidade e segurança dos produtos têm como finalidade assegurar e superar os inconvenientes próprios do modelo de desintegração horizontal dos processos produtivos, garantindo apesar disso resultados similares aos derivados de um modelo de integração vertical. Tudo resultará legítimo, nas palavras de Sanguineti Raymond:

Somente se o poder da empresa dominante, mesmo sendo intenso, não cruza a barreira que leva a negar às empresas colaboradoras seu *status* como tal e as transforma em uma mera plataforma formal, que oculta a existência de um único sujeito, que se desdobra abusivamente em diferentes personificações vazias de conteúdo (Raymond, 2016 p. 31).

É sobre este risco em concreto que tão sabiamente nos fala o autor citado, que nos inquieta a *nova* lógica organizacional dos relacionamentos empresariais em rede, sustentada numa desintegração e desmaterialização do processo produtivo, que é afinal recomposta através de um sem número de entidades que estabelecem entre si vínculos diferenciados sob diversas condições, consoante as relações de contratação ou subcontratação em que estão implicadas e que em regra é determinada pela posição que ocupam na rede produtiva.

A procura constante por maior rentabilidade dos investimentos, na produção de bens e serviços conduz à busca também constante de novas fontes de matérias primas, de energia, de conhecimento, e geram interdependência e interconexões com outras organizações que

desenvolvem processos decisórios extremamente ágeis e mecanismos que José Eduardo Faria designa como de “justiça intra-organizacional e “justiça interempresas” dentro de estruturas interligadas de coordenação, administração, controle, supervisão, fiscalização e programação (Faria, 1999 p. 175). É esta lógica produtiva que sustenta e mecaniza o funcionamento das **redes de produção mundiais ou redes de valor globais** que, na observação da OCDE, determinam as possibilidades e as modalidades de modernização dos processos produtivos globais, amplamente condicionados pelas estratégias das empresas principais, geralmente sediadas em países desenvolvidos e cujos fluxos de produção e consumo implicam mundialmente efeitos sociais e económicos em países, empresas e trabalhadores (OCDE, 2013). Através do acesso a redes, mercados globais, capital, conhecimento e tecnologia os países podem beneficiar de um maior desenvolvimento económico, maior competitividade e produtividade. De acordo com o relatório da OCDE hoje, mais da metade das importações de manufatura do mundo são bens intermediários (bens primários, peças e componentes e produtos semi-acabados) e mais de 70% da produção são importações mundiais de serviços, serviços intermediários, como serviços comerciais. Nas redes de fornecedores globais, as empresas multinacionais ou transnacionais desempenham um papel central na definição de políticas que afetam a forma como essas redes são formadas e onde suas atividades estão localizadas (Dicken, 2011 p. 60). A contratação assume o ponto-chave dos relacionamentos entre e dentro das multinacionais que operam as cadeias de valor globais (ou abastecimento global na designação da OIT) e envolvem dois tipos de relacionamento:

i) as atividades realizadas dentro das empresas multinacionais ou nas empresas com quem detêm uma participação direta como as filiais detidas a 100%

ii) as atividades realizadas entre as empresas multinacionais e fornecedores externos cujas relações de abastecimento as empresas principais não têm participação ou relação contratual direta, exceto com os fornecedores e intermediários de primeiro nível.

O segundo tipo de relacionamento, segundo a OIT possibilitou às empresas multinacionais “externalizar e deslocalizar as atividades normalizadas por todo o mundo, sem terem de investir nas suas próprias instalações, de produção e de contratar diretamente empregados” (OIT, 2016).

No entanto, a crescente fragmentação da produção e externalização das atividades das empresas multinacionais por redes de fornecedores a nível mundial ao mesmo tempo que abre novas oportunidades de desenvolvimento para fornecedores em países em vias de desenvolvimento aumenta a concorrência dos preços de produção a nível global. A procura intensiva por preços mais baixos de produção entre fornecedores incentiva na análise feita pela OIT a práticas de subcontratação que incluem o recurso a empresas cada vez mais pequenas onde se registam maiores défices de trabalho digno (OIT, 2016 p. 7). De acordo com dados da OCDE e da OIT as pequenas e médias empresas (PME) representam 80 a 90% do emprego do mundo em vias de desenvolvimento, e dos cerca de 420 a 510 milhões de PME apenas 9% opera na economia formal (OIT, 2015 p. 10). Neste nível da cadeia ou rede de produção as PME raramente beneficiam de boas práticas de adjudicação nos contratos celebrados com as empresas principais (OIT, 2016 p. 8).

A lógica da procura do custo mais baixo de produção afeta especialmente os níveis da subcontratação inferiores, onde numa sequência de relações de subcontratação as empresas fornecedoras procuram extrair melhores concessões de preço aos seus próprios fornecedores subcontratados de níveis inferiores na cadeia de abastecimento (OIT, 2016 p. 11).

Para Espanha os estudos sobre as cadeias produtivas e as redes de empresas do capitalismo globalizado mostram que só aparentemente a fragmentação da produção e a

deslocação das atividades propriamente produtivas para os segmentos periféricos da cadeia afetam a autonomia das grandes empresas transnacionais que controlam toda a cadeia produtiva por meio de um vasto conjunto de expedientes de dependentização e da reserva das decisões estratégicas de captação dos mercados, ao mesmo tempo que determinam a parcela de lucro que deve ser distribuída em cada elo da cadeia (Hespanha, 2002 p. 23). De acordo com a OIT, frequentemente o comprador/empresa principal, apesar de não estabelecer uma relação contratual direta, com as empresas deste nível, (por esses vínculos se disseminarem na cadeia), consegue afetar diretamente as suas práticas de produção e emprego pela necessidade que estas têm de atender aos requisitos da empresa mundial principal (OIT, 2016 p. 8). A OIT identifica três exigências da empresa principal/ comprador que determina a lógica da produção global (OIT, 2016 p. 11):

- i) custos reduzidos;
- ii) alta qualidade dos produtos;
- iii) entregas rápidas (just in time).

De acordo com o relatório da OIT, em referência: “Uma característica comum das cadeias de abastecimento mundiais é o facto de as empresas principais poderem coordenar e controlar as normas de produção aplicáveis aos produtores de diferentes níveis” (OIT, 2016 p. 11) A aplicação de normas privadas e códigos de conduta possibilita às empresas principais influenciar os processos de produção ao estabelecer as condições de fornecimento como requisitos de ordem técnica, de qualidade, de segurança do produto, de entrega, social e ambiental.

Esta característica das “organizações complexas” em desenvolverem as suas próprias racionalidades, forjarem as suas próprias normatividades e definirem os seus próprios valores na busca pela concretização e maximização dos seus interesses define para José Eduardo Faria o contexto social da economia globalizada como uma “sociedade das organizações” ou “constelação de governos privados” (Faria, 1999 p. 172).

No entanto, apesar de ser a empresa principal a definir os parâmetros da produção através dos seus centros dinâmicos de poder, com funções de gestão, direção, planeamento e controle e através duma extrema sofisticação das suas formas de atuação (OIT, 2016 p. 172) estudos da OIT revelam que a empresa principal/compradora na rede mundial pode possuir poucas ou nenhuma fábricas que produzem os seus produtos de origem, é o enorme volume de compras garante o seu elevado poder de negociação numa relação assimétrica que *lhe permite negociar preços, e especificar o que se vai produzir, quem irá produzir, como, quando e onde serão produzidos* (OIT, 2016 p. 11). Apesar disso, como refere a OIT, a empresa principal/comprador:

não é o empregador legal e não tem qualquer responsabilidade formal pela relação de trabalho na empresa fornecedora ou nas empresas subcontratadas, apesar do impacto significativo – positivo ou negativo- da empresa principal nas condições de trabalho (OIT, 2016 p. 8).

A “nova” lógica da produção e do capitalismo global assenta numa dupla estratégia, por um lado, implementar ganhos de produtividade através da inovação organizacional e tecnológica e por outro, na redução dos custos de produção através da flexibilização do trabalho e dos custos sociais associados que se baseia na segmentação dos processos produtivos e na sua localização/deslocalização para países menos desenvolvidos com baixos salários e precárias condições de trabalho (Dicken, 2011).

Esta possibilidade de as empresas deslocalizarem a produção, essencialmente em sectores de mão-de-obra intensiva, para qualquer parte do globo que ofereça custos de produção inferiores, coloca o *trabalho* no mercado concorrencial internacional sob fortes pressões, juntamente com a capacidade dos próprios Estados em regular a nova “ordem” empresarial global (Dicken, 2011 p. 63). A transferência do poder regulatório estatal para a esfera privada dos grandes operadores económicos a nível global está na génese da *governança corporativa* iniciada com o processo de liberalização dos mercados e privatização das atividades económicas num contínuo de des-regulação (do papel do Estado na economia) e re-regulação que fez surgir novas formas de auto-regulação e da regulação por entidades independentes com competências normativas (*hard law* e *soft law*), que deslocaram a esfera de política do Estado para a esfera económica das empresas e dos respetivos processos decisórios.

O estudo de Dickens sobre as complexas e múltiplas formas com que os atores, os processos e as instituições da economia global interagem para criar redes mundiais entrelaçadas de circuitos de produção em todas as escalas geográficas incluindo o território delimitado do Estado tem o poder de demonstrar como as macroestruturas da economia global que são essencialmente as instituições, convenções e regras do sistema de mercado capitalista influenciam de modo subtil mas generalizado as empresas e os indivíduos “que nem sequer têm consciência do impacto que exercem sobre suas próprias escolhas, práticas, atitudes, valores e expectativas” naquilo a que designa “Processes of embeddedness” (Dicken, 2011 pp. 52-55).

Dicken teoriza de forma brilhante como as instituições de governança global que constituem elas próprias, uma parte da matriz sociocultural molda o funcionamento da economia de mercado capitalista e demonstra como os processos socioeconómicos existem interligados mutuamente por acordos, instituições, regimes globais e regionais, redes e cúpulas de políticas transgovernamentais, (Dicken, 2011 p. 56) que operam dentro de uma multiescala de sistemas regulatórios “multiscalar regulatory systems” (Dicken, 2011 p. 63) sujeitos portanto a uma multiplicidade de influências políticas, sociais e culturais variáveis.

As diferenças nacionais nos regimes regulamentares onde as empresas transnacionais procuram retirar benefícios, articula-se com a tentativa de os estados tentarem minimizar a “arbitragem regulatória”, tendo como resultado situações complexas em que empresas e Estados estão envolvidos em vários tipos de poder. A geoeconomia essencialmente é estruturada e reestruturada, não pelas ações de ambas as empresas ou estados sozinhos, mas por interações complexas e dinâmicas entre os dois conjuntos de instituições (e ainda com outros atores importantes como - trabalho, consumidores e sociedade civil) (Dicken, 2011 p. 63).

A OIT ao estudar a governação nas cadeias de abastecimento global assinala na mesma linha de pensamento as tensões geradas entre os mecanismos clássicos de governação pública enraizados nas leis e regulamentos nacionais e as normas privadas promulgadas pelas empresas principais que operam à esfera mundial, num crescendo de défice de governação dos Estados-nação que “complica o cumprimento das normas no local de trabalho e a proteção dos direitos laborais” (OIT, 2016 p. 39). Esta decrescente capacidade de comando e controle dos governos estatais em regular o campo económico evidencia no plano institucional as dificuldades do sistema político-legislativo convencional de estabelecer regras do jogo estáveis e coerentes com consequências em todos os planos, e nomeadamente no plano político pelo rompimento da aliança histórica entre Estado nacional, sistema económico e democracia representativa (Faria, 2008 p. 5) (Estanque, 2019) (Dicken, 2011).

Os mecanismos clássicos de governação pública foram radicalmente afetados pelos fenómenos da globalização, financeirização e reestruturação produtiva que temos vindo a abordar, e que nas palavras de Eduardo Faria enfrentam *grandes dificuldades para promover*

o acoplamento entre o mundo virtual emergente e as instituições do mundo real (Faria, 2008 p. 6). Os instrumentos jurídicos destinados a corrigir desequilíbrios, preservar a livre concorrência contra a concentração de capitais e assegurar a legitimidade do poder e da redistribuição de riqueza perderam a sua eficácia e as instituições públicas revelam-se incapazes de se ajustar organizacional e funcionalmente aos novos fatores e novas dinâmicas transformadoras tendo perdido a sua centralidade e principalmente, a sua exclusividade (Faria, 2008 p. 7).

Segundo Habermas a globalização “põe em causa os pressupostos essenciais do direito internacional clássico: a soberania dos estados e as nítidas distinções entre política interna e externa”, o surgimento de formações políticas e instâncias com competências supranacionais desafiam o Estado Nação e operam, todavia, sem uma esfera pública global que as desconecta das configurações políticas supra-nacionais (Habermas, 1999 p. 167). Perante esta desconfiguração política, o Estado deixa de ser na expressão de Poulantzas a “ossatura” da sociedade (Poulantzas, 2000 p. 61). As tensões e as lógicas conflituantes que a relação entre economia e sociedade encerram ficam totalmente desequilibradas perante a incapacidade do Estado em cumprir o “paradoxo” de organizar as classes dominantes enquanto “blocos de poder” e garantir a coerência do sistema com a “relativa autonomia” das instituições (Estanque, 2012 p. 8).

Tendo por base o raciocínio de Poulantzas a questão que se coloca face à lógica da governança corporativa das redes globais de contratação/ subcontratação e á crescente e incapacidade regulatória dos Estados, está em saber como poderá ser mantida a coesão e a ordem socioeconómica vigente?

Ou, colocando a questão de outra forma, como será possível evitar os conflitos e tensões sociais num cenário de auto-regulação dos grupos privilegiados, em que os jogos de poder e alianças estratégicas são agora estruturados fora da geometria do território e da organização do Estado enquanto nação?

De acordo com Estanque, citando Polanyi, o ascendente da economia e do mercado sobre as atividades produtivas das últimas quatro décadas é comparável à situação experimentada no século XIX de sujeição generalizada às leis do mercado. O crescimento avassalador dos mercados em oposição ao protagonismo estatal, permite afirmar que a sociedade regressa até certo ponto ao apelidado *capitalismo selvagem*, onde a motivação pelo lucro ganha primazia sobre as relações de troca e a reciprocidade. Neste cenário Estanque sublinha que o campo laboral é o que mais sofre com os impactos desestruturadores da economia global e aponta as consequências vivenciadas por milhões de trabalhadores de diversos continentes “que as novas formas de trabalho cada vez mais desreguladas, num quadro social marcado pela flexibilidade, subcontratação, desemprego, individualização e precariedade” acarretam (Estanque, 2012 p. 14).

Os impactos desestruturadores sobre o trabalho e sobre a força produtiva dos trabalhadores assenta, na perspetiva que procuramos aqui demonstrar, numa lógica talvez menos inovadora do que aparenta, que faz operar um certo desligamento na relação com os trabalhadores e consequentemente nas responsabilidades a eles inerentes por efeito do processo de fragmentário da produção em rede. As relações de trabalho são também elas fragmentadas e o espaço social da empresa passa a ser composto por um conjunto de trabalhadores divididos por vários estatutos jurídicos dependendo da entidade que dentro da rede colaborativa se encontram vinculados. Consequentemente fica ameaçada a coesão social.

A eficácia do direito e em particular a capacidade regulatória do direito do trabalho é um tema que tem crescido em complexidade face ao modelo económico dominante e face à constatação dos efeitos desestruturadores que esse modelo acarreta sobre o *trabalho*, nomeadamente da “força de trabalho”, entre as entidades que a exploram e, as que a

aproveitam, à escala das respetivas responsabilidades. Os desenvolvimentos sobre a capacidade regulatória do Direito, incluindo o direito do trabalho terá que ser colocado ao nível dos sistemas jurídicos, encarados na sua pluralidade, por forma a possibilitar soluções ajustáveis e acopláveis à realidade do presente e do futuro. No entanto, parece-nos cada vez mais imprescindível recolocar nesse processo a compreensão da lógica natural do sistema e dos interesses inatos aos atores envolvidos que, como nos demonstram os estudos de Olin Wright são interesses que se constituem e desenvolvem numa relação de conflito e que portanto, se geram num contexto que é inerente a esse conflito (Wright, 1995). Nas palavras do autor a propósito do conceito de exploração: “o núcleo do conceito gira em torno de um tipo articular de interdependência antagônica entre os interesses materiais dos atores econômicos, e não em torno da injustiça dessas relações enquanto tais” (Wright, 1995 p. 2), a articulação entre o conceito de exploração e o conceito de classe faz com que “se unam dois aspetos das relações sociais ligadas à propriedade dos ativos produtivos, à troca no mercado e à dominação na produção.”. Para efeitos da análise sociológica que nos interessa particularmente, O. Wight coloca a “questão crucial de reconhecer os antagonismos dos interesses materiais ligados às relações de classe em virtude da apropriação do esforço laboral” (Wright, 1995 p. 6).

Referências bibliográficas

Castells, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo : Paz e Terra.

Castells, Manuel (2009), *A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura*. [trad.] Catarina Lorga, Tânia Soares Alexandra Lemos. 5ª edição. s.l. : Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I.

Castilo, Juan Jos. (1993), *Economia y Sociologia del Trabajo*.

Deleuze, Gilles (1990), *Contrôle et devenir*. s.l. : Futur Antérieur.

Dicken, P. (2011), *Global shift: mapping the changing contours of the world economy*. Sixth edition. New York : The Guilford Press.

Estanque, Elísio (2012), O Estado social em causa: Instituições, políticas sociais e movimentos sócio-laborais no contexto europeu. *Revista de Reflexão e Crítica*, Vol. 73.

Estanque, Elísio (2019), *Organizações e desafios sociolaborais*. [autor do livro] R Namorado e M. (Orgs.) Antunes. *A economia social: olhares cruzados*. Coimbra : Almedina.

Faria, José Eduardo (2008), *Direito e conjuntura*. São Paulo : Editora Saraiva.

Faria, José Eduardo (1999), *O direito na economia globalizada*. São Paulo: Malheiros Editores.

Fine, Ben. (2009), *Financialisation and Social Policy*. Geneve: UNRISD-United Nation Research Intitute of Social Development, 2009. Social and Political Dimensions of the Global Crisis: Implications for.

Freire, João (2008), *Economia e Sociedade*.

Gereffi, Gary (2018), *Global value chains and development. Redefining the contours of 21st century capitalism*. Cambridge: Cambridge University Press.

Greco, Lidia (2016), *Capitalismo e sviluppo nelle catene global del valore*. Roma: Carocci editore.

Habermas, Jurgen (1999), *La inclusión del otro. Estudios de teoria politica*. s.l.: Paidós.

Harrison, Bennett. (1997), *Lean and Mean. The changing landscape of corporate power in the age of flexibility*. New York : The Guilford Press.

Hespanha, Pedro. (2002), Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. [ed.] CES. *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

Hirata, Helena. (2002), A globalização e divisão sexual do trabalho. *Cader. Pagu*. Vols. 17-18.

Kovács, Ilona. (2014), A perspectiva sociológica da empresa. [autor do livro] Sara Falcão Casaca, Maria da Conceição Cerdeira, João Peixoto Ilona Kovács. *Temas Atuais da Sociologia do Trabalho e da Empresa*. s.l. : Almedina, Vols. coleção económicas, II série, Nº 24, .

Kovács, Ilona. (2006), Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho. *Sociologias, Problemas e Práticas*.

Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: wmfmartinsfontes.

Marques, Maria Manuela Leitão. (1987), A empresa, o Estado e o Direito. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 22.

OCDE. (2013), *Interconnected economies: Benefiting from global value chains*. 2013. Synthesis Report.

OIT (2017), *Declaração de princípios sobre empresas multinacionais e política social*. Genebra : s.n.

OIT (2015), *Pequenas e médias empresas e a criação de empregos dignos e produtivos*. Genebra : s.n., relatório IV- CIT 104º sessão.

OIT (2016). *Trabalho digno nas cadeias de abastecimento global*. Genebra : Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2016. Conferência Internacional do Trabalho. 105º Sessão.

Poulantzas, Nicos (2000), *O Estado, o poder e o socialismo*. [ed.] Paz e terra. 4ª edição. s.l. : Edições Graal, 2000.

Raymond, Wilfredo Sanguineti (2016), *Redes empresariales y Derecho del trabajo* . Granada : Editorial Comares, S.L.

Santos, Pedro Nuno (2006), *Relatório sobre a comunicação da Comissão- Europa Global: Competir a nível mundial*. s.l.: Comissão de educação, ciência e cultura.

Rodrigues, João; Santos, Ana Cordeiro; Teles, Nuno (2016), *A financeirização do capitalismo em Portugal*.

Sainsaulieu, Renaud e Denis Segrestin. (1987), Para uma teoria sociológica da empresa. *Sociologia problemas e práticas*.

Santos, Boaventura de Sousa. (2002), Os processos de globalização. *Eurozine*, in: <http://www.eurozine.com/articles/2002-8-22-santos-pt.html>, 139.

Touraine, Alain. (2010), *Depois da Crise*. Lisboa: Instituto Piaget

UNCTAD. (2013), *Relatório sobre o Investimento Mundial 2013: Cadeias de valor mundiais - investimento e comércio para o desenvolvimento*. Nova York e Genebra : s.n.

Wright, Eric Olin. (1995), Análisis de clase - Desigualdad y clases sociales. Un seminario en torno a eric. O. Wright. [ed.] J. Carabãna. 1995, pp. 1-21.

Wright, Erik Olin e Hahnel, Robin (2016), *Alternatives to capitalism. Proposals for a democratic economy*.

Wright, Erik Olin. (1983), *O que é Neo e o que é Marxista, na análise Neo Marxista das classes?* Coimbra : Revista Crítica de Ciências Sociais, 12.

Wright, Erik Olin. (2019), *Como ser anticapitalista no século XXI*. s.l. : Boitempo Editorial,

The Antagonism of the Precariat

Sara Čović,¹ University of Zadar, Department of Sociology

saracovic121@gmail.com

Abstract: This paper is discussing the changes which occurred in the social stratification from the 1970s. In an effort to perceive the position of precarious workers there are two main tasks of the paper. First, by examining the different characteristics and heterogeneity of precarious workers, it is going to be discussed whether they can be gathered and defined as a new social class. It is argued that the Weberian class analysis should be applied in order to capture the specific social position of precarious workers. Second, the future of precarious workers is going to be discussed. Possible, more or less favorable, outcomes will be considered. The importance of the class consciousness and class interests are going to be questioned in terms of fostering actions that could change the social position of precarious workers and other deprived individuals.

Key words: precarious workers, neoliberalism, class analysis, class consciousness, eroding capitalismo.

Introduction

To find the roots of contemporary social phenomena it is necessary to look into the past. By looking back it becomes clear that the 1970s were the years of mayor political, economic and social changes. Those changes led the world and society into the postmodern or postindustrial era, under which it is known today. The adjectives „postmodern“ and „postindustrial“ suggest the opposition to the previous period of the modern or industrial society which was driven by the idea of inevitable progress (Lyotard, 2005). In contrast, the society of the postmodern period lost faith in metanarratives, which were the ideal of the modern era, due to significant changes that occurred in the 1970s (Lyotard, 2005). One such metanarrative was concerned with the vision of work conditions and labour.

During the 1960s and 1970s Italian leftists, through the reinterpretation of Marx's work *Grundrisse*, believed in the complete technologisation of labour which could eventually lead to the liberation of workers (Coin, 2018). They were not the only ones to believe in that. Such beliefs and theories were encouraged by economic growth and social well-being in the period after World War II (Kalleberg, 2009). However, the circumstances led the idea of labour in a totally different direction. Indeed, the advancement of technology played a significant role in the new definition of labour but in terms of bridging space and time constraints and limitations. New technologies removed old limitations so that the capital could be relocated to places that granted maximum profit with minimum investments. This resulted in the relocation of production facilities to countries like China and India which provided cheap labour force

¹ Department of Sociology, Graduate Student.

without the requirements and conditions that were requested by workers in the Western world (Kalleberg, 2009).

Standing (2011) states that in the middle of the 1970s it became clear that the stability and security of the market, that was granted by the welfare state, was not made to overcome the challenges of globalization. Neoliberalism appeared as a new option on the political scene. As an answer to the problem of relocation of production facilities into areas of cheap work force, neoliberalism offered the flexibilization of the labour market in Western countries. The flexibilization has hit the workers most. They had to give up the rights and securities which have been granted in the period of modernism (Standing, 2011). In that way all of the risks fell on the workers under the guise of job retention and competitiveness of the Western world on the global market.

The workers had to agree to all the risks which were created in the combination of globalization and neoliberalism, and which were unknown in the developed world after the 19th century, in order to secure some kind of work and income. Standing (2011) states that the workers in the postmodern era have a little in common with the workers of the modern era. In the modern period workers were protected by stable work conditions which were amended by total flexibilization in the period after the 1970s. In that way the work force of postmodernism cannot be called the proletariat because they have few things in common with their antecedents. Also, the new type of worker cannot be defined as a members of the middle class. In the postmodern era the members of the middle class still have stable wages and some work benefits which are alien to the new labour force. It can be stated that a new social layer is formed which brings together individuals who share a precarious position on the labor market.

Utopian predictions about the end of work did not come true in the postmodern period. Moreover, a dystopian image of workers was created which have been stripped of all their rights and privileges that were secured in the modern period. After the historical context was introduced this paper aims to discuss some problems and questions about the new type of worker. First, it is going to be discussed what is precariousness and what are the main determinants of precarious work conditions. After defining new work conditions, which have been created in the combination of globalization and neoliberalism, the question about the possibility of defining a new, precarious, class is going to be raised. By discussing that questions this paper is going to rely mostly on the class analysis by Max Weber and Erik Olin Wright (2005). Problems about the (im)possibility of defining the precariat as a class are aimed to be solved which will give the way to look into the future of precarious workers. Modeled after Wright (2018), an attempt will be made to answer how precarious workers could change their unfavorable position in the future.

Precariousness, precarious work, the Precariat?

It has already been pointed out that insecurity is the main characteristic of workers whose work conditions were introduced through the idea of market flexibilization. Systematic flexibilization of the market brought about a new social situation with a new social stratification. „The new situation“ means - increase of wage inequality, weakening of certain groups of workers, increase of "reserve" workers number, full subordination of workers to the needs of employers and giving up on workers' rights (Perocco, 2018). The implementation of neoliberal ideas, whose main objective is to meet the needs of the global market, led to new forms of insecurity in the field of labour relations. Those insecurities are contained in the adjective „precarious“ which marks „a dangerous state because of not being safe or not being held in place firmly“ (Cambridge Dictionary, 2019). The definition of precariousness as an insecure and dangerous state is obtained in the theoretical and methodological uncertainties

that occur in the research of precarious work. The deviations of employment are hard to spot in work statistics, political measures or definitions (Starčević, 2014). This implies difficulties associated with the intention to uniquely define precarious work and workers. Therefore the aim of this paper is not to provide a definite definition but to show all deviations of work conditions that can be included in the concept of precariousness. The goal is to show all types of workers who are or could be found in limbo of the precariat.

Precarious work is mainly the one that deviates from traditional forms of employment that were introduced in the period of modernism. Traditional work conditions implied a stable and full-time workplace, permanent and continuous employment throughout the year and indefinite-term employment contracts with associated benefits. Work conditions that are known from the 1970s differ from that model in four variants. From the 1970s the most common forms of employment are part-time jobs, temporary employment (including fixed-term and task-based contracts, seasonal and casual work), self-employment and working multiple jobs (Vosko, Zukewich and Cranford, 2003). However, the turmoil around the definition of precarious work does not end there. Contemporary work conditions take on different forms and conditions depending on the society in which they are applied (Starčević, 2014).

The heterogeneity that is linked to precarious work also leads to various terms and names used to describe workers that are involved in new work conditions. Precarious workers are often identified as a working-age group that is marginalized and surplus on the labour market (Starčević, 2014). The position of such workers is connected to the inability to create and advance in career. The inability to achieve self-actualizations through work is typical for so-called McJobs, a term introduced by Lars Svendsen (2012), which points to the fact that the position of a precarious worker is stigmatized. Furthermore, drawing a parallel with Simmel's stranger, Morana Starčević (2014) views the position of the precarious worker as an anomaly within the work environment which serves as a warning to others.

However, it is important to note that not all precarious workers are passive victims of the new situation in the postmodern society. A fraction of the working-age population consciously steps into precarious work relationships guided by the will of achieving self-actualization through work. Svendsen (2012) states that such people are searching for their life purpose in their job and career. Furthermore, the author states that the generations, which were involved in stable work conditions of the modern period, understood employment as a marital relationship in which employees should be loyal to one employer and company for a lifetime. On the other hand, the new generation or „urban nomads“, as Svendsen (2012) calls them, are trying to find overall sense and fulfillment through work. This results in frequent changing or „consumption“ of jobs, which is suitable for a consumer society in which things are quickly abandoned and replaced by new ones.

Precarious work conditions can be viewed from the perspective of which social groups have the greatest possibility to enter into such unstable and insecure work relations. Standing (2012) points out that in the contemporary society no one is spared the risk of precariousness. Nevertheless, he lists six groups that contribute most to the creation of the new social layer. First, there are young people which were enrolled in high education. Standing (2012) sees young, highly educated, people as the most frustrated by their social position, as they invested years and capital into education which was supposed to secure them a more favorable position. Further, women of all ages are more likely to accept precarious work conditions. The author talks about the „feminization“ of the labor market as women are increasingly involved in non-standard types of employment and as the labor market is flooded by jobs traditionally done by women. That led to a high unemployment rate among the male population, especially during the 2008 global economic crisis. Precariousness is also typical for the older population. One

part of the older population steps into precarious work conditions because of low pensions and the other accepts new types of employment as a way of keeping social contact. Furthermore, for people with health issues, especially episodic ones such as asthma and epilepsy, there is a bigger chance for them to get involved in precarious work. That is also a product of the combination of globalization and neoliberalism, as Standing (2012) points out, because the idea of the welfare state, that provides financial security to all residents, has proved unsustainable. Also, persons with a criminal record have a greater chance to accept precarious employment because of the stigma. As the last cohort which has the greatest chance of entering precarious work conditions Standing (2012) cites migrants. In global flows, migrants form a group that lacks basic human rights, including workers' rights.

It is evident that an increasing proportion of the population falls under the denominator of precariousness, which opens the possibility of defining a precarious class or the precariat. The term was first used by French sociologists to describe temporary or seasonal workers (Standing, 2012). Standing (2012) states that there are two options when it comes to defining the precariat. The first option is to view the precariat as a class from a Weberian ideal type perspective which would require a clear differentiation of the members and the outsiders. The second option that Standing (2012) suggests is to look at the precariat as „a class in the making“ which would correspond to the globalization picture of a fragmented class structure. However, Standing's invocation of the precarious class has not received general approval. Numerous authors deny the existence of the precariat within the class structure and outline the dangers and difficulties that would arise in such a definition.

Precarious work: a condition or a class?

The social scientists are extremely polarized regarding the definition of precarious employment. One group of scientists claims that the changes that occurred in the postmodern period influenced the creation of a new class structure in which the precariat is one of the constituent parts. The other group strongly opposes the idea of defining a new social class as the precariat. Such doubts are not only related to the definition of the precariat, but also to class analysis in general, which can be approached from different perspectives. That is precisely what Erik Olin Wright (2005) emphasizes in his book on approaches to class analysis, where he gives an insight into six completely different starting points from which the social stratification can be observed. The Marxist understanding of the class structure, for example, rests on economic and exploitative relations (Wright, 2005). The Weberian perspective relies on the analysis of life chances arising from one's market position (Wright, 2005). Bourdieu's class structure relies on an analysis of the value of economic, cultural and social capital (Wright, 2005). Unlike them, Jan Pakulski states that the concept of class, especially in Marxist and Weberian understanding, is no longer applicable to the modern society (Wright, 2005). Pakulsky's theory goes hand in hand with postmodern understandings of the end of grand narratives (Lyotard, 2005), but there is a possibility that class relations are more pronounced today than ever before because fewer people believe in such a stratification.

The most ardent proponent of the new class structure is Guy Standing (2011), who in the title of his book refers to the precariat as a „new dangerous class“. The author considered all great changes that have taken place in the process of globalization, which produced a general fragmentation and new forms of inequality in society. That is why he proposes the introduction of a new terminology to describe the contemporary class structure. Standing (2011) offers a new seven-class social structure. At the very top of such class structure is the elite that brings together a small group of people who manage much of the world's capital, which gives it the ability to influence politics. Below the elite, the salariat is placed which enjoys stable work

relations and work benefits primarily within large corporations and public administrations. The position below the salariat belongs to proficians which brings together professionals and technicians who have relatively high incomes but also the urge to change jobs frequently. Furthermore, Standing (2011) cites a shrinking class of manual workers which evolved from the old working class. Below the manual workers, Standing (2011) positioned the precariat with its precarious jobs and incomes. At the very bottom of the class structure Standing (2011) puts two groups, one gathering the unemployed and the other consisting of social misfits.

The new social structure, proposed by Standing (2011), is in some segments comparable to the empirical findings obtained by Savage et al. (2013) when examining the class structure in the UK. By defining the new model, Standing (2011) relied primarily on an analysis of the form of employment and the amount of remuneration, which corresponds to the Weberian starting point in defining class relations. In contrast, Savage et al. (2013) started from Bourdieu's perspective that integrates the analysis of economic, cultural and social capital. By doing so, they defined an elite class, an established middle class, a technical middle class, the class of new affluent workers, the traditional working class, the emergent service workers and the precariat. The precariat was extracted from the analysis as a deprived class with the lowest values on all three capital, and Standing's (2011) proposal was taken to define their name.

The writing of Standing (2011) and the research did by Savage et al. (2013) have been the target of numerous criticisms. The criticism was primarily directed to the insufficient theoretical background offered by the researchers. Peter Frase (2013) emphasizes the difficulty of defining the precariat as a class that brings together a heterogeneous group of individuals who, in his view, are actually drawn from the working class. The author refers to the analyses of Marx and Weber, which require the definition of clear differentiations and relations between classes, which cannot be applied to the precariat which gathers a heterogeneous group of people. Another argument by Frase (2013) is that classes are often not entirely objective concepts but also subjective projections, whereby individuals of similar positions recognize and associate with each other and on that basis build their unique political identity. The author does not notice such a phenomena in the precariat because he sees precariousness as a transient state to which everyone involved in the contemporary labor market is exposed.

A similar view is taken by Richard Seymour (2017), who starts from a Marxist perspective. His main argument is that precariousness in the current stage of capitalism is not a novelty but the expected outcome of its very logic. For Seymour (2017), precariousness is merely a product of the process of class struggle where everyone is exposed to risks in the race to achieve the most favorable social position. The author rejects the idea of the precariat mainly because of its heterogeneity. Furthermore, Seymour (2017) emphasizes that the precariat has no conditions for self-reproduction, which is the key for defining a class in the social stratification. His argument is that all those who occupy a precarious position have the possibility of vertical mobility on the social ladder.

Still, how to explain the empirical data obtained by researchers on the class structure in the UK (Savage et al., 2013)? A clear criticism of the research results was made by Harriet Bradley (2014), who sees the main shortcoming in the theoretical framework chosen by Savage et al. (2013). The author argues that the analysis based on the values of economic, cultural and social capital is flawed because it defines classes on the basis of possessing tangible and intangible resources, thus neglecting the importance of class relations emphasized by Marx and Weber. As an alternative, Bradley (2014) proposes a three-class model of the elite, the middle class and the working class. She also provides the ability to define the precariat as a fourth class, which she equates with Marx's notion of the lumpenproletariat. Such a definition would place the precarious workers at the very bottom of the social structure, although the author herself emphasizes the disadvantages of such operationalization because she sees

precariousness as a characteristic of a broad spectrum of society, from those without any education to those highly educated.

Taking into account all the arguments presented, the question arises as to how to view precarious workers. Is their current precarious position just a passing period in life or are there indications that precariousness could be consolidated under the notion of a class? Although Seymour (2017) disputes that there have been significant changes in market relations, looking at historical events, the systematic market flexibilization that started in the 1970s produced new forms of inequality and uncertainty in society. Newly formed relations on the labor market certainly stimulated changes in the social stratification. That is why the Weberian class analysis seems the most suitable for the research of new class relations as the labour market was the center of mayor changes during the past decades. For Max Weber, it is the market that underlies capitalism as a basis for creating life chances, so those who share the same position on the labor market should also share similar life chances (Wright, 2005). Consequently, the market position is created depending on the resources one can offer on the labor market and the resources it can obtain in return (Wright, 2005).

From a Weberian perspective, it can be concluded that precarious workers form a unique class in contemporary society. Numerous authors, who oppose the existence of the precariat, point out that precarious workers are too heterogeneous to be class-defined. However, if one looks at the market position of precarious workers, it can be observed that it is the same for all of them and it is uncertain and insecure. Whatever precarious workers offer on the labor market, low or high qualifications, their position is precarious with the non-standard forms of employment discussed in the previous section. It is this uncertainty that stands in the way for precarious workers to identifying with any other class. Although there is a possibility of vertical mobility, it is not as banal as Seymour (2017) points out from the fact that, according to the Weberian class analysis, the market position dictates life chances which provide stability and further reproduction (Wright, 2005).

However, the criticism addressed to the empirical study by Savage et al. (2013) is not negligible. Savage et al. (2013) have taken a theoretical starting point that defined the precariat as the class with the lowest values of economic, cultural and social capital. Starting from Bourdieu's perspective the researchers have neglected the heterogeneity of the precariat. Also, Bradley (2014) points that Bourdieu's class analysis lacks the possibility of putting classes into relations. Likewise, the precariat cannot be reduced to Marx's lumpenproletariat, as Bradley (2014) suggests, because it would reduce the precariat to an declassed level. However, by shifting the theoretical starting point to a Weberian perspective, the situation becomes clearer.

Although critics of the idea of the precariat point out that precariousness is a risk for everyone involved in contemporary work relations, those at higher social rankings are certainly less affected by this risk because of more stable work conditions in which they find themselves. This is also reflected in the criticism that the precariat has no class consciousness. Perhaps this is what Standing (2011) wants to point out by calling the precariat a "new dangerous class" and an "emerging class". According to some earlier and current social events, it can be noticed that the awakening of the precariat's consciousness occurs. Standing (2011) thus outlines the Milan protest on International Workers' Day in 2001, which demonstrated the protesters' awareness of their precarious position. According to the author, this protest triggered similar unrest, primarily in Europe but also worldwide. Other protests, such as Occupy Wall Street, and the current protests of the so-called Yellow Vests, show that the public is becoming aware of the consequences brought by the neoliberal measures.

Heterogeneity of the precariat

The precariat is largely reminiscent to the proletariat, although Standing (2011) emphasizes that the precariat can actually envy the stability and benefits that the working class has been receiving in the past. Further similarities with the proletariat can also be drawn at the level of unity. Charles Wright Mills (2013) states that the working class started to polarize because it was bringing together a heterogeneous group of people, the blue-collar workers and the white-collar workers. In such an environment, according to the author, the class consciousness of the proletariat could not be formed, and that may also be the fate of the precariat. The aim of this chapter is to present two conflicting images of precarious workers, those who perform low-skilled jobs and those highly educated who find themselves involved in precarious work conditions.

It is the low-skilled workers who form the most deprived group within the precariat. In the period of modernism, the low-skilled workers were a part of the working class which was enjoying certain rights. Today, the low-skilled workers are at greatest risk of precariousness. Due to the rapid development of technology in recent decades, such workers have remained in a gray zone because they have not been able to acquire adequate skills to manage and use new technologies. For this reason, the types of jobs such workers could perform remained limited and wages for low-skilled labour were reduced to a minimum. Non-standard forms of employment became typical for jobs that do not require specific qualifications, which makes low-skilled workers exposed to the constant pressure of low income and job loss (De Grip and Zwick, 2005/2009). The position of the low-skilled is further weakened in highly-developed countries that have turned to the development of a "knowledge economy" that requires high-skilled professionals and suppresses low-skilled occupations (De Grip and Wolbers, 2006).

The precariousness of working relationships leads low-skilled workers to accept any job offered and any work condition. Due to the frequent change of employment, resulting from unfavorable employment contracts, such workers do not have the opportunity to create careers, especially not in terms of lifelong careers as were standard in the industrial society (Standing, 2011). Such uncertainty of the working life can be a source of frustration for many because of the new understandings of work and employment. In the postmodern period, as Svendsen (2012) puts it, work and employment are seen as essential parts of ones identity. Workers who accept and perform McJobs, as the author calls low-profile and low-income jobs, therefore have little chance of achieving self-actualization through work. This fact, in addition to precarious work conditions and low income, can be an additional form of deprivation for low-skilled workers because "when work fails to satisfy our romantic desire for meaning, it fails as an vocation and becomes a curse" (Svendsen, 2012: 38).

However, it is not only the low-skilled who bear all the risks and disadvantages of precariousness, the highly educated are exposed to it as well. An example is the group involved in the creative economy, which has taken off at the turn of the century (Švob-Đokić, Primorac and Jurlin, 2008). During this period, occupations related to culture were viewed as "dream jobs". But the negativities and uncertainties related to the position of cultural workers, which are mostly highly qualified professionals, were soon realized (Primorac, 2012). Thus, the theorist Marie-Luise Angerer (Angerer, according to Primorac, 2012) states that the typical person involved in the creative economy is a young person, between 25 and 30 years, who is flexible, skilled, mentally stable, independent and unmarried, thus unbound to a specific location. Such qualities give an individual the opportunity to accept any position and condition within the cultural industry. People involved in the creative economy almost make an ideal type example of a precarious worker because their position is characterized by extreme insecurity. The creative economy is dominated by non-standard forms of employment, like

self-employment or freelancing, that do not ensure satisfactory workers' rights and benefits (Primorac, 2012). Moreover, employees involved in the creative industry usually perform several jobs to ensure sufficient income.

An additional burden is created by the fact that in times of crisis, employment in the creative economy is more declining compared to general employment, which indicates the correlation of the stability of the creative sector with general economic well-being (Cvjetičanin and Katunarić, according to Švob-Đokić, Primorac and Jurlin, 2008). Also, working within the creative economy entails a great investment of time and capital at the very beginning of one's career as it implies complete commitment and identification with the job (Rose, according to Primorac, 2012). In this sense, workers involved in the creative economy are more likely to find meaning and fulfillment in their job, as highlighted by Svendsen (2012). However, their careers are uncertain, almost unattainable.

The polarization observed by Mills (2013) among skilled white-collar workers and unqualified blue-collar workers united in the proletariat can also be seen in the precariat. Such heterogeneity, arising from different interests and levels of education, has, in the past century, created an obstacle to the creation of class consciousness that could trigger social change. Comparing low-skilled and high-skilled workers involved in precarious work, it can be seen that their positions do not vary greatly. This position is marked by general insecurity and inability to pursue a career. In addition, the uncertain position within the labor market reduces all precarious workers to the level of persons with limited civil and labor rights, which becomes evident in the analysis of the relationship between inequality and power at work by Shannon Gleeson (2016). In a case study the author warns that precarious workers no longer have basic workers' rights (sick leave, compensation for injuries at work, protection against all forms of abuse at work, etc.). This situation creates a frustrated mass of people, and the question is what is the future of those people who, judging by the recent protest actions mentioned earlier in the text, are beginning to recognize their unenviable position

Six answers of the precariat

In the last chapter of his book *Approaches to Class Analysis* Erik Olin Wright (2005) proposed six questions that are central for the class analysis. Those questions are concerned with the distributional location of classes, subjective location within structures, life chances, antagonistic class conflicts, historical variations of inequalities and the possibility of emancipation. The different approaches to class analysis that are discussed in Wright's (2005) book show different ranges of success in answering the presented questions. As Max Weber's approach was used in this paper it is now going to be shown what are the most relevant questions for his class analysis and how the precariat fits in these questions.

“How are people objectively located in distributions of material inequality?” (Wright, 2005: 180) is the first question posed within class analysis. This question is preoccupied with the objective location of people in the social structure considering their material standards of living (Wright, 2005). In the approach of Max Weber the question about the distributional location is only marginally relevant to the concept of class (Wright, 2005). In that sense, one's income and wealth is not central for its location within the class structure as it is, for example, in the approach of Pierre Bourdieu. Wealth is not negligible in considering the social stratification, as the wealthy are less likely to be in danger of precariousness, but considering the characteristics of the precariat, it is evident that income does not play a large role in their position. As their position within the labour market and their employment is unstable so is their income.

The second question that should be raised in the class analysis is “What explains how people, individually and collectively, subjectively locate themselves and others within a structure of inequality?” (Wright, 2005: 180). This question considers the subjective determinants for defining the class structure. It is important to point out that the actual content of the attributes by which people locate themselves and others within the structure vary considerably across time and place (Wright, 2005). Thereby it becomes clear that the subjectively salient groups are micro categories that do not fit into the picture of „big classes“ postulated by the Weberian approach (Wright, 2005). However, it is important for the precariat to develop a subjective impression of equality and unity or, on a macro-level, a class consciousness. It has already been discussed, that the polarization and heterogeneity of the precariat could be the obstacle for the creation of its class consciousness. But the recent initiatives and protests show that the precarious workers are starting to recognize and unite on the basis of their unfavorable position. The development of a class consciousness is a prerequisite for social change and emancipation (Wright, 2018).

“What explains inequalities in life chances and material standards of living?” (Wright, 2005: 180) is a further question which is a part of every approach to class analysis. The question of life chances is one of the central questions in Weber's class analysis. It is closely connected with the issue of equality of opportunity, meaning that people need to offer certain resources to get other resources in return (Wright, 2005). That kind of resource exchange on the labour market is a basic determinant for Weber's class definition. Perceiving the resource exchange on the labour market is crucial for defining the precariat as a social class. Through the flexibilization of the labour market a growing part of the working population got involved into precarious work conditions. Regardless of their skills, whether low-skilled or high-skilled, those caught in unstable and non-standard forms of employment receive and share a precarious position which disables them to identify with any other social class.

The fourth question brings classes into relations “What social cleavages systematically shape overt conflicts?” (Wright, 2005: 180). Wright (2005) discusses the sources of social cleavages as non-economic (religion, ethnicity, etc.) and economic. While the antagonistic class conflicts are the core of Marx's approach, Weber accepts the possibility of class struggles but rejects the view of class relations based on conflicts (Wright, 2005). That can be seen on the example of the precariat. While there is a tendency for the unity among precarious workers, their position is not the product of class relations. Rather, the position of precarious workers is the inevitable byproduct of political measures that were directed to the global market. In this sense, the precariat should find ways to oppose the global economic system to change its current position.

“How should we characterize and explain the variations across history in the social organization of inequalities?” (Wright, 2005: 180) is an other core question of the class analysis. The question of historical variation is the primary anchoring question for Weber's concept of class (Wright, 2005). Weber was particularly preoccupied with the problem of the relative salience of different forms of inequality (Wright, 2005). As he was analysing the shift from feudalism to capitalism he came to a conclusion that the contrast between the two systems is not between two types of class structures, but between the importance of class, which was the fundamental basis of power and inequality in the feudal society, and status, which was fundamental in the industrial society (Wright, 2005). Following Weber's approach it would be necessary to come to the conclusion which form of inequality is mostly pronounced in the postmodern society. Wright (2005) argues that that task is almost impossible as the shift from the industrial society to the postmodern society meant the shift from a highly structured system of inequality to a fragmented, crosscutting system of complex inequalities. Applying this to the

analysis of the precariat, it must be concluded that it is exposed to various sources, forms and intensities of inequality that were unknown in the period of modernism.

The last question of the class analysis is “What sorts of transformations are needed to eliminate oppression and exploitation within capitalist societies?” (Wright, 2005: 181). This is the question whose answers should trigger social change but it is also the question which is often omitted from class analyzes (Wright, 2005). The problem of social engagement is surely not going to be one of the core problems of Weber's class analysis as he saw sociology as a scientific discipline that should be academically reserved and value neutral. As Max Weber did not provide mechanisms that could examine the possible paths of social change the approach of Erik Olin Wright (2018) and his concept of real utopia is going to be taken into account.

The future of the Precariat

To offer some answers on the question „What is the future of the precariat?“ it is essential to find the root of its social situation. The obvious origin of the current state of precarious workers lies in the contemporary state of capitalism. Sam Gindin (2012), in his article which analyses the position of contemporary workers, argues that the combination of globalization and neoliberalism has produced a general uncertainty on the global market where constant and ruthless competitiveness has begun to prevail. Such a situation of insecurity and constant struggle also led to competitiveness among the workers themselves, which destroyed their solidarity and unification which was the ideal of the industrial society. The fragmented labor force, Gindin (2012) points out, cannot create the conditions for social change and a new society.

Thus, in order for the precariat to be released from its deprived position, the workers must unite. This unity can be achieved solely by recognizing the equality of their position. It should be emphasized that the precariat should not seek to restore the workers' rights that were lost in the 1970s, but to create new conditions appropriate to the postmodern society. Moreover, Wright (2018) states that the class interests are not as pronounced and clear as they were in the industrial society. There are some categories of people that have interests in defending capitalism, like large wealth holders and CEO's of multinational corporations, and other categories that have interests in opposing it, like low-skilled workers, manual workers and the unemployed (Wright, 2018). Between those two opposing forces lies a gray zone of highly educated professionals, managers and self-employed people who have complex and inconsistent interests within the system (Wright, 2018). This fragmentation and heterogeneity of the labor force has already been discussed with the conclusion that those who are involved in unstable and precarious work conditions share a similar social position. Although the development of the class consciousness is an important factor for mobilization and social change, Wright (2018) concludes that the influence of class interests should not be crucial in the 21st century. The author recommends shifting the focus to finding ways of creating alternatives that will suit everyone.

Wright (2018) acknowledges that contemporary capitalism encouraged economic growth, technological innovation, increasing productivity and a downward diffusion of consumer goods. On the other side, the author points out that the advance of the system led to the destitution of many lives, mainly through precariousness, alienation and tedious work. In this sense, Standing (2011) sees two directions in which the contemporary society could move. The first path is where the labor force that is involved in precarious work conditions turns to neo-fascist political options. The author sees that path as a possibility because the precariat can be bitter about governments helping out those one the top of social structure. That anger and bitterness can be a stimulus for precarious workers to be drawn to populist and authoritarian

neo-fascism which bases its rhetoric on lashing out at governments and demonising those who seem favoured by them. The other, more favorable, path for the deprived mass is to unite and mobilize with the purpose of creating a new society where everyone has the opportunity to develop their potential (Standing, 2011). Such an outcome is utopian at least, which the author himself acknowledges, but not unattainable.

For the creation of a new and more just society a new system, or a real utopia, should be introduced. Erik Olin Wright (2018) argues that the new alternative should be, first, anti-capitalist and, second, it should move in the direction of socialism as a system of economic democracy. Eroding capitalism is the strategic vision which Wright (2018) sees as the most plausible for the 21st century. This strategy combines the strategies of fighting capitalism known in the 20th century which means that it „combines the bottom-up, civil society centered initiatives of resisting and escaping capitalism with the top-down, state-centered strategy of taming and dismantling capitalism“ (Wright, 2018: 26). The basic logic of eroding capitalism is that, within the existing system, non-capitalist economic activities are being introduced and expanded with the hope that those activities will transform the character of the ecosystem as a whole. Wright (2018) emphasizes that this strategy is not an utopia as it was the case of transforming feudal societies in Europe to capitalist societies.

There are many ways to resist capitalism but one measure that is most interesting because it could improve the standard of living of all people is the introduction of the universal basic income. According to Standing (2011), the universal basic income could provide minimum economic security for all citizens. The author further emphasizes that this ideal is not impracticable given the economic well-being of today's highly developed countries. Measures like this could provide economic security for all, giving the opportunity to develop and change other structures such as education, which began to serve solely as a preparation for the labor market. Also, a basic income would relieve people from being overly busy with their jobs, resulting in better quality leisure time which would allow many to develop their potentials. However, to achieve this goal it is necessary for the deprived masses to unite and send a clear message of their demands with the purpose of creating a more just society.

Conclusion

The 1970s were the years of great political, economic and social changes. The challenges of globalization were answered by neoliberal political measures, which recommended the flexibilization of the market in order to maintain investment and competitiveness of the Western world. In such an unraveling, almost all the risks fell on the backs of workers who had to sacrifice their workers' rights and benefits that were conferred in the 19th century. Non-standard forms of employment became typical and precarious employment began to be accepted by a wide range of society, from the low-skilled to the highly educated.

The changes, which occurred from the 1970s, transformed the former model of social stratification and a new terminology needed to be introduced. In this new social stratification, the precariat, which brings together a heterogeneous group of people involved in precarious and unstable work conditions, would take a place at the bottom of the social structure. Numerous critics deny the possibility of defining the precariat because of its heterogeneity and impermanence. Starting from the Weberian perspective, defining the precariat becomes more clear since class and class position are dictated by the market position on which basis life chances are defined. A look at precarious workers concludes that their position on the labor market is precarious and unstable, and such a situation is further reflected in almost all segments of their lives. A precarious position on the labor market dictates the life chances of individuals and their descendants.

Numerous critics have emphasized that the precariat cannot be clearly defined due to its heterogeneity. The precariat truly brings together an heterogeneous group of people. The example of the low-skilled and the highly educated gives an insight into the equal status of persons involved in precarious employment. The low-skilled, however, are disadvantaged because their lack of skills prevents them from engaging in more favorable working relationships. The higher educated, on the other hand, get involved in precarious work conditions out of a romantic desire to make sense through work and employment. Regardless of their qualifications, they are caught in non-standard forms of employment sharing a precarious market position and an inability to pursue a life-long career. In addition, precarious forms of employment create individuals with limited civil and labor rights, thereby a frustrated mass.

As Standing (2011) points out, the precariat is not made up of victims, heroes or savages, but a large group of ordinary people who have the ability to unite and make new demands before the ruling ones. From some recent and less recent social events, it can be concluded that the precariat is becoming aware of its disadvantages. However, in order to set new goals and demands, precarious workers must recognize the equality of their positions and establish a class consciousness. According to Standing (2011), precarious workers have the chance to create a better and fairer society for all. Although, the precariat can be seen as the historical evolution of the proletariat, Wright (2018) points out that the class interests should not be the driving force of social change in the 21st century. The goal of the contemporary society, as Erik Olin Wright (2018) recommends, should be working on alternatives in order to create a real utopia.

References

Precarious (2019), „Cambridge Dictionary“. Accessed on 10.1.2020, at <https://dictionary.cambridge.org/dictionary/english/precarius>.

Bradley, Harriet (2014), „Class Descriptors or Class Relations? Thoughts Towards a Critique of Savage et al.“, *Sociology*, 48(3), 429-436.

Coin, Francesca (2018), „A Genealogy of Precarity and Its Ambivalence“, in Ivan Franceschini and Nicholas Loubere (ed.), *Gilded Age*. Canberra: ANU Press, 30-33.

De Grip, Andries and Wolbers, Maarten (2006), “Cross-national differences in job quality among low-skilled young workers in Europe”, *International Journal of Manpower*, 27(5), 420-433.

De Grip, Andries and Zwick, Thomas (2005/2009), „The employability of low-skilled workers in the knowledge economy“, Accessed on 10.1.2020, at http://www.forschungsnetzwerk.at/downloadpub/2004_zwick_grip.pdf.

Frase, Peter (2013), „The Precariat: A Class or a Condition?“, *New Labor Forum*, 22(2), 11-14.

Gindin, Sam (2012), „Marx's Proletariat: What Can Today's Labor Movement Learn from Marx?“, *New Labor Forum*, 21(2), 14-23.

Gleeson, Shannon (2016), *Precarious Claims, The Promise and Failure of Workplace Protections in the United States*. Oakland: University of California Press.

Kalleberg, Arne (2009), „Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition“, *American Sociological Review*, 74(1), 1-22.

Lyotard, Jean-Francois (2005), *Postmoderno stanje : izvještaj o znanju*. Zagreb: Ibis-grafika.

Mills, Charles Wright (2013), *Moć, politika i ljudi : sabrani eseji Rajta Milsa*. Novi Sad: Mediterran Publishing.

Perocco, Fabio (2018), „Work Precarisation and New Inequalities: The Role of Migration“, in Ivan Franceschini and Nicholas Loubere (ed.), *Gilded Age*. Canberra: ANU Press, 34-39.

Primorac, Jaka (2012), „Od nesigurnosti do nesigurnosti: rad i zaposlenost u kulturnim i kreativnim industrijama“, *Revija za sociologiju*, 42(1), 5-30.

Savage, Mike, Devine, Fiona, Cunningham, Niall, Taylor, Mark, Li, Yaojun, Hjellbrekke, Jons, La Roux, Brigitte, Friedman, Sam and Miles, Andrew (2013), „A New Model of Social Class? Findings from the BBC's Great British Class Survey Experiment“, *Sociology*, 47(2), 219-250.

Seymour, Richard (2017), „We are all precarious“, Accessed on 10.1.2020, at <https://www.patreon.com/posts/we-are-all-13566822> (18. 1. 2019.)

Standing, Guy (2011), *The Precariat: The New Dangerous Class*. London: Bloomsbury Publishing.

Standing, Guy (2012), „The Precariat: From Denizens to Citizens?“, *Polity*, 44(4), 588-608.

Starčević, Morana (2014), „Prekarni rad i nemogućnost prekarne klase“, *Diskrepancija*, 13(19), 37-57.

Svendsen, Lars (2012), *Filozofija rada*. Zagreb: TIM press.

Švob-Đokić, Nada, Primorac, Jaka and Jurlin, Krešimir (2008), *Kultura zaborava: industrijalizacija kulturnih djelatnosti*. Zagreb: Naklada Jesenski i Turk; Hrvatsko sociološko društvo.

Vosko, Leah, Zukewich, Nancy and Cranford, Cynthia (2003), „Precarious jobs: a new typology of employment“, *Perspectives on Labour and Income*, 15(4), 16-26.

Wright, Erik Olin (2005), *Approaches to Class Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wright, Erik Olin (2018), „How to be an Anti-capitalist for the 21st Century“. Accessed on 10.1.2020, at <https://www.ssc.wisc.edu/~wright/How%20to%20be%20an%20anticapitalist%20for%20the%2021st%20century%20--%20full%20draft,%20July%2025%202018.pdf>

The double movements of society in the context of neoliberal capitalist societalization and the social and solidarity economy

Sílvia Ferreira,¹ Universidade de Coimbra
smdf@fe.uc.pt

Abstract: This article draws from the Polanyian framework to frame a variety of organisations, practices and discourses described as forms of self-protection of society from the effects of the disembeddedness of the market economy. This is expanded with the analytical framework on four bases of capitalist societalization, proposed by Bob Jessop. The article surveys the variety initiatives under names of social and solidarity economy, described as alternatives. It is based on a review of academic and grey literature on movements and initiatives from the non-profit sector, the social and the solidarity economy, the commons and other concepts and initiatives contributing to social transformation.

The general standpoint adopted is one of neoliberal capitalist societalization and the movements of market societalization, society self-protection and the re-entry of market power on the self-protective movements. Relations with Eric Olin Wright proposals on social empowerment are established mainly at the theoretical level.

Keywords: Social and solidarity economy; Capitalist societalization; social transformation

Introduction

Signs of current times recall the concerns that motivated Karl Polanyi's *The Great Transformation* (1957). Increasing poverty and inequality, environmental destructions, the advancement of far-right and religious extremist movements and the threats of crisis and war have resonance with the mid-20th century Europe. So, we seem to be condemned to repeat the same mistakes although now with much darker prospects for the survival of life in the planet itself.

Alongside these trends there are a multitude of efforts to envisage a different path to move away from the current crises. The range of initiatives self-describing as alternatives is huge and since the crises started in 2008, this has intensified with practices and discourses to find ways to solve problems which the usual institutions of the state and the economy cannot solve. The social and solidarity economy (henceforward SSE) is a rich field in this matter. With self-descriptions related to the crisis of the welfare state and the discredit of the market economy the social economy experienced a "reawakening" since the 1980s. More recently a new set of initiatives blossomed all over the world, to deal with the consequences of the crises and criticizing the systems that provoked it, under the concept of solidarity economy (Castells, 2017). Whereas the social economy has its origins in the European labour and social movements of the 19th century, the concept of solidarity economy emerged in Latin America

¹ Professor at FEUC and researcher at CES.

and described a range of new economic initiatives by the poor and the unemployed (Razeto, 1993; Singer, 2002) and extended to Europe (Laville, 2016; Estivill, 2009).

In *Real Utopias*, Wright is dedicated to explore and discuss the institutional possibilities of what exists within a theory of social transformation. He revisits the debates on the possibilities for capitalism transformation towards socialism and communism pointed in terms of the difficulties they have shown to be fulfilled, namely, the self-destruction of capitalism and the anti-capitalist proletarian class struggle to overthrow capitalism. He prefers a “theory of structural possibility” which aims at not predicting a given trajectory based on causal mechanisms but to map “possibilities for institutional changes under different social conditions” (2011:107). He gives relevant places to the social economy and cooperatives.

Because many SSE initiatives don’t have a revolutionary potential, in terms of operating broad ruptures, as the political tradition of revolutionary communism/socialism advocated, this does not mean that they cannot contribute and point out to ways of transformation. Santos and Garavito (2013) argue about the relevance of not disqualifying some alternatives because they are compatible with the market system. They open ways for non-capitalist orientations due to the emancipatory effect they have in people’s lives and because they spread non-capitalist values and forms of organisation in society. In any case, they may fit in other political traditions of social change, such as anarchism, as Wright shows. And they have had a key role in social democratic transformation.

Wright discusses transformation with the concept of social empowerment, using as entry points the state and the economy and rendering civil society the locus for mobilizing social change through social power. Thus, socialism means the control by people, both of the economy and of the state, and is closely associated to democracy (the rule of the people) (2011:121).

My focus are also the initiatives emerging from what Wright describes as “civil society” but my entry point is the economy as I am using the concept of SSE. Besides, in this article I draw from Polanyi. For him, society is also the locus for action and this action comes from the self-protective reaction from society against the effects of the market economy. He also opened the analysis for the relevance of forms of resistance not only against the commodification of labour but also of land and of money, which explains his popularity amongst SSE scholars (Hillenkamp and Laville, 2013).

In this article I combine the discussion of Polanyi’s double movement and the proposal of Jessop (2001; 2002) on four bases of capitalist societalization and resistance to frame the SSE

This framework is applied here with two aims. First, to provide a broad view of the SSE in a context of contrasting and oppositional perspectives which often emerge from different social transformation political projects. Second, to provide a more dynamic analytical framework on these movements and organisations in their relations with civil society, the state and the economy.

The argument is that SSE and other society movements may be described as a counter movement to market societalization in the variety of alternatives that they formulate both materially and discursively. However, it is important to observe this counter movement in a dynamic way and perceive that the double movement may include market colonising these forms of resistance. Attention is paid, therefore, not only to the self-protective movements but also to the ways economic power has been reacting to take advantage of these movements to transform them in opportunities for profit and economic growth.

I’ll be using the examples framed as SSE but others are also evoked for illustration of the analytical possibilities. I work with their descriptions as these are relevant for the ways they are conceived as alternatives. All these alternatives are not part of a coherent whole except for the idea that they are an alternative to the state of things. They indicate failures of the neoliberal

capitalist global system, but none alone indicates a critique to all aspects of the system, much less expressing an overarching alternative. And they don't envision the same type of alternatives.

Before this analysis, some conceptual and theoretical clarifications are necessary, which I will present in the next section. Afterwards I will be analysing the SSE movements and counter-movements in capitalist societalization.

Theoretical framework for analysing the SSE

Polanyi (1957) attributed the mid-20th century crises to the social consequences of the disembeddedness of the market, that is, the capacity of the market economy to function in isolation from society subjecting society to its operational logics. In similar terms, as Write (2011) recalls, drawing from Weber, the main feature of capitalism is the institutional isolation of the economy.

Polanyi argued that the specificity of the market, differently from the other forms of organising economic relations, was the capacity to create its specific institutions, isolating the economy from politics and society. He dedicated a great deal of his work in arguing against the naturalist fiction created by neoclassical economics about the disembeddedness of the market, and about the role that the state played in designing the institutions which allowed the market economy to work as if it was isolated (Block and Somers, 2014).

In the analysis of the centrality that markets came to play in capitalist societies Polanyi identified two movements. One consisting in the commodification of labour, land and capital which become treated as if they were commodities, that is, for sale in the market through a price which is established in the market through the interplay of offer and demand. As Polanyi (1957) noticed, this is a fiction because it ignores the process of production and reproduction of labour land and capital and the way it is dependent on extra-economic relations.² They are not real commodities, but they are treated as if they were within the economic system which, because of that, is able to ignore the conditions of production of labour, land, money and knowledge and externalize the responsibility for their production and maintenance to other systems, nature, and the lifeworld.

The effects of the operations of the market economy in commodifying labour, land, and money produces a self-protective reaction from society. This is the second part of the double movement referred by Polanyi, a reactive movement. Self-protection often operates through decommodification or creating limits to the commodification of land, labour and money and reembedding the economy in society. This self-protection mechanism produces an active society.

Polanyi and Wright agree that the economy cannot be reduced to the market or to private ownership. It is, as Write argues, “the sphere of social activity in which people interact to produce and distribute goods and services” (p. 119).

Wright defines power as “the capacity of actors to accomplish things in the world”, including an instrumental dimension – “the capacity of people to accomplish things” – and structural – the dependence on these capacities “upon the social structural conditions upon which people act” (2011:112). He identifies three domains of power and interaction, the state, the economy and civil society. State power – the state being an organisation with administrative

² More recently, knowledge was added to the set of fictitious commodities. Knowledge became the new fictitious commodity under the so-called cognitive capitalism, or the current knowledge-based economy. Intellectual property rights and other regulations guarantee that knowledge is produced as scarce to allow the realization of profits (Bauwens, n/d).

capacity – is “the effective capacity to impose rules and regulate social relations over territory” given the control of rulemaking and enforcing capacity. Economic power is the capacity to deploy economically relevant resources to produce and distribute goods and services given the ownership and control of these resources, and social power is the capacity for collective action in civil society, given the capacity to mobilize people. Thus, whereas in capitalism economic power is dominant, in statism it is the state that owns the means of productions and controls the allocation of resources and in socialism it is civil society (2011: 121).

In practice there are no pure political models, and what we have are hybrids, with combinations of statist, capitalist and socialist elements. Wright discusses the hybrids in terms of concrete examples of pathways to socialism, that is, of social power being dominant over the state and the economy directly or indirectly.

In SSE we find such program of social empowerment. Three ideas are central in SSE initiatives, the economic principle of reciprocity, the political principle of democratic participation and the societal principle of solidarity. The replacement of the principle of the market by reciprocity implies that more important than what is exchanged is the social link that is established with that exchange (also on the gift economy, see Caillé, 1994). The idea of democracy implies the capacity of society to shape practices and social relations. Solidarity implies stressing the co-dependency and community instead of individual autonomy and gaining control over the economy “by giving primacy to social and often environmental objectives above profits, emphasising the place of ethics in economic activity and rethinking economic practice in terms of democratic self-management and active citizenship” (Utting, 2015: 2).

Again, in reality, we find hybrids in the SSE that result from the interplay of the different forms of power and institutional domains. I will use the term “re-entry” (Luhmann, 2013) to describe these intersections where the logic of one power dominates one of the domains. Re-entries take place in attempts of social power (directly or through the state) to subject market forces to its own priorities and logics, as well in the attempts of economic power to penetrate the state and civil society with its profit-seeking logics. Furthermore, one can see the four economic principles governing social relations described by Polanyi – market, redistribution, reciprocity and householding as re-entries of these forms of power in the economy, generating different types of resources.

One can see these re-entries in the double movement of market commodification and society self-protection. However, self-protective initiatives may, themselves, be used by economic power (like state power rendered these initiatives in social protection public systems) and the double movement effects a strange loop, to start all over again.

Jessop (2001) is inspired in the regulationist school to understand better the commodification-decommodification movements in the process of capitalist regularisation and accumulation. The regulationist school shows a more complex phenomena as many of these self-protective movements are themselves supportive of capital accumulation. This means that some protective movements are also protective of profits and capital accumulation - healthy and educated workers and affluent consumers were created by welfare state policies in the same process of protecting people from market commodification.

Different forms of power re-entries in the SSE

	Economy	State	Civil Society
Economic power		Effects of contracting out of public services, competitive tendering, new public management, payment by results, public procurement under market rules	Social businesses, blended value, individual social entrepreneur, social finance, return on investment, market competitive logics and resources, commercial businesses models, philanthrocapitalism, demutualisation
Political power	Public interest cooperatives, state controlled cooperatives		State/third sector partnerships for producing welfare and public goods, public benefit organisations
Social power	Collective social and solidarity entrepreneurship, cooperatives, common lands, exchange networks, social currencies, time banks, commons, free software	Advocacy organisations for social inclusion and citizenship, participatory democracy, associations	Self-help groups, mutuals, community groups and associations, ethnic associations, leisure clubs

Jessop (2001, 2002) adds a significant contribution to open Polanyi double movement and understand it in the context of contemporary capitalist societies while broadening the view on the perspectives on capitalism and resistance. He combines Polanyi with Gramsci and Luhmann, identifying four bases of capitalist societalization and resistance and typical actors: economic determination, economic domination, ecological dominance and economic hegemony.

This unfolding double movement within capitalist societalization will be described next with recourse to examples which are far from the ambition to exhaust the wealth of existing practices and ideas that actualise the inexhaustible possibilities of meanings in the lifeworld.

Economic determination

Economic determination or development of the market concerns the commodification and imposition of value form in economic relations. It implies the commodification of labour, land, money and knowledge and may include also the commodification of health, education or welfare as they are attributed a value to be exchanged in the market. According to Jessop (2002) the self-protective movement takes place through class struggles both regarding commodification and the extra-economic conditions which allow market value creation. The typical actors here are individuals or groups with class identity and other social forces.

In neoliberalism, labour, money, land and knowledge are seen preferably in terms of their exchange value instead of their use value. So, in neoliberalism the worker is more an abstract unit of labour power replaceable by other units than an individual with specific skills, money is more international money exchangeable by other monies than a national currency, land is

more a claim on revenues than a gift of nature, knowledge is intellectual property more than part of intellectual commons.

Counter movement by the SSE

Most of the social economy and labour movements from the 19th century may be described within the self-protective moment as many reacted to the effects of the commodification of labour as workers moved to the capitalist relation, becoming dependent only on their wages. The self-protective movement is often associated to class-based initiatives in the form of mutual schemes in workers associations, labour unions and movements attempting at limiting the process of commodification.³ The same could be said about the role of the state in social and labour protection protecting workers from being treated as disposable commodities.

In most industrialized countries, the self-protective movement was institutionalized in the form of national social insurance and social and labour rights in the welfare state. This was made in partnership with mutual help organisations and philanthropic associations. They developed specific relations with the state, being acknowledged as contributing to the general interest and, therefore, having special legal status, financial support, exemptions and delegated public functions (Pestoff et al, 2012). As they increasingly delivered a range of publicly funded welfare services and developed institutional isomorphism, they became shaped by the institutional logics of the modern welfare state.⁴

In the countries of the Global South, where the welfare state didn't develop but communities are also under pressure from global capital, community organisations fulfil this self-protective role, like mutual health community organisations in African countries (Fonteneau and Galland, 2006).

In increasingly monetized societies, where wellbeing and economic activity rely on the availability of money made scarce by its commodification, the self-protective counter-movement is found in local credit systems, cooperative and mutual banks, ethical banking (Gerber, 2015) or community development banks (França Filho, 2012).

Regarding land and nature's commodification, a self-protective movement is formulated around common lands (Wily, 2018) and movements claiming the right to the city against privatization of public spaces and for the exercise of collective, democratic power of citizens (Harvey, 2012) as well as in municipal initiatives (Mattei, 2013).

Movements to protect knowledge commons include sharing of seeds and seed banks, open scientific or arts free databases (Internet Archive, Libreflix), collaborative networks such as Wikipedia, copyright and copyleft licenses under Creative Commons, free and open source software, and so on.

Economic power re-entry

Today, self-protection mechanisms such as social and labour rights, are rapidly eroding both through retrenchment policies and the inability to adapt to the fast changes of industrial/modern societies (Standing, 2011). The turn from the welfare state to the workfare state operated the re-entry of economic power in the welfare state. Social policies were re-designed for economic

³ The idea that the social and solidarity economy play a role in countering the effects of labour commodification remains nowadays. On this regard see, for instance the agenda of the International Labour Organisation (ILO, 2011).

⁴ For analysis of the relationship between the third sector and the welfare state see, among others, the social origins theory developed by Salamon and Anheier (1998).

growth and competitiveness (Ferrera et al, 2001) and many social economy organisations (henceforward SEO) partner with the state to put in place these workfare policies.

More recently a market for social and health services is developing for those that can afford and public and non-profit social services are put under pressure to be placed under market competition (Bode, 2017). The SSE has also been used as a tool to roll out public services and responsibilities and corporate philanthropy plays an increasing role in deciding whom and how has access to welfare (Nickel and Eikenberry, 2007).

Collaboration and the commons are also becoming an opportunity for profit, through the control of the cooperation platforms allowing marketization of the data that the users of the platforms produce collaboratively and for free (Bawens, n/d). The so-called sharing economy extracts profit from collaborative work, including voluntary work.

Economic domination

The second basis is economic domination, through the imposition of the “economizing logic” in non-economic areas as their secondary code and is mostly enabled at the institutional and organisational levels and the relations between economic and non-economic agents.

According to Jessop (2002), this is a form of economic domination where capital or one of its fractions, through its structural power or other strategic capacities, is able to influence non-economic institutions to steer them according to the logic of capital accumulation through using its “sabotage” and “strike” power due to the material interdependence between the economic and the non-economic. Due to their dependency on economic inputs (goods and services), the decisions of extra-economic institutions and organisations such as those of education, culture or science may be influenced by cost-benefit or profit-and-loss calculations.

According to Jessop (2002), the resistance to this imposition comes from other institutions and categories beyond class identities with other values, norms and modes of calculation, struggling for the primacy of these over profitability. They struggle for social inclusion in systems – including the economy – or for other identities in the lifeworld like gender, nation, age, disability, sexual orientation and so on.

Counter movement by the SSE

We find both defensive and proactive movements which aim at maintaining a wide range of areas apart from economic calculus. Consider, for instance, education, culture, sport and leisure, health, justice and religious non-profit institutions and organisations. We may include popular education initiatives, popular universities, local philharmonics, community libraries, artistic movements and organisations, community culture and arts centres, theatre groups, community media, providing free access to education, information, arts and culture, mental health self-help groups, patients’ organisations and others improving health and access to health care, ethnic and immigrant associations and movements struggling for citizenship rights and cultural recognition, feminist movements and organisations fighting for equality in the labour market, churches providing for spiritual support, and so on.

The resources of SEO in these areas are usually hybrid and derive both from redistribution, in the form of public subsidies, and reciprocity, in the forms of volunteering, donations or member fees. When payments exist, prices are not established in the market, and users’ payments are more dependent on their income than on market prices.

Besides the providers (often in combination) there are also the organisations, initiatives and groups which advocate in the name of people. Their activities may be oriented to the state to put issues in the political agenda or monitor the implementation of laws and programmes,

advocating for public services, fighting against their destruction and for their extension and improvement. This is also the case of the movements and organisations which speak in the name of nature, such as environmental and preservation groups.

Employee, social or community enterprises can be instrumental to social and solidarity initiatives to provide income, autonomy and dignity to those excluded from the market economy through prioritizing concerns with people and the environment.⁵

Producing alternative indicators and targets for the progress of societies beyond GDP are also part of this self-protective movement, like the Gross National Happiness used by the Bhutan government or the Human Development Index of the UNDP.

Sometimes these logics operate in articulation with other logics or systems. For instance, education and training may be conceived and used as tools for supporting communities and people, particularly when it is conceived in terms of co-production of knowledge and mutual learning, like in the community-university research partnerships of the Canadian Social Economy Research Partnerships (Fontain, 2013).

Economic power re-entry

New Public Management meant the penetration of market power in public administration and, through this, in the social economy. It has meant contracting out public services, competition between public, non-profit and for-profit providers, and freedom of choice (Bode, 2011). A discourse of efficiency, scarcity of resources, value-for-money and payment-by-results shift the priorities from social welfare to savings and efficiency. This takes place both in the public sector and in the contracts with SEO.

There is a significant push of the third sector towards market resources and business models (Eikenberry and Kluver, 2004), supported by ideas on social entrepreneurship and social innovation as market resources and tools. Priorities for SEO become efficiency and cost saving and their business plans become similar to those of market organisations: they replace partners by competitors, citizens, users or beneficiaries by clients, voice and co-production by choice and exit.

The discourse of social business and market-based social entrepreneurship implies that social and profit-oriented goals are supposed to be balanced (double bottom line or blended value). This trend is beyond the mere accumulation of profits and, for Héli e Moulévrier (2013), corresponds to a new spirit of capitalism which is occupying the space of social movements and SEO.

This is enabled by the translation of the impact of the activities of SEO in measurable and valued things, through quantitative and monetized techniques which allow to calculate the social and the monetary value of these activities.

Economic power is also extending to areas of arts and culture, increasingly seen as opportunities for profit and economic growth, under ideas of the creative economy. Scientific and education organisations are taking their educational and scientific decisions with consideration of budget priorities.

⁵ See Amin et al, 2002. For a typology of the variety of forms of commercialization in the social and solidarity economy see Cruz Filho, 2012.

Ecological dominance

Ecological dominance is “the structural and strategic capacity of a given system in a self-organising ecology of systems to imprint its development logic on other system’s operations far more than these systems are able to impose their respective logics on that system” (Jessop, 2002: 25). The market autonomy from society and indifference to other systems, the flexibility to adapt, the capacity to increase external complexity through its “negative externalities”, the imprinting on its dynamics in time and space, and the colonization of other system’s organisations force other systems to adapt to market logics (Jessop, 2000; 2009).

In ecological dominance other systems’ operations continue but they adapt according to the pressures of the market economy and the neoliberal reason. Resistance to ecological dominance implies struggles by other systems by the prevalence of their operational logic such as health, welfare, justice, education, nature by social forces and actors which are advocates these logics.

Wright writes about the dominance of the capitalist system in clear terms: “within the complex hybrid system of capitalist, statist and socialist forms it is capitalism which establishes the principles of functional compatibility among the elements of the system and the conditions of system-disruption”. Functional compatibility implies that “within these limits the statist and socialist elements of the hybrid are consistent with the reproduction of capitalism” (2011: 126). They may not contribute to the reproduction of capitalism, but they also do not disrupt it.

Counter movement by the SSE

The resistance against market ecological dominance takes place through attempts at reembedding economic relations in society and countering the tendency for market isolation, flexibility, adaptability, speed and capacity to move across scales and spaces. Social power becomes dominant, which is for Wright (2011) the meaning of socialism.

I particularly underline here the reflexive SSE movements addressing consequences of the functioning of the market economy and providing alternatives (Picolotto, 2011; RIPPSS, 2015). This implies bringing isolated initiatives under the umbrella of the alternative ontological and epistemological programmes of the SSE. The organisational forms of the social economy are governed by a set of values and principles⁶ including the primacy of the individual and community over capital, democratic control, solidarity and responsibility, and limitation to the distribution of surpluses and profits.

Cooperatives evolved since the 19th century from serving members, consumers, workers and banking, to serving the community or/and the general interest, such as those oriented to social problems or environmental sustainability. They have been considered as an organisational form to sustain initiatives in the commons, like Platform Cooperativism, for fairer forms of ownership and governance, as an alternative to the dominant economic systems, such as the cooperative system of Mondragon (Thomas and Logan, 2017) or *Cooperativa Integral Catalana*, with its associated tools such as barter markets, common stores, an alternative currency, a cooperative fund and a basic income programme (Dafermos, 2017).

Social, community or complementary currencies consisting of forms of money created and circulated inside a given community are based on principles of reciprocity, negotiated between the members of the community aiming at sustaining and strengthening social ties and

⁶ These principles stand in distinction to capitalist-based companies and are more or less consensual and adopted in important studies (see Monzón and Chaves, 2012)

interdependency. Local exchange networks and local exchange trading systems are constituted by members – prosumers – exchanging products and services. Timebanks operate in a similar way for exchange of services inside a group of people⁷.

There are also alternative, non-extractive and destructive ways to relate to nature, like those proposed by the Transition Movement, the social technology of permaculture or agroecology.

All these alternatives propose a rescaling of social relations, by emphasising the local and its connections to the global. These localist movements (Hess, 2012) address the local impacts of global capitalism, demonstrate their interdependency, and propose alternatives grounded on local autonomy and participatory decision-making.

Economic power re-entry

The ecological dominance of the market has made its marks in the social economy. Some cooperatives, for instance, for being operating in competition in the market economy, lost many of the features which defined them as alternative forms of enterprise and experienced the watering down of their values and principles, when not their whole subversion through demutualisation⁸. These processes of market isomorphism may be the outcome of the external adaptive pressure by the market or the consequence of policies and regulatory legal frameworks which privilege the capitalist enterprise model.

Besides, cooperatives or associations, for instance, can be instrumentalized by businesses as a tool for competitiveness and labour cost reduction and by governments as tools for privatizing public services. Social businesses may be a tool for the expansion of the profit logic and commercial businesses to activities related to social and societal problems (Social Economy Europe, 2015).

Economic hegemony

Economic hegemony means that capital can turn a particular accumulation strategy into the “general economic interest” upon which different social forces and fractions of capital agree. Identities, strategies and spatial-temporal horizons are framed by the successful institutionalization of this strategy in the economic, political, juridical and ethical dimensions of a social formation (Jessop, 2002).

It operates through the definition of which social interests, spatial and temporal horizons can be articulated within a specific general interest and which ones are excluded. It implies the “exercise of political, intellectual and moral leadership” so that social forces and institutions conform to a given accumulation strategy (Jessop, 2002).

According to Jessop (2002), hegemony takes place, firstly, at an ideational or discursive plane, and then tends to become structurally embedded and dispositionally embodied. Contributing to the economic imaginary of global neoliberal capitalism through the way they shape “good sense” and “collective will” are international organisations, like the IMF and the World Bank, states, think tanks, bureaucracies, business federations, investors, media, philanthropic organisations and service NGOs.

Hegemony takes place in the context of political and ideological struggles and, because it tends to marginalize or exclude other identities and interests, it generates counter-struggles.

⁷ On community and complementary currencies see Fare, 2012.

⁸ This is a process where a cooperative or a mutual association changes its legal form to become a for-profit organisation. On this process see, for instance, Battilani and Schroter (2004).

Sum and Jessop (2013) identify forms of resistance which range from daily tactics of resistance through forms of political consciousness sustaining organised forms of resistance to revolutionary positions. The actors here are social forces from the lifeworld allied with forces of other systems and subordinated social classes.

Sum and Jessop (2013) propose a heuristic tool which articulate both discursive and material dimensions and agential and structural possibilities for alternative visions of the public interest to prevail. They identify four modes of selectivity: 1) *Structural inscribed strategic selectivities*, related to the existing institutional configurations and power differences; *agential selectivity*, regarding the capacities of different agents for strategic action; *discursive selectivities* related to the possibilities of particular forms of discourse to be enunciated, and *technological selectivity*, related to the different positions in the production and use of dispositive and truth regimes.

Counter movement by the SSE

Counter-hegemonic struggles propose replacing the common sense of economic growth and accumulation as the general interest by alternative definitions of the public interest. They propose alternative “imagined economies”, different types of relations between humans and nature, different forms of conceiving knowledge and different forms of politics and of state. They question the institutional separations between the political, the economic, the cultural and the different dimensions of human life. The modes of selectivity proposed by Sum and Jessop (2013) organise the following analysis.

Structural inscribed strategic selectivities. As Santos (2015) describes, many alternatives emerge from the losers in the unequal relations of power between social classes, in racism, patriarchy or the exploitative relation with nature. Given their weaker structural position many of these groups may only develop tactics of resistance, in everyday life (de Certeau, 1984) but resistance may also involve strategies for the change or the setting up of institutions, organisations and social relations which empower these groups. This may imply addressing the national state and international agencies or focus on local level and local government as places for gaining leverage. Struggles for adequate legal frameworks to the SSE address the generally for-profit biased legal frameworks⁹. Good examples of collaboration between SSE agents and state actors have been the National Secretary for Solidarity Economy led by Paul Singer, in Brazil, and the Social and Solidarity Economy Impetus Plan in Barcelona¹⁰. Through these, the state designed policies and institutions which enable the development of the SSE.

Agential selectivity. Counter-hegemonic movements are more likely to have a flexible, network-like form and to be highly heterogeneous. These movements tend to emerge from the people that, in some way or another, is excluded from the “benefits” of the market economy. Santos (2015) refers to insurgent subaltern cosmopolitanism on the base of political coalitions of social groups of class and a non-class basis based on diversity, openness, autonomy, and willingness to mutual learning. One such example is *Observatório das Favelas*, in Rio de Janeiro, proposing alternative conceptions of what is life and culture from the standpoint of the periphery (Barbosa e Bezerra da Silva, 2017).

Networks connect different types of initiatives globally and create possibilities for mutual learning and resource sharing. RIPPSS (Intercontinental network for the promotion of social solidarity economy) is one such example, co-managing the internet database Socioeco.org,

⁹ For the case of the institutionalization of the social economy in Europe see Monzon and Chaves, 2012).

¹⁰ See http://base.socioeco.org/docs/impetusplan-sse-eng_web.pdf

which distributes technical and discursive resources to the general public. Other agents help structuring these networks at a global scale such as the International Cooperative Alliance, Social Economy Europe, the Global Platform for the Right to the City, and so many others. Some are placed as interlocutors of governmental agencies on behalf of the SSE.

Discursive selectivities. SSE and other non-capitalist practices are discursively articulated as alternative to aspects of the market economy. Even in isolation they contribute to the idea that there is no single general interest and help to destabilize the consensus around a particular hegemonic project. Neoliberal capitalism, international competition and global accumulation have been described as hurting the general interest.

These discourses are circulated in meetings and in their reports, in workshops, training sessions and good practices presentations. For instance, the UNTFSSSE produces reports and positions related to various topics of the SSE such as, for instance, its contribution to sustainable development. They become an authoritative discursive source for framing the relevance of the social economy.

Spaces where these visions are articulated are, for instance, the World Social Forum which describes itself as indicating an alternative to hegemonic globalisation (“another world is possible”) (Santos, 2008).

Cultural production provides voices and discourses which narrate lifeworld experiences through arts, films, graffiti, rap, folk, poetry, music and alternative news sites, collective open platforms or publishing voice these discourses.

Technological selectivity - As Dash (2014: 9) argues, SSE scholarship offer alternative ontologies, epistemologies and theories such as the idea that humans are embedded in multiple social relations and motivations and focusing, epistemologically and theoretically “the interpersonal ties, social capital, trust and cooperation, collective action and so on which not only lubricate and sustain, but also give meaning, substance and purpose to economic actions”. Sociologists, political theorists, historians, feminist economists and other heterodox economics also provide broader views of the economy.

The internet is a space for mobilisation, organisation and knowledge sharing. Scientific, technological and cultural production is articulated with processes and knowledges reflexively developed to overcome the selectivity of existing technologies to build alternative tools and discourses in the public sphere.

Some projects are formulated as counter-hegemonic including the structural, discursive, technological and agential tools in their proposals. For instance, the program of the degrowth movement includes alternative technologies like local currencies, local commons, small enterprises, volunteering, co-housing, minimum income, etc., as well as policy proposals for limiting consumption of natural resources, reducing working hours, promoting education and reducing waste production (D’Alisa et al, 2014).

Economic power re-entry

It seems, however, that the crisis reinforced finance-led neoliberal capitalism, and hegemonic social forces had the capacity to co-opt counter-hegemonic forces and discourses (Sum and Jessop, 2013).

A good example of the way alternatives are co-opted is social finance, namely via social impact bonds. In agential terms the SIBs are being promoted by businesses, foundations and governments, such as Goldman Sacks, J.P. Morgan, Kellogs Foundation, the G8 group, the European Commission, the British and the Portuguese governments, alongside consultants and academics. For their implementation they require the active involvement of SEO for project delivery, which is happening in a context of scarcity of funding. In discursive terms, social

finance is being promoted as the gaining of social conscience by financial capitalism, articulated with the idea that the failure to solve social problems is due to the ineffectiveness of the way public money is allocated and spent. It is argued that financial markets have a heart and can help solve social problems (Social Impact Investment Taskforce, 2014). In terms of their enabling technologies they imply valuations and valorisations on things which become able to provide financial return (Langley, 2018). Social impact bonds imply the possibility to measure social projects outcomes and impact. Social investors place a bet on the promised success of a social project through allocating funding and, in case the project succeeds, receive the invested amount plus a financial return. Structurally, the capacity of this technology to resonate in existing institutions is associated to the fact that it articulates well with the preference of New Public Management for private sector models and interventions and with New Public Governance emphasis on the participation of a wide range of stakeholders in solving social problems (Meghan and Schields, 2013).

Conclusion

In this article I reviewed the roles of alternatives from society from the analytical perspective of the Polanyian double movement of market commodification and the self-protection of society, in articulation with Jessop framework four bases of capitalist societalization and resistance. This proposal helps to overcome an exclusive focus on labour and class-based movements against labour commodification through looking at objects of commodification (money, land and knowledge) and other forms of capitalist societalization and, therefore, provides a broader framework for analysing society initiatives framed as SSE, which include class-based politics but also other aspirations from other systems and the lifeworld.

The problems identified by Polanyi and Jessop have similarities. They result from the functioning of the market economy as if it was isolated from society. Material and discursive elements contribute to this fiction with real consequences.

Both Polanyi and Wright give an active role to society in social transformation with a concern to the real existing possibilities of actors and institutional frameworks. Polanyi is interested in an active society constituted through the self-protective reaction against market societalization. Wright describes social power as the capacity for collective action in civil society. The idea of re-entries of different domains of power and interaction as moments in the double movement allows perceiving the complex mixes existing in the SSE and their dynamic character as self-protection initiatives are co-opted for market societalization.

There was no ambition to exhaust the variety of existing movements and alternatives and the possible descriptions of these by the literature, but to test this framework through the entry point of the SSE and other alternative movements addressing the economic system. In this regard, the paper can be blamed for economicism and, as some could argue, in helping to reinforce the ecological dominance of the economy. This is indeed a possibility created by the current proliferation of societal alternatives which address the economy.

The paper does not address other types of self-protective movements of society Polanyi identified in the rise of fascism in Europe as they would hardly fit the emphasis on democracy and solidarity of the alternative movements described here and do not contribute to human progress.

References

- Amin, Ash, Cameron, Angus and Hudson, Ray (2002), *Placing the Social Economy*. London: Routledge.
- Barbosa, Jorge Luiz and Bezerra da Silva, Monique (2017), *Culturas de Periferia*. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas.
- Battilani, Patrizia and Schroter, Harm G. (2011), Demutualization and its Problems, *Quaderni DSE Working Paper* No. 762.
- Bauwens, Michel (n/d), “A Commons Transition Plan», em *Commons Transition: Policy Proposals for an Open Knowledge Commons Society*”, ed. Stacco Troncoso, Ann Marie Utratel, e Guy James. Amsterdam: P2P Foundation, 13–96.
- Block, Fred and Somers, Margaret (2014), *The power of market fundamentalism*. Harvard University Press.
- Bode, Ingo (2011), “Creeping marketization and post-corporatist governance: The transformation of state-nonprofit relations in continental Europe”, in ed. S.D. Phillips e S.R. Smith, *Governance and regulation in the third sector*. London: Routledge.
- Bode, Ingo (2017), “Social services in post-industrial Europe: an incomplete success story and its tragic moments: Changes, Challenges and Policy Implications for Europe in Times of Austerity”, in *Social Services Disrupted*. Edward Elgar Publishing.
- Caillé, Alain (1994), *Don, intérêt et désintéressement: Bourdieu, Mauss, Platon et quelques autres*. Paris: La Découverte.
- Castells, Manuel (2017), *Another Economy Is Possible: Culture and Economy in a Time of Crisis*. John Wiley & Sons.
- Cruz Filho, Paulo Roberto Araújo (2012), “As formas de comercialização na economia social e solidária e os princípios de comportamento econômico de Polanyi”, *Otra Economía* 6(10), 79–97.
- D’Alisa, Giacomo, Demaria, Federico and Kallis, Giorgos (2014), *Degrowth: a vocabulary for a new era*. Routledge.
- Dafermos, George (2017), *The Catalan Integral Cooperative: An Organizational Study of a Post-Capitalist Cooperative*. P2P Foundation/Robin Hood Coop. <http://commonstransition.org/the-catalan-integral-cooperative-an-organizational-study-of-a-post-capitalist-cooperative/> (Acessed january, 2020)
- Dash, Anup (2014), “Toward an epistemological foundation for social and solidarity economy”, *UNRISD Occasional Paper: Potential and Limits of Social and Solidarity Economy*, 9.
- de Certeau, Michel (1984), *The practice of everyday life*. Berkeley: University of California Press.

Eikenberry Angela M. and Kluver, Jodie Drapal (2004), “The marketization of the nonprofit sector: civil society at risk?”, *Public administration review* 64(2), 132–140.

Estivill, Jordi (2009), “Espacios públicos y privados. Construyendo diálogos en torno a la Economía solidaria”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 84, 101–113.

Fare, Marie (2012), “Community and Complementary Currencies as Tools for Sustainable Development”, Veblen Institute Note.

Ferrera, Maurizio, Hemerijck, Anton and M. Rhodes (2001), *The future of social Europe: recasting work and welfare in the new economy*. Oeiras: Celta.

Fontan, Jean-Marc (2013), “Social Economy Research Partnerships: The Quebec Experience”, in Marie J. Bouchard (ed.) *Innovation and the Social Economy: The Québec Experience*, 71.

Fonteneau, Bénédicte and Galland, Bruno (2006), “The community-based model. Mutual health organizations in Africa”, in Craig Churchill (ed), *Protecting the Poor: A microinsurance compendium*. Geneva and Munich: ILO and Munich Re Foundation.

França Filho, Genauto Carvalho, Silva Junior, Jeóva Torres and Scalfoni Rigo, Ariádne (2012), “Solidarity finance through community development banks as a strategy for reshaping local economies: lessons from Banco Palmas”, *Revista de Administração*, 47(3), 500–515.

Gerber, Julien-François (2015), “An overview of local credit systems and their implications for post-growth”, *Sustainability Science*, 10(3), 413–423.

Harvey, David (2012), *Rebel cities*. London: Verso.

Hély, Matthieu and Moulévrier, Pascale (2013), *L'économie sociale et solidaire: de l'utopie aux pratiques*. La Dispute.

Hess, David J. (2012), “An introduction to localist movements”, Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, Denver.

Hillenkamp, Isabelle and Laville, Jean-Louis (2013), *Socioéconomie et démocratie: l'actualité de Karl Polanyi*. Érès.

ILO (2011), Social and solidarity economy: Our common road towards decent work, International Training Centre of the International Labour Organization.

Jessop, Bob (2000), “The Crisis of the National Spatio-Temporal Fix and the Ecological Dominance of Globalizing”, *International Journal of Urban and Regional Research* 24(2), 323–360.

Jessop, Bob (2001) “Regulationist and Autopoieticist Reflections on Polanyi’s Account of Market Economies and the Market Society”, *New Political Economy* 6(2): 213–232.

Jessop, Bob (2002), *The future of the capitalist state*. Cambridge: Polity.

Jessop, Bob (2009), “The continuing ecological dominance of neoliberalism in the crisis”, in Alfredo Saad-Filho, Galip L. Yalman, *Economic Transitions to Neoliberalism in Middle-income Countries*. Routledge, 40–54.

Joy, Meghan and Shields, John (2013), “Social impact bonds: the next phase of third sector marketization?”, *Canadian journal of nonprofit and social economy research*, 4(2) 39.

Langley, Paul (2018), “The Folds of Social Finance: Making Markets, Remaking the Social”, *Environment and Planning A*, 1–18.

Laville, Jean-Louis (2016), *L'économie sociale et solidaire: pratiques, théories, débats*. Paris: Ed. du Seuil.

Luhmann, Niklas (2013), *Theory of Society, vol. 2*. Stanford: Stanford University Press.

Mattei, Ugo (2013), “Protecting the commons: Water, culture, and nature: The commons movement in the Italian struggle against neoliberal governance”, *South Atlantic Quarterly*, 112(2), 366–376.

Migliaro, Luis Razeto (1993), *Los Caminos de la Economía de Solidariedade*. Santiago: Ediciones Vivarium.

Monzón Campos, José Luis and Chaves Ávila, Rafael (2012), *The social economy in the European Union*. Brussels: European Economic and Social Committee.

Nickel, Patricia Mooney and Eikenberry, Angela M. (2007), “Responding to ‘natural’ disasters: The ethical implications of the voluntary state”, *Administrative Theory & Praxis*, 29(4), 534–545.

Pestoff, Victor, Brandsen, Taco and Verschuere, Bram (eds.) (2012), *New public governance, the third sector and co-production*. London & New York: Routledge.

Picolotto, Everton (2011), “Novos movimentos sociais econômicos: economia solidária e comércio justo”, *Otra Economía* 2(3), 74–92;

Polanyi, Karl (1957), *The great transformation*, Beacon Hill: Beacon Press.

RIPSS (2015), *Vision globale de l'économie sociale solidaire : convergences et différences entre les concepts, définitions et cadres de référence*. Réseau Intercontinental de Promotion de l'Économie Sociale Solidaire.

Salamon, Lester and Anheier, Helmut (1998), “Social origins of civil society: explaining the nonprofit sector cross-nationally”, *Voluntas*, 9(3), 213–248.

Santos, Boaventura de Sousa (2008), “The World Social Forum and the global left”, *Politics & Society*, 36(2), 247–270.

Santos, Boaventura de Sousa (2015), *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*. Routledge.

Santos, Boaventura de Sousa and Garavito, César Rodríguez (2013), “Alternatives économiques: les nouveaux chemins de la contestation», em *Socioéconomie et démocratie*” in Hillenkamp and Laville, 125–147.

Singer, Paulo (2002), *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Social Economy Europe (2015), “Social Economy...Taking Back the Initiative: Proposals to make the social economy into a pillar of the European Union (White Paper)”. Brussels: Social Economy Europe.

Social Impact Investment Taskforce (2014), *Impact investment: The invisible heart of markets*. Available at: <https://gsgii.org/reports/impact-investment-the-invisible-heart-of-markets/> [Accessed January 2020], 2014).

Standing, Guy (2011), *The precariat: The new dangerous class*. Bloomsbury.

Sum, Ngai-Ling and Jessop (2013), *Towards a cultural political economy: Putting culture in its place in political economy* Edward Elgar.

Thomas, Henk and Logan, Chris (2017), *Mondragon: An economic analysis*. Routledge.

Utting, Peter (2015), “Introduction: The challenge of scaling up social and solidarity economy”, in *Social and Solidarity Economy: Beyond the Fringe*. London: Zed Books, 2.

Wily, Liz Alden (2018), “Collective Land Ownership in the 21st Century: Overview of Global Trends”, *Land* 7(2), 68.

Wright, Eric Olin (2010), *Envisioning Real Utopias*. London: Verso.

O Contributo da Economia Budista para a Ciência Social Emancipatória

Vasco Almeida,¹ Instituto Superior Miguel Torga; Centro de Estudos Sociais
vascoalmeida@ces.uc.pt

Resumo: Este artigo pretende mostrar que a Economia Budista pode dar um contributo importante para a ciência social emancipatória, cujo propósito central é a eliminação da opressão e a criação de condições para o florescimento humano. Em primeiro lugar, o texto evidencia que a crítica do capitalismo feita pela Economia Budista, ao combinar diferentes níveis de análise da realidade social, deve ser tida em conta para um projeto de mudança institucional. Em segundo lugar, defende-se que o papel que a comunicação interativa e a deliberação pública assumem na tradição budista, merece mais atenção na discussão sobre as soluções para os problemas contemporâneos. Por último, mostra-se que a introdução no sistema educativo de algumas práticas budistas, como o mindfulness, estimula a criação de valores, tais como empatia e cooperação, fundamentais para a construção de uma economia democrática.

Palavras-chave: Economia Budista; Ciência Social Emancipatória; Mindfulness, Economia Democrática

Introdução

A expressão Economia Budista foi utilizada pela primeira vez por Ernest Friedrich Schumacher num ensaio publicado em 1966, sendo mais tarde integrado, juntamente com outros ensaios do autor, no clássico livro “Small is Beautiful: Economics as if People Mattered”. A obra de Schumacher constituiu uma forte crítica ao modelo de crescimento capitalista que, centrado nos objetivos da maximização da produção, do rendimento e do consumo, tem efeitos negativos, nomeadamente, no esgotamento de recursos naturais e na alienação do trabalho. Segundo Schumacher, o objetivo de uma Economia Budista seria o de proporcionar o máximo de bem-estar com um mínimo de consumo. A partir da publicação do seu livro, inúmeros estudos têm sido desenvolvidos na área da Economia Budista, pese embora a enorme diversidade das abordagens e dos campos teóricos de partida.²

O objetivo deste texto é mostrar, a partir das contribuições dos autores ligados a ela ou por ela influenciados, que a Economia Budista pode dar um contributo importante para a ciência social emancipatória, ou seja, uma ciência que, nas palavras de Eric Olin Wright (2006), tenha como propósito central a eliminação da opressão e a criação de condições para o florescimento

¹ Professor do Instituto Miguel Torga e investigador do CES.

² O conceito de Economia Budista, não só nos textos de Schumacher como também na maioria dos autores que o utilizam, aparece bastante indefinido. Para os objetivos deste texto, a Economia Budista é aqui entendida de forma abrangente como a aplicação dos ensinamentos e da filosofia budista à teoria económica.

humano. Segundo Wright (2006: 94), a ciência social emancipatória deverá ter como responsabilidade a concepção uma economia que, assente numa democracia igualitária, satisfaça as necessidades e aspirações do cidadão comum e não das elites. A Economia Budista pode dar o seu contributo nos seguintes aspetos: i) diagnóstico e crítica do sistema capitalista ii) comunicação interativa e discussão pública sobre a concepção de alternativas ao sistema capitalista e iii) práticas e valores necessários a um processo de transformação individual e social.

Para se atingir os objetivos propostos, estruturou-se o texto da forma que seguidamente se expõe. Após esta introdução, mostra-se em traços gerais, no primeiro ponto, as diferentes perspetivas que os estudos sobre a relação entre economia e religião têm assumido, desde os tempos de Adam Smith. No segundo ponto, apresentam-se alguns dos valores, princípios e ideias fundamentais da Economia Budista. A crítica e o diagnóstico do capitalismo realizados pela Economia Budista são explicados no terceiro ponto, sendo dado um enfoque particular aos diferentes níveis institucionais que as análises budistas apresentam. O quarto ponto descreve as principais contribuições de uma Economia Budista socialmente comprometida com a mudança institucional, quer ao nível social, através da promoção da comunicação interativa e da discussão pública, quer ao nível da promoção de atitudes, práticas e valores necessários para a construção de uma sociedade igualitária. Por último, nas considerações finais sintetizam-se as principais conclusões que se foram retirando ao longo do texto e realça-se a importância da contribuição da Economia Budista para a ciência social emancipatória.

Economia e Religião

A análise da relação entre economia e religião remonta ao século XVIII, altura em que Adam Smith na *Riqueza das Nações* procurou estudar o comportamento religioso, segundo o mesmo modelo de racionalidade individual que utilizou para analisar o funcionamento do mercado. As suas preocupações fundamentais eram, por um lado, explicar os incentivos económicos envolvidos nas decisões individuais para a prática religiosa e, por outro lado, os efeitos económicos dos diferentes sistemas de crenças religiosas no comportamento individual (Andersen, 1988).

Uma parte significativa dos trabalhos que se sucederam na área da economia da religião seguiram a perspetiva de Smith. As análises microeconómicas desenvolvidas a partir da década de 70 do século XX fundamentaram-se no paradigma do *homo economicus* na análise do comportamento religioso (Daniels, 2005). Os estudos neoclássicos sobre o consumo, as empresas e as instituições foram então transpostos para a análise das organizações e do comportamento religioso, através dos mesmos modelos de custo-benefício.

Geralmente, considera-se que o ponto de partida para a investigação microeconómica da religião é o modelo formal sobre a participação religiosa de Azzi e Enhreberg (1975) (ver, por exemplo, Iannacone, 1998, MacCleary, 2011 e Daniels, 2005). No seu artigo sobre a alocação do tempo das famílias e a intensidade de frequência nas igrejas, Azzi e Enhreberg apresentam a primeira tentativa sistemática para analisar a participação nas atividades religiosas, através de um modelo de maximização da utilidade. Como realça Daniels (2005: 246), a microeconomia da religião passa a ser mais um exemplo do imperialismo da teoria económica, invadindo campos da realidade socioeconómica que até aí eram estranhos à disciplina.

Em 1998, um novo campo da investigação - a economia da religião - é apresentado por Iannacone no *Journal of Economic Literature*. Aí, o autor chama a atenção para o facto de que a economia da religião ainda não possui um número de classificação JEL, mas não foi preciso esperar muito tempo para que tal acontecesse. Atualmente, a economia da religião já tem a sua classificação JEL (z12), encontros anuais e um número crescente de investigadores e artigos

publicados que abrangem os mais variados campos da disciplina como, por exemplo, economia pública, macroeconomia do crescimento, economia do desenvolvimento, macroeconomia do crescimento e história económica (Iyer, 2016).

Se bem que grande parte destes trabalhos seguem, como já se referiu, a esteia do modelo de racionalidade individual iniciado por Adam Smith, convém, no entanto, salientar que uma abordagem alternativa completamente diferente foi desenvolvida a partir dos inícios do século XX, através de trabalhos de sociólogos, destacando-se particularmente Weber (1922, 1958). A religião e as atividades religiosas são agora encaradas como tendo consequências éticas e normativas na forma como os indivíduos e os grupos se posicionam na atividade económica. Altera-se assim completamente o modelo de causalidade presente no paradigma do *homo economicus*. Ao invés de se explicar a atividade religiosa como o resultado de modelos de maximização e racionalidade individual, procura-se entender como é que instituições, valores, culturas e crenças têm um reflexo no comportamento económico e no desempenho dos sistemas socioeconómicos (Cameron, 2002, Kuran, 1995, Zadeck, 1993, Daniels, 2005). Alguns destes estudos foram mais longe, ensaiando contribuições para uma mudança sistémica e para a conceptualização de alternativas ao sistema capitalista que possam assegurar sustentabilidade ambiental, justiça social, estabilidade financeira, democracia e o florescimento humano. É de acordo com esta linha de pensamento que este texto encara a contribuição da Economia Budista.

Algumas ideias fundamentais sobre a Economia Budista

A primeira questão se pode levantar quando se fala em Economia Budista é se, de facto, tal coisa existe, como se pode deduzir das palavras de Payutto:

Para a maioria das pessoas, a imagem de um monge budista andando silenciosamente a mendigar não nos surge mentalmente como uma atividade económica. Arranha-céus, centros comerciais e mercados de ações encaixar-se-iam com mais precisão. Atualmente, a economia com a qual estamos familiarizados é ocidental. Quando falamos de economia ou dos assuntos que lhe são pertinentes, utilizamos um vocabulário ocidental e pensamos dentro da estrutura concetual da teoria económica ocidental (1994:6).

No entanto, o budismo, apesar de geralmente estar associado ao ascetismo e à rejeição do mundo material, sempre esteve envolvido, aliás, como outras religiões, não só nas atividades económicas, como também nos campos político e social (Brox *et al.*, 2017). Acrescente-se que a Economia Budista não procura resolver diretamente assuntos económicos específicos como, por exemplo, a natureza da inflação, das taxas de juro ou a taxa ideal de progresso tecnológico (Zadeck, 1997). Porém, os ensinamentos budistas quando aplicados à economia podem constituir um contributo importante para a procura de soluções que afetam as sociedades contemporâneas e para a concetualização de alternativas ao sistema capitalista, como se verá nas secções seguintes. Saliente-se para já dois aspetos importantes. Em primeiro lugar, o budismo desenvolveu abordagens nos campos da ética, política e relações sociais que ainda hoje se revelam atuais e que devem ser tidos em conta na procura de soluções para os problemas que afligem as sociedades contemporâneas (Sen, 2014). Em segundo lugar, dentro das tradições espirituais, o budismo parece conceptualmente bem apetrechado para explicar a natureza psicológica que subjaz à procura de satisfação das necessidades e as motivações que fundamentam as atividades económicas de produção, troca, distribuição e consumo. Antes de se tratarem estas questões, convém explicitar algumas ideias gerais ligadas ao desenvolvimento conceptual da Economia Budista.

O ponto de partida de Schumacher, o primeiro autor a falar de Economia Budista, é o ensinamento de Gautama Buda sobre os “Nobre Oito Caminhos”. A inclusão do fator “Meio

de Vida Correto” justifica, para Schumacher (1973), a necessidade de uma Economia Budista.³ O ensaio de Schumacher e o interesse que, a partir da sua publicação, um número crescente de acadêmicos ocidentais dedicou à Economia Budista, surge num momento em que as ciências sociais e, em particular a teoria económica, chegaram a um impasse concetual, devido à sua crescente especialização e segmentação, levando assim à necessidade de procura de novos paradigmas (Payutto, 1997).

Schumacher defende a ideia de que a economia deve existir ao serviço das pessoas e não o contrário e de que toda a atividade económica deve estar em harmonia com a natureza, em vez de contribuir para a degradação dos recursos naturais. Estas duas ideias servem de suporte à forma como a economia deve funcionar. Em primeiro lugar, de maneira a possibilitar a criatividade e o florescimento humano, Schumacher sugere a utilização de uma tecnologia apropriada de pequena dimensão que produza os bens necessários para a satisfação das necessidades e não bens supérfluos para aqueles que já os consomem em quantidade suficiente. Em segundo lugar, a atividade económica deve ser organizada de maneira a evitar a sobreutilização dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente.

Apesar de apresentar um conjunto de problemas ligados ao funcionamento da economia capitalista (e.g. degradação ambiental e desigualdade social) e apontar alguns princípios que devem ser seguidos para os ultrapassar, Schumacher não propôs quaisquer medidas de política económica que solucionassem os problemas por ele apresentados. Porém, o seu ensaio acabou por exercer uma forte influência nalguns meios académicos, dando origem ao alargamento da noção de Economia Budista e do seu campo teórico. As abordagens são muito variadas e assentam, por vezes, em raízes teóricas diversas. Os diferentes rumos dos trabalhos de Magnuson e Brown, dois dos autores mais referenciados na literatura especializada, são um exemplo dessa diversidade.

Magnuson (2007, 2008) parte das contribuições do institucionalismo económico (nomeadamente dos trabalhos de Veblen e Ayres) e dos ensinamentos budistas para a definição dos caminhos que podem levar àquilo que ele designa por uma “economia consciente” (*mindful economy*). Partindo da ideia de que a atividade económica não pode ser separada da esfera mais alargada da cultura humana, Magnuson propõe uma mudança sistémica, fundamentada em instituições económicas e em práticas conscientes, tais como ensinadas na tradição budista, de forma a criar empresas e organizações de base comunitária. Clair Brown (2017), por sua vez, utiliza a contribuição de vários economistas (e.g. George Akerloff, Amartya Sen, Joseph Stiglitz e Paul Krugman) para integrar no campo da Economia Budista os conceitos de informação assimétrica, rendimento relativo, altruísmo, falhas de mercado e capacidades individuais, entre outros. Para Brown (2017), a Economia deve mover-se para além dos limites de uma ciência triste (*dysmal science*) que descreve um mundo de escassez, onde poucos podem satisfazer as suas necessidades básicas. Na perspetiva da Economia Budista, a atividade económica pode assegurar, à escala global, prosperidade, sustentabilidade, justiça e bem-estar para todos.

Apesar da diversidade de abordagens, existem alguns traços comuns que as unem. Para além da crítica ao capitalismo e da defesa de incorporação dos ensinamentos budistas na vida económica e social, as análises budistas partem das noções de interconectividade e interdependência (Daniels, 2010). Por sua vez, a interconectividade e a interdependência

³ Os Nobre Oito Caminhos juntamente com as Quatro Nobre Verdades constituem o tópico central dos ensinamentos budistas. As Quatro Nobre Verdades são as seguintes: i) existe sofrimento ii) as causas do sofrimento são a ignorância e o desejo iii) o sofrimento pode ter um fim e iv) a forma de cessar o sofrimento é através dos Nobre Oito Caminhos. Por sua vez, os Nobre Oito Caminhos são i) compreensão correta ii) pensamento correto iii) fala correta iv) ação correta v) meio de vida correto vi) esforço correto vii) consciência correta e viii) concentração correta.

irradiam a partir da concepção budista de causalidade (Tomer, 2017). A realidade de qualquer objeto ou fenômeno é entendida como dependente das conexões desse objeto ou fenômeno com tudo o resto que existe no universo. Dito por outras palavras, a essência ou condição de qualquer coisa é “determinada por todas as outras entidades do universo, através de uma complexa rede de causas e efeitos” (Zsolnay, 2007: 145).

Nesta linha de pensamento, Brown (2017) sublinha dois pressupostos fundamentais da Economia Budista. Em primeiro lugar, considera a interdependência entre todos os seres humanos e, em segundo lugar, a interdependência entre seres humanos e natureza. Então, a partir do momento em que se aceitam estas assunções, uma economia de mercado livre deve ser rejeitada já que dá prioridade ao individualismo. Por exemplo, o ótimo de Pareto ensinado na economia convencional, de acordo com o qual se atinge uma posição ótima quando não é possível melhorar a situação de um agente sem piorar a de outro, não faz mais sentido. A perspectiva da Economia Budista é holística, o que significa que os efeitos de qualquer política econômica devem ser avaliados na medida em que contribuem para o bem-estar coletivo, minimizando, por exemplo, a pobreza e a injustiça social, mesmo que isso implique transferência de rendimento entre ricos e pobres e, conseqüentemente, a violação do ótimo de Pareto.

Por outro lado, o conceito de interdependência deve ser considerado sob um ponto de vista epistemológico, de forma a evitar o isolamento e segmentação das ciências sociais e, em particular da Economia, como explica Payutto (1997: 6).

Enquanto o pensamento econômico existe desde os tempos de Platão e Aristóteles, o estudo da Economia só se cristalizou na ciência na era industrial. Como outras ciências nesta era de especialização, a Economia tornou-se uma disciplina estreita e rarefeita; um corpo de conhecimento isolado, quase atrofiado, com pouco a ver com outras disciplinas ou atividades humanas.

Segundo a perspectiva budista, a teoria econômica deve fornecer soluções para os problemas que as sociedades atualmente enfrentam, tendo em conta a complexidade das suas inter-relações. Assim, a economia não deve ser separada dos outros ramos de conhecimento, mas sim constituir uma componente para um esforço concertado que permita encontrar soluções para os problemas da humanidade. Isto equivale a dizer que uma “Economia Budista não é, portanto, tanto uma ciência independente, mas uma das várias disciplinas interdependentes que trabalham em conjunto em direção ao objetivo comum de bem-estar social, individual e ambiental (Payutto, 1997: 7).

Diagnóstico e crítica do capitalismo

Uma característica generalizada dos estudos ligados à Economia Budista é, como se referiu atrás, o diagnóstico e a crítica do capitalismo. Existem duas particularidades importantes que merecem ser referidas sobre a forma como a análise budista é feita. Em primeiro lugar, o diagnóstico e crítica do sistema capitalista feito pela Economia Budista, em consonância com a perspectiva de Wright, não se detém na enumeração dos problemas do sistema capitalista, mas demonstra a forma como esses problemas radicam nas propriedades das instituições e das estruturas existentes, construídas sobre os princípios do mercado livre. Em segundo lugar, a análise inclui não só o plano macrossocial do sistema capitalista, mas abrange, igualmente, o nível microssocial da agência humana.

Em relação aos aspetos estruturais, Magnuson resume alguns dos pontos mais focados na crítica ao capitalismo feito pela Economia Budista da seguinte forma:

Em nossa opinião, vemos o capitalismo como um sistema não democrático cujo objetivo principal é a acumulação de riqueza financeira para uma percentagem relativamente pequena da população. Além disso,

seria necessário um tremendo salto de imaginação para afirmar que a separação generalizada de propriedade e trabalho - uma característica marcante do capitalismo - é de alguma forma democrática. O capitalismo é um tipo específico de sistema fundamentado nas instituições de propriedade privada, dinheiro e sistema de mercado. É um sistema que sempre crescerá, embora a base de recursos do planeta não possa acomodar esse crescimento. É também um sistema no qual poucas pessoas têm controle sobre o quê, como ou para quem a produção ocorre. É um sistema que favorece o dinheiro acima de tudo e dificulta a vida de quem não tem muito. (2007: 50).

Saliente-se que, tal como observa Wright (2006: 100), o capitalismo não é uma apenas uma economia de mercado livre, mas uma forma particular de relações de classe que separa os proprietários dos meios de produção do trabalho. Sendo o seu principal objetivo o lucro, gera concentrações crescentes de riqueza para uma percentagem reduzida da população, ao mesmo tempo que produz desigualdade social, privação e pobreza a nível nacional e global. Daqui resulta o carácter não democrático do sistema, já que poucos têm controlo sobre a forma como a atividade económica está estruturada. Por outro lado, como está organizado em função da acumulação da riqueza e do imperativo de crescimento, gera custos ambientais graves.

Os criticismos presentes na citação de Magnuson não são novos, aliás, praticamente são coincidentes com o diagnóstico apresentado por Wright (2006: 100-101). Repare-se, igualmente, que as críticas advêm da própria configuração institucional do sistema capitalista. Porém, a crítica da Economia Budista, como se referiu, não se limita ao nível estrutural ou macrosocial da realidade, mas desce ao nível individual das motivações e da intencionalidade dos agentes económicos. E é precisamente aqui que reside a sua principal contribuição, relativamente ao diagnóstico do sistema capitalista. Desta forma, as abordagens budistas podem complementar a análise da dinâmica do capitalismo, articulando os níveis macro e micro.

É através da ação consciente e intencional que os atores individuais criam as instituições. Todavia, o reconhecimento do papel dos agentes individuais na configuração do sistema socioeconómico não implica a assunção de um estado de natureza de tipo hobbesiano, livre de instituições, partindo todo o movimento dos indivíduos para as instituições. Nesse tipo de análises, as preferências individuais são determinadas de forma exógena e a influência das instituições sobre os indivíduos é ignorada. Se bem que esta perspetiva deva ser rejeitada, a posição contrária, segundo a qual “tudo pode ser explicado através do social e do institucional” (Granovetter, 1985) conduz a um coletivismo metodológico igualmente insustentável.

Assim, faz sentido utilizar um caminho intermédio entre o holismo e o individualismo extremos como faz Agassi (1975), a partir do conceito de indivíduo institucionalizado. Por um lado, ele permite admitir que as instituições constroem, incentivam e constituem o comportamento individual, por outro, não retira a ideia de intencionalidade, livre arbítrio e imaginação dos agentes sociais. Em suma, existem influências externas que atuam sobre os indivíduos, mas a sua ação não é inteiramente determinada por elas.

Estas considerações são particularmente relevantes quando se pretende fazer o diagnóstico e crítica do sistema capitalista, já que, frequentemente, as análises tendem a ignorar o papel das motivações, as preferências e as escolhas dos indivíduos. A título de exemplo, veja-se o caso da relação entre produção e consumo nas sociedades capitalistas, um dos aspetos fundamentais presentes nas críticas ao capitalismo.

A necessidade de acumulação de capital que subjaz ao funcionamento do sistema capitalista conduz à procura incessante do crescimento económico. Foi para satisfazer o imperativo do aumento consecutivo da produção que nasceu a indústria do marketing e da publicidade (Magnuson, 2017). Por exemplo, Akerloff e Shiller (2015) mostram, de forma muito clara, a manipulação e o engano que as grandes empresas utilizam para obter vantagens sob os consumidores, aproveitando as suas vulnerabilidades e falta de informação. Isto leva a

que as compras sejam realizadas pelos consumidores, sem que estes se encontrem em condições de avaliar não apenas a qualidade dos produtos adquiridos como, ainda mais importante, as suas necessidades reais. O consumismo é o produto das técnicas de marketing que, através de estímulos psicológicos, incentivam o desejo de comprar, não para preencher as necessidades reais dos consumidores, mas apenas porque o imperativo do crescimento assim o exige (Akerloff e Shiller, 2015).

Todavia, o impulso para o consumo pode também ser explicado pelo lado da procura, já que as intenções de compra são, em última análise, sempre individuais. Na Economia Budista distinguem-se dois tipos de consumo que, de uma forma simples, se podem designar por “consumo certo” e “consumo errado”. O consumo certo é a utilização de bens e serviços para satisfazer o desejo real de bem-estar, é, como afirma Payutto (1997), o consumo com um objetivo e propósito. O consumo “errado” é aquele que, baseado na ignorância, busca a gratificação pelo ego e o desejo supérfluo e temporário de sensações agradáveis. Estas duas variedades de consumo emanam de dois diferentes tipos de desejo: *thana*, o desejo dirigido para as sensações - sendo fruto da ignorância, conduz a um consumo de bens baseado na satisfação de interesse próprios; *chanda* o desejo dirigido pelo benefício que leva ao esforço e à ação, sendo fundamentado na reflexão inteligente.

De acordo com a Economia Budista, o consumo baseado no *thana* é fonte de insatisfação e desapontamento. O apego excessivo ao consumo de bens não traz os resultados desejados de bem-estar e felicidade, levando quase sempre à procura incessante de outros bens, à insatisfação crescente e à lacuna eterna entre a magnitude das aspirações e a capacidade biofísica da terra para fornecer o que as pessoas desejam (Daniels, 2010: 957).

Convém salientar, uma vez mais, que a ideia generalizada de que o budismo implica uma vida de austeridade e renúncia do bem-estar material não corresponde ao sentido que sobressai dos textos budistas. Pelo contrário, o budismo reconhece a importância das atividades económicas ligadas à procura de bem-estar material, de forma a possibilitar o desenvolvimento das capacidades potenciais humanas. Simplesmente, a produção e o consumo não são fins em si mesmo, mas meios para o bem-estar e florescimento humano.⁴

Em suma, a Economia Budista defende que as escolhas e as motivações das pessoas podem ser orientadas para outro tipo de valores diferentes daqueles que motivam o consumo supérfluo e ostensivo, induzido pela dinâmica do capitalismo e pelo imperativo do crescimento. É, aliás, neste sentido que vão as palavras de Magnuson:

Numa economia consciente, outras características e traços humanos podem ser promovidos e desenvolvidos sob um sistema diferente. Numa economia consciente, as pessoas são motivadas por certos valores fundamentais, não pela ganância e auto-indulgência. O consumo não é um meio para elevar o status social, mas parte integrante de uma vida saudável e sustentável, com pegadas ecológicas leves e desperdício mínimo com um consumo verde e menor (2007: 406).

Em suma, o que se pretendeu chamar atenção é que se, por um lado, é certo que as preferências e as escolhas dos consumidores são institucionalmente moldadas pela lógica e

⁴ A distinção entre fins e meios da atividade económica estava também presente em Aristóteles, quando se referia aos dois tipos de crematística, sendo esta entendida como a forma de obtenção de riqueza. A primeira, fundamentada na obtenção limitada de riqueza, era vista como natural e necessária a uma vida feliz, à Vida Boa na polis. A segunda era antinatural e deveria ser censurada, já que assentava na busca ilimitada de riqueza, o que só poderia ser alcançado à custa de alguns. Então, para Aristóteles, a economia, enquanto saber, deveria ser a arte da utilização das coisas necessárias para a vida doméstica e para a Vida Boa na polis (Almeida, 2016). Há, pois, uma grande similitude entre a perspectiva de Aristóteles e a noção budista do “Caminho do Meio”, isto é, um meio de vida entre a austeridade e a opulência.

dinâmica do capitalismo, por outro lado, as alterações no nível cognitivo das decisões individuais podem influenciar as mudanças no sistema. Daqui se pode concluir que a concepção de alternativas ao sistema capitalista não se deve apenas deter no desenho de novas configurações institucionais, como também na forma como as preferências individuais podem ser direcionadas para escolhas mais conscientes e, como se verá mais à frente, para o aparecimento de diferentes atitudes e valores diferentes do individualismo e materialismo característicos das sociedades capitalistas.

Uma economia budista socialmente comprometida

Para a Economia Budista, os problemas das sociedades contemporâneas como a instabilidade financeira, a degradação ambiental e a desigualdade social são fruto da lógica e da dinâmica do capitalismo. Como adere a uma visão sistémica da economia, a perspectiva budista defende que a solução daqueles problemas nunca pode ser apenas parcial e paliativa, mas estrutural, já que só será alcançada através da substituição de instituições capitalistas por outras não capitalistas.

Cada sistema socioeconómico é constituído por um conjunto articulado e relativamente coerente de instituições que serve um propósito geral único. Esse propósito pode ser, por exemplo, a acumulação de riqueza para um pequeno grupo de indivíduos (esclavagistas, senhores feudais, empresários) ou o bem-estar de todos os membros da sociedade. Só uma mudança radical e sistémica pode redefinir a direção e o propósito da economia, através da reestruturação das componentes fundamentais do sistema, de forma a direcioná-las para um novo propósito.

Embora os economistas budistas partilhem, de uma forma geral, dos mesmos valores nucleares - sustentabilidade ambiental, justiça social, estabilidade financeira, democracia plural e participativa - nem todos definem de forma clara quais as instituições a serem criadas num novo sistema alternativo nem os caminhos para lá chegar. Porém, alguns autores apresentam propostas concretas para a concepção daquilo a que designam por uma economia consciente, que permita alcançar o bem-estar da comunidade num ambiente sustentável. É o caso de Magnuson, adepto de uma Economia Budista direcionada para a transformação social:

Uma economia consciente é construída sobre uma base de instituições democráticas que é governada por pessoas que são ativas em suas comunidades. Ao contrário do capitalismo, uma economia consciente está sempre firmemente situada nos valores centrais da sustentabilidade ambiental, justiça económica e estabilidade. Esse sistema exige que os cidadãos desempenhem um papel fundamental na construção da comunidade e no desenvolvimento institucional. Organizar a nossa atividade económica de maneira consciente e intencional para promover o bem-estar das pessoas de maneira sustentável no seu ambiente é a ideia central e o objetivo central da economia consciente (2007: 50).

Uma economia consciente deve ser intrinsecamente democrática, não capitalista, onde as pessoas, e não o capital, são colocadas no centro do processo económico. O empoderamento social dos cidadãos só poderá ocorrer quando deixar de existir a separação entre produção e consumo, entre meios de produção e trabalho. Trata-se, pois, de uma Economia Budista socialmente comprometida (Magnuson, 2017) que defende a substituição de relações sociais capitalistas por relações de cooperação, a substituição de empresas capitalistas por cooperativas e empresas públicas de base local ou municipal que forneçam bens e serviços tais como eletricidade, água, transportes, escolas e outras infraestruturas e serviços para a comunidade local. A criação de comunidades económicas locais geridas democraticamente conduz ao controlo da atividade económica em seu próprio benefício e à sua independência em relação às grandes corporações globais.

Embora saia fora dos objetivos deste texto definir os contornos de um sistema económico alternativo ao capitalismo, é importante salientar que a transição do sistema capitalista para configurações institucionais alternativas exige em primeiro lugar, uma ampla discussão pública e democrática sobre o processo de mudança institucional e os objetivos específicos a alcançar e, não menos importante, uma mudança nas atitudes, crenças e valores dos agentes sociais. A Economia Budista encontra-se particularmente bem apetrechada para contribuir nestes dois aspetos.

A comunicação interativa e a discussão pública na tradição budista

A importância da discussão pública na tradição budista é enfatizada por Sen num texto sobre a relevância contemporânea do budismo. Sen (2014) chama a atenção para a preocupação de Gautama Buda sobre questões sociais, éticas e políticas para a resolução de problemas quotidianos, tais como doença, velhice, pobreza e incapacidade. Sendo o budismo a única religião agnóstica, os valores morais e éticos são justificados, sem recurso a qualquer ser superior ou divindade. Embora no discurso ocidental a introdução do raciocínio e das abordagens baseadas na razão para a resolução de problemas sejam encarados como uma contribuição dos pensadores do Iluminismo, os ensinamentos de Buda eram já baseados no raciocínio e não numa fé cega (Sen, 2014). Por esta razão, Gautama Buda sempre defendeu a importância da comunicação interativa e da discussão pública para a procura de soluções, como salienta Sen:

A iluminação, na perspectiva de Buda, não é uma questão apenas de busca individual, mas também de interação comunicativa. E a jornada não pode deixar de assumir a forma de uma busca conjunta. A tradição budista, que sempre enfatizou a importância da deliberação pública para a iluminação individual e o progresso social, não apenas levou a extensos desenvolvimentos institucionais para a comunicação e ação conjuntas [...] mas também produziu algumas das primeiras assembleias gerais abertas do mundo (2017: 19).

As assembleias gerais que Sen refere são os designados concílios budistas. Como os ensinamentos de Buda foram transmitidos aos seus discípulos por via oral, as suas afirmações estiveram sujeitas a várias interpretações. Assim, os concílios tinham como objetivo confrontar e resolver disputas, através da discussão aberta, entre as diferentes perspectivas das várias escolas de pensamento budista que se constituíram logo após a sua morte, de forma a manter a tradição budista. O primeiro concílio realizou-se na Índia, em Rajagriha, pouco depois da morte de Buda. De forma a evitar que a comunidade se dissolvesse, face à incerteza e aos diferentes entendimentos sobre os ensinamentos do fundador, os budistas organizaram um concílio para ultrapassar essa incerteza. O segundo concílio ocorreu cerca de cem anos depois em Vasali. O seu principal objetivo era o de resolver disputas sobre o comportamento monástico, como por exemplo a aceitação de dávidas em ouro e prata (Prebish, 188). Porém, o concílio mais conhecido foi o terceiro, realizado no século III AC durante o reinado do Imperador Asoka, na então atual capital da Índia, Pataliputra. Asoka, um defensor da deliberação social num ambiente de respeito mútuo, mandou construir um número elevado de editais em pedra com inscrições sobre princípios fundamentais de uma vida pública boa, enfatizando valores como o pluralismo religioso e a tolerância, quer ao nível das políticas públicas quer na vida privada (Nussbaum, 1988:142). Num dos seus editais estava escrito:

O crescimento do essencial do Dharma [conduta adequada] é possível de várias maneiras. Mas a sua raiz está na contenção do discurso, de modo que não deve haver louvor da sua própria seita ou menosprezo de outras seitas em ocasiões inapropriadas, e deve ser moderado, mesmo em ocasiões apropriadas. Pelo contrário, outras seitas devem ser devidamente honradas em todos os sentidos, em todas as ocasiões [...] Se uma pessoa age de outra maneira, ela não apenas fere sua própria seita, mas também prejudica outras seitas. De facto, se uma pessoa exalta a sua própria seita e menospreza outras seitas com o objetivo de glorificar a

sua própria seita, devido meramente ao seu apego a ela, ela fere sua própria seita muito severamente, agindo dessa maneira (*apud* Sen, 2014:19-20).

Assim, muito antes da Europa conhecer o Iluminismo, a importância da comunicação e da deliberação interativa eram já reconhecidas pelas comunidades budistas. A discussão pública está igualmente presente em alguns escritos budistas na Tailândia, na China e na Coreia. Por exemplo, o príncipe budista japonês Shotoku introduziu, no século VII desta era, uma constituição liberal que, de uma forma comparável à Magna Carta, como nota Sen (2014), previa que as “decisões sobre assuntos importantes não devem ser tomadas apenas por uma pessoa. Eles devem ser discutidos com muitos” (*apud*, Sen, 2017: 20).

Em suma, a contribuição do budismo para as práticas democráticas participativas deve merecer mais atenção na discussão sobre a procura de soluções para os problemas contemporâneos.

Mudando atitudes, práticas e valores para uma sociedade democrática

Nas últimas décadas, tem vindo a assistir-se a um interesse crescente nas práticas e programas de *mindfulness* nas sociedades ocidentais.⁵ Ao mesmo tempo, a investigação e publicação de artigos científicos sobre *mindfulness* tem conhecido um crescimento exponencial nas mais diversas áreas científicas, como a psicologia cognitiva, psicologia social, neurociência, medicina, psiquiatria, cuidados de saúde (Fischer, 2017), ciências da educação e ciência política, nomeadamente, nos estudos sobre democracia (Hyde e LaPrad, 2015). As investigações realizadas põem em relevo os benefícios das práticas de *mindfulness* no bem-estar individual, nas condições de saúde (como redução de stress e ansiedade), autoestima, na satisfação com a vida, concentração, empatia, generosidade, altruísmo e maior clareza na tomada de decisões. Face às inúmeras investigações e às evidências empíricas que os estudos revelam, um número crescente de escolas primárias, secundárias e superiores tem vindo a desenvolver programas de educação em *mindfulness* para as respetivas comunidades académicas⁶.

Na abundante literatura que existe sobre o tema, o conceito de *mindfulness* é apresentado de forma diversa, o que pode ser parcialmente explicado pelo facto de as noções utilizadas terem diferentes origens, designadamente, na psicologia cognitiva e na tradição budista (Grossman, 2010). De acordo com a perspetiva budista, o conceito de *mindfulness* pode ser definido de forma mais simples como a “consciência e atenção na experiência imediata”. Embora o conceito pareça extremamente banal e evidente, atrás da sua aparente simplicidade está uma abordagem da mente que é significativamente diferente daquela que é utilizada na psicologia moderna. De facto, na perspetiva budista, o conceito vai muito além da sua dimensão cognitiva, abrangendo também dimensões emocionais, sociais e éticas (Grossman, 2010: 87). *Mindfulness* corresponde à consciência focada no momento presente, a um estado de “mente aberta” “livre de julgamentos” sobre os estados e processos mentais. Implica uma consciência imediata na sensações físicas, perceções, pensamentos, emoções e imagens (Grossman, 2010: 87). Nos textos budistas, a prática de *mindfulness* está intrinsecamente ligada à emergência de intenções e atitudes específicas, não só em relação à própria pessoa, como também em relação

⁵ Apesar do termo *mindfulness* poder ser traduzido, de forma livre e lata, como “atenção constante”, neste texto opta-se por o manter na língua inglesa, seguindo a tendência generalizada na literatura especializada.

⁶ Por exemplo, nos Estados Unidos, dezenas de universidades desenvolvem programas e formação em *mindfulness* para a comunidade académica. Refira-se, a título de exemplo, as seguintes: University of Wisconsin-Madison, Columbia University, Stanford University, University of Michigan, Princeton University, Harvard University, New York University, entre muitas outras. (<http://www.masters-in-psychology.net/30-colleges-leading-the-way-in-meditation-for-mental-health>).

aos outros, designadamente, moderação, gentileza, compaixão, generosidade e empatia. Assim, as práticas de *mindfulness* podem estimular uma “forma democrática de ser” (Hyde e LaPrad, 2015: 1) combinando consciência, diálogo e ação com cidadania participada.

Considerações finais

O capitalismo é, hoje em dia, um sistema económico fortemente perturbado. Os seus problemas, tais como degradação ambiental, desigualdade social e instabilidade financeira, transcendem a escala nacional e afetam as sociedades contemporâneas e a natureza à escala global. É fácil concordar com Quinn quando afirma que “se ainda houver pessoas daqui a 200 anos, não estarão a viver como nós. Posso fazer essa previsão com confiança, porque se as pessoas continuarem a viver como nós, não haverá pessoas daqui a 200 anos” (2002: 4). A mudança é, pois, inevitável e o papel da ciência social emancipatória passa pela busca de utopias reais que incorporem ideais emancipatórios e configurações institucionais viáveis para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática, onde o poder de escolha e decisão esteja nas pessoas (Wright: 2006).

Não é necessário abraçar a religião budista para reconhecer que a Economia Budista pode dar um contributo válido para a ciência social emancipatória nas suas várias tarefas: diagnóstico e crítica do capitalismo, procura de soluções alternativas e processo de transformação. A perspetiva sistémica, as noções causalidade e interdependência e os vários planos de análise no diagnóstico e crítica do capitalismo efetuados pela Economia Budista permitem mostrar que a solução para os problemas atuais exige não só a substituição das instituições capitalistas por outras não capitalistas, como também um processo de transformação individual. Assim, não é possível substituir o capitalismo por uma economia democrática que permita o florescimento humano sem uma mudança nos valores e nas atitudes dos agentes envolvidos. Uma economia consciente, para utilizar o termo de Magnuson (2007, 2008), compreende um conjunto de instituições sociais criadas por pessoas que partilhem um conjunto de valores e ideais comuns, como empatia, solidariedade e cooperação. A enorme variedade de estudos sobre a inclusão de práticas de *mindfulness* no sistema educativo tem revelado claros resultados na introdução de valores e atitudes mais adequados a uma sociedade igualitária.

Por fim, embora estivesse fora dos objetivos deste texto analisar a diversidade das propostas dos economistas budistas sobre o desenho de configurações institucionais alternativas ao capitalismo, procurou mostrar-se que a comunicação interativa e a deliberação pública que fazem parte da tradição budista merecem mais atenção na discussão sobre a procura de soluções para os problemas contemporâneos.

Referências bibliográficas

Agassi, Joseph (1975), “Institutional individualism”, *The British Journal of Sociology*, XXVI (2), 144- 155.

Akerloff, George A.; Shiller, Robert J. (2015), *Phishing for Phools. The Economics of Manipulation and Deception*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.

- Almeida, Vasco (2016), “The Moral and Political Dimension of Economics. The Fact-Value Dichotomy”, *Annales. Ethics in Economic Life*, 19(4), 7-20.
- Andersen (1988), “Mr. Smith and the preachers: the economics of religion in the Wealth of Nations”, *Journal of Political Economy*, 96(5), 1066-1088.
- Azzi, Corry; Enhreberg, Ronald (1975), “Household Allocation of Time and Church Attendance.”, *Journal of Political Economy*, 83(1), 27-56.
- Brox, Trine; Williams-Oerberg, Elizabeth (2017), “Buddhism, Business, and Economics”, in Michael Jerryson (ed), *The Oxford Handbook of Contemporary Buddhism*. Oxford: Oxford University Press, 504-517.
- Brown, Clair (2017), *Buddhist Economics. An Enlightened Approach to the Dismal Science*. New York: Bloomsbury Press.
- Cameron, Samuel (2002), *The Economics of Sin: Rational Choice or No Choice at All?* Cheltenham: Edward Elgar.
- Daniels, Peter L. (2005), “Economics Systems and the Buddhist World View: the 21st century nexus”, *The Journal of Socio-Economics*, 34, 245-268.
- Daniels, Peter L. (2010), “Climate change, economics and Buddhism - Part 2: New views and practices for sustainable world economies”, *Ecological Economics*, 69, 962-972.
- Fisher, Daniel; Stanzus, Laura, Geiger (2017), “Mindfulness and Sustainable Consumption: A Systematic Literature Review of Research Approaches and Findings”, *Journal of Cleaner Production*, 162, 544-558.
- Granovetter, Mark (1985), “Economic action and social structure: the problem of embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510.
- Grossman, Paul (2010), “Mindfulness for Psychologists: Paying Kind Attention to the Perceptible” *Mindfulness*, 1, 87-97.
- Hyde, Andrea M; LaPrad, James G. (2015), “Mindfulness, Democracy, and Education”, *Democracy and Education*, 23(2), 1-12.
- Iannacone, Laurence R. (1998), “Introduction to Economics of Religion”, *Journal of Economic Literature*, 36(3), 1465-1495.
- Ier, Sriya (2015), “The New Economics of Religion”, *Journal of Economic Literature*, 54(2), 395-441.
- Kuran, Timur (1995), *Private Truths, Public Lies: The Social Consequences of Preference Falsification*. Cambridge, MA.: Harvard University Press.
- MacCleary, Rachel M. (2011), “The Economics of Religion as a Field of Inquiry”, in Rachel M. MacCleary (ed), *The Oxford Handbook of the Economics of Religion*. Oxford: Oxford University Press, 1-34.

- Magnuson, Joel (2007), "Pathways to a Mindful Economy", *Society and Economy*, 29(2), 253-284.
- Magnuson, Joel (2008), *Mindful Economics. How the U.S. Works, Why it Matters, and How it Could Be Different*. New York: Seven Stories Press.
- Magnuson, Joel (2017), *From Greed to Well Being. A Buddhist approach to resolving our economic and financial crises*. Bristol: Policy Press.
- Nussbaum, Martha C. (1998), *Cultivating Humanity. A Classical Defense on Reform in Liberal Education*. Harvard: Harvard University Press.
- Payutto, Ven. P.A. (1997), *Buddhist Economics, A Middle Way for the market place*. Consultado a 2 de setembro de 2019, em https://pdfs.semanticscholar.org/82f5/0a6ecfb05473800f594f88729202caeb2dcc.pdf?_ga=2.2173808.132904493.1578682123-1283192714.1578682123
- Prebish, Charles S. (2004) "Buddhist Councils", in Robert E. Buswell, Jr (ed.), *Encyclopedia of Buddhism*. New York: Thomson Gale. 187-190.
- Quinn, Daniel (2002), "The New Renaissance." *An address delivered at the University of Texas Health Science Center at Houston*. Consultado a 9 de setembro de 2019, em https://ceae.colorado.edu/~amadei/CVEN4700/PDF/_Daniel_Quinn_-New_Renaissance_.pdf
- Sen, Amartya (2014), "The Contemporary Relevance of Buda", *Ethics & International Affairs*, 28(1), 15-27.
- Schumacher, Ernest F. (1973), *Small is Beautiful: A Study of Economics as if People Mattered*. London: Abacus.
- Tomer, John F. (2017), "Why Buddhist economics is needed: overcoming large scale biophysical and socio-economic dysfunctions", *Real-World Economic Review*, 82, 143-158.
- Weber, Max (1922), *The Sociology of Religion*. Boston: Beacon Press.
- Weber, Max (1958), *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. New York: Scribner.
- Wright, Eric Olin (2006), "Compass Points, Towards a Socialist Alternative", *New Left Review*, 41, 93-124.
- Zadek, Simon (1993), "The Practice of Buddhist Economics? Another View", *American Journal of Economics and Sociology*, 52(4), 433-455.
- Zadek, Simon (1997), "Towards a Progressive Buddhist Economics", in Jonathan Watts, Alan Senauke, Santikaro Bhikku (eds). *Entering the Realm of Reality: Towards Dhammic Societies*. Bangkok: International Network of Engaged Buddhists, 241-273.
- Zsolnai, Laszlo (2007), "Western Economics Versus Buddhist Economics," *Society and Economy*, 29(2), 145-153.

Doenças Negligenciadas e Custos Sociais: quando a garantia do direito à saúde depende do poder aquisitivo do enfermo

Vitor Schettino Tresse,¹ Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
vitortresse@ces.uc.pt

Resumo: O presente trabalho surge da necessidade de (re)leitura da minha pesquisa sobre as doenças negligenciadas que, pela minha formação, se inicia na disciplina do Direito e vai para a Economia e a Sociologia por conta da realização do Doutoramento em Governação, Conhecimento e Inovação. Através da abordagem metodológica de Wimsatt, procuro revisitare as medidas de enfrentamento das doenças negligenciadas propostas no relatório *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development* da Organização Mundial de Saúde para compreender como tais medidas podem ser enquadradas conforme cada abordagem teórica dos custos sociais. Quero com isto auxiliar a pesquisa no campo das doenças negligenciadas e fortalecer a elaboração da minha tese através da construção de uma base teórica. Utilizo da análise de conteúdo de documentação indireta, bibliográfica e documental para tanto.

Palavras-chave: Filosofia de Reengenharia; Doenças Negligenciadas; Custos Sociais

Introdução

No final da década de 90, a partir da formação do Grupo de Trabalho sobre Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DND Working Group, na sigla em inglês) pela Organização Mundial da Saúde (WHO, na sigla em inglês), organizações não-governamentais, representantes de indústrias farmacêuticas e pesquisadores, a comunidade internacional passa a ser alertada sobre uma série de doenças para as quais as opções de tratamento eram inexistentes ou inadequados, não demandavam o interesse necessário por parte do poder público e cujo mercado não atraía o setor privado para a pesquisa e a produção de novas drogas por atingir a parcela pobre da população mundial.²

Passadas duas décadas, vários são os diagnósticos e as propostas de solução: se por um lado, a WHO em *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*, defende um complexo conjunto de iniciativas que incluem incentivos fiscais, financiamento público e privado no processo de produção de novas drogas e o reforço nos direitos de propriedade intelectual, por outro, propostas colaborativas como a *Drugs for Neglected*

¹ Doutorando em Governação, Conhecimento e Inovação no Centro de Estudos Sociais/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

² Nesse sentido, ver o relatório *Fatal imbalance: the crisis in research and development for drugs for neglected diseases* da Campanha de Acesso aos Medicamentos Essenciais dos Médicos Sem Fronteiras em trabalho conjunto com o DND Working Group, disponível em: https://www.dndi.org/wp-content/uploads/2009/03/fatal_imbalance_2001.pdf.

Diseases initiative (DNDi) demonstram que a manutenção de um fluxo de inovação não depende de um robusto sistema de proteção a tais direitos.³

Diante da incapacidade do mercado de garantir a afetação “eficiente” dos recursos econômicos no caso das doenças negligenciadas, a proposta do presente trabalho consiste em realizar o seguinte questionamento: como as medidas pensadas pela WHO para o enfrentamento destas doenças podem ser compreendidas e classificadas considerando cada abordagem teórica dos custos sociais?

Com esta proposta quero entender, sistematizar e classificar as medidas de enfrentamento das doenças negligenciadas do relatório *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development* para que este estudo seja utilizado como ferramenta para as pesquisas nesta área, incluídos aí, o meu projeto de pesquisa e a própria tese no Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação (DGCI) do Centro de Estudos Sociais (CES) em parceria com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC).

Para tanto, utilizo a metodologia científica desenvolvida por Wimsatt, em *Re-Engineering Philosophy for Limited Beings: Piecewise Approximations to Reality*, pois, para além das idealizações da ciência e da filosofia que veem o conhecimento apenas na certeza, tal metodologia defende a imprescindibilidade das tecnologias, dos procedimentos materiais e das estruturas sociais que são elaborados para buscar e verificar os resultados. Nessa nova perspectiva, o autor é visto como ser real, limitado, com prazos a serem cumpridos e propenso a erros que, a partir destas variáveis, estrutura a busca de soluções. Com fundamento nesta teoria, utilizei as disciplinas do Doutorado, os seminários, os ensaios destas disciplinas e os momentos de discussão como o Congresso, *Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em Torno do Legado de Erik Olin Wright*, como um processo cumulativo e histórico de aprendizado que emprega o erro como retroalimentação para a elaboração do meu projeto de pesquisa e da própria tese.

Pretendo utilizar, ainda, o método de análise do conteúdo, visto que, a partir dos objetivos traçados, proponho o estudo de um relatório para construir um sistema analítico de classificação das medidas propostas conforme sua pertinência a cada uma das teorias dos custos sociais. Quanto às técnicas de pesquisa, foram utilizadas a documentação indireta, bibliográfica e documental.

Para uma melhor estruturação deste trabalho, dividi-o em cinco partes. Primeiro, informo a proposta de ciência de Wimsatt para demonstrar como ela foi aqui aplicada. Após, em seções separadas, transcrevo as principais características das doenças negligenciada e as teorias econômicas sobre os custos sociais para, em um campo próprio, realizar o enquadramento das medidas propostas pela WHO no relatório citado *supra* conforme sua pertinência em tais teorias. Finalmente, ao retomar minha proposta, concluo de modo a sistematizar todos os pontos abordados durante o artigo, citando, inclusive, os resultados alcançados desde a proposta inicial deste trabalho até a sua escrita.

Saliento, por fim, que este estudo é inovador, pois se é possível encontrar trabalhos com a sistematização de medidas de enfrentamento de problemas como a poluição ambiental e/ou a criminalidade, não foram encontradas análises semelhantes para as doenças negligenciadas.

³ Nesse sentido, ver as políticas sobre propriedade intelectual da DNDi, disponível em: https://www.dndi.org/wp-content/uploads/2018/03/DNDi_Intellectual_Property_Policy.pdf.

Filosofia de re-engenharia para seres limitados

A Filosofia de Reengenharia para Seres Humanos Limitados de Wimsatt (2007) foi apresentada pelo Professor João A. Nunes na disciplina Ciência, Tecnologia e Conhecimento em Sociedade lecionada no segundo semestre de 2018. Para o professor (Nunes, 2018), o foco do autor na limitação do cientista enquanto ser humano quando da realização de sua pesquisa seria muito útil para os alunos do DGCI que possuem formação diferente da Sociologia e da Economia (linhas principais do doutoramento).

Desde então, como proposto pelo próprio Wimsatt (2007), utilizo as disciplinas, os seminários e os ensaios do Doutorado como um processo cumulativo e histórico de aprendizado que emprega o erro como retroalimentação para a elaboração da tese.⁴ Inclusive, é nesta perspectiva que o Congresso do CES, Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em Torno do Legado de Erik Olin Wright, surge como uma excelente oportunidade de discussão da pesquisa que realizei até o presente momento. Passado esse pequeno esclarecimento, exploremos um pouco mais esta perspectiva científica.

Wimsatt (2007) inicia sua proposta metodológica a partir de uma reflexão, no mínimo paradoxal, de que, apesar dos acadêmicos/cientistas afirmarem buscar a verdade, fingem que sempre a tiveram. Conforme o autor, prega-se com orgulho o fato da ciência ser falível e testável, mas as pessoas envolvidas com a pesquisa científica se envergonham dos estudos que são posteriormente contestados ou refutados, os resultados negativos, por sua vez, não são relatados e os erros só são válidos se realizados por outras pessoas ou por gerações anteriores.

Para Wimsatt (2007), muitas destas contradições emergem das idealizações da ciência e das visões filosóficas que veem o conhecimento apenas na certeza. Afirma ele que, apesar das ciências serem os “repositórios de verdade melhorados neste planeta” (Wimsatt, 2007:4), tão importante quanto, são “as tecnologias cognitivas, os procedimentos materiais e as estruturas sociais que elaboramos para buscar e verificar nossos resultados”.

Wimsatt (2007:5) propõe, então, começar sua Filosofia de Reengenharia focando na face heurística do raciocínio humano à medida que cria e modifica os procedimentos, e, de um contexto de problemas reais, pois, muito além das idealizações abstratas, é nesses dois fatores que os humanos, enquanto “seres bem adaptados, mas limitados e propensos a erros”, estruturam a busca por soluções. Para o autor, necessita-se de uma filosofia da ciência que “possa ser perseguida por pessoas reais, em situações reais, em tempo real, com os tipos de ferramentas que realmente temos agora ou em um futuro realisticamente possível”, daí, ele afirmar que seu projeto de filosofia é para sistemas bagunçados, para o mundo real, o “entre” e para as diversas ecologias da realidade.

Segundo Wimsatt (2007), seu foco na heurística se deve ao fato dos princípios deste processo cognitivo não poderem ser considerados, fundamentalmente, nem axiomas nem algoritmos, e, além disso, serem reajustáveis, remodeláveis, recontextualizáveis e, muitas vezes, reconectáveis aos poucos rearranjos de adaptações ou exaptações existentes. Entretanto, ressalta o autor que essa nova lógica de se fazer a ciência não deve resultar na formulação de novos axiomas assim como o fez o fundacionalismo neoclássico. Para ele, será necessário, também: i) uma mudança no escopo das regras de inferência aceitáveis; ii) uma nova concepção de fundamentos, que devem ser dinâmicos e potencialmente mutáveis; iii) uma concepção mais tolerante a erros da organização das estruturas conceituais; e, iv) um novo tratamento do erro.

⁴ A presente seção foi utilizada com pequenas alterações e adaptações nos ensaios finais da disciplina e do seminário de Ciência, Tecnologia e Conhecimento em Sociedade e na disciplina Economia Política do DGCI.

Especificamente quanto ao tratamento do erro, Wimsatt (2007) informa que os mecanismos adaptativos propostos devem ser capazes de detectar, alimentar e responder a erros em diferentes níveis e em vários contextos. Este novo foco, segundo o autor, permite que a abordagem não seja apenas na maneira na qual as estruturas generativas funcionam, mas como são os processos de modificações e quais padrões estas mudanças devem seguir, temas centrais para uma leitura mais completa da natureza dos processos evolutivos e de desenvolvimento.

Além disso, na proposta de Wimsatt (2007:337), as generalizações, inclusive as normativas, continuam sendo necessárias, apesar de mais sensíveis aos detalhes do contexto, mais enraizadas em heurística de efetiva e eficiente resolução de problemas e baseada na racionalidade limitada enquanto ferramenta substituível. Defende o autor que a lição mais importante a ser aprendida é que o fluxo do conhecimento não é “unidirecional da teoria à aplicação (como a maioria dos filósofos e historiadores das ciências básicas parecem pensar)”, nesse sentido, os modelos realistas do cientista como solucionador de problemas e tomador de decisões são essenciais.

Finalmente, a partir da perspectiva heurística, Wimsatt (2007) elenca algumas recomendações de como proceder que foram observadas neste ensaio sempre que possível: i) a ciência é realmente feita para novos *insights* metodológicos e não apenas para a confirmação seletiva de teorias filosóficas atuais; ii) deve-se incorporar as preocupações mais tradicionais de justificação e descoberta em uma prática teórica; iii) a generalidade absoluta não é o único objetivo que vale a pena ser perseguido na ciência, o conhecimento detalhado de um caso enriquece o conhecimento das generalizações e melhora o conhecimento dos limites e das exceções, iv) olhar para os contextos de descoberta, de criação e de invenção e não somente para os contextos de justificação, com o cuidado de que os primeiros não absorvam todo o conjunto de problemas metodológicos interessantes; v) a aplicação da teoria não é uma questão trivial, exige muito trabalho imaginativo; vi) não aceitar teorias banais, extremas, frágeis e de moda que provam muito e de maneira muito fácil, muitas vezes com reducionismos a um “fator único”; vii) demonstrar senso prático sobre as limitações de uma linha de argumentação, ou seja, iniciar a partir das inferências relativamente próximas ao assunto escolhido; viii) fornecer algo útil para os cientistas ou fazê-los prestar atenção depende do reconhecimento da saliência dos problemas levantados e ix) não aceitar as teorias filosóficas que tenham como consequência a afirmação de que a maioria dos cientistas não sabia o que estavam fazendo ou que estejam fazendo errado, pois a ciência tem funcionado muito bem por muito tempo para que isso seja verdade.

Mas afinal, doenças negligenciadas?

Ponto fundamental para o desenvolvimento do presente trabalho é descrever o que se entende por doenças negligenciadas e o tremendo impacto que possuem ao redor do mundo, ainda que a proposta aqui não seja esgotar o tema. Dentro da lógica de Wimsatt (2007) busco, não só atualizar as informações que possuo sobre o tema, mas melhor orientar este trabalho e o seu leitor, até porque, como informado, fornecer algo útil para os cientistas ou fazê-los prestar atenção depende do reconhecimento da saliência dos problemas levantados.

Nesse sentido, conforme a WHO (2018), as doenças negligenciadas caracterizam-se por ser um grupo diversificado de doenças transmissíveis prevalentes em condições tropicais e subtropicais em 149 países que afetam, principalmente, as “populações que vivem na pobreza, sem saneamento adequado e em contato próximo com vetores infecciosos” seja por conta de animais doméstico ou pecuária, o que representaria “mais de um bilhão de pessoas” e prejuízos que, todo ano, giram em torno de “bilhões de dólares para economias em desenvolvimento”.

Atualmente, 23 doenças são assim consideradas pela WHO (2018): Micetoma, Cromoblastomicose e outras micoses profundas; Sarna e outros ectoparasitas; Envenenamento por picada de cobra; Úlcera de Buruli, Doença de Chagas; Dengue e Chikungunya; Dracunculíase (Doença do Verme de Guiné), Equinococose; Trematodíases de origem alimentar, Tripanossomíase Humana Africana (Doença do Sono), Leishmaniose, Hanseníase, Filariose Linfática, Oncocercose (Cegueira do Rio) e Raiva, Esquistossomose, Helmintíases transmitidas pelo solo, Taeníase/Cisticercose, Tracoma e Treponematoses Endêmicas.⁵

E, considerando que, a literatura oficial ou científica sobre o tema é unânime ao considerar tais doenças como uma falha de mercado, encontrei aqui um ponto interessante para o início do caminhar da pesquisa, até porque, conforme Wimsatt (2007), a aplicação da teoria não é uma questão trivial, exige muito trabalho imaginativo e a necessidade de senso prático sobre as limitações de uma linha de argumentação recomenda iniciar a partir das inferências relativamente próximas ao assunto escolhido.⁶

Externalidades, falhas de mercado e custos sociais

Considerando que as teorias econômicas sobre as falhas de mercado surgem com o pensamento econômico neoclássico, a proposta desta seção é apresentar alguns pontos iniciais e importantes sobre este pensamento para demonstrar o caminho teórico percorrido para que tal fenômeno, inicialmente, caracterizado como uma externalidade, passe a ser entendido como falha de mercado e, posteriormente, como custo social.⁷

Nesse sentido, Caporaso e Levine (1992:79) informam que o começo do sistema neoclássico se dá em 1870 com o surgimento da economia marginalista que fez com que a economia passasse a ser “pensada menos em termos de produção e reprodução material e mais como uma ação humana lógica” e, por isso, não pode ser definido, apenas, como “uma versão moderna e atualizada da economia política clássica”. Para os autores, a revolução marginalista parte, de dois pressupostos: i) a estruturação de uma teoria do valor baseada na intensidade dos sentimentos subjetivos em substituição da teoria clássica de valor-trabalho e ii) o desenvolvimento do cálculo marginal como uma poderosa ferramenta conceitual e metodológica.

Caporaso e Levine (1992:79-80) afirmam que a noção de “escolha limitada” é central ao pensamento neoclássico: o “indivíduo é entendido como um agente [...] que decide entre cursos alternativos de ação de acordo com o como ele imagina que essas ações irão afetá-lo”. Aqui, ressaltam os autores que é pressuposto que os seres humanos são motivados a “buscar o mais alto nível de satisfação”, ou ainda, “o mais alto grau de felicidade” das suas vontades conforme os recursos disponíveis, e para tanto, a ação que melhor fornecer satisfação ou felicidade (maximização) será escolhida a partir do ranqueamento (ordenação de preferência) das várias alternativas.

⁵ Para saber como tais doenças são assim consideradas e os critérios utilizados pela WHO, acessar: https://www.who.int/neglected_diseases/diseases/Adoption_additional_NTDs.pdf.

⁶ Sobre o enquadramento das doenças negligenciadas como uma falha de mercado, conferir o próprio relatório, Fatal imbalance: the crisis in research and development for drugs for neglected diseases (cf. *supra* nota de rodapé nº 2), a revisão de literatura feita por Aerts *et al.* (2017) na qual os autores, afirmando a presença de uma falha de mercado, confirmam a importância das parcerias público-privadas (PPP) na criação de mecanismo de *push*, *pull* e *hybrids* para a indução de inovação para doenças negligenciadas e o trabalho feito por Weng *et al.* (2018) no qual, pressuposta a existência de uma falha de mercado através da citação de outro trabalho, os autores corroboram as conclusões sobre a importância das PPPs na redução de custos para as pesquisas e produção de novos medicamentos para doenças negligenciadas.

⁷ Esta seção foi utilizada com algumas alterações e adaptações no ensaio final da disciplina Economia Política Contemporânea, disciplina utilizada para estudar e melhor compreender a teoria neoclássica que é o foco de muitas críticas feitas no DGCI.

Nesta lógica, o termo “escolha racional” para Caporaso e Levine (1992:80) refere-se, “às tomadas de decisão com base em uma ordenação internamente consistente” que assim o será “se uma preferência por qualquer item A sobre outro item B unido à preferência por B sobre C implica em preferência por A sobre C”, pois, “ao fazer escolhas racionais que seguem nossas preferências, nós, *ipso facto*, maximizamos nosso bem-estar”.⁸ Para os autores, considerando a possibilidade de comparação do grau de satisfação de diferentes bens para um agente particular, na teoria neoclássica, a escolha racional pressuporá, também, a escassez enquanto incapacidade de satisfação plena dos desejos, seja por conta das condições subjetivas do sujeito ou das condições naturais do bem.

Ocorre que, conforme, Caporaso e Levine (1992:81), os conceitos de escolha racional e maximização na teoria neoclássica podem ser aplicados de maneira mais ampla, pois, “sempre que agimos de maneiras que afetam nosso nível de satisfação subjetiva, estamos escolhendo com base na maximização em face da escassez”. Com este pressuposto, os autores afirmam que a abordagem neoclássica busca, então, definir “as condições para maximização do bem-estar de um sistema interconectado de indivíduos”.

Caporaso e Levine (1992:81-82), esclarecem, entretanto, que o “bem-estar do grupo deve ser definido diferentemente do (embora com base no) bem-estar do indivíduo”. Para os autores, “a noção implícita de bem-estar coletivo carrega o mesmo significado que a noção de transação voluntária baseada na escolha racional individual”. Assim, se uma transação não melhorar o bem-estar, não deveria ocorrer, pois, “dadas as informações apropriadas, o desejo de maximizar sua satisfação individual levará as partes a trocar elementos do seu patrimônio”. Nesse sentido, “e sob estas condições”, para a teoria neoclássica, “a instituição da transação voluntária baseada no respeito pelo direito de propriedade (troca) leva a uma melhoria no bem-estar dos contratantes como um grupo (Caporaso e Levine, 1992:82-83), de modo que:

em um mercado ‘perfeito’ caracterizado por um número muito grande de participantes, haverá, sob condições apropriadas, um preço único para cada bem que permita que todas as transações de melhoria do bem-estar ocorram. Tal preço surge de ações independentes e voluntárias dos indivíduos que buscam a maximização da satisfação privada. Se os preços forem flexíveis no sentido de que as partes são livres para realizar transações a qualquer taxa que considerem mutuamente benéficas, elas tenderão, sob hipóteses apropriadas, a se estabelecer em níveis que permitam todas as transações de melhoria do bem-estar. Sob essas premissas, os processos de livre mercado produzem um ótimo bem-estar social. A Economia denomina este tipo de bem-estar de grupo como o Ótimo de Pareto depois de seu descobridor, Vilfredo Pareto.

Ressaltam os autores, entretanto, que os mercados livres nem sempre são ideais segundo os padrões neoclássicos pelo fato de terceiros serem afetados por uma transação da qual não fazem parte e que nem sempre é benéfica, as denominadas “externalidades”.

Nesse sentido, Neves (2016b:64) informa que, em sua origem, mais especificamente no trabalho de Arthur Pigou (1877-1959), *Economics of Welfare* [4.^a ed.; orig. 1920], os custos sociais foram considerados externalidades, ou seja:

consequências não planejadas da atividade de um ou mais agentes econômicos (indivíduos ou empresas) sobre o bem-estar ou a capacidade produtiva de outro ou outros intervenientes no processo econômico e relativamente as quais não é possível obter ou exigir compensação. São efeitos residuais ou secundários da atividade econômica principal do agente – efeitos “externos” – que escapam à ação do mecanismo de preços. São deseconomias externas.

⁸ Segundo Caporaso e Levine (1992:80), a escolha racional pode ocorrer entre um conjunto de opções mutuamente exclusivas, como, por exemplo, ocorre no exercício do direito de voto ou pode significar decidir qual, dentre um conjunto de opções desejadas, “queremos mais, quando gostaríamos de consumir todo o conjunto, mas, por algum motivo, não podemos”, no caso, por exemplo, de queremos o bem A e o bem B, mas só temos dinheiro suficiente para adquirir um deles.

Para o autor (Neves, 2016b:64-65), o problema neste momento identificado representa: i) “a incapacidade do mecanismo de preços induzir uma compensação pelos danos causados, ou, na linguagem dos economistas, levar à internalização desses efeitos”, ii) “uma *falha do mercado*, ou seja, uma situação em que os mercados se revelam incapazes de garantir a afetação ‘eficiente’ dos recursos econômicos”, iii) a violação do ótimo de Pareto e a impossibilidade de sua concretização por não ser possível “uma compensação, na lógica do teste da melhoria potencial” deste ótimo, isto é, “nas situações em que os danos causados pela ação de um agente são maiores do que as vantagens que trazem para um qualquer outro agente ou setor da economia” e iv) uma justificativa para uma ação corretiva, geralmente, pela ação do Estado por via de impostos, subsídios ou regulamentação pública, conforme a tradição pigouviana.

Nas palavras do próprio Pigou (1932:129), seu objeto de estudo não são os ajustes realizados por instituições para direcionar interesses pessoais para fins sociais mais elevados, nem mesmo as deficiências destes ajustes que podem fazer com que “interesses não-econômicos mais elevados” sejam sacrificados por “interesses econômicos menos importantes”, pois:

Além desses, existem muitos obstáculos que impedem que os recursos de uma comunidade sejam distribuídos entre diferentes usos ou ocupações da maneira mais eficaz. O estudo destes constitui o nosso problema atual. Esse estudo envolve algumas análises difíceis. Mas seu objetivo é essencialmente prático. Ele procura trazer à luz mais clara algumas das maneiras pelas quais agora é, ou eventualmente pode se tornar, viável para os governos controlar o jogo das forças econômicas de maneira a promover o bem-estar econômico e, por meio disso, o bem-estar total, dos seus cidadãos como um todo.

Por outro lado, para Neves (2016b:65), com Ronald Coase há a rejeição tanto da “ideia dos custos sociais como danos *externos*” quanto o próprio termo “externalidades”, pois para este autor é:

inadequado pensar o problema dos custos sociais como o resultado da imposição unilateral de um dano a outrem, como uma questão de falta de compensação (internalização) por parte do agente gerador do dano ao(s) agente(s) que suporta(m) esse dano. Todos são, em última instância, responsáveis pela existência e resolução do problema.

Em Coase (1960, p. 13 *apud* Neves, 2016b:66), os custos sociais decorreriam de situações nas quais os agentes envolvidos estabelecem entre si uma relação de reciprocidade no que diz respeito ao objeto do dano, de modo que, na relação entre dois agentes, A e B, “ambas as partes causam o dano”, “evitar o dano a B implica causar um dano a A”, “os custos existem para ambas as partes e são comensuráveis, e por isso, “é desejável que ambas levem em consideração o dano ao decidir como agir”. Isto leva Neves (2016b:66 e 68) a afirmar que os custos sociais serão, para Coase, “um problema derivado da indefinição dos direitos de propriedade que tornem possível (e facilitem) as transações”, em outras palavras, “um problema institucional de que decorre da *inexistência de mercados*” e, por conta disso, “de uma falha do Estado (Medema, 1996:102 *apud* Neves, 2016b:66).

Neste sentido, para o autor (Neves, 2016b:66-67), o “teorema de Coase”, enquanto solução desta falha, credita ao direito (e aos tribunais) um papel fundamental na afetação dos recursos econômicos ao defender a definição clara dos direitos, pois assim, “a sua transação (voluntária) a favor de quem mais os valoriza poderá ocorrer conduzindo a uma alocação eficiente de Pareto independentemente da atribuição inicial dos direitos de propriedade, o que ‘só poderá acontecer na ausência de custos de transação’”.

Quanto à questão de a quem deve ser atribuídos os direitos de propriedade, Coase (1960, p. 2, p. 27 *apud* Neves, 2016b, p. 67) é claro ao defender a necessidade de se evitar o dano mais grave:

em vez de colocar todo o ônus no “responsável” pelo dano e tentar por todos os meios eliminar esse dano, a solução para o problema dos custos sociais residiria na escolha da alternativa mais vantajosa. É um exercício de cálculo de ganhos e perdas. Trata-se de saber se o ganho resultante de impedir o dano é maior ou menor do que a perda provocada pela ação visando a sua eliminação.

Entretanto, quando da resolução de um caso concreto, interessante citar aqui a diferença de análise do economista e do jurista no entendimento de Coase (1960:14):

O raciocínio empregado pelos tribunais na determinação dos direitos legais muitas vezes parecerá estranho para um economista, porque muitos dos fatores em que a decisão se volta são, para um economista, irrelevantes. [...] O problema econômico era decidir qual escolher: menor custo de cerveja e melhores comodidades. Ao decidir esta questão, a "doctrine of lost grant" é tão relevante quanto a cor dos olhos do juiz. Mas é preciso lembrar que a questão imediata enfrentada pelos tribunais não é o que deve ser feito por quem, mas quem tem o direito legal de fazer o que. Sempre é possível modificar por transações no mercado a delimitação legal inicial de direitos. E, é claro, se essas transações de mercado não custarem, tal reorganização de direitos sempre ocorrerá se levar a um aumento no valor da produção.

É por todo o exposto sobre Coase que Neves (2016b:68) afirma, em resumo, que o autor “redefine a natureza do problema” e “põe em causa a abordagem tradicional das externalidades”, em dois pontos: 1) “a ideia de que os custos sociais correspondem a uma falha de ‘mercado’”; e 2) o entendimento de que a resolução do problema passa inevitavelmente por ações ‘corretivas’ do Estado, designadamente impostos e subsídios”. Para o autor, em Coase, os custos sociais são, “em última instância, um problema institucional de que decorre a *inexistência de mercados*”.⁹

Finalmente, conforme Neves (2016b:68-69), a abordagem de Karl William Kapp sobre os custos sociais “rompe em vários aspectos fundamentais com as abordagens anteriores”, por considerá-los “fenômeno generalizado nas economias capitalistas” enquanto “custos ‘não pagos’ pelos agentes que os produzem, intrinsecamente ligados a atividade produtiva e inevitáveis no quadro das economias baseadas no lucro” que podem, entretanto serem minimizados “através de reformas e mudanças institucionais apropriadas”.

Para o autor, no entendimento de Kapp, “a busca do lucro resulta num prêmio à minimização dos custos privados de produção” que leva as empresas a “transferir para terceiros e para a comunidade em geral, e efetivamente a *maximizar*, os custos sociais”, de modo que, os custos sociais são “uma característica *intrínseca* e *necessária* ao funcionamento das economias baseadas no lucro” (Neves, 2016b:69).

Para Kapp (1970, p. 840), os fenômenos definidos como externalidades ou falhas de mercado pela teoria econômica tradicional só podem ser assim caracterizados, se entendermos este conceito como uma “falha do sistema de mercado e da economia convencional em aceitar as interdependências e cadeias causais complexas que há muito deixaram de ocupar um lugar periférico nas sociedades industriais modernas”.

Através desta nova perspectiva, Kapp põe em causa a busca de soluções pela via do mercado ou com base no cálculo econômico baseado nos seus preços propondo “controles sociais *ex ante*”, “mínimos sociais”, “um princípio de precaução em contextos de incerteza” e “na resolução democrática de conflitos de interesse e necessidades” (Neves, 2016b, p. 63).

⁹ Ressalto que para Neves (2016b:68), o raciocínio de Coase é ainda compatível com a teoria microeconômica tradicional por pressupor, “tal como esta, a possibilidade do cálculo econômico com base na hipótese de comensurabilidade de custos e benefícios”.

Análise das propostas do relatório ‘Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development’ ou como a escala da pesquisa importa

O primeiro ponto importante desta seção é informar que, apesar da proposta inicial do resumo enviado para a avaliação e seleção de apresentações no Congresso, Transformar o Capitalismo com Utopias Reais: Em Torno do Legado de Erik Olin Wright, ser a de analisar outras perspectivas que não só o relatório, Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development, verificou-se ser isto inviável durante a elaboração deste trabalho, não só por conta do limite de tempo, mas também, por causa dos compromissos deste autor com a qualificação no DGCI.¹⁰ Não à toa, o referencial teórico deste trabalho defende a importância de se considerar a face heurística do raciocínio humano à medida em que cria e modifica os procedimentos e, de, em um contexto de problemas reais, pois, é nesses dois fatores que o pesquisador enquanto ser humano se adapta e a partir das suas limitações estrutura a busca por soluções.

Ressalto, entretanto, que tal alteração não afetou nem a riqueza, nem a profundidade de informações encontradas, pois, se inicialmente havia estudado referido relatório na lógica disciplinar de um mestrado em Direito, com o DGCI, foi possível analisá-lo a partir das correntes de pensamentos sobre os custos sociais descritas na seção anterior.¹¹

E justamente, por conta desta releitura do relatório a partir das teorias sobre os custos sociais, uma segunda alteração no resumo sentiu-se necessária. Como será demonstrado a seguir, tais teorias proporcionaram uma mudança de perspectiva (ou de escala, como descrito no título da seção) do relatório, ao ponto de, já não mais fazer sentido classificar cada uma das propostas da WHO conforme tais teorias.¹²

No que diz respeito à análise do relatório, a Comissão sobre Macroeconomia e Saúde (CMS) da WHO foi criada em 2000 para estudar o papel da saúde no desenvolvimento econômico global. Conforme comunicado da Comissão presente na página 8 dos elementos pré-textuais do relatório (WHO, 2001:viii):

Embora a saúde seja amplamente entendida como um objetivo central e um importante resultado do desenvolvimento, a importância de investir na saúde para promover o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza tem sido muito menos apreciada. Descobrimos que estender a cobertura de serviços cruciais de saúde, incluindo um número relativamente pequeno de intervenções específicas, para os pobres do mundo, pode salvar milhões de vidas a cada ano, reduzir a pobreza, estimular o desenvolvimento econômico e promover a segurança global.

A partir desta proposta, pode-se dizer, que o relatório busca demonstrar como chegou à esta descoberta, o quanto de investimento em saúde é necessário para promover o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, como esse investimento deve ser realizado, os resultados monetários ou não esperados deste investimento e a metodologia

¹⁰ A proposta inicial deste trabalho foi inspirada no trabalho de O’Neil (2017), “Markets, Ethics and Environment” que tive contato por conta do Seminário em Governança, Instituições e Políticas Públicas do DGCI.

¹¹ Não é uma das propostas deste ensaio realizar uma análise das abordagens disciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares da pesquisa científica, apesar do profundo impacto neste trabalho. Para tanto, verificar, Neves (2017), “Economia e Interdisciplinaridade: Porque é que a Economia não pode ser deixada apenas aos economistas?”.

¹² Esta mudança de escala de uma visão especializada para uma visão mais geral é muito bem retratada por Wimsatt (2007:24) através do desenho animado de Charles Addams, Driving a jeep in giant footprints, do início da década de 60.

utilizada nesta mensuração. As próprias medidas propostas pela CMS (WHO, 2001:18) definem e resumem bem isto:¹³

Agenda de Ação de Investimento em Saúde Para o Desenvolvimento Econômico

1. Cada país de baixa e média renda deve estabelecer uma Comissão Nacional de Macroeconomia e Saúde (NCMH) temporária, ou equivalente, para formular um programa de longo prazo para ampliar as intervenções essenciais de saúde como parte de seu quadro geral no Relatório de Estratégia de Redução de Pobreza (PRSP). A WHO e o Banco Mundial devem ajudar as Comissões nacionais a estabelecer linhas de base epidemiológicas, metas operacionais e uma estrutura para o financiamento de doadores a longo prazo. Os NCMHs devem concluir seus trabalhos até o final de 2003.

2. A estratégia de financiamento deve prever um aumento dos recursos orçamentários nacionais para a saúde de 1% do GNP até 2007 e 2% do GNP até 2015 (ou menos, se um pequeno aumento for suficiente para cobrir os custos da expansão, como pode ser verdade em alguns países de renda média). Para os países de baixa renda, isso implica um gasto orçamentário adicional de US \$ 23 bilhões em 2007 e US \$ 40 bilhões em 2015, dos quais os países menos desenvolvidos respondem por US \$ 4 bilhões em 2007 e US \$ 9 bilhões em 2015, e os outros países de renda baixa de acordo com a balança. Os países também devem tomar medidas para melhorar a eficiência dos gastos com recursos domésticos, incluindo uma melhor priorização dos serviços de saúde e o incentivo a esquemas de financiamento comunitário para garantir um melhor agrupamento de riscos para as famílias pobres.

3. A comunidade internacional de doadores deve comprometer recursos de doações adequados para países de baixa renda, a fim de garantir a cobertura universal de intervenções essenciais, bem como pesquisa e desenvolvimento e outros bens públicos. Alguns países de renda média também precisarão de assistência para cobrir os custos financeiros da expansão do controle do HIV/AIDS. De acordo com nossas estimativas, as necessidades totais de doações serão de US \$ 27 bilhões por ano em 2007 e de US \$ 38 bilhões por ano em 2015. Além disso, o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento devem oferecer maiores empréstimos não concessionais a países de renda média, com o objetivo de melhorar seus sistemas de saúde. [...]

4. A comunidade internacional deve estabelecer dois novos mecanismos de financiamento, com a seguinte escala aproximada de desembolsos anuais até 2007: Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária (GFATM), US \$ 8 bilhões; e o Fundo Global de Pesquisa em Saúde (GHRF), US \$ 1,5 bilhão. Despesas adicionais de pesquisa e desenvolvimento de US \$ 1,5 bilhão por ano devem ser canalizadas através de instituições existentes, como TDR, IVR e HRP na WHO, bem como no Fórum Global de Pesquisa em Saúde e em várias parcerias público-privadas que atualmente buscam o desenvolvimento de novos medicamentos e vacinas. Programas nacionais também devem direcionar pelo menos 5% dos gastos para a pesquisa operacional.

5. O fornecimento de outros Bens Públicos Globais (GPGs) deve ser reforçado por meio de financiamento adicional de agências internacionais relevantes, como a Organização Mundial de Saúde e o Banco Mundial, em US \$ 1 bilhão por ano a partir de 2007 e US \$ 2 bilhões por ano a partir de 2015. Esses GPGs incluem controle de doenças em nível internacional, coleta e análise de dados das tendências globais da saúde (como carga de doenças), análise e disseminação das melhores práticas internacionais em controle de doenças e sistemas de saúde, e assistência e treinamento técnico.

6. Para apoiar os incentivos do setor privado no desenvolvimento de medicamentos em estágio avançado, a “orphan drug legislation” nos países de alta renda deve ser modificada para englobar doenças dos pobres, como as doenças transmitidas por vetores tropicais. Além disso, o GFATM e outras entidades doadoras e compradoras devem estabelecer pré-compromissos na aquisição de novos produtos a preços comercialmente viáveis.

7. A indústria farmacêutica internacional, em cooperação com os países de baixa renda e a OMS, deve garantir o acesso dos países de baixa renda a medicamentos essenciais através de compromissos de fornecer

¹³ As siglas e termos técnicos específicos foram deixados em inglês como no original.

medicamentos essenciais ao menor preço comercial viável nos países de baixa renda, e licenciar a produção de medicamentos essenciais para produtores de genéricos, conforme garantido pelas condições de custo e/ou fornecimento, conforme discutido em detalhes no Relatório.

8. Os governos membros da OMC devem garantir salvaguardas suficientes para os países em desenvolvimento e, em particular, o direito dos países que não produzem os produtos farmacêuticos relevantes de invocar o licenciamento compulsório para importações de fornecedores de genéricos de terceiro país.

9. O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial devem trabalhar com os países beneficiários para incorporar a ampliação da saúde e outros programas de redução da pobreza em uma estrutura macroeconômica viável.

Nesse sentido, ainda que sejam mais complexas do que as simples transações em um caso concreto, acredito que estas devem ser enquadradas dentro da teoria de falha de mercado de Coase, pois, i) em um contexto de globalização, a OMS reconhece a responsabilidade de toda a comunidade internacional nos problemas relacionados à pobreza, ii) todas as medidas e os gastos são justificados com base no desenvolvimento econômico e na redução da pobreza global, e, finalmente, iii) a eficiência na alocação dos recursos é fundamental. É, por conta desta interessante unidade de justificativa destas medidas que a proposta inicial de análise individual e especializada de cada uma delas perdeu o sentido.

Além disso, o estudo do relatório a partir de uma perspectiva mais abrangente permitiu-me perceber que, na dissertação, construí um referencial teórico que vê a saúde como um fim em si mesmo e a partir dele, foquei na questão da indução de inovação através de iniciativas colaborativas como a DNDi, desconsiderando toda a métrica realizada pela OMS.¹⁴

O que acontece se utilizo a teoria econômica de Kapp dos custos sociais como referencial teórico para analisar o tema das doenças negligenciadas? As atuais medidas propostas pela WHO continuam válidas? Seriam, as medidas por ela propostas, a solução para estas doenças? Se sim, são necessárias adaptações? Se não, quais são as alternativas? São as próximas perguntas que buscarei responder na minha pesquisa no DGCI.

Conclusão

Algumas conclusões importantes podem ser destacadas. Primeiro, o exercício de utilizar a metodologia proposta por Wimsatt foi muito importante para o atual momento da minha pesquisa no DGCI de elaboração do projeto de tese por conta da sua proposta de analisar a pesquisa científica como um processo cumulativo e histórico de aprendizado que emprega o erro como retroalimentação.

Nesse sentido, destaco o estudo da teoria econômica neoclássica, das teorias sobre os custos sociais, o revisitar da minha pesquisa realizada durante o mestrado a partir de uma perspectiva mais abrangente e o exercício de enquadramento das propostas da WHO no relatório, *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*. Tudo isto, permitiu-me fazer uma série de questionamentos para o meu projeto que, dependendo da resposta, exigem uma profunda alteração no caminho a ser percorrido na pesquisa.

Entre eles, destaco: o que acontece se utilizo a teoria econômica de Kapp dos custos sociais como referencial teórico para analisar o tema das doenças negligenciadas? As atuais medidas propostas pela WHO continuam válidas? Seriam, as medidas propostas para os custos

¹⁴ Nesse sentido ver, Vitor Tresse (2015), *Doenças Negligenciadas e Patente de Fármacos: por uma proposta colaborativa*.

sociais pelo o autor, a solução para estas doenças? Se sim, são necessárias adaptações? Se não, quais são as alternativas?

Finalmente, ficou clara a necessidade de se aprofundar os estudos de outros autores da teoria neoclássica e dos custos sociais, bem como, de outras iniciativas propostas para doenças negligenciadas e dos seus resultados para o prosseguimento da pesquisa.

Referências bibliográficas

Access to Essential Medicines Campaign and the Drugs for Neglected Diseases Working Group (2001), “Fatal imbalance: the crisis in research and development for drugs for neglected diseases”. Consultado a 19.12.2019, em https://www.dndi.org/wp-content/uploads/2009/03/fatal_imbalance_2001.pdf.

Aerts, Celine; Sunyoto, Temmy; Tediosi, Fabrizio; Sicuri, Elisa (2017), “Are public-private partnerships the solution to tackle neglected tropical diseases? A systematic review of the literature”. *Health Policy*, 121(7), 745-754.

Caporaso, James; Levine, David (1992), *Theories of Political Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Coase, Ronald (1960), “The Problem of Social Cost”, *The Journal of Law & Economics*, 3, 1-44. Consultado a 28.12.2019, em <https://bev.berkeley.edu/ipe/readings/The%20Problem%20of%20Social%20Cost.pdf>.

Drugs for Neglected Diseases initiative (2018), “Intellectual Property Policy”. Consultado a 17.10.2019, em: https://www.dndi.org/wp-content/uploads/2018/03/DNDi_Intellectual_Property_Policy.pdf.

Kapp, Karl William (1970), “Environmental Disruption And Social Costs: A Challenge To Economics”, *Kyklos*, 23(4), 833–848.

Neves, Vítor (2016a). “Economia e Interdisciplinaridade: Porque é que a Economia não pode ser deixada apenas aos economistas?”, in Amaro, António; Garrido, Álvaro; Nunes, João Paulo. (coord.), *Interdisciplinaridade e Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 123-152.

Neves, Vítor (2016b), “O problema dos custos sociais”, in Laura Centemeri; José Castro Caldaso (org.), *Valores em Conflito: Megaprojetos, Ambiente e Território*. Coimbra, Almedina, 61-87.

Nunes, João Arriscado (2018), Aula ministrada na disciplina Ciência, Tecnologia e Conhecimento em Sociedade do Doutorado em Governança, Conhecimento e Inovação.

O’Neil, John (2017), “Markets, Ethics and Environment”, in Stephen Gardiner; Allen Thompson (eds.), *The Oxford Handbook of Environmental Ethics*. Oxford: Oxford University Press, 40-50.

Pigou, Arthur Cecil (1932), *The Economics of Welfare*. London: Macmillan and Co. Consultado a 20.12.2019, em http://files.libertyfund.org/files/1410/0316_Bk.pdf.

Weng, Hong-Bo; Chen, Hai-Xia; Wang, Ming-Wei (2018), “Innovation in neglected tropical disease drug discovery and development”, *Infectious Diseases of Poverty*, 7(67), 1-9.

Tresse, Vitor Schettino (2015), *Doenças Negligenciadas e Patente de Fármacos: por uma proposta colaborativa*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas.

Wimsatt, William (2007), *Re-Engineering Philosophy for Limited Being: Piecewise Approximations to Reality*. Cambridge, Massachusetts, and London: Harvard University Press.

World Health Organisation (2001), “Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development”. Consultado a 19.12.2019, em <http://www1.worldbank.org/publicsector/pe/PEAMMarch2005/CMHReport.pdf>.

World Health Organisation (2016), “Recommendations For The Adoption of Additional Diseases as Neglected Tropical Diseases”. Consultado a 17.12.2019, em https://www.who.int/neglected_diseases/diseases/Adoption_additional_NTDs.pdf.

World Health Organisation (2018), “Neglected Tropical Diseases”. Consultado a 17 de dezembro de 2019, em https://www.who.int/neglected_diseases/diseases/en/.

A Interdição de uma “Utopia Real” no Brasil

Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt Proni,¹ Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp
thaissa.rocha@gmail.com

Marcelo Weishaupt Proni², Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas/SP/Brasil
mwproni@unicamp.br

Resumo: Este artigo pretende analisar a remodelação do Estado brasileiro ocorrida entre 2015 e 2019, que resultou no retorno do receituário econômico neoliberal e na ascensão da extrema direita. São enfatizados três determinantes entrelaçados, a saber: a) crise econômica; b) crise política; e c) atuação acirrada da burocracia jurídica (empoderada no período anterior). O ponto de partida é uma proposição de Erik Olin Wright: para que um “governo de esquerda?” tenha a oportunidade de instituir medidas que atendam os interesses fundamentais da classe trabalhadora (medidas anticapitalistas) é essencial que seja capaz não apenas de transformar em leis essas medidas, mas também de fazer executá-las. Isso exige capacidade para controlar o trabalho concreto da burocracia. Se a burocracia for suficientemente autônoma em relação aos órgãos eleitos, as medidas anticapitalistas do “governo de esquerda” podem ser neutralizadas no processo concreto de intervenção do Estado (WRIGHT, 1979). A análise é feita com base em três categorias analíticas: “Estado”, “classe” e “burocracia”, extraídas da teoria neomarxista de Wright (em Classe, crise e Estado).

Palavras-chave: Brasil, crise política, estratégia de atuação do Estado.

Introdução

No período em que o Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre 2003 e 2015, formou-se a opinião de que a combinação entre crescimento econômico, inclusão social e democracia representativa possibilitava projetar um novo modelo de organização social e um novo estilo de desenvolvimento da nação. Pode-se dizer que algumas políticas governamentais contribuíam para a elaboração do que o Erik Olin Wright (2010) chamou de “utopia real”.

Mas, o papel desempenhado pelo Estado no Brasil foi profundamente modificado na segunda metade da década de 2010. A mudança no grupo político que controla o governo federal teve consequências claras: adotou uma cartilha econômica neoliberal, redefiniu a agenda de políticas públicas em detrimento da classe trabalhadora, realinhou a política externa conforme os interesses do governo dos EUA, desfigurou os órgãos de proteção ao meio ambiente, justificou a judicialização da política com base no combate à corrupção, enfraqueceu

¹ Especialista em Economia do Trabalho- Instituto de Economia Unicamp, Mestre em Direito do Trabalho - Faculdade de Direito – USP, Doutora em Ciências Sociais- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp.

² Professor Livre Docente do Instituto de Economia da Unicamp.

a maioria dos movimentos sociais e desacreditou instituições que deveriam defender a democracia.

Em 2014, o país estava politicamente dividido. A presidente Dilma Rousseff e seu vice, Michel Temer, foram reeleitos no segundo turno da eleição mais acirrada da história da República com 51,6% dos votos válidos. Naquele momento, estavam em disputa dois discursos sobre o papel do Estado: um que defendia a continuidade do “social-desenvolvimentismo” e outro que propunha o retorno da “agenda neoliberal”.

A derrocada da estratégia “social-desenvolvimentista” começou com o ajuste fiscal ortodoxo adotado em 2015 e se concretizou com o impeachment da presidente Dilma em agosto de 2016. Posteriormente, a eleição de Jair Bolsonaro no final de 2018 permitiu a continuidade da política econômica neoliberal do governo Temer, mas deu novo rumo em outras áreas de atuação do governo federal.

Este artigo discute a interdição da estratégia de desenvolvimento fundada em democracia social e o redirecionamento na atuação do Estado brasileiro, ocorridos entre 2015 e 2019, com base em conceitos formulados por Wright. Argumenta-se que o retorno do receituário econômico neoliberal e a ascensão da extrema direita no comando político da Nação representaram o fim daquela “utopia real”.

São enfatizados quatro determinantes entrelaçados: a) a crise econômica (iniciada em 2014 e agravada com a recessão em 2015-2016); b) a crise política (instaurada com o pedido de impeachment em 2015); c) a influência da burocracia jurídica (aumentada com o apoio midiático à operação Lava Jato); e d) a influência do imperialismo norte-americano (primeiro no governo Obama, depois no governo Trump).

Para iniciar a reflexão: Os governos do PT, entre 2003 e 2014, conseguiram transformar o Estado em um agente de transformação social? Caminhou-se em direção a uma democracia participativa (ou deliberativa)? Foi adotada uma regulação pública eficaz da economia (para disciplinar a grande empresa, alcançar o pleno emprego e elevar os salários)? O “social-desenvolvimentismo” era uma miragem?

Seguindo nessa linha: O redirecionamento na atuação do Estado representou uma ruptura de trajetória ou o caminho já estava balizado pelo neoliberalismo? O governo atual destruiu canais existentes de participação política, bloqueou mecanismos de democratização e inviabilizou qualquer “utopia real”?

Certamente, tais questões são polêmicas e não permitem respostas simplistas. A reflexão proposta neste artigo se baseia no diálogo com sociólogos, economistas e cientistas políticos que adotam uma abordagem marxista. Os textos selecionados para dar suporte à narrativa não esgotam as possibilidades de análise, mas oferecem, em conjunto, argumentos para uma interpretação coerente e provocadora.

1. Referências teóricas para uma reflexão crítica

A teoria neomarxista de Erik Olin Wright oferece uma perspectiva de análise apropriada para a interpretação da dinâmica política e da dificuldade de implantação de uma estratégia de desenvolvimento destinada a empoderar os movimentos sociais e impulsionar uma democracia social. Tal estratégia pode ser considerada como condição necessária para visualizar uma “utopia real” no Brasil contemporâneo.

Wright (2019, cap. 2) argumenta que o desenvolvimento capitalista – baseado na concorrência e exploração econômica – foi compatível com o surgimento e a parcial consolidação da democracia liberal, mas impediu a realização completa dos valores democráticos e ampliou a desigualdade nas condições de vida. Embora o regime de acumulação

capitalista seja inerentemente hostil à “democracia associativa”, muitas iniciativas podem mitigar os efeitos antidemocráticos do capitalismo: i) restrições públicas podem ser impostas à ação do capital privado, diluindo a rígida fronteira entre o público e o privado; ii) um setor público forte e formas ativas de investimento público podem enfraquecer a ameaça de mobilidade do capital; iii) restrições ao uso da riqueza privada nas eleições e várias formas de financiamento público de campanhas políticas podem reduzir o acesso privilegiado dos ricos ao poder político; iv) a lei trabalhista pode fortalecer o poder coletivo dos trabalhadores por meio de sindicatos e assegurar direitos efetivos no local de trabalho; e v) uma grande variedade de políticas do Estado de bem-estar social pode aumentar a liberdade real daqueles sem acesso à riqueza privada. Se as condições políticas forem favoráveis, impulsos antidemocráticos inerentes em sociedades capitalistas, que impedem a liberdade prometida pelo ideário liberal, podem ser parcialmente domados, mas não eliminados.

A transformação do Estado capitalista em Estado de bem-estar social – entendida como condição inicial para uma profunda transformação social “emancipatória” – precisa satisfazer três critérios principais (Wright, 2010, cap. 6): 1) os novos arranjos institucionais devem se assentar, e ao mesmo tempo, fortalecer uma “democracia associativa”; 2) para que tais arranjos institucionais constituam alternativas viáveis aos arranjos existentes, devem ser funcionais e duradouros; 3) os arranjos institucionais devem resultar no empoderamento de grupos e movimentos sociais comprometidos com a transformação social desejada. Embora tais mudanças institucionais não sejam suficientes para transcender o Estado capitalista no curto e médio prazos, elas têm o potencial cumulativo de provocar uma transformação substantiva no longo prazo.

Para compreender como o Estado é essencial para a transformação emancipatória da sociedade, convém esclarecer o conceito de “reprodução social” utilizado por Wright (2010, cap. 8). Este conceito se refere aos processos que reproduzem a estrutura subjacente das relações sociais e instituições de uma sociedade, em particular focando a reprodução das estruturas sociais. Note-se que a reprodução social ocorre por meio de dois processos interconectados: reprodução passiva (refere-se aos aspectos ancorados nas rotinas e atividades mundanas da vida cotidiana); e reprodução ativa (resultado de instituições e estruturas específicas vitais para a vida em sociedade, tais como polícia, tribunais, hospitais, escolas, mídia, igrejas). As instituições sociais mais complexas cumprem uma variedade de funções, mas sua atuação está sujeita a limites e contradições. Tais instituições ocupam importância crucial na teoria da emancipação social de Wright (2010: 193), uma vez que a reprodução social é entendida como o resultado das ações deliberadas dos indivíduos e do modo de funcionamento das instituições, e não como um mero subproduto inconsciente das atividades mundanas.

Contudo, o autor alerta para as dificuldades dessa transformação (Wright, 2019, cap. 5). Quando as forças políticas de partidos de esquerda estão no poder, precisam se preocupar em manter um clima de gestão favorável à mediação de conflitos, a fim de convencer os funcionários públicos a tornarem factíveis a agenda de governo, com demandas e instruções específicas. Mas, um problema basilar se manifesta em relação à visão de mundo dos gestores responsáveis pela eficiência das estruturas institucionais. Os mecanismos para recrutar funcionários para ocupar cargos da alta cúpula do Estado – políticos ou burocratas – favorecem sistematicamente as elites em vez dos cidadãos comuns. Isso cria um forte viés em favor da preservação das desigualdades referentes a poder e privilégios, tanto pelos interesses políticos específicos daqueles que detêm o poder como pelas formas nas quais as elites políticas estão imersas em redes de relacionamento que as unem com as elites empresariais. Mesmo que um partido político “anticapitalista” vença as eleições, irá se deparar com uma estrutura burocrática repleta de pessoas hostis à sua agenda – tanto no Poder Executivo como no Judiciário.

Wright (2019, cap. 1) afirma que, em uma sociedade totalmente democrática, todas as pessoas teriam acesso, de modo amplo e igualitário, aos meios necessários para participar de maneira significativa nas decisões sobre coisas que afetam suas vidas. A democracia plena implica o controle popular sobre o uso do poder do Estado. Nesse sentido, uma sociedade democrática (mais do que um Estado democrático) necessita da existência de mecanismos de participação e deliberação, para que as pessoas sejam capazes de participar de forma significativa das decisões que afetam significativamente suas vidas, sejam elas tomadas pelo governo ou por outros tipos de instituições. A participação democrática deve ocorrer na esfera pública, para que todos os interessados possam deliberar sobre as questões que direta ou indiretamente os afetam. Isso não implica que todas as pessoas realmente participem igualmente de todas as decisões coletivas, mas exige que não existam impedimentos sociais desiguais à sua participação.

Para entender a dinâmica política concreta, é fundamental a diferença entre “alianças de classe” e “movimentos multiclassistas” (Wright, 1994: 31). As alianças de classe são definidas por ele como situações em que lideranças políticas com diferentes posições de classe (em referência ao lugar ocupado na estrutura social do país) se associam para realizar uma ação coletiva contra um inimigo em comum, estabelecendo um compromisso para conciliar divergências nos respectivos interesses de classe. Por sua vez, os movimentos multiclassistas se referem a situações em que os atores sociais concordam em ignorar ou minimizar as divergências entre os interesses de classe com a finalidade de formarem um movimento solidário com um objetivo político determinado.

O elemento chave da teoria da transformação de Wright (2010, cap. 8) se encontra na ação coletiva e na estratégia escolhida. Tendo em vista os obstáculos e oportunidades de transformação emancipatória gerados pelo processo de reprodução social, as lacunas desse processo e a trajetória incerta de mudança social não intencional no futuro, podem ser pensadas diferentes estratégias com o propósito de avançar na direção da emancipação social. Há três visões da trajetória de transformação emancipatória: uma envolve necessariamente a quebra da ordem institucional e das estruturas de poder (metamorfose por ruptura), enquanto as outras duas vislumbram uma trajetória progressiva sem descontinuidade (metamorfose intersticial ou metamorfose simbiótica). Cada visão possui uma lógica própria de mudança por meio da qual novas instituições de empoderamento social podem ser potencialmente construídas.

Importa ressaltar aqui a “transformação simbiótica” (Wright, 2010, cap. 11), que envolve estratégias nas quais são contempladas formas institucionais de empoderamento social popular e, simultaneamente, demandas imediatas das classes e elites dominantes. A democratização do Estado capitalista teve caráter contraditório: a democracia resultou de pressões e lutas concentradas de baixo, vistas como séria ameaça à estabilidade do domínio capitalista; ao mesmo tempo, a democracia liberal ajudou a resolver uma ampla gama de conflitos e contribuiu para a estabilidade do capitalismo. O processo de empoderamento social foi real (não ilusório), mas também foram favorecidos interesses materiais de grandes empresas. Frise-se: a transformação simbiótica requer um compromisso tácito entre as classes, que permita expandir o poder social e manter o poder das elites. Embora o Estado não deixe de ser um terreno de luta, é possível usar instituições estatais para ampliar o poder social em distintas esferas.

Para viabilizar uma “utopia real”, segundo Wright (2010), não basta compreender as causas múltiplas dos problemas que atingem as sociedades contemporâneas e bloqueiam o florescimento de um mundo mais justo e mais humano. É preciso visualizar um caminho para a transformação das estruturas de poder e das formas de sociabilidade, e repensar as instituições jurídicas, econômicas, políticas e culturais para que reflitam novos padrões éticos. Esse pensamento utópico deve ser direcionado para a busca de modelos de ação viáveis, com

aderência na realidade social. Partindo do pressuposto de que a emancipação é possível, torna-se necessário criar as vias de desenvolvimento de novas potencialidades transformadoras.

Em suma, Wright (2019) afirma que, para formular uma alternativa socialista ao capitalismo, é preciso cultivar elementos constitutivos do socialismo. A transformação social requer o empoderamento dos atores sociais num ambiente democrático. Nesse sentido, o bloqueio ou solapamento de instituições democráticas pode ser entendido como uma ação deliberada contra um projeto alternativo de sociedade.

2. O neodesenvolvimentismo do governo Lula

Quando Lula se tornou presidente, em 2003, havia a expectativa de que abandonaria a agenda neoliberal para fazer a economia voltar a crescer, gerar empregos, erradicar a fome e combater desigualdades sociais. Seu governo obteve sucesso na redução da pobreza extrema e do desemprego. Porém, o primeiro mandato do governo Lula (PT) deu continuidade a políticas econômicas adotadas no governo Cardoso (PSDB) com prioridade ao controle da inflação e ao equilíbrio das contas públicas. E reproduziu os esquemas de articulação no Congresso que seu antecessor havia usado, ficando refém da coalizão política que o sustentava (Saad-Filho e Morais, 2017).

A *Carta aos Brasileiros* divulgada em 2002 (quando Lula ainda era candidato) pode ser entendida como compromisso com a continuidade da ordem capitalista vigente – e, portanto, negação de um projeto de transformação econômica e social mais profunda (objetivo do PT durante a fase de consolidação como partido popular e democrático). Embora houvesse a promessa de retomar o crescimento e promover justiça social, o PT não podia apresentar um projeto explícito de amplas mudanças institucionais e estruturais. Embora reconhecesse a importância dos investimentos públicos e a necessidade de resgatar uma política industrial efetiva, o PT se comprometeu com a preservação da lógica rentista de valorização de ativos financeiros por meio da dívida pública (Paulani, 2017).

Com o governo Lula, houve uma mudança no interior do bloco no poder: a fração de classe composta por empresários ligados à produção e ao mercado interno ascendeu politicamente e passou a apoiar uma ampla frente política que abarcava, inclusive, frações da classe trabalhadora. A agenda de políticas dessa frente ampla foi chamada de “neodesenvolvimentismo”, uma estratégia restrita a temas consensuais que foi descrita como a “política de desenvolvimento possível nos marcos do capitalismo neoliberal” (Boito Jr. e Berringer, 2013: 31).

Em circunstâncias externas favoráveis, a pragmática estratégia econômica do governo Lula ajudou a assegurar a estabilidade política no curto prazo, impulsionou o crescimento e contribuiu para reduzir a concentração de renda. No entanto, isso também significou uma acomodação diante de restrições internas e externas ao desenvolvimento econômico – dadas as dificuldades para superá-las – e fez a governabilidade depender de alianças políticas com setores conservadores, impedindo reformas mais profundas (Loureiro e Saad-Filho, 2019).

O segundo mandato do governo Lula contemplou medidas que podem ser vistas como avanços na redefinição do papel do Estado (Erber, 2011). Por exemplo, houve esforço no sentido de alcançar um grau mais elevado de regulação pública da economia por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da atuação dos bancos públicos, em especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na indução do investimento de grandes empresas em áreas prioritárias. Houve preocupação maior com o mercado de trabalho e a área social, expressa na política de valorização do salário mínimo, na promoção do trabalho decente, no combate à informalidade de microempreendimentos, na

política de eletrificação rural, na ampliação do programa Bolsa Família, no aumento de vagas no ensino público superior e na criação do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. E foi inaugurada uma política externa independente, que privilegiava a busca de liderança na América Latina e o fortalecimento de parcerias com a China.

Em paralelo, foram reforçados os mecanismos institucionais necessários para alcançar uma democracia representativa mais robusta por meio de conselhos tripartites de administração pública (com função deliberativa ou fiscalizatória). Vale mencionar, também, que o discurso do governo Lula transmitia a convicção de ser necessário promover os direitos humanos, efetivar os direitos sociais e proteger o meio ambiente. E que havia, inicialmente, a intenção de incentivar a economia solidária, mas sem a pretensão de criar uma estrutura socioeconômica híbrida.

Mas, foi dada prioridade ao crescimento econômico puxado por grandes empresas privadas e à constituição de uma sociedade de “classe média” por meio da massificação do consumo. O projeto nacional formulado prometeu prosperidade econômica com inclusão social, mas sem contestar a ordem capitalista. Para os críticos mais radicais, o “neodesenvolvimentismo” serviu como uma arma ideológica de grupos políticos entrincheirados no Estado brasileiro, que diferenciou o governo Lula do governo FHC (lançando sobre este a pecha de “neoliberal”) e reforçou o mito do crescimento como solução para os problemas sociais, iludindo as massas (Sampaio Jr., 2012).

O enfrentamento da grave crise financeira internacional foi muito eficaz em 2009. A economia brasileira cresceu 7,5% em 2010 em razão das políticas adotadas. Assim, o final do governo Lula foi marcado por grande otimismo (Mercadante, 2010). Havia a perspectiva de que o Brasil continuaria crescendo em ritmo elevado e poderia alcançar o posto de quinta economia mundial até 2016 (considerando o tamanho do PIB). Havia a expectativa de que a pobreza extrema seria eliminada e seria promovida maior justiça social. Esperava-se, além disso, alcançar uma posição de protagonismo nas relações externas (para isso foi criada em 2009 a cúpula do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e consolidar a imagem do país no cenário internacional, não só como uma economia emergente, mas como uma democracia plena e uma sociedade próspera.

A inclusão social ocorrida no governo Lula não foi suficiente para permitir que os segmentos marginalizados exercessem a cidadania plena ou conquistassem tratamento igual como integrantes do espaço público (Nobre, 2013). A inclusão ficou restrita a melhorias nas condições de vida (conforme comprovam indicadores de saúde, educação, emprego, alimentação e moradia), sem que fossem modificados significativamente os perfis de distribuição de poder, de riqueza e de reconhecimento social.

Não houve significativa mudança estrutural ou institucional do Estado brasileiro nos anos 2000, mas foi feito um esforço para ampliar algumas capacidades estatais. Entre 2003-2006, constatou-se uma espécie de “social-liberalismo” (Bianchi e Braga, 2003; Castelo, 2008). A grande diferença do governo Lula em relação ao seu antecessor foi a ênfase maior no combate à pobreza e na inclusão social. No segundo mandato, observou-se uma “convenção neodesenvolvimentista” (Erber, 2011), que não rompeu com o padrão de acumulação de capital gestado nos anos 1990 e ficou subordinada à lógica rentista porque a governança dependia de uma coalizão política conservadora.

A dificuldade de superar as tendências resultantes do neoliberalismo na América Latina (tais como a financeirização, a desindustrialização, a flexibilização das relações de trabalho e a concentração da riqueza) restringiu o alcance das realizações do governo Lula. Os avanços obtidos foram limitados pela incapacidade (ou falta de vontade) de enfrentar a institucionalidade criada pelo neoliberalismo nos campos da economia, política, ideologia, mídia e relações de classe (Saad-Filho, 2020).

3. A estratégia social-desenvolvimentista do governo Dilma

A “Mensagem Presidencial” de Dilma Rousseff contida no *Plano Plurianual 2012-2015* (projeto de lei aprovado em 2011) começava refutando o modelo de Estado neoliberal e apresentando uma visão de futuro ambiciosa. O Brasil deveria trilhar um desenvolvimento sustentável, regionalmente equilibrado e com igualdade social, por meio de educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. A Nação, de forma democrática e soberana, deveria defender os direitos humanos, a liberdade, a paz e o desenvolvimento no mundo. Tal visão deveria estar assentada em sete valores: soberania; democracia; justiça social; sustentabilidade; diversidade cultural e identidade nacional; participação social; excelência na gestão. O documento menciona a criação do Plano Brasil Sem Miséria como demonstração do compromisso com a inclusão social.

O governo Dilma adotou uma estratégia de desenvolvimento focada no “industrialismo” e alterou o arranjo da política econômica para estimular o crescimento sem gerar inflação, combinando uma política monetária expansionista (para forçar a redução da taxa de juros) com uma política fiscal restritiva (contenção do investimento público). Foram priorizadas medidas para beneficiar o setor industrial (como a concessão de subsídios e a redução das tarifas de energia elétrica) visando à redução dos custos da produção nacional e o aumento da competitividade diante da concorrência estrangeira. O objetivo era restaurar a rentabilidade das empresas industriais e criar um ambiente econômico favorável ao investimento privado em áreas estratégicas, que seria o principal vetor do desenvolvimento pretendido, enquanto a redução da dívida pública abriria espaço para aumentar o gasto social (Mello e Rossi, 2018).

Tal estratégia se baseava na definição do “social” como eixo do desenvolvimento nacional, por isso foi batizada de “social-desenvolvimentista” (Carneiro, 2012). A pretensão era transitar para um modelo de crescimento impulsionado pelo investimento em infraestrutura e pelo fortalecimento de cadeias produtivas focadas no mercado interno, com políticas sociais funcionais para a manutenção do pleno emprego, a redistribuição de renda e a eliminação da pobreza extrema. Um desenvolvimento inclusivo, puxado pelo setor privado, mas regulado pelo Estado (Bastos, 2012).

Entretanto, a estratégia “social-desenvolvimentista” fracassou e o primeiro mandato de Dilma terminou marcado por perda de dinamismo econômico, manifestações de rua da insatisfação da população (motivadas, inicialmente, pela reivindicação de políticas sociais “padrão Fifa”, em junho de 2013, em referência ao caderno de encargos para a realização da Copa do Mundo no Brasil) e instauração em março de 2014 da Operação Lava Jato para investigar casos de corrupção na Petrobras. Para agravar a situação, a economia brasileira ficou estagnada em 2014.

Apesar de a situação econômica não ser tão grave, houve uma campanha na grande mídia de “terrorismo econômico” (Paulani, 2017), que por sua vez provocou turbulências no arranjo político que garantia a sustentação do governo. Nesse contexto, foi travado o debate entre os candidatos à Presidência, em 2014, confrontando dois caminhos: Dilma pretendia dar continuidade à conciliação dos interesses e expectativas de diversos setores da sociedade e consolidar seu projeto “social-desenvolvimentista”, enquanto Aécio pleiteava o retorno da “agenda neoliberal”, isto é, prometia reduzir a intervenção do Estado na economia e conter o crescimento do gasto público.

O balanço do primeiro mandato de Dilma indica problemas em várias dimensões econômicas (Paulani, 2017). Por exemplo, continuou o processo de desindustrialização (aumentando a dependência da importação de insumos industriais, peças, componentes, assim

como de bens finais), enquanto nas economias mais avançadas o desenvolvimento tecnológico já havia alcançado uma nova fase. A política industrial executada não ajudou as grandes empresas brasileiras a superar a defasagem no que diz respeito ao investimento em tecnologia de ponta (salvo poucas exceções). E não estimulou ganhos de produtividade média na indústria. Além disso, num contexto de acirramento da concorrência internacional e diminuição do saldo da balança comercial, sobrepôs-se a forte contenção do investimento público, sem que o investimento privado voltasse a crescer. Nesse sentido, pode-se concluir que a estratégia “neodesenvolvimentista” do governo Dilma fracassou – nem deveria ser chamada “social-desenvolvimentista”.

A leitura errada feita pelo governo Dilma, no início de seu mandato, com relação aos desdobramentos da crise econômica internacional (e seus impactos no Brasil) e a aposta equivocada no investimento privado (em vez do investimento público) como solução para manter o ritmo de crescimento desejado causaram uma grande frustração de expectativas (Paulani, 2017). Também foi percebida uma ação desestabilizadora exercida pelo imperialismo norte-americano, interessado no realinhamento da política externa brasileira e na exploração do petróleo do pré-sal. Ao mesmo tempo, piorou a situação das contas públicas, ainda em 2014, para desespero de economistas ortodoxo-liberais preocupados com o endividamento da União e com a inflação acima da meta (para a preservação da rentabilidade de ativos financeiros).

Apesar dos erros cometidos e da forte oposição, Dilma foi reeleita.

A tentativa de correção de rumo na política econômica, em 2015, foi um completo desastre: além de jogar a economia brasileira numa recessão sem precedentes, fez cair a arrecadação de impostos, comprometendo a capacidade do Estado de arcar com seus compromissos. A conjunção de uma agenda neoliberal na gestão macroeconômica (priorizando austeridade fiscal e geração de *superavit* primário no orçamento da União) com políticas sociais ambiciosas (destinadas a garantir os direitos sociais inscritos na Constituição Federal de 1988) expandiu as tensões existentes por causa da rejeição ao aumento da participação do Estado na economia e ao nível maior de regulação pública requerido pelo projeto de desenvolvimento de Dilma. A disputa pelo dinheiro público (obtido principalmente pela cobrança de impostos) se tornou mais acirrada, uma vez que era preciso remunerar os títulos da dívida pública e, ao mesmo tempo, financiar os crescentes gastos com políticas sociais. Até 2013, enquanto houve crescimento econômico (e espaço fiscal), foi possível acomodar tais interesses em disputa, mas a crise econômica tornou essa estratégia insustentável a partir de 2015 (Paulani, 2017).

O governo Dilma apresentou, de fato, uma enorme oscilação na condução da política econômica, entre 2011 e 2015, acarretando uma trajetória errática (Paulani, 2017). A “nova matriz econômica” (que embaralhou ortodoxia com heterodoxia) perdeu credibilidade e deu lugar ao receituário ortodoxo (centrado em ajuste fiscal e política monetária contracionista). Em paralelo, a estratégia neodesenvolvimentista, com a pretensão de retomar o “industrialismo”, não contou com a adesão do empresariado nacional e foi abandonada.³

Ficou evidente que a construção de um projeto de desenvolvimento – nacional, popular e democrático – precisaria contar com a adesão de amplos setores da sociedade, em vez de ficar vinculado apenas ao partido que ocupava a Presidência da República. Se tal projeto foi visto como ameaça ao *status quo* vigente e à institucionalidade construída para potencializar a

³ É intrigante que, embora as medidas solicitadas pelos industriais tenham sido implementadas, a fração produtivista da burguesia brasileira tenha se afastado do governo. Tal abandono, somado ao turbilhão das manifestações de junho de 2013, deixou o governo desnorreado. A não adesão da fração industrial ao “ensaio desenvolvimentista” pode ser explicada por quatro motivos: interesses rentistas do empresariado, discordância ideológica, medo da luta de classes e influência externa (Singer, 2018).

acumulação financeira, não deve causar estranheza o fato de ter recebido muitas críticas e provocado sistemática oposição.

O “social-desenvolvimentismo” do governo Dilma não foi capaz de germinar em meio à cultura política patrimonialista, avessa aos impulsos de transformação da Nação. Verificou-se um descompasso entre o modelo de sociedade que se pretendia consolidar e a cultura política conservadora ainda dominante no sistema político (Nobre, 2013).

O governo tornou-se incapaz de continuar pacificando os conflitos sociais à medida que se aprofundavam as “tensões entre a regulação política e a acumulação econômica” (Braga, 2016: 55), em meio à desaceleração econômica, também porque o aumento do emprego formal não implicou em declínio do “precarizado”, acarretando uma frustração para trabalhadores com carteira assinada, mas baixo salário e alta rotatividade no emprego, que não conseguiam alcançar o *status* de “classe média”.

O acirramento da concorrência internacional em um contexto de deterioração das condições econômicas globais certamente restringiu o alcance e a eficácia das políticas econômicas adotadas para tentar superar a crise econômica. Mas, foram as decisões equivocadas da presidente Dilma que provocaram a dissolução de sua base de apoio no Congresso Nacional. Nesse sentido, a experiência brasileira de um governo de centro-esquerda ensina que o pragmatismo político pode, em determinadas circunstâncias, viabilizar uma mudança econômica progressista, mas demonstra que o sucesso depende de condições externas favoráveis e da estabilidade das coalizões políticas que apoiam o governo (Loureiro e Saad-Filho, 2019).

4. O golpe de Estado e o retorno da agenda neoliberal

O governo Dilma tentou realizar avanços importantes na regulação da economia, no enfrentamento da questão social e na atuação internacional do Estado brasileiro, sem romper com o modelo prevalecente de desenvolvimento capitalista. Essa tentativa foi abortada em 2015. A política de austeridade fiscal mostrou-se incompatível com o compromisso de reduzir as desigualdades na sociedade brasileira, gerando tensões e explicitando os conflitos sociais existentes (Rugitsky, 2015).

Como os governos Lula e Dilma favoreceram empresas brasileiras (não só a Petrobras) e protegeram o Brasil da dominação exercida por corporações transnacionais, a burguesia internacionalizada começou a conspirar contra o PT (Saad-Filho e Morais, 2017). Para criar uma base de massa para sua campanha anti-PT, procurou conquistar frações da classe média brasileira (pequenos empresários, médicos, advogados, entre outros). Essa classe privilegiada compartilhou com a burguesia internacionalizada uma exclusão parcial do poder e muitas vezes não se sentia beneficiada pelas políticas do governo federal. Como o PT havia formado alianças com alguns líderes empresariais de reputação questionável, a burguesia internacionalizada iniciou uma campanha para convencer a população de que as lideranças do PT haviam se corrompido. Em vez de culpar a crise econômica internacional (ou as contradições o capitalismo) pela crescente insatisfação em amplos setores da sociedade brasileira (visível nas manifestações de rua a partir de junho de 2013), a grande mídia localizou a causa de todos os problemas nas políticas do governo Dilma e na corrupção do PT. A cumplicidade entre a burguesia internacionalizada e a classe média foi a base de sustentação do golpe jurídico-parlamentar que derrubou Dilma Rousseff e colocou Temer na Presidência da República (e, posteriormente, prendeu Lula e ajudou a eleger Bolsonaro).

O *impeachment* de Dilma foi um episódio chave na reorientação do Estado brasileiro (Singer, 2018). Processo parlamentar induzido pelo senador Aécio Neves (presidente nacional

do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) e orquestrado pelo Vice-Presidente da República Michel Temer (presidente nacional do Movimento Democrático Brasileiro - MDB) com a ajuda do presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (MDB) e do senador José Serra (PSDB). O processo iniciou-se em 2 de dezembro de 2015 com a aceitação de denúncia de crime de responsabilidade fiscal.

O ciclo de 13 anos de governos do PT encerrou-se no final de 2015. Formalmente, foi prorrogado até 12 de maio de 2016, quando Dilma foi afastada da Presidência da República por decisão do Senado (após o impedimento ter sido aprovado na Câmara dos Deputados em 17 de abril). Embora a acusação fosse frágil e sua base constitucional questionável, o Supremo Tribunal Federal (STF) legitimou o processo parlamentar. Em 31 de agosto de 2016, o Senado cassou o mandato de Dilma e efetivou Temer no cargo.

O *impeachment* foi denunciado por muitos juristas (em âmbito internacional) como uma nova modalidade de golpe de Estado (golpe jurídico-parlamentar), que ocorreu por meio de um ardiloso processo de “judicialização da política” e representou, simultaneamente, uma forma de “politização da justiça” (Antunes, 2019).

Em simultâneo, avançava a Operação Lava Jato, conduzida pelo Ministério Público e pela Polícia Federal sob o comando do juiz federal Sérgio Moro, que extrapolou os limites do “ativismo judicial”. Inicialmente, houve clara perseguição a lideranças políticas do PT, do MDB e de partidos da base aliada, e pressão para que pessoas envolvidas em esquemas de corrupção fizessem “delação premiada”.

A onda de investigações de casos de corrupção acabou atingindo os mentores do golpe de Estado. Acusado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), Eduardo Cunha foi afastado do cargo em 5 de maio de 2016, preso preventivamente em outubro e condenado em março de 2017 pelos crimes de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em seguida, foi a vez de Aécio Neves, que foi afastado do Senado em maio de 2017 pelo STF, mas recuperou o mandato em outubro graças à proteção de seus pares. Ainda em 2017, Michel Temer foi acusado pela PGR de ter atuado como líder de “organização criminosas”, e em outubro de 2018 foi indiciado pela Polícia Federal nos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. José Serra, por sua vez, foi investigado por prática de corrupção passiva e ativa, crime contra a ordem tributária e fraude em licitação (investigações abertas com base em delações premiadas).

O *impeachment* possibilitou nova mudança na composição interna do bloco no poder: o grupo de “direita moderada” se tornou hegemônico, sob a liderança de Temer. Isto significou uma guinada para um governo assumidamente neoliberal focado na austeridade fiscal e na contenção do gasto social. Essa transição já estava anunciada no documento *Uma Ponte para o Futuro*, divulgado pelo MDB no final de 2015, que propunha um receituário econômico referendado pelo Banco Mundial (2016).

Buscando apoio para seu governo, Temer ampliou os favores à classe empresarial. Por exemplo, o Programa de Recuperação Fiscal (Refis) ofereceu perdão de R\$ 47 bilhões para dívidas de contribuintes inadimplentes e parcelamento de R\$ 60 bilhões restantes em até 15 anos (beneficiando grandes empresas e grandes propriedades rurais).

Iniciou-se o desmonte do Estado Social, cujas medidas mais emblemáticas foram: (i) a aprovação da Emenda Constitucional 95, em dezembro de 2016, que congelou os gastos públicos nas áreas sociais por vinte anos (com a justificativa de que era uma medida necessária para a superação da crise econômica instalada no País); (ii) a reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, alterou dezenas de normas (sobrepôs o negociado sobre o legislado, flexibilizou regras de remuneração e jornada de trabalho, introduziu o contrato de trabalho intermitente, desobrigou a contribuição sindical) e foi reforçada pela liberação da terceirização em qualquer tipo de atividade, acirrando a precarização dos empregos; e (iii) o

encaminhamento de uma proposta de reforma da Previdência Social, ainda em 2017 (mas esta não prosperou em 2018).

O segundo episódio, que completou a recomposição interna do bloco no poder e consolidou a implantação dessa agenda neoliberal, foi a prisão de Lula (como desdobramento da Operação Lava Jato) e seu impedimento de concorrer à eleição presidencial de 2018. Isto facilitou que o candidato do Partido Social Liberal - PSL (até então, quase desconhecido) derrotasse a candidatura apoiada por partidos de esquerda.

Para os neoliberais brasileiros, era inaceitável o social-liberalismo dos governos do PT, sua estratégia “neodesenvolvimentista” e o suposto “bolivarianismo” (Querido, 2016). Mas, também é preciso explicar a miopia de grande parcela da população trabalhadora, que defendeu o *impeachment* e aceitou a adoção de um programa econômico neoliberal “puro-sangue”. Isso só foi possível porque houve uma campanha contínua na grande mídia contra o legado do PT, que foi responsabilizado pela corrupção sistêmica das instituições públicas e pela forte recessão econômica em 2015-2016. Muitos eleitores foram incapazes de perceber o estrago que seria causado pela agenda neoliberal nas suas condições de vida.

O governo Dilma adotou, em 2015, políticas macroeconômicas que compõem o receituário neoliberal, mas foi o governo Temer que concretizou o “retorno ao neoliberalismo”, no sentido mais preciso que essa expressão assumiu: mais do que um “projeto *utópico* de reorganização do capitalismo”, trata-se na verdade de um “projeto *político* de restabelecimento das condições de acumulação de capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2008, cap. 1).

O termo “neoliberalismo” abarca fenômenos que podem ser apreendidos em três dimensões (Harvey, 2008). Primeiro, é uma teoria que orienta as práticas político-econômicas de um governo, baseando-se na ideia de que o bem-estar humano pode ser melhor promovido por meio da garantia das liberdades econômicas e das capacidades empreendedoras individuais. O papel econômico do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional caracterizada por sólido direito à propriedade privada e livre funcionamento dos mercados. Deve também garantir a estabilidade monetária e cuidar para que a legislação seja cumprida e os contratos sejam respeitados. E, se necessário, deve corrigir falhas de mercado (intervindo no caso de alocação de bens ou serviços por um mercado livre não é eficiente, acarretando uma perda líquida de bem-estar social). Em segundo lugar, o neoliberalismo é um discurso ideológico e uma visão de mundo hegemônica, que afeta diretamente o modo como muitas pessoas pensam, como vivem e como interpretam o mundo. Ao estimular o uso de um cálculo utilitário nas escolhas individuais feitas fora da esfera do mercado, pode inclusive substituir padrões éticos predominantes em cada sociedade. Em terceiro lugar, num contexto de globalização econômica, financeirização da gestão empresarial e difusão de novas tecnologias de comunicação, o neoliberalismo reforça a polarização e a fragmentação dos grupos sociais que compõem a sociedade, altera o significado do termo “classe social” e redefine o alcance do “poder de classe”. A promessa neoliberal de um mundo de plenas liberdades só pode ser desfrutada por uma restrita elite cosmopolita, cujo poder extrapola fronteiras nacionais e não é controlado por entidades governamentais.

No Brasil, o neoliberalismo voltou à sua plenitude quando o capital internacional e a burguesia associada – duas das principais forças que impulsionaram o *impeachment* – chegaram ao poder com Temer, após atrair o apoio de grande parte da burguesia interna e estimular a mobilização da alta classe média. Mas, foram gradativamente perdendo o controle da sua base de apoio. Como a frente golpista perdeu rapidamente a unidade, o estabelecimento de uma nova hegemonia política ficou comprometido (Boito Jr., 2017). Pairava, portanto, uma ameaça à consolidação da nova era neoliberal no país.

Convém esclarecer que a imposição da agenda neoliberal é condizente com a conduta costumeira da burguesia brasileira, que demonstra frequentemente um “caráter dúplice” (Antunes, 2019): atua de forma virulenta e intransigente em relação às classes populares, mas é servil, subordinada e dependente em relação às burguesias centrais. Historicamente, o capitalismo dependente no Brasil se estruturou a partir da superexploração do trabalho, de modo a garantir a apropriação de parte do excedente pela classe empresarial nacional, enquanto outra parcela era transferida para o exterior. Para assegurar a reprodução desse mecanismo de dominação interna e subordinação externa, nos períodos em que seus interesses estiveram ameaçados, a maioria dos grandes empresários nacionais e das lideranças políticas conservadoras não se envergonharam de assumir um comportamento antidemocrático, seja ao passar por cima da Constituição Federal, seja para apoiar regimes autoritários ou autocráticos. De fato, foram poucos os momentos, na história republicana do país, que poderiam ser considerados como efetivamente democráticos.

O “liberalismo conservador à brasileira” é a chave para compreender a faceta autoritária dos atuais defensores da agenda econômica neoliberal (Querido, 2016). No golpe jurídico-parlamentar participaram ativamente tanto os segmentos ultraliberais como os setores reacionários da sociedade e da política brasileira. Não foi a primeira vez na história da República que os adeptos do liberalismo se voltaram contra as políticas do Estado brasileiro endereçadas a mitigar a desigualdade social e/ou atenuar a alienação política das classes subalternas. Não surpreende que o neoliberalismo brasileiro tenha um traço autoritário e conservador. E não é de estranhar que as elites liberal-conservadoras tenham flertado com a extrema direita, em nome do combate ao socialismo e à corrupção. Coube aos formadores de opinião escalados pela grande mídia a tarefa de destruir a reputação do PT e apoiar, sem constrangimentos, a candidatura de Bolsonaro para dar continuidade às reformas econômicas neoliberais.

5. A ascensão da extrema-direita

As doutrinas políticas podem ser classificadas de acordo com o posicionamento ideológico em relação a dois princípios constitucionais fundamentais: igualdade e liberdade. Há quatro tipos (Bobbio, 1995): “extrema-esquerda” (defende o igualitarismo e o autoritarismo do Estado); “centro-esquerda” (defende a equidade no bem-estar social e as liberdades políticas); “centro-direita” (defende o libertarismo e a igualdade de oportunidades); e “extrema-direita” (defende o autoritarismo do Estado e naturaliza a desigualdade). As doutrinas moderadas pressupõem e sustentam a democracia, enquanto as extremistas não são viáveis em regimes políticos democráticos.

Mas, essa classificação não é adequada para examinar os discursos políticos na atualidade. Na Europa, o termo “direita radical” passou a ser usado, desde os anos 1990, em referência a partidos que estavam fora do *mainstream* político, mas que não ameaçavam o Estado democrático de direito, nem as liberdades individuais. Desde então, novos partidos da direita radical canalizaram uma demanda popular por grandes transformações da sociedade, seja em direção a uma visão de futuro ou de volta a um passado idealizado. O discurso continuou “extremista”, “antipluralista”, “intolerante”, “nacionalista”, “xenófobo”, “populista” e “anticorrupção” (Rydgren, 2007).

Nos Estados Unidos, a “direita radical” define uma preferência política que se inclina ao forte conservadorismo social, rejeita qualquer versão de socialismo e alimenta a crença na superioridade dos vencedores, legitimando uma estrutura social hierárquica. Seus adeptos defendem mudanças profundas nas instituições e pretendem remover da vida política as

pessoas ou grupos que ameaçam seus valores ou interesses econômicos. Identificam-se como ativistas de “direita” porque combatem o comunismo, o marxismo e o anarquismo, se opõem à social-democracia e ao liberalismo, e cultivam tendências reacionárias que naturalizam as desigualdades sociais e a manutenção das diferenças de *status* social. Não há parentesco entre a direita radical e regimes ditatoriais (nazismo e fascismo), mas há claro componente racista. Grupos nacionalistas brancos defendem as milícias e o armamento da população como forma de resistência contra governos liberais e multiculturalistas. E a ênfase no patriotismo vem acompanhada da defesa de uma política externa ultraimperialista.

No Brasil, a extrema direita demorou a se reorganizar politicamente, mas obteve êxito com o descrédito dos principais partidos políticos, todos envolvidos em esquemas de corrupção. Seu discurso passou a girar em torno de três eixos: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo (Miguel, 2018).

A polarização entre “esquerda” e “direita” se acentuou a partir de 2014. Em 2018, na disputa para a Presidência, o governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) teve desempenho muito fraco. Assim, muitos expoentes políticos defensores do neoliberalismo apoiaram a candidatura do deputado federal Jair Bolsonaro (PSL) – que se apresentou como representante da “direita radical” – ou se negaram a manifestar apoio ao candidato de centro-esquerda, Fernando Haddad (PT).

Embora Bolsonaro fosse sabidamente despreparado para o cargo, as classes dominantes o escolheram por conta de sua equipe econômica ultraliberal, que garantiria a implantação do programa econômico desejado (Antunes, 2019). Tendo como fiel escudeiro o economista Paulo Guedes (representante do mercado financeiro), Bolsonaro se comprometeu a implementar uma agenda econômica ultraortodoxa, privatista e liberalizante, prometendo reduzir a intervenção do Estado na economia e combater a política populista na área social.

Além de se apresentar como candidato “ficha limpa”, sua popularidade aumentou com o apoio de amplos setores das Forças Armadas, dando maior credibilidade ao seu discurso e, ao mesmo tempo, garantindo estabilidade política para as classes dominantes. O general da reserva Hamilton Mourão, filiado ao inexpressivo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB e identificado como político ultraconservador, foi o escolhido pela cúpula do Exército para ser o candidato à Vice-Presidência.

Outro fator que fez crescer a popularidade de Bolsonaro foi o apoio expressivo de grupos evangélicos. Embora tenha tido uma formação católica, ele já havia se convertido ao neopentecostalismo (Antunes, 2019). Seu discurso, direcionado às famílias brasileiras, reproduziu elementos da “teologia da prosperidade”, engajou-se na luta contra a legalização do aborto e contra a educação sexual nas escolas, e combateu a “ideologia de gênero”. Suas mensagens foram veiculadas para a imensa base de fiéis de igrejas evangélicas por meio de estações de rádios espalhadas pelo país e canais de televisão. O atentado ocorrido um mês antes da votação em primeiro turno (a polêmica “facada no mito”) contribuiu para emplacar a imagem de personagem “messiânico”, possível “salvador da pátria”.

A campanha de difamação contra seu adversário feita com muita força nas redes sociais também foi decisiva para a sua vitória. Adotando a mesma tática usada por Trump para vencer nos Estados Unidos, Bolsonaro contou com apoio financeiro para contratar empresas de marketing especializadas em disparar mensagens em massa no Facebook, no Whatsapp e outras mídias sociais – a maioria contendo *fake news*. Deve-se mencionar, ainda, que o candidato não apresentou um programa de governo detalhado (não teve de se comprometer publicamente com uma agenda específica) e preferiu se ausentar dos debates transmitidos pela grande mídia.

A composição da equipe ministerial do governo Bolsonaro indica claramente as forças políticas e econômicas que o apoiavam naquele momento. Além de vários militares em áreas estratégicas, o presidente colocou o ex-juiz Sérgio Moro na função de Ministro da Justiça

(capitalizando o apoio popular à Lava Jato) e referendou Paulo Guedes como Ministro da Economia (concentrando todas as decisões econômicas do governo). Além disso, aceitou a indicação de pessoas despreparadas para cargos importantes, como o Ministro das Relações Exteriores (indicado pelo governo dos Estados Unidos), o Ministro da Educação (indicado pelo guru ultraconservador Olavo de Carvalho) e a Ministra da Agricultura (representante da bancada ruralista no Congresso). Outra novidade relevante foi a criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que ficou sob a responsabilidade da pastora evangélica Damares Alves, com o objetivo de impor uma cartilha conservadora (dos “bons costumes”) e esvaziar a agenda dos direitos humanos. Acrescente-se o desmonte das políticas destinadas à proteção do meio ambiente e à demarcação de terras indígenas.

No campo econômico, as afinidades entre o programa de reformas de Temer e o ideário ultraliberal de Bolsonaro são inquestionáveis, com uma diferença: o primeiro não tinha a legitimidade do voto popular para implantar a agenda neoliberal. Paulo Guedes retomou o projeto de privação de empresas estatais, ampliou a contenção de gastos com políticas sociais e intensificou a desregulamentação da economia. Os ataques aos direitos trabalhistas e a reforma da Previdência Social aprovada em 2019 são exemplos de como essa estratégia buscou se justificar: o argumento foi que era uma condição para a retomada do crescimento econômico e para a geração de empregos.

No primeiro ano do governo Bolsonaro houve ataque sistemático a instituições públicas brasileiras e à própria Constituição Federal. Não se trata apenas da extensa “lista de barbaridades” cometidas contra a legislação. Em todas as áreas do governo federal, no Congresso Nacional e no Poder Judiciário havia casos de instituições “funcionando de maneira disfuncional” (Nobre, entrevista para Gabriel, 2019). Mais grave: uma instituição pública deixa de cumprir plenamente sua função quando o Presidente da República (ou o Ministro da Justiça) começa a impor posições pessoais como decisões institucionais – como fizeram Bolsonaro e Sérgio Moro. A indicação de seu filho (o deputado federal Eduardo Bolsonaro) à embaixada nos Estados Unidos, ato claramente contrário à regra estabelecida para nomear diplomatas (que foi repudiado por ser nepotismo) é um exemplo de atentado contra a ordem institucional vigente.

A popularidade inicial de Bolsonaro se baseou principalmente na promessa de combate à corrupção e aos privilégios por meio da “nova política”, no compromisso de enfrentamento dos problemas de segurança pública e no discurso conservador em defesa da propriedade privada e das tradições familiares. Contudo, ao longo do primeiro ano de mandato, sua popularidade diminuiu em razão dos seguintes fatos: a investigação sobre corrupção envolvendo o senador Flávio Bolsonaro (filho mais velho do Presidente), o uso de procedimentos da “velha política” para obter apoio no Congresso Nacional, a manutenção de elevados níveis de desemprego causada pelo baixo ritmo de crescimento econômico, a aprovação da reforma da Previdência Social mantendo privilégios para militares de alta patente, a reação passiva diante de desastres ambientais (gerando inclusive desgaste nas relações internacionais), o desagrado com a subserviência aos interesses do governo Trump, a reação de grupos organizados em defesa dos direitos humanos, o embate do governo com a Rede Globo, a Folha de S. Paulo e outros formadores de opinião. Para agravar o desgaste da administração, a disputa pelo controle do PSL (que também teve lideranças investigadas por crimes eleitorais) levou o Presidente a se desfiliar de seu partido e, em simultâneo, foi se deteriorando a relação com o Congresso Nacional.

Conclusão

Num país marcado por dependência econômica, enormes desigualdades sociais e patrimonialismo, o social-desenvolvimentismo poderia ser um passo necessário para a formulação de utopias reais e para a construção de uma democracia social.

Muitas das iniciativas apontadas por Wright (2010) como potenciais impulsos à transformação social foram contempladas nos governos do PT: programas de transferência de renda, instituições reguladoras da concorrência capitalista, compromisso com o pleno emprego e com a valorização do salário mínimo, políticas de promoção da cidadania participativa, empoderamento de sindicatos, de movimentos sociais defensores dos direitos humanos e de associações de proteção ao meio ambiente. Porém, os resultados efetivos de algumas iniciativas foram pouco perceptíveis.

Mas, não foram superados os obstáculos ao projeto de reindustrialização. Dois, em especial: a lógica rentista prevalente no empresariado nacional e a forte concorrência internacional, que dificultam uma inserção maior nas cadeias globais de valor. A estratégia falhou, apesar de pretender uma conciliação dos interesses de classe.

No que diz respeito à inclusão social, é evidente que houve avanços na redução da pobreza, na geração de trabalho decente, na melhoria da distribuição de renda e na garantia de direitos sociais fundamentais. Contudo, tais avanços não representaram a consolidação de cidadania plena, deixando intocadas as raízes da heterogeneidade social. A inclusão social ficou circunscrita aos limites estabelecidos pelo modelo de crescimento econômico e pelo padrão da cultura política vigente no país desde os anos 1990. Não foi cultivada, portanto, uma democracia associativa autêntica.

O golpe de Estado que retirou Dilma da Presidência foi claramente motivado pela intenção de reinstalar o neoliberalismo em sua versão mais bruta. Houve a convergência entre interesses econômicos da burguesia associada ao capital estrangeiro (que pretendia garantir a rentabilidade de seus ativos financeiros e ampliar privilégios), interesses políticos de lideranças do PSDB (que estavam excluídas do poder central) e interesses econômicos e políticos do governo dos EUA (que via o Brasil como peça importante no xadrez da nova ordem capitalista internacional). O fim do “ensaio desenvolvimentista” foi legitimado com a eleição de Bolsonaro e a adoção de uma agenda ultraliberal.

Como bem observou Wright (2019), as iniciativas social-democratas com o propósito de ampliar as formas pelas quais o capitalismo pode ser domesticado e ter suas bases erodidas passaram a sofrer uma série de ataques, cujo alvo principal são os Estados social-democratas, que são obrigados a se submeter ao receituário do neoliberalismo. Quando a grande recessão econômica se alastrou pela Europa, em 2009, grandes empresários e seus aliados políticos concluíram que o sistema público de proteção social estava se tornando caro demais e as condições para a acumulação de capital estavam piorando gradativamente. Movimento similar ocorreu nos EUA e em muitos outros países, inclusive entre as economias emergentes. A crise econômica foi vista, então, como oportunidade para lançar uma ofensiva contra governos de centro-esquerda e suas políticas de caráter afirmativo.

Uma das causas da derrota da estratégia social-desenvolvimentista no Brasil foi a resistência interna à redefinição do papel do governo. Sobre esse ponto, Wright (1981) argumenta: para que um governo de esquerda tenha a oportunidade de instituir medidas que atendam a interesses fundamentais da classe trabalhadora (medidas anticapitalistas) é essencial que seja capaz não apenas de converter em leis essas propostas, mas também de fazer que sejam executadas. Isso exige capacidade de convencimento para controlar a atuação efetiva da burocracia. Se a alta burocracia for suficientemente autônoma em relação aos governantes eleitos, as medidas anticapitalistas do governo de esquerda podem ser neutralizadas no processo concreto de intervenção do Estado.

A transformação do Estado não é consequência automática da vitória eleitoral. É necessário construir a hegemonia do novo bloco no poder, o que implica inclusive a produção de sinergias entre o governo federal, o Congresso e o Poder Judiciário.

A abordagem conciliatória do PT em relação aos interesses de diversas frações de classe era condição necessária para o sucesso aparente da estratégia do governo Dilma. Por isso, quando essa capacidade de conciliação se esgotou, o PT perdeu sua base de sustentação e foi retirado do poder (Saad-Filho e Morais, 2017).

O debate no plano dos símbolos e representações é permeado de subjetividade. O modelo de sociedade idealizada no discurso de teóricos do neoliberalismo se baseia numa espécie de utopia falseada, uma vez que, na prática, tal discurso é usado como arma ideológica para legitimar mecanismos de exploração e dominação.

No Brasil, entre 2003 e 2014, não houve a preocupação de fomentar a consciência de classe. Ao contrário, buscou-se difundir a ideia de que estava se conformando uma “sociedade de classe média”. A luta de classes se torna difícil de ser percebida num contexto em que há predomínio da ética utilitária, culto ao consumismo e exacerbação da competição entre os indivíduos, fenômenos que acompanham a penetração do neoliberalismo nas relações sociais, na esfera laboral e nas práticas culturais.

Não foi possível, portanto, avançar em direção a uma transformação simbiótica, uma vez que se rompeu o “compromisso de classe positivo”, que deveria estabelecer uma “cooperação mútua entre classes opostas” (Wright, 2010, cap. 11). Como os interesses antagônicos de trabalhadores e capitalistas ficaram mais conflitantes com a crise econômica, as elites privilegiadas e as classes dominantes preferiram manter os setores populares desorganizados e restringir o poder social.

A ascensão da extrema direita explicitou e potencializou a disputa ideológica, levando o embate político para o terreno dos valores morais. Notou-se a tentativa de invalidar qualquer discurso alternativo ao capitalismo selvagem por meio da demonização de símbolos e representações do socialismo e da destruição ou desvirtuamento de instituições democráticas com potencial de semear utopias reais.

Evidentemente, há divergências gritantes entre o ideário neoliberal e a distopia concebida pela direita radical. Mas, no campo da política pragmática, neoliberalismo e extrema direita têm em comum, no Brasil, a rejeição ao Estado de bem-estar social e a apologia à modernização conservadora. E note-se que tal hibridismo ideológico é produto da influência do imperialismo norte-americano sob o governo Trump.

A Constituição Federal de 1988 promoveu uma profunda transformação da ordem jurídico-institucional e ampliou o alcance da cidadania. Desde então, houve um avanço descontínuo e não linear no sentido de capacitar o Estado a efetivamente assegurar a transição para uma democracia social. Contudo, as classes dominantes impuseram grande resistência a esse processo. E o golpe jurídico-parlamentar foi um passo decisivo para o esvaziamento de direitos sociais e a redefinição do papel do Estado no Brasil.

Há evidências de que o propósito do governo atual é impor uma reconversão de estruturas e instituições estatais, reduzindo as atribuições do governo federal e sua capacidade de fiscalização e intervenção. As instituições democráticas brasileiras precisam de maturidade e resiliência para resistir aos ataques da direita radical. E as organizações da sociedade civil precisam de vitalidade para lutar contra a agenda neoliberal e o aumento das desigualdades.

Embora a trajetória de desenvolvimento inclusivo tenha sido interdita antes mesmo de se materializar, é possível e necessário reformular o projeto de Nação inscrito na Constituição Federal. O próximo governo de esquerda que se dispuser a transformar substancialmente a sociedade no Brasil terá de (i) transcender o neoliberalismo e a cultura política patrimonialista; (ii) enfrentar os problemas genéticos da nação, tais como a questão social, a questão regional

e a questão agrária; e (iii) propor uma alternativa ao desenvolvimento capitalista, com foco na sustentabilidade ambiental.

Referências bibliográficas

Antunes, Ricardo (2019), *Politica della caverna. La controrivoluzione di Bolsonaro*. Roma: Castelvecchi.

Banco Mundial (2016), *Retomando o caminho para a inclusão, o crescimento e a sustentabilidade*. Washington: Banco Mundial.

Bastos, Pedro P. Z. (2012), “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, *Economia e Sociedade*, 21(n.esp.), 779-810.

Bobbio, Norberto (1995), *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp.

Boito Jr., Armando (2017), “O Governo Temer, a crise de hegemonia e a instabilidade política”, *Brasil de Fato*, 20 de maio. Consultado a 19.11.2019, em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/20/o-governo-temer-a-crise-de-hegemonia-e-a-instabilidade-politica/>

Boito Jr., Armando; Berringer, Tatiana (2013), “Classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma”, *Revista de Sociologia e Política*, 21(47), 31-38.

Braga, Ruy (2016), “Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes”, in Singer, André; Loureiro, Isabel (Org.), *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* (pp. 55-92). São Paulo: Boitempo.

Carneiro, Ricardo (2012), “Velhos e novos desenvolvimentismos”, *Economia e Sociedade*, 21(n. esp.), 749-778.

Castelo, Rodrigo (2008), “A ‘questão social’ e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade”, *Emancipação*, 8(1), 21-35.

Erber, Fabio (2011), “As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política”, *Revista de Economia Política*, 31(1), 31-55.

Gabriel, Ruan de Souza (2019), “Para Marcos Nobre, eleição de Bolsonaro devolveu legitimidade ao sistema político”, *Revista Época* (online), 22 de agosto.

Harvey, David (2008), *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola.

Loureiro, Pedro M.; Saad-Filho, Alfredo (2019), “The limits of pragmatism: the rise and fall of the Brazilian Workers’ Party (2002-2016)”, *Latin American Perspectives*, 46(1), 66-84.

Mello, Guilherme; Rossi, Pedro (2018), “Do industrialismo à austeridade: A política macro dos governos Dilma”, in Carneiro, Ricardo; Baltar, Paulo; Sarti, Fernando (Org.), *Para além da política econômica* (pp. 245-282). São Paulo: Unesp Digital.

Mercadante, Aloizio (2010), *O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Miguel, Luis Felipe (2018), “A reemergência da direita brasileira”, in Gallego, Esther S. (Org.), *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil* (pp. 17-27). São Paulo: Boitempo.

Nobre, Marcos (2013), *Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

Querido, Fábio M. (2016), “Liberais-conservadores à brasileira”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição n. 108, 4 de julho.

Paulani, Leda (2017), “A experiência brasileira entre 2003 e 2014: neodesenvolvimentismo?”, *Cadernos do Desenvolvimento*, 12(20), 135-155.

Plano Plurianual 2012-2015: projeto de lei. “Mensagem Presidencial”. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2011. Consultado a 23.11.2019, em: https://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/ppa/ppa_2012_2015/proposta/001-Mensagem1.pdf

Rugitsky, Fernando (2015), “Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura kaleckiana”, in Belluzzo, Luiz Gonzaga; Bastos, Pedro Paulo (Org.), *Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff* (pp. 131-138). São Paulo: Carta Maior; Friedrich Hebert Stiftung.

Rydgren, Jens (2007), “The sociology of the radical right”, *Annual Review of Sociology*, 33, 241-262.

Saad-Filho, Alfredo; Morais, Lecio (2017), *Brazil: neoliberalism versus democracy*. London: Pluto Press.

Saad-Filho, Alfredo (2020), “Varieties of neoliberalism in Brazil (2003-2019)”, *Latin American Perspectives*, 47(1), 66-84.

Sampaio Jr., Plínio (2012), “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”, *Serviço Social & Sociedade*, 112, 672-688.

Singer, André (2018), *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wright, Erik Olin (1994), “Análise de classes, história e emancipação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 40, 3-35.

Wright, Erik Olin (2010), *Envisioning real utopias*. London; New York: Verso.

Wright, Erik Olin (2019), *Como ser anticapitalista no século XXI?* São Paulo: Boitempo.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

A Cescontexto é uma publicação online de resultados de investigação e de eventos científicos realizados pelo Centro de Estudos Sociais (CES) ou em que o CES foi parceiro.

CES

Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3001-401 Coimbra, Portugal
T. +351 239 855 570
F. +351 239 855 589
www.ces.uc.pt
ces@ces.uc.pt

CES - Lisboa

Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13
Lj 117/118
1050-227 Lisboa, Portugal
T. +351 216 012 848
F. +351 216 012 847
www.ces.uc.pt/ces-lisboa
ceslx@ces.uc.pt



Cofinanciado:

